

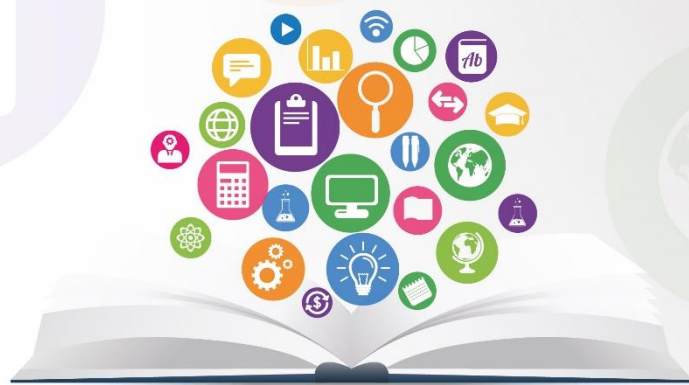


JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA



Fema

Fundação Educacional
Machado de Assis



Jornada Interdisciplinar de Pesquisa

22 DE NOV. 2023

ANAIS



22 de novembro de 2023.

ISBN: 2177-1103.

ORGANIZAÇÃO

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Prof.ª Dra. Bianca Tams Diehl

Coordenadora do Curso de Direito

Prof.ª Me. Anderson Pinceta

Coordenador do Curso de Ciências Contábeis,
do curso de Administração e de Gestão de
Recursos Humanos

Prof. Me. Juliane Colpo

Coordenadora do Curso de Psicologia

Prof. Me. Paulo Mix

Coordenador do Curso de Enfermagem

COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO

Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-
Graduação e Extensão - NPPGE

Prof. Adm. Antonio Roberto Lausmann Ternes

Diretor Geral das Faculdades Integradas

Machado de Assis

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert

EDITORAÇÃO DOS ANAIS

Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert

REVISÃO

Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert

CAPA

Eliane Rodrigues

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Assessoria de Imprensa da FEMA

APOIO TÉCNICO

Milena Alberti

J532 Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Machado de Assis (13., 2023): Santa Rosa/RS). Anais da XIII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Machado de Assis, Santa Rosa, RS, Brasil.

ISBN: 2177-1103

1.Pesquisa Científica. 2.Artigos Científicos. 3.Resumos Expandidos. I.
Faculdades Integradas Machado de Assis.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO.....	16
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO VIRTUAL COM O CLIENTE.....	29
<i>Amanda Braun Wagner</i>	
<i>Natália Zirr Immich</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
O IMPACTO DOS SMART CONTRACTS NO DIREITO CIVIL NA ERA DIGITAL.....	46
<i>Amanda Luft</i>	
<i>Eduarda S. Lopes</i>	
<i>Dionata Petzinger</i>	
<i>Leticia Tramm</i>	
<i>Gabriel Henrique Hartmann</i>	
DIREITO EMPRESARIAL: MERCADO DE CAPITAIS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	59
<i>Carolina Lima Kurtz</i>	
<i>Rosmeri Radke</i>	
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO.....	73
<i>Claudio Ivan Wurfel</i>	
<i>Ricieri Rafael Bazanella Dilkin</i>	
A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO CONTEXTO LEGISLATIVO ATÉ A LEI HENRY BOREL.....	93
<i>André Micael Schwingel</i>	
<i>Gabriele Luana Ledermann</i>	
<i>Lucas Souza de Moura</i>	
<i>Nádia Lucia Schreiner</i>	
<i>Sinara Camera</i>	
IMPRESSÃO DO VOTO ELETRÔNICO: VIOLAÇÃO DO SIGILO DO VOTO OU MAIOR SEGURANÇA E LISURA ÀS ELEIÇÕES?	115
<i>Igor Matheus Baumgartner Hemsing</i>	
<i>Franciele Seger</i>	
A NEUROCIÊNCIA APLICADA AO MARKETING.....	129
<i>Eduarda Gabriele Schmitt Bólico</i>	
<i>Victoria Gabriela Stein Souza dos Santos</i>	
<i>Danieli Hermes Rodrigues</i>	
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	

TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM INSTRUMENTO À DISPOSIÇÃO DO USUÁRIO EM FACE DA INEFICIÊNCIA DO ESTADO.....	140
<i>Cássia E. S. G. da Silva</i>	
<i>Nauara R. Dinarte</i>	
<i>Raquel C. Luconi</i>	
<i>Tiago Neu Jardim</i>	
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MILITAR COMO FATOR PREPONDERANTE PARA O DESEMPENHO DO PAPEL SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR.....	160
<i>Henrique Hanatzki Siglinski</i>	
<i>Stefan Hanatzki Siglinski</i>	
A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NA MOTIVAÇÃO DA EQUIPE: ALAVANCANDO O DESEMPENHO E O ENGAJAMENTO NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	176
<i>Eduardo Koehler</i>	
<i>Henrique Gabriel Becker</i>	
<i>Danieli Hermes Rodrigues</i>	
A IDENTIFICAÇÃO DE METODOLOGIAS DE ENSINO E DE ESTILOS COGNITIVOS DE APRENDIZAGEM: UMA CONCEPÇÃO VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	184
<i>Cátia Luana Bullmann</i>	
<i>Erika Estevão Linhares</i>	
<i>Morgani Mumbach</i>	
<i>Geanini Rambo</i>	
<i>Délcio Régis Haubert</i>	
ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE MARKTING DIGITAL UTILIZADAS POR UMA EMPRESA DE E-COMMERCE: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA FOUR INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA.....	200
<i>Pietra Wachholz Fernandes</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
ASPECTOS QUE ENFATIZAM NA GESTÃO COMPORTAMENTAL DE PESSOAS: PARÂMETROS QUE UM LÍDER DEVE ADERIR AO GERIR UMA ORGANIZAÇÃO.....	216
<i>Lucas Eduardo Reis Graf</i>	
<i>Natyele Stephanye Buchholz</i>	
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	
<i>Danieli Rodrigues</i>	



22 de novembro de 2023.

ISBN: 2177-1103.

CAPACITAÇÃO DA LIDERANÇA NA GESTÃO DE EQUIPES: GUIANDO COMPORTAMENTOS PARA O SUCESSO.....	231
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Antoni Nerone de Aguiar Sartori</i>	
<i>Angela Toebe</i>	
<i>Anderson da Silva Heineck</i>	
<i>Rafael Lopes</i>	
DIREITO SISTÊMICO E CONSTELAÇÃO FAMILIAR: MÉTODOS HUMANIZADOS PARA SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS FAMILIARES.....	245
<i>Francini Tayná Maganha Bamberg</i>	
<i>Franciele Seger</i>	
EXPLORANDO NOVOS HORIZONTES: INOVAÇÕES E ESTRATÉGIAS EM MARKETING PARA EMPRESAS DO SETOR DE TURISMO.....	259
<i>Brenda Jardim</i>	
<i>Cibeli Taís Angnes</i>	
<i>Guilherme Bussiol</i>	
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	
<i>Danieli Hermes Rodrigues</i>	
PODER DO MARKETING DIGITAL NAS ORGANIZAÇÕES PARA RETER E ATRAIR NOVOS TALENTOS DURANTE E APÓS PANDEMIA.....	274
<i>Gabriela da Silva Teixeira</i>	
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	
INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL E DERIVATIVOS.....	287
<i>Jaíne Taís Artus</i>	
<i>Lucas Diego Jesse</i>	
<i>Janice Walter</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
O LÍDER COMO UM FATOR MOTIVACIONAL DE EQUIPES.....	304
<i>Bruno Ismail</i>	
<i>Gabriela Betina Rutke</i>	
<i>Danieli Hermes Rodrigues</i>	
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	
MENINAS OU NOIVAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASAMENTO PRECOCE NO BRASIL.....	317
<i>Bárbara Luiza Scholl</i>	
<i>Weylla Viana Rangel</i>	
<i>Franciele Seger</i>	

MERCADO DE INVESTIMENTOS: UM ESTUDO COM ACADÊMICOS DA FEMA.....	330
<i>Gabriel Luis Brum</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
<i>Adelino Pedro Wisniewsk</i>	
MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: RECEIO DE TÊ-LAS COMO LÍDER.....	348
<i>Camila Raquel Thomaz</i>	
<i>Camili Eduarda Bruski</i>	
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	
<i>Danieli Hermes Rodrigues</i>	
O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: ORIGEM E RELAÇÃO COM OUTROS PRINCÍPIOS DO DIREITO.....	360
<i>Henrique Hanatzki Siglinski</i>	
<i>Rafael Lago Salapata</i>	
OS IMPACTOS DA LIDERANÇA NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	376
<i>Fabíola Machajewski</i>	
<i>Luana Freitas</i>	
<i>Valesca Correia Baptista</i>	
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	
<i>Danieli Rodrigues</i>	
PERSPECTIVAS ATUAIS DO MARKETING: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS E SEUS BENEFÍCIOS.....	391
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Antoni Nerone de Aguiar Sartori</i>	
<i>Angela Toebe</i>	
<i>Anderson da Silva Heineck</i>	
<i>Rafael Lopes</i>	
POSSIBILIDADES DE EXERCÍCIO DA RAZÃO HUMANA: DESDOBRAMENTOS NAS RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS E COM O AMBIENTE NATURAL.....	406
<i>Alana Vitória Kremer Maliscewski</i>	
<i>Maria Eduarda Weyer Rolin</i>	
<i>Tatiane Hermann Fiepke</i>	
<i>Mário José Puhl</i>	
PRODUTOS DE INVESTIMENTO FINANCEIRO PARA PESSOAS FÍSICAS.....	423
<i>Eduarda Schutz</i>	
<i>Jaíne Tais Artus</i>	
<i>Lucas Diego Jesse</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	

O PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA: A GARANTIA DE UM PROCESSO QUE PRESERVA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES.....	440
<i>Weylla Viana Rangel</i>	
<i>Juliana Marques Schubert</i>	
TERCEIRIZAÇÃO E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	455
<i>Fabíola Machajewski</i>	
<i>Valesca Corrêa Baptista</i>	
<i>Emily Amanda Bruxel Pinceta</i>	
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MERCADO BANCÁRIO FINANCEIRO: A EVOLUÇÃO DOS BANCOS TRADICIONAIS FRENTE O SURGIMENTO DAS FINTECHS.....	468
<i>Gabriel Dambros Meneghetti</i>	
<i>Lucas Lunkes Werle</i>	
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	
<i>Danieli Hermes Rodrigues</i>	
EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NO ÂMBITO DO MERCOSUL E DA RED CIDIR.....	480
<i>Mário José Puhl</i>	
A INTERFACE ENTRE NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO: ESTIMULAÇÃO COGNITIVA PARA POTENCIALIZAR O APRENDIZADO E O DESENVOLVIMENTO.....	496
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Antoni Nerone de Aguiar Sartori</i>	
<i>Angela Toebe</i>	
<i>Anderson da Silva Heineck</i>	
<i>Rafael Lopes</i>	
DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO: DA RESPONSABILIDADE CIVIL AO DIREITO DE FAMÍLIA.....	511
<i>Amanda Caroline Machado</i>	
<i>Luiza Dal Pai</i>	
<i>Valéria Goettems</i>	
<i>Roberto Pozzebon</i>	
INVISIBILIDADE E REGISTRO CIVIL NO BRASIL: GARANTIA DE ACESSO À CIDADANIA.....	525
<i>Bárbara Luiza Scholl</i>	
<i>Vitória Tormöhlen Pereira</i>	
<i>Niki Frantz</i>	

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES AFETADOS PELA SÍFILIS NAS
MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....537

Mirian dos Reis Eichoff

Victor Mikael Anderson

Cleiton Edmundo Baumgratz

IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO PARA O RECÉM-
NASCIDO E PARA A MÃE: REVISÃO INTEGRATIVA.....553

Josafá de Souza

Fabiane Kronbauer

Elisiane Adiers

Tainara Caroline Wiedemann

Daniel Soares Tavares

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PROCESSO: REALIDADE E DESAFIOS.....570

Luíza Müller

Taíza Müller

Renê Carlos Schubert Junior

A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....576

Amanda Rafaela Wobeto Feix

Pâmela Foltz Rode

Raquel Luciene Sawitzki Callegaro

A ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA E OS DESAFIOS DA NEUTRALIDADE: UMA
ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DE WEBER E JAPIASSU.....580

Jocivaldo Santos da Silva

Guilherme da Silva Oliveira

Mario José Puhl

ANÁLISE DO HOMESCHOOLING NO BRASIL COM BASE NO TEMA 822 DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....584

Bruno Arndt Quelin

Marcos Vinicius Souza da Silva

Franciele Seger

CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E SEU JULGAMENTO NO TRIBUNAL DO
JÚRI.....589

Diego Camargo Kaiper

Kelli Adriana Ferraz Gonçalves

Pedro Henrique Baiotto Noronha

O PAPEL DO DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO NO RESGUARDO DA IGUALDADE
DE GÊNERO E NA PROTEÇÃO DO DIREITO DA MULHER593

Ana Julia Brutti de Souza

Bianca Tams Diehl

O DIVÓRCIO COMO FORMA DE GARANTIR A DIGNIDADE HUMANA: UMA LEITURA DA EVOLUÇÃO DO DIVÓRCIO E DAS INOVAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	598
<i>Daiara Alexsandra Loureiro</i>	
<i>Mirielly Amarante Dos Santos</i>	
<i>Juliana Marques Schubert</i>	
A GESTÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI N.º 12.846/2013 – CONHECIDA COMO LEI ANTICORRUPÇÃO.....	604
<i>Carolina Lima Kurtz</i>	
<i>Rosmeri Radke</i>	
A SOCIEDADE RELACIONADA COM AS CIÊNCIAS: A BUSCA PELO ESCLARECIMENTO DAS IDEIAS.....	608
<i>Daniel Diogo Bernardi</i>	
<i>Enzo Fontana de Melo</i>	
<i>Mário José Puhl</i>	
INTERFACES DO DIREITO E DA PSICOLOGIA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: UMA PROPOSTA DE LIGA AO CURSO DE DIREITO.....	613
<i>Laura da Silva Haubert</i>	
<i>Bianca Tams Diehl</i>	
DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO.....	618
<i>Talía Esther Wachholz Rockenbach</i>	
<i>Thalia Staddler Fridrichs</i>	
<i>Gabriel Henrique Hartmann</i>	
A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL.....	623
<i>Michele Luana Feltes</i>	
<i>Vitória Tormohlen</i>	
<i>Rosmeri Radke</i>	
A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA ARGUIÇÃO DA TESE DE LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA NOS CRIMES DE FEMINICÍDIO.....	629
<i>Angélica Patrícia Hoffmann</i>	
<i>Renata Lukrafka Kowalczyk</i>	
<i>Luiz Alberto Brasil Simões Pires Filho</i>	
A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	634
<i>Pedro Augusto Alencastro dos Santos</i>	
<i>Vinícius Augusto Dhein</i>	
<i>Professor Orientador: Roberto Pozzebon</i>	

BREVE ANÁLISE DA (IN)DELEGABILIDADE DO PODER DE POLÍCIA.....	638
<i>Eduarda Müller Lauxen</i>	
<i>Stefani Maria Soares</i>	
<i>Franciele Seger</i>	
POSSIBILIDADE DE <i>HOLDING</i> FAMILIAR NO ÂMBITO RURAL.....	643
<i>Caroline Raquel Massaia Dresch</i>	
ESG NAS EMPRESAS: O CRESCENTE E IMPORTANTE RAMO DO DIREITO EMPRESARIAL.....	649
<i>Eduarda Müller Lauxen</i>	
<i>Weylla Viana Rangel</i>	
<i>Rosmeri Radke</i>	
O DIREITO SISTÊMICO E A APLICAÇÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES.....	655
<i>Francini Tayná Maganha Bamberg</i>	
<i>Franciele Seger</i>	
PERDA DO DIREITO SUCESSÓRIO POR INDIGNIDADE.....	661
<i>Anderson Mallmann Lazzarin</i>	
<i>Roberto Pozzebon</i>	
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DA ENFERMAGEM FORENSE: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS.....	665
<i>Daniele Rita Assmann Kochhann</i>	
<i>Gabriele Schek</i>	
A RELEVÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DO ENFERMEIRO DA ATENÇÃO BÁSICA AO INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO.....	669
<i>Amanda Hofmeister Mateus</i>	
<i>Bruna Letícia Soares</i>	
<i>Bruna Knob Pinto</i>	
A PERCEPÇÃO DA MULHER ACERCA DA VIOLÊNCIA SOFRIDA PELO PARCEIRO: UM ESTUDO DE REVISÃO.....	674
<i>Luana da Cruz Carvalho</i>	
<i>Raielli Taina Manhadosco</i>	
<i>Gabriele Schek</i>	
ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....	678
<i>Gustavo Follmann</i>	
<i>July de Oliveira Venites</i>	
<i>Gabriele Schek</i>	



22 de novembro de 2023.

ISBN: 2177-1103.

DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	682
<i>Franciele Rozental Juraswski</i>	
<i>Gabriele Schek</i>	
MORTALIDADE POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	687
<i>Denian Fabrício Reichert</i>	
<i>Elisa Adam Puhl</i>	
<i>Gabriele Schek</i>	
UMA ANÁLISE NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD) SOBRE O USO MEDICAMENTOSO NA POPULAÇÃO IDOSA (2003 - 2020)	693
<i>Eduarda Elis Stein</i>	
<i>Letícia Theis Golfetto</i>	
<i>Cleiton Edmundo Baumgratz</i>	

APRESENTAÇÃO

A XIII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, realizada no dia 22 de novembro de 2023, consolida-se na articulação permanente entre docentes e discentes da Instituição. O intuito é fomentar debates e pesquisas que contribuam à análise dos desafios contemporâneos, criando um fórum integrado para apresentação de trabalhos ligados ao ensino, à pesquisa e à extensão, em âmbito internacional.

As Faculdades Integradas Machado de Assis, por meio do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE, têm por objetivo precípuo, no evento, divulgar a produção científica dos acadêmicos de graduação, de pós-graduação e de docentes desta Instituição de Ensino Superior, bem como de outras participantes externas, constituindo um importante espaço de divulgação dos resultados de produções técnico-científicas que fortaleçam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao enfatizar a diversidade de temáticas, interdisciplinar e transdisciplinarmente, destaca-se na comunidade educacional e pública. Assim, considera-se que o objetivo de criar espaço para o debate acerca da temática, é alcançado com êxito. Efetivando a participação de investigadores das Ciências Sociais e Aplicadas, das Ciências Humanas e da Saúde das Faculdades Integradas Machado de Assis e de outros setores educacionais e comunitários, dezessete salas temáticas são empreendidas, comportando as apresentações e os debates mediados pelo corpo docente da comunidade acadêmica participante, de diferentes áreas do saber.

A XIII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa – FEMA também encerra, com suas apresentações científicas, a XXV Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e de Ciências Contábeis; a XXII Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica do Curso de Direito; a XVII Mostra de Trabalhos Científicos de Gestão de Recursos Humanos e de Gestão da Tecnologia da Informação; bem como a III Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Estudos na Área da Saúde.



22 de novembro de 2023.

ISBN: 2177-1103.

A Coordenação do **Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE** e a Direção Geral das **Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA** sentem-se gratificadas e agradecidas em relação ao empenho demonstrado pelos coordenadores de Curso, pelos professores mediadores das salas de debate e dos participantes, apresentadores e ouvintes, docentes e discentes, da **XIII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa**. Deseja-se, portanto, uma excelente leitura desta mostra de trabalhos científico-acadêmicos dispostas nos Anais do Evento.

Mariel da Silva Haubert

Prof.^a Dra. das Faculdades Integradas Machado de Assis

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE/FEMA



XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA

Educação, Diversidade
e Tecnologia.

22 DE NOV. 2023

On-line

Submissão de trabalhos: Até 6 de novembro

Entrega das apresentações de trabalhos aceitos: até 13 de novembro.

Inscrições(ouvintes): Até 20 de novembro

Programação da XIII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa:
22 de novembro.

Eventos Integrados:

- XXV Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e Ciências Contábeis.
- XXII Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica do Curso de Direito.
- XXII Mostra de Trabalhos Científicos e Tecnológicos de Gestão da Tecnologia da Informação e de Gestão de Recursos Humanos.
- III Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Estudos na Área

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

A programação tem o intuito de organizar os diferentes Grupos de Apresentação e de Debate inseridos na XIII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa FEMA, de forma a otimizar e adequar a participação de todos convidados e ingressantes no acontecimento:

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA
DIA 22.11.23 – Sala Temática 1 - nº 27
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Dr. Jeremyas Machado Silva

Me. Délcio Régis Haubert

Assessores Acadêmicos: Milena Alberti e Guilherme Mantovani Knapp

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	A Interface entre Neurociência e Educação: estimulação cognitiva para potencializar o aprendizado e o desenvolvimento	Anderson Da Silva Heineck Angela Toebe Antoni Nerone De Aguiar Sartori Jonas Bordim Rafael Lopes	Artigo
20h10min	A Identificação de Metodologias de Ensino e de Estilos Cognitivos de Aprendizagem: uma concepção voltada para a educação especial	Cátia Luana Bullmann Délcio Régis Haubert Erika Estevo Linhares Geanine Rambo Morgani Mumbach	Artigo
20h35min	A Sociedade Relacionada com as Ciências: a busca pelo esclarecimento das ideias	Daniel Bernardi Enzo Fontana De Melo Mário José Puhl	Resumo Expandido
21h	INTERVALO		
21h15min	Análise do Homeschooling no Brasil com Base no Tema 822 Do Supremo Tribunal Federal	Bruno Arndt Quelin Marcos Vinícius Souza Da Silva Franciele Seger	Resumo Expandido
21h40min	A Ética na Pesquisa Científica e os Desafios da Neutralidade: uma análise das perspectivas de Weber e Japiassu	Jocivaldo Santos Da Silva Guilherme Oliveira Mário José Puhl	Resumo Expandido
22h	Educação e Integração Transfronteiriça no Âmbito do Mercosul e da RED CIDIR	Mário José Puhl	Artigo
22h20min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 2 – nº 22
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Dr. Carlos Alberto Junior

Esp. Adelino Pedro Wisniewski

Assessores Acadêmicos: Naidion Rodrigues e Dominique Santos

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	Os Impactos da Liderança na Área de Prestação de Serviços	Fabíola Machajewski Luana Freitas Valesca Correia Baptista Camila Gabriele Câmara Danieli Hermes Rodrigues	Artigo
20h10min	Aspectos que Enfatizam na Gestão Comportamental de Pessoas: parâmetros que um líder deve aderir ao gerir uma organização	Lucas Eduardo Reis Graf Natyele Stephanye Buchholz Camila Gabriele Câmara Danieli Hermes Rodrigues	Artigo
20h35min	A Importância da Liderança na Motivação da Equipe: alavancando o desempenho e o engajamento no ambiente de trabalho	Eduardo Koehler Henrique Gabriel Becker Danieli Hermes Rodrigues	Artigo
21h	INTERVALO		
21h15min	Capacitação da Liderança na Gestão de Equipes: guiando comportamentos para o sucesso	Anderson Da Silva Heineck Angela Toebe Antoni Nerone De Aguiar Sartori Jonas Bordim Rafael Lopes	Artigo
21h40min	O Líder como um Fator Motivacional de Equipes	Bruno Ismail Gabriela Regina Rutke Danieli Hermes Rodrigues Camila Gabriele Câmara	Artigo
22h05min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 3 – nº 26
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Me. Jonas Bordim

Me. Lauri Aloísio Heckler

Assessores Acadêmicos: Tassia dos Santos e Grazielle Maciel

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	A Neurociência Aplicada Ao Marketing	Eduarda Gabriele Schmitt Bolico Victoria Gabriela Stein Souza Dos Santos Camila Gabriele Câmara Danieli Hermes Rodrigues	Artigo
20h10min	Poder Do Marketing Digital nas Organizações para Reter e Atrair Novos Talentos Durante e Após Pandemia	Gabriela Da Silva Teixeira Camila Gabriele Câmara	Artigo
20h35min	Explorando Novos Horizontes: inovações e estratégias em marketing para empresas do setor de turismo	Brenda Jardim Cibeli Taís Angnes Guilherme Bussiol Camila Gabriele Câmara Danieli Hermes Rodrigues	Artigo
21h	INTERVALO		
21h15min	Análise das Principais Estratégias de Marketing Digital Utilizadas por uma Empresa de <i>E-Commerce</i> : um estudo de caso da empresa four intermediação de negócios Ltda	Pietra Wachholz Fernandes Jonas Bordim	<i>Artigo</i>
21h40min	Perspectivas Atuais do Marketing: um estudo sobre as estratégias e seus benefícios	Anderson Da Silva Heineck Angela Toebe Antoni Nerone De Aguiar Sartori Jonas Bordim Rafael Lopes	Artigo
22h05min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 4 – nº 37
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Me. Marcos Rogério Rodrigues

Me. Darlan Abegg

Esp. Emily Amanda Bruxel Pinceta

Assessores Acadêmicos: Suzana Eichoff e Mateus Felipe Freitas

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	Produtos de Investimento Financeiro para Pessoas Físicas	Eduarda Schütz Jaíne Taís Artus Lucas Diego Jesse Marcos Rogério Rodrigues	Artigo
20h10min	Mercado de Investimentos: um estudo com acadêmicos da FEM	Gabriel Brum Adelino Pedro Wisniewski Marcos Rogério Rodrigues	Artigo
20h35min	Instrumentos de Renda Fixa, Renda Variável e Derivativos	Jaíne Taís Artus Lucas Diego Jesse Janice Walter Marcos Rogério Rodrigues	Artigo
21h	INTERVALO		
21h15min	Direito Empresarial: mercado de capitais e valores mobiliários.	Carolina Lima Kurtz Rosmeri Radke	Artigo
21h40min	Possibilidade De Holding Familiar No Âmbito Rural	Caroline Massaia	Resumo Expandido
22h20min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 5 - nº 16
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Me. Renê Carlos Schubert Junior

Me. Tiago Neu Jardim

Assessores Acadêmicos: Christofer A. de Mattos e Cândida Jesiorski

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	O Impacto dos <i>Smart Contracts</i> no Direito Civil na Era Digital	Amanda Luft Dionata Petzinger Eduarda Sanajiotto Lopes Leticia Tramm Gabriel Henrique Hartmann	Artigo
20h10min	Transformação Digital do Mercado Bancário Financeiro: a evolução dos bancos tradicionais frente o surgimento das <i>fintechs</i>	Gabriel Dambros Meneghetti Lucas Lunkes Werle Camila Gabriele Câmara Danieli Hermes Rodrigues	Artigo
20h35min	Estratégias de Comunicação Virtual com o Cliente	Amanda Braun Wagner, Natália Zirr Immich Jonas Bordim	Artigo
21h	INTERVALO		
21h15min	Inteligência Artificial e o Processo: realidade e desafios	Luiza Muller Taiza Muller Renê Carlos Schubert Junior	Resumo Expandido
21h40min	Possibilidades De Exercício Da Razão Humana: desdobramentos nas relações intersubjetivas e com o ambiente natural	Alana Vitória Kremer Maliscewski Maria Eduarda Weyer Rolin Tatiane Hermann Fiepke Mário José Puhl	Artigo
22h05min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 6 – nº 25
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Dra. Bruna Knob

Me. Paulo Mix

Assessores Acadêmicos: Josafá Micaiês Antunes De Souza e Luana Carvalho

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	A Percepção da Mulher acerca da Violência Sofrida pelo Parceiro: um estudo de revisão	Luana Da Cruz Carvalho Raielli Taina Manhabosco Gabriele Schek	Resumo Expandido
20h35min	Mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio no estado do Rio Grande Do Sul	Elisa Adam Puhl Denian Fabricio Reichert Gabriele Schek	Resumo Expandido
21h	INTERVALO		
21h15min	Importância do Aleitamento Materno Exclusivo para o Recém-Nascido e para a Mãe: revisão integrativa	Fabiane Kronbauer Josafá Micaiês Antunes De Souza Tainara Caroline Wiedemann Elisiane Adiers Daniel Soares Tavares	Artigo
21h40min	Perfil Epidemiológico dos Pacientes Afetados Pela Sífilis nas Macrorregiões de Saúde do Estado do Rio Grande Do Sul	Victor Mikael Anderson Mirian Dos Reis Eichoff Cleiton Baumgratz	Artigo
22h	A Relevância do Acompanhamento do Enfermeiro da Atenção Básica ao Incentivo do Aleitamento Materno	Amanda Hofmeister Mateus Bruna Leticia Soares Bruna Knob	Resumo Expandido
22h20min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 7 – nº 35
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Dr. Mário José Puhl

Me. Franciele Seger

Assessores Acadêmicos: Stefani Maria Soares e Bianca Klein Carvalho

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	Teoria do Desvio Produtivo no Âmbito da Administração Pública: um instrumento à disposição do usuário em face da ineficiência do estado	Cássia Eduarda dos Santos Gomes da Silva Nauara Raíza Dinarte Raquel Cristina Luconi Tiago Neu Jardim	Artigo
20h35min	A Recuperação Judicial do Produtor Rural	Vitória Tormöhlen Pereira Michele Luana Feltes Rosmeri Radke	Resumo Expandido
21h	INTERVALO		
21h15min	Impressão do Voto Eletrônico: violação do sigilo do voto ou maior segurança e lisura às eleições?	Igor Matheus Baumgartner Hemsing Franciele Seger	Artigo
21h40min	Breve Análise da (IN)delegabilidade do Poder de Polícia	Eduarda Müller Lauxen Stefani Maria Soares Franciele Seger	Resumo Expandido
22h05min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 8 – nº 18
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Dra. Gabriele Schek
Me. Juliane Colpo de Conti
Me. Ednilson Rodrigues

Assessores Acadêmicos: Fabiane e Larissa Schallenberger

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	Uma Análise na Biblioteca Digital de Teses de Dissertações (BDTD) sobre o uso Medicamentoso na População Idosa (2003- 2020)	Eduarda Elis Stein Letícia Theis Golfetto Cleiton Baumgratz	Resumo Expandido
20h10min	Meninas ou Noivas: Uma análise crítica do casamento precoce no Brasil	Bárbara Luiza Scholl Weylla Viana Rangel Franciele Seger	Artigo
20h35min	Atuação da Enfermagem na Saúde Mental no Contexto da Atenção Básica: potencialidades e desafios	Gustavo Felipe Follmann July De Oliveira Venites Gabriele Schek	Resumo Expandido
21h	INTERVALO		
21h15min	Desafios no Enfrentamento da Violência Sexual em Crianças e Adolescentes: uma pesquisa bibliográfica	Franciele Rozental Jurawki Gabriele Schek	Resumo Expandido
21h40min	Interfaces do Direito e da Psicologia em Casos de Violência Doméstica e Familiar: uma proposta de liga ao Curso de Direito	Laura da Silva Haubert Bianca Tams Diehl	Resumo Expandido
22h	A Produção do Conhecimento Acerca da Enfermagem Forense: aspectos teóricos e práticos	Daniele Kochhann Gabriele Schek	Resumo Expandido
22h20min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 9 – nº 31
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Esp. Bruno Pugialli Cerejo

Esp. William Dal Bosco Garcez Alves

Assessores Acadêmicos: Henrique Hanatzki Siglinski e Cassandra Fortes da Rosa

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	A Construção da Identidade Militar como Fator Preponderante para o Desempenho do Papel Social da Polícia Militar	Henrique Hanatzki Siglinski Stefan Hanatzki Siglinski	Artigo
20h10min	A Efetivação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Contexto Legislativo até a Lei Henry Borel	Andre Micael Schwingel Gabriele Luana Ledermann Lucas Moura De Souza Nádia Lúcia Schreiner Sinara Camera	Artigo
20h35min	O Princípio da Insignificância: origem e relação com outros princípios do direito	Henrique Hanatzki Siglinski Rafael Lago Salapata	Artigo
21h	INTERVALO		
21h15min	Crimes Dolosos Contra a Vida e Seu Julgamento no Tribunal do Júri	Diego Camargo Kaiper Kelli Adriana Ferraz Gonçalves Pedro Henrique Noronha	Resumo Expandido
21h40min	A Atuação do Poder Judiciário no Contexto de Violência Contra Crianças e Adolescentes	Amanda Wobeto Feix Pâmela Foltz Rode Raquel Callegaro	Resumo Expandido
22h05min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 10 – nº 21
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Dra. Sinara Camera

Me. Luciano Augusto de oliveira Paz

Assessores Acadêmicos: Renata Lukrafka Kowalczuk e Letícia Beatriz Conrad Bayer

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero e sua Aplicação no Direito de Família: a garantia de um processo que preserva os direitos fundamentais das mulheres	Weylla Viana Rangel Juliana Marques Schubert	Artigo
20h10min	Direito Sistêmico e Constelação Familiar: métodos humanizados para solução consensual de conflitos familiares	Franciny Tayna Maganha Bamberg Franciele Seger	Artigo
20h35min	O Papel do Direito Antidiscriminatório no Resguardo da Igualdade de Gênero e na Proteção do Direito da Mulher	Ana Julia Brutti De Souza Bianca Tams Diehl	Resumo Expandido
21h	INTERVALO		
21h15min	O Divórcio como Forma de Garantir A Dignidade Humana: uma leitura da evolução do divórcio e das inovações do novo Código de Processo Civil	Daiara Loureiro Mirielly Dos Santos Camargo Juliana Marques Schubert	Resumo Expandido
21h40min	A (IN)Constitucionalidade da Arguição da Tese de Legítima Defesa da Honra nos Crimes de Feminicídio	Angélica Patricia Hoffmann Renata Lukrafka Kowalczuk Luis Alberto Brasil Simões Pires Filho	Resumo Expandido
22h05min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 11 – nº 36
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Me. Roberto Pozzebon

Me. Raquel Luciene Sawitzki Callegaro

Assessores Acadêmicos: Nauara Raiza Dinarte; Ketlyn Iasmin Lermen; Adriane Rohrig

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	Invisibilidade e Registro Civil no Brasil: garantia de acesso à cidadania	Bárbara Luiza Scholl Vitória Tormöhlen Pereira Niki Frantz	Artigo
20h10min	Dano Moral por Abandono Afetivo: da responsabilidade civil ao direito de família	Amanda Caroline Machado Luiza Dal Pai Valéria Goettems Roberto Pozzebon	Artigo
20h35min	Perda do Direito Sucessório por Indignidade	Anderson Mallmann Lazarin Roberto Pozzebon	Resumo Expandido
21h	INTERVALO		
21h15min	Dano Moral por Abandono Afetivo	Talia Esther Wachholz Rockenbach Thalia Staddler Fridrichs Gabriel Henrique Hartmann	Resumo Expandido
21h40min	O Direito Sistemico e a Aplicação da Constelação Familiar na Solução de Conflitos Familiares	Franciny Tayna Maganha Bamberg Franciele Seger	Resumo Expandido
22h	A produção antecipada de provas no Código de Processo Civil de 2015	Pedro Augusto Allencastro Vinicius Augusto Dhein Roberto Pozzebon	Resumo Expandido
22h20min	ENCERRAMENTO		

XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO
XXI MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
XXI JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XIII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM
DIA 22.11.23 – Sala Temática 12 – nº 32
ABERTURA DAS SALAS: 19H15
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h30min

Membros da Banca:

Me. Ricieri Rafael Bazanella Dilkin

Me. Rosmeri Radke

Assessores Acadêmicos: Eduarda Müller Lauxen; Julia Vier Ramos; Thauana Szeracki

HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES	TRABALHO
19h45min	Mulheres no Mercado de Trabalho: receio de tê-las como líder	Camila Raquel Thomaz Camili Eduarda Bruski Camila Gabriele Câmara Danieli Hremes Rodrigues	Artigo
20h10min	Classificação Brasileira De Ocupações – CBO	Cláudio Ivan Wurfel Ricieri Dilkin	Artigo
20h35min	A Gestão da Sociedade Anônima a partir da Vigência da Lei n.º 12.846/2013 – conhecida como Lei Anticorrupção	Carolina Lima Kurtz Rosmeri Radke	Resumo Expandido
21h	INTERVALO		
21h15min	ESG nas Empresas: o crescente e importante ramo do direito empresarial	Weylla Viana Rangel Eduarda Müller Lauxen Rosmeri Radke	Resumo Expandido
21h40min	Terceirização e os Impactos na Sociedade Brasileira	Fabíola Machajewski Valesca Correa Baptista Emily Amanda Bruxel Pinceta	Artigo
22h05min	ENCERRAMENTO		

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO VIRTUAL COM O CLIENTE

Amanda Braun Wagner¹
Natália Zirr Immich²
Jonas Bordim³

RESUMO

A qualidade da comunicação entre empresa e cliente sempre foi um fator importante para garantir a fidelização, e que, atualmente num mundo cada vez mais digital a forma de comunicação tem se modificado, e quase toda ela é virtual. Estabelecer uma boa comunicação virtual com os clientes vem se constituindo como um forte diferencial competitivo no mercado. Diante disso, o tema desenvolvido neste trabalho de conclusão de curso é propor estratégias de comunicação virtual com o cliente, um estudo realizado numa empresa prestadora de serviços de informática, localizada em Santa Rosa/RS. O problema da pesquisa abrange questões de como melhorar a comunicação virtual com o cliente na empresa estudada. No objetivo geral se observa quais são as possíveis estratégias que promovam uma melhor comunicação virtual, visando estreitar relações e fidelizar o cliente. Os objetivos específicos discorrem sobre como a comunicação influencia a fidelização do cliente e a elaboração de uma pesquisa de satisfação sobre o atendimento prestado pela empresa, sendo posteriormente introduzida uma estratégia eficaz de comunicação virtual. No referencial teórico é apresentado sobre as caracterizações da comunicação, ela no meio empresarial e o marketing como comunicação com o cliente. A metodologia foi baseada na pesquisa teórico empírica, juntamente com pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Embasado nos resultados e análises realizadas no estudo, podemos inferir que as ações estratégicas sugeridas para a empresa têm o potencial de ser benéficas para conquistar a fidelização de clientes, elevando a base de clientes e a satisfação dos mesmos.

Palavras-chaves: Satisfação; Clientes; Comunicação.

ABSTRACT

The quality of communication between the company and the client was always an important factor to guarantee loyalty, and now, in a digital world where the form of communication is constantly changing and it is almost all virtual, establishing a good virtual communication with clients has become a strong competitive advantage in the job market. The theme developed in this final paper is to propose virtual communication strategies with the client, this was a study research carried out in a computer company,

¹ Acadêmica do Curso de Administração – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. amanda.wagner2001@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Administração – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. naahimmich@gmail.com

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor dos Cursos de Administração, Recursos Humanos, Gestão de TI e Gestão da RH. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

located in Santa Rosa/RS. The research issue covers the best ways to improve virtual communication with the target company's client. In the main goal, it's possible to see which strategies are the best to promote virtual communication with the client, with the goal of reducing the involvement aiming for the client's loyalty. The specific goals talk about how communication influences loyalty and the formulation of a research about the satisfaction with the service provided by the company, posteriorly introduced as an effective virtual communication strategy. It's introduced in the theoretical reference the communication characteristics in the business and marketing environment. The methodology was based on the empirical theoretical research, along with bibliographical and documentary research and case study. Based on the results and analysis of this research, it can be concluded that the strategic actions suggested for the company have the potential of being profitable to conquer the client's loyalty, raising the clients base and satisfaction.

Keywords: Satisfaction; Clients; Communication.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os clientes de diversos nichos de mercado buscam proximidade com os prestadores de serviço, sendo a internet um meio essencial para essa conexão. Ter uma estratégia eficiente para aprimorar a comunicação virtual torna-se crucial, sendo um fator cada vez mais influente para alcançar resultados positivos nas empresas.

Desta forma, o tema desenvolvido neste projeto, direciona-se a propor a Mega Informática, uma loja de varejo e assistência técnica na linha de informática e celulares, localizada em Santa Rosa/RS, estratégias assertivas que promovam a comunicação virtual com o cliente, com a finalidade de estreitar a relação visando a sua fidelização. Perante aos objetivos específicos, foi possível identificar como a comunicação influencia a fidelização do cliente e a elaborar uma pesquisa de satisfação em relação ao atendimento prestado pela empresa.

Na metodologia se encontra presente o modelo de pesquisa adotado na fase de coleta de dados. O segundo tópico se envolve na metodologia aplicada para a formatação da pesquisa, abrangendo as categorizações selecionadas neste estudo. O terceiro capítulo apresenta o diagnóstico e análise dos dados coletados através de questionários, onde são trazidas também as sugestões de estratégias, bem como ideias das autoras como forma de defesa da atividade. Por fim, é apresentado a

conclusão do estudo, onde a mesma é de suma importância, pois avalia os conhecimentos adquiridos ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 TIPOS DE COMUNICAÇÃO

A comunicação está intrínseca na vida do ser humano desde o seu surgimento, tornando-o assim, um ser social. Hoje, as pessoas se comunicam para trocar informações, para se integrar a grupos e para satisfazer as suas necessidades econômicas e afetivas (Cordeiro, 2017).

Conforme Mesquita, a comunicação pode ser transmitida de diversos modos, configurando os elementos que serão utilizados. Essa caracterização pode ser dividida assim como comunicação verbal e não verbal. A comunicação não verbal envolve a expressão através do corpo humano, objetos relacionados a ele e até produtos que refletem habilidades humanas. Essa forma de comunicação ocorre entre duas ou mais pessoas e abrange comportamentos visíveis ou não (Mesquita, 1997).

Na comunicação verbal, uma das funções mais importantes está no fato de que o feedback do remetente é quase que instantâneo, o que possibilita uma troca mais eficaz e real acerca do que está sendo transmitido.

[...] embora distingamos seis aspectos básicos da linguagem, dificilmente lograríamos contudo, encontrar mensagens verbais que preenchessem uma única função. A diversidade reside não no monopólio de alguma dessas diversas funções, mas numa diferente ordem hierárquica de funções. A estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante (Jakobson, 2010, p. 157).

As linguagens formal e informal são variantes da linguística e tem como finalidade a comunicação. A linguagem formal seria a forma mais culta de se comunicar. Já a linguagem informal, ou coloquial, tem a mesma finalidade de transmitir uma ideia, comunicar, contudo sem o rigor da formalidade (Jakobson, 2010).

Dentro do contexto empresarial e organizacional existem várias nuances da comunicação. A comunicação interna que precisa ser específica para o compartilhamento de informações, e a comunicação externa que deve divulgar, neste

caso, atuando como uma vitrine onde a empresa expõe seus produtos e/ou serviços e faz seu primeiro contato com o cliente. Ainda existe uma terceira via de comunicação que é a comunicação com o cliente, no sentido de fidelizá-lo (Barker; Gaut, 2002).

Dessa forma, a comunicação está sempre presente no dia a dia e, em essência, envolve uma mensagem e um destinatário. Podemos observar que há diversas maneiras de expressar algo, e ainda, que é crucial que a comunicação esteja contextualizada por meio da linguagem.

1.2 VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

A comunicação se torna cada dia mais frequente no cotidiano das pessoas e das organizações, e conseqüentemente, as pessoas se tornam mais dependentes dela. Assim como os tipos de comunicação, os veículos de comunicação também possuem suas ramificações, sendo elas: jornal, televisão, internet, rádio e revista.

De acordo com Wolton, as mídias têm um papel fundamental na propagação das mensagens enviadas no setor de marketing e propaganda. Houve uma grande evolução nos últimos anos, fazendo com que as empresas também evoluíssem para dar conta da demanda de exposição de serviços e produtos (Wolton, 2006).

Em menos de cem anos foram inventados e democratizados o telefone, o rádio, a imprensa de grande público, o cinema, a televisão, o computador, as redes, transformando definitivamente as condições de troca e de relação, reduzindo as distâncias e realizando a tão desejada aldeia global (Wolton, 2006, p. 9).

Para isso, se encontra a importância de saber utilizar as redes em prol das melhorias dos processos internos que afetam diretamente o cliente e a sua satisfação com a empresa no geral, desde o primeiro contato até a entrega do produto/serviço solicitado.

1.3 COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA NA ORGANIZAÇÃO

A palavra estratégia possui uma caracterização relacionada a planos ou métodos que possuem um objetivo de alcançar um objetivo único e almejado (Aguiar, 2019).

Quando se trata de comunicação organizacional interna vinculada à estratégia, é possível permitir o compartilhamento de informações propiciando, assim, resultados positivos à organização (Monteiro; Kuhl; Angnes, 2021, p. 18).

Focalizando na questão mercadológica, a comunicação dentro de uma empresa precisa necessariamente estar alinhada com o planejamento organizacional da mesma, para assim contribuir com os resultados e alcançar os objetivos.

A comunicação estratégica não garante um bom resultado se o ambiente não trabalhar em sintonia. Para isso, todos os departamentos da instituição precisam estar alinhados com essas estratégias, visto que eles são um recurso essencial para este caso (Bueno, 2009).

A comunicação estratégica voltada para clientes também deve ser clara e objetiva, e contemplar todos os endereçados.

Poder é algo mais que comunicação e comunicação é algo mais que poder. Mas o poder depende do controle da comunicação. Igualmente o contrapoder depende de romper o dito controle. E a comunicação de massas, a comunicação que pode chegar a toda a sociedade, se conforma e é gerida mediante relações de poder enraizadas no negócio dos meios de comunicação e da política do Estado. O poder da comunicação está no centro da estrutura e da dinâmica da sociedade (Castells, 2009, p. 23).

Assim como no social, a comunicação está presente no cotidiano do âmbito empresarial. Dentro das organizações ela também deve obedecer a critérios de escolha do interlocutor e de linguagem, ou seja, aplicada de acordo com o objetivo que pode ser tanto com fins de disseminação de informações, como de venda e oferta de produtos e serviços ao consumidor.

1.4 MARKETING COMO COMUNICAÇÃO COM CLIENTES

As empresas difundem cada vez mais as mensagens por todos os tipos de mídias, porém, com a competitividade, para se destacar é preciso ir além e sempre divulgar o valor que a empresa oferece através do seu produto.

A forma como essa comunicação vai se estabelecer pode-se dizer que “dependendo da formação e das visões dos atores envolvidos, poderá adotar formas mais conservadoras ou mais interativas” (Kunsch, 2021, p. 20). A partir disso, pode-se pensar a comunicação estratégica como uma necessidade dentro das organizações.

A demanda crescente da sociedade por uma comunicação transparente, comportamento ético e ações que visem atender às necessidades da comunidade no entorno, tendo em vista a construção de uma imagem e identidade positiva perante a opinião pública, culminam na necessidade de uma comunicação estratégica por parte das empresas. (Kunsch, 2021, p. 21).

A construção dessa imagem é função do Marketing, que deve estar alinhado aos interesses da empresa, e em diálogo constante com o público a ser alcançado (Kotler; Armstrong, 1999). Somente através desse diálogo é que se pode conhecer a demanda, e atendê-la de forma satisfatória, gerando assim lucros para a empresa através de um bom desempenho nas vendas e/ou prestação de serviços.

[...] nós não estamos no controle do que desejamos comprar e, para tomarmos as decisões de compra, três fatores influenciam nesse processo. Primeiro, as comunicações de marketing na utilização de diversas mídias. Segundo, as opiniões dos amigos e da família. E terceiro, os sentimentos e conhecimentos que temos sobre a marca baseados em experiências anteriores. (Vieira; Barbosa, 2021, p. 3).

Desta forma, percebe-se que a comunicação não deve ser considerada como uma simples transmissão de uma informação, sendo ela a resultante de um processo que contempla inúmeros elementos e que considera uma série de fatores ligados à cultura, sustentando assim a qualidade da comunicação com os clientes, a partir de um pensamento estratégico.

2 METODOLOGIA

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste trabalho foi utilizado a pesquisa teórico empírica, ou pesquisa aplicada, pois foi buscado métodos para a comunicação se tornar mais eficaz em relação a fidelização do cliente. Sobre o tratamento dos dados, é caracterizado como qualitativa, pois os dados foram obtidos através de uma aplicação de entrevista com o gerente da empresa, com o intuito de selecionar quais os pontos necessários para realizar o estudo. Para mais, foi aplicado um questionário com os clientes visando identificar quais as suas necessidades, qual o grau de satisfação e o de fidelização.

Quanto aos fins e objetivos propostos, pode ser designada descritiva, onde os objetos de estudos são os processos e perfis pessoais selecionados no filtro inicial da pesquisa. A respeito dos procedimentos técnicos, foi utilizado pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica será realizada com um contato direto com os materiais de comunicação que estão dispostos a constituir o estudo. A pesquisa documental será através da disponibilização dos dados coletados nos arquivos da empresa. Ademais, o estudo de caso é selecionado desta vez pois é através dela que é realizado o estudo real afim de abstrair o máximo de conhecimento sob a organização selecionada.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Na pesquisa, é crucial realizar um levantamento de dados por meio das técnicas mencionadas, utilizando documentação direta e indireta para registrar as informações coletadas. A documentação indireta foi por um levantamento de dados através da pesquisa bibliográfica e documental, onde assim foi possível verificar os dados que auxiliaram no processo da pesquisa, e os dados obtidos através da documentação direta foram por meio de uma entrevista com o gerente da organização, na qual nos explanou quais as dificuldades perceptíveis que afetam na comunicação assertiva.

A empresa possui atualmente 3.000 mil clientes cadastrados. O cálculo realizado para obter precisamente a quantidade de respostas no questionário aplicado aos consumidores foi o da média.

Ilustração 1: Fórmula da média.

$$M = \frac{X_1 + X_2 + \dots + X_n}{n}$$

Fonte: Produção do pesquisador.

Baseado nisso, foi utilizado os valores no qual o gerente da empresa repassou através do questionário aplicado, para assim ser possível calcular uma média de respondentes necessários.

Ilustração 2: Cálculo de média e multiplicação

$M = \frac{4 + 20}{2}$	$M = \frac{24}{2}$	$M = 12$	$X = 12 * 5$ $x = 60$
------------------------	--------------------	----------	--------------------------

Fonte: Produção do pesquisador.

De acordo questionário, por dia se faz presente cerca de 4 clientes buscando serviços de assistência técnica, e cerca de 20 clientes buscando varejo, impressões ou similares. O valor resultante do cálculo da média foi multiplicado pela quantidade de dias que foi aplicado o questionário.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para a interpretação dos dados utilizou-se o método de abordagem dedutivo, pois primeiramente foi organizado a pesquisa bibliográfica documental, para posteriormente compreensão dos dados para gerenciamento da presente pesquisa.

Com a pesquisa, primeiramente foi feito a organização dos dados e minimização de dados brutos, criando gráficos para análises. Foi feita também uma

entrevista com o gerente da empresa, com o intuito de filtrar melhor o problema presente no estudo.

3 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

3.1 ESTRUTURA DA EMPRESA

Afim de conhecer a estrutura da empresa, foi realizado um questionário com o gerente da empresa, onde o mesmo alegou que, atualmente, possuem três funcionários, se dividindo em atendimento ao público, recebimento de equipamentos para conserto, assistência técnica em informática e gerencia técnica.

Como estratégias de marketing a empresa utiliza apenas das redes sociais, sendo mais usual as postagens de prazo 24 horas, mas sem nenhum cronograma a ser seguido. Referente às ações de pós venda, a empresa não adota nenhuma medida. Para a fidelização a empresa procura realizar os serviços de forma íntegra e transparente, eliminando qualquer procedimento burocrático em casos de garantia e priorizar a resolução imediata das necessidades do cliente.

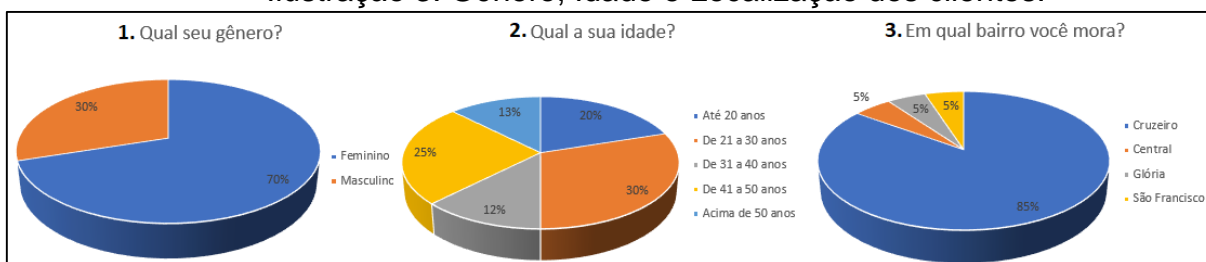
Assim, após a entrevista com o gerente da empresa, pode-se considerar que eles possuem uma equipe de funcionários qualificados, no entanto, apresenta um nível de investimento insuficiente tanto em estratégias de marketing quanto no atendimento ao cliente virtual.

3.2 PESQUISA COM OS CLIENTES

Com o objetivo de conhecer o perfil dos clientes, foi aplicado um questionário de dez questões com 40 clientes escolhidos de forma aleatória.

As perguntas iniciais buscaram filtrar o gênero, idade e bairro onde moram os clientes. Conforme a ilustração 3, observa-se que 70% do total de clientes são gênero feminino, na faixa etária de 21 a 30 anos e pertencentes ao bairro Cruzeiro.

Ilustração 3: Gênero, Idade e Localização dos clientes.



Fonte: Produção do Pesquisador.

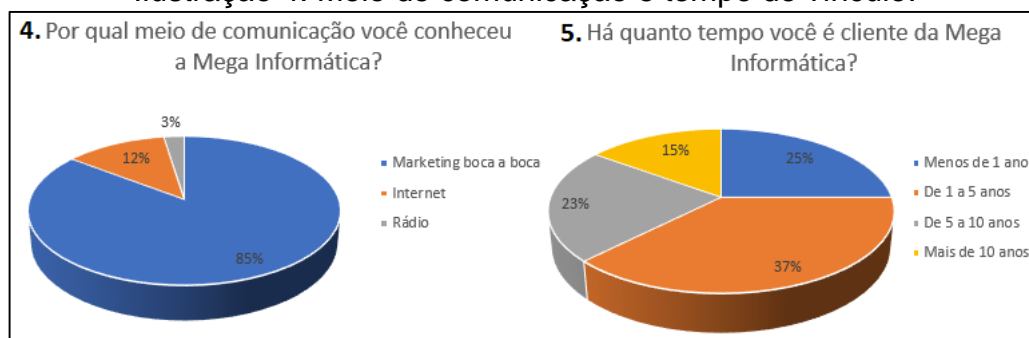
Pode-se perceber que as ações de fidelização e melhoria na comunicação online deve estar mais voltado ao público feminino, pois está em um aumento crescente na representação das mulheres no setor de tecnologia.

Em questão de localização, foi constatado que 85% dos clientes moram no bairro Cruzeiro, demonstrando a grande maioria, em relação aos 5% residentes no bairro São Francisco. Esses dados se tornam importantes pois maximizam os resultados e suprindo às necessidades de diferentes públicos.

Em relação a idade, verificou-se que 30% estão na faixa de 21 a 31 anos, contra o público de 31 a 40 anos de idade, sendo de 12%. Este é um dos fatores demográficos mais importantes, uma vez que possibilita um atendimento mais eficiente sobre as preferências de públicos específicos.

Na questão 4 os clientes foram questionados sobre quais meios conheceram a empresa deste estudo. Os resultados foram de 85% dos clientes conheceram pelo marketing boca a boca, outros 12% através da internet e outros 3% pela rádio. Já na questão 5, foi questionado há quanto tempo a pessoa é cliente da empresa estudada, as respostas foram de 37% de 1 a 5 anos, outros 25% são há menos de 1 ano, 23% de 5 a 10 anos e 15% há mais de 10 anos.

Ilustração 4: Meio de comunicação e tempo de vínculo.

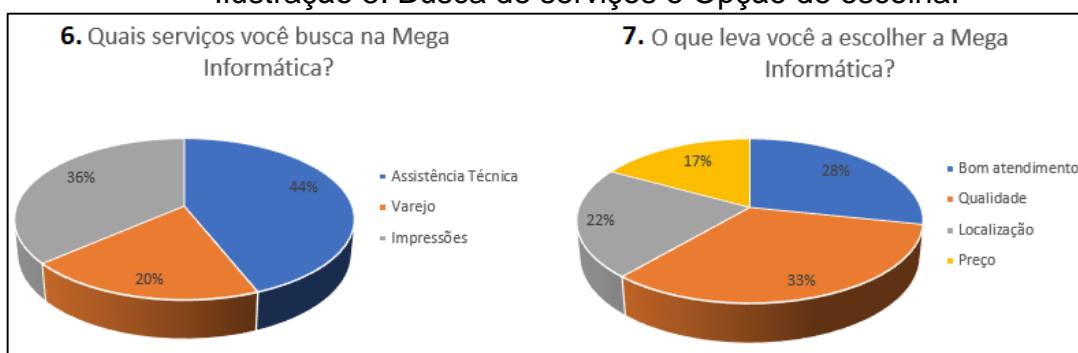


Fonte: Produção do Pesquisador

A Ilustração 4 mostra que a maioria dos clientes são recentes e conhecem a empresa através do marketing boca a boca. Se tratando de empresa, este tipo de marketing é uma forma de publicidade orgânica que não requer grandes investimentos financeiros.

A sexta pergunta se refere a quais serviços o cliente busca na empresa estudada. A partir da ilustração a seguir, observa-se que 44% buscam assistência técnica, outros 36% buscam impressões e outros 20% buscam varejo. Já a sétima pergunta se relaciona a quais motivos levam o cliente a escolher esta empresa. As respostas demonstram que 33% é a qualidade, outros 28% o bom atendimento, outros 22% a localização e outros 17% o preço.

Ilustração 5: Busca de serviços e Opção de escolha.



Fonte: Produção do Pesquisador

A partir da Ilustração 5, pode-se observar o sobressalto de procurar assistência técnica em lojas de informática diante das demais opções, onde neste caso, este trabalho está sendo o mais conveniente e econômico.

A oitava pergunta se relaciona ao grau de satisfação dos clientes. Assim, pode-se verificar na ilustração 6 que 72% acham o serviço muito bom, outros 25% muito bom e outros 3% acham bom. Na nona pergunta, o questionário se envolta em qual ser a chance do cliente indicar a empresa para um terceiro, a resposta foi unânime, resultando 100% como sim.

Ilustração 6: Grau de satisfação

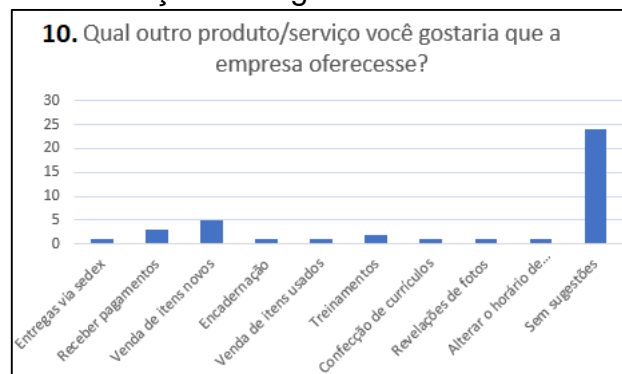


Fonte: Produção do Pesquisador.

Observando a Ilustração 6, é possível garantir que visualizar as boas avaliações e receber indicações atrai mais negócios e constrói uma base sólida para o crescimento da empresa.

A décima pergunta questiona abertamente o cliente a responder qual o produto ou serviço que ele gostaria que a empresa oferecesse. Foi possível identificar que 60% dos clientes não possuem sugestão de melhoria, 12,5% sugeriu venda de aparelhos novos, 7,5% sugeriu receber pagamentos de boletos, 5% treinamentos, 2,5% entregas via sedex, 2,5% encadernação, 2,5% venda de aparelhos usados, 2,5% confecção de currículos, 2,5% revelação de fotos e outros 2,5% sugeriram alterar o horário de expediente.

Ilustração 7: Sugestão de melhorias



Fonte: Produção do Pesquisador.

Como pode se constatar na Ilustração 7, as sugestões dos clientes auxiliam na melhoria contínua de uma empresa, na satisfação do cliente e no sucesso nos negócios.

Neste tópico foi possível visualizar o grau de satisfação dos clientes mediante os produtos e serviços prestados, pois o feedback dos mesmos ajuda a empresa a se adaptar e a atender às mudanças nas demandas do mercado.

3.3 SUGESTÕES DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA MELHORAR A COMUNICAÇÃO DA EMPRESA

A busca das pessoas mais jovens pela tecnologia é uma tendência marcante, pois desempenha um papel fundamental em suas vidas, influenciando o modo como se comunicam, aprendem e trabalham. Como resultado, essa presença tecnológica permeia todos os aspectos da vida e está se tornando cada vez mais acessível, impactando principalmente os jovens, que a adotam de maneiras diversas, já que crescem imersos nesse ambiente tecnológico (Munhoz, 2016).

As sugestões de melhorias foram concebidas através da utilização da ferramenta 5H2W, onde a primeira ação visa a facilitação no entendimento dos processos tecnológicos e o aumento da capacidade de se comunicar efetivamente, principalmente por meios digitais.

Ilustração 8: Ação estratégica 1

O que?	Desenvolver um treinamento de noções básicas de informática
Porque?	Facilita a comunicação e a compreensão tecnológica
Onde?	Na empresa
Quando?	Até fevereiro de 2024
Quem?	Gerente
Como?	Debate/Brainstorming para identificar os pontos fracos, para ser desenvolvido durante o curso
Quanto?	R\$ 300,00

Fonte: Produção do pesquisador.

Essa ação estratégica busca desenvolver um treinamento, ministrado pelo gerente dentro da empresa, de noções básicas de informática na qual os clientes podem optar voluntariamente em realizar, mediante pagamento de um valor estipulado pela empresa.

Outra proposta de melhoria seria a alteração do horário de atendimento de segunda a sexta-feira, satisfazendo assim o cliente e conseguindo atender mais demandas.

Ilustração 8: Ação estratégica 2

O que?	Alterar o horário de atendimento nos dias de semana
Porque?	Suprir de maneira mais eficaz as necessidades dos clientes
Onde?	Na empresa
Quando?	Até fevereiro de 2024
Quem?	Gerente e funcionários
Como?	Discutir com os funcionários sobre a troca, realizar um comunicado formal e por escrito e comunicar os clientes.
Quanto?	Sem investimentos

Fonte: Produção do pesquisador.

Essa alteração seria de grande valia se for comparar com a concorrência, visto que as demais empresas que possuem o mesmo ramo na cidade, não são adeptos a este tipo de jornada. Portanto, a flexibilidade é evidenciada pela negociação mútua entre as partes interessadas, a fim de incorporar mudanças no contrato que se alinhem com as novas dinâmicas moldadas pela realidade, viabilizando, assim, a competitividade e o emprego (Scarpa, 2023).

A empresa desfruta de boas avaliações por parte de seus clientes, no entanto, sempre há espaço para melhorias. A empresa pode explorar maneiras de expandir sua gama de produtos e serviços, e por fim, deve estar aberta a feedback construtivo e estar disposta a adaptar-se às mudanças do mercado e às expectativas em constante evolução dos clientes.

CONCLUSÃO

O sucesso de uma empresa está diretamente ligado às estratégias e iniciativas dos gestores para cultivar a fidelidade dos clientes. O presente estudo possuiu como objetivo geral propor estratégias assertivas que promovam a comunicação virtual com o cliente, com a finalidade de estreitar a relação visando a sua fidelização na Mega Informática, de Santa Rosa/RS.

O primeiro objetivo específico, que consiste em compreender o impacto da comunicação na fidelização do cliente, foi atendido no tópico 2.3. A metodologia de pesquisa simplificou a análise proposta, permitindo-nos, por meio da coleta de informações junto ao gestor, avaliar com precisão os desafios que a empresa está enfrentando. O segundo objetivo específico envolveu a criação de uma pesquisa de satisfação destinada aos clientes que avaliaram o atendimento fornecido pela empresa Mega Informática. O questionário foi desenvolvido com questões relevantes, abordando diversos aspectos cruciais para a formulação de estratégias.

Este estudo assume uma relevância significativa para a Mega Informática, uma vez que fornece uma compreensão mais aprofundada do perfil de seus clientes e, simultaneamente, possibilita a identificação de modificações que podem ser implementadas para otimizar as operações diárias e potencializar o sucesso da empresa. No contexto das autoras, esta pesquisa adquire uma importância ímpar, uma vez que, além de aprofundar o conhecimento sobre a empresa, viabiliza a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Para a FEMA este presente trabalho poderá ser usado como base para estudos futuros e como sugestão para os acadêmicos que desejam aprofundar os estudos sobre o ramo de tecnologia e marketing.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL (ABERJE). **Comunicação Empresarial e Cultura Digital: adaptação e emoção**. 2020. Disponível em: <https://www.aberje.com.br/comunicacao-empresarial-e-cultura-digital-adaptacao-e-emocao/>.
- AGUIAR, Fernanda Rocha de; TREVISAN, Nanci Maziero; LIMA, Aline Poggi Lins; SILVA, Roberta Machado Dias da. **Comunicação Interna**. E-Book. Grupo A, 2019. 256 p.
- BARKER, Larry L.; GAUT, Deborah R. **Communication**. 7 Ed. 2002. 406 p.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo. Saraiva, 2009. 338 p.
- BUHAMRA, Cláudia. **Gestão de Marketing no Varejo: conceitos, orientações e práticas**. Grupo GEN, 2012. 138 p.
- CASTELLS, Manuel. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009. 356 p.
- CORDEIRO, Rafaela Queiroz Ferreira. **Teorias da Comunicação**. São Paulo: Saga, 2017. 296 p.
- FRANÇA, Ana Shirley (Org.). **Comunicação Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2013. 152 p.
- GREWAL, Dhruv; LEVY, Michael. **Marketing** (4th ed.). Grupo A. 2017. 497 p.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. 22.ed. Tradução de Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010, 234 p.
- KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 348 p.
- KUNSCH, Margarida M. Krolhling. A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas. **Media & Jornalismo**, volume 18, número 33, 2021. 24 p.
- LOBO, Renato N. **Gestão de Produção**. Editora Saraiva, 2010. 209 p.
- MESQUITA, Rosa M. **Comunicação Não-Verbal: relevância na atuação profissional**. São Paulo, 1997. 162 p.
- MONTEIRO, Caroline; KUHL, Marcos Roberto; ANGNES, Juliane Sachser. O processo de comunicação organizacional interna: um estudo realizado em uma Associação Comercial e Empresarial do Paraná. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Volume 26, número 1, março 2021. 31 p.

MUNHOZ, Antonio S. **Tecnologias Educacionais**. Editora Saraiva, 2016. 101 p.

PÉREZ, Rafael Alberto. **Estrategias de Comunicación** (4. ed.). Barcelona: Editorial Ariel, 2008. 325 p.

SAMÁ, Susi; SILVA, Mauren Porciúncula Moreira. **Educação Estatística: ações e estratégias pedagógicas no Ensino Básico e Superior**. Curitiba, PR: CRV, 2015. 176 p.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 22. Ed. São Paulo: Cultrix, 2002. 186 p.

SCARPA, Rita C. N. M., **Reforma Trabalhista, Flexibilização e Crise no Direito do Trabalho**. Grupo Almedina (Portugal), 2023. 406 p.

TZU, Sun. **A arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Avis Rara, 2021. 160 p.

TYBOT, Alice M. **Marketing**, Editora Saraiva, 2013. 470 p.

VIEIRA, Fernanda; BARBOSA, Marcela Augusta de Freitas. **Comunicação Estratégica e Neuromarketing: apontamentos sobre interfaces e apropriações**. ANAIS do XVII Encontro de estudos multidisciplinares sobre cultura. Bahia, 2021. 15 p.

YANAZE, Mitsuru H. **Gestão de Marketing e Comunicação**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. 638 p.

WOLTON, Dominique. **É Preciso Salvar a Comunicação**. São Paulo, SP: Paulus, 2006. 204 p.

O IMPACTO DOS *SMART CONTRACTS* NO DIREITO CIVIL NA ERA DIGITAL

Amanda Luft¹
Eduarda S. Lopes²
Dionata Petzinger³
Leticia Tramm⁴
Gabriel Henrique Hartmann⁵

RESUMO

O artigo tem como tema os *smart contracts*. Visa analisar de que forma funcionam os *smart contracts* na era digital e quais tecnologias subjacentes os viabilizam e de que forma afetam os princípios fundamentais do direito civil, mormente, a autonomia da vontade, a formação de contratos, a execução e o cumprimento de obrigações. Para que pudesse compreender de maneira objetiva acerca da temática selecionada, formulou-se a seguinte problemática: como conciliar a promessa de eficiência e automação dos *smart contracts* com os desafios jurídicos inerentes à sua implementação, de forma a garanti a segurança jurídica nos moldes da responsabilidade civil na Internet? Utilizou-se de dados provenientes de inúmeros artigos relacionados com a temática, com o intuito de conceituar o que seriam os *smart contracts*, quais seus requisitos para o funcionamento, sob quais aspectos se tornam válidos, em quais situações podem ser anulados e as possíveis consequências pelo inadimplemento. A metodologia empregada para encontrar todos os dados pertinentes para a pesquisa foi a de pesquisa bibliográfica dos artigos que tratam da temática. Ao final da pesquisa, constatou-se, que embora seja uma tecnologia eficiente, ainda há aspectos a serem analisados.

Palavras-chave: *Smart Contracts*; Segurança Jurídica; Inadimplemento.

ABSTRACT

The article aims to characterize individuals who use different technological means, especially the use of Smarts Contracts. For this, we used data from numerous articles related to the topic, with the aim of conceptualizing what Smart Contracts would be, what their requirements for operation are, under what aspects they become valid, in which situations they can be annulled and the possible consequences for non-compliance. The methodology used to find all relevant data for the research was

¹ Acadêmica do curso de Direito – 3º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Amandinhaluft01@gmail.com.

² Acadêmica do curso de Direito – 3º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. sanajiottoeduarda@gmail.com.

³ Acadêmico do curso de Direito – 3º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Dionata.petzinger09@gmail.com.

⁴ Acadêmica do curso de Direito – 3º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. letytramm@gmail.com.

⁵ Mestre em Direito pelo do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Prof. do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. gabrielh.hartmann@hotmail.com. Orientador.

bibliographical research of articles that deal with the topic. In order to objectively understand the selected theme, the following problem was formulated: "How to reconcile the promise of efficiency and automation of Smart Contracts with the legal challenges inherent to their implementation, guaranteeing legal security in the form of civil liability on the Internet?". Having as a general objective, the explanation of Smart Contracts within the scope of the Digital Era. At the end of the research, it was found that although it is an efficient technology, there are still aspects to be analyzed.

INTRODUÇÃO

Atualmente, com os avanços tecnológicos, o meio digital se tornou uma parte vital na vida dos indivíduos, desde o acesso à rede social com a interação de inúmeras pessoas até a realização de contratos se tornou possível. Entretanto, esse vasto campo de possibilidades viabiliza a ocorrência de situações desagradáveis e prejudiciais aos usuários. Dessas situações que surge a necessidade de se debater acerca da responsabilidade civil dentro da internet, com o intuito de destacar os direitos e deveres estabelecidos com o Marco civil da Internet em 2014, principalmente, quando há o enfoque na perceptível transformação no mercado de consumo, devido ao acréscimo dos novos instrumentos criados, os *smart contracts*.

Os *smart contracts*, ou também denominados contratos inteligentes, têm a finalidade de melhorar o desempenho e operam diretamente na diminuição do descumprimento dessas cláusulas contratuais, por meio de softwares, inteligência artificial e algoritmos, que acabam por viabilizar o cumprimento das ordens determinadas. Porém, é importante observar que eles não são imunes a erros ou ações fraudulentas. Diante dessa perspectiva, a problemática selecionada busca enfatizar a possibilidade de: como conciliar a promessa de eficiência e automação dos *smart contracts* com os desafios jurídicos inerentes à sua implementação, garantindo a segurança jurídica nos moldes da responsabilidade civil na Internet?

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é evidenciar como funcionam os *smart contracts* dentro do âmbito da era digital e quais tecnologias subjacentes os viabilizam e de que forma afetam os princípios fundamentais do Direito Civil, como a autonomia da vontade, a formação de contratos, a execução e o cumprimento de obrigações.

Desse modo, o presente artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como método de abordagem a pesquisa documental com a observação sistemática de textos bibliográficos, doutrinas e a legislação. Para a metodologia de investigação, utilizou-se o método dedutivo com o intuito de descrever e aprofundar o conhecimento sobre os *smart contracts*, suas (des)vantagens e seguranças.

1 A INTRODUÇÃO DAS REDES VIRTUAIS E A ADAPTAÇÃO DO USO DE SMARTS CONTRACTS

A transformação digital tem revolucionado a forma como os negócios ocorrem na internet, o que impulsiona a ascensão dos *smart contracts*, ou contratos inteligentes. Esses contratos, baseados em tecnologia blockchain, oferecem uma forma inovadora de digitalizar e simplificar acordos entre partes, agilizando o processo. No entanto, essa inovação também traz consigo desafios significativos em relação à responsabilidade civil. Neste contexto, é essencial compreender como os *smart contracts* funcionam, as implicações legais que apresentam e como a legislação deve evoluir para fornecer um quadro claro de responsabilidade civil na era digital. Serão explorados esses aspectos e como a colaboração entre legisladores, juristas e tecnólogos é fundamental para enfrentar os desafios emergentes.

À primeira vista, vale destacar que a origem da Internet se iniciou em meados de 1969, nos Estados Unidos, inicialmente conhecida como ARPANET, tinha como principal objetivo auxiliar laboratórios de pesquisa. Contemporaneamente, tornou-se imprescindível no cotidiano de inúmeras pessoas. Além disso, os usuários deixaram de ser meros receptores passivos de informações, para se transformarem em propagadores de informações (Xavier, 2023).

Com isso, como qualquer outra ação, a internet é palco de boas e más ações, mas cada vez mais a rede está se tornando cenário para atos ilícitos. Desde que tal situação se constituiu, muitos têm sido os rumores a respeito da responsabilidade civil na internet, pois é indubitável os questionamentos acerca da responsabilização devido ao conteúdo ilícito publicado nas redes sociais. Inevitavelmente que a responsabilidade se centra em reparar o dano causado a quem foi prejudicado e deverá restituir pelas perdas e danos causados, se houver nexo de causalidade.

Ademais, quando se refere a culpa, há a responsabilização sem culpa, objetiva, ou quem cria o risco que irá responder (Xavier, 2023).

Nesse sentido, o Marco Civil da Internet é uma lei importante que estabelece regras e direitos fundamentais para o uso da internet no Brasil, com o objetivo de assegurar a neutralidade da rede, a privacidade e proteção de dados pessoais, a liberdade de expressão, direito à informação e a responsabilização dos usuários por seus atos na rede (Xavier, 2023).

Normalmente, o usuário infrator é responsabilizado civilmente por atos ilícitos cometidos no âmbito digital, mas em algumas situações, os provedores de redes sociais podem ser responsabilizados solidariamente. Assim, a responsabilidade civil no meio digital pode ser definida como a obrigação de reparar os danos causados a terceiros em decorrência de uma conduta ilícita praticada na internet. Essa responsabilidade pode ser atribuída tanto aos autores das notícias falsas quanto às plataformas e provedores que as hospedam ou as propagam (Medina, 2023).

Ao relacionar o assunto acima explicitado com os *smart contracts* é perceptível que os *smart contracts* são um novo gênero contratual, que também são chamados de contratos inteligentes, os quais usam tecnologia de ponta para ter o melhor desempenho e execução das cláusulas (Oliveira; Azeredo, 2017) (Tepedino; Silva, 2021).

Ilustração 1: Infográfico Contratos Inteligentes



Fonte: Iberdlola.com

Conforme o infográfico, os contratos inteligentes funcionam de forma semelhante a outras transferências através do blockchain. Tudo começa quando um usuário inicia uma transação a partir de uma carteira blockchain. A transação é então encaminhada para um banco de dados distribuído onde a identidade do usuário é confirmada por segurança. Depois de confirmada, a transação é aprovada, podendo ser uma simples transferência de fundos ou qualquer outra operação programada. É importante ressaltar que uma transação contém um código que define que tipo de transação deve ser realizada para garantir a automatização da operação. Todas essas transações são então agrupadas em um bloco dentro do blockchain, somando-se ao blockchain existente. Quaisquer alterações no estado do contrato são atualizadas seguindo o mesmo processo, o que garante a confiabilidade e imutabilidade da rede (Iberdrola, 2023).

Estes contratos inteligentes não apresentam apenas formato digital, mas também usam uma linguagem de programação específica para executar suas cláusulas que são executadas de forma automática e garante uma segurança adicional, pois uma vez realizado não pode vir a ser alterado ou fraudado, sendo que se houver qualquer erro na digitação é necessário que haja a criação de um novo contrato (Tepedino; Silva, 2021).

Os contratos inteligentes oferecem diversas vantagens significativas para todas as partes envolvidas. Dentre estas, eles proporcionam independência, o que permite que os participantes realizem transações sem intermediários, que agiliza o processo. Além disso, a confiabilidade é uma característica essencial, uma vez que estes contratos são armazenados de forma segura numa rede distribuída, de forma que é impossível qualquer tentativa de alteração ou falsificação (Fachini, 2022).

Outro ponto fundamental é a segurança, pois o contrato é replicado em todos os nós da rede, fato que garante que não seja perdido. A poupança de recursos também é significativa, uma vez que os intermediários e as comissões são eliminados, capaz de resultar em reduções significativas de custos para todas as partes envolvidas. A precisão é uma vantagem adicional, pois os contratos inteligentes reduzem a quase zero a possibilidade de erros nos termos ou na execução da transação. Além disso, contribuem para a sustentabilidade (Fachini, 2022).

No modelo *smart contracts*, antes de ser emitido o documento, as suas cláusulas e consequências são planejadas, e o acordo é firmado através de um clique, o que torna a sua execução e acompanhamento dos processos facilitados. Sua validação é feita pela blockchain, onde a mesma acompanha as informações compartilhadas e permite a comunicação direta e criptografada, suficiente para garantir a segurança em todo processo (Tepedino; Silva, 2021).

O blockchain é um dos meios mais importantes para o cumprimento das obrigações e execução dos *smart contracts*. Assim, o blockchain é um banco de dados de transações organizado cronologicamente em uma rede de computadores. Como o blockchain tem propriedades descentralizadas, baseado em algoritmos matemáticos, não necessita de um administrador para controlar e estabelecer os processos. Também garante a estabilidade e a vitalidade de informações, capaz de conferir características de uma tecnologia que necessita de um certo nível de confiança entre os participantes da rede eletrônica (Divino, 2018).

Sobre outro enfoque que deve ser observado é a existência de dois tipos de blockchain: os privados e os públicos. Os privados vêm a ser centralizados e necessitam de permissão para se juntarem. Somente usuários autorizados podem se juntar a cadeia. Também garante a estabilidade e a vitalidade de informações dando-lhe características de uma tecnologia que dispensa um certo nível de confiança entre os participantes da rede eletrônica (Divino, 2018).

Embora o blockchain venha a ser mais seguro em comparação com outros sistemas centralizados, esta tecnologia conceituada em 2008, por Shatoshi Nakamoto, pseudônimo utilizado pela pessoa ou pessoas que desenvolveram o primeiro banco de dados de *blockchain*, possui apenas alguns anos de aplicação no mundo real e não são imunes aos riscos de fraude, pois, o software é falho podendo haver graves erros forçando as empresas abandonar projetos e começar do ponto inicial (Cio, 2018).

Embora os *smart contracts* envolvam aspectos tecnológicos avançados, é importante destacar que, em essência, eles são uma forma de contratação. Dessa forma, devem seguir as condições de legalidade estabelecidas no Código Civil, já que não há uma legislação específica que os regule no contexto jurídico brasileiro. Assim

como qualquer outro tipo de negócio jurídico, os contratos inteligentes precisam atender a certos parâmetros e possuir características específicas para que sejam reconhecidos como válidos perante a lei (Divino, 2018).

Eles foram concebidos como uma alternativa para diminuir a dependência da lei, um instrumento estatal, para resolver conflitos. Diante da crescente globalização e do aumento das transações entre partes de diferentes países, a utilização das leis domésticas como base para acordos muitas vezes se torna um obstáculo para a concretização de negócios (Miragem, 2019).

As cláusulas estipuladas nos *smart contracts* são, por sua natureza, aplicáveis a todas as partes, independentemente de sua localização no mundo. Isso implica que, em sua essência, a ideia por detrás dos contratos inteligentes não era necessariamente torná-los juridicamente vinculativos. Da maneira como foram concebidos, eles promovem uma autonomia entre as partes que vai além dos limites da autonomia da vontade e se aproxima da autonomia privada, influenciada pelo ideal liberal e individualista (Alencastro, 2022).

Se não cumprirem esses requisitos, podem ser considerados nulos ou anuláveis, o que resultaria na falta de produção de seus efeitos jurídicos. Nesse sentido, a conformidade com as normas legais é fundamental para a eficácia e validade dos *smart contracts* no sistema jurídico brasileiro (Joelsons, 2022).

Diante desse cenário, no contexto do sistema jurídico brasileiro, os *smart contracts* devem ser empregados em conjunto com o amparo da legislação. Isso inclui a inclusão de cláusulas que permitam a intervenção para além da automação, conhecidas como cláusulas "*wet code*". Essa abordagem pode ser realizada através da formulação de um contrato híbrido, em que uma parte (da cláusula ou do contrato) seja redigida em linguagem natural e a outra parte em linguagem computacional (Alencastro, 2022).

Os *smart contracts* redefiniram a forma como as transações ocorrem na internet, oferecendo eficiência e automação sem precedentes. No entanto, essa inovação traz consigo desafios legais significativos, especialmente em relação à responsabilidade civil. A falta de jurisdição definida, a imutabilidade dos contratos e os desafios relacionados com a utilização dos algoritmos, são apenas algumas das questões que precisam ser abordadas. A criação de contratos híbridos que

incorporam cláusulas ambíguas oferece uma abordagem promissora para mitigar esses desafios. No entanto, à medida que os *smart contracts* continuam a ganhar popularidade, a regulamentação e as diretrizes legais provavelmente precisarão evoluir para fornecer um quadro claro de responsabilidade civil na era digital. A colaboração entre legisladores, juristas e tecnólogos será essencial para navegar com sucesso nesse novo território legal e tecnológico (Alencastro, 2022).

Os *smart contracts* podem simplificar e automatizar muitos aspectos das transações na internet e em aplicativos digitais, mas também levantam novos desafios e questões legais relacionadas à responsabilidade civil. É importante que as partes envolvidas compreendam as implicações legais dos smart contracts e estejam preparadas para resolver disputas que possam surgir. Além disso, a consultoria legal especializada é frequentemente necessária ao lidar com contratos inteligentes em contextos críticos (Alencastro, 2022).

Dessa forma, os *smart contracts* representam uma mudança fundamental na maneira como as transações ocorrem, oferecendo eficiência sem precedentes. No entanto, para que essa revolução seja bem-sucedida, é imperativo enfrentar os desafios legais, estabelecer regulamentações claras e promover a colaboração entre diversos campos, sendo a responsabilidade civil na era digital um terreno em constante evolução, e a adaptação legal é crucial para garantir a integridade e o sucesso dessas inovações.

2 ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES CONTRAPRODUCENTES DENTRO DA UTILIZAÇÃO DOS SMARTS CONTRACTS

O uso de tecnologia tem redefinido profundamente a forma como as pessoas interagem, consomem produtos e serviços, e compartilham informações. As plataformas digitais desempenham um papel central nessa transformação, conectando indivíduos com interesses comuns e proporcionando amplas formas de serviços e facilidades. No entanto, com esse avanço tecnológico surgem questões críticas sobre responsabilidade, proteção do consumidor e privacidade.

Nesse contexto, surge a importância de considerar a proteção do consumidor e os chamados *smart contracts* em um contexto cada vez mais digital e

interconectado. Além disso, é válido reforçar como a utilização da inteligência artificial, como a edição de fotos por meio de aplicativos, coloca desafios significativos relacionados aos termos de consentimento e à propriedade de dados. Essas questões tornam evidente a necessidade de uma legislação sólida e atualizada para garantir que a tecnologia beneficie a sociedade de maneira justa e segura (Peres; Mucelin, 2023).

Outrossim, é de suma destacar que a utilização dos meios virtuais cresceu substancialmente, cada vez mais indivíduos utilizam-se de meios tecnológicos como ferramentas auxiliares e facilitadoras das atividades cotidianas e profissionais de sua vida. Isso se deve a expansão do meio virtual na vida dos indivíduos, principalmente, em relação a utilização das redes sociais como o Instagram, Facebook, entre outros. Desse modo, deve-se considerar que as plataformas que operam com uma lógica de múltiplas partes interessadas, por sua própria natureza, conectam diferentes usuários que têm interesses comuns (por meio de acordos contratuais) para alcançar um objetivo prático (Peres; Mucelin, 2023).

Esse objetivo pode variar desde a prestação de serviços, em uma das extremidades desse processo, até o consumo, na outra extremidade. O gerenciamento de todo esse relacionamento está na parte superior desse sistema, ocupada pela plataforma, que possui os recursos e ferramentas necessários para garantir a qualidade dos serviços oferecidos, a confiança dos consumidores e provedores de serviços, bem como a segurança nas transações. Isso é especialmente alcançado por meio do tratamento de dados dos envolvidos e da emissão de comandos, punições, incentivos e acordos unilaterais estabelecidos pela plataforma (Peres; Mucelin, 2023).

Não há dúvidas de que as plataformas digitais desempenham um papel significativo na economia contemporânea. No entanto, persistem questionamentos sobre como qualificá-las em termos de atribuição de responsabilidade por eventuais danos sofridos por indivíduos ou grupos, especialmente no que diz respeito à proteção do consumidor no ambiente online. Isso ocorre devido a uma certa idealização excessiva da tecnologia, comumente acompanhada de argumentos como "elas não vendem produtos", "apenas intermediam entre fornecedores e consumidores" e "não comercializam produtos diretamente" (Peres; Mucelin, 2023).

Ao contextualizar acerca da situação acima descrita, convém mencionar alguns eventos ocorridos ao longo deste ano, como a utilização da inteligência artificial na edição de fotos próprias ou de terceiros. Sempre foi comum a utilização de filtros nas edições fotográficas com o intuito de divulgar nas redes sociais, e, muitas vezes, esses filtros eram provenientes do próprio aplicativo, como o Instagram, Facebook, Snapchat. Embora a utilização desses filtros tenha diminuído consideravelmente, não desapareceu (Silva, 2023).

Nessa perspectiva, surgiu uma nova onda de desafios dentro das redes sociais, que influenciava postagens de fotos utilizando o “filtro da velhice” e o filtro do “bebê/criança” do aplicativo Lensa AI Avatar, Photo Editor. Muitos dos indivíduos que utilizaram dessa inteligência artificial, não deram muita importância aos termos de consentimento. Esses que possibilitaram que o aplicativo pudesse reproduzir, modificar, utilizar, editar e criar subtrabalhos do conteúdo oriundo da conta dos usuários que cediam uma licença contínua e irrevogável, não exclusiva e com a isenção de royalties. Desse modo, os usuários do aplicativo acabam cedendo os direitos autorais sobre as imagens usadas como base de treinamento da Inteligência Artificial e também das imagens geradas a partir disso (Santana, 2022).

Em virtude do que foi acima exposto, é fundamental ressaltar que a proteção do consumidor deve ser não apenas um princípio, mas também um alicerce essencial em qualquer legislação destinada a regular as plataformas digitais, conforme previsto no Projeto de Lei 2.768/2022. De fato, o principal serviço oferecido pela plataforma é a facilitação e a administração dessa facilitação, juntamente com a relação jurídica subjacente estabelecida com todos os indivíduos, por meio de instrumentos contratuais e práticas tecnológicas que possibilitam uma ampla variedade de funções, resultando em organização e controle abrangentes em relação ao consumo. Em termos mais simples, o serviço disponibilizado aos interessados inclui não apenas o uso de algoritmos, mas também a gestão da confiança entre todas as partes, o que é fundamental para o regime de responsabilização previsto pelo Código de Defesa do Consumidor (Peres; Mucelin, 2023).

É perceptível, dessa forma, que a utilização dos diversos meios tecnológicos pressupõe tamanha seriedade, principalmente no que se refere ao uso de aplicativos,

seja para uso pessoal ou profissional, os usuários devem tomar ciência sobre os requisitos que cada aplicativo necessita, como os termos e condições que configuram um tipo contratual, os contratos eletrônicos. Muitos indivíduos não mostram interesse em ler os termos e condições, os quais possibilitam o uso do aplicativo e, muitas vezes, concedem a utilização de alguns de seus direitos sem terem a compreensão disso, assim fica evidente a vulnerabilidade dos consumidores a essas cláusulas. Situações como essas facilitam a compreensão de algumas particularidades contraproducentes dos *smart contracts* na atualidade, principalmente, quando o enfoque se volta à questão da adequação deles ao Código de Defesa do Consumidor. Por se tratarem de contratos auto executáveis, muitas vezes, nota-se a ausência na transparência de sua execução. Por isso, é vital tomar conhecimento acerca do que são os *smart contracts* e sobre os direitos que estão previstos no Código de Defesa do Consumidor.

CONCLUSÃO

Diante da crescente presença dos *smart contracts* na era digital, é evidente que essa inovação tecnológica redefine a maneira como as transações ocorrem e oferece uma eficiência sem precedentes. No entanto, como toda revolução, ela não está isenta de desafios legais, especialmente no que tange à responsabilidade civil, dado que a complexidade das relações estabelecidas por meio desses contratos inteligentes exige uma análise cuidadosa dos aspectos legais envolvidos. A falta de jurisdição clara, a imutabilidade dos contratos e os desafios associados ao código são questões que merecem atenção. Assim, para enfrentar esses desafios, a colaboração entre legisladores, juristas e tecnólogos se torna crucial.

A legislação existente, como o Marco Civil da Internet, fornece um quadro importante, mas a adaptação legal é essencial, a criação de contratos híbridos, que incorporem cláusulas "*wet code*", emerge como uma abordagem promissora para equilibrar a eficiência dos *smart contracts* com a necessidade de intervenção legal quando necessário.

No entanto, ao explorar as vantagens dos *smart contracts*, é importante reconhecer as particularidades contraproducentes de sua utilização. A transformação

digital, embora traga eficiência, também levanta questões críticas sobre responsabilidade, proteção do consumidor e privacidade. A crescente utilização da inteligência artificial, exemplificada pela edição de fotos, destaca a necessidade de regulamentação sólida e atualizada para garantir uma aplicação justa e segura da tecnologia. Frisa-se a importância na proteção do consumidor, pois torna-se, assim, um princípio fundamental na regulamentação das plataformas digitais, visto a sua influência significativa na economia contemporânea. A legislação deve acompanhar o avanço tecnológico, de maneira a garantir que a tecnologia beneficie a sociedade de maneira ética e segura.

Em suma, os *smart contracts* representam uma mudança fundamental na maneira como as transações ocorrem na era digital e oferecem eficiência e automação inigualáveis. No entanto, para garantir o sucesso dessa revolução, é imperativo enfrentar os desafios legais, estabelecer regulamentações claras e promover a colaboração entre diversos campos. A responsabilidade civil na era digital é um terreno em constante evolução, e a adaptação legal é crucial para garantir a integridade e o sucesso dessas inovações.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Emiliane. Smart contracts são desafiados pelo sistema judiciário. In: **Revista Consultor Jurídico**, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar-24/emiliane-alencastro-smart-contracts-desafiados-sistema>. Acesso em: 03 out. 2023.

CIO. (2018). Cinco problemas com o Blockchain que ainda precisam ser resolvidos. In: **Retrieved from**. Disponível em: <https://cio.com.br/cinco-problemas-com-o-blockchain-que-ainda-preciam-ser-resolvidos/>. Acesso em: 03 out. 2023.

DIVINO, Sthéfano Bruno Santos. **Smart Contracts**: conceitos, limitações, aplicabilidade e desafios. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=smart+contracts+e+inadimplemento+&btnG=#d=gs_qabs&t=1681754854861&u=%23p%3DedvNR6xK7asJ. Acesso em: 01 set. 2023.

FACHINI, Tiago. Smart contracts: o que é, como funciona e aspectos legais. In: **PROJURIS**, 28 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.projuris.com.br/blog/smart-contract/>>. Acesso em: 01 set. 2023.

JOELSONS, Marcela. Smart contracts nas relações de consumo. In: **Revista Consultor Jurídico**, 19 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-jan-19/garantias-consumo-smart-contracts-relacoes-consumo#:~:text=Como%20vantagem%2C%20a%20automa%C3%A7%C3%A3o%20da,de%20defesa%20suscitados%20pelo%20descumprimento>>. Acesso em: 03 out. 2023.

MIRAGEM, Bruno. Novo paradigma tecnológico, mercado de consumo digital e o Direito do Consumidor. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 125, p. 17-62, set./out. 2019. Disponível em: <<https://bd.tjdft.jus.br/jspui/handle/tjdft/45851>>. Acesso em: 03 out. 2023.

MUCELIN, Guilherme; PERES, Fabiana Pietros. A mera intermediação, o dever de controle e a responsabilidade das plataformas. In: **Revista Consultor Jurídico**. 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-abr-12/garantias-consumo-intermediacao-dever-controle-responsabilidade-plataformas>. Acesso em: 01 setembro 2023.

OLIVEIRA, José Marcelo de; AZEREDO, Fernando A. do Rego. **Inadimplemento das Obrigações e Mora**. Disponível em: <<https://unisantacruz.edu.br/revistas-old/index.php/JICEX/article/view/1157>>. Acesso em: 02 out. 2023.

SANTANA, Mariana. **Lensa AI**: “toda vez nos alertamos sobre os riscos dessas aplicações”, diz Carla Vieira, pesquisadora de inteligência artificial. Disponível em: <<https://midianinja.org/marianesantana/lensa-ai-toda-vez-nos-alertamos-sobre-os-riscos-dessas-aplicacoes-diz-pesquisadora/>>. Acesso em: 03 out. 2023.

SILVA, Nina. **O Envelhecimento e a Inteligência Artificial**. In: *MIT Sloan Management Review Brasil*. Disponível em: <<https://www.mitsloanreview.com.br/post/o-paradoxo-de-envelhecer-e-a-inteligencia-artificial>>. Acesso em: 01 set. 2023.

TEPEDINO, Gustavo; SILVA Rodrigo da Guia. **Smart Contracts e as Novas Perspectivas de Gestão do Risco Contratual**. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/11737>>. Acesso em: 01 set. 2023.

IBERDROLA. **'Smart contracts'**: contratos inteligentes para formalizar acordos na era digital. Disponível em: <<https://www.iberdrola.com/inovacao/smart-contracts>>. Acesso em: 01 set. 2023.

DIREITO EMPRESARIAL: MERCADO DE CAPITAIS E VALORES MOBILIÁRIOS

Carolina Lima Kurtz¹
Rosmeri Radke²

RESUMO

Este artigo trata de um tema ainda pouco discutido e vem levantar a necessidade de explanação face a sua crescente evolução. O mercado de capitais sucintamente pode ser resumido em um conjunto de instituições e de instrumentos que negociam títulos, também negociando valores mobiliários, objetivando a canalização do recurso dos agentes compradores para os agentes vendedores. Sendo assim a representação do sistema de distribuição de valores, os quais tem o propósito de viabilizar a capitalização das empresas. Sua contribuição vem no desenvolvimento econômico, o qual é o propulsor de capitais para investimentos dando estímulo para a poupança privada, ou seja, permite e orienta uma sociedade pluralista, o que se vê dentro dessa sociedade coletiva, a partir da distribuição e participação de forma ampla da riqueza e nos recursos da economia.

Palavras-chave: Mercado; Valores; Agente.

ABSTRACT

The need for explanation arises regarding this topic, which is so little discussed, as its growing evolution, the capital market can succinctly be summarized as a set of institutions and instruments that trade securities, also trading real estate values, with the aim of channeling the resources of purchasing agents. For selling agents. Therefore, it represents the value distribution system, which has the purpose of enabling the capitalization of companies. Its contribution comes in economic development, which is the driver of capital for investments, stimulating private savings, that is, it allows and guides a pluralistic society, which is seen within this collective society, the broad distribution and participation of wealth and resources of the economy.

Keywords: Market; Values; Agent.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o mercado de capitais funciona como um instrumento de negociação de títulos, sendo uma forma de capitalização de empresas, para novos

¹ Acadêmico Carolina L. Kurtz do Curso de Direito- 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: carolinalimaku95@gmail.com.

² Orientadora. Docente do Curso de Direito, Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Integradas da Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: rosmeri_cancian@hotmail.com.

investimentos e ampliação de seus negócios, é possível identificar a importância social do tema, uma vez que essas empresas são geradoras de emprego, renda e riquezas. Esse mercado se divide em primário e secundário, dependendo da forma de sua atuação. Trazer as indagações sobre essa temática para discussão em ambiente acadêmico é de extrema importância. Busca-se assim a compreensão mais ampla da atuação empresarial e de sua importância para a economia nacional.

O mercado de capitais e valores mobiliários é extremamente dinâmico, e exige o concurso de profissionais especializados para realizar as mais diversas operações negociais. Ele é fiscalizado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda. A CVM tem patrimônio próprio e é administrada de forma autônoma. Trata-se de um órgão regulador do mercado de valores mobiliários no Brasil, que foi criado pela Lei no 4.595, e “[...] tem por finalidade formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do país” (Toledo Filho, 2006, p. 1).

A metodologia utilizada para a coleta e agrupamento de dados se dá em pesquisa bibliográfica, a partir de autores, como; Jorge Ribeiro de Toledo Filho, Juliano Lima Pinheiro e Pamela Romeu Roque, em escrita de artigo científico em tipologia de análise metodológica descritiva.

Trata-se inicialmente da caracterização do mercado de capitais. A partir dessa delimitação será possível compreender a dinâmica que movimenta esse mercado e os impactos gerados para as empresas e para a economia nacional.

1 A CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

A matéria que envolve o mercado de capitais, bolsa de valores e os papéis negociados em seu âmbito é extremamente complexa, por essa razão, não se tem a pretensão, nesse breve estudo, de exaurir a temática, senão trazer à discussão alguns tópicos que permitam entender o funcionamento desse mercado, sua importância para a economia nacional e para o setor empresarial.

No entendimento de Juliano Lima Pinheiro, “O mercado de capitais pode ser definido como um conjunto de instituições e de instrumentos que negociam com títulos e valores mobiliários, objetivando a canalização dos recursos dos agentes

compradores para os agentes vendedores” (Pinheiro, 2019, p. 157). Eles atuam no sentido de viabilizar a emissão e negociação de valores mobiliários, que são papéis emitidos por sociedades empresárias e que visam a captação de recursos junto ao público investidor.

Os conceitos relacionados ao mercado de capitais são diversos, pelo fato de ser um assunto recente em pauta de discussão, acarretando pensamentos e construções amplas, no entanto, a partir dos embasamentos no livro Mercado de Capitais do autor Juliano Lima Pinheiro, constrói-se um caminho para a compreensão do assunto. Segundo o autor “[...] o mercado de capitais representa um sistema de distribuição de valores mobiliários que tem o propósito de viabilizar a capitalização das empresas e dar liquidez aos títulos emitidos por elas” (Pinheiro, 2019, p. 157).

Dentre os mercados se tem a divisão em primário e secundário. O primeiro, trata de injeção de recursos na empresa, enquanto o segundo envolve simplesmente a negociação de ações entre compradores e vendedores, sem resultar em qualquer alteração financeira na empresa. A correlação que se pode fazer entre os dois é que no primeiro será a criação de títulos e no segundo a negociação desses títulos (Pinheiro, 2019). A respeito da principal característica desse mercado, tem-se a contribuição de Ricardo Humberto Rocha, et al:

Sua característica predominante é a capacidade de atender às necessidades de financiamento de curto, médio e longo prazo. Logo, sua existência e importância decorre das limitações do mercado de crédito em financiar as empresas nas condições adequadas a prazos, custos e montantes (Rocha; Cestari; Piellusch, 2023, p. 19).

Para se compreender a importância econômica do mercado de capitais é preciso levar em conta que o desenvolvimento econômico de um país depende diretamente de investimentos nas empresas, visando o seu crescimento, aumentando assim o nível de emprego e renda. Nesse sentido, “[...] o Mercado de Capitais tem papel central nesse processo de desenvolvimento, já que atua diretamente na canalização dos recursos vindos da poupança para as atividades produtivas por meio de operações com valores mobiliários em mercados de bolsa ou balcão” (Rocha; Cestari; Piellusch, 2023, p. 25).

A empresa em fase de crescimento necessita de recursos financeiros para financiar seus projetos de expansão. Esses recursos podem ter origem interna ou externa na empresa. Quando ela não tem recursos internos para empregar em seus projetos, necessita recorrer a financiamento externo.

A captação de recursos por meio de fontes externas aumenta o nível de endividamento e, conseqüentemente, reduz a capacidade da empresa de reobtê-los. Outro aspecto a considerar sobre a utilização de capital de terceiros é o risco de cobertura. Podemos comparar o lucro operacional da empresa com um bolo a ser dividido entre três agentes econômicos famintos: o governo, os proprietários e os credores. Quando a empresa não produz o bolo (lucro operacional), o governo não pode tributá-lo e os proprietários não têm o que receber, mas os credores têm de ser pagos. Daí vem a pergunta: de onde virão os recursos para honrar os compromissos com os credores? A resposta é do capital de giro, e isso pode levar a empresa a uma crise de liquidez que, se não solucionada rapidamente, provocará sua morte lenta e agonizante (Pinheiro, 2019, p. 162).

Por outro lado, se a empresa puder expandir e ampliar a possibilidade de obter recursos próprios, estes vão diminuir seu endividamento e aumentar sua capacidade de obter recursos externos, e por tabela vai melhorar seus indicadores econômico-financeiros. Para fortalecer essa base de capital próprio ela pode subscrever novas ações, que podem ser adquiridas pelos já sócios. No entanto, quando os acionistas não tem disponível esse recurso, ou mesmo não demonstrem interesse nessa aquisição das novas ações, ela pode buscar mais gente que se associe ao negócio, e isso pode ser feito através de um prestador de serviço financeiro, que vai atuar no mercado primário, para emitir esses novos valores mobiliários, que posteriormente serão negociados, a partir do que a empresa pode canalizar esses recursos para a execução de seus projetos (Pinheiro, 2019).

Quando sociedades anônimas de capital aberto subscrevem uma emissão de ações, mesmo que uma empresa esteja cotada em bolsa de valores, essa operação é referida como subscrição particular e pode ser realizada diretamente com a empresa ou por meio da bolsa de valores. Nesse estágio, a primeira negociação das ações tem lugar, e os fundos provenientes da venda são alocados para a empresa (Pinheiro, 2019).

Assim, pode-se dizer que o Mercado de Capitais é um dos segmentos do Mercado Financeiro, responsável pela distribuição de valores mobiliários

(ações, debêntures, *bonds* e outros), com o propósito de viabilizar o financiamento e a capitalização das empresas. Neles são realizadas operações com títulos de prazos curto, longo e indeterminado, tais como o comercial *paper*, as debêntures e as ações, que permitem a circulação de capital para custear o desenvolvimento econômico (Rocha; Cestari; Piellusch, 2023, p. 26).

Não é possível determinar, de forma absoluta, que índice de capital próprio e de capital de terceiros uma empresa precisa ter para encontrar o equilíbrio. Nesse sentido, “[...] a decisão de buscar capital próprio por meio da emissão de novas ações para serem adquiridas pelo público em geral envolve diversos fatores, alguns de natureza objetiva e outros de natureza subjetiva” (Pinheiro, 2019, p. 164).

Esses motivos podem ser sintetizados nos seguintes:

- captação de recursos para realização de investimentos;
- reestruturação financeira (ativos e passivos);
- engenharia jurídica (reestruturação societária);
- profissionalização da gestão;
- melhoria da imagem institucional etc (Pinheiro, 2019, p. 164).

Para que esse sistema funcione corretamente ele é composto de diversos órgãos reguladores, em diversas instâncias, com atribuições distintas. O órgão maior que compõe essa estrutura é o Conselho Monetário Nacional, que tem função normativa e expede as diretrizes para o correto funcionamento desse mercado. Esse órgão também é responsável por coordenar as políticas monetárias, orçamentárias e pelo controle da dívida pública, interna ou externa (Rocha; Cestari; Piellusch, 2023).

Hierarquicamente, logo abaixo, encontra-se o Banco Central, a quem compete o cumprimento das normas expedidas pelo CMN. Ao Bacen compete cuidar da “[...] manutenção da estabilidade monetária, proporcionar liquidez aos agentes econômicos, autorizar e fiscalizar as instituições financeiras, negociar títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional e emitir papel moeda” (Rocha; Cestari; Piellusch, 2023, p. 27).

Paralelamente tem-se o Copom – Comitê de Política Monetária, que é o responsável pela definição da Selic, que é a taxa básica de juros da economia. Seu objetivo é manter a inflação dentro da meta definida pelo CMN (Rocha; Cestari; Piellusch, 2023).

Por fim, tem-se como parte do sistema, a CVM, que é o órgão que mais particularmente interessa ao presente estudo, já que tem por função regular e fiscalizar o mercado de valores mobiliários. Atua, nesse sentido, para viabilizar a captação de recursos para as empresas, mas também visa garantir os interesses dos investidores e a confiabilidade do sistema (Rocha; Cestari; Piellusch, 2023).

Conforme já referido anteriormente, o mercado de capitais se divide em primário e secundário. “O mercado de capitais e, especificamente, o mercado primário de ações constituem possibilidades importantes para a realização de investimentos com riscos diluídos e representam uma das maiores fontes de desenvolvimento econômico” (Pinheiro, 2019, p. 165).

A importância do mercado de capitais para a economia nacional é indiscutível. No entendimento de Juliano Lima Pinheiro “[...] pode-se afirmar com segurança que uma economia é desenvolvida quando possui um mercado de capitais eficiente, e que está em desenvolvimento quando não possui um mercado de capitais eficiente” (Pinheiro, 2019, p. 167). Para que um mercado de capitais funcione, ele necessita de dois elementos fundamentais: investidores dispostos a investir e empresas dispostas a abrir o capital.

Uma vez esclarecida a importância do mercado de capitais no contexto econômico nacional, passa-se a análise de sua forma de funcionamento. Conforme já elucidado, as sociedades anônimas emitem e comercializam, através do mercado primário e secundários, valores mobiliários. Conforme a lei 6385/1976, são considerados valores mobiliários, quando ofertados publicamente, quaisquer “[...] títulos ou contrato de investimento coletivo, que gerem direito de participação de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advém do esforço do empreendedor ou de terceiros.” (Brasil, 1976 *apud* Rocha; Cestari; Piellusch, 2023, p. 32).

Os investidores vão a mercado adquirindo esses valores mobiliários na busca de maior rentabilidade, nesse sentido, compram e vendem papéis, em momentos que julgam oportuno. Ou seja, para fazer a reversão do recurso investido podem vender os valores mobiliários outrora adquiridos. “O investidor desejará, ao fim de um período, converter as aplicações realizadas novamente em dinheiro, vendendo suas ações

para um futuro comprador que não adquiriu as ações no momento da emissão primária, porém deseja fazê-lo agora” (Pinheiro, 2019, p. 159).

Basicamente pode-se ter a compra e venda de ações e outros valores mobiliários, onde o investidor compra, e em determinado momento vende esses títulos, para reaver o valor investido com os respectivos rendimentos, quando verificado seu aumento, por outro lado também pode sofrer perdas, mediante queda de valor, dependendo do tipo de papel adquirido. Deste modo, esse é o componente fundamental do mercado de capitais, o mercado primário de ações, que cumpre o papel vital de canalizar os recursos, e o secundário que atua na relação de compra e venda.

O mercado secundário, quando da negociação de ações, constitui o ambiente onde ocorre a transferência de títulos entre investidores e/ou instituições financeiras. Dessa forma, ele se revela um elemento essencial para a existência e operação do mercado primário, no qual as empresas têm capacidade de angariar recursos financeiros. O fator de extrema importância para o investidor, ao adquirir ações recém-emitidas, é a perspectiva de que, posteriormente, ao necessitar recuperar parte ou a totalidade de seu investimento, existe a possibilidade de venda desses papéis.

O mercado secundário assim possui três aspectos essenciais: transparência, liquidez e eficiência. A transparência se relaciona com a disponibilidade de informações sobre o título, a liquidez ao poder de compra e venda sendo de maior facilidade quando existir aproximação de valores de compra e venda, gerada pela maior eficiência do mercado, correspondente ao terceiro aspecto.

As operações de compra e venda ocorrem no mercado de balcão ou na bolsa de valores. A partir da presença de compradores e vendedores, as instituições que atuam no sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários facilitam a transação para os investimentos financeiros. Desse modo é possível identificar que existem três tipos de caracteres:

[...] livre concorrência e pluralidade de participações: nesse mercado, existe um número suficiente de clientes e instituições, de modo que nenhum tenha privilégio sobre o outro; homogeneidade de produto: todos os títulos negociados têm as mesmas características, o que facilita as negociações; e transparência na fixação de preços: proporciona credibilidade e segurança ao mercado. Para que o processo de formação de preços seja mais transparente e atraente, existem as práticas equitativas de mercado, segundo as quais

todos aqueles que compram e vendem ações em bolsa terão o mesmo tratamento, obedecerão aos mesmos procedimentos e terão idêntico acesso às informações (Pinheiro, 2019, p. 161).

Portanto, o mercado primário é fundamental para a existência do mercado secundário, e em relação do mercado de capitais primário fica como consequência da ação, independente, ou seja, sua existência primária gera em sequência o secundário, sendo os dois complementos fundamentais para a existência um do outro. Na sequência passa-se a análise da atuação das sociedades corretoras na comercialização dos valores mobiliários, as diversas espécies de valores mobiliários, bem como os critérios e responsabilidades das companhias que emitem esses papéis para negociação no mercado, uma vez que é imprescindível manter a confiança dos investidores no sistema, razão pela qual a companhia que queira negociar valores mobiliários no mercado necessita de autorização da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2 A ATUAÇÃO DAS SOCIEDADES CORRETORAS, OS VALORES MOBILIÁRIOS E SUA NEGOCIAÇÃO NO MERCADO

Para a efetivação da compra e venda dos valores mobiliários existem inúmeras possibilidades, sendo uma delas a mediação por agentes de corretagem (Sociedades Corretoras). “As corretoras têm o privilégio legal de operar com exclusividade nas bolsas de valores. Assim, o investidor só consegue negociar no recinto das bolsas mediante uma corretora” (Toledo Filho, 2006, p. 60).

Originalmente, o termo vem do cambismo ou mais conhecido como cambista, para o surgimento dos corretores. Os objetivos básicos das corretoras podem ser divididos por áreas de atuação: podem atuar no mercado aberto, em operações de câmbio, na administração de carteira de fundos e no lançamento de ações ao público (Toledo Filho, 2006). A sociedade corretora pode ser identificada como distribuidora de títulos e valores imobiliários.

Com a Lei no 4.728, de 14.7.1965, a figura do corretor de fundos públicos foi extinta e surgiram as sociedades corretoras, a maioria pertencente aos antigos corretores. A ideia do legislador foi privatizar esse setor, tirando-o da tutela do

Estado e subordinando-o a uma fiscalização federal pelo Banco Central, seguindo as diretrizes do Conselho Monetário Nacional. Com o desenvolvimento do mercado, as corretoras foram se aperfeiçoando e aumentando em número (Filho, 2006, p. 59).

No Código Civil Brasileiro, na parte das obrigações, encontra-se a respeito da corretagem, a partir do Capítulo XIII, Art. 722 ao Art. 729, CC., mais especificamente sobre a mediação, o artigo 723, que preceitua: “O corretor é obrigado a executar a mediação com diligência e prudência, e a prestar ao cliente, espontaneamente, todas as informações sobre o andamento do negócio” (Brasil, 2022).

A sociedade corretora se utiliza de vários objetos básicos de corretagem, tendo a possibilidade de divisão por áreas de atuação, sendo, conforme já citado acima, o mercado aberto uma dessas possibilidades. Essa possibilidade de área confere a atuação de operação entre instituição financeira, com a possibilidade de atuar com *dealers*¹ nos leilões de títulos do Banco Central.

A sociedade corretora tem sua escala de divisão em mercado aberto, câmbio, administradora de carteiras e fundos, e por fim *Underwriting*² ações. O câmbio aqui referenciado é a mediação já explanada, a qual é vista como ilícita, mas podendo operar se tiver uma licença de autorização específica do Banco Central, regulamentada pela Lei n.º 14.286, 29.10. 2021, mercado de câmbio, e o ingresso e saída do país em relação a moedas estrangeiras e valor em real (Pinheiro, 2019).

Os papéis comercializados pelas sociedades corretoras denominam-se valores mobiliários, que são aqueles dotados de valor sobre o investimento em bens os quais se pode avaliar monetariamente, sendo adquiridos para ganho imediato ou futuro.

Segundo as Leis no 6.385/76 e no 10.303/01, os valores mobiliários são todo investimento em dinheiro ou em bens suscetíveis de avaliação monetária, realizado pelo investidor em razão de uma captação pública de recursos, para fornecer capital de risco a um empreendimento, em que ele, o investidor, não tem ingerência direta, mas do qual espera obter ganho ou benefício futuro. (Pinheiro, 2019, p.191).

¹DEALERS: acontece quando a gestão de títulos ou moedas por iniciativa própria, auferindo uma comissão sobre o montante da transação.

² UNDERWRITING: acontece quando a companhia contrata um intermediário financeiro, que será responsável pela colocação de uma subscrição pública de ação.

Os valores mobiliários se dividem em diversas modalidades de papéis, entre eles pode se citar, a título exemplificativo, as debêntures, os bônus de subscrição e as ações.

Debênture é um título emitido por uma sociedade anônima, previamente autorizado pela CVM, com a finalidade de captar recursos de médio e de longo prazo, destinados normalmente a financiamento de projetos de investimento ou alongamento do perfil do passivo. Caracteriza-se como um título de valor mobiliário, com remuneração baseada em taxas de renda fixa. (Pinheiro, 2019, p. 216).

Já os bônus de subscrição se caracterizam como sendo “[...] o direito do acionista de adquirir mais ações de uma empresa da qual já é acionista. (Rocha; Cestari; Piellusch, 2023, p. 32).

Os investidores que optam por adquirir ações, que são definidas como títulos de participação societária, passíveis de negociação, e representam uma parte do capital social de uma sociedade anônima, passam a ser acionistas da companhia, ou seja, adquirem o direito de participar da vida social, ou seja, quem possui ações é assim considerado sócio de uma empresa, servindo esse título como um certificado de propriedade (Pinheiro, 2019).

Quando o investidor vira sócio de uma empresa acontece a grande diferenciação em relação à aquisição de um título de dívida, que se associa ao investidor tornando esse credor da empresa, simplificada e corresponde ao mesmo que emprestar dinheiro visando o lucro. Já na compra de ações passa o investidor a ter a qualidade de acionista.

As ações geram ganhos, o esperado lucro, que são os resultados distribuídos pela própria companhia, gerando assim benefício aos atuais acionistas. Os lucros podem ser distribuídos como proventos, dividendos, bonificações, existindo uma possível preferência em aquisição de ações de subscrição (Pinheiro, 2021).

Como já exemplificado na pesquisa, os acionistas podem obter ganho com a valorização ou perdas com a desvalorização das ações em bolsas de valores, podendo estar ligados aos resultados da companhia e a comercialização das ações (Pinheiro, 2019).

Os resultados da companhia tendem a ser divididos em dividendos, bonificações, alteração no valor nominal das ações, e o juro por capital próprio. Já a comercialização das ações o que resulta em lucro da venda tem sua divisão em nominal ou real e positivo ou negativo (Pinheiro, 2019).

Referente a discussão sobre o valor de uma ação, normalmente se refere ao seu preço no mercado de ações, conhecido como a cotação, contudo, em certas situações, pode-se também ouvir falar do valor nominal, ou em alternativa, do valor contábil ou de liquidação. Assim, dependendo do contexto, as ações podem assumir diferentes valores monetários (Pinheiro, 2019).

O mercado está em constante ascensão, pela grande emissão de valores mobiliários no mercado de capitais, e esse crescimento também corrobora pelo fato do número cada vez maior de investidores interessados na aquisição desses valores mobiliários.

Por conta desse elevado crescimento existe a necessidade de fixar as responsabilidades e obrigações assumidas por estes agentes durante sua atuação no mercado de valores mobiliários. Para isso é de suma importância saber que a emissão, a distribuição, e a negociação de valores mobiliários está disciplinada pela Lei no 6.385/76¹, a qual teve como destaque a criação da CVM², regulamentadora e fiscalizadora de emissões públicas de valores mobiliários (Pinheiro, 2019).

O mercado de capitais está identificado no artigo 15, inciso I da Lei no 6.385/76, como responsável pela colocação de valores mobiliários junto a potenciais investidores (Brasil, 1976).

As empresas que emitem valores mobiliários para negociação no mercado possuem responsabilidades pelos ativos disponibilizados, pois decisões equivocadas, tomadas, mesmo que de boa-fé, podem levar a empresa a falência ou a retornos financeiros indesejados, já que o mercado é competitivo e tem um comportamento imprevisível, ou seja, é impossível saber com exatidão se as decisões tomadas

¹ Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976: Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

² CVM: órgão normativo e supervisor do Sistema Financeiro Nacional, sempre atenta a qualquer irregularidade que os participantes desse mercado.

importam em riscos ou se trarão retornos positivos aos investidores ou acionistas (Roque, 2021).

Assim os deveres fiduciários dos administradores exigem a concretização das melhores decisões, as quais atendam os interesses da companhia, tendo o alinhamento dos investimentos entre acionistas e administradores.

A previsão legal das responsabilidades do administrador da companhia está na Lei n. 6.404, a Lei das Sociedades Anônimas, que define suas responsabilidades, seu dever de diligência, de Lealdade, de informar, de não intervir em qualquer operação em que tiver interesse conflitante com o da companhia e satisfazer as exigências do bem público e da função social da empresa. Esses deveres mostram que a responsabilidade mais importante a ser cumprida é o interesse de longo prazo da companhia, ou seja, o bem maior para ao conjunto (Roque, 2021).

Percebe-se, dessa forma, que embora o mercado de capitais seja uma forma da empresa buscar investimentos junto ao público investidor, não a isenta de agir com boa-fé e correção. Em não cumprindo as normativas do sistema, a companhia se sujeita à devida responsabilização. A CVM atua no sentido de garantir a correta análise de riscos, pois visa manter a confiança do público investidor, para que se sintam atraídos para investir no país, para que as operações continuem ocorrendo de forma permanente, fomentando o crescimento do mercado, das empresas e da economia nacional (Pinheiro, 2019).

CONCLUSÃO

Conclui-se, a partir das pesquisas realizadas, que o mercado de capitais tem importância fundamental para a economia nacional. O mercado se divide em operações primárias e secundárias, os dois dependendo um do outro para sua própria existência, sendo que a relação entre eles pode ser definida como criação de títulos e negociação desses títulos. O mercado de capitais pode ser identificado como o conjunto de instituições e de instrumentos que negociam títulos.

Nesse mercado atuam as sociedades corretoras, que se identifica como distribuidoras de títulos e valores imobiliários, sendo mediadoras na compra e venda

de valores mobiliários, dotados de valor sobre o investimento em bens os quais se pode avaliar monetariamente, sendo adquiridos para ganho imediato ou futuro. O valor mobiliário é um dos manejos dos corretores os quais devem atuar com transparência no fornecimento de informação durante as negociações.

Os administradores das companhias que emitem e comercializam valores mobiliários também precisam agir com ética, responsabilidade e transparência, pois tem o importante papel a cumprir com os interesses de longo prazo de uma companhia.

Portanto, entender o ciclo do mercado dos capitais, gera a melhor compreensão tanto de como funciona o mercado, quando de como ele deve ser manuseado. A partir desse breve estudo verificam-se lacunas que podem ser aprofundadas, em novo grau de estudos, que possa apontar os critérios que podem ser usados pelos investidores para tomar decisões, considerando tratar-se de investimentos que geram resultados incertos. A partir do estudo a inserção nesse mercado pode ocorrer de forma mais segura, pois em face de sua complexidade, quanto mais se estuda mais se percebe a necessidade de obter informações constantes sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976**. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm#:~:text=LEI%20No%206.385%20C%20DE%207%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201976&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20mercado%20de,a%20Comiss%C3%A3o%20de%20Valores%20Mobili%C3%A1rios>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL, **Lei. no 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL, **Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL, **Lei n.º 14.286, 29.10. 2021**. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14286.htm>. Acesso em: 02 nov. 2023.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais** – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021752/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!4/20/8/1:80%5Btul%2Co.%5D>>. Acesso em: 09 nov.2023.

ROCHA, Ricardo Humberto; CESTARI, Walter; PIELLUSCH, Marcos. **Mercado de Capitais e Bolsa de Valores** - 1. ed. - Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2023.

Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520458365/epubcfi/6/8%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!4/2/16/10/1:0%5B%2CISB%5D>>. Acesso em: 09 nov.2023.

ROQUE, Pamela R. **Estudos Aplicados de Direito Empresarial: Mercado Financeiro e de Capitais**. Disponível em: Minha Biblioteca, (7ª edição). Grupo Almedina (Portugal), 2021.

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556274300/pageid/192>.

TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de. **Mercado de Capitais Brasileiro: Uma Introdução** - São Paulo: Cengage Learning, 2006. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522108190/pageid/2>>. Acesso em: 09 nov.2023.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO

Claudio Ivan Wurfel¹
Ricieri Rafael Bazanella Dilkin²

RESUMO

A classificação das atividades profissionais constitui fundamental importância para que o trabalhador desenvolva consciência sobre sua função e exercício profissional e para que o Governo Federal identifique, reconheça e valorize seu ofício o qual servirá de subsídio, através de suas estatísticas, para a formulação de políticas públicas. As descrições contidas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO pretendem retratar a realidade das profissões do mercado de trabalho revelando a ciência, ou seja, o reconhecimento das atividades laborais que qualquer cidadão possa desenvolver sendo regulamentada ou de livre exercício.

Palavras-chave: Classificação; Trabalhador; Consciência; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The classification of professional activities is of fundamental importance for workers to develop an awareness of their role and professional practice, and for the Federal Government to identify, recognize and value their profession, which will serve as a subsidy, through its statistics, for the formulation of public policy. The descriptions contained in the Brazilian Classification of Occupations – CBO intend to portray the reality of professions in the labor market, revealing science, that is, the recognition of work activities that any citizen can carry out, whether regulated or free exercise.

Keywords: Classification; Worker; Conscience; Public policy.

INTRODUÇÃO

Você já parou para pensar como seria regulamentar a atividade de um “construtor de pirâmides” no antigo Egito? Ou as atividades de servidão as quais eram submetidos os camponeses na idade média enquanto sustentavam um feudo? Qualquer indivíduo que possui a intenção em exercer uma profissão “por conta própria”, agirá com segurança?

¹ Acadêmico do Curso de Bacharel em Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. claudio.wurfel@gmail.com

² Advogado Trabalhista e Professor de Ensino Superior. Professor do Curso de Bacharel em Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. ricieri@fema.com.br

Para promover o entendimento da gênese organizacional que regem as atividades profissionais exercidas dentro do território brasileiro, será adotada neste estudo, a Portaria Ministerial nº 3.654 de 30 de novembro de 1977, Classificação Brasileira de Ocupações – CBO considerando sua história e atualizações subsequentes.

O aparato normatizador desenvolve-se a partir de necessidades regimentares da vida em sociedade, pois o ato de classificar algo para analisá-lo a fundo, requer empenho e dedicação. Neste caso, a CBO enquadra-se nestes dois conceitos, pois o empenho traduz-se na necessidade de que toda ocupação profissional possua uma descrição sumária, evitando possíveis desvios de função contratual em detrimento da prática, e a dedicação, por sua vez, compõe o elemento preventivo, pois com o entrelaçamento e velocidade de informações dispostas por meios digitais atualmente, os mapeamentos estatísticos são capazes de revelar caminhos para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao trabalhador e empregador brasileiro.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Por tratar-se de uma publicação complexa, a CBO requer maneiras para compreendê-la, como por exemplo, sua origem, função e atuação. A partir de 1968, a Organização das Nações Unidas – ONU, através da Organização Internacional do Trabalho – OIT, balizaram, por convenções e recomendações a justiça social para trabalhadores dos países de sua representação.

No final da década de setenta, o Brasil já despontava como grande empreendedor mundial através de suas imensas obras de infraestrutura, condição na qual urgia, cada vez mais, estabelecer um modo e uma maneira eficiente e eficaz de realizar a contratação de trabalhadores com ordem e clareza, constituindo esta normatização um interesse primordial para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Pode-se considerar que sua vitalidade autárquica depende dos trabalhadores e de sua qualidade laborativa, contribuindo ou onerando seus cofres.

O referencial teórico encontra-se representado especificamente no art. 2º da Portaria Nº 397, de 9 de outubro de 2002, o qual define:

Art. 2º Determinar que os títulos e códigos constantes na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, sejam adotados;

- I. nas atividades de registro, inscrição, colocação e outras, desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE);
- II. na Relação anual de Informações Sociais - (RAIS);
- III. nas relações dos empregados admitidos e desligados - CAGED, de que trata a Lei Nº 4923, de 23 de dezembro de 1965;
- IV. na autorização de trabalho para mão-de-obra estrangeira;
- V. no preenchimento do comunicado de dispensa para requerimento do benefício Seguro Desemprego (CD);
- VI. no preenchimento da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS no campo relativo ao contrato de trabalho;
- VII. nas atividades e programas do Ministério do Trabalho e Emprego, quando for o caso (Brasil, 2002).

Estes incisos não mencionam somente entidades as quais realizam e consolidam a CBO na prática, mas também relaciona-se às informações as quais exigiram padronização de cadastro e envio, respectivos tratamentos posteriores e a estrutura para os banco de dados, os quais literalmente alimentam seu corpo institucional.

2 METODOLOGIA

A seguir, considerar-se-á uma pesquisa individual para cada um dos incisos acima descritos, com informações dispostas e obtidas majoritariamente nos próprios canais de comunicação do Governo Federal, como metodologia utilizada.

3 SOBRE A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO

3.1 ATIVIDADES DE REGISTRO, INSCRIÇÃO, COLOCAÇÃO E OUTRAS, DESENVOLVIDAS PELO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGOS (SINE)

Para entendermos a criação do Sistema Nacional de Empregos – SINE em 1975, temos que evidenciar sua ideia precursora, ocorrida ao final da década de

quarenta, após a Convenção Nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual orientou e incentivou os países filiados a manter um serviço público e gratuito de emprego.

Com o objetivo de promover oportunidades para que homens e mulheres pudessem ter acesso “a um trabalho decente e produtivo”, a OIT é a única agência das Nações Unidas que está estruturada de modo a reunir representantes de governos, de organizações de trabalhadores e de empregadores a chamada Comissão Tripartite.

Desde a sua fundação em 1919 sua missão primordial é a justiça social em prol do trabalhador, para que tenha liberdade, equidade, segurança e dignidade ao executar uma atividade laboral. A superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável são itens igualmente fundamentados na atuação desse órgão internacional.

Disponível em seu sítio eletrônico, a OIT detalha sua atuação e estratégia da seguinte maneira:

Atualmente, a agenda de trabalho decente da OIT ajuda a avançar rumo à conquista de condições econômicas e de trabalho que ofereçam a todos os trabalhadores, empregadores e governos uma participação na paz duradoura, na prosperidade e no progresso duradouro. Os quatro objetivos estratégicos da Agenda de Trabalho Decente da OIT são:

Definir e promover normas e princípios e direitos fundamentais no trabalho;
Criar maiores oportunidades de emprego e renda decentes para mulheres e homens;

Melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos; Fortalecer o tripartismo e o diálogo social (OIT, Convenção Nº 88).

Além disso, a OIT realiza seu trabalho através de três organismos principais:

A Conferência Internacional do Trabalho, que define as normas internacionais do trabalho e as políticas gerais da OIT. Seu encontro acontece todos os anos em Genebra;

O Conselho de Administração que é o conselho executivo da OIT. Ele se reúne três vezes por ano em Genebra e toma decisões sobre as políticas da OIT, além de estabelecer o programa e o orçamento que são submetidos à Conferência para adoção;

E o Escritório Internacional do Trabalho que é o secretariado permanente da OIT. Trata-se do ponto focal para todas as atividades gerais da OIT, preparadas sob o escrutínio do Conselho de Administração e sob a liderança do Diretor-Geral (OIT, Conheça a OIT).

Já no Brasil, foi inaugurada a criação do SINE com o Decreto Nº 76.403, de 8 de outubro de 1975, revogado pela Lei Nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, e que trouxe novidades para os trabalhadores o qual destaca em seu primeiro artigo:

Art. 1º Esta Lei regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono de que tratam o inciso II do art. 7º, o inciso IV do art. 201 e o art. 239, da Constituição Federal, bem como institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (Brasil, 1990).

Para ampliar o entendimento das diretrizes constantes neste primeiro artigo, deve ser considerada a interpretação da Constituição Federal a qual expõe, no II inciso do Art. 7º, o Seguro Desemprego, sendo este caso o de desemprego involuntário; do inciso IV do Art. 201, Salário-Família e Auxílio-Reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e o Art. 239, que menciona a arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar Nº 7, de 07 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar Nº 8, de 3 de dezembro de 1970, a qual passa, a partir da promulgação da atual Constituição Federal, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e outras ações da previdência social como o abono salarial de que trata o § 3º deste artigo.

Um importante papel desse serviço é prestar informações ao trabalhador sobre o perfil profissional exigido pelas empresas, a importância da postura profissional, a necessidade de desenvolvimento pessoal e profissional contínuo, os meios existentes para busca de emprego e documentação necessária, ou até mesmo orientações sobre como elaborar um currículo ou se portar em uma entrevista.

Além disso, o SINE também proporciona o encontro entre o empregador e o trabalhador. Ao desenvolver processos de seleção e instrução às vagas específicas, o Governo Federal auxilia o mercado de trabalho desde o acesso ao primeiro emprego até a recolocação de profissionais desempregados ou afastados por qualquer motivo. Em sua descrição de intermediação de mão-de-obra detalha-se que:

As principais etapas da execução do serviço de intermediação de mão-de-obra são: inscrição do trabalhador; registro do empregador; captação e registro de vagas de trabalho; cruzamento de perfil dos trabalhadores cadastrados com o perfil das vagas captadas; convocação de trabalhadores

conforme pesquisa de perfil e encaminhamento para entrevista de emprego; e registro do resultado do encaminhamento (Brasil, 1990).

Almejando a completa atuação em favor do trabalhador e empregador, o SINE comporta o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o qual dispõe de cursos para ampliar a qualificação dos trabalhadores independente de sua faixa etária. São seus objetivos específicos:

- A expansão das redes federal e estaduais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
- A ampliação da oferta de cursos à distância;
- A ampliação do acesso gratuito a cursos de EPT em instituições públicas e privadas;
- A ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda e;
- A difusão de recursos pedagógicos para a EPT (Brasil, 1990).

Além destas, as alternativas para qualificação dos trabalhadores continuam. Concomitantemente à Educação Profissional Tecnológica (EPT), pois existem quatro ações de políticas públicas acessíveis no programa “Bolsa Formação”. Entre elas está o Programa Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec Brasil, Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem. Seu público alvo são os estudantes do ensino médio da rede pública, os trabalhadores e os beneficiários de programas federais.

3.2 RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)

Com o objetivo de adquirir uma visão real da situação trabalhista nacional, o Governo Federal criou a partir do Decreto Nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Revogada pela Lei Nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, e atualizada pelo Decreto Nº 10.854 de 10 de novembro de 2021.

A RAIS concentra importantes informações para a elaboração de políticas públicas possuindo vital importância à segurança jurídica de trabalhadores empregadores. Seus dados são voltados a suprir as necessidades de controle da

atividade trabalhista no país e prover as estatísticas de trabalho, disponibilizando essas informações às entidades governamentais.

Ou seja, a necessidade de novas leis, do controle do FGTS, as concessões e arrecadações de benefícios previdenciários, estatísticas e reconhecimento ao direito de abono salarial, são elaborados e monitorados com as informações dispostas anualmente pela RAIS.

Em franca expansão atual da Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, destacando o eSocial, os meios digitais preconizam a rapidez e eficiência necessárias para a atualização dessas informações trabalhistas, salvo as atividades realizadas informalmente. O Decreto Nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, traz em seu Art 2º:

Art. 2º O eSocial é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional composto por:

- I - escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;
- II - aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e
- III - repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração (Brasil, 2014).

Tanto a versão para grandes empresas como a simplificada eSocial, ambas possuem o detalhamento de quinze obrigações básicas das quais o empregador deve enquadrar-se. Essas informações automatizam a folha de pagamento do trabalhador e a comunicação em caso de desemprego do trabalhador, por exemplo, inserido em todo o universo do trabalho como profissão do indivíduo e suas regulamentações.

Desde a sua gênese em 1975, a RAIS vem evoluindo em eficiência e eficácia. Com sua ampla base de dados, a alteração do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que prevê a Segurança e Medicina do Trabalho, e posteriormente a Portaria Nº 3.214 de 08 de junho de 1978, as Normas Regulamentadoras (NR's), podem ser consideradas melhorias significativas para o ambiente de trabalho e as condições dos trabalhadores.

Comparando a relação da densidade populacional ativa profissionalmente e registrada, em detrimento da população ativa informalmente em suas atividades,

decisões importantes podem surgir e vigorar, visando facilitar o acesso dessa população de trabalhadores informais ao seu devido cadastro e registro.

Outro retorno originário da RAIS direciona-se aos trabalhadores aptos a receberem o Abono Salarial. Conforme descrito pelo próprio Governo Federal em seu sítio eletrônico:

[...] é um benefício anual no valor máximo de um salário-mínimo vigente na data do pagamento e está assegurado aos trabalhadores que recebem em média até dois salários-mínimos de remuneração mensal de empregadores contribuintes do PIS ou do PASEP, tenham exercido atividade remunerada pelo menos 30 dias no ano base e estejam cadastrados há pelo menos 5 anos no Fundo de Participação PIS-PASEP ou no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS (Brasil, 2014).

Esse auxílio constitui-se em subsídio para trabalhadores assalariados e de baixa renda, promovendo uma forma de seguro social e de amparo a esses cidadãos.

3.3 AS RELAÇÕES DOS EMPREGADOS ADMITIDOS E DESLIGADOS – CAGED, DE QUE TRATA A LEI Nº 4.923, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, a partir da Portaria Nº 1.127 de 14 de outubro de 2019 hasteia de vez a bandeira da era digital, pois:

[...] define as datas e condições em que as obrigações de prestação de informações pelo empregador nos sistemas CAGED e RAIS serão substituídas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial (Brasil, 2019).

Ao usar de tecnologia em favor de um gerenciamento de dados ágil e eficiente, o Governo Federal minimizou seus erros cadastrais, obteve monitoramento em tempo real das contratações e demissões no âmbito nacional e, literalmente, facilitou a vida de empresários e trabalhadores.

Considerando a relevância de informações que o CAGED proporciona, torna-se um subsídio indispensável para o equilíbrio da Previdência Social. E para mensurar essa relação de importância, observar a história dessa instituição faz-se necessário.

O Decreto Nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923 trazia a primeira concepção de aposentadoria, que na época restringia-se apenas aos trabalhadores envolvidos na construção das ferrovias. Posteriormente tal modelo proposto foi incorporado aos demais setores privados onde culminou em 1988 na atual Constituição Federal, o direito à aposentadoria para cada trabalhador contribuinte brasileiro.

Vale lembrar que a situação trabalhista na década de vinte e tempos subsequentes beiravam à escravidão generalizada. As “agitações operárias” envolviam greves, paralisações e até conflitos de ordem pública. A constante construção de ferrovias acumulava cada vez mais trabalhadores com sua saúde comprometida em função do trabalho sob condições insalubres e perigosas, sem possibilidades viáveis de obter renda para seu sustento. As migrações desses trabalhadores com ou sem entes familiares gerava a preocupação futura de uma condição digna de vida.

Depois de sancionado, o Decreto Nº 4.682 causou alvoroço na classe empresarial. Influenciada pelo liberalismo ascendente e sempre visando obter o maior lucro possível, a omissão de contribuição previdenciária manifestou-se massivamente.

Sintetizando a relação do CAGED com a Previdência Social, ela serve de base de dados em conjunto do resultado evolutivo de inúmeras “agitações operárias” que mensuram a importância da aposentadoria, garantida principalmente pela Constituição Federal de 1988. Evoluir e modernizar um sistema legislativo, além de transitar suas respectivas casas, forma-se primordialmente a partir dos trabalhadores em seus postos de atividades laborais, dos empresários e sua personalidade jurídica concomitante ao modo como o Governo Federal age sobre esses entes.

Com a evolução do cenário industrial e comercial seguido de crescente massa populacional, ou vice-e-versa, foi publicada a Lei Nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 o qual instituiu um cadastro permanente das admissões e dispensas de trabalhadores.

Considerando a atualística imediata à informação, uma indagação faz-se pertinente sobre os primórdios da composição de um cadastro, comparando com o fluxo de informações existente na metade da década de sessenta. Há quem diga que as antigas máquinas de escrever possuíam uma moderna tecnologia a qual se

imprimia enquanto era empregada sua digitação, e tratando-se de fatos contextuais históricos, recentes ou antigos, um questionamento pode conduzir o pesquisador a um entendimento consolidado desse objeto de estudo.

Como mencionado no início desse subtítulo, o CAGED “hasteia de vez a bandeira da era digital”, pois a Portaria Nº 1.127 instituiu o modo como as informações são “alimentadas” para compor os bancos de dados virtuais. Esse reflexo praticamente instantâneo de acesso às informações a nível nacional também necessita de uma ampla estrutura.

O *eSocial* por sua vez, complementa essa estrutura cadastral, pois suas informações constituem a base primordial para a RAIS e CAGED como descrito pelo site do Governo Federal:

[...] houve uma expressiva simplificação, com a dispensa da utilização desses sistemas. Os empregadores ainda não obrigados ao eSocial, por sua vez, permanecem com a obrigação de utilizar os sistemas próprios da RAIS e do CAGED para informar admissões e dispensas, além de dados relativos às remunerações dos trabalhadores. Contudo, os empregadores devem ficar atentos aos prazos do eSocial, uma vez que deixar de prestar as informações necessárias à RAIS e ao CAGED continua sendo considerado infração à legislação. **Embora o eSocial não tenha instituído nenhuma multa nova, as antigas, já previstas em lei, permanecem em vigor.** (Brasil, 2019). *[grifo nosso]*.

Cabe aqui ressaltar que todo o sistema disponível para que essas informações sejam dispostas com agilidade e precisão decorre de investimentos em tecnologia que não compreendem somente o “maquinário”, mas também todo outro universo que envolve treinamento e capacitação dos operadores dessas tecnologias e informações prestando serviço aos trabalhadores ou à disposição das empresas. Ou seja, para que haja perfeito funcionamento e aproveitamento de um cadastro que contém um amplo banco de dados, o humanístico e tecnologia necessitam de harmonia, situação que pode requerer aperfeiçoamentos posteriores para atingi-la.

3.4 AUTORIZAÇÃO DE TRABALHO PARA MÃO-DE-OBRA ESTRANGEIRA

Segundo a seção de Serviços e Informações do Brasil, subseção Serviço para Estrangeiros do sítio eletrônico Gov.br:

[...] este serviço proporciona ao imigrante ou interessado obter autorização de residência para fins laborais e de investimentos, nos termos da Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017 – Lei de Migração, e do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017 (Brasil, 2017).

Tais promulgações definem e regulamentam a situação dos migrantes, imigrantes, emigrantes, residentes fronteiriços, visitantes, pessoas apátridas e refugiados. Mas qual é a importância desse decreto para o trabalhador brasileiro?

Ao considerar avanços tecnológicos constantes do setor industrial, por exemplo, nos deparamos com a crescente aquisição de máquinas, equipamentos, softwares, componentes e produtos dos mais variados tipos. Tais insumos, por mais evoluídos que sejam ainda requerem mão-de-obra humana para que se tornem operacionais e para que sejam qualificadas. Essa é uma das aplicações práticas deste Decreto. Voltando ainda mais no tempo, podemos deduzir como foi a transição brasileira em relação a seus estrangeiros no que tange à independência de Portugal.

Repentinamente, todos os originários portugueses tornaram-se estrangeiros sendo exigida a regulamentação de pessoas nascidas fora do território brasileiro, incluindo os escravos. Com a pressão internacional para impedir a expansão desse trabalho escravo, a migração dos escravos ociosos, oriundos de outras partes do país, abreviaram sua migração não somente pela legislação, mas também pelos altos custos de deslocamento. A alternativa encontrada foi a de contratar trabalhadores de origem europeia para trabalhar em sistema de parceria. Seus deslocamentos incluíam os familiares que, em muitos casos, tornavam-se herdeiros ou membros da família do fazendeiro contratante ao contrair matrimônio com seus descendentes.

Esse breve relato histórico compõe a origem da mão-de-obra nacional. Por certo que as relações trabalhistas advindas da mão-de-obra estrangeira no início do século XIX diferem das atuais, porém, ainda hoje podem contextualizar de maneira semelhante referindo-se às atividades clandestinas. A peculiaridade desses movimentos migratórios liga-se intrinsecamente à atuação de estrangeiros nas atividades em terras tupiniquins.

Essa interação trabalhista pode ocorrer de várias formas, considerar-se-á a formal e a informal. Pela maneira formal, o trabalhador estrangeiro executará suas

atividades profissionais de acordo com a legislação brasileira, sendo contribuinte e detentor de todos os direitos de um cidadão brasileiro. O informal advém obviamente do trabalhador isento de cadastro em suas atividades.

Atualmente os reflexos da mão-de-obra estrangeira são facilmente identificados nos grandes centros, onde inovações de ordem tecnológica podem depender de um único indivíduo enquanto sua execução demanda uma ordem empregatícia, fundamental para sua concretização.

3.5 PREENCHIMENTO DO COMUNICADO DE DISPENSA PARA REQUERIMENTO DO SEGURO DESEMPREGO (CD)

Graças aos avanços tecnológicos e o advento da era *paperless*, podemos hoje preencher o Comunicado de Dispensa e solicitar o Seguro Desemprego sem maiores entraves burocráticos. O Empregador Web é um aplicativo para *smartphones* desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego que tem como finalidade digitalizar e simplificar essa rotina trabalhista.

Sua origem culminou em 10 de março de 1986 quando o Governo Federal promulgou o Decreto-Lei Nº 2.284. Tal Decreto visava uma nova unidade do sistema monetário brasileiro, instituía o Seguro Desemprego, e ampliava e consolidava as medidas de combate à inflação. Posteriormente seus moldes foram inseridos no Artigo 7º da Constituição Federal, integrando assim, um importante mecanismo de auxílio para o trabalhador que, em caso de desemprego involuntário, pode ser amparado financeiramente.

O Seguro Desemprego é parte importante do Sistema de Seguridade Social, que teve sua evolução com o passar das décadas não só no Brasil, mas também no mundo. Entende-se por seguridade a prática dos “seguros” tão comuns nos dias atuais que iniciaram no Séc. XIV, onde a meta era de proteger as cargas transportadas pelas caravelas em alto mar. Posteriormente, tal seguro foi empregado com a finalidade de estabelecer métodos de proteção contra variados riscos ao ser humano e seus entes familiares.

O Seguro Desemprego, subsidiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT como definido pelo Governo Federal,

[...] é um fundo especial, de natureza contábil–financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho, destinado ao custeio do Programa do Seguro Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico (Brasil, 2015).

O Comunicado de Dispensa para requerimento do Seguro Desemprego integra a parte solene atribuída ao empregador aliada à condição do trabalhador, o qual se torna subserviente desse instituto.

3.6 NO PREENCHIMENTO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS NO CAMPO RELATIVO AO CONTRATO DE TRABALHO

A Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS equipara-se e possui tanta relevância quanto o Registro Geral – RG, e Cadastro de Pessoas Físicas – CPF. Além desses últimos dois registros, a CTPS possui o histórico laboral do trabalhador sendo reconhecido em todo o território nacional.

O preenchimento de informações do Contrato de Trabalho integra a informação basilar de todo trabalhador brasileiro. É munida de dados referentes ao contratante, como sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, endereço, sua especialização caracterizada pelo Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE, o cargo a qual é contratado e, por último, mas não menos importante, o tema deste estudo: a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Segundo o sítio eletrônico disposto pelo Ministério do Trabalho e Emprego:

A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho (Brasil, 2002).

Em termos práticos, a CBO rege a execução sumária da atividade contratada, incorporando particularidades à sua atividade como, por exemplo, o Auxiliar de Produção (CBO 7842-05). Esta função nomeará a atividade do trabalhador tanto em ambiente industrial como de construção civil, cabendo auxiliar em ambos os

processos, porém exigindo qualificações distintas. A família que norteia a especialidade empresarial integra a atividade econômica exercida pelo ente jurídico.

A importância do preenchimento correto do Contrato de Trabalho oferece segurança jurídica, tanto ao trabalhador quanto ao empregador, pois a execução fidedigna da atividade mantém a harmonia das previsões estatísticas mapeadas pelo Governo Federal, tornando-se cada vez mais precisas ao integrar os bancos de dados de informações e princípios legislativos.

3.7 NAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, QUANDO FOR O CASO

Mas em quais casos as atividades do Ministério do Trabalho e Emprego são úteis para o trabalhador e empregador? Para isso, o próprio sítio eletrônico deste ministério dispõe de programas institucionalizados, a saber, os principais:

3.7.1 Programa Trabalho Sustentável

Tem por objetivo promover amplo diálogo com os representantes de trabalhadores e empregadores, bem como demais agentes que possuam ligação direta ou indireta com o desenvolvimento da atividade econômica.

A temática laborativa passa por ações com o intuito de disseminar os conceitos de Conduta Empresarial Responsável, padrões e boas práticas aplicáveis no âmbito das atividades econômicas, capacitar e conscientizar trabalhadores, combater a discriminação, promover a formalização de vínculos empregatícios, erradicar o trabalho infantil e ser um diferencial na perspectiva de atração de investimentos.

3.7.2 Qualificação Profissional

Visa promover, gradativamente, a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação profissional ou formação inicial ou continuada. O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE trabalha em parceria com o Ministério da Educação – MEC através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC como

ferramenta para o aumento da probabilidade da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, revolução da pobreza e às mais diversas discriminações que possam ocorrer no âmbito trabalhista.

3.7.3 Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT

Regulado atualmente pelo Decreto Nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, busca atender prioritariamente os trabalhadores de baixa renda e sua gestão é compartilhada entre o Ministério do Trabalho e Previdência, a Secretaria Especial da Receita Federal, do Ministério da Economia e o Ministério da Saúde. O empregador interessado pode aderir ao programa no próprio o sítio eletrônico do MTE.

Sua operacionalização articula-se entre empresas beneficiárias, fornecedoras de alimentação coletiva, facilitadora de aquisição de refeições ou gêneros alimentícios junto da equipe nutricionista. A Secretaria de Inspeção do Trabalho responsabiliza-se pelo desenvolvimento e implementação do programa.

3.7.4 Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR

Através das atualizações constantes da Portaria Nº 3.214, de 08 de junho de 1978, que institui as Normas Regulamentadoras – NR's do Trabalho, foi em 3 de janeiro de 2022, pela atualização de sua NR 01, a exigência do caráter preventivo deste programa, pois estabelece definições comuns à segurança e saúde no trabalho. Tem por objetivo implementar processos de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais visando a melhoria contínua das condições e da exposição aos riscos pelos trabalhadores, por meio de ações interdisciplinares e sistematizadas.

Referindo-se à segurança do trabalhador, torna-se imprescindível o enquadramento empresarial conforme grau de risco de atividade em concordância com as NR's, pois estas, quando interpretadas e executadas, são capazes de identificar situações desconformes de maneira preventiva. Pode-se considerar que a segurança atua no patrimônio empresarial e o seu recurso humano, ambos sendo mutuários de execução e manutenção.

3.7.5 Programa Renda e Oportunidade

Realiza a inclusão produtiva e geração de oportunidades. Foi concebida em março de 2022 em meio à pandemia da Covid-19 sendo medidas para alavancar a retomada do emprego e da economia no país. Ações voltadas ao microcrédito digital, saque extraordinário do FGTS, empréstimo consignado, antecipação do 13º salário, proteção dos trabalhadores nas calamidades e incentivo à contratação de jovens, integram esse programa.

Em subsídio à família, esse programa dispõe ainda do apoio à parentalidade e qualificação além de oportunidade de trabalho direcionado à mulher. Pagamento de reembolso–creche e regime especial de compensação de jornada de trabalho por meio de banco de horas, por exemplo, são duas ações que integram esse programa.

3.7.6 Programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

O artigo 2º da Portaria Nº 397, de 9 de outubro de 2002, o qual embasou este estudo é, na verdade, um grande programa o qual contém suas subdivisões para melhor interagir nas mais diversas frentes de atuação do Governo Federal, ou seja, esses institutos podem ser considerados como uma porta de entrada do cidadão brasileiro ao exercício de seus direitos civis. O investimento em tecnologia e qualificação proporciona uma melhoria contínua em políticas sociais inclusivas.

CONCLUSÃO

O exemplo disposto na introdução deste artigo simulou a regulamentação de um “construtor das pirâmides” do antigo Egito. Por certo que a época vivida por esses trabalhadores era desprovida de uma legislação trabalhista a qual os amparasse em caso de necessidade.

Outro exemplo destacado, relaciona-se ao empreendedor micro e pequeno que, ao realizar suas atividades, desconhece a profundidade dos procedimentos de segurança, expondo-se ao risco de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

A estrutura disponível hoje voltada ao trabalhador brasileiro em toda sua extensão reflete o resultado de um aperfeiçoamento contínuo, pois tecnologia e pessoas evoluem concomitantemente. Os meios digitais para envio de informações facilitam a comunicação, troca de informações, agilizam processos, interligam sistemas os quais resultam em rapidez e precisão, características que nos dias atuais fazem-se intrinsecamente necessárias.

As casas legislativas por sua vez, são as geradoras da formulação normativa e possuem a responsabilidade de acompanhar os eventos de uma sociedade, englobando seus mais diversos aspectos inclusive no universo trabalhista, pois esta é uma grande e forte engrenagem na economia nacional. Estruturar esse amparo ao trabalhador é sua essência.

O trabalhador em primeiro lugar deve preocupar-se com sua segurança. Ao empregador, intui prover as condições para a execução da atividade, seja ela insalubre, perigosa ou estafante, como, por exemplo, nos grandes escritórios de *call-center* onde um mesmo ambiente de repartição, contendo centenas de pessoas, passam sua jornada de trabalho em constante comunicação com outras pessoas almejando metas de vendas.

Neste caso, a análise de risco volta-se à NR 17 – Ergonomia e seus anexos, pois ao contrário do ambiente de indústria, onde os trabalhadores estão expostos a acidentes de trabalho, os grandes escritórios podem ser fonte de inúmeras doenças ocupacionais. Ambos eventos refletidos na saúde do trabalhador possuem natureza distinta, porém as duas oneram os cofres públicos.

Ao mencionar o ambiente industrial que, possui um plantel organizado de máquinas para a transformação e conformação de matérias-primas, este local está intimamente ligado aos processos de manutenção dessas máquinas, pois, encontrando-se em mau funcionamento, essas máquinas podem compor a fonte originária de um acidente onde trabalhadores possivelmente serão mutilados. Já os riscos físicos em ambiente de *call center* categorizam-se como leves, pois restringem-se ao risco de choque elétrico por utilizar equipamento eletroeletrônico.

O trabalho como labor remunerado não é essencial somente para o sustento individual em sociedade, é também um princípio pessoal quando voltado ao próprio asseio pessoal defronte ao espelho ou higienizando-se de outra maneira.

A etimologia da palavra “trabalho” leva a um conceito distinto do apresentado por Domenico de Masi, expresso como “ócio criativo”. Do latim *tripalium*, o trabalho além de ser um modo de tortura até a morte, consiste na escravidão da população conquistada para usufruto do conquistador. O “ócio criativo” proposto por Masi, baseia-se na concepção de exercer uma atividade na qual o empreendedor sequer preocupa-se com sua remuneração, pois a satisfação em exercer tal atividade lhe garante total sustento. Será somente um sonho?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4682-1923.htm>.
Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 9.199, de 29 de novembro de 2017.** Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm>.
Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D76900.htm>. Acesso em:
25 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 2.284, de 10 de março de 1986.** Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2284.htm>. Acesso em: 05 nov.
2023.

BRASIL. **Lei Nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6514.htm>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.** Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7998.htm>. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10854.htm>.
Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso
em: 05 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 7, de 7 de setembro de 1970.** Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp07.htm>. Acesso em: 25 out.
2023.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 8, de 3 de dezembro de 1970.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp08.htm>. Acesso em: 25 out. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portaria Nº 397, de 9 de outubro de 2002.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=382544&filename=LegislacaoCitada%20INC%208189/2006>. Acesso em: 14 out. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portaria Nº 3.654 de 24 de novembro de 1977.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=29E78F8248068F072527DF51D0D6F36E.node1?codteor=1133295&filename=Avulso+-PL+1167/1995>. Acesso em: 14 out. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto Nº 76.43, de 8 de outubro de 1975.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76403-8-outubro-1975-425022-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 out. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Ações e Programas.** Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **CBO – Classificação Brasileira de Ocupações.** Disponível em: <<https://cbo.mte.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Classificação Brasileira de Ocupações.** Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/CLASSIFICA%C3%87%C3%83O-BRASILEIRA-DE-OCUPA%C3%87%C3%95ES-MEC.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Conheça o eSocial.** Disponível em: <<https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo>>. Acesso em: 15 out. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Entregar a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).** Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/entregar-a-relacao-anual-de-informacoes-sociais>>. Acesso em: 15 out. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.** Disponível em: <<https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/sistema-nacional-de-emprego-sine/>>. Acesso em: 15 out. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Portal Emprega Brasil.** Disponível em: <<https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>>. Acesso em: 15 out. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **PRONATEC**. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 13 out. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Serviços e Informações do Brasil**. Disponível em:
><https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-autorizacao-de-residencia-para-fins-laborais-a-imigrantes>>. Acesso em: 13 out. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Sobre o FAT**. Disponível em:
<<https://portalfat.mte.gov.br/sobre-o-fat/>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Substituição de Obrigações**: dados do eSocial passaram a alimentar o CAGED e a RAIS para obrigados. Disponível em:
<<https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/substituicao-de-obrigacoes-dados-do-esocial-passaram-a-alimentar-o-caged-e-a-rais-para-obrigados>>. Acesso em: 15 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Classificação Brasileira de Ocupações**: Disponível em:
<<https://concla.ibge.gov.br/documentacao/cronologia/cbo.html>>. Acesso em: 13 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **CO 88 – Organização do Serviço de Emprego**. Disponível em:
<https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235132/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 25 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **International Labour Organization**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 25 out. 2023.

SENADO FEDERAL. **Primeira Lei da Previdência de 1923**. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>>. Acesso em: 27 out. 2023.

TECNOSPEED. **O que é Empregador Web e como acessá-lo via Certificado Digital**. Disponível em: <<https://blog.tecnospeed.com.br/empregador-web/>>. Acessado em 21 mar. 2023>. Acesso em: 27 out. 2023.

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO CONTEXTO LEGISLATIVO ATÉ A LEI HENRY BOREL

André Micael Schwingel¹
Gabriele Luana Ledermann²
Lucas Souza de Moura³
Nádia Lucia Schreiner⁴
Sinara Camera⁵

RESUMO

O presente trabalho aborda a questão da infância e da adolescência sobre o viés constitutivo, sua evolução na sociedade, principalmente brasileira, em especial a legislação protetiva e a evolução da criança e adolescente como sujeito de direitos. Enquanto delimitação temática, estuda-se, a evolução da infância com base nas relações familiares desde o século XVIII, na qual as famílias de regra eram numerosas, a mortalidade infantil era muito alta, de modo que não havia por parte das famílias o apego e os cuidados em relação aos vínculos afetivos. Soma-se a isso, uma grande desigualdade social, a qual expunha crianças e adolescentes a situações de riscos e comprometimento ao seu desenvolvimento saudável. A partir desse estudo, busca-se identificar as legislações ao longo da história no que tange ao reconhecimento da criança e adolescente como sujeito de direitos, as redes de proteção a nível nacional e internacional, culminando com a Constituição Federal de 1988 e a Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, bem como a constatação de que mesmo com o avanço no sentido de proteção, deparamo-nos com violências praticadas contra crianças e adolescentes, principalmente a violência doméstica, bem como leis especiais dentre as quais a Lei Henry Borel. A pesquisa bibliográfica é feita em livros, artigos científicos e a própria legislação, de forma que podemos observar os avanços em relação à problemática, bem como da necessidade de estudos que visem essa proteção sejam cada vez mais difundidos para a efetividade da proteção.

Palavras chave: Criança; Adolescente; Violência; Legislação.

¹ Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. eletronicosams@gmail.com;

² Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. gabriele.ledermann@protonmail.com

³ Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. lucasmouradesouza@yahoo.com.br;

⁴ Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. nadia.schreiner@hotmail.com;

⁵ Doutora em Direito Público. Orientadora. Professora do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. sinaracamera@gmail.com.

ABSTRACT

The present work addresses the issue of childhood and adolescence regarding the constitutive bias, its evolution in society, mainly Brazilian, in particular protective legislation and the evolution of children and adolescents as subjects of rights. As a thematic delimitation, the evolution of childhood is studied based on family relationships since the 18th century, in which families were generally numerous, infant mortality was very high, so that there was no attachment and attachment on the part of families. care in relation to emotional bonds. Added to this is a great social inequality, which exposes children and adolescents to risky situations and compromises their healthy development. From this study, we seek to identify legislation throughout history regarding the recognition of children and adolescents as subjects of rights, protection networks at national and international level, culminating in the Federal Constitution of 1988 and the Creation of Child and Adolescent Statute in 1990, as well as the observation that even with advances in the sense of protection, we are faced with violence committed against children and adolescents, mainly domestic violence, as well as special laws, including the Henry Law Borel. Bibliographical research is carried out in books, scientific articles and legislation itself, so that we can observe advances in relation to the problem, as well as the need for studies aimed at this protection to be increasingly disseminated for the effectiveness of protection.

Keywords: Child; Adolescent; Violence; Legislation.

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa, será analisada a efetivação dos direitos da criança e do adolescente por meio da Constituição Federal e de legislações especiais. Será analisado, principalmente, o princípio da proteção integral e de que forma ele vem sendo aplicado a fim de garantir a tutela da criança e do adolescente, principalmente para coibir os maus tratos e a violência, o que culminou com a criação da Lei Henry Borel.

Verifica-se que a criança e o adolescente nem sempre foram sujeitos de direitos ao longo da história. Foi necessário o reconhecimento das vulnerabilidades desse grupo para que se criassem legislações específicas com o fim de tutelar os seus direitos de maneira especializada.

O principal marco dessa evolução legislativa foi a Constituição de 1988, que, em seu artigo 227, estabeleceu que “é dever da família, da sociedade e do Estado”, de forma solidária, assegurar a consolidação dos direitos da criança e do adolescente.

A partir de então, foi necessária a edição de novo Código para atender a esta garantia constitucional. Surgiu, então, no ano de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No mesmo contexto, o Brasil, como signatário de diversos tratados e convenções internacionais voltados aos direitos desse grupo, assumiu, perante o cenário mundial, a responsabilidade de proteger a criança e o adolescente, inclusive do trabalho infantil e da exploração sexual.

No presente trabalho será observado o contexto histórico e social que permitiu a evolução na efetivação dos direitos da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e quais foram as ferramentas que permitiram esses avanços.

Também serão abordadas as diferenças existentes entre as medidas de proteção dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente e aquelas trazidas pela Lei Henry Borel, bem como a sua eficácia e as particularidades de cada uma delas.

1. A HISTÓRIA DA CRIANÇA E DE SUA PROTEÇÃO

1.1 - A CRIANÇA NA HISTÓRIA DO BRASIL

O conceito de infância está relacionado ao papel que a criança representa para a sociedade, o que no século XIX, quando as populações encontravam-se em maior número na zona rural, os cuidados e a educação eram de responsabilidade exclusiva das mulheres para que o homem pudesse trabalhar e trouxesse o sustento para a família, nesse contexto, as mulheres, índios e crianças não tinham direitos, o próprio Código Civil de 1916 demonstra essa estrutura que os subjugava.

Como se pode inferir do próprio Código Civil de 1916, o Código Beviláqua, segundo consta da enciclopédia Wikipédia:

O Código se mostra conservador, especialmente nas regras sobre a família, há uma completa rejeição de aspectos sociais em seu conteúdo e seus preceitos foram redigidos com excesso de abstração. Tentativas de reforma pelo surgimento do Estado social (Enciclopédia Wikipédia, 2023).

Sob essa ótica, a família não tinha função afetiva, a criança tinha uma função muito insignificante, a conservação dos bens, a prática de um ofício, a proteção da

honra e da vida. Com a medicina pouco desenvolvida, a mortalidade infantil era muito alta, o que por si só demonstrava o não apego aquele ser que talvez não fosse sobreviver. Segundo Edison Veiga:

Ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulta ou tivesse morrido pequena”, explica ele. “No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança: havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática”... muitas famílias optavam, inclusive, por retardar em alguns anos o batismo dos filhos. E isto fazia com que não houvesse a necessidade dos ritos cristãos do enterro. “Consta que durante muito tempo se conservou no País Basco o hábito de enterrar em casa, no jardim, a criança morta sem batismo”, aponta ele. “[...] será que simplesmente as crianças mortas muito cedo eram enterradas em qualquer lugar, como hoje se enterra um animal doméstico, um gato ou um cachorro?” “O sentimento que se faziam várias crianças para conservar apenas algumas era e durante muito tempo permaneceu muito forte (Veiga, 2023).

Conjuntamente a realidade da época, não existia igualdade entre as pessoas, como bem coloca Hunt, *apud* Zapater, “[...]muitas das desigualdades jurídicas que se produziram desde então, pois se considerava que grupos sociais como mulheres, insanos, prisioneiros e crianças eram incapazes ou indignos de plena participação no processo político”(Zapater, 2019, p 26), nesse contexto, esses grupos sociais não tinham capacidade individual de articular um raciocínio lógico, o que era exigido para a tomada de decisões.

Importante salientar que as mudanças políticas com o enfraquecimento das monarquias absolutas, fortaleceu-se a ideia de que a família é a base da sociedade, onde as convenções políticas, o fundamento divino do poder dos reis deu lugar a uma proposta diferenciada da vida privada em relação à família, conforme explica Zapater:

Assim se forma a família monogâmica heterossexual burguesa, quando o casamento deixa de ser assunto político relacionado à união de reinos e patrimônios para se tornar objeto da vida privada, com a valorização do amor romântico concomitante à atribuição dos cuidados com a vida doméstica às mulheres – o que incluirá o cuidado com as crianças, acarretando a construção de uma nova noção de maternidade e de deveres da família para com seus filhos. Esse novo formato de interações sociais na vida privada representará uma mudança de paradigma com diferentes consequências para homens, mulheres e crianças. (...)a partir daqui surge o entendimento

de que a criança deve permanecer no seio familiar, preferencialmente sob os cuidados de sua mãe.(...) embora ainda não reconhecida sequer como pessoa (e, portanto, também alijada da condição de sujeito de Direito), a criança ganha importância na sociedade, com contribuição de um discurso econômico segundo o qual ela passa a ser vista como força de trabalho, o que justifica ser preservada e cuidada pela família (e especialmente por sua mãe, como mencionado) para que sobrevivesse à infância. Nesse contexto, a Ciência ditará os cuidados de higiene e saúde para que as crianças – futuros trabalhadores – cresçam sadias, e contribuirá com teorias que associarão classes sociais pobres (e, portanto, sem acesso a condições mínimas de subsistência) à ideia de desvio moral e degenerescência, construindo a noção de necessidade de assistência e controle social pelo Estado das “classes perigosas (Zapater, 2019, p. 28-29.).

Podemos observar que a discriminação, o tratamento diferenciado que é dado às crianças tidas “pobres” em relação às crianças com “poder aquisitivo”, remonta desde os primórdios da sociedade. Ainda com as mudanças que começaram a ocorrer, a criança ainda permanecia como um objeto da tutela dos adultos, tendo intervenção social somente àquelas que poderiam representar um risco à sociedade.

Na idade Média, as crianças eram tidas como mini adultos, homúnculos, as quais vivenciavam diferentes realidades, principalmente aquelas cujas famílias eram pobres e/ou não tinham recursos, não raro, entregavam as crianças ao assistencialismo do estado ou submetendo-as a uma criação de risco, onde a criança era submetida ao trabalho, exploração de parte dos adultos e até a prostituição.

Ademais, mesmo com essas alterações em relação à família e o olhar sobre a criança, ela ainda era tida como o símbolo do braço forte que irá trabalhar e fortalecer a nação, crianças e adolescentes ainda não eram tidas como pessoas, no Brasil a indiferença social em relação às crianças e adolescentes, foi seguida pela fase da vigilância e da higiene social para dar lugar à doutrina da proteção integral, corroborado pelos documentos internacionais de Direitos Humanos, o ordenamento jurídico brasileiro, a partir da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para melhor compreensão do quanto a política do estado interfere nas questões sociais, principalmente no que tange a reconhecimento de direitos, desde a “descoberta do Brasil” em 1.500 até o ano atual (2023), são 523 anos, dos quais podemos contabilizar 52 anos – não consecutivos – de experiência democrática.

Com o advento da industrialização e da urbanização do início do século XX, com as mudanças na estrutura familiar, com as mulheres indo trabalhar fora para auxiliar no sustento da família, deu-se a necessidade de um novo olhar para a infância.

Nessa época, havia poucas instituições especializadas em cuidados infantis, as crianças, filhos de operários, da classe trabalhadora, onde existiam apenas orfanatos, creches e internatos para as crianças, as órfãs e os delinquentes; as instituições de educação eram voltadas às classes mais favorecidas, os jardins de infância.

Importante salientar que uma nova visão em relação à infância tem como início algumas iniciativas da sociedade civil voltadas à educação infantil. Segundo leciona Garcia, *apud* Moletta:

As crianças das classes sociais mais favorecidas tinham acesso à educação por meio de professores em suas residências. A partir de 1920, surgiram jardins de infância, mas ainda voltados às classes favorecidas. [...] Em 1934, promulgou-se uma Constituição no Brasil que tinha princípios significativos para a educação, inspirados pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Todavia, com a promulgação da Constituição de 1937, tais avanços previstos na Constituição anterior foram suprimidos. Em 1940, com a criação do Departamento Nacional da Criança, estabeleceram-se normas para o funcionamento de creches, que incluíam preocupações com a higiene do ambiente físico e a atuação de profissionais da saúde. Em 1941, surgiu o Serviço de Assistência ao Menor, que oferecia serviços de internação às crianças abandonadas e delinquentes (Moletta, 2018, p. 18-19).

Pode-se observar nesse período que as creches que atendiam aos filhos de mães trabalhadoras e operárias, embora houvessem normas para o funcionamento, funcionavam como se fosse um depósito de crianças, as quais passavam o dia para que suas mães pudessem trabalhar, já as crianças economicamente favorecidas frequentavam instituições particulares com um aparato de atendimento diferenciado. Conforme Moletta:

Nas décadas de 1970 e 1980, nota-se que, na educação infantil, a luta por creches recebeu a participação dos grupos feministas, deixando claras as modificações do papel da mulher na sociedade. Desse modo, o direito da criança à educação infantil está diretamente relacionado ao direito da mulher, garantindo o respeito e sua cidadania plena (Moletta, 2018, p. 19).

Ainda assim, as políticas públicas voltadas à educação infantil careciam de efetividade, pois existia um questionamento quanto a função das creches, se era assistencial ou educacional, o que por muitos anos funcionava como uma instituição voltada à Assistência Social.

1.2 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITOS DE DIREITOS E A PROTEÇÃO INTEGRAL.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, as políticas públicas em relação à Criança foram tomando formato, como podemos observar no texto Constitucional os artigos 205, 206, 208 e 227 em especial, o reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos (Brasil, 1988).

A partir da nova Constituição, em obediência ao artigo 227, as crianças tiveram reconhecimento de seus direitos e deveres, mais precisamente no mundo dos direitos humanos, logo a seguir, em 1989 a Convenção Internacional dos Direitos da Criança Elaborado pela ONU, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a Lei de Diretrizes e Base para a Educação em 1996 (LDB/ 96), a Emenda Constitucional 59 de 2009 que alterou o artigo 208 da CF/88 que tornou a Educação Básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade, em 2013 a nova redação do artigo 29 da LDB que prevê I– creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” por meio da Lei 12.796. A partir de 2016 temos que a educação infantil é um direito assegurado por lei para crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo obrigatória a matrícula de crianças de quatro anos em escolas, pois corresponde à primeira etapa da Educação Básica (Zapater, 2019).

A nível mundial temos marco muito importantes além da Convenção Internacional dos Direitos da Criança Elaborado pela ONU, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing, 1980), a Declaração Mundial Sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança nos Anos 90 (1990) e os Princípios das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios Orientadores de Riad, 1990),

que influenciaram a formulação de uma nova legislação referente ao Direito da Infância e Juventude (Zapater, 2019).

Dessa forma, no Brasil, o olhar em relação à infância e a proteção da criança começa a mudar em especial com a chegada da Constituição Federal de 1988, com o reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e garantias. Logo a seguir em 1990 com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram os pilares no combate à violência infantil. A partir de então começa a ser ampliadas medidas como “Redes de Proteção” e melhorias da legislação, as quais visam o combate à violência infantil pautadas no princípio da Proteção Integral (Zapater, 2019).

Pelo princípio da proteção integral entende-se que família, sociedade e o Estado são solidariamente responsáveis para que os deveres e direitos das crianças e adolescentes sejam efetivados, pois é sabido que as crianças e adolescentes apresentam condições distintas de desenvolvimento, observando-se as especificidades acerca de suas necessidades. Conforme Zapater:

Para poderem exercer os direitos de que são titulares, crianças e adolescentes dependem da atuação dos adultos, a quem se atribuem deveres correspondentes. O princípio da proteção integral distribui solidariamente a responsabilidade por tais deveres entre a família, a sociedade e o Estado, ou seja: tanto nas relações privadas, quanto na vida social e na interação com as instituições públicas, cabe a todas e todos observar os deveres a serem cumpridos para que as crianças e adolescentes exerçam plenamente seus direitos.

O princípio da proteção integral confere juridicidade aos direitos das crianças e adolescentes, a significar que os deveres contrapostos a tais direitos não são de natureza meramente moral, mas sim exigíveis dos poderes públicos (Zapater, 2019, p. 72).

Dessa forma, podemos observar a evolução pela qual a sociedade passou até a criação do ECA, para resguardar os direitos das crianças e dos adolescentes, bem como os sistemas de proteção no contexto histórico.

Podemos citar: Século XVIII- Roda dos Expostos: recolhimento para meninas e seminário para meninos; 1830- Código Criminal do Império, menores de 14 anos, recolhidos nas Casas de Correção; 1890- Código Penal estabelece responsabilidade da criança, um limite de 9 anos de idade, recolhimento 14-21 anos; Século XX – Em 1927 foi criado o Código de Menores; 1979 alteração no Código de Menores e em

1990 o ECA. Em 2006 a criação do SGD (Sistema de Garantia de Direitos), que conta com 3 eixos: promoção, defesa, e, controle e efetivação dos direitos. Demonstra a evolução histórica na prevenção contra a violência contra crianças e adolescentes (Zapater, 2019).

Em primeiro lugar é importante conceituar criança e adolescente em relação ao que dispõe o ECA, o que vem descrito no artigo 2º do referido Estatuto:

Art. 2º: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (Brasil, 1990).

Lembrando que, segundo o artigo 228 da CF/88, os menores de 18 anos são penalmente imputáveis, e sujeitos às normas e legislação especial. Porém, importante destacar a preocupação em relação aos cuidados e proteção em relação à criança e ao adolescente, conforme previsto no artigo 5º do ECA, bem como do artigo 227, § 4º da CF, o qual prevê punição severa para violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

Art. 5º, ECA- Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990).

Art. 227, CF/88- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (Brasil, 1988).

Ademais, o Código Penal igualmente traz importante previsão a condutas criminalizadas de abandono de incapaz, exposição ou abandono de recém-nascido e maus tratos, o que guarda uma estreita relação com o ECA.

Mesmo com toda legislação protetiva, ainda existem muitas falhas no que tange a proteção, o que fica bem claro ao observarmos lacunas e ambiguidades no Código Civil e no Código Penal, como por exemplo o termo “menor” abolido pelo ECA, segundo Zapater:

[...] primeiro, ainda emprega o termo “menor”, abolido pelo ECA em razão de sua carga pejorativa e estigmatizante. Caso fosse a intenção do legislador referenciar qualquer pessoa com menos de 18 anos, poderia ter empregado exatamente esta expressão (“pessoa com menos de 18 anos”; “filhos com menos de 18 anos”), sem utilizar um termo tão desgastado e carregado de valoração negativa como “menor de idade”. Segundo, ao manter o limite mínimo para idade núbil aos 16 anos, possibilita legalmente a celebração de casamentos infantis para os parâmetros internacionais (mesmo com o advento da Lei n. 13.811/2019, que vedou a antiga exceção que permitia a antecipação da idade núbil em caso de gravidez); e, terceiro, embora trate do exercício do poder familiar, silencia a respeito da hipótese de pais e mães adolescentes (Zapater, 2019, p. 285-286).

Dessa forma podemos observar que a proteção integral é algo que ainda merece atenção e normatização legal, haja vista que ainda assim, observamos em nossa sociedade, um grande número de violências pelas quais as crianças e adolescentes são acometidos, pois mesmo com os avanços obtidos pelas legislações vigentes, a efetivação dos direitos requer conhecimento e reflexão dos autores que compõem a rede de proteção, pois crianças e adolescentes não são adultos menores, são pessoas que estão em condições peculiares e que precisam de proteção diferenciada além de que família, estado e sociedade ainda não se adaptaram à exigência de uma nova prática e atuação dessa legislação.

Apesar dos grandes avanços na conquista de direitos, temos muitos Desafios: torna-se necessário que as necessidades básicas da família sejam satisfeitas; O atendimento à família ainda é deficiente e a inclusão destas ações ainda é um desafio; A Prevenção da violência, através de políticas públicas, e na repressão; A impunidade do agressor.

2 A PROTEÇÃO DA CRIANÇA EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DOMÉSTICO

2.1 MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NO ECA EM RELAÇÃO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE E A VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DOMÉSTICO

O direito a proteção a crianças e adolescentes tem sua previsão legal na Constituição Federal do Brasil (1988), onde através de mecanismos para o surgimento de políticas públicas no enfrentamento e da prevenção contra violência doméstica contra crianças e Adolescentes, nos termos do § 8º do Artigo 226 da CF/88, que dispõe:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
[...]

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (Brasil, 1988).

Segundo nessa ideia o Estado é responsável por estabelecer estes mecanismos de direitos e garantias asseguradas as crianças e adolescentes de violência doméstica, destarte assim o artigo 227 e seu parágrafo 4º que diz:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
[...]

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (Brasil, 1988).

Dito isto viemos ao encontro da nossa legislação atual que prevê sua proteção integral a Crianças e Adolescentes lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que coloca a criança e adolescentes como sujeitos de direitos e busca garantir um desenvolvimento saudável, em sua integridade física, moral e familiar, por toda a sua vida lhe assegurando o direito a proteção contra todas as formas de violência inclusiva no ambiente doméstico (Brasil, 1990).

O ECA prevê expressamente os direitos dessas crianças vítimas de violência domésticas através de seus acolhimentos garantindo que recebam o apoio necessário para superação de traumas e reconstruir suas vidas.

Não podemos deixar de observar a importância dos órgãos públicos, privados, não governamentais na prevenção e orientação referente a violência domésticas das crianças e adolescentes, bem como sua integração, pois é dever de todos prevenir qualquer tipo de ocorrência envolvendo violação de crianças e adolescentes, como está previsto no artigo 70-A, incisos II e XII, que diz:

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

[...]

II - a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente

[...]

XII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, bem como de programas de fortalecimento da parentalidade positiva, da educação sem castigos físicos e de ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente (Brasil, 1990).

Cada um desses órgãos tem seu papel crucial para a fiscalização e acompanhamento as crianças e adolescentes para a prevenção da violência, para tanto o conselho tutelar tem seu papel de suma importância uma vez que por ser um órgão municipal encarregado de zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), e atuar na defesa dessas crianças em situação de riscos, violências ou violações de direitos, conforme prevê as suas atribuições no artigo 136 e seus incisos da Lei 8069/90 (Brasil, 1990).

É importante destacarmos que o ECA é uma legislação que pode ser atualizada para se adequar às mudanças nas situações sociais e nas melhores práticas de proteção infantil, sendo de responsabilidade das autoridades competentes, dos legisladores, das organizações da sociedade civil e da sociedade em geral acompanhar, afim de garantir as crianças e adolescentes tenham as proteções e os direitos em todos os momentos. Portanto, podemos afirmar que não só o ECA mas sim todas as legislações relacionadas a proteção a crianças e adolescentes não deve

ser uma ação pontual mas sim um processo contínuo, para termos uma maior efetivação para atuação mais eficaz na prevenção e enfrentamento da violência, negligência ou abuso.

As medidas de proteção previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente são instrumentos que podem ser utilizados pelos responsáveis pela proteção das crianças e adolescentes sempre que estes tiverem seus direitos ameaçados ou violados (Freire, 2022).

O artigo 98 do ECA preceitua que as situações de risco envolvendo crianças e adolescentes ocorrem por ação ou omissão da sociedade ou Estado; pela falta ou omissão da sociedade ou Estado; pela falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ou; em razão da conduta da própria criança e/ou adolescente (Brasil, 1990).

O artigo 100 do ECA apresenta um rol de princípios norteadores para a aplicação das medidas de proteção. São eles: Princípio da condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos; Princípio da proteção integral e prioritária; Princípio da responsabilidade primária e solidária do poder público; Princípio do interesse superior da criança e do adolescente; Princípio da privacidade; Princípio da intervenção precoce; Princípio da intervenção mínima; Princípio da proporcionalidade e atualidade; Princípio da responsabilidade parental; Princípio da prevalência da família; Princípio da obrigatoriedade da informação, e; Princípio da oitiva obrigatória e participação (Brasil, 1990).

As medidas de proteção destinadas às crianças e adolescentes estão especificadas no art. 101 do ECA em um rol meramente exemplificativo, sendo possível a aplicação de medidas de proteção de forma isolada ou cumulativa (Freire, 2022).

As medidas que constam nos incisos I a VI são: I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em

regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (Brasil, 1990).

As medidas dos incisos VII e VIII são as medidas de acolhimento institucional e acolhimento familiar. Já a medida de proteção prevista no inciso IX é a colocação em família substituta (Brasil, 1990).

O acolhimento institucional consiste no encaminhamento da criança ou adolescente a uma entidade que participe de programa de acolhimento institucional em razão de abandono ou após constatação de que não é possível manter a criança no ambiente familiar. Trata-se de uma medida excepcional, pois somente é aplicada quando não houver possibilidade de reintegrar a criança ao ambiente familiar. Além disso, o programa de acolhimento poderá enviar relatório ao Ministério Público para que este atue na destituição do poder familiar, na guarda ou tutela (Freire, 2022).

Uma crítica ao acolhimento institucional é o fato de este afastar a criança de seu domicílio e não o agressor. Esta medida pode provocar danos no desenvolvimento da criança ou adolescente, que é tirado do seu ambiente natural de convivência e passa a morar em um local totalmente estranho a ela. Ademais, muitas das entidades acolhedoras não oferecem experiências que permitem o desenvolvimento pleno destas crianças e adolescentes, que deixam de conviver em sociedade, tendo seu círculo social limitado à escola e à entidade.

No acolhimento familiar, diferente do acolhimento institucional, a criança ou adolescente é acolhido por uma família e não por uma instituição. Esta família é previamente cadastrada em um programa, recebendo a criança ou adolescente de forma provisória até que estes possam retornar à família natural ou extensa (Freire, 2022).

As medidas de proteção podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar ou pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude, conforme a necessidade. No entanto, enquanto o Juiz da Vara da Infância e Juventude pode aplicar todas as medidas de proteção, o Conselho Tutelar pode aplicar somente aquelas que constam no artigo 101, do inciso I ao IV. Verifica-se, portanto, que as medidas de acolhimento institucional, acolhimento familiar e colocação em família substituta não podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar (Freire, 2022).

2.2 O SURGIMENTO DA LEI HENRY BOREL E A SUA IMPORTÂNCIA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR PRATICADA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO

A Lei Henry Borel surgiu no dia 24 de maio de 2022, em homenagem ao menino Henry Borel, que possuía apenas quatro anos de idade, quando, de acordo com as investigações policiais, foi morto pelo padrasto, em março de 2021. A prática do homicídio do infante foi facilitada pela omissão de sua genitora, a qual sabia que Henry era frequentemente agredido pelo padrasto e nada fez para protegê-lo. Conforme laudo médico, após a sua morte, o menino contava com 23 lesões pelo corpo (Cunha; Ávila, 2023).

A Lei foi editada com inspiração no crime que vitimou Henry e instituiu dia 3 de maio como o Dia Nacional de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente, data em que era comemorado o aniversário do menino (Cunha; Ávila, 2023).

O novo diploma legal ampliou a responsabilização de toda a sociedade na comunicação de atos de violência praticados contra crianças e adolescentes, com o fim de evitar omissões nas notificações sobre a ocorrência destas infrações penais. Além disso, em seu artigo 23, trouxe mecanismos para tratar de forma humanizada quem notícia ou denuncia estas infrações (Cunha; Ávila, 2023).

A Lei não se preocupou apenas em criar mecanismos penais de repressão aos ofensores, mas também em formar uma rede de apoio às vítimas. Neste sentido, preceitua Zapater:

É perceptível – e digna de nota – a intenção do legislador de privilegiar a construção de uma rede de atendimento às vítimas de violência em detrimento de propor uma abordagem exclusivamente penal: o texto legal referente a crianças e adolescentes contém previsões no sentido de realizar estudos para traçar estratégias⁴⁶⁰ e inclusão do tema em currículo escolar⁴⁶¹, além de estabelecer novas regras, tais como o dever imposto, nos termos da nova redação do art. 18-B do ECA, aos pais, aos integrantes da família ampliada, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes de garantir tratamento de saúde especializado às vítimas (Zapater, 2023, p. 108).

Antes da criação da Lei n.º 14.344/2022, já havia outra legislação que visava proteger a criança e o adolescente vítima de violência, trata-se da Lei n.º 13.431/2017. No entanto, esta era aplicável a qualquer tipo de violência. A inovação legislativa trazida pela Lei Henry Borel foi a proteção da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar. Neste sentido:

Há uma relação de gênero e espécie entre a Lei n. 13.431/2017 e a Lei n. 14.344/2022. A primeira estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Ou seja, de quaisquer formas de violência. Já a Lei n. 14.344/2022 cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. Portanto, o regramento da Lei Henry Borel é aplicável a uma modalidade dos crimes alcançados pela Lei n. 13.431/2017. Há cumulação de regimes jurídicos (Cunha; Ávila, 2023, p. 48-49).

Para que seja aplicada a Lei em estudo, é necessário que as infrações penais ocorram no âmbito do domicílio ou da residência da criança e do adolescente; no âmbito da família e/ou em qualquer relação doméstica e familiar, independente de coabitação (Brasil, 2022).

Verifica-se, desta forma que não é necessário que a violência ocorra na casa onde a criança ou adolescente mora com seus familiares, podendo ser enquadrada como violência doméstica e familiar aquela praticada em outros locais, como casas de acolhimento, onde a relação da vítima com as pessoas com quem convive é de familiaridade, conforme disposto abaixo:

A redação possui similitude com aquela prevista no art. 5º da Lei 11.340/06. O primeiro inciso destina-se a combater a violência doméstica, em sentido estrito, ocorrida no interior do espaço físico em que a criança ou o adolescente vive e possui como referência de lar. Além da óbvia circunstância de uma residência familiar, o dispositivo abarca relações nas quais os conviventes não possuem tal vínculo, como o que ocorre nos casos dos serviços de acolhimento institucional executados pelo Sistema Único de Assistência Social. Nesses, crianças e adolescentes, oriundos de núcleos familiares diversos, são acolhidos na mesma unidade doméstica. Violações praticadas no contexto dos serviços de acolhimento, doravante, estarão tipificadas como violência doméstica. O mesmo não ocorre, por exemplo, em uma creche, pois, embora a longa permanência da criança do local, não está caracterizado o ambiente residencial (Minas Gerais, 2022).

A Lei 14.344, conforme o artigo 1º do referido Código, cria mecanismos para a aplicação de outros Códigos, dentre eles o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de repreender com mais vigor os crimes cometidos contra a criança e o adolescente no âmbito da violência doméstica. Importa frisar que a violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes é uma forma de violação dos direitos humanos (Brasil, 2022).

De acordo com dados obtidos pelo serviço de denúncias disque 100, uma parte significativa da violência praticada contra crianças e adolescentes ocorre no ambiente doméstico e é perpetrada pelos próprios familiares da vítima, motivo pelo qual se fez necessária a criação de nova legislação. Verifica-se também que há uma extensa gama de violações aos direitos das crianças e dos adolescentes, não se limitando ao castigo físico. Corroborando o sustentado:

Segundo dados do Disque 100, no ano de 2019, foram recebidas 86.837 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, uma tendência de elevação de 14% em relação ao ano anterior. As principais violações sofridas por esse grupo são a negligência (38%), violência psicológica (23%), física (21%), sexual (11%), institucional (3%) e exploração do trabalho (3%). Os locais mais usuais da prática dos atos de violência são a casa da vítima (52%), a casa do ofensor (20%) e outros (28%). Dentre os ofensores mais usuais estão a mãe (40%), pai (18%), padrasto (6%), tio (3%) e outros (33%). Portanto, verifica-se claramente pelo local do crime e pelo vínculo entre ofensor e vítima que a violência doméstica e familiar é uma das principais formas de violação de direitos de crianças e adolescentes reportadas no âmbito do Disque 100 (Cunha; Ávila, 2023).

A violência física caracteriza-se por ações que ofendam a integridade ou saúde corporal da criança ou do adolescente e que lhe cause sofrimento físico. Sendo praticada, na maioria das vezes, por castigos físicos exagerados (Cunha; Ávila, 2023).

Já a violência psicológica pode ser praticada por meio de ações que discriminem, depreciem ou desrespeitem a criança ou adolescente, mediante ameaças, injúrias, xingamento, constrangimento, manipulação e humilhação. Também ocorre quando há a prática de alienação parental por um dos genitores e quando a criança ou adolescente é exposto a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio (Cunha; Ávila, 2023).

A violência sexual contra a criança ou adolescente é qualquer conduta que os constranja a praticar ou presenciar conjunção carnal ou outro ato libidinoso, inclusive

por meio de filmagens e fotografias, abrangendo o abuso sexual, exploração sexual comercial ou tráfico de pessoas (Cunha; Ávila, 2023).

Por fim, a violência institucional é aquela praticada por instituição pública ou conveniada e pode ocorrer por meio da revitimização da criança ou do adolescente, por exemplo (Cunha; Ávila, 2023).

A Lei Henry Borel espelha-se na Lei Maria da Penha, ao criar medidas protetivas que visam proteger a integridade física e psíquica de crianças e adolescentes contra atos de violência doméstica. Porém, diferente da primeira, em razão da situação de maior vulnerabilidade das vítimas, a Lei n.º 14.344 prevê que o requerimento para a concessão das medidas protetivas seja remetido ao Juízo em 24 horas, conforme o princípio da intervenção precoce:

O legislador não replicou a sistemática presente na Lei Maria da Penha, pela qual a autoridade policial deve remeter, em 48 horas, expediente apartado ao juiz para apreciar eventual aplicação de medida protetiva. Portanto, valendo-se do microsistema estabelecido (art. 33, LHB), pode-se aplicar, subsidiariamente, o art. 12, III da LMP. In casu, mais consentâneo com o novo diploma legal e com o princípio da intervenção precoce, que se aplique o prazo de 24 horas previsto no §2º do art. 14, LHB (Minas Gerais, 2022).

Qualquer pessoa que atue em favor da criança e do adolescente pode requerer a concessão das medidas protetivas previstas na Lei n.º 14.344, além do Ministério Público, Polícia Civil e Conselho Tutelar (Minas Gerais, 2022).

O artigo 20 e o artigo 21 da Lei versam sobre dois tipos de medidas protetivas: as que obrigam o agressor e as que são em favor da vítima, respectivamente. O rol elencado nestes artigos é exemplificativo, podendo ser aplicadas outras medidas em substituição, quando necessário (Minas Gerais, 2022).

Uma das medidas protetivas que obriga o agressor, prevista no artigo 20, inciso I, é a suspensão da posse ou restrição do porte de armas. Já os incisos II a IV tem por objetivo impedir o contato físico e a comunicação do agressor com a vítima (Brasil, 2022).

Familiares da vítima, testemunhas, denunciantes e noticiantes da infração penal também foram incluídos na proteção assegurada pelas medidas protetivas, com

o fim de garantir a integridade tanto das vítimas quanto daqueles que atuam em sua tutela (Minas Gerais, 2022).

O inciso VI do artigo 20 da Lei em comento estabelece medida de restrição ou suspensão às visitas à criança ou adolescente. No âmbito da legislação estudada, não há justificativa para a oitiva prévia de equipe multidisciplinar antes de sua concessão perante ao caráter de urgência da própria medida, que visa afastar a vítima do agressor (Minas Gerais, 2022).

Já o inciso VII prevê a prestação de alimentos pelo agressor à vítima, da mesma forma que já previa o artigo 130, parágrafo único do ECA. Por fim, os incisos VIII e IX tratam de ações que buscam a recuperar o agressor por meio de programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial (Minas Gerais, 2022).

Dessa forma, conclui-se que, diferentemente das medidas de proteção previstas pelo ECA, que somente preveem o afastamento da criança do lar, a Henry Borel criou medidas de proteção que preveem o afastamento do agressor da residência, o que caracteriza um importante avanço legislativo, uma vez que a criança ou adolescente poderá continuar se desenvolvendo no ambiente natural do domicílio.

As medidas protetivas à vítima, além de prever a proibição de contato da vítima e testemunha com o ofensor, preveem também o afastamento do agressor do domicílio e a prisão preventiva do agressor quando houver suficientes indícios de ameaça à criança ou adolescente. Além disso, algumas das medidas previstas na Lei Henry Borel estão dispostas também no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei n.º 13.431/17. Nesta esfera:

As medidas de urgência dos incs. IV26 e VI27 se encontram também previstas no ECA nos arts. 101, IV, VII a IX e 129, I, e no art. 21, IV, Lei 13.431/17. O inc. IV do art. 21, LHB, franqueia a inclusão da vítima e de sua família natural, ampliada ou substituta nos atendimentos a que têm direito nos órgãos de assistência social (Minas Gerais, 2022).

A Lei Henry Borel inclui a vítima e sua família natural, ampliada ou substituta nos atendimentos dos órgãos de assistência social. Além disso, a Lei dá continuidade normativa ao artigo 21, V, da Lei n.º 13.431/17, ao prever a aplicação da sistemática da Lei n.º 9.807/99 com a inclusão da criança ou do adolescente em programa de proteção a vítimas ou testemunhas (Minas Gerais, 2022).

A Lei prevê também que, caso não seja possível o afastamento do agressor do lar ou a prisão deste, o juízo da infância e juventude deverá avaliar a necessidade de acolhimento familiar, institucional ou colocação em família substituta. No entanto, o acolhimento só poderá ocorrer se houver requerimento do Ministério Público ou de algum interessado, conforme estabelece o artigo 101, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Minas Gerais, 2022).

Observa-se que houve preocupação do legislador também com a segurança das testemunhas, ao prever medidas de protetivas a elas, de forma a estimular quem presencia práticas de violência doméstica e familiar a denunciar e não se omitir diante dos casos de violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes.

CONCLUSÃO

No século XIX, época em que a maior parte da população viva na zona rural e as famílias eram numerosas, as crianças e adolescentes não eram considerados sujeitos de direitos. As altas taxas de mortalidade infantil e a medicina precária contribuíam com a ideia de que as crianças não mereciam cuidados especiais, pois não se sabia sequer se elas chegariam à vida adulta.

A Constituição Federal de 1988, bem como os tratados internacionais, foram um marco para o desenvolvimento de políticas públicas e legislações que buscassem a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Várias conquistas sociais foram alcançadas de modo a tornar a criança um sujeito de direitos e repreender a violência no âmbito doméstico e familiar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente desempenhou um papel muito importante na efetivação desses direitos, pois introduziu o princípio da proteção integral, por meio do qual a criança e o adolescente, como seres humanos em desenvolvimento, devem ser protegidos de maneira prioritária. Ressalta-se, porém, que este diploma legal é datado do ano de 1990 e que, para acompanhar as mudanças sociais, culturais e até mesmo tecnológicas da atualidade, foi necessária a edição de novas leis que protegessem as crianças e adolescentes.

No contexto referido, a Lei n.º 13.431/2017 estabeleceu o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, o qual criou

mecanismos para, por meio das redes de proteção, evitar a revitimização de crianças e adolescentes, instituindo procedimentos como a escuta especializada e o depoimento especial. Na referida Lei, o legislador preocupou-se, em seu artigo 13, em estabelecer o dever de comunicação da sociedade em geral quando for presenciada alguma ação ou omissão que constitua violência contra a criança ou adolescente.

Não obstante o surgimento das legislações já referidas, a prática de diversos tipos de violência contra a criança e o adolescente continuou ocorrendo de forma frequente, sendo necessária a criação de uma lei que punisse também aqueles que se omitem perante a prática destas infrações penais. Neste sentido, surgiu a Lei Henry Borel, que ampliou as alternativas de medidas de proteção já previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e passou a responsabilizar testemunhas omissas.

Apesar dos avanços legislativos, o combate à violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é um assunto que ainda merece atenção e só poderá ser concretizado por meio de uma sólida rede de proteção, na qual os órgãos atuem de maneira cooperativa e contundente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil. 2002.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em:
11 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 1988.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069/90. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Henry Borel.** Lei 14.344/22. Disponível em :
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14344.htm>. Acesso
em: 30 out. 2023.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia
Foundation, 2023. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=C%C3%B3digo_Civil_brasileiro&oldid=66548898>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CUNHA, Rogério Sanches; ÀVILA, Thiago Pierobom. **Violência Doméstica e Familiar contra Crianças e Adolescentes**. Lei Henry Borel. Comentários à Lei 14.344/22 artigo por artigo. São Paulo: Ed. Juspodvm, 2022.

FÁVERO, Eunice T.; PINI, Francisca Rodrigues O.; SILVA, Maria Liduína de Oliveira E. **ECA e a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes**. [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2020. E-book. ISBN 9786555550054. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555550054/>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

FREIRE, Muniz. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. (Coleção Método Essencial). [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559645688. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645688/>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

MOLETTA, Ana Keli. **A Educação Infantil e a Garantia dos Direitos Fundamentais da Infância** [recurso eletrônico] Ana Keli Moletta, Gláucia Silva Bierwagen, Maria Elena Roman de Oliveira Toledo ; [revisão técnica: Joelma Guimarães]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Minas Gerais. Primeiras Impressões sobre a Lei n.º 14.344/2022. **Revista do Ministério Público de Minas Gerais, 2022**. Produzida, editorada e diagramada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (CEAF) em setembro de 2022. <<https://www.mpmg.mp.br/data/files/73/E0/09/D7/AA7058101522EB48760849A8/MPMG%20Juridico%20Lei%20Henry%20Borel.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

VEIGA, Edison. **Dia das Crianças**: como a ideia de infância mudou ao longo do tempo. De Bled (Eslovênia) para a BBC News Brasil, 11 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cyx1p7p9753o>>. Acesso em 03 nov. 2023.

Zapater, Maíra. **Direito da Criança e do Adolescente**. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

IMPRESSÃO DO VOTO ELETRÔNICO: VIOLAÇÃO DO SIGILO DO VOTO OU MAIOR SEGURANÇA E LISURA ÀS ELEIÇÕES?

Igor Matheus Baumgartner Hemsing¹
Franciele Seger²

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema a (in)constitucionalidade do voto impresso. A delimitação temática consiste em analisar a viabilidade desse sistema, com base na posição estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 5889 sobre a (in)constitucionalidade da impressão do voto eletrônico. O objetivo é avaliar se o voto impresso contribuiria para a segurança e integridade das eleições e a preservação da democracia ou se violaria a Constituição Federal de 1988 (CF/88), no que se refere ao sigilo do voto. O problema de pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: a impressão do voto eletrônico é um instrumento constitucionalmente adequado para garantir maior segurança e lisura às eleições e a democracia brasileira? A pesquisa se justifica pelo julgamento da ADI 5889, que considerou o voto impresso uma ameaça ao sigilo e à liberdade do voto, sendo importante discutir se é possível sua adoção sem violar direitos fundamentais ou se isso abriria espaço para o retorno do "voto de cabresto". Quanto à metodologia, a pesquisa adota uma abordagem teórica, fundamentada na análise de fontes bibliográficas, legislação atual e jurisprudência. Os dados foram tratados qualitativamente, com base no método hipotético-dedutivo, e a coleta de informações se deu por meio de documentação indireta. Em conclusão, a pesquisa chega à inconstitucionalidade do voto impresso, respaldando a tese estabelecida pelo STF de que ele violaria os princípios do sigilo e da liberdade do voto, apontando as implicações dessa questão na segurança e lisura do processo eleitoral.

Palavras-chave: Voto Impresso; (In)constitucionalidade; Sigilo do Voto.

ABSTRACT

The present research has as its theme the (un)constitutionality of printed voting. The thematic scope consists of analyzing the feasibility of this system based on the position established by the Brazilian Supreme Federal Court (STF) in ADI 5889 regarding the (un)constitutionality of electronic voting printout. The objective is to evaluate whether printed voting would contribute to the security and integrity of elections and the preservation of democracy or if it would violate the Federal Constitution of 1988 (CF/88) concerning the secrecy of the vote. The research problem aims to answer the following question: Is the printing of electronic votes a constitutionally suitable instrument to ensure greater security and fairness in Brazilian elections and democracy? The research is justified by the judgment of ADI 5889, which considered

¹ Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. igor.hemsing@outlook.com

² Mestre em Direito. Orientadora. Professora do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. franci.seger@hotmail.com

printed voting a threat to the secrecy and freedom of the vote, making it important to discuss whether its adoption is possible without violating fundamental rights or if it would open the door to the return of "voter coercion." Regarding the methodology, the research adopts a theoretical approach, grounded in the analysis of bibliographic sources, current legislation, and jurisprudence. The data were treated qualitatively, based on the hypothetical-deductive method, and information was collected through indirect documentation. In conclusion, the research finds the unconstitutionality of printed voting, supporting the thesis established by the STF that it would violate the principles of vote secrecy and freedom, while pointing out the implications of this issue on the security and fairness of the electoral process.

Keywords: Printed Voting; (Un)constitutionality; Vote Secrecy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a (in)constitucionalidade do voto impresso. A delimitação temática consiste em analisar a (in)viabilidade do voto impresso, amparado na tese firmada pelo STF na ADI 5889 acerca da (in)constitucionalidade da adoção da impressão do voto eletrônico. A partir disso, verificar se o voto impresso seria um incremento à segurança e lisura das eleições e garantia da democracia ou uma afronta à Constituição Federal de 1988.

Considerando o recente cenário de disputa eleitoral, disseminação de *fake news* e propagação do discurso de ódio, denota-se a existência de questionamentos sobre a confiabilidade da urna eletrônica e o sistema de votação adotado no Brasil. Diante disso, a pesquisa tem como problema o seguinte questionamento: a impressão do voto eletrônico é um instrumento constitucionalmente adequado para garantir maior segurança e lisura às eleições e a democracia brasileira?

O objetivo geral consiste em estudar a tese firmada pelo STF na ADI 5889 acerca da sua (in)constitucionalidade. Considerando essa questão, é necessário analisar se a introdução do voto impresso representa um aprimoramento para a segurança, transparência das eleições e preservação da democracia, ou se constitui uma violação ao princípio do sigilo do voto estabelecido pela Constituição Federal de 1988, reforçando a segurança proporcionada pelas urnas eletrônicas.

Para alcançar o objetivo geral, traçou-se como objetivos específicos estudar a tese firmada pelo STF na ADI 5889 acerca da (in)constitucionalidade da impressão do

voto eletrônico, realizando uma pesquisa sobre a (in)viabilidade do voto impresso, verificando se ele seria um incremento à segurança e lisura das eleições e garantia da democracia ou uma afronta à Constituição Federal de 1988, sobretudo em relação ao princípio do sigilo do voto, ratificando a segurança da urna eletrônica.

Quanto à metodologia, a pesquisa é de natureza teórica, visto que se trata de produção de conteúdo com base na pesquisa de fontes bibliográficas, com a análise da legislação vigente e com conhecimentos adquiridos até então, além realizar uma análise jurisprudencial, que estudou um caso concreto.

O tratamento dos dados se dará de forma qualitativa, buscando-se alcançar os objetivos apresentados. Quanto aos fins ou objetivos propostos, a pesquisa é exploratória e descritiva, pois busca conhecer de forma mais profunda o assunto, a fim de torná-lo mais claro, bem como descrever as características do tema. Relativamente à conduta em relação aos dados ou procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que busca explicar o tema por meio de referências teóricas publicadas em documentos.

A produção de dados será feita por meio de documentação indireta, com levantamento de dados feitos via pesquisa documental em fontes primárias e pesquisa em fontes secundárias como livros, legislações, jurisprudências, artigos científicos, dissertações, teses, imprensa escrita, entre outros. Ela será formulada por meio do método hipotético-dedutivo, com o objetivo de auxiliar no preenchimento de uma lacuna acerca do tema, caracterizada pela (in)constitucionalidade de adoção do voto impresso no Brasil, bem como procura a formulação de hipóteses para solucionar o problema apresentado.

Para tanto, estruturou-se a pesquisa em uma sessão e uma subseção, onde busca-se analisar a (in)constitucionalidade do voto impresso, considerando a tese estabelecida pelo STF, para então abordar se o voto impresso é um potencial meio de aumentar a segurança e a transparência das eleições, ou uma violação ao princípio do sigilo do voto.

1 A IMPRESSÃO DO VOTO ELETRÔNICO E A ADI 5889, JULGADA PELO STF

No dia 14 de setembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal firmou a tese pela inconstitucionalidade do voto impresso (ADI 5883), em decisão unânime. Um dos argumentos para que não ocorra a implementação da cédula impressa é de que se colocaria em risco o sigilo do voto e a liberdade do voto, podendo retomar com o “voto de cabresto” (Brasil, 2020).

Para José Jairo Gomes, o voto de cabresto era aquele em que o eleitor era compelido, ameaçado ou pressionado psicologicamente a votar no chefe político local ou em quem este indicasse. Observe-se que o voto era aberto (não secreto, como atualmente) e o eleitor era acompanhado e fiscalizado de perto para não votar na pessoa errada (Gomes, 2022).

Além disso, de acordo com o Ministro Gilmar Mendes, o custo para implementação do voto impresso seria cerca de 2 (dois) bilhões. Mendes também defende que não há comprovação de que a impressão aumentaria a integridade das apurações eleitorais. Já para a Ministra Rosa Weber, a votação eletrônica no Brasil, é um sucesso e reconhecida mundialmente pelos órgãos de fiscalização (Brasil, 2020).

Por outro lado, pode-se analisar que a impressão do voto eletrônico poderia ser um acréscimo à segurança das eleições, sobretudo se considerada a polaridade instaurada no atual cenário político brasileiro, que gerou a desconfiança de brasileiros acerca do uso da urna eletrônica e os resultados de eleições, especialmente naqueles em que o vencedor(a) obteve a vitória por uma margem pequena.

À vista disso, no presente artigo discorrer-se-á acerca da impressão do voto eletrônico, analisando-se se tal prática pode ser inconstitucional ou se caracteriza como uma garantia de maior lisura e segurança às eleições.

1.1 O VOTO IMPRESSO: UM INCREMENTO À SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES E A DEMOCRACIA OU UMA AFRONTA A CONSTITUIÇÃO DE 1988?

No que diz respeito à impressão do voto eletrônico, surgem diferentes perspectivas: uma que a considera como uma violação do sigilo do voto e outra que a vê como uma medida para aumentar a segurança e a integridade das eleições.

Atualmente, dúvidas são levantadas em relação à transparência das urnas eletrônicas, o que motiva o debate sobre a implementação do voto impresso como forma de garantir uma maior segurança e lisura nas eleições. Por outro lado, há aqueles que consideram a impressão do voto eletrônico inconstitucional, argumentando que viola o princípio do sigilo do voto e pode comprometer a liberdade do eleitor.

A Constituição Federal de 1988, dispõe, no seu artigo 14, *caput*, que o voto é direto e secreto (Brasil, 1988). Logo, a impressão do voto eletrônico poderia causar a vulnerabilidade deste princípio e, conseqüentemente, afetar a liberdade do voto (Brasil, 2013).

Em caso de violação destes princípios o Voto de Cabresto poderia ser retomado, além de uma possível maior interferência do poder econômico nas eleições. O voto é igual para todos, é um direito político próprio da democracia e permite a igualdade de cada voto, independentemente de classe social, gênero etc. Nesse sentido, Carvalho sustenta:

No caso de votos casados, prefeito e vereador, deputado federal e deputado estadual, senador e deputado federal, vai ser plenamente possível identificar dentro de uma seção eleitoral o respeito a compromissos previamente assumidos entre candidatos e eleitores através do rompimento do segredo do voto. A recontagem pode ser utilizada, inclusive, como mecanismo para acessar os votos, independentemente, do desejo confirmar o quantitativo de sufrágios recebidos por cada candidato. essa situação se torna ainda mais grave quando se imagina a realidade de determinadas comunidades que são dominadas por integrantes de grupos criminosos como traficantes e membros de milícias, nesses casos, o rompimento do sigilo e conferência dos votos, poderia, inclusive, colocar em risco a vida de muitas pessoas que não se submeteram a pressões e exerceram livremente seu direito de voto e escolha. Mais uma afronta grave a uma das pilstras da nossa democracia (Carvalho, 2021, p. 108).

O voto impresso foi amplamente utilizado ao longo da história constitucional do Brasil, tanto durante o período imperial quanto na fase republicana. No entanto, essa forma de votação ficou marcada pela ocorrência de diversas fraudes, tanto durante o processo de votação quanto na apuração dos votos. Além disso, o voto impresso restringia a liberdade do eleitor, uma vez que se exigia o comprovante de votação, o

que ficou conhecido como "voto de cabresto". Esse sistema limitava a autonomia do eleitor e possibilitava a manipulação e coerção política (Sales, 2023).

A transição para a votação eletrônica, por meio das urnas informatizadas adotadas no Brasil desde 1996, trouxe uma verdadeira transformação para a democracia brasileira. Esse avanço pôs fim aos abusos cometidos por grupos políticos em detrimento dos eleitores, caminhando em direção à concretização do princípio republicano de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, conforme estabelecido pela Constituição (Sales, 2023).

Essa transição significou um salto em direção a uma votação livre de fraudes, capaz de refletir com precisão a vontade do eleitor e, portanto, a soberania popular. O sufrágio universal e o voto direto e secreto passaram a ser exercidos de forma mais autêntica, com igual valor para todos os cidadãos (Sales, 2023). Além disso, os mandatos são uma característica dos governos republicanos, delimitando-se o tempo que cada um irá permanecer à frente do cargo eletivo:

O voto com valor igual (igualdade) para todos é a aplicação no direito político da garantia de que todos são iguais perante a lei (cada eleitor vale um único voto – *one man, one vote*). A periodicidade do voto, explicitada como cláusula pétrea no § 4º do art. 60 da CF, possibilita a alternância dos mandatários. E a periodicidade dos mandatos é uma característica da forma republicana de governo. A forma republicana de governo, a exemplo do regime democrático, é princípio constitucional sensível cuja inobservância autoriza o Procurador-Geral da República a requerer intervenção federal (art. 34, VII, a, c/c o art. 36, III, ambos da CF) (Chimenti, 2021, p. 11).

A proposta de imprimir um comprovante de voto com um número único de identificação associado à assinatura digital, visando facilitar a auditoria dos resultados apurados em uma urna eletrônica, representaria, na prática, um grande retrocesso. Em primeiro lugar, a associação de um número de controle ao voto permitiria a verificação posterior desse voto, abrindo a possibilidade real de identificar o eleitor, o que entra em conflito direto com o princípio fundamental do voto secreto (Sales, 2023).

Por outro lado, existe a percepção de que o voto eletrônico seria um incremento à segurança e à lisura das eleições, tendo em vista que geraria ao eleitor um comprovante, ou seja, uma possibilidade de verificar que o voto depositado na

máquina de votar e voto na cédula impressa são os mesmos. Tal possibilidade seria destinada para o candidato que desejasse valer-se desse mecanismo.

O uso de sistemas digitais na votação também traz um conjunto de preocupações em relação à autenticidade, integridade, confidencialidade e confiabilidade dos votos contabilizados. Essas preocupações surgem principalmente devido à falta de transparência no sistema e à ausência de mecanismos efetivos que permitam à sociedade realizar auditorias no processo de votação (Ferrão; Chervinski; Silva; Kreutz; Immich; Kepler; Righi, 2019).

A ideia é de que o voto impresso possibilitaria a recontagem de votos, trazendo maior transparência para o processo eleitoral. As cédulas impressas seriam depositadas automaticamente e não existiria a possibilidade de o eleitor ter contato com o comprovante de voto. Em caso de questionamentos do resultado, poderia ser realizado a recontagem manual dos votos. Assim:

Assegurar a transparência e recontagem do voto impresso auditável, no processo eleitoral, tem a pretensão de evitar insegurança nos eleitores e aprimorar as urnas com um suporte de confirmação e verificação do voto. Isso porque, além de serem impresso, as cédulas que saem das impressoras são protegidas e em nenhum momento o eleitor terá contato manual com estas, uma vez que são automaticamente depositadas em urnas indevassáveis para fins de auditoria, e caso haja um eventual questionamento sobre a confiabilidade das eleições, poderá ser feito manualmente a recontagem dos votos (Jales; Silva; Oliveira, 2022, p.12).

No mesmo sentido da possibilidade da implementação do voto impresso como medida de maior segurança e lisura as eleições, Jales, Silva e Oliveira sustentam:

A auditoria dos votos é uma evolução que deixará as eleições mais seguras e impede a tentativa de fraude e de manipulação do sistema, os votos são gravados apenas eletronicamente qualquer violação no sistema poderá alterar o resultado, nenhum sistema no mundo é inviolável e ainda temos que confiar no resultado que depende totalmente dos programas instalados nessas urnas. Todo sistema pode ter falhas ou até ser invadido por hackers que alterem os resultados, no entanto, a inclusão do voto impresso auditável deixa o processo eleitoral muito mais seguro e transparente, e mesmo que alterem os resultados no sistema, é possível fazer a recontagem dos votos evitando assim, que prejudiquem, ou que violem nossa democracia de forma obscura e secreta (Jales; Silva; Oliveira, 2022, p. 13).

Ademais, “apesar de ser uma das questões mais controversas das urnas eletrônicas, hoje, o voto impresso é uma das maneiras mais aceitas para garantir a auditoria” (Ferrão; Chervinski; Silva; Kreutz; Immich; Kepler; Righi; 2019, p. 10).

Entretanto, a introdução do voto impresso também abriria a possibilidade de um eleitor sem escrúpulos alegar que os dados impressos no comprovante diferem dos dados digitados na urna eletrônica. Isso criaria um impasse insolúvel que poderia minar a confiança no sistema e comprometer toda uma eleição, desencadeando uma série de eventos em cascata. Essa situação poderia, por exemplo, favorecer um candidato que se considere em desvantagem nas pesquisas eleitorais (Carvalho, 2016).

Além disso, há um problema técnico a ser considerado: caso uma das impressoras apresente algum problema durante a votação, o que é comum acontecer, um técnico da Justiça Eleitoral precisaria abrir o compartimento onde os votos já impressos estão armazenados para realizar os reparos necessários e permitir a continuidade da votação. No entanto, essa ação resultaria na quebra do sigilo da votação, comprometendo principalmente a privacidade do último eleitor a votar (Carvalho, 2016). Dessa maneira:

Em caso de dúvidas acerca do pleito eleitoral, todo o sistema de auditoria que poderia sanar os problemas e encontrar eventuais falhas é controlado por aqueles que estariam sobre investigação da auditoria, uma postura rechaçada por entidades internacionais, entidades estas que deveriam certificar o software de votação nacional, o que novamente reduziria as dúvidas e aumentaria a confiabilidade no processo. É exatamente esta impossibilidade de auditoria que lança dúvidas acerca do processo eleitoral brasileiro (Jales; Silva; Oliveira, 2022, p. 6).

A implementação do voto impresso como medida para maior segurança e lisura das eleições seria justificada se não houvesse outros mecanismos de auditoria das urnas eletrônicas. No entanto, é importante destacar que existem protocolos rigorosos de auditoria individual e aleatória do sistema eletrônico de votação. Esses protocolos incluem o registro digital do voto, verificação pré e pós-eleição, conferência de *hashes* e a realização de votações paralelas. Essas salvaguardas adicionais garantem a transparência e integridade do processo eleitoral, reduzindo a necessidade de adotar o voto impresso como única forma de auditoria (Carvalho, 2016). Para o autor:

Nesse sentido, não emergem justificativas plausíveis, especialmente diante da inexistência de elementos incontestáveis da ocorrência de qualquer fraude no sistema eletrônico de votação brasileiro, que levem a ressuscitar um procedimento que além de dispendioso economicamente trará ameaças reais a princípios basilares do direito ao sufrágio, como o são o sigilo e a segurança. (Carvalho, 2016, p. 152).

A impressão do voto eletrônico apresenta riscos em relação ao sigilo e à liberdade do eleitor, além de representar um gasto excessivo para sua implementação. Portanto, o voto impresso não se configura como uma forma de garantir segurança e lisura, mas sim como uma ameaça à democracia brasileira.

Essa preocupação é válida, pois a impressão do voto poderia potencialmente ressuscitar práticas como o prejudicial voto de cabresto. A impressão da cédula de voto poderia criar uma maneira de coagir os eleitores, comprometendo assim o princípio fundamental da liberdade do voto. Isso ocorreria se houvesse a possibilidade de identificar o voto impresso e associá-lo a um eleitor específico, permitindo assim a pressão ou coerção em relação à escolha do eleitor. Portanto, é necessário considerar as implicações que a impressão do voto poderia ter no princípio da liberdade de voto e na integridade do processo eleitoral. Nesse Sentido, Carvalho afirma:

O voto impresso leva ao rompimento do sigilo do voto em outras situações. Todas as vezes em que houver recontagem dos votos impressos será possível verificar e manipular um sufrágio em sua inteireza, ou seja, a escolha realizada para todos os cargos ficará completamente exposta ao público. Em seções eleitorais que um candidato a vereador recebeu um único voto, se ele identificar a quem pertenceu esse sufrágio de brinde saberá em quem ele votou para prefeito, por exemplo (Carvalho, 2021, p.108).

Outro ponto a ser observado é a possibilidade de interferência humana no processo de impressão do voto eletrônico. Caso ocorra uma falha na impressora durante o processo de votação, seria necessária a intervenção de um indivíduo para corrigir o problema. No entanto, essa intervenção poderia resultar na violação do sigilo do voto, que é um princípio constitucional e uma cláusula pétrea essencial para o exercício pleno da cidadania (Brasil, 2021).

A preservação do sigilo do voto é fundamental para garantir que cada eleitor possa expressar sua escolha livremente, sem qualquer tipo de coerção ou influência externa, não devendo ser questionada por ninguém. A possibilidade de intervenção humana na impressão do voto eletrônico cria um potencial risco de violação desse sigilo, uma vez que o indivíduo responsável pela correção do problema poderia ter acesso indevido às informações relacionadas aos votos (Brasil, 2013).

A prática de imprimir o voto viola o direito inalienável ao sigilo, garantido ao cidadão pela Constituição como uma conquista democrática, com o objetivo de combater os sérios vícios decorrentes da compra e venda de votos, os quais representam uma ameaça ao sistema democrático (Veloso; Agra, 2023).

Logo, tendo em o risco de violação aos princípios do sigilo e da liberdade do voto, o gasto excessivo com a adoção da cédula impressa, denota-se que a alternativa de voto impresso no Brasil não se mostra viável no cenário atual. Além disso, é considerada pelo STF como inconstitucional, por ferir o princípio constitucional do sigilo do voto.

2 METODOLOGIA

Segundo Lakatos (2021), método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa é de natureza teórica, visto que se trata de produção de conteúdo com base na pesquisa de fontes bibliográficas, com a análise da legislação vigente e com conhecimentos adquiridos até então, além realizar uma análise jurisprudencial, que estudou um caso concreto.

O tratamento dos dados se dará de forma qualitativa, buscando-se alcançar os objetivos apresentados neste projeto de pesquisa. Quanto aos fins ou objetivos propostos, a pesquisa é exploratória e descritiva, pois busca conhecer de forma mais

profunda o assunto, a fim de torná-lo mais claro, bem como descrever as características do tema. Relativamente à conduta em relação aos dados ou procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que busca explicar o tema por meio de referências teóricas publicadas em documentos.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A produção de dados será feita por meio de documentação indireta, com levantamento de dados feitos via pesquisa documental em fontes primárias e pesquisa em fontes secundárias como livros, legislações, jurisprudências, artigos científicos, dissertações, teses, imprensa escrita, entre outros.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A presente pesquisa será formulada por meio do método hipotético-dedutivo, com o objetivo de auxiliar no preenchimento de uma lacuna acerca do tema, caracterizada pela (in)constitucionalidade de adoção do voto impresso no Brasil, bem como procura a formulação de hipóteses para solucionar o problema apresentado.

CONCLUSÃO

O voto desempenha um papel crucial no Estado democrático de direito e na democracia, sendo essencial garantir o livre exercício do voto, o qual deve ser mantido em sigilo. Nesse sentido, é imprescindível promover discussões acerca de propostas que visem a alteração do processo eleitoral, desde que seja considerada a possibilidade de que tais alternativas, destinadas a assegurar maior segurança e transparência às eleições, efetivamente cumpram com sua finalidade original. Deve-se evitar qualquer caminho que possa resultar em efeitos contrários, gerando insegurança nas votações e instabilidade no Estado democrático de direito.

O objetivo principal desta pesquisa foi abordar a viabilidade ou inviabilidade do voto impresso, levando em consideração a tese estabelecida pelo STF no julgamento da ADI 5889, que tratou da (in)constitucionalidade do tema. O objetivo geral da

pesquisa foi alcançado, uma vez que se concluiu que a adoção do voto impresso violaria os princípios do sigilo e da liberdade do voto.

Os objetivos específicos da pesquisa abrangeram a viabilidade ou inviabilidade do voto impresso, verificando se esse seria um instrumento capaz de incrementar a segurança e a integridade do processo eleitoral ou se violaria princípios constitucionais, em especial o princípio do sigilo do voto.

Os objetivos específicos foram alcançados, na medida em que a tese estabelecida pela Suprema Corte na ADI 5889, ratificou a inconstitucionalidade do voto impresso, sob o fundamento de que sua adoção traria a possibilidade de instalação de impressoras junto às urnas eletrônicas, o que comprometeria o princípio constitucional do sigilo do voto, além da potencial violação desse princípio através da geração de um número de controle associado a um voto, permitindo posterior conferência do voto.

Dessa forma, por meio da presente pesquisa confirmou-se a tese já firmada pelo STF na ADI 5883, de que o voto impresso é inconstitucional, pois viola o princípio constitucional do sigilo do voto. A tese de que impressão do voto eletrônico traria maior segurança às eleições foi refutada, pois ao adotar as urnas eletrônicas, o problema do "voto de cabresto" foi afastado, garantindo ao eleitor a liberdade e o sigilo do voto.

Tendo em vista o atual cenário da disputa eleitoral, marcado pela disseminação de *fake news* relacionadas às urnas eletrônicas e alegações infundadas de fraudes, o presente artigo tornou-se essencial, pois discutir o voto não implica apenas discutir as eleições, mas sim a democracia. Ela se propôs a responder a uma questão relevante: se o voto impresso representa um incremento à segurança e lisura das eleições, sendo, portanto, um aprimoramento ao processo eleitoral brasileiro, ou se constitui uma afronta à Carta Magna, concluindo-se por esta última opção.

Conclui-se que a impressão da cédula em papel tornou-se obsoleta, uma vez que as urnas eletrônicas proporcionam um processo eleitoral mais ágil, seguro e confiável. A preservação do sigilo e da liberdade do eleitor é essencial para garantir a liberdade de escolha e evitar possíveis influências indevidas ou coações, mantendo, assim, as eleições limpas. A preservação da integridade do sistema eleitoral e a manutenção dos princípios democráticos exigem que se rejeitem medidas que possam comprometer a liberdade, o sigilo e a segurança do voto.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Impressão de Registro Põe em Risco Sigilo e Liberdade do Voto.** Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451785&ori=1>>. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Barroso Destaca na Câmara dos Deputados Riscos do Voto Impresso para o Processo Eleitoral.** Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Junho/barroso-destaca-na-camara-dos-deputados-riscos-do-voto-impresso-para-o-processo-eleitoral>>. Acesso em: 28 maio 2023.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Norma que Institui Voto Impresso a Partir de 2014 é Inconstitucional, Decide STF.** Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Novembro/norma-que-institui-voto-impresso-a-partir-de-2014-e-inconstitucional-decide-stf>>. Acesso em: 13 set. 2022.

CARVALHO, Volgane Oliveira Carvalho. **Dos Inconvenientes do Voto Impresso:** memória da ação direta de inconstitucionalidade Nº 4.543. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/estudos_eleitorais/estudos_eleitorais_n11_v1_2016.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

CARVALHO, Volgane Oliveira Carvalho. **O eleitor Narcisita e o Voto Impresso: ¿conspiradores contra a democracia?.** Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Volgane-Carvalho-2/publication/358105527_O_ELEITOR_NARCISISTA_E_O_VOTO_IMPRESSO_CONSPIRADORES_CONTRA_A_DEMOCRACIA/links/61f16f619a753545e2fb21b4/O-ELEITOR-NARCISISTA-E-O-VOTO-IMPRESSO-CONSPIRADORES-CONTRA-A-DEMOCRACIA.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

CHIMENTI, Ricardo C. **O Exercício da Soberania Popular e a Minirreforma Eleitoral De 2021.** São Paulo: Editora Saraiva, 2021. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622906/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml!%5D!/4/2%5Bcover%5D/2%4050:77>>. Acesso em: 22 out. 2022.

GOMES, José J. **Direito Eleitoral.** Barueri: Grupo GEN, 2022. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772056/>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

FERRÃO, Isadora Garcia; CHERVINSKI, João Otávio; SILVA, Sherlon Almeida da; KREUTZ, Diego; IMMICH, Roger; KEPLER, Fábio; RIGHI, Rodrigo Da Rosa. **Urnas Eletrônicas no Brasil:** linha do tempo, evolução e falhas e desafios de segurança.

Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rbca/article/view/9056/114114678>>.
Acesso em 10 jun. 2023.

JALES, Francisco Sandson Fernandes, SILVA, José Welligton de Oliveira, OLIVEIRA, Bruno Morais Gomes de. **Inclusão do Voto Impresso Auditável**: uma questão de transparência no processo eleitoral eletrônico. Disponível em:<[https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/22545/1/Artigo%20 Cientifico%20-%20Voto%20Impresso%20Auditavel.pdf](https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/22545/1/Artigo%20Cientifico%20-%20Voto%20Impresso%20Auditavel.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2022.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Barueri: Grupo GEN, 2021. Disponível em:<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D!/4/2/2%4051:2>>. Acesso em: 27 set. 2022.

SALES, Vinícius de Almeida. **Voto Impresso**: aspectos constitucionais à luz do princípio da vedação ao retrocesso político. Disponível em: <<https://ayaeditora.com.br/livros/L313.pdf#page=107>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

VELOSO, Carlos Mário da S.; AGRA, Walber M. **Elementos de Direito Eleitoral**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598810/>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

A NEUROCIÊNCIA APLICADA AO MARKETING

Eduarda Gabriele Schmitt Bólico¹
Victoria Gabriela Stein Souza dos Santos²
Camila Gabriele Câmara³
Danieli Hermes Rodrigues⁴

RESUMO

A sociedade está em constante evolução, buscando conhecimentos e se adaptando a novas formas de consumo. Ao longo dos anos, as vendas online se tornaram essencial para o sucesso do empreendimento, especialmente na época da pandemia do Covid-19, momento em que não era possível sair de casa para efetuar compras. Porém, ter entendimento sobre o comportamento do consumidor em uma sociedade marcada pela complexidade em uma era digital, não é uma tarefa simples. Portanto, este artigo tem como objetivo referenciar quais são as principais ideias que podem ser tomadas por base para maior assertividade nas estratégias de marketing ligadas a neurociência e conseqüentemente alavancar os negócios. Por meio de pesquisas teóricas e científicas, o conteúdo será estudado e abordado ao longo deste trabalho. Conclui-se que as estratégias de neuromarketing podem vir influenciar no processo de decisão de compras de consumidores e auxiliar os profissionais de marketing com novas práticas e métodos para conquistar seus objetivos no mercado.

Palavras-chave: Neuromarketing; Estratégia; Negócio.

ABSTRACT

Society is constantly evolving, seeking knowledge and adapting to new forms of consumption. Over the years, online sales have become essential to the success of the business, especially during the Covid-19 pandemic, when it was not possible to leave the house to make purchases. However, understanding consumer behavior in a society marked by complexity in a digital era is not a simple task. Therefore, this article aims to reference the main ideas that can be taken as a basis for greater assertiveness in marketing strategies linked to neuroscience and consequently boost business. Through theoretical and scientific research, the content will be studied and addressed throughout this work. It is concluded that neuromarketing strategies can influence the consumer purchasing decision process and help marketing professionals with new practices and methods to achieve their objectives in the market.

¹Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. eduardaschmitt18@gmail.com;

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. victoriasantos492179@gmail.com.

³ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Orientadora. Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: camaracamila@hotmail.com

⁴ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Orientadora. Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. prof.danielihermes@hotmail.com.

Keywords: Neuromarketing; Strategy; Business.

INTRODUÇÃO

A civilização vem sofrendo grandes mudanças diante das evoluções envolvendo o capitalismo e o mercado de trabalho. A adaptação a este meio foi possível e necessária por meio da internalização da neurociência associada ao marketing. Nesse sentido, novas práticas e técnicas foram criadas para acolher tais demandas, uma delas é o neuromarketing. Com a implementação dessa nova possibilidade de produzir propagandas e divulgações, permite que o produto possa ultrapassar barreiras e chegar com mais intensidade ao olhar do cliente.

A competitividade e a busca por novas estratégias no *marketing* que impactam o consumidor têm se tornado um objetivo cada vez mais evidente entre profissionais, empresas e qualquer outro meio que lide diretamente com o consumidor. Sabendo disso, muitos empresários ao perceber que as maneiras tradicionais de realizar o contato com o cliente chamando sua atenção, de fato, não estão sendo suficientes para suprir as demandas dos investimentos e retorno dos mesmos.

Por essa via, foi necessário a implementação de novas práticas, com o intuito de buscar um novo contato, este sendo direto com o consumidor. A ideia é trabalhar de forma objetiva, trazendo elementos que possam representar de forma clara como o produto se apresenta junto ao mercado, com uma riqueza de detalhes e informações que transmitem ao consumidor a necessidade de adquiri-lo. Dessa forma, fica evidente como a neurociência aplicada ao Marketing impactam para o crescimento do negócio. Além disso, este artigo irá esclarecer conceitos de neurociência e os comportamentos do consumidor frente a este fato.

1 OBJETIVOS

“Através da Neurociência podemos determinar como as pessoas realmente respondem, não como acham que devem responder.”

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Kotler (1993), o Marketing estava estritamente ligado à economia e não só apenas pelo preço, mas também pela demanda que sofreu alterações devido aos canais de distribuição. Ele define: “Marketing é o processo social e gerencial através do qual indivíduos e grupos obtêm aquilo de que necessitam e desejam por meio da criação e troca de produtos e valores”.

De acordo com Kotler e Andreasen (1991), o marketing pode ser caracterizado como um agrupamento de várias técnicas, sendo elas administrativas que possam desenvolver formas de planejamentos com o intuito de reproduzir informações acerca de um determinado produto. Esse movimento tem como objetivo, trazer ao meio social informações do mesmo, permitindo novos alcances para um determinado grupo ou sujeito interessados naquele mesmo produto.

Uma das maiores questões no mercado atual é o que leva os consumidores a decidirem por um produto em vez de outro; portanto, há um interesse crescente em compreender como as respostas cerebrais influenciam o processo de tomada de decisão dos consumidores. O Neuromarketing apresenta-se como uma das principais áreas de estudo que visa atingir este objetivo, no entanto, ainda é um campo novo e em constante desenvolvimento. Os estudos de neuromarketing aplicados ao comportamento do consumidor nos últimos cinco anos por meio de uma revisão integrativa da literatura, identificando como estão sendo desenvolvidos os estudos sobre esse tema. Este estudo conclui que grandes avanços estão sendo feitos na área, e que o neuromarketing pode realmente ajudar na compreensão dos processos cognitivos e sua influência na tomada de decisões (Ícaro Luiz Dos Santos Jordão, MTD Souza, Jorge Henrique Caldeira de Oliveira).

Com o passar dos anos, a necessidade de ampliação de possibilidades em obter a atenção do cliente se fazem necessárias, pensando em um planejamento de possíveis alterações em nosso cérebro e como essas mudanças podem modificar o comportamento do indivíduo. Nesse sentido, Smidts (2014), trabalha na possibilidade de novas formas de construir um marketing. Assim, seria possível uma nova compreensão da organização do nosso cérebro e como isso afetaria no desempenho e na elaboração cognitiva do sujeito.

A partir desta nova observação, fez-se necessário a criação de novas ferramentas, ocorrendo assim, uma junção entre a neurociência juntamente com o marketing. Para muitos pesquisadores, surge a ideia da criação de uma neurociência para o consumidor, no entanto para alguns, é vista como um neuromarketing. Ambos os elementos podem parecer semelhantes, mas segundo (Lee; Broderick; Chamberlain, 2007), a distinção entre eles é necessária, não somente para poder aplicar em prática, mas também, para compreender melhor o seu funcionamento.

Segundo o autor (Lee; Broderick; Chamberlain, 2007), a neurociência ao consumidor tem a ideia de trabalhar no intuito de fazer pesquisas relacionadas ao estudo do cérebro, processos neurocientíficos que cercam o sujeito. Já por outro lado, o neuromarketing, aborda a ideia da construção e elaboração dos estudos fundados, através de pesquisas, desenvolvimentos acerca da instauração da neurociência ao consumidor. Portanto, esse resultado de pesquisa obtida, entrelaça a relação com o sujeito juntamente com o meio comercial, como ele responde ao mercado e como o sujeito responde a esses estímulos.

A criação do conceito de neuromarketing é creditada a Jerry Zaltman, que no final da década de noventa visualizou o caráter estratégico da utilização de neuroimagem funcional para o refinamento da oferta de produtos, e foi introduzido no mercado em 2001 pela empresa de comunicação americana BrightHouse (Wilson; Gaines; Hill, 2008). O ponto mais acentuado pelo economista era de que o lucro estava ligado ao bem-estar do consumidor e da sociedade, sendo assim o marketing não só deveria ser parte da estratégia de qualquer empresa como deveria ser o centro da mesma.

Dessa forma, é possível compreender que o neuromarketing reflete diretamente no comportamento do indivíduo consumidor. Segundo Kotler e Keller (2012), por meio do neuromarketing é possível perceber possíveis modificações no comportamento do consumidor por meio das informações obtidas na propaganda do produto, sendo ela promovida pelo marketing. Essa variedade de informação contribui para que o consumidor construa novas ideias acerca do produto, auxiliando na sua decisão de escolhas no momento da compra.

2.1 ATITUDE DOS CONSUMIDORES NA INTERNET

Conforme mencionado por Silva (2017), quando os indivíduos buscam o consumo virtual, seja por meio de redes móveis ou não, são impulsionados por três desejos fundamentais: o desejo por informações fornecidas para entender melhor o que desejam adquirir; o desejo por experiências de relacionamento satisfatórios, que os incentivem a retornar ao site para futuras compras e a promover o site gratuitamente; e, por fim, o desejo por diversão proporcionada pela experiência em ambientes virtuais. Estes desejos devem ser observados e analisados, pois podem ser considerados como um condutor que auxilia no entendimento do comportamento do consumidor on-line.

Os especialistas em marketing enxergam o comportamento do consumidor como um ciclo contínuo, que se desenrola de maneira gradativa antes, durante e após a compra (Cardoso *et al.*, 2016). Com a ascensão de novos paradigmas comerciais, especialmente o comércio eletrônico, as empresas agora enfrentam um processo intrincado ao lidar com o comportamento do consumidor. Isso exige uma análise abrangente dos elementos que realmente atendem às necessidades do cliente. (Melo *et al.*, 2016).

O comércio virtual pode ser considerado hoje um facilitador entre o consumidor e o produto e/ou serviço em que é possível realizar transações sem fronteiras, de forma remota e segura (Melo *et al.*, 2016). Esse processo, permite que o indivíduo tenha acesso ao produto de forma facilitada, onde ao cômodo da sua casa recebe a informação, realiza a escolha do mesmo e finaliza a aquisição deste produto.

Indiscutivelmente, o comércio eletrônico empodera os consumidores, concedendo-lhes o controle sobre suas decisões de compra, uma vez que atualmente é possível encontrar praticamente qualquer coisa online, desde produtos até serviços. Entre os itens mais populares nesse cenário estão moda e acessórios, cosméticos e perfumaria, artigos para casa e decoração, aparelhos e dispositivos de telefonia móvel. Essa variedade no consumo virtual é notável, englobando desde produtos eletrônicos sofisticados até artigos de cuidados pessoais, evidenciando a amplitude do mercado online (Portal do *E-Commerce*, 2017).

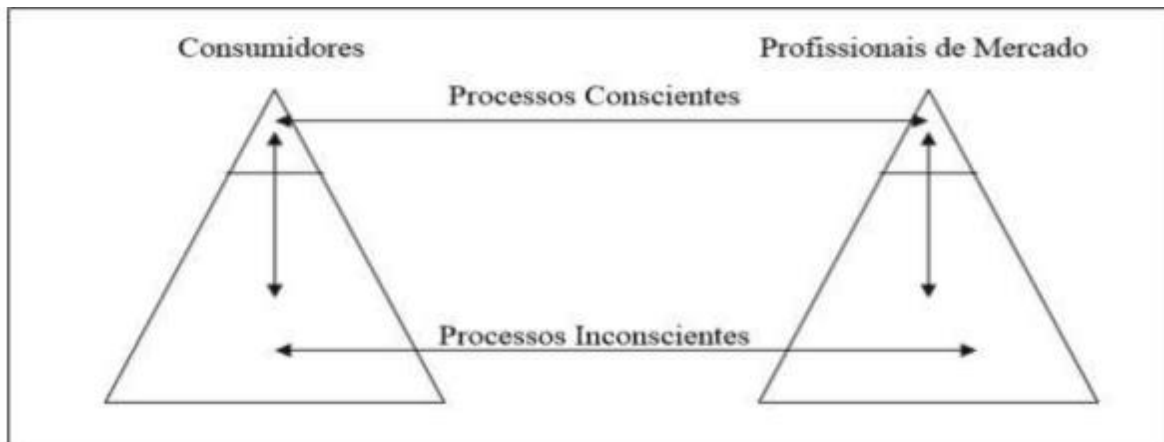
O comércio eletrônico, por ser um setor repleto de oportunidades de negócio, experimenta um crescimento exponencial, impulsionado pelo aumento constante do número de pessoas conectadas e pela segurança oferecida por esses espaços. É crucial considerar o internauta como consumidor e desenvolver estratégias que se adaptem às suas necessidades, estabelecendo novas dinâmicas de consumo. Esse reconhecimento é essencial para atender às demandas dos usuários e construir relações significativas no ambiente online (Silva *et al.*, 2015).

Apesar do aumento constante no número de acessos às lojas virtuais, Roque Pellizzaro Júnior, presidente do SPC Brasil, destaca que não é suficiente apenas aumentar o tráfego nos sites. É essencial fornecer aos clientes experiências que os incentivem efetivamente às compras, garantindo que eles retornem para novas transações. Esse retorno frequentemente aumenta significativamente à medida que as chances de fidelização, uma vez que os consumidores estão sempre em busca de novidades e o ambiente virtual oferece uma ampla gama de opções para aquisição de produtos (CndI, 2017).

2.2 CONSUMIDORES E PROFISSIONAIS DE MARKETING

A análise do comportamento na administração de marketing compreende uma investigação minuciosa do processo de tomada de decisão dos consumidores, desde a fase de busca até o descarte de produtos, serviços ou ideias. Esse campo abrange as etapas de pesquisa, aquisição, utilização, avaliação e descarte, fornecendo informações cruciais para criar propostas que atendam às necessidades e demandas dos consumidores. De acordo com Schiffman e Kanuk (2000), o estudo do comportamento do consumidor é interdisciplinar, baseando-se em conceitos e teorias provenientes de diversas disciplinas, como psicologia, sociologia, psicologia social, antropologia cultural e economia, que se relacionam ao comportamento humano.

Figura 1- A mente do mercado.



Fonte: Zaltman *in* Hsu; Cheng, 2018)

A Figura 1 representa a interação entre os consumidores e os profissionais de marketing, levando em consideração os processos inconscientes de tomada de decisão. É importante notar que esses processos são frequentemente negligenciados pelos profissionais. Utilizando técnicas de neuroimagem, como percepções e respostas inconscientes são examinadas, fornecendo insights importantes sobre os pensamentos e experiências dos consumidores. Conseqüentemente, essas técnicas têm o potencial de aprimorar ou até mesmo substituir as abordagens tradicionais, como pesquisas qualitativas, entrevistas e questionários. Esses métodos tradicionais podem apresentar deficiências quando baseados apenas na suposição de que os consumidores expressam suas emoções e pensamentos de maneira racional e linear. A decisão de compra ocorre após o consumidor formar preferências entre marcas. A partir daí começa a existir a possibilidade de intenção de compra para a efetiva aquisição da marca de preferência. Entretanto, existem dois fatores que podem influenciar entre a intenção e a efetiva decisão da compra. O primeiro diz respeito às atitudes dos outros e o segundo diz respeito às situações imprevistas (Kotler, 1998, *apud* Giaretta, 2011).

Os profissionais de marketing têm o desafio de aprofundar a compreensão do processo que ocorre na mente do comprador, desde a recepção do estímulo externo até o momento da decisão de compra. Isso se deve ao fato de que as características individuais do comprador e as etapas de sua tomada de decisão influenciam os tipos de escolhas de compra que são feitas (Barbosa; Martins, 2018).

Dessa forma, o neuromarketing oferece uma ampla gama de oportunidades para empresas ou organizações que se destacam em seus mercados, garantindo sua sustentabilidade e sucesso tanto no presente quanto no futuro. Ao aplicar métodos neurocientíficos, os profissionais de marketing podem compreender de maneira mais eficaz o perfil de seus clientes, obtendo indicadores objetivos sobre suas respostas específicas em relação à atenção, envolvimento emocional e retenção na memória.

O neuromarketing surge com a finalidade de desencadear uma revolução na mente dos profissionais de marketing, consumidores e estudiosos. Do ponto de vista das organizações, não se pode mais considerar a escolha de compra como um mero comportamento superficial. É preciso que os profissionais de marketing compreendam não apenas o consciente, mas também o inconsciente de seus consumidores, para um conhecimento mais profundo desse processo.

Conforme destacado por Paixão (2012), é essencial para as empresas estabelecerem uma conexão com os consumidores, buscando compreender suas expectativas e comportamentos. Ao entender os pensamentos e ações dos consumidores, bem como as influências que eles enfrentam durante o processo de compra, a empresa pode atender melhor aos seus desejos e necessidades, isso é estudar o comportamento do consumidor.

3 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, qualitativa, através da análise de materiais, que envolvem a busca de publicações do tipo artigos, monografias, resumos, publicações em revistas e congressos, dissertações e teses, que abordem a importância da Neurociência aplicada ao marketing. Para isso, foram utilizados trabalhos publicados no Brasil a partir do ano 2000 até 2018. As palavras-chave usadas na pesquisa foram: Neuromarketing; Estratégia; Negócio.

3.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Realizado tipo de pesquisa bibliográfica descritiva de natureza teórica e qualitativa.

3.2 GERAÇÃO DE DADOS

O levantamento dos dados fora realizado através de documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias como livros, ensaios, compilações, artigos científicos, imprensa escrita, meios audiovisuais, entre outros.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise de interpretação dos dados foi realizada através do método de abordagem hipotético-dedutivo, e o método de procedimento, denominados também de auxiliares, com caráter instrumental secundário sendo o método histórico que coloca o objeto de pesquisa sob uma perspectiva histórica

CONCLUSÃO

Conclui-se, que os temas acima abordados visam analisar a eficiência das estratégias do Neuromarketing que podem vir a influenciar no processo de decisão de compra dos consumidores em ambientes virtuais. Para isso, foi buscado diversas fontes de pesquisas bibliográficas, a fim de buscar coesão e integridade no assunto, tendo a finalidade de verificar a percepção dos consumidores quanto a estas estratégias.

O estudo evidenciou que as formas de consumo estão se modificando, destacando a utilização, cada vez mais frequente, da internet para a aquisição de produtos. É possível afirmar que grande parte das decisões de um indivíduo ocorrem no inconsciente do cérebro. A afirmação de que o Neuromarketing exerce influência direta na decisão de compra dos consumidores é bastante discutida na atualidade. Desse modo, é notável que o Neuromarketing se apresenta como uma importante

ferramenta que busca o estudo do cérebro humano, e que, combinado ao tráfego digital, traz maior confiabilidade aos estudos referente aos desejos dos consumidores.

A partir deste entendimento é possível compreender a importância das estratégias em ambientes virtuais, fazendo com que empreendimentos obtenham sucesso no ambiente de consumo. Diante disso, as empresas têm investido fortemente, e, de forma constante para que estas estratégias sejam um facilitador do consumo.

Contudo, é irrefutável a importância da realização de mais estudos acerca do assunto, com intuito de atualizar as bases de dados, e manter uma pesquisa atualizada. No presente momento, é nítida a falta de informação bibliográfica encontrada, devido ao tema estar em processo de evolução e rápido crescimento dentre as pessoas. Espera-se que com a recorrente utilização do neuromarketing, cada vez mais artigos sejam redigidos para disseminação de informações relevantes.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. A. P.; MARTINS, A. V. S. Processo decisório de compra do consumidor frente às redes sociais: um estudo de caso. In: **Congresso Latino-Americano de Varejo e Consumo - CLAV 2018**. 2018, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2018.

CARDOSO, M.; DAROLT, E.; SILVA, P. E. M. O Comportamento do Consumidor nas Plataformas Digitais: A Pesquisa por Informações no Segmento da Moda. **Revista Razón Y Palabra**, n. 93, p. 807-823, 2016.

GIARETA, L. F. O comportamento do consumidor no processo de decisão de compra. In: **III Encontro Científico e III Simpósio de Educação**. 2011, Lins. Anais [...]. Lins, SP: Unisalesiano, 2011

KOTLER, Philip. KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 14. ed., 7ª reimpressão – Tradução Bazán Tecnologia e Linguística; revisão técnica Arão Sapiro. São Paulo: Pearson Universidades, 2012.

LEE, N.; BRODERICK, A.J.; CHAMBERLAIN, L; 2007. *What is 'Neuromarketing'? A discussion and agenda for future research*. **International Journal of Psychophysiology**, 63. 199-204, 2007,

MELO, C. S.; ROSAJ, S.; FERK, G. P. S.; ROCHA, D. T.; WILHELM, F. A. Comércio Eletrônico: Atributos que Influenciam na Decisão de Compra dos E-consumidores. **Convibra**, 2016.

PAIXÃO, Márcia Valéria. Pesquisa e planejamento de marketing e propaganda. Curitiba: **InterSaberes**, 2012.

PORTAL DO E COMMERCE. **Confira os 10 Produtos mais Vendidos na Internet**. 2017. Disponível em: < <http://portaldoecommerce.com/confira-os-10-produtos-mais-vendidos-nainternet/>> Acesso em: 15 out. 2023.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L. **Comportamento do Consumidor**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 2000.

SILVA, B. A.; AZEVEDO, S. B. O Comportamento do Consumidor do E-Commerce: Fatores que influenciam o Processo Decisório de Compra. **Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, 2015.

SILVA, M. S.; CORSO, K. B. A Relação entre o Gênero e o Comportamento de Compra Online de Universitários em Santana do Livramento. **Universidade Federal do Pampa**, Rio Grande do Sul, 2017.

SMIDTS, A.; HSU, M.; SANFEY, A.; BOKSEM, M.A.S; EBSTEIN, R.; HUETTEL, S.; KABLE, J.W.; KARMARKAR, U.R.; KITAYAMA, S.; KNUTSON, B.; LIBERZON, I.; LOHRENZ, T.; STALLEN, M.; YOON, C. **Advancing consumer neuroscience**. Mark Lett. 25. 257-267, 2014

RENNÓ, Anna. **Philip Kotler**: história, contribuições e influência do maior nome do Marketing. Disponível em <<https://rockcontent.com/br/blog/philip-kotler/>> Acesso em 10 out. 2023.

TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM INSTRUMENTO À DISPOSIÇÃO DO USUÁRIO EM FACE DA INEFICIÊNCIA DO ESTADO

Cássia E. S. G. da Silva¹
Nauara R. Dinarte²
Raquel C. Luconi³
Tiago Neu Jardim⁴

RESUMO

O princípio da eficiência foi inserido expressamente no texto constitucional pela Emenda nº 19/1998. Entretanto, passados 25 anos, a Administração Pública parece bastante distante de internalizar esse conceito, a julgar pela qualidade do serviço prestado. O presente artigo tem como problema responder a seguinte questão: seria juridicamente possível aplicar a Teoria do Desvio Produtivo nas relações entre o usuário do serviço público e a Administração Pública nos casos em que demonstrada a ineficiência do Estado? O objetivo consiste em analisar a possibilidade da aplicação da Teoria do Desvio Produtivo do consumidor no âmbito da Administração Pública, uma vez que, nesse caso, o usuário do serviço público também encontra-se em posição de vulnerabilidade frente ao Estado. Para tanto, apresenta-se uma extensão da interpretação do conceito de consumidor para haver a sua equiparação ao usuário do serviço, visando uma posição de maior equivalência frente ao Poder Público. Outrossim, observa-se que a ineficiência do serviço público compromete de igual modo o uso do tempo útil (produtivo) do usuário, circunstância que, pelo menos em tese, viabilizaria a utilização daquela teoria como um instrumento à sua disposição face à ineficiência do Estado. A metodologia do presente trabalho foi desenvolvida a partir do método hipotético dedutivo; a pesquisa classifica-se como bibliográfica, visando comprovar que o usuário, assim como o consumidor, pode (e deve) ser indenizado pelo tempo útil despendido na solução de problemas aos quais não de causa, em circunstâncias em que, mesmo a responsabilidade objetiva, não alcança

Palavras-chave: Desvio Produtivo; Consumidor; Usuário; Administração Pública.

ABSTRACT

The principle of efficiency was expressly inserted into the constitutional text by Amendment nº 19/1998. However, after 25 years, the Public Administration seems quite far from internalizing this concept, judging by the quality of the service provided. The problem of this article is to answer the following question: would it be legally possible to apply the Theory of Productive Diversion in relations between the user of

¹Acadêmica do Curso de Direito - 10º Semestre. FEMA. santoscassia664@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Direito - 10º Semestre. FEMA. nauara.dinarte@hotmail.com

³Acadêmica do Curso de Direito - 10º Semestre. FEMA. quel.luconi@hotmail.com

⁴Mestre em Direito. Orientador. Professor do Curso de Direito. FEMA. tnj_economia@yahoo.com.br

the public service and the Public Administration in cases where the inefficiency of the State is demonstrated? The objective is to analyze the possibility of applying the Theory of consumer Productive Diversion within the scope of Public Administration, since, in this case, the user of the public service is also in a vulnerable position vis-à-vis the State. To this end, an extension of the interpretation of the concept of consumer is presented to equate it with the service user, aiming for a position of greater equivalence vis-à-vis the Public Authorities. Furthermore, it is observed that the inefficiency of the public service equally compromises the use of the user's useful (productive) time, a circumstance that, at least in theory, would enable the use of that theory as an instrument at their disposal in the face of the inefficiency of the State. The methodology of this work was developed based on the hypothetical deductive method; the research is classified as bibliographic, aiming to prove that the user, as well as the consumer, can (and should) be compensated for the useful time spent in solving problems that they did not cause, in circumstances in which, even objective liability, does not reaches.

Keywords: Productive Deviation; Consumer; User; Public administration.

INTRODUÇÃO

Em decorrência do avanço tecnológico, é possível observar que o mercado apresenta vários produtos e opções de compra e venda variadas, as quais tendem a facilitar o acesso do consumidor aos bens de consumo. Entretanto, verifica-se que, muitas vezes, a morosidade do fornecedor faz com que o próprio consumidor tente solucionar o problema de seu produto ou serviço por conta própria, exigindo-lhe paciência, energia e uma considerável parcela do seu tempo.

Nesse sentido, compreende-se que o Desvio Produtivo do consumidor resta configurado quando este deixa de realizar suas tarefas ou atividades úteis para resolver um problema ao qual não deu causa ou que, por imposição legal, deveria ser sanado pelo prestador do serviço. Outrossim, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça limita a aplicação da teoria ao âmbito consumerista, por entender que essa construção doutrinária decorreria diretamente da vulnerabilidade do consumidor em suas relações com o fornecedor.

O presente artigo tem como problema responder a seguinte questão: seria juridicamente possível aplicar a Teoria do Desvio Produtivo nas relações entre o usuário do serviço público e a Administração Pública nos casos em que demonstrada a ineficiência do Estado?

Tendo em vista a preciosidade do tempo na atual sociedade moderna, o trabalho possui como objetivo compreender e analisar a aplicação da Teoria do Desvio Produtivo do consumidor no âmbito da Administração Pública. A pesquisa tem como propósito, ainda, analisar as principais decisões do Superior Tribunal de Justiça nas quais foram reconhecidos os danos em razão da perda do tempo útil do consumidor. Pretende-se, dessa forma, realizar uma análise em relação aos conceitos relacionados ao âmbito consumerista com o intuito de equipará-lo ao usuário do serviço público.

Ressalta-se que o presente artigo possui metodologia teórica, tendo sido realizada por meio de revisão de artigos científicos, livros e decisões jurisprudenciais relacionados com o tema. Ademais, objetiva-se analisar o atual entendimento de aplicabilidade da Teoria do Desvio Produtivo do consumidor e as possibilidades de sua aplicação no âmbito da Administração Pública, a fim de verificar a viabilidade do usuário buscar uma reparação pelo tempo despendido na solução de problemas gerados pelo Poder Público (ou que dele dependam) em face da sua ineficiência.

Entre as análises realizadas no presente trabalho, destaca-se a primeira decisão colegiada, proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no qual se aplicou a Teoria do Desvio Produtivo do consumidor para condenar uma instituição bancária ao pagamento de danos morais, em razão de seu comportamento frente aos seus consumidores. Assim, discute-se, no primeiro capítulo, acerca do conceito e das aplicações da referida teoria, além de apresentar as hipóteses nas quais se verifica a possibilidade de configuração de danos morais pelo tempo perdido.

No segundo capítulo analisa-se como ocorre a tutela do dano pelo tempo perdido e o entendimento dos tribunais, especialmente o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no *Leading Case* no qual foi aplicada a Teoria do Desvio Produtivo.

Por fim, investigou-se os principais conceitos e a compreensão do entendimento dos tribunais, a fim de verificar a possibilidade de ampliação da aplicação dessa teoria ao âmbito da Administração Pública e seu reconhecimento diante da ineficiência do Estado, que compromete o tempo do usuário, sobretudo diante do advento da Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital).

1 A TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO

A Teoria do Desvio Produtivo do consumidor foi citada, pela primeira vez, no livro “Desvio Produtivo do Consumidor: o prejuízo do tempo desperdiçado”, obra do advogado Marcos Dessaune, escrito em razão das reiteradas condutas desleais praticadas pelos fornecedores contra os consumidores. Basicamente, o desvio produtivo ocorre quando o consumidor precisa desviar seu tempo e/ou suas competências para solucionar problemas decorrentes de defeitos de produtos ou serviços, em razão da falta de cooperação dos fornecedores (Dessaune, 2017).

Segundo o autor, quanto maior o poder aquisitivo e de conhecimento das empresas, maior a sua propensão em violar a norma jurídica para obter vantagem econômica dos consumidores.

É de se supor que tais empresas de grande porte, aqui tratadas abstratamente, agem dessa maneira movidas pelo desejo consciente de lucrar sempre mais, estando geralmente amparadas por um cálculo estatístico que, baseado em demandas administrativas e judiciais anteriores, demonstra que a relação custo-benefício da sua inércia operacional, aliada à sua estratégia jurídica de resistir às legítimas reclamações dos consumidores, é bastante vantajosa economicamente (Dessaune, 2017, p. 82).

Nesse sentido, observa-se que as competências e o tempo do indivíduo são considerados como o conjunto de recursos produtivos limitados do indivíduo, ou seja, são todas as atividades nas quais investe o seu tempo, energia e dedicação para se aperfeiçoar, não devendo ser tolerável o desvio de suas competências para resolver problemas de consumo a que não deu causa (Alves, 2023).

Assim, percebem-se diversas ocorrências de práticas abusivas e desleais contra os consumidores, os quais sofrem com a negligência de suas necessidades por parte dos fornecedores, verifica-se a violação de princípios fundamentais como da dignidade da pessoa, bem como de princípios consumeristas que obrigam o consumidor a escolher entre duas alternativas: assumir o prejuízo ou tentar solucionar a situação por conta própria (Alves, 2023).

Nesse sentido, a Teoria do Desvio Produtivo do consumidor defende que o tempo do consumidor e suas competências, quando lesados, devem ser reparados, uma vez que são bens merecedores de tutela. Dessa forma, verifica-se que o tempo

também pode ser considerado um recurso produtivo necessário para realizar qualquer atividade e, tendo em vista a sociedade atual, pode-se afirmar que é um bem em falta, sendo possível classificá-lo como commodities (Dessaune, 2017).

Verifica-se, portanto, que a má prestação do serviço e a falta de comprometimento do fornecedor em solucionar os problemas, faz com que o consumidor, que já se encontra em uma posição vulnerável, se desvie de suas tarefas, assumindo um ônus que não lhe cabia, impondo-lhe o que os economistas chamam de “externalidade negativa”.

Cabe salientar que o Tribunal de Justiça da Bahia, em razão da decisão unânime da Sessão Ordinária da Turma de Uniformização de Jurisprudências das Turmas Recursais da Bahia, aprovou uma súmula que reconheceu a aplicação da Teoria do Desvio Produtivo (Conjur, 2023):

Súmula n.º 30 - A usurpação do tempo do consumidor na tentativa de solucionar, extrajudicialmente, problema a que não deu causa, pode caracterizar, a depender das circunstâncias do caso concreto, o denominado “desvio produtivo”, do que decorre o dever de indenizar pelo dano causado. (Sessão Ordinária da Turma de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais – 21 de julho de 2023) (Conjur, 2023).

Assim, tendo em vista que o tempo é um recurso produtivo finito, impossível de ser recuperado, quando o consumidor é compelido a utilizá-lo para solucionar uma obrigação que não lhe cabia, acaba por prejudicar a si, ocasionando danos que devem ser compensados. Segundo o entendimento de Marcos Dessaune:

Em termos econômicos, ele é um recurso produtivo limitado – necessário para o desempenho de qualquer atividade – que não pode ser acumulado nem recuperado ao longo da vida das pessoas; ou seja, é um bem econômico. Na ótica do Direito, ele é um bem jurídico representado pela duração da vida de cada pessoa, na qual ela faz as suas escolhas existenciais (Dessaune, 2022).

Ademais, a referida teoria confirma que o causador do dano faz com que o grupo vulnerável busque as soluções para os problemas que não deram causa, gastando seu tempo e suas capacidades para, muitas vezes, não obterem nenhum resultado. Outrossim, é possível verificar a ocorrência frequente de casos em que o consumidor desvia-se de suas atividades em razão da morosidade ou ineficiência do

fornecedor. Nesse sentido, Dessaune destaca as principais ocorrências abusivas enfrentadas pelos consumidores:

- Enfrentar uma fila demorada na agência bancária em que, dos 10 guichês existentes, só há dois ou três abertos para atendimento ao público; ter que retornar à loja (quando não se é redirecionado para a assistência técnica autorizada ou ao fabricante) para reclamar de um produto ou eletroeletrônico que já apresenta problema alguns dias ou semanas depois de comprado;
- Esperar demasiadamente por atendimento em consultório médico ou odontológico ou em hospital, ou ter um procedimento que o médico requisitou (como um exame mais moderno ou sofisticado) reiteradamente negado pelo plano de saúde;
- Telefonar insistentemente para o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) de uma empresa, contando a mesma história várias vezes, para tentar cancelar um serviço indesejado ou uma cobrança indevida, ou mesmo para pedir novas providências acerca de um produto ou serviço defeituoso renitente mas repetidamente negligenciado; [...]
- Ter que esperar em casa, sem hora marcada, pela entrega de um produto novo, pelo profissional que vem fazer um orçamento ou um reparo, ou mesmo por um técnico que precisa voltar para refazer o conserto malfeito;
- Ter a obrigação de chegar com a devida antecedência ao aeroporto e depois descobrir que precisará ficar uma, duas, três, quatro horas aguardando desconfortavelmente pelo voo que está atrasado, algumas vezes até dentro do avião – cansado, com calor e com fome –, sem obter da empresa responsável informações precisas sobre o problema, tampouco a assistência material que a ela compete (Dessaune, 2011, p. 47 – 48).

Dessa forma, fica claro que não se tratam de situações de mero aborrecimento, mas sim de ocorrências que ultrapassam os limites do aceitável e que prejudicam principalmente o consumidor. Assim, tendo em vista a preciosidade do tempo na sociedade moderna, o senador Fabiano Contarato elaborou o Projeto de Lei n.º 2.856/2022, para tutelar o tempo e evitar o desvio produtivo do consumidor (Conjur, 2023). A proposta “dispõe sobre o tempo como um bem jurídico, aperfeiçoa a reparação integral dos danos e previne o desvio produtivo do consumidor” (Brasil, 2022).

O texto do Projeto aponta ainda as circunstâncias que devem ser analisadas na verificação dos danos advindos da perda do tempo, quais sejam:

- (i) o descumprimento, pelo fornecedor, do tempo máximo para atendimento presencial e virtual ao consumidor; (ii) o descumprimento, pelo fornecedor, do prazo legal ou contratual para sanar o vício do produto ou serviço, bem como para responder a demanda do consumidor; (iii) a inobservância, pelo fornecedor, de prazo compatível com a essencialidade, a utilidade ou a característica do produto ou do serviço, quando não existir prazo legal ou contratual para o fornecedor resolver o problema de consumo ou responder

a demanda do consumidor; (iv) o tempo total durante o qual o consumidor ficou privado do uso ou consumo do produto ou serviço com vício ou defeito e (v) o tempo total gasto pelo consumidor na resolução da sua demanda administrativa, judicial ou apresentada diretamente ao fornecedor (Brasil, 2022).

Assim, verifica-se a importância de destacar os elementos necessários para a caracterização do desvio produtivo do consumidor, o qual poderá dar ensejo à indenização. Para tanto, oportuno inicialmente discorre-se de modo sucinto acerca das diferenças entre dano moral e mero aborrecimento.

1.1 A DIFERENÇA ENTRE DANO MORAL E MERO ABORRECIMENTO

Muito se discute quanto às diferenças entre dano moral e mero aborrecimento e qual o ponto principal que faz com que um aborrecimento rotineiro possa ensejar uma indenização. Assim, para melhor esclarecer esses conceitos, este tópico discorrerá brevemente sobre os referidos institutos.

Segundo Dessaune, considera-se mero aborrecimento as queixas cotidianas ou pequenos aborrecimentos diários dos quais todo e qualquer ser humano está sujeito a vivenciar. Contudo, tais situações não são suficientes para causar danos psíquicos no indivíduo (Dessaune, 2017).

Nessa perspectiva, para ser verificada a responsabilidade civil decorrente do desvio produtivo, o problema ocorrido deve ser potencial ou efetivamente danoso ao consumidor (Silva, 2020).

Sérgio Cavalieri Filho entende que o dano moral não deve ser considerado para além da esfera pecuniária, devendo ser mantido nos limites das relações jurídicas. Nesse sentido, verifica-se que o dano moral pode decorrer de uma violação a um fato inerente à dignidade da pessoa, o qual está previsto como um dos direitos a serem protegidos pela Constituição Federal, sendo a sua indenização garantida no art. 5º, incisos V e X do referido código (Filho, 2019).

Segundo Francisco Amaral, o dano extrapatrimonial decorre da lesão de um jurídico que não faz parte do patrimônio material do indivíduo, sendo então denominado de dano moral (Amaral, 2018).

Assim, ao analisar a sociedade e a preciosidade do tempo, é possível concluir que o desvio de produção do consumidor não configura um mero aborrecimento, ao se considerar os percalços que o consumidor passa para solucionar um problema que não lhe incumbia. Deve-se ressaltar ainda que a doutrina do Desvio Produtivo só considera perda de tempo útil quando o consumidor busca resolver a situação na esfera extrajudicial (Silva, 2020).

A partir de tais colocações, necessita-se entender acerca das repercussões da ineficiência do Estado no tempo do usuário.

1.2 AS REPERCUSSÕES DA INEFICIÊNCIA DO ESTADO NO TEMPO DO USUÁRIO

A fim de compreender as repercussões da ineficiência do Estado e suas consequências no tempo do consumidor, discute-se brevemente, os conceitos do princípio da eficiência, do usuário de serviço público e suas semelhanças com a figura do consumidor, além do entendimento acerca de serviço adequado nos termos da Lei nº 13.460/17 e art. 6º da Lei nº 8.987/95.

O princípio da eficiência surgiu na Emenda Constitucional nº 19/1998, a qual empreendeu a melhoria na qualidade da prestação do serviço público. O referido princípio não tinha como objetivo somente a otimização da prestação dos serviços, mas também a efetividade da aplicação dos demais princípios constitucionais (Menezes, 2005).

Nesse sentido, destaca-se o disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal, segundo o qual: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (Brasil, 1988).

Apesar de existirem várias interpretações quanto à eficácia e à eficiência, compreende-se que este último objetiva que a Administração Pública deve fazer o melhor uso de seus recursos no menor tempo possível. Assim, verifica-se que uma administração pública com eficiência, consegue cumprir com os princípios e obrigações referentes a sua atividade e finalidade (Menezes, 2005).

Nesse sentido, eis o entendimento de Hely Lopes Meireles:

[...] O agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. Este dever de eficiência, bem lembrado por Carvalho Simas, corresponde 'ao dever da boa administração da doutrina italiana, o que se acha consagrado, entre nós, pela Reforma Administrativa Federal do Dec.-lei 200/67 (Meireles, p. 90).

Assim, a atividade da administração pública deve ser realizada com a adequada técnica, a fim de se obter o melhor resultado. Ressalta-se que o Código de Defesa do Consumidor também prevê que a prestação dos serviços deve ser adequada, conforme disposto no artigo 6º, X:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. (Brasil, 1990).

De outra banda, o art. 22 do Código de Defesa do Consumidor dispõe ser obrigação dos órgãos públicos, empresas, concessionárias e permissionárias o fornecimento adequado, eficiente e seguro dos serviços. Nesse mesmo sentido, pode-se observar o que dispõe a Lei nº 8.987/95, que trata sobre a concessão e permissão da prestação de serviços públicos, impõe igualmente a aplicação das previsões insertas no diploma consumerista.

Em relação aos conceitos de usuário e de serviço público, deve-se destacar que a Lei nº 13.460/17 apresenta as seguintes definições:

- a) usuário, pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço;
- b) serviço público - atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública (Brasil, 2017).

Assim, em razão dessas definições, as disposições consumeristas só poderiam ser aplicadas subsidiariamente, em razão do princípio da especificidade. Dessa forma, não haveria confusão entre o consumidor e o usuário do serviço público, tendo em

vista não apenas a sua relação com o Estado e a legislação específica que o conceitua e regulamenta.

Contudo, é possível verificar semelhanças entre o consumidor e o usuário de serviços, uma vez que ambos são igualmente vulneráveis, sendo beneficiários de um serviço ou produto e possuem relação ao negócio contratado ou produto adquirido. A bem da verdade, a principal marca distintiva entre consumidor e usuário do serviço público (senão a única) é a relação jurídica que se estabelece entre o prestador: no primeiro caso, o fornecedor (que, nos termos do próprio CDC pode, inclusive, ser pessoa jurídica de direito público); no segundo, o Estado.

Verifica-se que ainda há divergências quanto à aplicação do CDC nos serviços públicos, assim, autores como João Batista de Almeida entendem que o código consumerista deve ser aplicado. Contudo, outros autores compreendem que as relações de usuários com a Administração não podem ser tuteladas pelas regras consumeristas.

Nesse sentido, ressalta-se o entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que dispõe sobre os serviços públicos *uti universi* que são “[...] aqueles prestados à coletividade, mas usufruídos apenas indiretamente pelos indivíduos. É o caso dos serviços de defesa do país contra o inimigo externo, serviços públicos diplomáticos, dos trabalhos de pesquisa científica, de iluminação pública, de saneamento” (Di Pietro, 2017, p. 148).

No ponto, deve-se destacar o entendimento da doutrinadora quanto aos serviços *uti singuli* como “aqueles que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos”, podendo enquadrar nessa, como energia elétrica, água, transporte e também os serviços públicos sociais, como saúde e educação” (Di Pietro, 2017, p. 148).

Ademais, verifica-se que o próprio código consumerista possui disposições que remetem aos serviços públicos, tal como realizado no art. 22 do CDC. Ressalta-se o entendimento de Rizzato Nunes, que discorre que:

No art. 22, a lei consumerista regrou especificamente os serviços públicos essenciais e sua existência, por si só, foi de fundamental importância para impedir que os prestadores de serviços públicos pudessem construir “teorias”

para tentar dizer que não estariam submetidos às normas do CDC (Nunes, 2014, p. 150).

Dessa forma, constata-se ser possível a aplicação do diploma consumerista nas relações de prestação de serviço público, uma vez que a Lei nº 13.460/17 impõe, em seu art. 1º, §2º, II, que a aplicação da lei do Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos não afasta a necessidade de cumprimento do disposto na Lei nº 8.078/90, quando resta configurada a relação de consumo (Fernandes; Maia, 2019).

Ademais, existem decisões que aplicam o CDC nas relações jurídicas entre a concessionária de serviço público e o usuário final, conforme a decisão a seguir apresentada:

[...] 1. A relação jurídica entre concessionária de serviço público de energia elétrica e o usuário final é regida pelo Código de Defesa do Consumidor, incidindo a responsabilidade objetiva prevista no art. 14 do CDC. 2. As distribuidoras de energia elétrica se submetem às regras da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), dentre as quais a Resolução nº 1.000/2021, que estabelece procedimento para pedido de ressarcimento por danos causados em equipamento eletrônico e requisitos expressos acerca da obrigação de ressarcir quando o consumidor já houver realizado o reparo do equipamento danificado. (Acórdão 1712425, 07305430420228070001, Relator: ROMULO DE ARAUJO MENDES, 1ª Turma Cível, data de julgamento: 7/6/2023, publicado no PJe: 19/6/2023. Pág.: Sem Página Cadastrada.) (Brasil, 2023).

Com efeito, verifica-se ser possível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas relações jurídicas entre os usuários e a Administração, uma vez que ambos são vulneráveis diante dessas instituições e há previsão na Lei para a aplicação do código consumerista nesses casos, sendo possível, portanto, o reconhecimento do desvio produtivo do consumidor nos casos que envolvem a Administração Pública por equiparação.

2 O LEADING CASE E O ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS

Após as compreensões iniciais da teoria, deve-se entender como os tribunais têm se posicionado em relação à aplicação da Teoria do Desvio Produtivo e a tutela do dano em razão da perda do tempo útil do consumidor decorrente da má prestação de serviços.

Conforme analisado no capítulo anterior, o tempo é notavelmente um bem precioso que não pode ser desperdiçado, merecendo, portanto, ser tutelado pelo Direito. Diante disso, é possível perceber que a jurisprudência tem alterado o seu entendimento, reconhecendo essa importância.

Verifica-se que, no Código de Defesa do Consumidor, foi, inclusive, reconhecido o dano temporal¹, que pode ensejar a responsabilização do fornecedor, conforme disposição do art. 6º, VI do referido código (Brasil, 1990).

Para compreender melhor a posição dos tribunais, discorre-se sobre o *leading case* e o entendimento das Cortes sobre a aplicação da teoria. Cabe ressaltar que o Código de Processo Civil visou promover a uniformização dos entendimentos judiciais dos tribunais, conforme o disposto no art. 926 do referido código (Silva, 2020).

Assim, apesar de o Superior Tribunal de Justiça ter proferido várias decisões monocráticas nas quais foi aplicada a Teoria do Desvio Produtivo do consumidor, em 2019, foi publicada a decisão unânime, originada da ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública de Sergipe contra o Banco de Sergipe. Na decisão, aplicou-se a teoria para condenar a instituição financeira ao pagamento de indenização em razão do tempo despendido pelo consumidor na busca pela solução do problema, além de ter sido verificada a precariedade no atendimento das agências bancárias (Silva, 2020).

No recurso especial do caso, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reconheceu a configuração de danos morais coletivos decorrentes do descumprimento de normas municipais e federais que dispõe acerca do tempo e do padrão de atendimento nas agências (Silva, 2020).

Ressalta-se ainda que, segundo o voto da Ministra Nancy Andrighi, o caso constitui *leading case* devido a sua primariedade, tornando-se paradigma para demandas semelhantes, apesar de não possuir força vinculante com eficácia obrigatória (Silva, 2020).

¹ O dano temporal pode ser entendido como dano existencial, uma vez que o tempo perdido não pode ser recuperado, de forma que isso gera uma afronta a existência do consumidor (Costa, 2021).

Tendo em vista a importância da referida teoria, deve-se verificar o posicionamento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul quanto à aplicação da Teoria do Desvio Produtivo do consumidor, conforme o julgado a seguir colacionado:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. RÉU QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO. AUTENTICIDADE DA ASSINATURA NÃO COMPROVADA. FALHA DO FORNECEDOR. RISCO DO EMPREENDIMENTO. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO E INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. DESCONTOS NÃO EFETIVADOS. INDEVIDA REPETIÇÃO DO INDÉBITO. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DEVER DE INDENIZAR RECONHECIDO. 1. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. 1.1. CABE À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RESPONDER OBJETIVAMENTE PELOS DANOS ORIUNDOS DO MAU FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS. DEVER DE SEGURANÇA. INTELIGENCIA DA SÚM. Nº 479 DO STJ. APLICAÇÃO DA TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. 1.2. ASSINATURA NÃO RECONHECIDA. QUANDO A PARTE RÉ TRAZ AOS AUTOS CONTRATO CUJA ASSINATURA É CONTESTADA PELA PARTE ADVERSA, É SUA A INCUMBÊNCIA DE DEMONSTRAR A AUTENTICIDADE, EM OBSERVÂNCIA AO ART. 429, II, DO CPC E AO TEMA Nº 1.061 DO STJ, O QUE NÃO FEZ. DECLARADA A NULIDADE DO CONTRATO E A INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. 2. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COM O DEFERIMENTO DA LIMINAR, OS DESCONTOS ACABARAM NÃO EFETIVADOS. DESCABIDA A DEVOLUÇÃO DE VALORES. 3. DANOS MORAIS. 3.1. PREJUÍZO MORAL INDENIZÁVEL PRESENTE NO CASO EM TELA, TENDO EM VISTA QUE A AUTORA PRECISOU DESPERDIÇAR O SEU TEMPO E DESVIAR A SUA ATENÇÃO DE UMA ATIVIDADE NECESSÁRIA OU POR ELA PREFERIDA PARA TENTAR RESOLVER UM PROBLEMA, QUE NÃO ERA SEU, A UM CUSTO DE OPORTUNIDADE INDESEJADO, DE NATUREZA IRRECUPERÁVEL. A CONDUTA DO BANCO ACARRETOU, POIS, A PERDA DO TEMPO ÚTIL DA CONSUMIDORA. 3.2. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 8.000,00, EM PRESTÍGIO AO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO, À EXTENSÃO DOS DANOS, AO VALOR ENVOLVIDO NA FRAUDE E AOS POSTULADOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, BEM COMO CONSIDERANDO O PARÂMETRO USUALMENTE ADOTADO PELA CÂMARA EM CASOS ANÁLOGOS. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível, Nº 50299709720218210022, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em: 13-10-2023) (Estado Do Rio Grande So Sul, 2023).

Na espécie, a autora ajuizou ação declaratória de nulidade do negócio jurídico cumulada com repetição de indébito e indenização por danos morais em razão de fraude na contratação de um empréstimo. A instituição financeira não se desincumbiu de seu ônus probatório. Foi, então, reconhecido o tempo perdido da autora, o qual não

possui natureza recuperável, tendo sido aplicada a Teoria do Desvio Produtivo do consumidor. A questão, no entanto, é descobrir se essa teoria poderia ou não ser igualmente aplicada nas hipóteses em que reste configurada a ineficiência do Estado na prestação do serviço ao usuário. Esse será o desafio do próximo capítulo.

3 APLICAÇÃO DA TEORIA DIANTE DA INEFICIÊNCIA DO ESTADO E A LEI Nº 14.129/2021

O entendimento atual dos tribunais, sobretudo do Superior Tribunal de Justiça, limita a Teoria do Desvio Produtivo apenas aos casos no âmbito consumerista, considerando incabível a sua aplicação em outros campos do direito, uma vez que se trata de uma construção doutrinária decorrente da vulnerabilidade do consumidor, conforme o Recurso Especial (Brasil, 2017).

Considerando que o dano temporal está diretamente relacionado às disposições constitucionais e administrativas, deve-se verificar o que a Constituição Federal e o Código Civil Brasileiro dispõem respectivamente:

Art. 37 (...)

[...]

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável em casos de dolo ou culpa. (Brasil, 1988)

[...]

Art. 43 As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado o direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por partes deles, culpa ou dolo (Brasil, 2002)

Assim, existem indícios da aplicação da Teoria do Desvio Produtivo no Poder Público, quando o Estado, em suas atividades, atinge e prejudica a personalidade do administrado, fazendo com que este se desvie de suas funções para solucionar o problema (Costa, 2021).

Nesse sentido, destaca-se a decisão proferida pela 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo na Apelação Cível nº 1000624-72.2018.8.26.0205, a qual aplicou a teoria visando a indenização a título de dano

imaterial, que seria paga pelo Ente Público (Brasil, 2021). No caso, a Administração Pública foi condenada em razão da demora em resolver um problema referente a cobrança indevida de impostos (Costa, 2021). Destaca-se, pois, um trecho da decisão:

Não se ignora que a Teoria do Desvio Produtivo foi originalmente cunhada para ter aplicação, primordialmente, às relações de consumo. No entanto, tenho por certo ser plenamente possível a incidência da supramencionada teoria às relações estabelecidas no âmbito do Direito Administrativo, em verdadeira aplicação da teoria do diálogo das fontes, pela qual as normas jurídicas não se excluem por pertencerem a ramos jurídicos distintos, porém conexos, devendo, pelo contrário, ser aplicadas dentro de uma ideia de complementaridade, tendo em vista nosso sistema jurídico uno (Brasil, 2021).

Nesse mesmo sentido, verifica-se que a teoria foi aplicada na seara administrativa outras vezes. No caso, o tribunal aplicou a teoria em razão da demora na resolução de um problema referente a execução fiscal (Brasil, 2021).

Dessa forma, é perceptível a possibilidade de aplicação da referida teoria na Administração Pública em decorrência da aplicação conjunta do princípio da eficiência, o qual salienta que o serviço público deve ser exercido de forma apropriada e efetiva.

Em relação à má prestação de serviço por parte da Administração Pública, ressalta-se o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o qual proferiu decisão reconhecendo a aplicação da teoria em uma situação na qual não foram prestadas informações boas e eficientes ao contribuinte, sendo reconhecido o dano temporal (Brasil, 2013).

Dessa forma, mesmo que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça seja de que a Teoria do Desvio Produtivo deve ser aplicada apenas nas relações de consumo, verifica-se que a relação entre o Estado e o contribuinte é uma relação de consumo, de forma que deve ser reconhecida a possibilidade de aplicação da teoria no âmbito da Administração Pública.

Cabe ressaltar, por fim, que a Lei nº 14.129/21 (Lei do Governo Digital) surgiu visando o aumento da eficiência da administração pública, e dispõe acerca dos “[...]princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação” (Brasil, 2021).

Nesse sentido, verifica-se que a implementação de tecnologias no âmbito da Administração Pública pode facilitar o acesso do cidadão a serviços básicos, sem que este precise desviar seu tempo útil. Ademais, as novas tecnologias podem garantir uma maior transparência e mudar a desconfiança presente nas relações entre a administração pública e seus administrados (Carvalho, 2020).

Outrossim, ressalta-se que, apesar de existir a possibilidade de se efetuar alguns serviços pela internet, ainda há uma parcela razoável dos administrados que não possuem acesso a esse tipo de autoatendimento, seja por não ter acesso à internet ou por ter dificuldades com os instrumentos digitais. Assim, o contribuinte necessitaria dispor de seu tempo para aprender a como usar as ferramentas digitais para solucionar o seu problema.

Dessa forma, verifica-se que é necessário que a Administração Pública, em respeito aos princípios que a regem, bem como os que estão presentes nas relações consumeristas, apresente meios mais eficientes de prestação de serviços aos administrados, para que estes não necessitem desviar seu tempo e habilidades, podendo empregá-lo em atividades mais convenientes.

CONCLUSÃO

A perda de seu tempo útil e do uso de suas habilidades e competências para solucionar os problemas que seriam de responsabilidade do fornecedor ou, até mesmo, da administração pública, permite que se discuta a possibilidade de aplicação da Teoria do Desvio Produtivo. A referida teoria aborda o tempo como um bem precioso, principalmente na sociedade moderna, que deve ser tutelado, tendo em vista sua finitude e irrecuperabilidade. Apesar de ainda não ser conceituado ainda como bem jurídico em dispositivo legal, sua tutela é aceita nas relações consumeristas, devendo esse entendimento ser expandido às demais esferas do direito.

No presente artigo, buscou-se também compreender o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca da Teoria do Desvio Produtivo do consumidor e como esta deve ser aplicada apenas aos casos que se tratem de relações de consumo. Contudo, observou-se também que vários tribunais aplicaram a referida

teoria em casos em que se discutia a morosidade e ineficiência na prestação do serviço público.

Nesse sentido, é perceptível a importância dessa teoria ao se estimular o reconhecimento do tempo perdido pelo consumidor e a expandir o reconhecimento dessa teoria aos casos que envolvem a administração pública.

Sendo assim, com todas as vênias ao abalizado entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, conclui-se ser possível aplicar a Teoria do Desvio Produtivo nas relações entre o usuário do serviço público e a Administração Pública, quando restar comprovada a ineficiência do Estado, tendo em vista que tanto o consumidor quanto o usuário de serviço público são vulneráveis, sendo obrigados a suportar o mesmo ônus (desperdício de tempo). Não haveria, pois, motivos razoáveis para estabelecer distinções onde, como visto, a própria Lei não prevê. Ao contrário, existem evidências estabelecidas pelo próprio Direito de que usuário e consumidor são equivalentes semânticos, distinguindo-se apenas pela natureza jurídica do prestador do serviço.

Ademais, tendo em vista que a Lei nº 14.129/21 objetiva aumentar a eficiência dos serviços públicos, deve-se considerar o impacto dessas alterações na sociedade, a fim de analisar se a Administração Pública conseguirá fornecer um serviço mais eficiente aos administrados, atenuando esse problema.

O reconhecimento do tempo perdido do usuário serve como um alerta para que os fornecedores e a Administração Pública ajustem suas condutas e prestem serviços mais eficientes, garantindo a liberação do tempo e das habilidades do consumidor/usuário que poderão se dedicar a atividades que lhe forem mais úteis.

A implementação das tecnologias parece ser fundamental para o acesso mais rápido dos consumidores aos produtos e serviços, mas ainda existem falhas na relação de consumo quando se trata de solucionar problemas de vício ou defeito do produto ou serviço adquiridos ou decorrentes da ineficiência do Estado. Nesses casos, diante da morosidade do fornecedor ou da Administração Pública, verifica-se que o contribuinte é obrigado a dispendir de seu tempo e habilidades para resolver problemas decorrentes da má prestação do serviço. Vale salientar que a pessoa humana, seja qual for o enquadramento jurídico que lhe deem (consumidor ou usuário) é digna de respeito e consideração. Desse modo, é que se passa a entender

que não existiriam fundamentos plausíveis para que, juridicamente, se trate de maneira distinta pessoas que se encontrem em situações faticamente equivalentes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elias Reis. **O Desvio Produtivo do Consumidor**. Monografia (Graduação em Direito) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n.º 2856**, de 2022. Altera a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o tempo como um bem jurídico, aperfeiçoar a reparação integral dos danos e prevenir o desvio produtivo do consumidor. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155218>>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.460**, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 14.129**, de 29 de março de 2021. Lei do Governo Digital. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.129-de-29-de-marco-de-2021-311282132>>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Julgamento do Recurso Especial n.º 1.737412/SE**. Terceira Turma. Relatora: Ministra Nancy Adrighi. Julgamento em: 05 abr. 2019. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=92012447&num_registro=201700670718&data=20190208&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Julgamento do Recurso Especial n.º 1406245/SP**. Terceira Turma. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Julgamento em: 25 out. 2022. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201302054383&dt_publicacao=10/02/2021>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Apelação Cível n.º 0730543-04.2022.8.07.0001**. Primeira Turma Cível. Relator: Desembargador Rômulo de Araújo Mendes. Julgado em: 07 jun. 2023. Disponível em: <<https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível n.º 5000164-19.2016.8.21.0078**. Décima Primeira Câmara Cível. Recorrentes: Facebook Serviços Online do Brasil LTDA. Recorridos: Lucas Brugneroto. Relator: Des. Maria Ines Claraz de Souza Linck. Julgado em: 23 ago. 2023. Disponível em: <www.tjrs.jus.br/site/>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Apelação n.º 0021431-38.2010.81.9.0066**. Relator: Desembargador Rogério de Oliveira Souza, Julgamento: 16 abr. 2013, Órgão Julgador: 9.ª Câmara Cível. Publicação: 29 ago. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação n.º 1030661-72.2018.8.26.0564**. Relator: Souza Meirelles. Julgamento: 29 abr. 2021. Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Público. Publicação: 28 abr. 2021.

CONJUR. TJ-BA aprova súmula que reconhece a Teoria do Desvio Produtivo. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2023-ago-04/tj-ba-aprova-sumula-reconhece-teoria-desvio-produtivo>>. Acesso em: 20 out. 2023.

COSTA, Bruno Anderson Lima. **Responsabilidade Civil pela Perda de Tempo Útil: reflexões acerca da autonomia jurídica e aplicabilidade do dano temporal**. 2023. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<https://repositorio.ual.pt/handle/11144/6442>>. Acesso em: 13 out. 2023.

DE LESSA CARVALHO, Fábio Lins. A nova lei do governo digital e a possibilidade de incremento da participação social na Administração Pública brasileira: The new digital government law and the possibility of increasing social participation in the Brazilian Public Administration. **International Journal of Digital Law**, v. 3, n. 1, p. 9-23, 2022. Disponível em: <<https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/carvalho2022>>. Acesso em: 17 out. 2023.

DESSAUNE, Marcos. **Desvio Produtivo do Consumidor: o Prejuízo do Tempo Desperdiçado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DESSAUNE, Marcos. **Teoria Aprofundada do Desvio Produtivo do Consumidor: o prejuízo do tempo desperdiçado e da vida alterada.** 2 ed. Edição Especial do Autor: Vitória, 2017.

DIAS, Fellipe Sarmiento. **Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor e os Aspectos Decorrentes da Responsabilidade Civil pela Perda do Tempo Útil nas Relações de Consumo.** 2019. Disponível em: <<https://repositorio.modulo.edu.br/jspui/handle/123456789/1465>>. Acesso em: 18 out. 2023.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

FERNANDES, André Dias; MAIA, Cinthia. Aplicação do código de defesa do consumidor aos usuários de serviços públicos prestados por concessionárias de energia elétrica. **Revista Jurídica da FA7**, v. 16, n. 1, p. 97-117, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/916>>. Acesso em: 30 out. 2023.

FILHO, Sergio Cavalieri. **Programa de Responsabilidade.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NUNES, Maria Eduarda Martins Guedes. **A Aplicabilidade da Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor como Incentivo à Celeridade na Resolução de Conflitos Consumeristas.** 2023. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/35627>>. Acesso em: 16 out. 2023.

NUNES, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** pg. 90

SILVA, Camila Gonçalves da. **A Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor na Perspectiva do STJ: um estudo de caso de seu *leading case*.** 2020. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/items/08b8189e-52b1-442b-8de5-bec47a07fc32>>. Acesso em: 16 out. 2023.

WURSTER, Tani Maria. Os serviços públicos e Código de Defesa do Consumidor. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 14, setembro 2006. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.gov.br/artigos/edicao014/Tani_Wurster.htm>. Acesso em: 02 nov. 2023..

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MILITAR COMO FATOR PREPONDERANTE PARA O DESEMPENHO DO PAPEL SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR

Henrique Hanatzki Siglinski¹
Stefan Hanatzki Siglinski²

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de socialização organizacional dos novos integrantes da Brigada Militar quando do ingresso na carreira de nível superior e realização do Curso Superior de Polícia Militar. A pesquisa objetiva demonstrar que a construção efetiva da identidade militar constitui fator determinante para o desempenho do papel social da Brigada Militar. No transcurso da pesquisa, denota-se que o ambiente em que o processo de socialização organizacional é desenvolvido, hierarquizado e disciplinado, é capaz de promover a desconstrução da identidade civil e a construção de uma identidade militar, com a assimilação da cultura organizacional da Brigada Militar, dos valores, das normas e dos elementos que lhe são próprios. O presente trabalho refere-se a pesquisa básica, método dedutivo e a abordagem qualitativa. Quanto ao tipo, a pesquisa é bibliográfica, mas complementada por pesquisa documental, diante da análise da grade curricular do curso. O objetivo da pesquisa é exploratório e o instrumento de pesquisa é a ficha de leitura. Após análise do processo de socialização dos novos integrantes da carreira de nível superior da Corporação, verifica-se que a construção da identidade militar promovida nessa etapa constitui fator determinante para o desempenho do papel social da Brigada Militar.

Palavras-chave: Brigada Militar; Cultura Organizacional; Identidade Militar; Socialização Organizacional.

ABSTRACT

This article analyzes the process of organizational socialization of new members of the Military Brigade when entering a higher education career and completing the Higher Military Police Course. The research aims to demonstrate that the effective construction of military identity is a determining factor in the performance of the Military Brigade's social role. During the research, it is clear that the environment in which the organizational socialization process is developed, hierarchical and disciplined, is capable of promoting the deconstruction of civil identity and the construction of a military identity, with the assimilation of the Brigade's organizational culture. Military, values, norms and elements that are specific to it. The present work refers to basic research, deductive method and qualitative approach. As for the type, the research is bibliographic, but complemented by documentary research, based on the analysis of the course's curriculum. The objective of the research is exploratory and the research instrument is the reading sheet. After analyzing the socialization process of new

¹ Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. henrique_siglinski1@hotmail.com

² Mestre em Direito pela Universidade de Passo Fundo. Policial Militar. stefan_siglinski@hotmail.com

members of the Corporation's higher education career, it appears that the construction of the military identity promoted during this stage is a determining factor in the performance of the Military Brigade's social role.

Keywords: Military Brigada; Organizational Culture; Military Identity; Organizational Socialization.

INTRODUÇÃO

A Brigada Militar é o único órgão de segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul presente em todos os seus municípios, razão pela qual é Instituição de expressão e relevância estadual, com o maior contingente entre as polícias do Estado, e tem por missão constitucional a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Seu efetivo é submetido a um processo de formação singular, capaz de promover transformações na subjetividade do sujeito e proporcionar a construção de uma nova identidade.

A construção identitária ocorre por meio de um processo de socialização organizacional desenvolvido em uma Instituição com características totalizantes, na qual o acultramento é obtido de forma eficaz diante das peculiaridades das relações sociais desenvolvidas no ambiente militar, hierarquizado e disciplinado, composto por símbolos, normas, valores, hábitos e significados peculiares.

Desse modo, a questão-problema consiste em definir se o processo de construção da identidade militar constitui fator dominante para assegurar o desempenho do papel social da Polícia Militar.

As prováveis respostas ao problema de pesquisa são que: o processo de construção da identidade militar não influencia no desempenho do papel social da Polícia Militar; e a construção da identidade militar, por meio da socialização organizacional, constitui fator dominante para assegurar o desempenho do papel social da Brigada Militar.

O trabalho tem por objetivo geral analisar o processo de construção da identidade militar dos novos integrantes, promovido durante o curso de formação inicial da Corporação, examinando a sua importância como fator determinante para assegurar o desempenho do papel social da Brigada Militar.

Os objetivos específicos são compostos pelos seguintes pontos: estudar os processos de construção, desconstrução e reconstrução da identidade, por meio das interações simbólicas; e analisar a importância do processo de construção da identidade militar no desempenho do papel social da Polícia Militar.

Metodologicamente a presente pesquisa adota o método dedutivo. Trata-se de pesquisa básica, qualitativa, exploratória e bibliográfica, que busca na legislação, na doutrina e nas normas internas da Corporação a resposta ao problema de pesquisa.

O presente trabalho justifica-se pela importância do tema para o fortalecimento da identidade corporativa da Brigada Militar, a solidificação da sua cultura organizacional, e a necessária compreensão da relevância do processo de socialização organizacional no processo de construção da identidade militar dos novos integrantes da Corporação, como forma de garantir a efetividade do cumprimento do papel social da Brigada Militar perante a sociedade.

1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A identidade de uma pessoa pode ser compreendida sob diversas perspectivas, desde a pessoal a profissional, sendo comum, no ambiente militar, falar-se em uma identidade militar, que estaria ligada, assim, a uma perspectiva profissional da identidade do indivíduo, e que divergiria da identidade civil.

Independentemente de ser pessoal ou profissional, a identidade não é inata ao indivíduo, mas fruto de um processo de construção e reconstrução ao longo da vida, influenciada por diversos fatores culturais e sociais que integram o ambiente em que o indivíduo está inserido, conforme a sociedade ou grupo social a qual pertence. Neste sentido, leciona Claude Dubar que:

Todas as identidades são denominações relativas a uma época histórica e a um tipo de contexto social. Assim, todas as identidades são construções sociais e de linguagem que são acompanhadas, em maior ou menor grau, por racionalizações e reinterpretações que às vezes as fazem passar por “essências” intemporais. Do mesmo modo que a definição que se dará de alguém por ocasião de sua morte não estava contida em sua “identidade nominal” por ocasião de seu nascimento, a identidade “cultural” de um grupo qualquer nunca é nem “natural” nem “dada” a priori, mas construída por ações

individuais e coletivas. Todas as identidades, coletivas e pessoais, são assim consideradas em processos históricos e contextos simbólicos (Dubar, 2005, p. XXI).

Os sociólogos Peter L. Berger e Thomas Lückmann, ao tratarem sobre as teorias da identidade, afirmam que “a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social” (1976, p. 228).

No mesmo sentido, Dubar (2005) afirma que a identidade não é construída pelo indivíduo isoladamente, pois decorre de constantes socializações; uma vez construída durante a infância, vai sofrer reconstruções durante a vida, conforme o sujeito se insira em novos submundos, em novas comunidades.

A construção da identidade assume, assim, um caráter relacional, pois ocorre no plano das relações sociais do grupo a qual o sujeito pertence. O processo de socialização tem início na infância e é desenvolvido ao longo da vida, razão pela qual influencia sobremaneira na formação da identidade social e profissional, que decorre da internalização das normas, valores, símbolos e significados partilhados pelo grupo.

A socialização consiste, segundo Dubar (2005), numa forma de identificação, de estabelecimento de relação de pertencimento a determinado grupo, assumindo o sujeito, dessa forma, as atitudes características desse grupo, que passam a guiar sua conduta de modo automático.

Com o desenvolvimento do sujeito e a assunção de novos papéis sociais, especialmente com o ingresso no mercado de trabalho, haverá a sua inclusão em um grupo profissional e, conseqüentemente, um novo processo de socialização, denominado por Berger e Lückmann (1976) de “socialização secundária”.

Assim, por ser fruto de sucessivas socializações, a identidade além de ser construída, pode ser desconstruída e reconstruída durante a vida, conforme o sujeito desenvolva novas esferas de atividade.

Quando nasce, o indivíduo passa por um processo de inserção na sociedade e interiorização da cultura, dos valores, símbolos e normas dessa comunidade. Chamado de socialização primária, esse processo consiste na “primeira socialização

que o indivíduo experimenta na infância, em virtude da qual torna-se membro da sociedade” (Berger; Lückmann, 1976, p. 175).

Após a sua inserção como membro da comunidade, o sujeito passa a perceber e entender a existência de outros mundos, além daquele até então único em sua existência, e passa a se identificar e integrar setores da sociedade, ocasião em que ocorre a denominada socialização secundária, que consiste em “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (Berger; Lückmann, 1976, p. 175).

A socialização secundária pressupõe um indivíduo previamente socializado, e decorre da inserção do sujeito em subgrupos, em virtude da sua inserção no ambiente escolar e, posteriormente, no ambiente do trabalho, o que demanda a necessidade de obtenção de conhecimentos para a realização de tarefas específicas. Esse processo pode ser compreendido, assim, como “a interiorização de ‘submundos’ institucionais ou baseados em instituições. A extensão e caráter destes são portanto determinados pela complexidade da divisão do trabalho e a concomitante distribuição social do conhecimento” (Berger; Lückmann, 1976, p. 184).

Essa socialização demanda, por parte do indivíduo, “a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional (Berger; Lückmann, 1976, p. 185). Ainda, segundo Berger e Lückman (1976), para se legitimarem, os submundos institucionais da socialização secundária demandam uma simbologia ritual ou material capaz de distingui-los dos demais, por meio de uma linguagem específica, imagens ou alegorias que possam ser interiorizadas pelo indivíduo pertencente ao grupo.

A socialização secundária, por ocorrer em um momento posterior e no qual o indivíduo já possui a possibilidade de escolha sobre o submundo que deseja pertencer, não pressupõe o mesmo grau de identificação e enraizamento do seu conteúdo no indivíduo como na socialização primária, razão pela qual a identidade profissional se torna frágil e passível de desconstrução/reconstrução.

No entanto, segundo Berger e Lückmann (1976), existem técnicas capazes de produzir, mesmo na socialização secundária, a identificação e inevitabilidade necessárias, típicas da socialização primária, e sua aplicação tem por finalidade

intensificar a carga afetiva em nível similar ao do processo de socialização primária. As técnicas intensificadoras exigem que haja a total entrega do sujeito ao processo. Para exemplificar as situações que demandam tamanho devotamento e sacrifício ao processo, citam a socialização dos religiosos e o grau de compromisso que é exigido dos oficiais de carreira, das instituições militares, em relação ao dos soldados, o que é refletido na formação diferenciada dessas carreiras.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente a presente pesquisa adota o método dedutivo, haja vista que parte da compreensão da construção de identidade e da influência da cultura organizacional nesse processo para explicar a forma de acultramento e construção da identidade militar no âmbito da Brigada Militar.

Quanto à sua natureza, a pesquisa pode ser classificada como básica, pois seu objetivo consiste em gerar conhecimento útil para a ciência, mas sem finalidade de aplicação prática, ou solução de um problema específico.

Do ponto de vista de sua forma de abordagem é qualitativa, pois não produz resultados que possam ser traduzidos em números e proporções, mas visa aprofundar o conhecimento sobre o objeto da pesquisa.

No que se refere ao objetivo, a pesquisa é exploratória, tendo por escopo aumentar a familiaridade com o problema de pesquisa, tornando-o mais claro e de fácil compreensão para o leitor.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de pesquisa bibliográfica, com análise de material publicado em periódicos de revistas, livros, manuais e disponibilizados na internet, complementada por pesquisa documental, com a análise de documentos relativos às disciplinas do curso de formação inicial da carreira de nível superior.

A pesquisa busca na doutrina, na legislação e nas normativas do curso de formação da Brigada Militar os fundamentos para a adequada resposta ao problema de pesquisa, com a missão de responder se a construção da identidade militar constitui fator dominante para o desempenho do papel social da Brigada Militar.

3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO OFICIAL DO QUADRO DE OFICIAIS DE ESTADO-MAIOR DA BRIGADA MILITAR

O Curso Superior de Polícia Militar 2021/2022, responsável pela formação do Oficial QOEM, possui carga horária total de 2.605 horas, dividido em três módulos, com sessenta e três disciplinas, tanto humanísticas quanto técnico-profissionais, possibilitando uma formação voltada na compreensão do necessário atendimento da comunidade e, especialmente, à gestão, à fiscalização e ao planejamento operacional.

A grade curricular do CSPM/2021 contempla disciplinas que atendem as recomendações da Matriz curricular nacional, voltadas para a formação policial cidadã, para o respeito a dignidade humana. Dentre elas podem ser elencadas as disciplinas de Ética, Direitos Humanos e Cidadania, Sociologia da Violência e da Criminalidade, Programa de Prevenção e Policiamento Comunitário e Criminologia.

As inúmeras atribuições do cargo estão elencadas no art. 8º da Lei Complementar nº 10.992, de 18 de agosto de 1997. Segundo o citado dispositivo legal, os Oficiais QOEM exercem:

[...] o Comando, Chefia ou Direção dos órgãos administrativos de média e alta complexidade da estrutura organizacional da Corporação e das médias e grandes frações de tropa de atividade operacional, incumbindo-lhe o planejamento, a coordenação e o controle das atividades a seu nível, na forma regulamentar, bem como o planejamento, a direção e a execução das atividades de ensino, pesquisa, instrução e treinamento, voltadas ao desenvolvimento da segurança pública, na área afeta à Brigada Militar (Rio Grande Do Sul, 1997).

Desse modo, os Oficiais QOEM são os responsáveis pelo planejamento e execução do treinamento do efetivo, compondo, assim, seu rol de responsabilidades a efetividade militar da atuação dos seus subordinados no combate à violência e à criminalidade. Dani Rudniki, ao tratar da formação desses Oficiais, afirma que:

As situações nas quais atua são propícias à exacerbação de conflito. Uma preparação psicológica mostra-se, então, fundamental para propriamente agir. Entretanto, como em outras situações, o oficial precisa atuar in loco, sem preparo maior do que o obtido em instantes de observação e, se sorte tiver, informações fornecidas por soldados que estejam no local. Seu contexto de atuação é bem diverso daquele vivido por outros profissionais. Imagine-se um psicólogo a clinicar no meio da rua, ou um

advogado, promotor ou juiz, a decidir longe de seus livros, fora de seus escritórios ou gabinetes, refrigerados no verão e aquecidos no inverno. Ao oficial cabe atuar, independentemente de possuir no momento e no local as condições adequadas, não podendo esperar para que estas se realizem, ou deslocar o problema para ambiente mais propício (Rudniki, 2007, p. 264).

Entretanto, além do preparo operacional, da capacidade para liderar seu efetivo para o enfrentamento do perigo diário, a formação do Oficial QOEM também demanda a qualificação para o desempenho da função administrativa do cargo, a gestão do efetivo, do orçamento, dos bens pertencentes à Corporação.

Conforme afirma Rudniki, “com múltiplas atividades, os oficiais devem estar preparados para todas elas, sejam operacionais ou administrativas. Outro destaque surge para o relacionamento humano, eis que o oficial atua, diretamente, com seus subordinados e com o público de seus serviços, a população” (2007, p. 264).

Os Oficiais são o principal elo de ligação entre o comando da Corporação e o efetivo, compondo o eixo de comunicação na cadeia hierárquica que recebe e transmite ao comando os anseios do efetivo e transmite à ele as ordens e determinações dos superiores, tornando-se assim imprescindíveis ao sistema militar.

Da mesma forma, os Oficiais são os principais responsáveis pelas relações públicas da Corporação, pois tem o encargo de estabelecer e cultivar as relações institucionais com a sociedade, participando de reuniões comunitárias, ouvindo os anseios da população para proporcionar o aperfeiçoamento no serviço prestado, bem como de prestar esclarecimentos à imprensa e à população quando necessário.

Desse modo, torna-se evidente a importância do processo de aculturação dos novos comandantes da Instituição, de modo a torná-los aptos a compreender o seu papel institucional, de planejar, coordenar e controlar as mais diversas atividades afetas ao cargo, de comandar, instruir, treinar e fiscalizar o seu efetivo, garantindo segurança pública para a sociedade.

3.1 O DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO OCULTO DURANTE O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

Do currículo do CSPM é possível extrair que a carga horária das disciplinas voltadas para a formação militar do policial, para a construção da identidade militar, é

complementada ao longo do curso. Dentre elas podem ser elencadas as disciplinas de ordem unida, instrução geral, saúde física, história da Brigada Militar, direito administrativo disciplinar, direito institucional, direito penal militar e direito processual penal militar. Essa constatação denota que durante a formação há, para que o processo de socialização organizacional seja melhor conduzido, além do currículo formal, a execução de um currículo oculto, que intensifica a formação militar.

Conforme ensina Carlos Alberto Pereira Silva, currículo oculto pode ser compreendido “como sendo tudo aquilo que contribui para a aquisição de saberes, competências, valores, sentimentos, sem constar nos programas previamente elaborados” (2007, p. 193).

Os cursos de formação iniciam, em regra, com a execução desse currículo oculto, durante um período de adaptação, que pode ser desenvolvido mediante internato, cujo objetivo é promover a adaptação do novo integrante ao meio militar, a fim de promover uma assimilação rápida e efetiva das regras básicas da caserna.

Leonardo Damasceno de Sá, ao tratar do regime de internato nas Academias de Polícia Militar e da transformação promovida nos jovens aspirantes ao oficialato, afirma que “a exclusão em relação ao mundo civil tem como função fundar em novas bases os laços de lealdade do indivíduo, inseri-lo no sistema de responsabilidade social de um novo grupo [...]” (Sá, 2002, p. 79).

Durante esse período há o afastamento do novo integrante das suas relações familiares, com a inserção em um novo mundo, composto por pessoas que lhe são muitas vezes desconhecidas, pertencentes a outras culturas, oriundas dos mais diversos locais do país, com as quais terá que compartilhar um ambiente coletivo, estabelecendo novas relações sociais, desenvolvendo, assim, atributos da civilidade, adaptabilidade, comunicabilidade e cooperação.

Conforme ensina Rudniki, o cidadão “[...] que ingressa na Corporação tem na academia seu primeiro contato e ali assume uma outra personalidade, aprende lições, abandona antigas posturas infantis, conhece pessoas e recebe um novo referencial. Revela-se um ser diferente que [...] irá aprender a viver seu futuro” (2007, p. 24).

Composto por novos significados, símbolos, regras, deveres e valores, hierarquizado e disciplinado, o ambiente militar demanda dos novos integrantes dedicação, abnegação, flexibilidade, persistência, resistência e rusticidade, como

forma de permitir que apenas aqueles que realmente se identifiquem com a profissão policial militar permaneçam nas fileiras da corporação.

O período de adaptação consiste em um rito de passagem. Marcado por atividades extenuantes, física e mentalmente, a adaptação visa promover um choque de realidade no novo integrante, ao ter que executar as atividades diárias coletivamente, em horários fixos e tempo escasso, sob vigilância e cobrança constante da equipe de adaptação, sendo corrigido a cada falta cometida, passando por restrições não vivenciadas na sua vida civil. Esse processo é fundamental para possibilitar o início da socialização secundária, com a desconstrução da identidade civil e a construção de uma identidade militar.

O término do período de adaptação simboliza a conclusão de uma etapa importante do curso, com a inserção do novo integrante ao meio militar, com conhecimentos mínimos para iniciar o seu desenvolvimento técnico-profissional na carreira policial militar, marcado pelo início do primeiro módulo do curso de formação, com a execução do currículo formal.

Durante os cursos de formação na Corporação, além dos horários destinados às aulas, ao cumprimento do currículo formal, há momentos destinados ao Corpo de Alunos, para a realização de atividades pertencentes ao currículo oculto que permitam a melhor socialização do sujeito ao meio militar, a construção de uma identidade policial militar, como ordem unida e treinamento físico militar, marchas, acampamentos e instruções voltadas para os valores, deveres e a ética militares.

A ordem unida, além da carga horária prevista no currículo formal, necessita ser melhor desenvolvida ao longo do curso, pois constitui escola de disciplina na formação militar. Seu treinamento constante, com correção de atitudes, dociliza os corpos, tornando-os coesos e uniformes, capazes de agir em harmonia e com precisão. Além de desenvolver a disciplina, a ordem unida desenvolve os atributos do autoaperfeiçoamento, do espírito de corpo, autoconfiança, liderança e cooperação.

O treinamento físico militar, por sua vez, proporciona a melhoria da saúde e a aptidão necessária ao desempenho eficaz das atividades policiais militares. Também, auxilia no desenvolvimento de atributos da área afetiva, como o espírito de corpo, a dedicação, a autodisciplina e a persistência. O condicionamento físico constitui fator de liderança entre superiores e subordinados.

As marchas e acampamentos, embora não previstas no currículo formal, quando executadas, têm por finalidade desenvolver os atributos da persistência, cooperação, autoconfiança e rusticidade, bem como a capacidade de resiliência física e mental do militar estadual, pois é submetido a atividades extenuantes, sob condições adversas, de modo a prepará-lo para a exercício da profissão.

O policial militar, durante a execução das suas atividades, especialmente no enfrentamento de criminosos armados, precisa ser capaz de agir em conjunto com seus camaradas, com coragem para progredir no terreno, mesmo em situação de troca de tiros com criminosos e, em caso de ferimento em combate, ter a capacidade de manter a calma para aguardar o atendimento ou, em sendo ferimento de colega, ter o controle emocional necessário para agir com cautela e não colocar em risco a segurança sua e de toda a guarnição.

No atendimento de ocorrências que envolvam cidadãos em conflito, com significativa carga de estresse, o policial militar precisa ter o necessário equilíbrio emocional e tato para apaziguar os ânimos, atendendo com educação e energia as partes em conflito, restabelecendo a tranquilidade pública e a paz social.

Quanto às instruções militares pertencentes ao currículo oculto, seu desenvolvimento visa o ensino e aperfeiçoamento dos valores, dos deveres e da ética, essenciais para a formação militar. Como exemplo, cita-se os hinos e canções, as instruções sobre os regulamentos militares e a leitura de trechos de obras militares.

Nas Academias Militares existem, também, outros elementos presentes que contribuem para a manutenção de um currículo oculto. Segundo Silva, a arquitetura do local, “os artefatos pedagógicos, a relação tempo, trabalho e sociabilidade [...]” (2007, p. 193) influenciam no processo de ensino-aprendizagem. As interações sociais vivenciadas, entre pares, superiores e subordinados,

[...] as características estruturais da sala de aula e da situação do ensino, embora não expressas em programas previamente elaborados, propiciavam aprendizagens relevantes. As relações de autoridade, organização espacial, distribuição do tempo, padrões de recompensa e castigo são fontes para o currículo oculto, assim, como os rituais, regras, regulamentos e normas (Oliveira; Romeu, 2017, p. 89).

Nas Academias de formação militar os espaços são organizados, alinhados, pensados e estruturados de forma a tornar clara a hierarquia e disciplina militar, o

tempo destinado às atividades diárias é estabelecido em um Quadro Horário de modo a não permitir a ociosidade e garantir o fiel cumprimento das rotinas castrenses, as formaturas diárias reforçam os valores, deveres e a cultura militar, e os diversos papéis desempenhados ao longo do curso, por ocasião da assunção de diversas funções, estimulam o desenvolvimento da responsabilidade, da liderança, do comando e obediência por parte de todos.

Desse modo, percebe-se que os processos pedagógicos adotados pelas instituições militares têm por finalidade formar cidadãos diferenciados. Para tanto utilizam metodologias capazes de internalizar no militar estadual “valores como hierarquia, disciplina, espírito de corpo, sentimento do dever, honra pessoal, pundonor policial militar e decoro da classe [...]” (Oliveira; Romeu, 2017, p. 92).

Gilberto Dias, ao tratar do ensino policial militar e da importância da utilização de técnicas pedagógicas que simulem a realidade a ser enfrentada, adotando um contexto similar, afirma que se exige do profissional da segurança pública,

desde a capacidade de ler e interpretar dados até a competência para trabalhar em grupos e assumir relações interpessoais (com a comunidade ou superiores e subalternos de outros setores da corporação). O conjunto de competências que deverá possuir e colocar em ação demandará a articulação dos vários saberes oriundos dos campos formais, informais, teóricos, práticos e tácitos. Tal conjunto vai além das competências intelectuais, exigindo competências organizacionais, comunicativas, sociais (capacidade de utilizar todos os conhecimentos - obtidos por meio de fontes, meios e recursos diferenciados - nas diversas situações encontradas no mundo do trabalho, isto é, da capacidade de transferir conhecimentos da vida cotidiana para o ambiente de trabalho e viceversa), comportamentais (iniciativa, criatividade, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho) e políticas (Dias, 2002, p. 223).

Ao final do processo de socialização, espera-se, além da obtenção de um policial militar com capacidade técnico-profissional elevada, um militar estadual dedicado, disciplinado, abnegado, corajoso, resiliente, camarada, probo e leal, possuidor de valores éticos e morais elevados, que compreenda o seu dever de proteger a sociedade, mesmo com o sacrifício da própria vida.

Um processo de formação bem conduzido, devidamente planejado, coordenado e executado, torna possível a construção eficaz da identidade militar, a socialização secundária bem-sucedida, com a introjeção dos hábitos, símbolos,

comportamentos, crenças, valores e deveres, tornando o policial militar apto a desempenhar o papel social que é esperado pela sociedade.

Além do mais, a adoção de disciplinas voltadas para a formação policial cidadã nas grades curriculares dos cursos de formação fomentam o desenvolvimento de uma cultura de respeito a dignidade da pessoa humana e de responsabilidade social, proporcionando aos militares estaduais a compreensão do seu papel de agente defensor e promotor dos direitos humanos, de protetor da sociedade.

A elaboração e a adoção de uma doutrina institucional voltada à formação inicial da carreira, especialmente das atividades desenvolvidas no currículo oculto, construída em conformidade com as diretrizes e objetivos da Instituição relativamente aos seus recursos humanos, de modo a alinhar e padronizar o processo de socialização dos integrantes, tornaria esse processo ainda mais eficaz, gerando um comportamento organizacional uníssono, fortalecendo a identidade da Brigada Militar.

Da mesma forma, a elaboração de um projeto pedagógico dos cursos de formação inicial, com a definição do perfil do egresso, das habilidades e competências que devem ser desenvolvidas, das metodologias empregadas, das formas de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, padronizaria o processo para a obtenção, ao final, do mesmo produto, em qualquer das Escolas de Formação, qual seja, um militar estadual capacitado, capaz de desempenhar com perfeição o seu papel institucional, e fortaleceria a construção identitária na Corporação.

CONCLUSÃO

O novo integrante da Instituição, para ter o direito de vestir a farda e arriscar a própria vida na defesa da sociedade, no cumprimento da missão de garantir segurança pública para a comunidade, precisa se submeter a um processo de acultramento aos valores, normas, hábitos, símbolos e significados institucionais, de forma a compreender a organização que passou a integrar, bem como o novo papel social que lhe é atribuído, pela Corporação e pela sociedade.

O novo integrante é submetido, assim, a um processo de socialização secundária, pois realizada no ambiente de trabalho, mediante interações sociais

desenvolvidas durante o curso de formação, em um local fechado, que promove um certo isolamento do mundo exterior, com regras, horários e atividades determinadas, sob a orientação e supervisão constante de instrutores, gerando o enfraquecimento da identidade civil para permitir a construção de uma identidade militar.

Nesse processo ele precisa compreender que a Corporação adota um sistema hierarquizado e disciplinado, seu sustentáculo, no qual a distribuição de cargos e a atribuição de responsabilidades decorre do grau hierárquico ocupado, que estabelece o sistema de comando-obediência, e que precisa ser rigorosamente observado para que o seu funcionamento regular e harmônico seja mantido, obtendo-se o perfeito funcionamento do organismo militar e o cumprimento da missão institucional.

Esse processo de aculturação é desenvolvido essencialmente por meio do denominado currículo oculto, nas horas destinadas ao Corpo de Alunos, momento destinado a formação ética e moral do novo integrante da Corporação, à formação militar do sujeito, já que a formação técnico-profissional é essencialmente desenvolvida por meio do currículo formal dos cursos de formação.

É nas atividades desenvolvidas por meio do currículo oculto que o militar treina a sua resiliência, a sua capacidade de resistência à frustração, e aumenta a sua resistência psicofísica para o enfrentamento das dificuldades do trabalho diário desenvolvido no atendimento das demandas da comunidade. Da mesma forma, desenvolve os atributos da persistência, autoaperfeiçoamento, camaradagem, espírito de corpo e a necessária disciplina militar.

O currículo formal complementa a formação, sendo estabelecido por meio das grades curriculares que visam proporcionar o conhecimento técnico para o desempenho da profissão policial militar.

As disciplinas técnico-profissionais possibilitam a formação dos futuros comandantes da Corporação, motivo pelo qual são voltadas para a gestão, a fiscalização e o planejamento operacional.

As disciplinas de caráter humanístico viabilizam a compreensão do papel social da Corporação e das relações públicas com a comunidade, como responsável pela manutenção da identidade corporativa, pela credibilidade da Instituição perante a sociedade.

A simbiose entre currículo formal e oculto durante o processo de formação possibilita responder a questão-problema, no sentido de que a construção da identidade militar constitui fator dominante para assegurar o desempenho do papel social da Polícia Militar, pois, além da formação calcada na transmissão dos valores, dos deveres e da ética policial militar, o ensino de disciplinas de caráter humanístico para a promoção do respeito aos direitos humanos possibilita a necessária compreensão por parte do militar do papel social da Corporação que representa.

No entanto, a carga horária destinada às disciplinas de formação humanística deveria ser ampliada, como forma de obter uma mudança ainda maior de perfil dos policiais militares, garantindo que adquiram uma compreensão maior sobre a sua função de garantidor dos direitos humanos.

Uma forma de contornar o problema consiste na elaboração e adoção de uma doutrina institucional focada na formação inicial da carreira de Oficiais, com a regulamentação das atividades a serem desenvolvidas no curso de formação.

No mesmo sentido, a elaboração de um projeto político-pedagógico do curso de formação, com o estabelecimento do perfil do egresso, das competências e habilidades que necessitam ser praticadas, das metodologias utilizadas, das maneiras de avaliar e acompanhar o processo de ensino e aprendizagem dos novos integrantes, padronizará o processo para a obtenção de um policial militar capacitado, apto a desempenhar o seu papel institucional, e fortalecerá a identidade da Corporação.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; LÜCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1976.

DUBAR, Claude. **A Socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, L. R.; ROMEU, S. D. Quem descobriu o currículo oculto? Uma reflexão sobre formação na PMERJ. **Revista Giro do Horizonte**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 84-98, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/GH/article/view/2237/1808>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Complementar nº 10.992, de 18 de agosto de 1997c.**

Dispõe sobre a carreira dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em:
<<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

RUDNICKI, Dani. **A Formação Social de Oficiais da Polícia Militar**: análise do caso da academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2007, p. 365. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os Filhos do Estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, Carlos Alberto Pereira. Ambiente escolar: o currículo oculto maltratado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 192-214, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4470/3661>. Acesso em: 13 fev. 2022.

A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NA MOTIVAÇÃO DA EQUIPE: ALAVANCANDO O DESEMPENHO E O ENGAJAMENTO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Eduardo Koehler¹
Henrique Gabriel Becker²
Danieli Hermes Rodrigues³

RESUMO

A influência da liderança no nível de motivação e engajamento da equipe é indiscutível. Líderes eficazes não apenas supervisionam tarefas, mas também inspiram e unem seus membros em direção a objetivos compartilhados. Os diferentes estilos de liderança impactam a motivação dos colaboradores de maneiras diversas. Um líder autocrático pode gerar conformidade, enquanto um líder democrático promove participação e envolvimento. Estratégias para promover um ambiente motivador incluem o desenvolvimento da inteligência emocional do líder, reconhecimento e recompensa pelo desempenho, comunicação transparente e estabelecimento de metas desafiadoras. Ao adotar essas práticas, os líderes criam um ambiente propício para a motivação contínua. A motivação resultante da liderança eficaz se reflete na produtividade, na qualidade do trabalho e na retenção de talentos. Colaboradores motivados são mais produtivos, apresentam um trabalho de maior qualidade e estão mais propensos a permanecer na organização. A liderança, portanto, desempenha um papel crucial no alcance de metas organizacionais e na criação de uma cultura de excelência. A liderança e motivação são temas explorados por Idalberto Chiavenato em seu livro "Liderança e Motivação: O Papel do Líder na Equipe" (2004), oferecendo estratégias práticas para maximizar a motivação da equipe. Ao compreender a interconexão entre liderança e motivação, os líderes podem aprimorar seu desempenho e contribuir para ambientes de trabalho mais produtivos e satisfatórios.

Palavras-chave: Liderança; Motivação; Equipe; Ambiente de Trabalho.

ABSTRACT

The influence of leadership on the level of team motivation and engagement is indisputable. Effective leaders not only supervise tasks, but also inspire and unite team members towards shared goals. Different leadership styles impact employee motivation in different ways. An autocratic leader can generate compliance, while a

¹ Acadêmico do Curso de Administração - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: eduardokoehler17@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador(a). Professor(a) do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: danielihermes@hotmail.com

democratic leader promotes participation and involvement. Strategies for fostering a motivating environment include developing the leader's emotional intelligence, recognizing and rewarding performance, transparent communication and setting challenging goals. By adopting these practices, leaders create an environment conducive to continuous motivation. The motivation resulting from effective leadership is reflected in productivity, quality of work and talent retention. Motivated employees are more productive, deliver higher quality work and are more likely to stay with the organization. Leadership therefore plays a crucial role in achieving organizational goals and creating a culture of excellence. Leadership and motivation are themes explored by Idalberto Chiavenato in his book "Leadership and Motivation: The Role of the Leader in the Team" (2004), offering practical strategies for maximizing team motivation. By understanding the interconnection between leadership and motivation, leaders can improve their performance and contribute to more productive and satisfying work environments.

Keywords: Leadership; Motivation; Team; Work Environment.

INTRODUÇÃO

A dinâmica contemporânea dos ambientes de trabalho é cada vez mais complexa e exige uma abordagem diferenciada para otimizar a produtividade e a satisfação dos colaboradores. Nesse contexto, a liderança se destaca como um dos principais fatores determinantes para o sucesso organizacional. Mais do que simplesmente orientar e coordenar, os líderes têm o poder de influenciar diretamente o nível de motivação e engajamento da equipe. Para Andrew Grove, no livro *Gestão de Alta Performance*, "A arte da gestão está na capacidade de selecionar, dentre diversas atividades aparentemente de igual importância, uma ou duas, no máximo três, que podem alavancar o negócio muito mais que as outras, e então, se concentrar nelas" (Grove, 2009).

A capacidade de inspirar e mobilizar os membros de uma equipe, alinhando seus esforços aos objetivos da organização, é o cerne de uma liderança eficaz. A motivação, entendida como o impulso que leva os indivíduos a agir de maneira direcionada a metas e aspirações, é uma peça-chave no quebra-cabeça da alta performance no ambiente de trabalho. Quando os líderes conseguem compreender e atender às necessidades, expectativas e valores dos seus colaboradores, criam um ambiente propício para o florescimento da motivação intrínseca, fundamental para o alcance de resultados excepcionais.

Neste contexto, este artigo explora a profunda interconexão entre liderança e motivação, destacando a relevância de uma liderança eficaz na promoção de equipes motivadas e engajadas. Ao compreender os diferentes estilos de liderança e suas influências na motivação, bem como as estratégias para potencializar o engajamento dos colaboradores, buscamos oferecer uma visão abrangente sobre a importância da liderança como impulsionadora da performance e do bem-estar no ambiente de trabalho.

Ao longo deste texto, será possível identificar e analisar como a liderança, quando exercida com sensibilidade e eficácia, pode impactar positivamente a motivação dos indivíduos e, conseqüentemente, transformar a dinâmica organizacional, resultando em equipes mais produtivas, satisfeitas e comprometidas com os objetivos coletivos e individuais. A importância de uma liderança orientada para a motivação é um tema fundamental para qualquer gestor ou profissional que busca o êxito no universo corporativo, sendo um fator diferencial na busca pela excelência e inovação no mundo dos negócios.

1 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, qualitativa, através da análise de materiais, que envolvem a busca de publicações do tipo artigos, monografias, resumos, publicados em revistas e congressos, dissertações e teses, que abordam a importância da liderança na equipe. Para isso, foram utilizados trabalhos publicados no Brasil e no mundo. As palavras-chave usadas na pesquisa foram: Liderança, motivação, equipe, ambiente de trabalho, produtividade, engajamento, estilos de liderança, desempenho, influência da liderança, satisfação no trabalho, estratégias de motivação, comportamento organizacional, impacto da liderança, inteligência emocional, trabalho em equipe.

1.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Realizado tipo de pesquisa bibliográfica descritiva de natureza teórica e qualitativa.

1.2 GERAÇÃO DE DADOS

O levantamento dos dados foi realizado através de documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias como livros, ensaios, compilações, artigos científicos, imprensa escrita, meios audiovisuais, entre outros.

1.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise de interpretação dos dados foi realizada através do método de abordagem hipotético-dedutivo, e o método de procedimento, denominados também de auxiliares, com caráter instrumental secundário sendo o método histórico que coloca o objeto de pesquisa sob uma perspectiva histórica.

2 CONCEITO LIDERANÇA NA MOTIVAÇÃO DA EQUIPE

A liderança na motivação da equipe é um processo contínuo que vai além da atribuição de tarefas e do simples exercício de autoridade. Envolve a habilidade de entender as necessidades, aspirações e capacidades individuais de cada membro da equipe e, a partir dessa compreensão, guiar, inspirar e influenciar para que contribuam de forma significativa para o alcance dos objetivos coletivos da organização.

Um líder motivador é alguém que entende que as pessoas são a força vital de qualquer organização e que, ao investir no desenvolvimento, bem-estar e engajamento dos membros da equipe, está, de fato, investindo no sucesso e na produtividade da própria equipe e, conseqüentemente, da organização como um todo.

A confiança é um pilar fundamental dessa liderança motivadora. Os membros da equipe devem confiar no líder, acreditar em sua visão e nas estratégias propostas para alcançar os objetivos. Essa confiança é construída por meio da transparência, da consistência nas ações e da comunicação eficaz.

Além disso, a liderança na motivação da equipe demanda uma compreensão profunda das emoções e necessidades humanas. Os líderes motivadores estão atentos às diferentes motivações intrínsecas de cada membro da equipe e procuram

alinhar essas motivações com os objetivos da organização, promovendo um senso de propósito e significado no trabalho que estão realizando.

É importante ressaltar que não existe um estilo único de liderança que seja eficaz para motivar todos os membros da equipe. A liderança situacional e adaptativa é vital nesse contexto, onde o líder ajusta sua abordagem de acordo com as características individuais, as situações e as demandas da equipe.

Dessa maneira, a liderança na motivação da equipe é um exercício complexo e multidimensional que requer habilidades interpessoais, empatia, visão estratégica e uma compreensão profunda da psicologia humana. Ao dominar essa arte, os líderes podem criar equipes altamente motivadas, engajadas e orientadas para o sucesso, resultando em um ambiente de trabalho produtivo e satisfatório.

3 DESAFIOS E DIFICULDADES

Liderar e motivar uma equipe é uma tarefa complexa e multifacetada que apresenta desafios inerentes. Um dos desafios primordiais reside na compreensão das necessidades individuais de cada membro da equipe. Cada pessoa é única, com motivações, aspirações e perspectivas distintas. Identificar e compreender essas necessidades individuais pode ser um desafio para os líderes, pois requer sensibilidade e habilidades interpessoais aguçadas.

Outro desafio significativo é a resistência à mudança. Muitas equipes e indivíduos resistem a alterações no status quo ou em práticas existentes. Introduzir novas estratégias de motivação ou implementar mudanças na cultura organizacional pode encontrar resistência considerável, exigindo habilidades persuasivas e de gestão de mudanças por parte dos líderes.

A pressão e as expectativas também se destacam como desafios recorrentes. Os líderes enfrentam constantemente pressões para atingir metas, cumprir prazos e obter resultados. Essa pressão pode ser transferida para a equipe, afetando sua motivação. Equilibrar a busca por excelência com a preservação do bem-estar dos membros da equipe é uma dificuldade intrínseca à liderança.

Além disso, conflitos internos podem surgir, minando a coesão e a motivação da equipe. Conflitos entre membros da equipe ou entre diferentes grupos podem

prejudicar o ambiente de trabalho e desviar o foco dos objetivos comuns. Lidar com esses conflitos de maneira eficaz é um desafio para os líderes.

A habilidade de fornecer feedback construtivo é também uma dificuldade para muitos líderes. Oferecer avaliações e orientações que impulsionam o crescimento e a melhoria individual, sem desmotivar ou desencorajar, exige sensibilidade e competência no aspecto da comunicação.

Em suma, liderar para motivar efetivamente requer não apenas competência técnica, mas também uma profunda compreensão das dinâmicas humanas e das complexidades que permeiam o ambiente de trabalho. Superar esses desafios é essencial para criar equipes altamente motivadas e engajadas, resultando em um ambiente de trabalho produtivo, harmonioso e voltado para o sucesso mútuo.

4 IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA E ESTRATÉGIAS

A liderança desempenha um papel vital na motivação da equipe, sendo um fator determinante para o sucesso e o desempenho excepcional de qualquer organização. Quando uma equipe está motivada, ela se torna mais produtiva, inovadora e engajada. Cada membro é inspirado a contribuir ao máximo de suas capacidades para alcançar os objetivos da organização. Isso resulta em um ambiente de trabalho positivo e produtivo.

Uma das estratégias fundamentais para liderar e motivar a equipe é estabelecer uma comunicação clara e transparente. Os líderes devem comunicar de maneira eficaz as metas, expectativas e feedbacks, garantindo que cada membro compreenda seu papel e a relevância de seu trabalho para o sucesso coletivo. Além disso, reconhecer e valorizar as conquistas dos membros da equipe é uma estratégia poderosa. O reconhecimento pode se dar através de elogios públicos, recompensas ou demonstrando apreço pelos esforços realizados.

Oferecer oportunidades de desenvolvimento e crescimento é outra estratégia-chave. Quando os líderes investem no aprimoramento das habilidades e competências dos membros da equipe, demonstram que valorizam seu progresso profissional. Delegar tarefas de forma responsável e equitativa, considerando as

habilidades individuais, proporciona um senso de responsabilidade e autonomia, o que pode impulsionar a motivação.

Além disso, é essencial conectar o trabalho diário dos membros da equipe à missão e aos objetivos da organização. Os líderes podem mostrar como as contribuições individuais são cruciais para o sucesso global, criando um senso de propósito e significado. Estimular a inovação e a criatividade é outra prática importante. Ao encorajar ideias inovadoras e soluções criativas, os líderes demonstram que valorizam a originalidade e o pensamento fora da caixa.

Investir na motivação da equipe é, em última análise, um investimento no crescimento sustentável e na prosperidade da organização. Líderes eficazes, ao criar um ambiente que inspire e motive os membros da equipe, contribuem diretamente para uma força de trabalho altamente engajada e eficaz, resultando em uma cultura organizacional positiva e em um maior alcance dos objetivos empresariais.

CONCLUSÃO

A liderança desempenha um papel central na motivação da equipe, sendo um fator determinante para o sucesso e a eficiência de uma organização. Ao compreender e atender às necessidades individuais dos membros da equipe, proporcionando suporte, reconhecimento e desafios apropriados, os líderes podem inspirar confiança e criar um ambiente propício ao engajamento e ao entusiasmo.

O reconhecimento da importância da liderança na motivação da equipe é crucial para a busca de alto desempenho e produtividade. Estratégias que promovem uma comunicação clara e transparente, valorizam o desenvolvimento profissional, incentivam a inovação e estabelecem um significado no trabalho cotidiano são essenciais para manter uma equipe motivada.

Referindo-se ao contexto brasileiro, autores renomados como Idalberto Chiavenato, em seu livro "Liderança e Motivação: O Papel do Líder na Equipe", apresentam uma visão abrangente sobre a interligação entre liderança e motivação, fornecendo estratégias práticas para maximizar a motivação e o desempenho da equipe (Chiavenato, 2004).

Além disso, sites brasileiros especializados, como a Harvard Business Review Brasil e a Vagas.com, oferecem insights valiosos sobre liderança e motivação. Artigos e conteúdos disponíveis nesses portais trazem pesquisas atuais e casos de estudo que enriquecem a compreensão sobre a importância da liderança na motivação da equipe no contexto organizacional brasileiro.

Portanto, fica evidente que investir no desenvolvimento de líderes que compreendam e apliquem estratégias eficazes de motivação é um imperativo para as organizações que buscam um desempenho excepcional e colaboradores engajados, alinhados com os objetivos e a visão da empresa.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. (2004). **Liderança e Motivação**: o papel do líder na equipe. Editora Cam

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil**. São Paulo: Cobra Editora e Marketing, 2005.

GROVE, Andrew. **Gestão de Alta Performance**. Editora Benvirá, 2009.

A IDENTIFICAÇÃO DE METODOLOGIAS DE ENSINO E DE ESTILOS COGNITIVOS DE APRENDIZAGEM: UMA CONCEPÇÃO VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Cátia Luana Bullmann¹
Erika Estevão Linhares²
Morgani Mumbach³
Geanini Rambo⁴
Délcio Régis Haubert⁵

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa desenvolvida com professores da rede municipal e estadual de ensino, a qual teve por objetivo verificar o trabalho desenvolvido pelos docentes diante do processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Buscou-se diante da pesquisa investigar na ação pedagógica dos professores as metodologias de ensino utilizadas no processo bem como os Estilos Cognitivos e de Aprendizagem desenvolvidos pelos estudantes no decorrer do processo. Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa qualitativa se classifica quanto em um estudo de campo, pois propomos uma análise e reflexão acerca das ações pedagógicas de um grupo de professores para com os estudantes com necessidades especiais no ensino regular. A pesquisa de campo foi realizada através de formulários online que contemplavam perguntas acerca do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades especiais, sendo delimitado como público-alvo professores que atuam nos anos escolares do Ensino Fundamental II. A partir da pesquisa evidenciou-se que o cenário da educação inclusiva ainda é um desafio nos espaços escolares e em especial para os professores. O processo de formação pedagógica se faz necessário para um ensino pautado em metodologias que fujam de modelos tradicionais de ensino e que promovam o desenvolvimento dos estilos de aprendizagem conforme as

¹ Mestre em Educação nas Ciências. Especialista em Matemática. Graduada em Matemática e Pedagogia. Professora de matemática no Ensino Fundamental e Médio e, Coordenadora Pedagógica dos Cursos Técnicos no Centro Educacional Machado de Assis Assis. E-mail: catiabullmann@fema.com.br

² Especialista em Automação Industrial e Robótica, Especialista em Tecnologia e Projeto de Banco de Dados, Especialista em Docência do Ensino Superior, Educação Profissional e Tecnológica. Graduada em Licenciatura em Computação e Pedagogia. Professora de Informática na Rede Estadual e Municipal do Rio de Janeiro. E-mail: eri.linharess@gmail.com

³ Mestre em Educação Matemática. Especialista em TICs aplicadas à Educação. Especialista em Gestão da Aprendizagem e Metodologias Ativas: Novos Saberes. Graduada em Matemática. Professora de Matemática do Ensino Fundamental do Centro Tecnológico Machado de Assis. E-mail: morgani@femasantarosa.edu.br

⁴ Egressa do Curso de Pós-Graduação em Gestão da Aprendizagem e Metodologias Ativas: novos saberes. Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão/NPPGE. Faculdades Integradas Machado de Assis. Professora do Centro Tecnológico Machado de Assis. E-mail: rambo.geanine@gmail.com

⁵ Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Especialista em Interdisciplinaridade. Graduado em Matemática. Orientador. Coordenador do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio do Centro Educacional Machado de Assis. Professor das Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA. Discente no Curso de Pós-Graduação em Gestão da Aprendizagem e Metodologias Ativas: novos saberes/FEMA. E-mail: delcior@fema.com.br

necessidades de cada estudante. Muito além disso, o processo de formação dos professores para o trabalho com alunos especiais permite a estes conhecer a forma com a qual o aluno aprende.

Palavras-chave: Metodologias de Ensino; Educação Inclusiva; Trabalho Docente.

ABSTRACT

This essay presents the results of a qualitative research carried out with teachers from the municipal and state education, which aimed at verifying the work developed by teachers in the teaching and learning process of students with special needs. In the face of research, we sought to investigate the teaching methodologies used in the process as well as the Cognitive and Learning Styles developed by students during the process in the teachers' pedagogical action. As for methodological procedures, this qualitative research is classified as a field study, as we propose an analysis and reflection on the pedagogical actions of a group of teachers towards students with special needs in regular education. The field research was carried out by using online forms that included questions about the development of the teaching and learning process of students with special needs, with teachers who work in the elementary school are being defined as the target audience. From the research it was evidenced that the scenario of inclusive education is still a challenge in school spaces and especially for teachers. The process of pedagogical training is necessary for teaching based on methodologies that deviate from traditional teaching models and that promote the development of learning styles according to the needs of each student. Much more than that, the process of training teachers to work with special students allows them to know the way in which the student learns.

Keywords: Teaching Methodologies; Inclusive Education; Teaching Work.

INTRODUÇÃO

Ainda que temos observado evidentes avanços na educação inclusiva no Brasil, muitos educadores ainda manifestam insegurança ou até mesmo dificuldade em relação ao processo de inclusão educacional de estudantes com necessidades especiais, principalmente no que se diz a respeito no processo de adequação curricular e metodológica de maneira a evidenciar a aprendizagem do aluno.

A educação especial tem como foco os estudantes com alguma deficiência e a escola regular tem como objetivo garantir o melhor aprendizado para cada aluno considerando as suas necessidades, e para que isso ocorra de maneira eficiente, o professor deve buscar métodos que permitam que todos possam participar de

qualquer atividade desenvolvida buscando promover a equidade entre os estudantes, pensando na realidade de cada um.

Partindo desse princípio, conhecer e analisar os diferentes métodos de ensino utilizados pelos professores em suas salas de aula regulares e identificar estilos cognitivos e de aprendizagem de pessoas com deficiência, se torna de extrema importância diante do atual cenário educacional, pois servirá como base para criar estratégias para investigar como a aplicação de uma metodologia mais adequada pode influenciar num aprendizado mais significativo para pessoas com deficiência.

De acordo com Lopes (2002 *apud* Junior, 2022) os estilos cognitivos se relacionam com as estratégias de raciocínio e processamento das informações, enquanto os estilos de aprendizagem, com características de aprendizagem e a forma como as pessoas interagem com as condições sob as quais processam as informações.

Neste sentido, este trabalho refere-se a uma pesquisa qualitativa a qual, por meio de um formulário online disponibilizado para professores da rede municipal e estadual de ensino, objetivou responder a seguinte problemática: Como adaptar o currículo e a metodologia de ensino para trabalhar com o aluno da educação inclusiva em sala de aula regular a fim de identificar os diferentes estilos cognitivos de aprendizagem?

Frente ao exposto, serão socializados o contexto da pesquisa e o percurso metodológico delimitado para este estudo e, na sequência, passamos a discorrer sobre os desafios do trabalho docente para com alunos com necessidades especiais em uma sala de aula regular de ensino e os resultados obtidos através do formulário on-line de modo a verificar as estratégias metodológicas e os estilos de aprendizagens construídos pelos estudantes no processo.

1 O TRABALHO DOCENTE DIANTE DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E A FORMAÇÃO DOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM

De acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a educação especial pode ser definida como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996, p. 21).

No contexto da educação inclusiva, é aconselhável que o ponto de partida, do processo de ensino-aprendizagem, seja as peculiaridades do indivíduo com foco em suas potencialidades. É preciso que os educadores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações. Segundo Gomes,

Existem diversos fatores que podem interferir negativa ou positivamente no processo de aprendizagem do aluno. Entre eles, destacam-se aspectos ambientais, econômicos, sociais, afetivos, psicológicos, emocionais e familiares. Fatores como condições habitacionais, sanitárias, de higiene e de nutrição também são considerados determinantes para a aprendizagem do aluno na escola e fora dela. São condições fundamentais para que a criança tenha a sua saúde preservada e mantenha as condições físicas e psicológicas necessárias à aprendizagem (Gomes, 2018, p. 1).

Maia (2010 *apud* Piaget, 1974) que concentrou seus estudos no desenvolvimento da inteligência como fator interno em cada indivíduo, não descartou a influência do ambiente no desenvolvimento cognitivo da criança.

Sobre a perspectiva que a proposta curricular deve ser uma só para todos os alunos, sob outra perspectiva, é essencial que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um, pois cada indivíduo é único, possuindo um ritmo e uma forma característica de aprender. Dessa maneira, se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os alunos, com e sem deficiência.

Oliveira (2016 *apud* Thompson e Crutchlow, 1993) definiu os estilos de aprendizagem como a forma preferida de alguém interagir com as situações de aprendizagem, ou seja, nem todos os seus alunos aprendem da mesma forma, cada um possui um jeito diferente e aprende de maneira singular.

Com base nisso, alguns autores e estudiosos desenvolveram teorias para classificar estes estilos com base em habilidades cognitivas. O que gerou várias tentativas de classificação de estilos de aprendizagem e com base em teorias já existentes neste artigo vamos utilizar as teorias proposta por Felder e Silverman, que desenvolveram um modelo que defende a tese de que cada aluno pode ser classificado de acordo com um polo de cada uma das seguintes dimensões.

Quadro 1 - Estilos e dimensões de Aprendizagem.

Dimensões	Estilos de aprendizagem
Percepção	sensorial ou intuitivo
Entrada	Visual ou verbal
Processamento	Ativo ou reflexivo
Entendimento	Sequencial ou global

Fonte: (Pereira; Vieira Junior, 2013).

De acordo com Pereira,

(...) diferencia os indivíduos que gostam de lidar com a informação através da experimentação ou da observação (“Ativos” e “Reflexivos”), que têm mais facilidade de aprender por observação ou por introspecção (“Sensoriais” e “Intuitivos”), através de informações gráficas, ou escritas e faladas (“Visuais” e “Verbais”), e que preferem a informação disposta de modo ordenado, indo progressivamente do específico para o geral ou que aprendem mais facilmente quando o assunto é apresentado do geral para o específico (“Sequenciais” e “Globais”) (Pereira, 2018. p. 4).

Os estilos de aprendizagem representam as diversas maneiras de perceber, processar e organizar as informações, onde estes vêm para reforçar a um dos princípios da educação inclusiva, todo indivíduo tem a capacidade de aprender, sejam quais forem suas particularidades intelectuais, sensoriais e físicas. No entendimento de Lange,

Administrar as diferenças e saber lidar com tipos de alunos distintos é um grande desafio para todos os envolvidos na gestão de uma instituição de ensino. [...] Administrar todas essas diferenças e promover um ambiente de convivência harmoniosa é algo que precisa estar no radar dos gestores da escola, pois isto é algo que pode afetar diretamente o andamento das aulas, a satisfação de alunos e professores e consequentemente a execução do planejamento político pedagógico. Esta não é uma tarefa fácil, e não há fórmulas mágicas que garantam que a escola saberá lidar de forma ideal com cada tipo de aluno. Porém, entender que as diferenças fazem parte do cotidiano é um primeiro passo importante (Lange, 2022, n.p).

A escola é que, na maioria das vezes, não está acostumada a lidar com a diferença, desse modo, não oferecem estratégias pedagógicas que favoreçam a criação de vínculos, as relações de troca e o acesso ao conhecimento.

Por isso é fundamental avaliar cada situação, com o intuito de buscar meios para garantir que o processo de inclusão ocorra de maneira efetiva e consequentemente o aprendizado, independentemente do laudo que o acompanha.

Conhecendo os estilos de aprendizagem de cada indivíduo, fica mais fácil adaptar o planejamento e metodologia de ensino. Elaborando estratégias e organizando os recursos pedagógicos e de acessibilidade para a eliminação das barreiras para que haja a participação ativa de cada aluno, levando em consideração as necessidades específicas de cada um. Segundo Schmitt e Domingues,

Apesar da variedade de modelos, os conceitos de estilos de aprendizado vêm ganhando crescente atenção dos educadores. Estes fornecem uma caracterização suficientemente estável para planejar estratégias pedagógicas mais eficazes em relação às necessidades dos estudantes, e fornecem melhores oportunidades de aprendizado, dando assim, um novo sentido ao ensino (Lopes, 2002 *apud* Schmitt; Domingues, 2016, p. 4).

No entendimento de Lizote *et al.*, (2019) os estilos de aprendizagem desempenham um papel crucial na efetividade do relacionamento entre professores e alunos, especialmente para os educadores, pois lhes permitem planejar sua abordagem de ensino de acordo com as preferências de aprendizagem dos estudantes. Independentemente da disciplina, é fundamental que o professor leve em consideração o planejamento da sua prática pedagógica e os objetivos de aprendizagem ao escolher a estratégia mais adequada no contexto educacional. Nos últimos 30 anos, tem-se observado um aumento significativo no interesse pelos estilos de aprendizagem, com muitos estudos visando aprimorar o desenho institucional dos cursos e compreender melhor os processos de aprendizagem dos alunos.

Corriqueiramente é natural que a estratégia de ensino de um professor esteja vinculada a sua própria forma de aprendizagem e, dessa maneira, quando a forma de aprendizagem dos seus alunos se diferencia da estratégia de ensino utilizada, as dificuldades de compreensão aparecem, e os conteúdos não são abordados de forma expressiva. Conhecendo a necessidade individual e especial de cada aluno, juntamente com seu estilo de aprendizagem, logo a organização e a exposição dos tópicos deverão ser bem planejadas para que o aprendizado aconteça satisfatoriamente.

Para identificar as características individuais de cada um e descobrir qual o estilo de aprendizagem cada indivíduo se identifica e conseqüentemente entender qual a melhor estratégia utiliza com cada aluno, Felder e Soloman propuseram em 1991 um teste denominado ILS (Index of Learning Styles – Índice de Estilos de Aprendizagem).

O teste se trata de um questionário com diversas perguntas relacionadas a forma com a qual você consegue assimilar melhor um determinado conteúdo, quais as estratégias que você utiliza na hora de estudar.

Conforme apresentado no Quadro 1, as dimensões exibem estilos como polos contrapostos, no entanto, isso não significa que o indivíduo não possa apresentar interesses em apenas um estilo. Por isso existe uma graduação, onde cada pessoa pode ser disposta em uma escala forte, moderada ou fraca e, quando relacionamos o estilo de aprendizagem às síndromes ou transtornos apresentados o aprendizado ocorre de forma mais significativa, uma vez que os materiais e estratégias trabalhadas estarão de acordo com o estilo de aprendizagem de cada um.

2 METODOLOGIA

Para a análise das percepções e aprendizados da pesquisa desenvolvida utilizou-se da pesquisa qualitativa. Esta promove o contato direto do pesquisador com o grupo de participantes e que o professor em seu papel de pesquisador busca “captar” o fenômeno em estudo mediante a perspectiva dos sujeitos nele envolvidos.

Segundo D’Ambrósio (2004, p. 12), “a pesquisa qualitativa, também chamada pesquisa naturalística, tem como foco entender e interpretar dados e discursos, mesmo quando envolve grupos de participantes”.

Considerando os estudos bibliográficos realizados e a amostragem escolhida para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, esta se define em um estudo de caso o qual é caracterizado por investigações e coleta de dados junto a um grupo de pessoas. De acordo com Yin,

[...] enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que de pontos de dados, e, como resultado, baseia-

se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados (Yin, 2005, p. 33).

A pesquisa de campo ocorreu através de formulários online que contemplavam perguntas acerca do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades especiais, sendo delimitado como público-alvo professores que atuam nos anos escolares do Ensino Fundamental II. Cabe ressaltar que para a análise dos dados foram utilizados nomes fictícios durante de modo que a identidade dos participantes não fosse revelada, tendo assegurados a confidencialidade dos dados durante toda a pesquisa.

Como procedimento de elaboração da entrevista, as questões foram construídas a partir do problema de pesquisa, levando em consideração o objetivo geral do estudo. Dentre as 19 questões norteadoras, que compuseram a entrevista tem-se: Qual o componente curricular que ministra?; Há quanto tempo é docente de rede municipal ou estadual?; Aproximadamente quantos alunos especiais há em cada turma que você atua enquanto docente? ; Qual(is) é a principal deficiência dos alunos especiais com quem você trabalha?; O sistema de ensino em que atua oferece aos professores algum tipo de complementação curricular para que os mesmos possam trabalhar adequadamente com os alunos especiais?; Como se dá sua atuação dos profissionais AEE em sala de aula?; Faz uso de diferentes metodologias e recursos didáticos no processo de ensino e aprendizagem com os alunos especiais? Se sim, quais?; São muitos os fatores que influenciam a relação ensino aprendizagem como, por exemplo, os ambientais, físicos, emocionais, cognitivos, sociais, etc. Muitas também são as metodologias de ensino e aprendizagem. Talvez, um dos poucos consensos é que cada indivíduo possui um ritmo e forma característica de aprender. Neste sentido, você conhece os estilos de aprendizagem? e, Qual é o papel da escola em identificar os tipos de aprendizagem e para um melhor desempenho escolar dos alunos especiais?

O processo da Análise de Dados se define em organizar, resumir e interpretar as medidas das variáveis da melhor maneira possível. Para tanto, se faz necessário construir um arquivo de dados, com as principais características. Neste sentido, os

dados coletados foram tabulados e analisados na ferramenta do Windows, Excel por meio da construção de uma planilha eletrônica e a interpretação gráfica dos dados.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

No campo da educação, se torna histórica a discussão sobre metodologias de ensino que possam ser utilizadas no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula. Todavia, no âmbito da educação especial este processo também se faz necessário, principalmente ao considerar a educação inclusiva nas escolas. De acordo com Oliveira, et al,

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula.[..] Apesar dos avanços dos ideários e de projetos político-pedagógicos, muitas instituições de ensino ainda não implementaram ações que favoreçam a formação de seus professores para trabalharem com a inclusão (Oliveira, *et.al.*, 2012, p. 3).

Neste sentido, inúmeros docentes se encontram em busca de conhecimentos e pesquisas que possam construir novas possibilidades diante do processo de ensino e que permitam o protagonismo e autonomia do estudante com deficiência.

A partir da Lei n. 9.394/96 entende-se que a inclusão da pessoa com deficiência no espaço escolar se caracteriza como um processo que exige planejamento e participação o qual deve acontecer de forma singular por parte de cada educador que compõem a instituição. Desta forma, é papel do professor buscar pelo desenvolvimento contínuo do ensino-aprendizagem, tendo como referência a elaboração do projeto pedagógico da escola, a execução das práticas inclusivas no sistema escolar conforme as leis educacionais, e principalmente oferecer estratégias metodológicas que tornem flexível o processo de ensino de modo a atender às diferenças individuais e as peculiaridades da aprendizagem.

No que tange aos Estilos de Aprendizagem, estes estão relacionados à forma pela qual os estudantes integram as condições de aprendizagem, considerando aspectos cognitivos, afetivos, físicos e ambientais que podem favorecer o

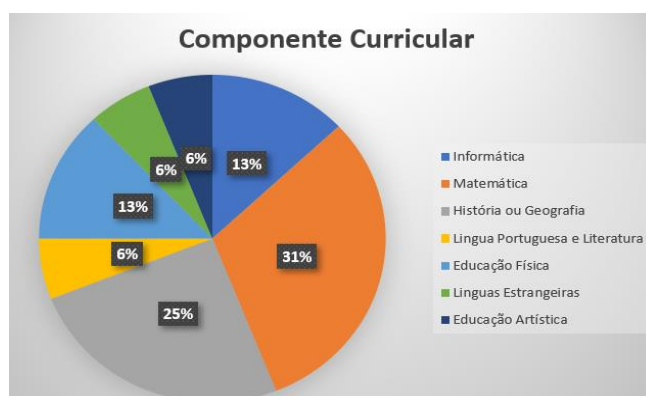
processamento de informações no processo de aprendizagem (Freitas; Carvalho, 2013).

Diante das análises da entrevista realizada com professores da rede municipal de ensino com o intuito de investigar em sua ação pedagógica as metodologias de ensino utilizadas no processo bem como os Estilos Cognitivos e de Aprendizagem desenvolvidos pelos estudantes no decorrer do processo, quando perguntados da eventual incompatibilidade na sala de aula em relação aos estilos de ensino do professor e os estilos de aprendizagem dos alunos, 70% responderam que esta incompatibilidade existe.

Diante disso, percebe-se que ainda há necessidade de formação dos professores para desenvolver um trabalho que seja o suficiente para garantir uma aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

O Gráfico 1 a seguir mostra a diversidade da formação por parte dos professores que responderam ao questionário o que indica que não importa o componente curricular, o processo de adaptação e a busca por metodologias de ensino que permitam o desenvolvimento da aprendizagem cognitiva do estudante se faz necessário.

Gráfico 1 - Componentes curriculares ministrados pelos professores entrevistados.



Fonte: produção dos pesquisadores, 2022.

Considerando o contexto e o público de análise do referido trabalho, ou seja, alunos com necessidade especiais no contexto escolar, pode-se refletir, conforme Vygotsky, acerca do processo de apropriação do conhecimento e o desenvolvimento do homem através das experiências com o meio social e as interações com o ser humano.

Rego (2013, p. 93) afirma, [...] a premissa é de que o homem se constitui como tal através das interações sociais, portanto é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura. É por isso que seu pensamento costuma ser chamado de sociointeracionista.

Assim, este processo interacionista pode ocorrer em qualquer área da educação permitindo ao professor compreender as características dos discentes.

Quando os docentes foram questionados acerca de se sentirem preparados para atuar no processo de inclusão, 50% disseram se sentir preparados e outros 50%, não.

A inclusão da pessoa com necessidade educacional nas salas ditas regulares exige dos professores que estes passem ou tenham passado por uma formação específica no que refere a Educação Especial e que também durante suas aulas façam adaptações necessárias em seu material didático para que haja de fato o processo de ensino aprendizagem eficiente (Cardinali; Ferreira, 2010, *apud* Carvalho, *et al*, 2018, p. 5).

Ao mesmo tempo, 87% do sistema de ensino em que estes professores atuam, não oferece algum tipo de complementação curricular para que os mesmos possam trabalhar adequadamente com os alunos especiais. É neste momento que se percebe a fragilidade em nosso sistema de ensino, o qual necessita de reformulações diante das transformações sociais e dos modelos educacionais que priorizam novas metodologias repensando a formação de professores, levando em consideração a diversidade dos estudantes. Esta formação precisa ser baseada nos saberes e nas práticas dos educandos, baseada na identificação dos estilos de aprendizagem e, sobretudo, na colocação dos sujeitos em lugar de protagonismo no processo de aprendizagem.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2009) o Atendimento Educacional Especializado (AEE) se desenvolve por meio de um conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade que compõem a escolarização dos alunos com necessidades especiais que se encontram em salas em salas regulares de ensino. Quando indagados sobre o apoio do AEE na escola em que atuam e como ocorre este trabalho 56% dos professores responderam ter o apoio de algum profissional para o desenvolvimento das atividades. Dentre estes, 43%

têm o trabalho do professor do AEE de forma complementar com o seu trabalho com a classe comum e 13%, o professor do AEE trabalha de forma individual com os alunos.

Em relação ao uso de metodologias e recursos didáticos no processo de ensino e aprendizagem, 25% dos professores responderam que não utilizam e um dos motivos apresentados para isto é a falta de formação pedagógica. Os demais, 75%, fazem o uso dos mesmos justificando estar sempre buscando conhecer novas metodologias e recursos de maneira individual por meio de capacitações.

Como mostra o Gráfico 2, diferentes deficiências foram identificadas na pesquisa. De acordo com as especificidades de cada aluno passa a desenvolver os estilos de aprendizagem, ou seja, desenvolve ações relacionadas à percepção, ao processamento e a organização de informações diante do processo de ensino.

Gráfico 2 - Deficiências identificadas nos estudantes dos professores entrevistados.



Fonte: produção dos pesquisadores (2022).

Quando questionados sobre qual o papel da escola em identificar os tipos de aprendizagem e para um melhor desempenho escolar dos alunos especiais, 62,5% dos entrevistados disseram conhecer o estilo de aprendizagem de cada aluno de educação especial, proporciona um ambiente mais propício ao aprendizado, uma vez que, as estratégias e atividades desenvolvidas levarão em consideração a forma de aprendizado. Outros, 31,3% dos entrevistados, destacaram a importância de conhecer os estilos de aprendizado no momento de planejamento de suas aulas, para que assim possam variar os estímulos de acordo com as necessidades especiais. E 6,2% dos

entrevistados ressalta a importância de monitores para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Acerca da prática em sala de aula, a maior parte dos professores entrevistados relataram que sempre procuram realizar atividades diversificadas, proporcionando aprendizagem de acordo com o seu tempo e ritmo de cada aluno, preparando atividades reduzidas, buscando de maneira individual, estratégias para burlar as dificuldades encontradas em sala que não são poucas. Os estudantes têm graus diferentes de necessidades, muitos incluídos não querem participar em sala de aula, as turmas com um número expressivo de alunos e mesmo sem muito apoio externo, entre outros desafios.

Uma das alternativas para minimizar essas dificuldades e tornar o aluno de educação especial uma agente mais ativo dentro da sala de aula é o conhecimento dos estilos de aprendizagem por parte dos professores e entender os diferentes perfis dos sujeitos, e desse modo, incluir recursos que abranjam todos eles em suas aulas, o que traz diversos benefícios tanto para os alunos regulares tanto quanto para os alunos incluídos.

Embora em um primeiro momento pareça desafiador, há ferramentas disponíveis que tornam mais fácil a identificação dos perfis de aprendizagem, e com esses perfis traçados, é possível integrar recursos variados tende a reforçar, fortalecer o aprendizado dos alunos e tornar a abordagem mais inclusiva, uma vez que respeita as diferenças e estimula a prática de habilidades distintas.

Dentre eles destacamos o Índice de estilos de aprendizagem (Index of Learning Styles – ILS), um instrumento desenvolvido por Felder e Soloman (1991) para determinar as preferências de aprendizagem considerando quatro dimensões, baseado em modelo precursor proposto por Felder e Silverman (1988). O modelo original de Felder e Silverman considerava cinco dimensões no estilo de aprendizagem (Macarri, *et.al.*, 2021, p. 1).

À vista disso, é importante que a escola possibilite o desenvolvimento de práticas que acolham todos os perfis de aprendizagem identificados. Além disso, é de extrema importância nesse processo, o professor identificar as dimensões que tornam a aprendizagem do aluno em realidade conforme Felder e Silverman (1991) defendem e, ao mesmo tempo possam envolver inúmeras variáveis que se combinam de

diferentes formas e estão sujeitas à influência de fatores externos, internos, individuais e sociais do sujeito em aprendizagem.

CONCLUSÃO

O cenário da educação inclusiva requer muito mais que o reconhecimento das necessidades individuais dos sujeitos por parte dos educadores. O docente necessita de ousadia e sabedoria para promover um aprendizado significativo. Para além disso, a formação pedagógica é essencial para o comprometimento do trabalho docente no que diz respeito à busca por diferentes estratégias metodológicas e recursos didáticos a serem utilizados em sala de aula proporcionando com qualidade e eficácia o ensino.

A partir da pesquisa pode-se evidenciar que os professores passam por constantes desafios diante de alunos com necessidades especiais em uma sala de aula regular. A busca pelo aperfeiçoamento do conhecimento muitas vezes parte do professor, pois não há na escola o profissional do AEE para auxiliar no processo ou até mesmo a disponibilidade de cursos de formação que pudessem complementar a prática docente. No entanto, percebe-se a necessidade de uma prática pedagógica que integre o uso de diferentes metodologias de ensino as quais permitem ao aluno o protagonismo diante do processo de ensino e aprendizagem e além disso, o desenvolvimento de habilidades que por muitas vezes passam despercebidas.

Independente do conhecimento dos professores acerca dos estilos de aprendizagem conforme identificado na entrevista realizada, é notório a necessidade da caracterização dos mesmos durante o processo de planejamento e a prática, de modo a fornecer oportunidades de aprendizado, dando assim, um novo sentido ao ensino e a aprendizagem dos estudantes. Desta forma, é preciso lutar por um cenário educacional que reconhece a importância de um trabalho docente qualificado em uma sala de aula regular, acompanhado de diferentes metodologias de ensino e estilos de aprendizagem que asseguram uma educação de qualidade a todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

CARVALHO, R. Da S. et al. **O Processo de Ensino e Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educacionais Específicas: metodologias e práticas dos professores de biologia.** Anais V CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/48229>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FELDER, R. M.; SOLOMAN. B. A. Index of learning styles questionnaire. North Carolina State University, Raleigh, 1991. In: VIEIRA JUNIOR, N. **Metodologias de Ensino e Aprendizagem.** Arcos, 2019.

FREITAS, J. M. A de; CARVALHO, A. B. G. Estilos de aprendizagem no virtual: as preferências do discente no ensino superior a distância. Revista **Estilos de Aprendizagem**, nº 11, Vol 11, abril de 2013. Disponível em: <http://www.uned.es/revistaestilosdeaprendizaje/numero_11/articulos/articulo_16.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GOMES, M. M. **Fatores que Facilitam e Dificultam a Aprendizagem.** Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/14/fatores-que-facilitam-e-dificultam-a-aprendizagem>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

LANGE, C. H. **Tipos de Alunos: como lidar com os diferentes comportamentos em sala de aula?** Disponível em: <<https://www.sponte.com.br/5-dicas-para-lidar-com-diferentes-tipos-de-alunos/>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

LIZOTE, S.A et al. **Estilos de Aprendizagem, Desempenho Acadêmico e Avaliação Docente.** Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4775/477556753014/html/>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

LOPES, W. M. G. ILS – Inventário de Estilos de aprendizagem de Felder-Soloman: investigação de sua validade em estudantes universitários de Belo Horizonte. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. In: VIEIRA JUNIOR, N. **Metodologias de Ensino e Aprendizagem.** Arcos, 2019.

MACCARI, A. P. **Alterações nos Resultados de Estilo de Aprendizagem e de Preferência Dentro dos Pólos das Dimensões Percepção e Entendimento do Teste N-ILS Considerando Diferentes Áreas do Conhecimento.** Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/6/alteracoes-nos-resultados-de-estilo-de-aprendizagem-e-de-preferencia-dentro-dos-polos-das-dimensoes-percepcao-e-entendimento-do-teste-n-ils-considerando-diferentes-areas-do-conhecimento>>. Acesso em: 03 dez. 2022.

MAIA, Z. **Fatores Externos e Internos que Influenciam no Rendimento Escolar.** Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/68589/E%20-%20ZENAIDE%20MAIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

OLIVEIRA, E. S, et al. **Inclusão Social: professores preparados ou não?** Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2224>>. Acesso em: 03 dez. 2022.

OLIVEIRA, K, et al. **Estilos de Aprendizagem e Condições de Estudo de Alunos de Psicologia.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612016000100004>. Acesso em: 10 set. 2022.

PEREIRA, C, et al. **Autoeficácia e Estilos de Aprendizagem:** um estudo comparativo entre os alunos que frequentam o ensino artístico especializado da música e os alunos que frequentam o ensino regular. <Disponível em: <http://convergencias.esart.ipcb.pt/?p=article&id=318>>. Acesso em: 25 out. 2022.

REGO, T. C. **Vygotsky:** uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, Vozes, 2013.

SCHIMITT, C. da S.; DOMINGUES, M. J. C. de S. **Estilos de Aprendizagem:** um estudo comparativo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/CgyjHL3TRXbgwRdWphLbcks/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

YIN, R.K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Ed. Bookman. Porto Alegre. 2005.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE MARKTING DIGITAL UTILIZADAS POR UMA EMPRESA DE *E-COMMERCE*: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA FOUR INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA

Pietra Wachholz Fernandes¹
Jonas Bordim²

RESUMO

Atualmente, as estratégias de marketing digital representam um papel fundamental para as empresas que buscam por sucesso. Desta forma, este trabalho de conclusão de curso busca abordar sobre as principais estratégias de marketing digital utilizadas pela empresa de e-commerce Four Intermediação de Negócios Ltda., localizada em Santa Rosa, RS. O objetivo deste trabalho foi identificar as principais estratégias de marketing digital utilizadas por uma empresa de e-commerce na plataforma Instagram, com o intuito de impulsionar o alcance e o crescimento digital. O problema motivador estudo tratou sobre como as estratégias de marketing digital podem contribuir para o crescimento da empresa estudada? Buscando responder o problema, conduziu-se um estudo sobre diversos temas, os quais compõem o referencial teórico e tratam principalmente sobre o conceito de marketing digital, as estratégias de marketing digital utilizadas por empresas, a plataforma Instagram e seu algoritmo, e a evolução do e-commerce. A pesquisa se caracteriza como aplicada, qualitativa, exploratória, descritiva, explicativa, bibliográfica e estudo de caso. A partir dos resultados obtidos e análises realizadas, conclui-se que as estratégias de marketing digital utilizadas pela empresa produzem resultados positivos, porém sugestões para a melhoria podem ser realizadas, de modo a superar dificuldades, bem como atingir uma maior visibilidade e engajamento.

Palavras-chaves: Marketing Digital; Estratégias; E-commerce.

ABSTRACT

Nowadays, the digital marketing strategies plays a fundamental role to companies who search for success. Therefore, this final Project seeks to approach the main digital marketing strategies used by the e-commerce company Four Intermediação de Negócios Ltda, located in Santa Rosa, RS. The aim of this study was to identify the main digital marketing strategies used by an e-commerce company on the Instagram App, with the purpose of boosting the range and the digital growth. The issue motivating this study was how the digital marketing strategies can contribute to the growth of the company studied? In order to answer the issue, a study about different topics was conducted, which makes the theoretical frame of reference and deals mainly with the concept of digital marketing, the digital marketing strategies used by

¹ Acadêmica do Curso de Administração – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. pietrawachholz16@gmail.com

² Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor dos Cursos de Administração, Recursos Humanos, Gestão de TI e Gestão da RH. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

companies, the Instagram App and its algorithm and the development of e-commerce. This research is characterized as applied, qualitative, exploratory, descriptive, explanatory, bibliographic and case study. Lastly, from the results obtained and the analysis carried out, it was concluded that the digital marketing strategies used by the company produces positive results, albeit suggestions for improvement can be made, in order to overcome difficulties and enhance the visibility and engagement.

Keywords: Digital Marketing; Strategies; E-commerce.

INTRODUÇÃO

Em um mercado cada vez mais competitivo e com o avanço tecnológico constante, as empresas estão compelidas a oferecer serviços de qualidade, ao mesmo tempo que é necessário que estejam presentes nas redes sociais, produzindo conteúdo relevante para o público que está presente neste ambiente. Dessa forma, nas redes sociais, o êxito de uma empresa está condicionado às estratégias de marketing digital que ela opta por utilizar para alcançar seus objetivos, seja aumentar as vendas, promover o engajamento ou dar mais destaque à empresa.

À vista disto, o presente estudo tem como tema a análise das principais estratégias de marketing digital utilizadas por uma empresa de e-commerce de Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Assim, pesquisou-se as estratégias de marketing digital já aplicadas pela empresa na plataforma Instagram. Com base nessa pesquisa, objetivou-se identificar maneiras de maximizar o potencial das estratégias utilizadas e impulsionar o engajamento e crescimento digital da referida empresa.

A questão problema que este artigo busca responder é: como as estratégias de marketing digital podem contribuir para o crescimento da empresa estudada?

Esse tema se justifica, pois, o marketing digital possui grande relevância para as empresas que desejam alcançar um público maior e expandir. Para que isso aconteça, é necessário compreender quais estratégias seriam mais adequadas para cada empresa. Desse modo, estudar o tema e analisar as estratégias de marketing digital torna-se pertinente para qualquer organização, pois é por meio dela que é possível identificar as necessidades da empresa.

O presente estudo tem por objetivo geral: identificar as principais estratégias de marketing digital utilizadas por uma empresa de e-commerce na plataforma

Instagram, com o intuito de impulsionar o alcance e o crescimento digital da empresa em questão; sendo que especificamente buscou-se compreender as estratégias de marketing digital já utilizadas pela empresa e necessidades; analisar as ferramentas que compõe a plataforma Instagram e como potencializar o engajamento e presença desta nas redes sociais.

Dessa forma, a fim de cumprir os objetivos iniciais, à metodologia adotada neste estudo, no que diz respeito à sua natureza, é a abordagem de pesquisa aplicada. Quanto ao tratamento dos dados, essa pesquisa é de natureza qualitativa para o momento de coleta de dados. Além disso, empregaram-se as pesquisas de caráter descritivo, explicativo e exploratório. Em relação aos tipos de pesquisa, foram conduzidas investigações bibliográficas e um estudo de caso.

O primeiro capítulo deste estudo abrange o referencial teórico, no qual são examinados os aspectos essenciais para o embasamento e desenvolvimento da pesquisa, que envolvem as estratégias de marketing digital, a plataforma *Instagram* e o *e-commerce*. Entre os principais autores que compõe o referencial teórico estão Kotler; Kartajaya; Setiawan (2017), Assad (2016), Yanaze; Almeida; Yanaze (2022), Belmont (2020) e Terra (2021) entre outros.

O segundo capítulo apresenta a metodologia empregada na elaboração desta pesquisa. Essa seção engloba a classificação da pesquisa, que se caracteriza como aplicada, qualitativa, dedutiva, exploratória, explicativa, bibliográfica e estudo de caso. Na obtenção de dados, utilizou-se a documentação direta e indireta e a análise e interpretação dos resultados foram conduzidas seguindo a abordagem dedutiva.

O terceiro capítulo engloba a análise e diagnóstico dos dados obtidos por meio da entrevista, propondo sugestões para melhoria das estratégias de marketing digital. Além disso, são expostas as visões da autora sobre a implementação e defesa das medidas recomendadas.

Por fim, a conclusão da pesquisa é apresentada, aderindo à configuração do estudo de caso realizado pela autora, desempenhando um papel crucial na avaliação dos conhecimentos obtidos. Também, são tratados os resultados provenientes das pesquisas e são enfatizadas as considerações relevantes debatidas ao longo do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo apresenta-se o referencial teórico da pesquisa, que possui foco no marketing digital na plataforma *Instagram*. Desse modo, serão abordados os conceitos e características do marketing digital, bem como uma análise da plataforma *Instagram* e de seu algoritmo.

1.1 CONCEITOS DO MARKETING DIGITAL

O marketing, segundo Belmont, é uma ciência que busca entender o comportamento humano para trabalhar a geração de valor e a expectativa sobre produtos e serviços ou marcas, visando o intercâmbio com outras pessoas e passando por todos os níveis organizacionais de uma empresa (Belmont, 2020).

A partir de 1990 aconteceram algumas transformações no marketing digital com a popularização da *Internet*, o qual passou a incluir estratégias existentes nessa ferramenta e utilizando-a como base para processos de compra ou comparação de produtos, fazendo com o que o consumidor se tornasse mais ativo e a necessidade de ir até o vendedor diminuísse (Estefani; Oliveira, 2019).

A evolução do marketing, segundo Gabriel, “acompanha a evolução do comportamento humano, que, por sua vez, acompanha a evolução da tecnologia” (Gabriel, 2020, p. 1). Yanaze *et al* traz que o marketing “pode ser entendido como conhecimento e a definição de determinado bem ou serviço e a forma como eles são elaborados e disponibilizados no mercado, podendo assim ser definido como o planejamento adequado da relação produto-mercado ” (Yanaze *et al*, 2022, p. 15).

Belmont complementa que o marketing digital deve ser entendido como uma ferramenta fundamental que visa intensificar os entregáveis, como a captação de novos clientes e exploração de novos mercados, e que tem como principal função complementar a estratégia de marketing global da empresa (Belmont, 2020).

A vista disso, ao abordar o assunto de marketing digital, aborda-se também sobre relacionamento, engajamento, histórias e desejos dos clientes que agora passam a ser o centro da internet, os quais possuem intenções e necessidades que devem ser atendidas (Souza, 2012).

Assim, é possível compreender como o marketing digital vem para somar dentro do ambiente empresarial, já que contribui para o maior alcance de possíveis clientes, indo além das lojas físicas, para a melhor divulgação de produtos presentes no mercado e fortalecimento do relacionamento com o público-alvo, bem como auxiliar as empresas a conquistarem os objetivos presente em seus planos de negócio.

1.2 ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL ADOTADAS NAS EMPRESAS

Com o início das plataformas digitais, as empresas entendiam que eram ditadoras da inovação, a qual exercia um papel vertical ao ir de dentro da empresa para o consumidor, hoje, a inovação desempenha um papel horizontal, vindo do mercado para dentro da empresa, fornecendo ideias e possibilitando a captação e comercialização dessas ideias pelas empresas (Kotler *et al*, 2017).

Visando aumentar o valor da experiência geral do cliente e acompanhando as constantes transformações no digital, como o crescimento exponencial do marketing das mídias sociais, se inicia a utilização de ferramentas que simulam o comportamento do ser humano para que a identificação de quais tecnologias de marketing podem adicionar valor e melhorar o desempenho do profissional (Kotler *et al*, 2021).

Dentre as estratégias de marketing digital utilizadas pelas empresas, pode-se destacar a geração de conteúdo. Quanto a geração de conteúdo, as demandas e anseios dos públicos, tanto internos quanto externos, avançaram conforme o tempo foi passando, tal como as relações humanas. Simultaneamente, expandiram-se os canais e a quantidade de dados e informações (Assad, 2016).

A geração de conteúdo pode ser entendida como táticas de comunicação através das quais as organizações estabelecem interação com seu público-alvo a fim de expandir sua teia de conexões com clientes já existentes e os em potencial através da elaboração e compartilhamento de conteúdo relevante e atrativo, atraindo o interesse, fomentando a participação e gerando uma imagem favorável da marca e, dessa maneira, impulsionar maior volume de transações comerciais (Yanaze, 2021).

Assim, compreende-se que ao tratar-se do marketing digital, há algumas estratégias que desempenham um papel primordial, tais como a geração de conteúdo e a utilização dos influenciadores, as quais visam potencializar as vendas, a

divulgação da marca, criar um relacionamento com o cliente e tornar a marca conhecida através das redes sociais, principal meio utilizado pelo cliente.

1.3 O *INSTAGRAM* E SEU ALGORÍTIMO

O Instagram, adquirido pelo *Facebook*, surgiu em 2010 como uma plataforma exclusiva para dispositivos *iOS* e somente em 2012 foi lançada a versão para *Android*. Seu principal objetivo é permitir o compartilhamento instantâneo de fotos e vídeos para serem visualizados por amigos, conhecidos como seguidores (Estefani; Oliveira, 2019). Atualmente, o Instagram desponta como a plataforma de maior importância global, contando com mais de um bilhão de usuários. O Brasil ocupa a segunda posição em número de usuários ativos mensais, totalizando mais de 95 milhões de pessoas nesta rede social (Terra, 2021).

De acordo com o blog do Instagram, se tratando do algoritmo, a plataforma não dispõe de um algoritmo exclusivo que defina o que as pessoas visualizam ou não ao utilizar o aplicativo. Na realidade, o Instagram utiliza múltiplos algoritmos, classificadores e procedimentos, cada um com uma finalidade distinta. Seu principal objetivo é possibilitar que o usuário aproveite plenamente o seu tempo no Instagram, utilizando ferramentas para customizar a experiência através da tecnologia (Instagram, 2023). Dessa forma, compreender o algoritmo no aspecto estratégico é essencial, uma vez que é necessário satisfazer tanto as pessoas quanto o algoritmo, a fim de garantir o sucesso da sua marca no Instagram (Terra, 2021).

O tráfego orgânico é uma abordagem na qual não há investimento financeiro no *post*, empregando-se outras estratégias para alcançar o consumidor. Uma dessas estratégias é o uso de *hashtags*, que atuam como conectores de pesquisa para os usuários. As *hashtags* são utilizadas pelo Instagram como um recurso para facilitar a pesquisa dentro do aplicativo, tendo em vista que elas ajudam a organizar e classificar as publicações, direcionando pesquisas ao perfil correspondente (Estefani; Oliveira, 2019).

À vista disso, percebe-se que todas as ferramentas possuem uma forma de dar retorno para a empresa, seja através de métricas ou impressões, o que possibilita a empresa a realinhar estratégias que não estão possuindo um bom desempenho ou,

bem como alcançar cada vez mais uma área maior de clientes, que estão sendo atingidos tanto pela geração de conteúdo da empresa a rede, quanto por outras estratégias de marketing digital sendo utilizadas.

1.4 A EVOLUÇÃO DO *E-COMMERCE*

O surgimento da Internet possibilitou uma revolução na forma de realizar as vendas com o surgimento do e-commerce. Esse novo formato, que teve início na década de 1990 nos Estados Unidos, transformou as transações de bens, serviços e informações entre empresas e clientes no ambiente eletrônico. Assim, o comércio eletrônico cresceu rapidamente devido ao aumento do acesso à Internet, à confiança dos consumidores e aos benefícios para empresas e clientes (Mendes, 2013).

Nas redes sociais, há inúmeras oportunidades de negócios esperando para serem exploradas, e é altamente provável que uma pesquisa de preços na internet não apenas ofereça o menor valor, mas também o melhor produto disponível. Embora haja uma limitação ocasionada pelo “analfabetismo digital” de parte da população, o e-commerce está se destacando rapidamente entre uma geração que veio ao mundo com o computador em suas mãos (Teixeira, 2015).

O comércio eletrônico também conhecido por e-commerce, é uma forma de comércio em que as transações financeiras ocorrem por meio de dispositivos e plataformas eletrônicas, como computadores e celulares (Riveros, *et al*, 2017). Castro complementa que pode ser definido como o conjunto de operações de compra e venda de produtos ou serviços por meio eletrônico, ou seja, transações de natureza econômica realizadas através de meios digitais (Castro, 2000).

Com o avanço tecnológico, bem como o aumento da presença digital em todo o mundo, o e-commerce cresceu rapidamente. Com o e-commerce já crescendo, a pandemia de Covid- 19 foi mais um marco, já que com a pandemia, as pessoas foram impedidas de sair de casa e não tiveram outra opção além de comprar o que necessitavam em plataformas online. Depois disso, o comércio eletrônico tornou-se um hábito e não uma obrigação para os consumidores, tanto para suas necessidades hedônicas quanto para suas necessidades diárias (Geçit; Toraman, 2022).

No mundo, mudanças ocorrem o tempo todo, as quais são aceleradas pelo desenvolvimento das tecnologias da internet e o crescimento exponencial dos dados (Pärssinen *et al.*, 2018). Dessa forma, o termo Metaverso tem ganhado destaque no mundo da tecnologia desde 2021. Refere-se a um mundo tridimensional habitado por avatares criado por pessoas reais, e se tornou um dos termos tecnológicos mais populares em 2021 (Kim, 2021).

À vista disso, é possível notar como o *e-commerce* se tornou cada vez mais popular, principalmente em época de pandemia, quando as pessoas não podiam sair de dentro das suas casas. Apesar de muitos pontos positivos, nota-se também o receio das pessoas a entrar nessa realidade, seja por medo ou por não compreender a utilidade da mesma, tendo em vista que, fora do Metaverso, por enquanto, a vida segue normalmente para muitas das pessoas que utilizam a tecnologia para demais necessidades.

2 METODOLOGIA

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

No que diz respeito à natureza da pesquisa, este artigo utilizou a abordagem teórico-empírica, considerando a possibilidade de sugerir ações de marketing digital que visem a melhoria do desenvolvimento da empresa nas redes sociais. Quanto ao tratamento de dados, classifica-se esta pesquisa como qualitativa, pois os dados foram coletados mediante entrevista com um dos sócios da empresa, a qual foi realizada em outubro de 2023.

Quanto aos objetivos da pesquisa, esta abordagem foi de caráter exploratório, descritivo e explicativo. Ela foi exploratória, uma vez que se dedicou a identificar o problema através da análise de uma determinada situação. Descritiva, pois evidenciou o ambiente digital em que a empresa está inserida, estabelecendo conexões entre as variáveis, como clientes, produto e engajamento. Por fim, explicativa, pois empenhou-se em identificar os fatores que potencializam a ocorrência de determinado evento.

Os métodos técnicos adotados neste artigo foram a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Caracterizou-se como bibliográfica, pois envolveu a consulta de

artigos e livros de terceiros já publicados, os quais foram fontes de informação e serviram como base para fundamentar a pesquisa; e como estudo de caso, pois foi realizada uma investigação com o propósito de analisar a percepção do sócio da empresa em relação às estratégias de marketing digital direcionadas ao aumento do engajamento e a criação de conteúdo por parte da empresa.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Nesse artigo, os dados apresentados foram documentados utilizando duas abordagens: a abordagem direta, por meio de uma entrevista conduzida com um dos sócios da empresa em análise, e a abordagem indireta, através de dados coletados por terceiros, como livros e relatórios que continham informações pertinentes à pesquisa.

Inicialmente realizou-se contato com a empresa, onde foi apresentado os objetivos deste estudo. Após, foi acordado que um dos sócios participaria da entrevista, a qual tinha por objetivo analisar as estratégias de marketing digital adotadas pela empresa, bem como compreender como a empresa integra o marketing em suas atividades diárias e quais estratégias dão suporte a esse processo.

Para o sócio da empresa, foram desenvolvidas onze questões abertas, visando conhecer a história da empresa, o público alvo, as ferramentas e as estratégias de marketing digital que estão sendo empregadas, com foco especial na plataforma Instagram. A aplicação da entrevista foi realizada no dia 04 de outubro de 2023 via áudios no WhatsApp, com as respostas sendo transcritas após o encerramento da entrevista.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste artigo, visando a análise e interpretação de dados, foi empregado um método dedutivo, visto que envolveu a análise de dados e a busca de solução para um problema existente, bem como a pesquisa documental que possibilitou a compreensão e condução do estudo de caso da empresa. Após a realização da entrevista, o primeiro passo constituiu na transcrição e organização das respostas,

com o objetivo de documentar de maneira eficaz os dados coletados, proporcionando assim, as respostas necessárias para o problema em estudo.

3 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

3.1 ENTREVISTA COM O SÓCIO

Com o intuito de adquirir um conhecimento mais aprofundado sobre a empresa e as estratégias de marketing digital utilizadas, foi conduzida uma entrevista com um dos sócios no dia 04 de outubro de 2023. A entrevista consistiu em perguntas abertas e permitiu a obtenção de maiores informações acerca da empresa Four Intermediação de Negócios Ltda., localizada em Santa Rosa.

A primeira pergunta buscou entender um pouco mais sobre a história da empresa e ao questionar o sócio, o mesmo trouxe que a Four Intermediação surgiu cerca de cinco anos atrás, contando o início da criação da plataforma, quando os sócios-fundadores, com o intuito de complementar a renda familiar, se lançaram em um mercado desafiador, criando uma Loja Virtual, na modalidade *dropshipping*, onde não era necessário grande investimento financeiro, manter estoque e trabalhavam com baixa margem de risco. Demorou um pouco até a empresa dar retorno, no entanto, quando optaram pelo nicho na área de calçados, vestuário e acessórios, começaram a obter lucros significativos, ocasionando o crescimento da empresa. Hoje, a Four Intermediação conta com dois sócios que auxiliam um ao outro no processo e no impulsionamento das vendas.

Quando questionado sobre o público-alvo, o sócio trouxe que é o público feminino de 20 a 30 anos, principalmente tratando do chinelo nuvem que é o carro-chefe da operação. Tratando das parcerias com *influencers* e ferramentas para a análise de dados na plataforma Instagram, o sócio trouxe que no momento a empresa não possui contrato fixo com nenhuma *influencer*, mas que ao longo do processo já possuíram entre 5 a 6 contratos com influenciadoras de 20 a 30 anos, por meio de permuta.

Também buscou-se compreender um pouco mais acerca das estratégias de marketing digital já utilizadas pela empresa e se possuem o costume de postar com

frequência. O sócio explicou que trabalham com campanhas de tráfego pago que rodam dentro das plataformas que a empresa possui – Instagram, Facebook e Google –, e que também trabalham com o *remarketing* baseado em campanhas e o e-mail marketing voltado para quem colocou produtos no carrinho e não finalizou a compra, recebendo assim um cupom de desconto. Contudo, não possuem o costume de postar com frequência nas redes sociais, que é um gargalo que o sócio destaca. A falta de postagens recorrentes gera muitos questionamentos de clientes novos nas redes sociais, por muitas vezes veem que a empresa está sem postagens regulares e acabam entendendo que a empresa está sem operação ou tem medo de comprar por fazer muito tempo que a empresa não se comunica com os clientes.

Por fim, ao sócio foi questionado se essas ferramentas e estratégias utilizadas pela empresa estão surtindo efeito conforme o esperado, superando ou deixando a desejar. De acordo com o sócio, o carro-chefe da empresa é um produto sazonal, portando apresenta gargalos onde baixa consideravelmente sua comercialização. Dessa forma, a retomada do verão é um momento delicado, tendo em vista que a empresa possui muitos gargalos em relação ao atendimento e a produção de conteúdo, pois os sócios trabalham em outras funções, além da Four Intermediação. Outra dificuldade que a empresa passa com o exterior é a da taxaço das compras, que tem dificultado bastante e aumentado os custos da empresa que paga eventuais taxas que o cliente possa ter na hora da importação. Então, atualmente, a forma como a empresa está decepciona perto do que os sócios queriam que ela estivesse. Contudo, a mesma já passa por uma reestruturação, de treinamento de pessoas e terceirização, visando a otimização dos trabalhos.

3.2 ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA

Reconhecer que a empresa possui concorrentes, bem como realizar uma análise dos mesmos é muito importante para toda empresa que busca se desenvolver bem no mercado, principalmente se atuam com produtos ou serviços semelhantes.

Tendo este conhecimento, buscou-se analisar brevemente a concorrência da empresa Four Intermediação de Negócios Ltda., onde foi considerado seis pontos principais, que são a identificação dos concorrentes, a avaliação dos produtos

ofertados, a política de preços, os canais de vendas utilizados, a presença online e a experiência dos clientes. Além disso, também foi incluído um diferencial de cada empresa que possível de identificar nas redes sociais, que pode ser fator determinante na hora das vendas. Todas as informações utilizadas na formulação da ilustração foram adquiridas através da página do Instagram e site oficial de cada empresa, levando em consideração o período dos últimos quinze dias.

Ilustração 1: Análise da Concorrência Four Intermediação de Negócios Ltda.

PONTOS	INFORMAÇÕES		
IDENTIFICAÇÃO	@4lifestore.	Concorrente 1.	Concorrente 2.
PRODUTOS OFERECIDOS	Chinelo nuvem.	Sandália anatômica.	Chinelo Hut.
POLÍTICA DE PREÇOS	R\$163,50 sem desconto.	R\$196,90 sem desconto.	R\$199,90 sem desconto.
CANAIS DE VENDA	Site oficial.	Site oficial.	Site oficial.
PRESENÇA ONLINE	Carência (+/- 2 posts semanais).	Regular (+/- 4 posts semanais).	Regular (+/- 4 posts semanais).
EXPERIÊNCIA DOS CLIENTES	Positiva.	Positiva.	Positiva.
DIFERENCIAL	Outros produtos.	Meias divertidas e bolsas.	Meia Hut.

Fonte: Produção da pesquisadora, 2023.

Após a análise desses pontos, foi possível identificar diferenças existentes entre as empresas que trabalham com um produto muito semelhante, sendo ele um chinelo. Nessa análise, o foco principal foi em duas concorrentes diretas em específico, as quais foram mencionadas pelo próprio sócio da empresa em conversa paralela.

Na ilustração 1 compreende-se que ambas as concorrentes possuem um preço semelhante, bem como uma presença regular no Instagram, cada uma contando com uma média de três a quatro posts por semana. Referente a experiência dos clientes, é positiva de acordo com os comentários realizados nos posts publicados nas redes sociais, assim como no site oficial de cada empresa.

Além disso, também foi possível identificar algumas características que podem ser consideradas diferenciais quando comparando as empresas. Na empresa estudada neste artigo, destacam-se outros produtos vendidos, além do carro-chefe da empresa, os quais podem cativar ainda mais o interesse do cliente. Na concorrente 1, identificou-se as meias divertidas sendo vendidas no site, bolsas, bem como um artigo no próprio site da loja tratando sobre a saúde dos pés e dando algumas dicas. Por

fim, na concorrente 2, também é possível identificar a comercialização de meias na mesma cartela de cores dos chinelos, bem como toda uma nova identidade visual no Instagram, destacado pela própria empresa como “Nova Era”.

3.3 SUGESTÕES DE AÇÕES DE MARKETING DIGITAL PARA MELHORAR O ENGAJAMENTO NO INSTAGRAM

Atualmente, as principais estratégias de marketing digital que a empresa utiliza são as campanhas no tráfego pago e o remarketing, porém, ao analisar a página do Instagram da empresa @4lifestoreofficial, é possível identificar outras estratégias que complementam as já utilizadas, como a utilização de posts carrosséis e da escassez, conforme mostra a ilustração 2.

Ilustração 2: Post Carrossel do chinelo nuvem da Four Intermediação de Negócios Ltda.



Fonte: Instagram @4lifestoreofficial

No caso da empresa estudada, o post em carrossel foi utilizado como forma de trazer mais informações sobre o produto sendo vendido. Como é possível observar, na primeira imagem há a informação do valor, a quantidade de cores e algumas características mais superficiais, além de apresentar a seguinte frase para efeito de escassez “últimas unidades”.

Na segunda, terceira e quarta imagem do post, identifica-se características mais pontuais sobre o produto, que é macio e flexível, possui sola com espessura de 4 cm e antiderrapante. Dessa forma, é possível mostrar ao cliente quais as características dos produtos vendidos, possibilitando a ele tirar algumas dúvidas remanescentes, além de incentivar ainda mais a compra.

Algumas sugestões de ações que podem ser feitas visando aumentar a visibilidade e engajamento da empresa são: o planejamento das postagens, podendo

ser em planilha Excel e constando dia, hora, produto e legenda; retomar a parceria com influenciadores para que os produtos da empresa alcancem ainda mais pessoas; incluir conteúdos informativos e chamada para ação, como por exemplo um post carrossel onde a primeira imagem seria o produto e seu valor, a segunda imagem seria os benefícios que esse produto traz e a terceira seria uma chamada para ação como “compre através do *link na bio*”.

Outra ação importante a ser sugerida seria dar ênfase na utilização do tráfego orgânico, principalmente após a terceirização do processo de marketing digital, tendo em vista que esse tipo de tráfego depende de fatores como o engajamento e o relacionamento com os seguidores e auxilia a empresa na diminuição dos investimentos no tráfego pago. Tal ação pode ser realizada através dos canais de transmissão do Instagram, onde um conteúdo exclusivo pode ser compartilhado com clientes.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo geral identificar as principais estratégias de marketing digital utilizadas por uma empresa de e-commerce na plataforma Instagram, visando contribuir para o aumento do alcance e crescimento digital da empresa estudada.

O primeiro objetivo específico foi realizar a análise das ferramentas que compõem a plataforma Instagram, o qual foi atingido no item 1.3, através de pesquisa bibliográfica e na plataforma em si. O segundo objetivo específico do estudo foi realizar uma entrevista com um dos sócios da empresa com o intuito de conhecer melhor a mesma e suas estratégias de marketing digital. Para tanto, foi realizada uma entrevista com onze perguntas abertas, através das quais foi possível compreender o desenvolvimento da empresa desde sua constituição, as principais estratégias de marketing digital já utilizadas pela empresa nas redes sociais.

Na sequência, o terceiro objetivo específico que buscou-se atingir foi o de propor ações voltadas à melhor produção de conteúdo, com o intuito de aumentar a visibilidade, bem como elevar o faturamento da empresa, o qual foi atingido após a

obtenção das informações na entrevista realizada, onde foi identificado as dificuldades e gargalos que a empresa possuía.

Para a empresa, este estudo é de grande relevância, tendo em vista que buscou analisar as estratégias de marketing digital que estavam sendo utilizadas pela Four Intermediação de Negócios Ltda., e propor ações para que haja um aumento no engajamento do público-alvo.

Por fim, após a realização deste estudo, recomenda-se que investigações futuras sejam conduzidas para enriquecer ainda mais a compreensão sobre as estratégias de marketing digital utilizadas pelas empresas, a plataforma Instagram e o e-commerce. A compreensão do ambiente digital em que a empresa está sujeita é crucial para seu sucesso crescimento, principalmente em tempos onde a Internet e as redes sociais dominam.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Nancy. **Marketing de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BELMONT, Filipe. **Marketing Digital e E-Commerce**. São Paulo: Senac São Paulo, 2020.

CASTRO, Aldemario A. **Os Meios Eletrônicos e a Tributação**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://aldemario.adv.br/meios.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

ESTEFANI, Alexia M. D.; OLIVEIRA, Aline H. P. **Análise das Principais Estratégias de Marketing Digital Usadas por Marcas de Moda: um estudo de caso da marca Mundo Lolita**. 2019. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, 2019.

GABRIEL, Martha. **Marketing na Era Digital: conceitos, plataformas e estratégias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020.

GEÇIT, Baris B.; TORAMAN, Yavuz. User acceptance of Metaverse: an analysis for e-commerce in the framework of Technology Acceptance Model (TAM). **Sosyoekonomi**, v. 31, n. 55, p 85-104, 2023.

INSTAGRAM. **Entendendo a Verificação no Instagram**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/understanding-verification-on-instagram>>. Acesso em: 04 Jun. 2023.

INSTAGRAM. **Explicando Melhor o Funcionamento do Instagram**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/shedding-more-light-on-how-instagram-works>>. Acesso em: 28 maio 2023.

KIM, Jooyoung. Advertising in the Metaverse: Research Agenda. **Journal of Interactive Advertising**, v. 21, n. 3, p. 141-144, 2021.
KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 5.0**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

KIM, Jooyoung. **Marketing 4.0**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

MENDES, Laura Z. R. **E-commerce: origem, desenvolvimento e perspectivas**, 2013. 64f. Monografia (Curso Superior de Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

RIVEROS, Lilian Jeannette M.; PERAZZOLI, Paulo Roberto; TURCO, Lucas. Diagnóstico da Evolução do E-commerce no Brasil. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, v. 2, p. e15150, 2017.

SOUZA, Bruno de. **Marketing Digital 2.0**. Cidade: Espírito Santo, 2012.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Comércio Eletrônico** – conforme o marco civil da internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TERRA, Rafael. **Instagram Marketing**. 1. ed. São Paulo: DVS, 2021.

YANAZE, Mitsuru H. **Gestão de Marketing e Comunicação**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

YANAZE, Mitsuru H.; ALMEIDA, Edgar; YANAZE, Leandro Key H. **Marketing Digital: conceitos e práticas**. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

ASPECTOS QUE ENFATIZAM NA GESTÃO COMPORTAMENTAL DE PESSOAS: PARÂMETROS QUE UM LÍDER DEVE ADERIR AO GERIR UMA ORGANIZAÇÃO

Lucas Eduardo Reis Graf¹
Natyale Stephanye Buchholz²
Camila Gabriele Câmara³
Danieli Rodrigues⁴

RESUMO

O processo de constituição de uma organização, levou muitos anos e diversos processos para se tornar o que é hoje, mesmo havendo ainda muitas que continuam na maneira tradicionalista, há aquelas que se destacam pela sua organização mantendo uma boa gestão e liderança. Assim, o presente artigo tem como principal objetivo de apresentar o processo de construção da Administração de Recursos humanos que passou de uma visão mecanicista para uma abordagem mais humanizada, a interação entre pessoas e as organizações, reforçando a importância de uma gestão centrada nas pessoas e na liderança, que promove uma cultura de colaboração, constrói um ambiente de trabalho positivo para a prosperidade das organizações. Para responder esta premissa, utilizou-se revisão bibliográfica de diversos autores que comprovaram que uma organização não existe sem pessoas. Concluindo com o estudo que, a gestão comportamental de pessoas e a liderança eficaz são os pilares para o crescimento e a prosperidade das organizações em um ambiente de negócios dinâmico e desafiador

Palavras-chave: Liderança; Organização; Gestão de Pessoas.

ABSTRACT

The process of establishing an organization took many years and several processes to become what it is today, even though there are still many that continue in the traditionalist way, there are those that stand out for their organization while maintaining good management and leadership. Thus, the main objective of this article is to present the process of building Human Resources Management, which went from a mechanistic vision to a more humanized approach, the interaction between people and organizations, reinforcing the importance of people-centered management and in

¹ Acadêmico do Curso de Administração- 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. lucaseduardograf@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Administração- 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. natyelesbuchholz@gmail.com

³ Mestre em Gestão estratégica de organizações, Psicóloga Saúde do trabalhador e Psicóloga hospitalar, Tanatóloga (formação em perdas e lutos). Orientadora. Faculdades Integradas Machado de Assis. camaracamila@hotmail.com

⁴ Mestre em Gestão Estratégica nas Organizações. Orientadora. Faculdades Integradas Machado de Assis. danielhermes@hotmail.com

leadership, which promotes a culture of collaboration, builds a positive work environment for organizations to thrive. To answer this premise, we used a bibliographical review of several authors who proved that an organization does not exist without people. Concluding with the study that behavioral people management and effective leadership are the pillars for the growth and prosperity of organizations in a dynamic and challenging business environment.

Keywords: Leadership; Organization; People Management.

INTRODUÇÃO

Esse artigo visa apresentar os aspectos que ressaltam na gestão de um líder no comportamento das pessoas, que podem trazer a uma equipe mal liderada, como um péssimo líder pode levar a falência a sua equipe, por meio de falhas de comandos e habituação com a organização e como ela depende dessas pessoas.

A administração da empresa, precisa focar nas pessoas, bem como elas estão no ambiente e se há falhas, procurar ver se essas não estão na própria liderança e se estão, como mudar essas atitudes para melhorar as equipes, podendo evoluir a organização e levando ao destaque. Durante a Era Industrial clássica, as pessoas que trabalhavam em fábricas, eram consideradas recursos de produção, cerceadas de regras rígidas e esse tratamento durou até poucos anos atrás, e durante esse período o nível de produtividade diminuiu, então os gestores tiveram que buscar os meios para solucionar esse conflito, e em um grande avanço na forma de liderar as pessoas foram reconhecidas como seres humanos prudentes, completos de sabedoria, com boas aptidões, sendo assim, tendo uma preocupação na adaptação do ambiente e as mudanças ocorriam com mais velocidade, e anteriormente, fora concluído que as pessoas na sua totalidade eram iguais, suas políticas tratavam elas de forma generalizada, porém, hoje elas são vistas nas suas diferenciações, fazendo assim existir maiores potenciais de criatividade.

Afirmado assim que, boas lideranças se evidenciam de forma significativa, vemos as empresas com um bom comando, que para atingir esse nível de otimização foi preciso alcançar conhecimentos e checar um bom desenvolvimento de equipes, sabendo delegar de forma estratégica e desenvolvimento de habilidades. Chegando as considerações finais, as novas eras exigem fortes gestores para construir um

excelente ambiente organizacional, com liderança habilitada para conseguir solucionar problemas atuais na empresa e transformar a organização dela, estando a frente na margem de lucros no mercado em relação as demais concorrentes.

A pesquisa realizada é de cunho teórico, fundamentada principalmente em estudos feitos pelo autor Idalberto Chiavenato através de retomadas bibliográficas que conforme o desenvolvimento do artigo, trazem-se ideias de outros autores que complementam com o pensamento, como Melo, “*et al.*”, que trouxe estudo acerca da influência na gestão de pessoas através do perfil do líder que o desenvolvimento da organização está ligado na contribuição das pessoas que nela trabalham de acordo com Dutra, e também como Locke, que conclui que os verdadeiros líderes devem levar a sua organização em uma nova direção, se devendo a uma adaptação estratégica em um mundo que está em constante evolução.

Além disso, serão abordados temas relacionados à liderança, enfatizando o impacto da influência, motivação e comportamento humano nas organizações modernas, visando fornecer visões para o desenvolvimento de estratégias eficazes de liderança e gestão, considerando as complexidades da dinâmica.

A estrutura deste artigo encontra-se distribuída da seguinte maneira: será apresentado um pequeno resumo sobre os conceitos básicos sobre a Administração de Recursos Humanos, sobre pessoas e as organizações, competências das pessoas e as diversas características de personalidade distintas uma das outras. Em seguida, será abordado sobre a liderança, como os fatores que um líder adere pode impactar na motivação das pessoas. Por fim, serão apresentadas a metodologia, conclusões e a base de informações obtidas ao longo do estudo.

1. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Como cita as autoras (Melo; *et al.*, 2012) desde o começo, quando surgiu o homem, ele se encontrava junto com o seu grupo, sempre houve o trabalho coletivo e a organização, desde a caça, coleta e quando se reuniam ao redor do fogo em seus abrigos. Surgindo no século XX e tendo desde então extrema importância nas organizações, Administração de Recursos Humanos define critérios para avaliações dos cargos e das funções, projetos, dando direção para funções e fornecimento de

informações. Mas na antiguidade não era vista de forma tão conveniente como é vista atualmente, porém, para as organizações essa realidade se tornou cada vez mais um requisito, por conta das grandes mudanças que ocorriam no mundo. Surgiu no início do século XX após o forte impacto da Revolução Industrial, com a denominação de Relações Industriais para intervir entre organizações e pessoas, embora estivessem relacionadas umas com a outra, eram totalmente separadas (Chiavenato, 2009).

Em 1950 passou a ser denominada de Administração de Pessoal, tratava em administrar as pessoas. (Melo *et al.*, 2012) só passou a ser chamada de Administração de Recursos Humanos na década de 60, mas com a visão embaçada do passado ao enxergar as pessoas como recursos de produção. Mas foi em 1980 os profissionais foram desafiados a apresentarem habilidades de negociação e mais conhecimentos sobre gerência (Gil, 1994).

A ARH tem como propósito ajudar a organização a alcançar seus objetivos e realizar sua missão, proporcionar competitividade à organização e empregados bem treinados e bem motivados, aumentar a auto-realização e a satisfação dos empregados no trabalho, desenvolver e manter qualidade de vida no trabalho, administrar a mudança, manter políticas éticas e comportamento socialmente responsável (Bertelli, 2004, n.p.)

Nos dias atuais a ARH procura mudar com mais velocidade para conseguir se adequar as mudanças tecnológicas, sociais e políticas, e poder administrar os colaboradores das organizações com mais eficácia (Melo, 2012). As organizações mais prósperas não administram mais recursos humanos, nem colaboradores submissos e dependentes, mas sobretudo administram junto com as pessoas.

Para Chiavenato (2009, p. 4) “O contexto da moderna ARH é, ao mesmo tempo, complexo e mutável “. A sua complexidade se deve na variação de uma organização para outra, pois alguns têm uma visão do futuro, mais democrática e dando mais oportunidades para melhor tratamento das pessoas, e enquanto outras estão totalmente atrasadas, aplicando práticas antiquadas. As organizações acompanham a diversas mudanças imprevisíveis que ocorrem, porém, esse acompanhamento não é suficiente, elas demoram para adotar nas suas estruturas organizacionais. No contexto da ARH para as pessoas a organização é um meio onde elas podem conseguir atingir com esforço e conflito, os seus objetivos particulares, que não são

alcançáveis com apenas o esforço pessoal isolado. As organizações aproveitam desses esforços de várias pessoas, por isso, vale ressaltar que a melhor gestão é a da administração com as pessoas.

2. PESSOAS E AS ORGANIZAÇÕES

De acordo com Chiavenato, 2009, para uma organização funcionar bem, precisa-se saber que não há forma dela existir sem as pessoas, elas são a parte fundamental para o seu controle e direção.

Organizações são pessoas, organizações são grupo, e organizações são organizações. Gerentes administram pessoas, gerentes administram grupos, e gerentes administram organizações. Gerentes são pessoas, gerentes são membros de grupos; e gerentes são membros de organizações (Leavitt; Dill; Eyring, 1973, p.143).

Se faz necessário orientar-se, sabendo que as pessoas não são fáceis de se compreender, pois elas contêm características totalmente distintas uma das outras, uma variabilidade enorme e sujeitas a influências “O raio de diferenças em aptidões e características pessoais é grande e os padrões de comportamento aprendido são diversos” (Leavitt, *et al.*, 1973).

De acordo com Chiavenato (2009), para um bom gestor de uma organização, conhecer os dois tipos principais de pessoas existentes, duas formas de serem estudadas, devem ser consideradas como pessoas, com características de personalidade e de individualidade; motivações e objetivos pessoais ou como recursos, completas de habilidades e conhecimentos necessários para a organização, porém, muitas organizações enxergam as pessoas como recursos, apenas necessários para produção, no entanto, devido aos aumentos de informação, essas empresas precisam se atualizar e perceber que as pessoas oferecem mais do que apenas serviços.

As pessoas não são recursos, mas personalidades incríveis e portadoras de diferenças individuais. No entanto, elas constituem importantes recursos para organizações nem por isso podem ser tratadas meramente como meios (Chiavenato, 2009, p. 107).

As pessoas são repletas com distinções e com essas surgem resultados com bom rendimento para a organização, para obter esses resultados precisa-se criar um ambiente onde possam viver e conviver de forma amistosa na empresa, com mais qualidade. Para conseguir construir um espaço saudável, a organização precisa procurar identificar as diferenciações nas pessoas, levando em conta o papel do ser humano e seus aspectos pessoais, de personalidade, sua individualidade, expectativas, valores, motivações, etc.

O desenvolvimento da organização está intimamente ligado à capacidade de contribuição das pessoas que nela trabalham. Essa capacidade é ampliada na medida em que a pessoa se desenvolve, e esse desenvolvimento individual, associado ao aumento da capacidade de contribuição da pessoa para o desenvolvimento organizacional, é a principal cobrança da organização (Dutra, 2019, n. p.).

A organização busca, principalmente, que seus membros tenham alcance de desenvolvimento individual, pois ele está diretamente ligado ao aumento de sua eficácia na promoção do progresso da organização. Para alcançar esse desenvolvimento dos colaboradores, é necessário a ajuda da própria organização “uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto”, é preciso que ela trabalhe de forma que o incentive, para o alcance do objetivo em comum.

Diante das diversas mudanças que vem ocorrendo, que atingindo o mundo dos negócios, faz com organizações adotem uma mudança fundamental, fazendo com que haja necessidade de aprendizado constante.

Como destaca Senge (1991), aprender a se deslocar, e mudar, transformando em novas habilidades e atitudes, saindo daquela organização retrógrada, divisional e virando uma organização de aprendizagem e inovação, onde os membros pensam nos processos, há comunicação e partilham seus interesses, em busca de um objetivo comum. Assim, a organização de aprendizagem é aquela que está constantemente mudando sua visão e estratégias em determinadas ações, para ser competitiva futuramente. Aprimorando sua habilidade de responder às mudanças em suas

interações internas e externas, ajustando-se a elas e tirando proveito das oportunidades (Chiavenato, 2009). A busca hoje é por uma equipe gerencial rejuvenescida, que compartilhe seus conhecimentos, o espírito de equipe e novas ideias para a organização (Lei; Slocum; Pitts, 1999).

2.1 COMPETÊNCIAS DAS PESSOAS

De acordo com Porter, Lawler lii e Rackman (1964) as pessoas tem diversas habilidades, capacidades, motivações, conhecimentos, ou seja, carregam diversas características de personalidade distintas uma das outras. Por isso é conveniente destacar algumas características que são encontradas em comum em todos os indivíduos:

a) **Proatividade:** as atitudes, comportamentos das pessoas variam devido às satisfações de suas necessidades para alcance de seus objetivos pessoais, por isso, devido às maneiras como uma organização rege pode influenciar nas atitudes e na vida dos seus colaboradores, podendo assim influenciar na organização.

b) **Sociabilidade:** A participação em organizações desempenha um papel crucial na vida das pessoas, promovendo o bem-estar psicológico, fornecendo apoio emocional e estimulando o crescimento intelectual e social por meio de relacionamentos.

c) **Necessidades distintas:** As necessidades das pessoas variam, motivando-as de maneira flexível. O que os impulsiona hoje pode não ter relevância amanhã, enquanto outras necessidades emergem constantemente.

d) **Percepção e avaliação:** A interação da pessoa com seu ambiente é um processo dinâmico e ativo, onde ela seleciona dados de várias facetas do ambiente, os disponíveis com base em suas experiências passadas e interpreta o que você está vivenciando de acordo com suas necessidades e valores pessoais.

e) **Pensa e escolhe:** O comportamento humano é intencional, proativo e envolve um processo cognitivo ativo. As pessoas analisam e respondem aos estímulos que encontram no ambiente, utilizando planos comportamentais que escolhem, desenvolvem e implementam para alcançar seus objetivos pessoais.

f) O ser humano tem limitada capacidade de resposta: A capacidade de resposta do ser humano é restrita pelas suas ambições e características pessoais. Cada pessoa tem limitações em seu comportamento devido a diferenças individuais. A capacidade de resposta depende de aptidões inatas e aprendizagem, tanto mentais quanto físicas, e é modificada devido a essas limitações.

Um indivíduo é concebido como um sistema de necessidades biológicas, de motivos psicológicos, de valores e de percepções: um sistema individual (Schein, 1970, p. .61).

Os indivíduos são repletos de camadas com suas necessidades, dependendo de elementos que estão interconectados e podem influenciar seu comportamento e experiências. Portanto, basta reconhecer a diversidade de respostas individuais e as limitações específicas dessas capacidades, é fundamental para promover uma cultura de inclusão, eficácia e adaptação em diversos contextos. Isso desafia a adotar estratégias flexíveis que atendam às necessidades e possibilidades variadas das pessoas, enriquecendo assim a dinâmica de grupos e organizações.

3 LIDERANÇA

Segundo Bergamini, 2012 “Liderar vem de *laden* que significa ir ou viajar junto. Seguir vem de *fulgängen*, significando ir junto em multidão ou ir enquanto um grupo completo”. Essa etimologia ressalta a essência da liderança como uma jornada compartilhada, na qual líderes e seguidores viajam em conjunto em direção a um objetivo comum.

De acordo com Locke, os verdadeiros líderes devem levar a sua organização em uma nova direção, mas isso não implica que devam buscar mudanças por preferência pessoal. Segundo ele, a mudança deve ser vista como uma adaptação estratégica em um mundo que está em constante evolução. Líderes que não reagem a essa mudança, correm o risco de promover a estagnação, por consequência até o fracasso do negócio.

Entre as diversas abordagens disponíveis para que um administrador possa implementar uma gestão participativa, encontra-se o método do empowerment. Para

Chiavenato (2022), o método é baseado no empoderamento das pessoas pelo trabalho em equipe. Como aponta (ROSSI; *et al.*, 2021) que, “elucida um processo de compartilhamento de saberes, a divisão das responsabilidades pelo corpo gestor e pelos colaboradores da organização, visando à conquista de resultados promissores diante de objetivos e metas estabelecidos”. Esse enfoque promove uma cultura de colaboração e responsabilidade compartilhada, que contribui para o alcance de metas de forma eficaz e bem-sucedida.

Como aponta Chiavenato, o empoderamento das pessoas envolve cinco medidas essenciais: participação direta nas decisões da equipe, atribuição de responsabilidade pelo alcance de metas, liberdade para escolher métodos de trabalho, trabalho colaborativo em equipe e autoavaliação do desempenho da equipe. Essas ações promovem um ambiente no qual os indivíduos se tornam mais envolvidos, responsáveis e capazes de contribuir para o sucesso coletivo, resultando em uma maior eficiência e desenvolvimento contínuo (Chiavenato, 2022).

Empowerment é o fortalecimento ou empoderamento das pessoas pelo trabalho em equipe. Conforme (Rossi; *et al.*, 2021) A clareza na escolha do modelo organizacional, seja ele centrado no comando e controle ou no empowerment, desempenha um papel fundamental na definição da identidade da organização em sua configuração e nas estratégias de gestão e liderança adotadas.

Com o crescente número de organizações que optam pelo *empowerment*, a ênfase na humanização por parte da equipe gestora em relação aos colaboradores é ampliada, resultando em níveis mais elevados de satisfação dos clientes externos. Esse enfoque estratégico não apenas define a cultura organizacional, mas também impacta diretamente na experiência dos clientes.

3.1 FATORES QUE UM LÍDER ADERE E IMPACTA NA MOTIVAÇÃO DAS PESSOAS

No estudo do comportamento, um conceito de grande importância é a chamada 'vida interior no trabalho'. Amabile e Kramer (2007) abordam esse conceito como uma interação complexa entre percepções, emoções e motivação. De acordo com esses autores, o desempenho no trabalho está intrinsecamente relacionado à 'vida interior

no trabalho'. Eles argumentam que o desempenho tende a ser superior quando as experiências diárias no ambiente de trabalho são marcadas por emoções positivas, uma forte motivação intrínseca e percepções desenvolvidas em relação à ocupação.

Atitudes positivas ou maduras emergem quando o indivíduo reconhece a necessidade de adotar uma abordagem diferente. Isso pode ocorrer quando ele percebe a falta de recursos necessários, confirmando a intransponibilidade de uma barreira que enfrenta ou suporta ter metas inatingíveis estabelecidas devido a ambições desproporcionadas. Em contraste, atitudes negativas se manifestam quando o indivíduo menospreza a barreira ou adota uma abordagem focada para atingir seus objetivos, muitas vezes concentrando-se emocionalmente em suas próprias necessidades ou frustrações. No primeiro cenário, ele perpetua um estado de insatisfação constante, enquanto no segundo se torna uma força destrutiva e prejudicial. Em ambas as situações, a produtividade é elusiva.

Dessa maneira, torna-se evidente o impacto que a influência pode ter na vida de um indivíduo. Segundo Chiavenato (2022), A liderança é uma audiência intrinsecamente ligada ao contexto social e se manifesta exclusivamente em grupos sociais, representando um tipo de influência. A influência, por sua vez, é uma poderosa força psicológica que engloba conceitos como poder e autoridade, abarcando as diversas maneiras de promover alterações no comportamento de indivíduos ou grupos. Essa influência pode adotar várias formas, desde métodos de imposição mais coercitivos até abordagens mais suaves de persuasão. No cerne, a liderança é uma habilidade de direcionar e influenciar as pessoas para realizá-las ou que se espera delas. Os líderes exercem influência sobre as percepções de suas equipes em relação aos objetivos e orientam-nos na busca desses objetivos.

A definição de liderança envolve duas dimensões: a primeira é a capacidade presumida de motivar as pessoas a fazerem aquilo que precisa ser feito. A segunda é a tendência dos seguidores de seguirem aqueles que eles percebem como instrumentais para satisfazerem os seus próprios objetivos pessoais e necessidades (Chiavenato, 2022, p. 258).

Dessa forma, a liderança é uma faca de dois gumes, pois ninguém pode ser considerado um líder a menos que tenha a capacidade de influenciar as pessoas a agirem de acordo com seus objetivos. Além disso, o líder só alcançará o sucesso de

seus seguidores o enxergarem como um meio para realizarem suas próprias ambições pessoais. A liderança exige habilidade por parte do líder e a disposição por parte dos seguidores.

4 METODOLOGIA

Para haver um crescimento na organização, ela deve se concentrar necessariamente nas pessoas, pois seus atos se devem a forma como é a vivência dentro do ambiente organizacional, suas motivações mudam constantemente, basta a organização saber desenvolver esses atos e fazer com que virem habilidades e ter uma boa influência, devido a um líder que seja capaz disso existe um grande impacto que a influência pode causar na vida de um indivíduo.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, qualitativa, através da análise de materiais, que envolvem a busca de publicações do tipo artigos, resumos, publicações em revistas, dissertações e teses, que abordem a importância de parâmetros líder deve aderir para gerir uma organização, para resolver problemas na gestão comportamental das pessoas. Para isso, foram utilizados trabalhos publicados no Brasil e alguns internacionais a partir do ano de 1970 até o mais recente 2022. As palavras-chave usadas na pesquisa foram: Gestão de pessoas, Estratégias na gestão, Liderança eficaz, Atuação do líder na gestão.

4.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A categorização da pesquisa em questão envolve a aplicação de uma abordagem bibliográfica descritiva de natureza teórica e qualitativa. Nesse processo, a pesquisa se concentrou na revisão de fontes bibliográficas relevantes, centradas no universo de gestão, pessoas e liderança, tendo bases de pesquisas como artigos acadêmicos, livros e documentos científicos, a fim de analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre esse tópico de estudo. A natureza teórica da pesquisa permitiu a exploração de conceitos, teorias e modelos relacionados ao assunto, enquanto a abordagem qualitativa possibilitou uma compreensão aprofundada das variações e contextos subjacentes às ideias discutidas. A categorização efetiva da

pesquisa é crucial para a organização e estruturação do conhecimento adquirido, permitindo uma análise mais precisa e uma comunicação clara das descobertas e conclusões obtidas a partir dessa investigação. Portanto, essa abordagem metodológica proporcionou uma base sólida para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa confiável e informativa.

4.2 GERAÇÃO DE DADOS

O levantamento dos dados foi realizado através de documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias como livros, artigos científicos, imprensa escrita.

Esse método permitiu uma compilação abrangente de informações, fornecendo uma base sólida para a análise e interpretação dos dados. Ao adotar essa estratégia, foi possível obter uma visão aprofundada do contexto, garantindo assim a confiabilidade e a validade dos resultados obtidos no estudo, contando com uma enorme variabilidade de visões partindo de diferentes autores, que no final haviam a mesma conclusão, o ser humano é a chave para uma organização bem sucedida, sendo ele colaborador ou o líder.

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise de interpretação dos dados foi realizada através do método de abordagem hipotético-dedutivo, e o método de procedimento, denominados também de auxiliares, com caráter instrumental secundário, sendo o método histórico que coloca o objeto de pesquisa sob uma perspectiva histórica.

O seguinte artigo trouxe um estudo e possíveis soluções para problemas na gestão comportamental das pessoas, decorrentes de parâmetros que um líder deve aderir para gerir uma organização, intuito deste estudo consiste em trazer à tona a relação entre pessoas, organizações e os seus líderes. Em como a motivação pode influenciar significativamente no desempenho, pois ele está intrinsecamente relacionado à “vida interior no trabalho”. Nos mostrando o quão importante é o papel

do administrador dentro de uma organização, podendo ele transformar o ambiente de trabalho ou até mesmo afetá-lo.

CONCLUSÃO

Conclui-se que desde o início os seres humanos se comportavam de forma grupal, e que sempre existiu uma organização com um líder e seus colaboradores. Se fazia necessário haver uma gestão sobre o comportamento das pessoas nas organizações, surgindo assim a trajetória da Administração dos recursos humanos, que foi complexa e dinâmica e ao longo do tempo, passou por várias designações, como Relações Industriais e Administração de Pessoal, até o termo mais contemporâneo, Administração Recursos Humanos.

Ela designa os mais importantes papéis de desenvolver e definir critérios de avaliação para cargos e funções, criar projetos que fornecem direção para as atividades e fornecer informações. Hoje as organizações registram cada vez mais a importância de tratar as pessoas como mais do que apenas recursos, mas como indivíduos com personalidades únicas, motivações diversas e necessidades em constante evolução. As organizações de aprendizagem, que se adaptam constantemente e incentivam a inovação, são mais bem preparadas para enfrentar os desafios em um mundo em evolução. A gestão de recursos humanos contemporâneos valoriza a diversidade, o desenvolvimento pessoal e o trabalho em equipe, buscando criar um ambiente que promova a satisfação dos colaboradores e, por consequência, o sucesso da organização.

A liderança eficaz desempenha um papel central na gestão comportamental das pessoas nas organizações, e suas implicações são profundas para o desempenho organizacional. Líderes que buscam envolver suas equipes, promovem a motivação intrínseca, por meio de ações, palavras e exemplos, criam um ambiente positivo no trabalho são mais propensos a alcançar o sucesso. O líder deve ser capaz de orientar, de forma positiva, inspirando confiança e promovendo a comunicação aberta, influenciando os colaboradores na direção dos objetivos da organização, ao mesmo tempo, em que os ajuda a alcançar suas metas pessoais.

Concluindo que, em um mundo de negócios onde há tanta mudança em relação ao comportamento das pessoas, necessita uma organização que saiba trabalhar com elas, reconhecer o seu valor único, usar os seus esforços de forma estratégica para desenvolver lideranças eficazes e essenciais para o sucesso e benefício mútuo. Líderes que são hábeis e estratégicos, fazem com que seus colaboradores sejam mais comprometidos em seu trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Luis; GARCIA, Adriana. **Gestão de Pessoas**. Editora Atlas S.A. São Paulo. 1. ed. 2010.
- BERGAMINI, Cecília. **Motivação nas Organizações**. Editora Atlas S.A. São Paulo. 5. ed. 2008.
- BERGAMINI, Cecília. **O Líder Eficaz**. Editora Atlas S.A. São Paulo. 1. ed. 2012.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos**. Editora Manole Ltda. São Paulo. 7. ed. 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Elsevier Editora Ltda. Rio de Janeiro. 3. ed. 2010
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559773305. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773305/>>. Acesso em: 19 out. 2023.
- DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Carreiras: a pessoa, a organização e as oportunidades**. 2. ed. - [Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2019.
- LEI, David; SLOCUM, John W.; PITTS, Robert A. "**Designing Organizations for Competitive Advantage: the power of learning and unlearning**". Organizational Dynamics, 1999, p.25.
- MELO, Fernanda Augusta de Oliveira; SANTOS, Aline Ribeiro dos; HAYASHIDA, Márcia Cristina Barbosa Parreira; MACHADO, Thaís de Faria. **A Influência da Gestão de Pessoas no Desempenho Empresarial Através do Perfil do Líder**. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 9., 2012.
- MILLER, David. **Gestão de Mudança com Sucesso: uma abordagem organizacional focada em pessoas**; [tradução Giovana Franzolin]. Integrare Editora e Livraria Ltda. São Paulo. 2012

PIZZETE, Márcio. BIRCK, Elizabeth da Silva Mello. **Liderança e Gestão de Pessoas na Atualidade. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 04, Ed. 06, Vol. 02, pp. 69-77 Junho de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso:
<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/lideranca-e-gestao>>.
Acesso em: 17 out. 2023.

PFLAEGING, Niels. **Liderando com Metas Flexíveis.** Artmed Editora S.A. Porto Alegre. 2009

Chiavenato, Idalberto, 1936 -**Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal:** como agregar talentos à empresa. 9. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

ROSSI, Jéssica de C.; SCHOLZ, Robinson H.; MORESCO, Marcielly C.; e outros. **Desenvolvimento Gerencial e Liderança. Grupo A, 2021.** E-book. ISBN 9786556901183. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901183/>>. Acesso em: 19 out. 2023.

SCHEIN, Edgard H. **Organizational Psychology.** Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1970, p.60-61.

SENGE, Peter M. **The Fifth Discipline:** the art and practice of the learning organization. Nova York: Doubleday, 1991.

CAPACITAÇÃO DA LIDERANÇA NA GESTÃO DE EQUIPES: GUIANDO COMPORTAMENTOS PARA O SUCESSO

Jonas Bordim¹
Antoni Nerone de Aguiar Sartori²
Angela Toebe³
Anderson da Silva Heineck⁴
Rafael Lopes⁵

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi identificar as competências sobre gestão de pessoas que os líderes devem possuir atualmente, a fim de sugerir alternativas para a qualificação dos mesmos. O estudo apresenta os conceitos de liderança e gestão de equipes, competências comportamentais dos líderes e comportamento humano nas organizações, onde o líder possui um papel fundamental dentro de um grupo social ou organização e tem a missão de influenciar pessoas em prol de um objetivo, para isso precisa compreender os mais diversos fatores que envolvem o comportamento das pessoas e o que os motivam. A metodologia utilizada foi por meio de aplicação de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Os resultados obtidos demonstram a importância da qualificação dos líderes no tema gestão de pessoas, bem como a relevância de um programa de treinamento e desenvolvimento de lideranças com acompanhamento contínuo dos resultados e dos aprendizados.

Palavras-chaves: Líder; Equipes; Qualificação.

ABSTRACT

The objective of this work was to identify the skills on people management that leaders must currently possess, in order to suggest alternatives for their qualification. The study presents the concepts of leadership and team management, leaders' behavioral skills and human behavior in organizations, where the leader has a key role within a social group or organization and has the mission of influencing people in favor of a goal, to this needs to understand the most diverse factors that involve people's behavior and what motivates them. The methodology used was through the application of a bibliographic review on the subject. The results obtained demonstrate the importance of qualifying leaders in people management, as well as the relevance of a training and leadership development program with continuous monitoring of results and learning.

¹ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Professor do Curso de Administração, Ciência Contábeis e Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

² Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Docente na FASA, Faculdade Santo Ângelo. antonisartori@gmail.com

³ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). angela.toebe80@gmail.com

⁴ Mestrando pela Universidade Regional Integrada (URI). aheineck@gmail.com

⁵ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Gerente de Recursos Humanos. rafaellopes85@hotmail.com

Keywords: Leader; Teams; Qualification.

INTRODUÇÃO

O estudo bibliográfico em questão tem como objetivo realizar uma análise da capacitação da liderança na gestão de equipes, pois mesmo contando com um especialista designado à área de recursos humanos, o líder permanece como a figura central para a equipe, encarregado de supervisionar individualmente cada membro de seu grupo, garantindo a busca por resultados de maneira respeitosa. A abordagem metodológica adotada na formulação da monografia envolveu uma análise bibliográfica abrangente, explorando diversas obras que tratam de tópicos como liderança e gestão de equipes, competências comportamentais dos líderes, comportamento humanos nas organizações, entre outras áreas de interesse.

A pesquisa bibliográfica desempenha um papel de extrema relevância, oferecendo a oportunidade de reflexão e a busca por estratégias que possam satisfazer as necessidades em curso. Através dessa abordagem, são investigados os conhecimentos já estabelecidos, ao mesmo tempo em que se almeja abranger as indagações persistentes. Ao incorporar uma variedade de autores na discussão do tópico, o trabalho ganha profundidade, proporcionando uma diversidade de perspectivas sobre o mesmo tema. Essa discussão multifacetada viabiliza a análise das práticas experimentadas e a determinação das abordagens mais pertinentes à situação específica. A exploração de diversas fontes de referência emerge como a abordagem mais eficaz para apreender a complexidade do tópico. Limitar-se a um ou dois conceitos não é suficiente; é imprescindível conhecer e refletir sobre uma ampla gama de perspectivas distintas.

Atualmente, um dos tópicos mais debatidos tanto em círculos sociais quanto empresariais é o conceito de liderança. Esse papel engloba a habilidade de exercer influência sobre indivíduos e coletivos, e tem evoluído para transcender e transformar a imagem tradicional do supervisor do passado, assumindo a responsabilidade de inspirar e mobilizar as pessoas na busca por um objetivo comum. O foco desta pesquisa revela sua relevância ao abordar a importância crucial da liderança no contexto das organizações. Mesmo com a presença de um especialista em recursos

humanos, o líder permanece como o ponto de referência para a equipe, assumindo a responsabilidade pelo acompanhamento individual de cada membro do seu grupo.

Cada ser humano é moldado por crenças e perspectivas únicas, que se originam das experiências educacionais no lar, na escola e na sociedade em geral. Isso implica que o mapa mental de uma pessoa será distinto daquele de outra, mesmo que ambas tenham crescido no mesmo ambiente. Cada indivíduo enxerga o mundo de maneira singular, encontra motivação em aspectos diferentes, e esse cenário não é diferente no contexto organizacional. Os comportamentos humanos refletem as peculiaridades do mapa mental de cada um, e cabe ao líder compreender essas nuances a fim de extrair o melhor potencial de cada indivíduo, orientando a equipe de forma harmônica em direção aos objetivos estabelecidos.

O objetivo central deste estudo é realizar uma análise abrangente das competências em gestão de pessoas que estão atualmente em posse dos líderes nas empresas. Ao fazer isso, busca-se não apenas avaliar o atual nível de proficiência dessas habilidades, mas também identificar lacunas e áreas de melhoria. Com base nessa avaliação, o estudo visa então propor soluções e alternativas concretas para aprimorar a qualificação desses líderes. A intenção é conhecer as melhores capacitações que esses profissionais precisam para enfrentar os desafios dinâmicos e as complexidades que acompanham a gestão de equipes, resultando em um ambiente mais eficiente, colaborativo e produtivo.

A capacitação de liderança na formação de equipes é um tema que tem conquistado amplo espaço de discussão, inclusive em contextos de desenvolvimento profissional. Nos próximos tópicos, serão explorados temas ligados ao papel da liderança na formação de equipes, unindo práticas de gestão e estratégias de formação de colaboradores. O objetivo primordial é aprimorar a qualidade do desempenho das equipes, garantindo resultados mais eficazes e coerentes com os objetivos organizacionais. A pesquisa também aborda fundamentos teóricos que norteiam as práticas de liderança, como concepções de gestão, aprendizado organizacional e desenvolvimento de habilidades.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA NA CONDUÇÃO DE EQUIPES

A capacitação de liderança na formação de equipes está profundamente entrelaçada com a jornada humana ao longo da vida individual e coletiva, transcendendo diversas culturas. Sua essência está relacionada com a maneira como os indivíduos são moldados, sendo uma prática social que é influenciada pela sociedade com o objetivo de construir cidadãos conscientes e competentes. Esses elementos ressoam de forma significativa no contexto da capacitação de líderes na formação de equipes, onde a orientação, o cultivo e a condução dos indivíduos se convertem em fundamentos essenciais para o alcance de um alto desempenho coletivo.

O líder desempenha um papel central tanto nas estruturas organizacionais como na sociedade em geral, sendo incumbido da responsabilidade de unir e impulsionar um conjunto de indivíduos na busca por um objetivo comum. A seguir, serão apresentadas algumas conceituações sobre o líder e a liderança, bem como será explorada a relevância desse papel no contexto contemporâneo.

O tópico da liderança é objeto de intenso debate por inúmeros estudiosos, crescendo em abrangência e complexidade à medida que o tempo avança e novas teorias emergem ou são refinadas. Conforme observado, o processo de liderança se baseia na reputação pessoal e na aceitação pelos subordinados.

Com a passagem do tempo, a liderança evoluiu, transitando de um modelo mais autocrático para um mais democrático. Sendo assim, os líderes delineiam trajetórias por meio da elaboração de uma visão de futuro e, posteriormente, envolvem as pessoas, comunicando-lhes essa visão e incitando-as a superar desafios.

A liderança desempenha um papel crucial na orientação da equipe para a consecução de resultados, conectando os meios necessários e os recursos disponíveis. O líder também deve estar equipado com aptidões tanto técnicas quanto comportamentais, permitindo-lhe mobilizar os recursos humanos, financeiros e temporais rumo aos objetivos organizacionais. Além desses atributos, espera-se que

o líder seja dotado de uma comunicação assertiva, flexibilidade adaptativa e capacidade decisória para guiar a equipe na direção mais adequada.

O líder assume um papel de extrema relevância em grupos sociais e organizações, com a missão de exercer influência sobre as pessoas para alcançar um objetivo coletivo. De acordo com Chiavenato (2023), existem quatro níveis de influência que a liderança pode exercer: coação, persuasão, sugestão e emulação. A coação envolve a aplicação de pressão, coação ou constrangimento para obter conformidade. Por outro lado, a persuasão consiste na liderança prevalecendo sobre alguém por meio de conselhos e argumentos. A sugestão implica em apresentar um plano para que uma pessoa ou equipe considere, avalie ou execute, enquanto a emulação ocorre quando o líder se esforça para igualar ou ultrapassar alguém, adotando suas características. Já para Lacombe, o líder assume o papel de um catalisador da mudança, e sem a sua presença, as chances de sobrevivência da empresa são bastante limitadas. Conforme mencionado pelo autor:

A verdadeira liderança, capaz de superar crises, é um processo conjunto de descobertas: grandes líderes delegam o controle e se tornam mais poderosos distribuindo o poder; alguns são visionários, outros, os que constroem organizações duradouras, são “desenvolvedores de talento”; há ainda os que têm personalidade carismática; outros encontram as pessoas certas para os lugares disponíveis (Lacombe, 2021, p. 83).

O sucesso da liderança está profundamente vinculado à equipe, desde sua composição inicial até sua orientação contínua. Alcançar resultados sólidos demanda investimento constante em treinamento e aprimoramento dos indivíduos, permitindo que cada um contribua com conhecimento e valor de forma progressiva para o desempenho coletivo. Ao guiar uma equipe eficiente, é essencial estabelecer objetivos claros e fornecer direcionamento, proporcionando simultaneamente autonomia e estímulo a cada indivíduo para transcender obstáculos e limitações pessoais. A essência da liderança não reside em emitir ordens, mas em servir como guia que aponta o caminho a percorrer.

1.2 HABILIDADES COMPORTAMENTAIS DOS LÍDERES

Para assumir a posição de liderança, é necessário que o indivíduo apresente certas características distintas daquelas das demais pessoas. Nesse contexto, particularmente significativos são os comportamentos exibidos pelo líder em face das várias situações, os quais serão abordados nesse tópico.

Vivemos num mundo de ritmo cada vez mais acelerado. A sensação que se tem é a de que ligaram as turbinas e fizeram o tempo correr mais rápido. E isso às vezes cansa, não? No trabalho, a pressão por resultados é cada vez maior. Profissionais hipercompetitivos se digladiam para manter ou galgar posições. As pessoas se desdobram em suas funções e o volume de informações é tão grande que chega a assustar. Jornadas cada vez mais longas não são suficientes para dar conta de todas as prioridades (Barbosa, 2012, p. 6).

Dentro do contexto da administração contemporânea, as habilidades de comportamento são percebidas como uma vantagem competitiva substancial. Organizações deslocam a atenção do cargo e começam a valorizar todas as aptidões e competências individuais que podem trazer contribuições positivas ao ambiente empresarial. Essa mudança requer uma dedicação significativa à formação da cultura organizacional, uma vez que as atividades passam a estar centradas em torno de colaboradores e equipes multifuncionais que se destacam pela sua adaptabilidade e flexibilidade. Segundo Lacombe:

Grandes líderes ajustam-se ao princípio número 1 da liderança: “tudo depende” e não costumam se destacar pela execução; grandes líderes comumente amam a confusão; grandes líderes fazem e sabem quando é a hora de esperar; grandes líderes são realistas: vencem pela lógica; concentram-se em poucas coisas; grandes líderes inspiram confiança e confiam em si; entendem o poder do relacionamento; grandes líderes sabem que as mulheres deveriam mandar mais; não temem destruir o que precisa ser destruído; sabem se relacionar com estranhos; cometem muitos erros e não se lamentam por isso nem põe a culpa nos outros; sabem a hora de desafiar; grandes líderes buscam diferenças dramáticas; adoram novas tecnologias; não se conformam com mediocridades ou com médias; criam outros líderes; dizem genuinamente: a culpa foi minha; sabem que vendas são tudo; amam a política; são respeitosos e não perdem a cabeça com os seguidores ou subordinados; sabem ouvir; conhecem a si mesmos; sabem ouvir críticas públicas; sabem a hora de partir (Lacombe, 2021, p. 83).

Competências representam as habilidades que os indivíduos trazem consigo para suas posições e podem se manifestar de forma abrangente por meio dos comportamentos ligados às funções desempenhadas. Sua identificação decorre da análise do desempenho de colaboradores que se destacam, em vez de se basear nas atividades específicas ou nas responsabilidades designadas a eles.

Os líderes de destaque cultivam um conjunto de competências intrinsecamente relacionadas à inteligência emocional. Essas competências são categorizadas em quatro principais áreas: autoconsciência, autogestão, consciência social e relacionamentos. As duas primeiras abrangem competências de ordem pessoal, delineando como o líder interage consigo mesmo. Isso engloba a autoconsciência emocional, que envolve o reconhecimento do impacto dos próprios sentimentos no ambiente de trabalho; autoavaliação, que é a capacidade de entender as próprias limitações; autoconfiança, que implica conhecimento e confiança nas habilidades próprias; autocontrole, que envolve a gestão dos impulsos e emoções pessoais; transparência, que é a disposição de compartilhar crenças pessoais com os outros; adaptabilidade, que diz respeito à habilidade de lidar com diversos desafios sem perder o foco; consecução, que engloba a busca incessante por um desempenho superior; iniciativa, que implica uma percepção aguçada para identificar ou criar oportunidades; e otimismo, que é a capacidade de identificar oportunidades mesmo em meio a adversidades.

As competências sociais, consciência social e relacionamentos, dizem respeito à maneira como o líder interage com outras pessoas. Essas competências englobam a empatia, que envolve a capacidade de entender e se colocar no lugar do outro; a consciência organizacional, que é a compreensão das dinâmicas políticas presentes na organização; o serviço, que se refere à preocupação com a satisfação do cliente; a inspiração, que se manifesta na habilidade de motivar e contagiar os outros; a influência, que é a aptidão para persuadir e envolver indivíduos; o desenvolvimento de pessoas, que compreende a capacidade de identificar e promover o crescimento das habilidades de outras pessoas; a atuação como catalisador de mudança, reconhecendo a necessidade de mudança e sendo um agente dessa mudança; a resolução de conflitos, que se traduz na habilidade de harmonizar diferentes

perspectivas; o trabalho em equipe e a colaboração, que envolvem o desenvolvimento de relacionamentos sólidos como base para o desempenho efetivo das tarefas.

Dentro do contexto de mercados em constante dinamismo e inovações em todas as esferas, o papel do líder tem evoluído para o de orientador e difusor de conhecimento. Uma das abordagens amplamente empregadas na interação entre líder e liderados para guiar a equipe é o feedback. O feedback representa uma interação de assistência mútua que se baseia na troca de informações, com o propósito de aprimorar o desempenho e as relações profissionais, sempre com a mira na realização de objetivos e metas compartilhados.

De acordo com Missel, o feedback pode ser categorizado em três tipos distintos: o positivo, que tem como propósito fortalecer atitudes e comportamentos já eficazes; o construtivo, que visa aperfeiçoar e redirecionar aspectos já presentes; e o não construtivo, que é caracterizado por ser fornecido sem a intenção de promover melhorias ou, em alguns casos, é entregue de forma humilhante e opressiva (MISSEL, 2016).

Para que o *feedback* seja eficaz, é essencial que seja solicitado ou aceito pela pessoa que o receberá. Além disso, ele deve ser embasado em dados concretos, evitando generalizações excessivas, e o fornecedor deve oferecer exemplos claros dos incidentes em questão. A discricção também desempenha um papel crucial; as conversas de feedback devem ocorrer em locais reservados, especialmente quando a intenção é corrigir um comportamento. O timing também é relevante; o feedback deve ser entregue após um intervalo de tempo apropriado em relação ao evento em questão. Isso evita que se torne uma lembrança distante, mas também impede que seja oferecido tão próximo ao evento que as emoções ainda estejam intensas. O líder não deve assumir o papel de juiz em relação ao colaborador. Em vez disso, é crucial que o colaborador compreenda e perceba a validade do feedback para então efetuar as mudanças necessárias. Todo esse processo é uma interação de auxílio mútuo, e sua eficácia depende da confiança recíproca, transparência e coerência entre as partes envolvidas.

Apesar de ser uma ferramenta de importância crucial na gestão de equipes, muitos gestores evitam sua aplicação devido ao receio da reação dos colaboradores, especialmente quando o feedback tem um caráter corretivo. Ainda se nota que muitos

indivíduos interpretam essa prática de forma pessoal, em vez de enxergá-la como um meio de aprimorar e otimizar tanto o desempenho quanto a experiência de trabalho.

Essas discussões delicadas são indispensáveis para um monitoramento mais efetivo do colaborador. Uma das principais fontes de conflito nesse contexto é quando o foco recai sobre aspectos comportamentais. É fundamental que todos os envolvidos compreendam que essa abordagem não está relacionada ao âmbito pessoal, mas sim ao domínio profissional. Seu objetivo é compreender e ajustar comportamentos a fim de aprimorar o ambiente de trabalho e atingir os objetivos estabelecidos.

1.3 ASPECTOS DO COMPORTAMENTO HUMANO EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS

Uma liderança altamente eficaz leva em consideração os desejos e concepções de sua equipe. Quando abordamos o contexto de equipes, estamos tratando de indivíduos, e cada indivíduo é singular em todos os aspectos. Para facilitar uma gestão interpessoal mais eficaz, é crucial compreender o comportamento humano e os fatores correlatos. Embora as organizações possam, muitas vezes, enxergar as pessoas como ativos, ou seja, portadoras de conhecimentos, aptidões, competências e outros atributos, é imperativo lembrar que essas pessoas são seres humanos, cada um carregando consigo suas próprias histórias, aspirações, sonhos e objetivos pessoais.

Conforme explicado por Schermerhorn Jr., Hunt e Osborn, as organizações são compostas por indivíduos diversos, cada um carregando traços humanos únicos. Essas características individuais podem ser categorizadas como diferenças demográficas, que englobam fatores como idade, raça, etnia, sexo e capacidade física (Schermerhorn Jr., Hunt; Osborn, 2007).

Essas variações conduzem a diferentes manifestações de comportamento por parte das pessoas, o que intensifica a importância da compreensão humana por parte da liderança. O ser humano é inerentemente pró-ativo, buscando a realização de aspirações pessoais. Devido à sua natureza social, também procura conexões com outras pessoas e grupos que sustentem sua identidade e bem-estar psicológico. As necessidades individuais são variadas e sujeitas a mudanças constantes. O que

motiva alguém hoje pode perder relevância amanhã. Adicionalmente, as pessoas têm uma capacidade de resposta limitada. Em outras palavras, elas não podem adotar todos os comportamentos possíveis, pois suas características são restritas e delimitadas. Tajra e Santos afirmam que diversos elementos exercem influência sobre o comportamento humano, sendo um deles o fator emocional:

Os comportamentos são regidos pelas emoções. O que são as emoções? Elas são subjetivas, isto é, não são exatas, algo que vai variar de pessoa para pessoa, e estão relacionadas aos valores de cada um, e à forma com que enfrentam determinadas situações. As emoções são caracterizadas pelos sentimentos, pela intensidade com que respondemos a uma determinada ocorrência, como a raiva, a tristeza, a alegria, a ansiedade e o medo. O processo emocional é determinado por uma resposta que por sua vez se origina de uma reação interna frente a um estímulo que o conduz e desencadeia a expressão, a reação externa (Tajra; Santos, 2014, p. 84).

Assim como um motor que impulsiona uma máquina, a motivação serve como o combustível interno que direciona as ações das pessoas. Ela é o fator intrínseco que influencia as escolhas, energiza os esforços e orienta os indivíduos na busca de metas e objetivos específicos, tornando-se um componente crucial no entendimento do comportamento humano. Para compreender o conceito de motivação, Bergamini diz que ela:

Pode e dever ser considerada uma força propulsora que tem suas fontes frequentemente escondidas dentro de cada um, e que a satisfação ou insatisfação que podem oferecer fazem parte integrante de sentimentos de prazer ou desprazer diretamente acessíveis somente a quem experimenta (Bergamini, 2008, p. 108).

A motivação está intrinsecamente relacionada à satisfação de necessidades humanas, que são transitórias e efêmeras, conferindo à motivação um caráter cíclico e orientado por diversas necessidades. Um dos estudos mais renomados sobre necessidades humanas é a teoria de Maslow, que construiu uma estrutura hierárquica para as necessidades que impactam o comportamento humano. Sua pesquisa classifica as necessidades em dois grupos: as primárias, que englobam as fisiológicas e de segurança, e as secundárias, abarcando as sociais, de estima e de autorrealização.

Possuir um conhecimento sólido sobre o comportamento humano nas estruturas organizacionais é de suma importância, visto que todas as atividades desempenhadas nas empresas são conduzidas por indivíduos. Além disso, grande parte dos conflitos que surgem está intrinsecamente relacionada aos elementos comportamentais e às dinâmicas interpessoais. Nesse contexto, compreender os meandros das interações humanas e dos impulsos comportamentais não apenas amplifica a eficácia da gestão, mas também contribui para a promoção de um ambiente laboral mais harmonioso e produtivo.

2 METODOLOGIA

A metodologia apresenta as técnicas utilizadas para desenvolver a pesquisa, sendo que as etapas de desenvolvimento são categorização da pesquisa, geração de dados, análise e interpretação dos dados, análise dos resultados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo é categorizado quanto à sua natureza como uma pesquisa teórica empírica e explicativa, buscando ampliar o conhecimento sobre a gestão de pessoas e a liderança na prática.

Quanto à forma de abordagem foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois envolve a percepção como experiência prática de autores especializados no segmento.

Sobre os objetivos propostos este trabalho adota as pesquisas exploratória; descritiva e explicativa. A pesquisa tem aspecto exploratório por buscar informações sobre o tema tendo embasamento bibliográfico com diversos autores, para obter um melhor entendimento do assunto estudado, caráter descritivo por apresentar como está sendo feito atualmente a gestão de pessoas e a liderança na prática.

Quanto aos procedimentos utilizados para o desenvolver da pesquisa é considerada como pesquisa bibliográfica pois buscou-se obras, livros, revistas e artigos de autores renomados no assunto. A pesquisa também é considerada

explicativa, pois realizou-se a junção dos conhecimentos buscados e relatados de forma acessível em relação a interpretação.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados foram gerados no período de agosto a outubro de 2023 por meio da documentação indireta, através de pesquisas em sites relacionados ao tema gestão de pessoas e liderança. Procurou-se realizar uma abordagem sobre o tema em proporcionar à construção deste artigo.

2.3 ANALISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Para analisar e interpretar os dados do presente estudo utilizou-se o método de abordagem dedutivo, pois teve foco primeiramente na pesquisa bibliográfica documental e a partir da compreensão destes realizou-se o estudo de caso.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente artigo se debruça sobre a capacitação da liderança na gestão de equipes pode revelar uma série de insights cruciais para o desenvolvimento organizacional. Uma área de enfoque poderia ser a identificação e análise das habilidades de liderança que são mais impactantes na condução de equipes para o sucesso. Explorar como líderes capacitados conseguem inspirar e motivar suas equipes, desenvolvendo um ambiente propício à inovação e ao alcance de metas, seria fundamental para compreender as nuances desse processo.

Além disso, o artigo abordou estratégias específicas de capacitação utilizadas para moldar comportamentos de liderança eficazes. Isso inclui programas de treinamento, mentorias ou abordagens inovadoras que visam aprimorar as habilidades interpessoais, a inteligência emocional e a tomada de decisões estratégicas dos líderes. A análise crítica dessas estratégias pode fornecer uma visão aprofundada sobre como as organizações podem investir de maneira mais eficaz no desenvolvimento de suas lideranças.

Por último, o artigo explorou os impactos tangíveis da liderança capacitada na dinâmica da equipe e nos resultados organizacionais. Pode-se perceber que líderes bem treinados influenciam a produtividade, a satisfação no trabalho e a retenção de talentos poderia oferecer uma visão prática dos benefícios decorrentes da capacitação da liderança na gestão de equipes. Essa abordagem centrada em resultados pode fornecer insights valiosos para organizações que buscam aprimorar suas práticas de liderança para promover o sucesso sustentável.

CONCLUSÃO

No panorama contemporâneo, o papel do líder nas empresas é de extrema relevância, uma vez que recai sobre ele a responsabilidade de catalisar a motivação e o engajamento da equipe, impulsionando-a constantemente na direção dos objetivos estabelecidos. Para alcançar tal êxito, é imprescindível que o líder possua um profundo entendimento do comportamento humano e das fontes que impulsionam a motivação. Dessa maneira, ele está capacitado a executar suas tarefas com eficácia, atuando como um mediador perspicaz que harmoniza as aspirações do time com as metas da instituição.

Indivíduos apresentam habilidades únicas, abrangendo tanto aspectos comportamentais quanto conhecimento especializado. No contexto de liderança, um dos maiores desafios reside na habilidade de gerir principalmente as dimensões comportamentais, formando uma equipe que não apenas reúna competências, mas também contribua com suas singularidades para o progresso e estabilidade do grupo. A esfera comportamental, sendo um fator significativo nos conflitos e tensões interpessoais, exerce uma influência não apenas nas relações pessoais, mas também nas interações de trabalho, erguendo-a como uma temática sensível no seio das organizações.

Portanto, uma equipe guiada por um líder de referência tem a tendência de alcançar resultados superiores, uma vez que a qualidade da liderança exerce um impacto significativo no cotidiano operacional. Esse líder carrega a responsabilidade de orquestrar o percurso desde a seleção da equipe até a promoção do contínuo crescimento individual de cada integrante, abrangendo tanto os traços

comportamentais quanto as aptidões técnicas intrínsecas a cada função ocupada. Conseqüentemente, a implementação de um processo de capacitação contínua e desenvolvimento ganha destaque, caracterizado por diretrizes bem definidas, juntamente com práticas rotineiras de avaliação e avaliação dos conhecimentos adquiridos. Tais iniciativas não só dotam os líderes com uma preparação mais robusta em todos os âmbitos pertinentes, mas também fornecem alicerces cruciais para a empresa em diversas esferas que abrangem esses dados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Christian. **A Tríade do Tempo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas**: transformando o executivo em um excelente líder de talentos: um guia para o executivo lidar com sua equipe de trabalho. 6. ed. Barueri: Atlas, 2023.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos**: princípios e tendências. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MISSEL, Simoni. **Feedback Corporativo**: como saber se está indo bem. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SCHERMERHORN JR, John R.; HUNT, James G.; OSBORN, Richard N. **Fundamentos de Comportamento Organizacional**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

TAJRA, Sanmya Feitosa; SANTOS, Nádia dos. **Planejamento e Liderança**: conceitos, estratégias e comportamento humano. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

DIREITO SISTÊMICO E CONSTELAÇÃO FAMILIAR: MÉTODOS HUMANIZADOS PARA SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS FAMILIARES

Francini Tayná Maganha Bamberg¹
Franciele Seger²

RESUMO

O tema da presente pesquisa trata sobre a aplicação da Constelação Familiar no Direito das Famílias como uma abordagem sistêmica para a resolução de conflitos e promoção de relações familiares saudáveis. A delimitação temática desta pesquisa analisa os diferentes formatos de família, a legislação relacionada aos métodos alternativos de resolução de conflitos, focando na mediação, o estudo do Direito Sistêmico e a aplicação da Constelação Familiar na solução de conflitos familiares. Esta pesquisa norteia-se pela seguinte problemática: como a Constelação Familiar pode ser aplicada no Direito de Família como uma abordagem sistêmica para a resolução de conflitos e promoção de relações familiares saudáveis? O objetivo geral é analisar como e em que medida a Constelação Familiar pode auxiliar na solução de conflitos no Direito de Família. A pesquisa é relevante, pois a Constelação Familiar surge como uma técnica complementar e inovadora que aborda as relações familiares de forma sistêmica e holística, indo além dos aspectos puramente jurídicos. A pesquisa adota abordagem qualitativa e teórica, utilizando métodos bibliográficos e documentais, com enfoque hipotético-dedutivo, histórico e comparativo. A partir da pesquisa conclui-se que as relações familiares complexas desafiam os profissionais jurídicos, influenciadas por diversos formatos familiares na sociedade contemporânea. Métodos alternativos, como a Constelação Familiar, revelam aspectos ocultos, proporcionando compreensão profunda dos padrões familiares. O Direito Sistêmico inova ao considerar não apenas partes, mas sistemas familiares como um todo.

Palavras-chave: Conflitos Familiares; Constelação Familiar; Direito Sistêmico.

ABSTRACT

The theme of this research deals with the application of Family Constellation in Family Law as a systemic approach to resolving conflicts and promoting healthy family relationships. The thematic delimitation of this research analyzes the different family formats, the legislation related to alternative conflict resolution methods, focusing on mediation, the study of Systemic Law and the application of Family Constellation in resolving family conflicts. This research is guided by the following problem: how can Family Constellation be applied in Family Law as a systemic approach to resolving conflicts and promoting healthy family relationships? The general objective is to analyze how and to what extent Family Constellation can help in resolving conflicts in Family Law. The research is relevant, as Family Constellation emerges as a

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 10^o Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Francini.bamberg1@gmail.com

² Mestre em Direito. Orientadora. Professora do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. franci.seger@hotmail.com

complementary and innovative technique that addresses family relationships in a systemic and holistic way, going beyond purely legal aspects. The research adopts a qualitative and theoretical approach, using bibliographic and documentary methods, with a hypothetical-deductive, historical and comparative approach. From the research it is concluded that complex family relationships challenge legal professionals, influenced by different family formats in contemporary society. Alternative methods, such as Family Constellation, reveal hidden aspects, providing a deep understanding of family patterns. Systemic Law innovates by considering not just parts, but family systems as a whole.

Keywords: Family Conflicts; Family Constellation; Systemic Law.

INTRODUÇÃO

O Direito de Família desempenha um papel fundamental na estruturação e regulamentação das relações familiares. No entanto, as questões envolvendo família são complexas e repletas de emoções intensas, o que torna a resolução de conflitos um desafio constante para os profissionais jurídicos envolvidos.

O tema da presente pesquisa trata sobre a aplicação da Constelação Familiar no Direito das Famílias como uma abordagem sistêmica para a resolução de conflitos e promoção de relações familiares saudáveis. A delimitação temática desta pesquisa abrange a análise dos diferentes formatos de família, a legislação relacionada aos métodos alternativos de resolução de conflitos, com foco na mediação, o estudo do Direito Sistêmico e a aplicação da Constelação Familiar na solução de conflitos familiares.

Diante dos desafios e conflitos enfrentados no âmbito do Direito de Família, surge a necessidade de explorar abordagens alternativas que possam oferecer soluções mais efetivas e duradouras. Nesse contexto, o problema de pesquisa é: como a Constelação Familiar pode ser aplicada no Direito de Família como uma abordagem sistêmica para a resolução de conflitos e promoção de relações familiares saudáveis?

A pesquisa se revela importante na medida em que a Constelação Familiar surge como uma técnica complementar e inovadora, que busca ir além dos aspectos puramente jurídicos, abordando as relações familiares de forma sistêmica e holística.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para compreender conflitos familiares e métodos alternativos de resolução. O tratamento de dados é descritivo e explicativo, utilizando pesquisa bibliográfica e documental por meio de fontes teóricas como livros, artigos científicos e legislação. O método de abordagem é hipotético-dedutivo, analisando se a Constelação Familiar pode ser aplicada no Direito de Família para resolver conflitos. São empregados métodos históricos e comparativos para uma compreensão abrangente. O objetivo é chegar a uma conclusão lógica e adequada através de uma explanação dedutiva.

Quanto à estrutura, a presente pesquisa está dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo será tratado sobre os conflitos familiares e os métodos alternativos para a resolução de conflitos. No segundo capítulo examinar-se-á o campo do Direito Sistêmico e a aplicação da Constelação Familiar na solução de conflitos familiares.

1 OS CONFLITOS FAMILIARES E OS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

O campo do Direito de Família é uma das áreas jurídicas que possui uma estrutura abrangente, devido ao intenso interesse público relacionado aos cuidados familiares. Essa preocupação pode ser observada ao longo da história em diversas circunstâncias.

A família representa o primeiro grupo social ao qual os seres humanos pertencem, exercendo assim uma influência direta no comportamento das pessoas. É dentro do ambiente familiar que, em geral, os indivíduos recebem os primeiros ensinamentos morais e sociais que formarão a base de sua socialização.

Ao longo dos anos, a estrutura familiar tem passado por mudanças significativas devido a uma série de fatores, como influências políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais. Essas transformações refletem a tentativa de adaptação do conceito de família aos padrões de comportamento de uma sociedade contemporânea, que por muito tempo foi regida pelas normas estabelecidas pelo Estado e pela Igreja (Pereira, 1999).

O modelo familiar descrito foi regulamentado pelo Código Civil Brasileiro de 1916, que possuía uma perspectiva altamente discriminatória em relação à família,

inclusive promovendo diversas formas de discriminação. No entanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, uma nova era se inicia para as famílias brasileiras, introduzindo novos conceitos, como a diversidade das entidades familiares, a igualdade entre os filhos e a igualdade entre os cônjuges.

Com a implementação da Constituição Federal de 1988, a família adquire um novo significado, tornando-se um ambiente propício para o desenvolvimento do afeto e para a concretização dos princípios fundamentais da dignidade humana, buscando proteger e promover o bem-estar individual de todos os seus membros (Lôbo, 2004).

Diante disso, essa visão ampliada da família como um ambiente propício para o desenvolvimento do afeto e para a concretização dos princípios fundamentais reflete a evolução das concepções sobre os direitos e necessidades individuais. A família passa a ser compreendida como um espaço de proteção e promoção do bem-estar de todos os seus membros, reconhecendo a importância de garantir igualdade, respeito e dignidade (Lôbo, 2004). Em relação à família, a Constituição estabelece o seguinte conteúdo:

Art. 226 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (Brasil, 1988).

O Direito de Família tem adotado o afeto como um elemento essencial na formação da entidade familiar, pois é por meio desse sentimento que as relações são construídas e ganham força. É a presença desses laços afetivos que sustenta e fundamenta as relações familiares (Dias, 2016).

No sistema jurídico brasileiro, o conceito de família foi ampliado, abrangendo diversas formas de entidades familiares. Algumas formas de entidades familiares consideradas são: a) família matrimonial: resultante do casamento formal; b) família informal: resultante da união estável; c) família monoparental: formada por um dos pais com seus filhos; d) família homoafetiva: formada pela união de pessoas do mesmo sexo; e) família anaparental: composta apenas pelos filhos; e) família eudemonista: caracterizada pelo vínculo afetivo, buscando a felicidade individual (Gonçalves, 2014).

Como visto acima, a relação familiar é especial, pois envolve afetividade e traz consigo a característica peculiar da continuidade, devendo ser tratada pelo Direito com extrema importância e atenção. Desta forma, exige-se que os profissionais do Direito sejam mais sensíveis diante dos conflitos familiares, e tenham uma formação distinta, pois devem levar em conta que este ramo envolve as emoções e sentimentos das pessoas.

O artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal estabelece que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário a lesão ou ameaça a direito". (Brasil, 1988). Esse dispositivo legal garante a todos o direito de acesso à justiça para a proteção de seus direitos, abrangendo questões individuais e coletivas, incluindo medidas preventivas (Cappelletti; Garth, 1988).

O acesso à justiça deve ser igualitário para todos, resultando em soluções individuais e justas. Essa busca por decisões mais justas, rápidas e eficazes tem possibilitado o uso de meios pacíficos para resolver conflitos.

A mediação passou a ser reconhecida e valorizada a partir do momento em que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Resolução no 125/2010, posteriormente modificada pela Emenda no 2 de 2016. Essa resolução estabeleceu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse do Poder Judiciário, que prevê a criação de órgãos especializados para a resolução dessas demandas por meio de métodos diferenciados (Cabral, 2017).

Em 2015, foi promulgada a Lei da Mediação, que trata da utilização da mediação entre particulares como um meio de solução de controvérsias, bem como da autocomposição de conflitos no contexto da administração pública, tanto no âmbito

processual quanto no pré-processual, trazendo em seu artigo primeiro a seguinte redação:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia (Brasil, 2015).

Nesse contexto, torna-se mais evidente e protegida a possibilidade de buscar a resolução de direitos por meio de métodos alternativos, evitando a necessidade de recorrer ao sistema judiciário e economizando tempo. Para esse fim, existem os seguintes métodos disponíveis: mediação, conciliação, negociação e arbitragem.

O artigo 165, do CPC aborda a criação de centros de resolução consensual de conflitos. Nesse sentido, o legislador reconheceu a importância dos tribunais se adequarem a essa técnica, que já vem sendo discutida há muito tempo. No entanto, ainda há uma certa resistência na aplicação efetiva desses métodos consensuais de resolução de conflitos por parte de alguns tribunais e advogados (Brasil, 2015).

De acordo com o Manual de Mediação Judicial, a mediação é um método de resolução de conflitos no qual ocorre um processo que envolve uma série variada de procedimentos, nos quais as partes envolvidas facilitam a negociação entre si. Pode ser utilizada em diversas questões, sendo elas separação, pensão alimentícia, guarda de crianças, partilha de bens e outros assuntos de natureza familiar de forma abrangente (CNJ, 2016).

A mediação possui características reconhecidas pela doutrina, que incluem: a presença de um terceiro imparcial, o consentimento das partes envolvidas, a possibilidade de intervenção desse terceiro, a participação voluntária das partes e o poder limitado do mediador (Santos, 2004).

Os princípios fundamentais aplicáveis à mediação estão delineados no artigo 166 do CPC e no artigo 2º da Lei de Mediação (Lei 13.140/2015). Este último prevê o seguinte:

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios: I - imparcialidade do mediador; II - isonomia entre as partes; III - oralidade; IV - informalidade; V - autonomia da vontade das partes; VI - busca do consenso; VII - confidencialidade; VIII - boa-fé (Brasil, 2015).

À vista do exposto, no próximo capítulo, considerando a diversidade de estruturas familiares na sociedade e os conflitos inerentes ao ambiente familiar, conceituar-se-á a abordagem sistêmica da Constelação Familiar como uma ferramenta para auxiliar em situações complexas que muitas vezes estão além da capacidade da jurisdição estatal em resolver.

2 CONCEITO E APLICAÇÃO DO DIREITO SISTÊMICO NO BRASIL

Com a evolução conceito de família e o cenário que o cerca, tornou-se cada vez mais frequente presenciar os integrantes da família debatendo suas diferenças, indagando e buscando acordos. Conseqüentemente, o conflito se tornou mais prevalente nas dinâmicas familiares.

Quando ocorrem conflitos familiares, o que se espera é que sejam resolvidos dentro da própria convivência familiar, através do diálogo. Porém, quando isso não é possível, a busca por um meio alternativo faz-se necessária e, conseqüentemente, os conflitos são levados ao judiciário, para que um terceiro imparcial possa conduzir e buscar uma solução (Nader, 2012).

Nesse contexto surge o “Direito Sistêmico”, cujo termo foi desenvolvido pelo juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia, Sami Storch, e surge a partir de experiências pessoais vividas por ele, que passou a desenvolver um pensamento que uniu o Direito e a Psicoterapia, após perceber que as técnicas aprendidas nas Constelações Familiares poderiam trazer benefícios dentro do sistema jurídico.

A abordagem do Direito Sistêmico, no âmbito discutido neste contexto, originou-se da análise jurídica à luz das influências e dinâmicas presentes nas relações humanas, baseando-se nos princípios das Constelações Sistêmicas desenvolvidas pelo terapeuta e filósofo alemão Bert Hellinger (Storch, 2011).

Para o Magistrado, o Direito Sistêmico se propõe a encontrar a verdadeira solução do conflito, que abrange todo o sistema envolvido no conflito na esfera judicial

ou fora dela, pois quando uma das partes não está bem, todos os que com ela se relacionam poderão sofrer as consequências (Storch, 2011). Ademais:

[...] o Direito Sistêmico pode ser compreendido como um ramo da Ciência Jurídica, que busca e proporciona a viabilidade e o entendimento do Direito dentro de uma disciplina de convivência humanizada, tornando-o uma nova possibilidade para a adequação do comportamento humano, não pela coerção, mas pela conscientização através das ordens sistêmicas efetivando uma melhor dinâmica da Justiça e o alívio dos jurisdicionados. [...] A proposta do Direito Sistêmico, é passar a uma nova fase do Direito: sem julgamentos e com maior efetividade aos jurisdicionados pela tomada de consciência e responsabilização deles mesmos (de cada parte) pelas escolhas ao passo de considerar o Direito com uma ordenação complexa da vida e convivência humana (Badalotti, 2018, n.p.).

A proposta do Direito Sistêmico é superar a visão tradicional do Direito como um sistema de julgamentos e punições, e promover uma maior efetividade e harmonia nas relações jurídicas. Isso é alcançado através da tomada de consciência dos envolvidos, que são incentivados a refletir sobre suas escolhas e assumir responsabilidade por suas ações (Badalotti, 2018).

Quando uma solução que beneficia apenas uma das partes não leva em consideração o sistema como um todo envolvido na controvérsia, as consequências se espalham para além da parte em desequilíbrio, resultando em sofrimento para todos os envolvidos no conflito. Ao adotar uma abordagem sistêmica, é possível reinterpretar a dor individual, de modo que o problema seja abordado em sua origem e considerando todos os aspectos, a fim de alcançar uma solução pacífica e harmoniosa (Beckenkamp; Brandt, 2019).

Destaca-se que os autos de um processo não mostram toda a realidade e complexidade dos fatos, muito menos a profunda origem dos conflitos. Para o magistrado, utilizar o conhecimento sistêmico auxiliar em compreender mais profundamente o conflito, encontrando uma solução mais harmônica e eficaz (Storch, 2015). Para o Autor:

Os conflitos surgem no meio de relacionamentos e, nas palavras de Bert Hellinger, “os relacionamentos tendem a ser orientados em direção a ordens ocultas. [...] O uso desse método faz emergir novas possibilidades de entender o contexto dos conflitos e trazer soluções que causam alívio a todos os envolvidos”. O mero conhecimento dessas ordens ocultas, descritas por Hellinger como as “ordens do amor”, permite a compreensão das dinâmicas dos conflitos e da violência de forma mais ampla, além das aparências,

facilitando ao julgador adotar, em cada caso, o posicionamento mais adequado à pacificação das relações envolvidas (Storch, 2015, p. 3).

Nesse sentido, considera-se que a forma como o Judiciário lida com os conflitos, já não é mais vista como eficiente. Uma sentença de mérito, proclamada pelo juiz, quase sempre gera inconformismo e não raro desagrada a ambas as partes. Em vários casos, acarreta a interposição de recursos e manobras processuais ou extraprocessuais que obstam a execução. Por consequência, a pendência tende a se prolongar no tempo, gerando custos ao Estado e incerteza e sofrimento para as partes (Storch, 2015).

A Constelação Familiar trabalha com fatos que já aconteceram, para que, com a terapia, consiga atingir a paz e ter um bom convívio. Ou seja, deixando o passado e o que lhe feriu para trás. A terapia visa identificar a origem do problema a ser resolvido, explorando as dinâmicas familiares e a ancestralidade. Acredita-se que as gerações passadas exercem uma influência significativa sobre o indivíduo e, portanto, é necessário abordar essas influências ao longo do processo terapêutico (Braga, 2009). Nesse contexto:

Nos sistemas familiares, questões vivenciadas por gerações anteriores, como por exemplo, injustiças cometidas, mortes precoces, suicídios, podem inconscientemente afetar a vida de seus familiares com enfermidades inexplicáveis, depressões, novos suicídios, relações de conflito, transtornos físicos e psíquicos, dificuldade de estabelecer relações duradouras com parceiros, comportamentos conflitantes entre familiares, dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, entre outros (Braga, 2009, p. 276).

O foco da Constelação Familiar é obter uma nova compreensão sobre as dinâmicas que regem os sistemas e como esses sistemas atuam nas vidas das pessoas, podendo contribuir a descoberta da raiz do conflito, auxiliando mudança pessoal e do próprio sistema.

O movimento sistêmico, que utiliza a técnica da Constelação Familiar, desempenha um papel importante no sistema judicial, uma vez que contribui de forma abrangente para a humanização da resolução de conflitos. Ainda de acordo com o magistrado, a aplicação do Direito Sistêmico tem demonstrado resultados impressionantes em sua prática jurídica em diversas áreas, incluindo a obtenção de

conciliações mesmo em casos considerados difíceis, bem como no tratamento de questões relacionadas à infância, juventude e área criminal (Storch, 2020).

Dessa forma, através do enfoque sistêmico, busca-se uma abordagem mais empática e eficaz na solução dos conflitos, promovendo uma maior compreensão das dinâmicas familiares e sociais envolvidas, e possibilitando a construção de acordos mais equilibrados e satisfatórios para todas as partes envolvidas.

Storch foi pioneiro na aplicação do Direito Sistêmico nas atividades jurisdicionais em sua comarca no interior da Bahia. Ele adaptou algumas práticas no manejo das conciliações, audiências e no uso da palavra pelas partes e advogados. Além disso, ele organizou palestras vivenciais, convidando as partes em litígio que tinham processos em sua vara a participarem voluntariamente de Constelações Familiares. Esses encontros eram realizados nas dependências do fórum, proporcionando uma abordagem diferenciada para a resolução dos conflitos (Silva; Junior, 2020).

Em 2012, Storch realizou testes da técnica de constelações com cidadãos do município de Castro Alves, localizado a 191 quilômetros de Salvador. Nas 90 audiências conduzidas, em pelo menos 3 delas, uma das partes participou da vivência de constelações. Surpreendentemente, o índice de conciliação alcançado nessas situações foi de 91%. Isso demonstra a eficácia e o potencial dessa abordagem na promoção da resolução pacífica de conflitos (Storch, 2018).

Ao aplicar as constelações nos processos da 2ª Vara da Família da comarca de Itabuna, no estado da Bahia, o Juiz Sami Storch observou que os envolvidos interagiam de forma pacífica. A técnica de constelações mostrou-se capaz de estimular a conciliação, uma vez que as partes envolvidas conseguiram enxergar, por meio dessa abordagem, as raízes dos conflitos que permeavam sua delicada relação. Esse resultado positivo nas sessões iniciais se repetiu posteriormente em sessões com advogados envolvidos nos casos (Storch, 2018). Em virtude dos resultados positivos alcançados, a técnica do Direito Sistêmico começou a se disseminar pelos fóruns brasileiros.

As Constelações Familiares estão presentes em mais dezesseis Estados brasileiros, abrangendo regiões como Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul e São Paulo. A

rápida expansão desse método no Sistema Judiciário brasileiro é resultado da sua comprovada eficácia. Cada vez mais, juízes, advogados e demais operadores do Direito estão buscando alternativas que efetivamente solucionem os conflitos familiares, reconhecendo nas constelações uma abordagem valiosa e promissora nesse sentido (Rieger, 2020).

Destarte, a aplicação da Constelação Familiar no âmbito do Direito de Família oferece uma oportunidade única para identificar padrões comportamentais que causam sofrimento psicológico e emocional. Quando essas questões não são abordadas com cuidado, os litigantes frequentemente não conseguem encontrar uma solução adequada para seus problemas, alimentando sentimentos de vingança, raiva, insatisfação e descontentamento. Por meio da Constelação Familiar é possível explorar esses aspectos ocultos e promover uma abordagem mais profunda e holística na resolução de conflitos familiares (Promad, 2019).

A incorporação da Constelação Familiar no campo do Direito de Família traz vantagens significativas, incluindo a humanização do sistema jurídico, maior celeridade nos processos e uma diminuição na quantidade de novas demandas. É altamente recomendável que os advogados que atuam nessa área se familiarizem com a metodologia das Constelações Familiares e saibam como aplicá-la em seus atendimentos. Ao adotar essa abordagem, é possível alcançar acordos mais efetivos para os clientes, proporcionando-lhes não apenas soluções legais, mas também uma maior sensação de felicidade e satisfação ao término do processo (Promad, 2019).

Essa integração entre o Direito e as Constelações Familiares traz benefícios não só para os indivíduos envolvidos, mas também para o sistema judiciário como um todo. Assim, a Constelação Familiar desempenha um papel relevante na transformação do sistema de justiça, promovendo uma cultura de paz e favorecendo o desenvolvimento de relações mais saudáveis e equilibradas nas famílias e na sociedade em geral.

CONCLUSÃO

Ao longo da pesquisa, pôde-se compreender que as relações familiares são complexas e repletas de emoções intensas, o que torna a resolução de conflitos um desafio constante para os profissionais jurídicos envolvidos. Os diferentes formatos de família presentes na sociedade contemporânea podem influenciar a configuração de conflitos familiares devido à diversidade de valores, expectativas e necessidades presentes nessas relações.

A presente pesquisa investigou diversos aspectos relacionados aos conflitos familiares e sua resolução, tendo como objetivos específicos os seguintes pontos principais: analisar a legislação relacionada aos métodos alternativos de resolução de conflitos e seu impacto na ampliação do acesso à justiça e compreender o conceito e a aplicação do Direito Sistêmico no Brasil, especialmente no contexto dos conflitos familiares.

No campo do Direito Sistêmico, constatou-se que essa abordagem inovadora, especialmente no âmbito dos conflitos familiares, permite uma compreensão mais ampla e holística dos conflitos, levando em consideração não apenas as partes envolvidas, mas também os sistemas familiares. Nesse sentido, confirma-se que a Constelação Familiar pode ser aplicada no Direito de Família como uma abordagem sistêmica para a resolução de conflitos e promoção de relações familiares saudáveis.

A análise realizada permitiu perceber que a Constelação Familiar e o Direito Sistêmico oferecem uma perspectiva mais abrangente e integradora, superando os aspectos puramente jurídicos e considerando as dinâmicas e relações familiares em sua totalidade.

Assim, a contribuição dessa investigação está em fornecer uma visão mais ampla e abrangente no campo do Direito de Família, considerando a diversidade das relações familiares e propondo abordagens inovadoras que colocam o bem-estar e a resolução pacífica no centro do processo, a fim de promover relacionamentos familiares saudáveis, justiça e bem-estar para todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

BADALOTTI, Damaris. **Direito Sistêmico**: contribuições para o exercício da advocacia. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XXI, n. 171, abr 2018. Disponível em <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-171/direito-sistemico-contribuicoes-para-o-exercicio-da-advocacia/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BECKENKAMP, Cristine; BRANDT, Fernanda. **O Direito Sistêmico**: a aplicação das técnicas de constelações familiares para tratamento dos litígios nas varas de família. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/19650/1192612364>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRAGA, Ana Lucia de Abreu. **Psicopedagogia e Constelação Familiar Sistêmica**: um estudo de caso. *Psicopedagogia*, 2009; 26(80): p. 276.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. **Lei 13.140 de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Disponível em . Acesso em: 20 jun. 2023.

CABRAL, Trícia N. X. **A Evolução da Conciliação e da Mediação no Brasil**. *Revista Fonamec*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 354-359, maio 2017. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/fonamec/volumes/volumel/revistafonamec_numero1volume1_354.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2023.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Ed. Sergio Antônio Fabris, 1988.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Manual de Mediação Judicial**. Gestor Nacional de Conciliação. Poder Judiciário, 6ª Edição, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: direito de família – de acordo com a Lei 12.874/2013. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 6.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **A Repersonalização das Relações de Família**. Revista Brasileira de direito de Família. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, v.6.n.24, jun/jul, 2004.

NADER, P. **Introdução ao Estudo do Direito**. 34 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2012
Pereira, Sérgio Grischkow. Concubinato-União Estável. In: Pereira, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Repensando o Direito de família** – anais do I Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: Del Rey (1999)

PROMAD. **Constelação Familiar Relacionada ao Direito de Família**: prática costuma facilitar acordos. Disponível em:
<<https://www.promad.adv.br/blog/constelacao-familiarrelacionada-ao-direito-de-familia>>. Acesso em: 21 jun. 2023

RIEGER, Poliene. **Constelações Familiares no Direito de Famílias**. 2020. In: JUS Disponível em: Acesso em: 03 jun. 2023.

SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. **Noções Gerais da Arbitragem**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

SILVA, Mário Augusto Paixão Da; JUNIOR, Nelson Saule. O Direito Sistêmico no âmbito da Educação Jurídica – Uma análise da aplicabilidade da técnica de Constelação Familiar Sistêmica como meio de resolução de conflitos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 08, Vol. 09, pp. 05-23. Agosto de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em
<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/direito-sistemico>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

STORCH, Sami. **Direito Sistêmico é uma Luz no Campo dos Meios Adequados de Solução de Conflitos**. 2018. In: CONJUR. Disponível em:
<<https://www.conjur.com.br/2018-jun-20/sami-storch-direito-sistemico-e-uma-luz-solucao-conflitos/>>. Acesso em: 23 jun 2023.

STORCH, Sami. **Direito sistêmico**: primeiras experiências com constelações no judiciário. Filosofia, pensamento e prática das constelações sistêmicas, e. 04. 2015, Apud PROCHNOW, Camila Wilke. Constelações sistêmicas e resolução de conflitos no direito de família. Implementação da técnica das constelações junto ao poder judiciário brasileiro. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

STORCH, Sami. **O que é Direito Sistêmico?** 29 set. 2011. Disponível em:
<<http://direitosistemico.wordpress.com/201011/29/o-que-direito-sistemico/>>. Acesso em: 01 out. 2022.

EXPLORANDO NOVOS HORIZONTES: INOVAÇÕES E ESTRATÉGIAS EM MARKETING PARA EMPRESAS DO SETOR DE TURISMO

Brenda Jardim¹
Cibeli Taís Angnes²
Guilherme Bussi³
Camila Gabriele Câmara⁴
Danieli Hermes Rodrigues⁵

RESUMO

Este artigo explora a evolução do *marketing*, desde o *Marketing 1.0* até o *Marketing 5.0*, com ênfase no setor turístico. O problema abordado é a necessidade de compreender as transformações nas práticas comerciais e nas percepções dos consumidores para adaptar estratégias no contexto dinâmico do turismo. O objetivo é analisar inovações e estratégias de marketing, destacando o papel crucial do marketing digital e explorando a realidade aumentada, *Chatbots* e *Marketing de Influenciadores* no setor turístico. Ao longo do texto, identificamos a transição do foco exclusivo na produção (*Marketing 1.0*) para a era centrada no consumidor (*Marketing 2.0*), evoluindo para o *Marketing 3.0*, 4.0 e, finalmente, o *Marketing 5.0*, que coloca o cliente no centro das estratégias. No âmbito do turismo, desde a década de 1950, o marketing desempenha um papel essencial na compreensão das necessidades dinâmicas dos consumidores, impulsionando a busca por inovações. A realidade aumentada oferece experiências virtuais envolventes, os *Chatbots* garantem comunicação eficiente e personalizada, enquanto o *Marketing de Influenciadores* amplia a visibilidade da marca. Portanto, o marketing no turismo busca não apenas atender às necessidades dos clientes, mas construir conexões emocionais e significativas, enfatizando a importância da adaptação e da integração inteligente de tecnologias emergentes para um futuro sustentável e bem-sucedido no setor turístico.

Palavras-chave: Marketing; Turismo; Estratégias.

ABSTRACT

This article explores the evolution of marketing, from Marketing 1.0 to Marketing 5.0, with an emphasis on the tourism sector. The problem addressed is the need to understand transformations in business practices and consumer perceptions in order

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: jdmbrenda@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: cibelitaís8@gmail.com

³ Acadêmico do Curso de Administração - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: guilhermebussi1005@gmail.com

⁴ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Orientadora. Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: camaracamila@hotmail.com

⁵ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Orientadora. Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: prof.danielihermes@hotmail.com

to adapt strategies in the dynamic context of tourism. The aim is to analyze marketing innovations and strategies, highlighting the crucial role of digital marketing and exploring Augmented Reality, Chatbots and Influencer Marketing in the tourism sector. Throughout the text, we identify the transition from an exclusive focus on production (Marketing 1.0) to the consumer-centric era (Marketing 2.0), evolving to Marketing 3.0, 4.0 and, finally, Marketing 5.0, which places the customer at the center of strategies. In the field of tourism, since the 1950s, marketing has played an essential role in understanding the dynamic needs of consumers, driving the search for innovation. Augmented Reality offers immersive virtual experiences, Chatbots guarantee efficient and personalized communication, while Influencer Marketing increases brand visibility. Therefore, tourism marketing seeks not only to meet customer needs, but to build emotional and meaningful connections, emphasizing the importance of adaptation and intelligent integration of emerging technologies for a sustainable and successful future in the tourism sector.

Keywords: Marketing; Tourism; Strategies.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a indústria do turismo passou por uma transformação significativa, impulsionada pelo avanço tecnológico e pelas mudanças nas preferências dos consumidores. Nesse cenário dinâmico, a utilização estratégica de plataformas digitais e redes sociais emergiu como uma ferramenta essencial para empresas que buscam otimizar sua visibilidade e aprimorar a satisfação dos clientes por meio de experiências excepcionais. O advento da era digital não apenas alterou a maneira como as empresas de turismo se envolvem com seu público, mas também redefiniu as expectativas dos viajantes, que agora anseiam por conexões mais profundas, personalização e conveniência.

Este artigo explora a interseção entre o marketing de turismo, a tecnologia digital e a experiência do cliente, destacando de que forma a adoção estratégica de plataformas digitais e redes sociais pode impulsionar a visibilidade das empresas no mercado altamente competitivo do turismo. Além disso, examinaremos como essa abordagem inovadora pode elevar a satisfação dos clientes, criando experiências que transcendem o comum e estabelecendo laços duradouros entre as marcas e seus públicos.

Este artigo ocorrerá a partir de uma revisão bibliográfica de cunho teórico e busca oferecer uma visão abrangente dos benefícios que as empresas de turismo podem colher ao abraçar a revolução digital e as oportunidades intermináveis que ela

proporciona. O referencial teórico do artigo fundamenta-se nas conceituações de marketing apresentadas por autores como William Pride, Odies Ferrell, Raimar Richers e Philip Kotler. Inicialmente, o texto destaca que o marketing envolve a concepção, distribuição, divulgação e estabelecimento de preços para produtos, serviços e conceitos, visando facilitar interações de troca satisfatórias e promover relacionamentos positivos.

Ao longo da evolução do marketing, desde o Marketing 1.0 até o Marketing 5.0, são delineadas as mudanças nas abordagens, passando de uma ênfase na produção para uma orientação centrada no consumidor, evoluindo para um foco mais amplo no ser humano e na criação de valor. O Marketing 4.0 é apresentado como uma convergência entre o marketing digital e tradicional, influenciado por tendências como economia compartilhada e integração multicanal.

No contexto específico do turismo, o referencial teórico explora a relevância do marketing desde a década de 1950, destacando a importância do marketing turístico para atender às necessidades dinâmicas dos consumidores e antecipar tendências. As inovações e estratégias de marketing no turismo, como Realidade Aumentada, Chatbots e Marketing de Influenciadores, são embasadas em estudos que destacam sua eficácia em proporcionar experiências envolventes, comunicação eficiente e influência positiva na decisão de compra dos consumidores.

O objetivo final é oferecer informações preciosas que motivem as empresas de turismo a se destacarem, melhorando suas estratégias de marketing, aprimorando a experiência do cliente e, em última análise, revolucionando a maneira como o setor e seus atores interagem e prosperam na era digital.

1 MARKETING

De acordo com William Pride e Odies Ferrell, marketing consiste na concepção, distribuição, divulgação e estabelecimento de preços para produtos, serviços e conceitos, com o propósito de facilitar interações de troca satisfatórias com os clientes e promover o desenvolvimento e a manutenção de relacionamentos positivos com todas as partes interessadas em um ambiente em constante transformação. Essa definição é consistente com a da American Marketing Association (AMA), que define

marketing como "a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que tenham valor para consumidores, clientes, parceiros e sociedade em geral".

Por Raimar Richers, podemos definir o marketing como as atividades organizadas de uma entidade humana voltadas para a busca e concretização de trocas com seu ambiente, com o objetivo de obter benefícios específicos. O cerne desta definição é a ênfase na ideia de troca ou intercâmbio de diversos tipos de valores entre partes interessadas. Essa troca pode abranger elementos tangíveis, como produtos de consumo e dinheiro, assim como elementos intangíveis, como serviços e até mesmo conceitos. No entanto, vale ressaltar que, por mais abrangente que seja a gama de elementos transacionados, nem todo tipo de troca pode ser classificado como mercadológico.

Hoje, no Brasil, a palavra "marketing" é tão comum e onipresente, que não era o caso há apenas cerca de trinta anos, reflexo de como a tecnologia influenciou diretamente a sociedade em suas inovações e conhecimentos (Richers, 2017). Diante da disseminação dos meios digitais, que incluem sites, e-mails, blogs, redes sociais, jogos, dispositivos móveis e outros, integrados à rotina dos consumidores, torna-se essencial que as empresas aproveitem esses canais para atrair novos clientes e manter relacionamentos sólidos com os clientes existentes (Rocha; Ferreira; Silva, 2012).

1.1 MARKETING 1.0

O Marketing 1.0 representou a fase inaugural do marketing, englobando diversos conceitos, como os de produção, produtos, vendas e marketing. É crucial reconhecer que a revolução moderna foi fundamental para a emergência do Marketing 1.0, conforme destacado por Jara (2012). Assim, o Marketing 1.0 teve sua origem nas ideias geradas durante a Revolução Industrial. Nos estágios iniciais desse período, apenas um número limitado de empresas participava ativamente no mercado, concentrando seus esforços na obtenção de eficiência de produção elevada a custos reduzidos, como observado por Kotler e Keller (2006, p. 15).

Para assegurar tal objetivo, as empresas empregaram maquinaria industrial a fim de viabilizar a produção em larga escala de produtos padronizados. Nesse contexto, os consumidores eram vistos como passivos, sem exercer influência significativa no processo produtivo das empresas.

1.2 MARKETING 2.0

Segundo Berni (2002, p. 29), após o período da era da produção, que abrangeu os anos de 1930 a 1950, "surgem os primeiros estudos voltados para a era das vendas, quando o mercado comprador e vendedor se dividem em duas fatias – oferta e procura, e a demanda define os níveis de comercialização".

O Marketing 2.0 é reconhecido como a era centrada no consumidor, cujo foco principal é a análise das necessidades do cliente. Essa evolução do marketing também foi impulsionada pela alta produção durante a era do Marketing 1.0, o que resultou em um excesso de produtos e, conseqüentemente, uma oferta maior do que a demanda.

O momento foi exposto por Las Casas (1997, p. 21) da seguinte maneira:

A partir de 1950, os empresários passaram a perceber que as vendas a qualquer custo não era uma forma de comercialização muito correta. As vendas não eram constantes. O mais importante era a conquista e manutenção do negócio a longo prazo, mantendo relações permanentes com a clientela. Por isso, nessa época passou a existir uma valorização maior do consumidor. Todos os produtos deveriam ser vendidos a partir da constatação de seus desejos e necessidades. O cliente passou a dominar o cenário da comercialização como um dos caminhos para a obtenção de melhores resultados. Estava determinado o conceito de Marketing, em que o consumidor passava a ser considerado o "rei" (Las Casas 1997, p. 21).

E ali nasce o conceito de "o cliente tem sempre razão", uma vez que com o aumento do acesso à informação, as pessoas agora têm a capacidade de fazer comparações de preço, marca e qualidade, bem como qualquer outro fator que as ajude a encontrar um produto ou serviço que satisfaça plenamente suas necessidades e desejos.

A evolução da comunicação durante a Era da Informação teve um impacto significativo na transformação do mercado e nas estratégias de marketing, resultando

em experiências de compra totalmente novas para o consumidor. Esse período representou uma fase crucial para o marketing, com anúncios direcionados prioritariamente para a satisfação das necessidades do cliente.

1.3 MARKETING 3.0

O marketing 3.0, também conhecido como a Era do Valor, surge em meio à Quarta Revolução Industrial, à Web Social e à Web 2.0. Foi desenvolvido por Philip Kotler e coloca o foco no consumidor, destacando a importância do marketing ligado à missão, visão e valores de uma empresa. Nesse contexto, os consumidores não são mais vistos apenas como compradores, mas como indivíduos. Com os avanços tecnológicos, especialmente na internet, o atendimento personalizado torna-se cada vez mais predominante, tratando os internautas como indivíduos em vez de um público genérico.

O Marketing 3.0 é o estágio em que as empresas fazem a transição de uma abordagem centrada no consumidor para uma abordagem centrada no ser humano. Nesse contexto, a lucratividade é equilibrada com a responsabilidade corporativa. (Kotler, 2010).

De acordo com Kotler (2010) existem 3 mudanças sociais que norteiam o conceito Marketing 3.0 e que as empresas devem se mergulhar: Coparticipação - Globalização - Criatividade.

1.4 MARKETING 4.0

Embora as tecnologias atualmente observadas não sejam novas, nos últimos anos assistimos a uma convergência destas tecnologias, cujo efeito coletivo está a ter um impacto significativo nas estratégias de marketing em todo o mundo. Essa convergência criou novas tendências que estão moldando o cenário de marketing atual. Entre eles, destacam-se a economia compartilhada, a economia moderna, a integração multicanal, o marketing de conteúdo e o CRM social (Kotler, 2017).

Acreditamos firmemente que a convergência de tecnologias levará a uma convergência gradual do marketing digital e do marketing tradicional no longo prazo.

Num mundo repleto de tecnologia, as pessoas anseiam por experiências mais profundas e personalizadas (Kotler, 2017). Quanto mais conectados estamos nas redes sociais, mais queremos produtos e serviços adaptados às nossas necessidades individuais.

Nos dias de hoje, em um mundo de constante transformação, demanda-se uma abordagem de marketing inovadora. Sendo assim, o Marketing 4.0 vem a ser uma evolução orgânica do Marketing 3.0.

1.5 MARKETING 5.0

O Marketing 5.0 é uma evolução do marketing que surge na era digital, onde os consumidores têm amplo acesso à informação e altas expectativas. Nesse contexto, o Marketing 5.0 se concentra na humanização das relações entre empresas e clientes, colocando o cliente no centro das estratégias.

Para Kotler (2000) a criação, a transmissão e a entrega de valor aos clientes, juntamente com a gestão dos relacionamentos com eles, resulta em benefícios tanto para a organização quanto para seu público interessado. O marketing busca criar conexões emocionais e significativas, personalizando as interações com base em análises de dados e tecnologia avançada.

Dias (2005, p. 2) explica o Marketing como agregador de valor para os clientes:

O marketing também pode ser entendido como o processo social voltado para satisfazer as necessidades e os desejos de pessoas e organizações, por meio da criação da troca livre e competitiva de produtos e serviços que geram valor para as partes envolvidas no processo (Dias, 2005, p. 2).

Em resumo, o Marketing 5.0 busca ir além da simples venda de produtos ou serviços, visando a construção de relacionamentos de longo prazo baseados na confiança, personalização e compromisso com o bem-estar da sociedade e do planeta.

2 MARKETING NO TURISMO

Considerado um dos setores econômicos de maior relevância na contemporaneidade (Niedersberg; Mondo, 2016), o turismo abarca uma ampla gama de atividades que compõem o conhecido setor turístico, englobando meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentação, agências de viagens, empresas de transporte, lojas de souvenirs, centros de convenções, feiras comerciais e outras atividades que estão direta ou indiretamente ligadas à indústria do turismo (Awang *et al.*, 2012).

A palavra "turismo" não tem uma data exata de origem conhecida, mas é amplamente aceito que sua concepção se relaciona com as viagens realizadas por estudantes ingleses pelo continente europeu, particularmente a partir do final do século XVII, nas quais eles embarcavam na famosa Grand Tour (Boyer, 2000). Os participantes dessas jornadas passaram a ser chamados de "turistas", e a atividade por eles introduzida veio a ser conhecida como "turismo". Valdês (2003) argumenta que o conceito de turismo, desde 1929 até o início da popularização do turismo após a Segunda Guerra Mundial, recebeu diversas definições.

A partir da década de 1950, surge uma inovação no setor do turismo com a introdução do conceito de marketing, impulsionado pela entrada de várias empresas nesse mercado. O crescimento da indústria turística desde então tem enfatizado a crescente relevância do marketing turístico. O marketing turístico é uma abordagem que busca encontrar um equilíbrio entre atender às necessidades dos turistas e satisfazer as necessidades e interesses de outras partes envolvidas. Pontuando que, as necessidades e motivações dos consumidores não são estáticas, e estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo. Por esse motivo, as empresas devem possuir sistemas de observação, coleta de informações e interpretação que não apenas permitam identificar as necessidades atuais, mas também antecipar o que pode surgir em um futuro próximo ou a médio prazo. Para entender o que se passa na mente dos consumidores de turismo, o marketing é uma ferramenta crucial nesse processo, descobrindo o que é valorizado pelo cliente, ou seja, aquilo que ele aprecia e deseja. Um dos objetivos do marketing também é aumentar a demanda por turistas em um destino específico.

O conhecimento dos fatores comportamentais dos consumidores de turismo, incluindo suas necessidades, influências e restrições, é de extrema importância para evitar equívocos que possam resultar em experiências desagradáveis para os clientes do setor de turismo. Como enfatizado por Cobra (2001, p. 178), "Um cliente satisfeito tende a repetir sua escolha de hospedagem, viagem, aluguel de carro ou até mesmo uma nova visita à cidade, enquanto um cliente insatisfeito tende a compartilhar críticas negativas sobre o serviço com amplo público".

Em síntese, para trabalhar com turismo, é necessário: muita criatividade, boa estrutura, bons serviços, um bom planejamento de marketing, boa comunicação e competitividade.

2.1 POR QUE INVESTIR EM MARKETING DIGITAL NO TURISMO

O marketing desempenha um papel significativo no progresso de vários setores econômicos, e o turismo não é uma exceção. Investir em marketing é essencial para empresas de turismo por várias razões. Primeiro, ele cria visibilidade e reconhecimento da marca, ajudando a empresa a se destacar em um mercado competitivo. Além disso, o marketing atrai clientes, mantém relacionamentos com eles e incentiva a fidelização.

Ao comunicar eficazmente com os clientes, o marketing fornece informações valiosas sobre destinos e ofertas especiais. Também ajuda a identificar áreas de melhoria por meio do feedback dos clientes, permitindo aprimoramentos contínuos. Em resumo, o marketing digital é uma ferramenta poderosa para as empresas no setor de turismo, proporcionando alcance global, engajamento do cliente, mensuração de resultados e uma vantagem competitiva significativa.

Conforme Carrasco afirma, a tecnologia está cada vez mais integrada aos dispositivos, possibilitando que a maioria dos usuários aprecie as maravilhas dos destinos turísticos remotamente, interaja com eles digitalmente e, posteriormente, os transforme em experiências reais (Carrasco, 2018).

3 INOVAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE MARKETING PARA AS EMPRESAS DO SETOR DE TURISMO

No cenário dinâmico do setor de turismo, a adoção de inovações e estratégias eficazes de marketing tornou-se imperativa para as empresas que buscam não apenas sobreviver, mas prosperar em um ambiente altamente competitivo. Para empresas do setor de turismo, é crucial adotar inovações e estratégias de marketing eficazes para se destacar em um mercado altamente competitivo. Ao adotar inovações e estratégias de marketing, as empresas do setor de turismo podem não apenas atrair novos clientes, mas também construir relacionamentos duradouros e diferenciar-se da concorrência.

Conforme a perspectiva de Tinoco (2009), o papel do marketing nas empresas abrange a identificação das demandas da comunidade que requerem atenção. Isso engloba a responsabilidade pública de cumprir obrigações legais e reflete o exercício da consciência moral, no qual a empresa se percebe como responsável pelo avanço da sociedade. Para ele, essa abordagem ultrapassa a mera filantropia, transformando-se em uma estratégia de sustentabilidade a longo prazo.

Assim, a capacidade de abraçar e adaptar-se às inovações no marketing tornou-se crucial para as empresas, uma vez que essas mudanças não apenas impulsionam o crescimento, mas também garantem a relevância e competitividade no cenário de negócios em constante evolução.

3.1 REALIDADE AUMENTADA E VIRTUAL

A realidade aumentada (RA) é uma tecnologia que mescla elementos do mundo real com elementos virtuais, proporcionando uma experiência aprimorada e interativa para os usuários. Ao contrário da realidade virtual, que cria um ambiente totalmente digital, a RA adiciona camadas de informação digital ao ambiente real.

A implementação de tecnologias como Realidade Aumentada (RA) e Realidade Virtual (RV) oferece às empresas de turismo a oportunidade de proporcionar experiências virtuais envolventes. Essas ferramentas não apenas permitem que os

clientes visualizem destinos, hotéis e atividades, mas também contribuem significativamente para a tomada de decisão do consumidor.

resultados revelam que a telepresença compreende três dimensões: realismo do ambiente virtual, imersão e sensação de presença em o ambiente virtual. A telepresença, por sua vez, afeta direta e indiretamente as intenções reais de visita, com imagens mentais e atitudes em relação aos destinos turísticos mediando parcialmente essas relações (Ouerghemmi *et al.*, 2023, p. 1).

Os resultados obtidos no estudo realizado por Cranmer, Dieck e Fountoulaki (2020) indicam que a realidade aumentada oferece um grande potencial. Isso se deve à capacidade das empresas de fornecer informações mais precisas e aprimoradas sobre seus produtos, bem como à sua utilidade na promoção de instalações, comodidades, passeios e destinos. Além disso, a realidade aumentada tem a capacidade de explorar o marketing emocional, facilitando a interação humana, em contraste com os métodos de marketing tradicionais. Isso é particularmente vantajoso, dado que muitas empresas enfrentam desafios na venda de produtos e serviços intangíveis.

3.2 CHATBOTS E ASSISTÊNCIA VIRTUAL

Os *chatbots* são programas de computador que utilizam a inteligência artificial (IA) para interagir com usuários por meio de mensagens, simulando uma conversa humana. No contexto do setor de turismo, os *chatbots* têm sido cada vez mais empregados para melhorar a experiência do cliente e otimizar processos operacionais.

Crescentemente, organizações estão adotando *chatbots* em seus websites para oferecer suporte contínuo aos visitantes. A eficácia do sistema, a excelência no serviço e a precisão da informação representam dimensões essenciais que um *chatbot* precisa atender para garantir uma experiência positiva ao cliente. Adicionalmente, uma experiência do cliente bem-sucedida deriva da atenção dedicada à satisfação do cliente (Jenneboer *et al.*, 2022).

Portanto, os *chatbots* desempenham um papel crucial na transformação digital do setor de turismo, proporcionando uma comunicação eficiente, personalizada e vinte

e quatro horas, o que é vital em um ambiente onde as demandas dos clientes estão sempre presentes e em constante mudança.

3.3 MARKETING DE INFLUENCIADORES

Estratégias de marketing de influenciadores são essenciais para alcançar um público-alvo específico. Colaborar com influenciadores que compartilham o interesse em viagens pode ampliar a visibilidade da marca e criar conexões mais autênticas com os consumidores. Reconhecendo a capacidade dos influenciadores digitais de atuar na opinião do público, as organizações passaram a considerá-los como potenciais endossantes de seus produtos e serviços (Magno; Cassia, 2018) (Uzuñoğlu; Kip, 2014).

Dentre os agentes midiáticos que podem influenciar as práticas de consumo, os influenciadores digitais têm se destacado cada vez mais (Cotter, 2019). Assim, observa-se que o marketing tradicional se integra com o marketing digital, com este último ganhando preferência entre muitas empresas nos dias de hoje.

De acordo com Icoz & Kutuk (2018), na fase inicial do processo de decisão de compra, especialmente no setor de turismo, as redes sociais desempenham um papel fundamental. Isso ocorre porque, uma marca que executa uma campanha de comunicação eficaz consegue direcionar seus anúncios e postagens para públicos-alvo específicos. Nesse contexto, certos estímulos são acionados nos consumidores quando eles veem esses anúncios, o que pode facilmente despertar uma necessidade ou desejo de viajar que anteriormente não existia.

CONCLUSÃO

O marketing, em constante evolução, reflete não apenas as transformações nas práticas comerciais, mas também a dinâmica da sociedade em que está inserido. Desde o Marketing 1.0, impulsionado pela Revolução Industrial, até o Marketing 5.0, focado na humanização das relações, observamos uma jornada marcada por mudanças nas percepções sobre consumidores e nas estratégias para satisfazer suas necessidades.

No contexto específico do turismo, o papel do marketing tornou-se crucial desde a década de 1950, com a introdução do conceito no setor. A inovação no marketing turístico é um elemento-chave para entender as demandas dinâmicas dos consumidores, antecipar tendências e construir experiências memoráveis. A crescente importância do marketing digital no turismo destaca-se como um catalisador para a visibilidade, engajamento e fidelização do cliente, fornecendo ferramentas poderosas para enfrentar a competitividade do mercado.

As inovações, como Realidade Aumentada, *Chatbots* e Marketing de Influenciadores, apresentam-se como estratégias eficazes para o setor de turismo. A Realidade Aumentada oferece experiências virtuais envolventes, os *Chatbots* garantem comunicação eficiente e personalizada, enquanto o Marketing de Influenciadores amplia a visibilidade da marca através de conexões autênticas com o público-alvo.

A busca pela satisfação do cliente no turismo é mais do que um imperativo; é uma estratégia essencial para construir relacionamentos duradouros e superar a concorrência. A capacidade de adaptação e adoção de inovações é um diferencial competitivo, garantindo que as empresas do setor não apenas sobrevivam, mas prosperem em um ambiente em constante mudança.

Em suma, à medida que o Marketing 5.0 coloca o cliente no centro das estratégias, o marketing no turismo, impulsionado por inovações contínuas, busca não apenas atender às necessidades do cliente, mas também criar conexões emocionais e significativas. Em um mundo cada vez mais digital, a integração inteligente de tecnologias emergentes é a chave para construir um futuro sustentável e bem-sucedido no setor turístico.

REFERÊNCIAS

AWANG, K. W.; AZIZ, Y. A.; & SAMDIN, Z. **The Growth of Micro, Small, and Medium-Sized Hotel Enterprises:** The roles of the state. *Arab World Geographer*, 2012.

BERNI, Mauro Tadeu. **Gerenciamento de Marketing**. São Paulo: IBRASA, 2002

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing: conceitos, exercícios e casos.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CARRASCO, Tatiana. Marketing Digital como una Estrategia para El Turismo. **Explorador digital**, v. 2, n. 4, p. 20-33, 2018.

COBRA, Marcos. **Marketing de Turismo.** Editora São Paulo, 2001.

COTTER, K. **Playing the visibility game:** how digital influencers and algorithms negotiate influence on instagram. *New Media & Society*, 2019.

CRANMER, E. E.; TOM DIECK, M. C.; FOUNTOULAKI, P. **Exploring the Value of Augmented Reality for Tourism.** *Tourism Management Perspectives*, 2020

DIAS, Sergio Roberto; MACHLINE, Claude. **Gestão de marketing.** São Paulo: Saraiva 2005.

ICOZ, O; KUTUK A. **Social Media and Consumer Buying Decisions in Tourism:** the case of Turkey. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 2018.

JARA, Antonio J. PARRA, María Concepción; SKARMETA, Antonio F. **Marketing 4.0:** a new value added to the marketing through the internet of things. 2012 Sixth International Conference on IEEE, p. 852-857, 2012.

JENNEBOER, Liss; HERRANDO, Carolina; CONSTANTINIDES, Efthymios. **The Impact of Chatbots on Customer Loyalty:** a systematic literature review. *Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research*, 2022

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing:** a edição do novo milênio. 10. ed. São Paulo: Prentice - Hall, 2000.

KOTLER, Philip. **Marketing 3.0:** as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro, 2010

KOTLER, Philip. **Marketing 4.0:** do tradicional ao digital. Rio de Janeiro. GMT Editores Ltda, 2017

KOTLER, P.; KELLER, K. **Impact of Government and Other Institutions' Support on Performance of Small and Medium Enterprises in the Agribusiness Sector in Ghana.** *American Journal of Industrial and Business Management*, 2006.

LAMBIN, Jean-Jacques. **Marketing Estratégico.** Editora McGRAW-HILL de Portugal, Lda.; 4ª edição, 2000.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing: conceitos, exercícios, casos.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LICÍNIO, Cunha. **Introdução ao Turismo**. Editora Verbo; 2ª edição, 2003

MAGNO, F.; CÁSSIA, F. **The Impact of Social Media Influencers in Tourism**. Anatolia, 2018

MIRANDA JÚNIOR, N. S.; SOUSA, P. H. R.; DEMO, G. **Análise do Composto de Marketing em Empresas de Turismo**: um estudo bibliométrico. *Turismo: Visão e Ação*, v. 20, n. 2, 2018.

NIEDERSBERG, Janice Jussara; MONDO, Tiago Savi. **A Inovação nos Meios de Hospedagem na praia da Armação** – sul da ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Observatório de Inovação do Turismo, 2016.

OUERGHEMMI, C.; ERTZ, M.; BOUSLAMA, N.; TANDON, U. **The Impact of Virtual Reality (VR) Tour Experience on Tourists' Intention to Visit**. *Information*, 2023

PRIDE, William M.; FERRELL, Odies C. **Marketing**. Cengage Learning, 2019.

RICHERS, Raimar. **O Que é Marketing**. Primeira edição eBook. Brasiliense, 2017.

ROCHA, Angela da; FERREIRA, Jorge Abrantes; SILVA, Jorge Ferreira. **Administração de Marketing**: conceitos, estratégias, aplicações. São Paulo: Atlas, 2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

UZUÑOGLU, E.; KIP, S. M. **Brand Communication Through Digital Influencers**: Leveraging blogger engagement. *International Journal of Information Management*, 2014.

PODER DO MARKETING DIGITAL NAS ORGANIZAÇÕES PARA RETER E ATRAIR NOVOS TALENTOS DURANTE E APÓS PANDEMIA

Gabriela da Silva Teixeira¹
Camila Gabriele Câmara²

RESUMO

Em pleno século XXI, o Brasil e o mundo ainda vivem num processo de alterações significativas na maneira em que as organizações retêm e atraem talentos e na dinâmica do mercado de trabalho, ocasionadas pela pandemia da covid-19. Sendo assim, o presente artigo tem como tema o poder do marketing digital nas organizações para atrair e reter novos talentos durante e após pandemia, o qual tem por finalidade evidenciar as estratégias do marketing digital, que servem com auxílio nas mãos das organizações, para conservar e trazer novos talentos, o problema da pesquisa é em demonstrar como marketing digital pode embasar o processo de recrutamento online da organização. Afim de atingir esse objetivo, utilizou-se como metodologia pesquisa bibliográfica, procurando relacionar o presente tema com as principais ideias dos autores. Observou-se, com esse estudo, o que o marketing digital é importante para as empresas, pois a presença online se tornou um ponto fundamental para alcançar candidatos, através de redes sociais, plataformas digitais e entrevistas *online*.

Palavras-chave: Plataformas; Recrutamento; Pandemia; Trabalho.

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, o Brasil e o mundo ainda vivem num processo de alterações significativas no mercado de trabalho, ocasionadas pela pandemia do covid-19. Sendo Assim, o presente artigo tem como tema o Poder Do Marketing Digital Nas Organizações Para Atrair e Reter Novos Talentos Durante e Após Pandemia, o qual tem o enfoque nas estratégias do marketing digital em conservar e trazer novos talentos para a organização. Então, como marketing digital pode embasar o processo de recrutamento online da organização?

Este artigo tem por objetivo geral, estabelecer parâmetros da interferência de empresas em fazer o recrutamento online com o uso das plataformas digitais e, apresenta-se três objetivos específicos: como o marketing digital interfere em manter e conquistar novos talentos; o uso de plataformas digitais para permanecer e cativar

¹ Acadêmico do Curso de Gestão de Recursos Humanos - 3º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. gsilvateixeira90@gmail.com

² Mestre em Gestão estratégica de organizações. Orientadora. Professora do Curso de Administração, Ciências Contábeis e GRH. Faculdades Integradas Machado de Assis. camaracamila@hotmail.com

novos talentos durante e após a pandemia; qual é a importância do poder do marketing digital para as organizações.

Dessa forma, o presente artigo tem por justificativa de ser importante para a Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA), pois é motivo de satisfação que a acadêmica desenvolveu seu artigo conforme os preceitos estabelecidos pela academia e para a acadêmica o artigo é de grandiosidade, no qual foram desenvolvidos conceitos teóricos apreendidos em sua jornada acadêmica e colocados em prática na pesquisa.

O referido artigo tem por metodologia bibliográficas compostas pelos principais autores do referencial teórico que contém os principais assuntos, como o Conceito Marketing Digital e, seus principais autores Yanaze (2022) e Dalledonne (2012).

Portanto, para melhor entendimento e explanação o artigo está estruturado em um breve resumo, bem como uma breve introdução, referencial teórico está dividido em Conceito de Marketing Digital, Gestão de Pessoas, O Avanço do Recrutamento Online e Como as Organizações Retém e Atraem Novos Talentos Durante e Após a Pandemia, parte da Metodologia em que consiste os métodos e a serem aplicadas, Categorização da Pesquisa, Geração de Dados, Análise e Interpretação de Dados e, terminando com a Conclusão.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico serão abordados os conceitos de marketing digital e de gestão de pessoas. Sendo assim, foi tratada o avanço do recrutamento online com seu e conceito e, como as organizações atraem e retém novos talentos durante e após a pandemia.

1.1 CONCEITO DE MARKETING DIGITAL

Vivemos na era digital, onde a internet é principal fonte de comunicação e ganhos financeiros, para as empresas divulgarem seus produtos e serviços, através da poderosa ferramenta o marketing digital. Segundo Yanaze, o marketing digital pode ser compreendido como um planejamento estratégico relacionado a produto e

mercado, criado pelas organizações, onde pesquisam quem é seu público-alvo e quem são seus concorrentes, criando assim, plano de estratégias para elaborar e disponibilizar produto ou serviço no mercado, para satisfazer e atingir as necessidades de seus clientes (Yanaze, 2022).

De acordo com Dalledonne, para que a empresa obtenha resultado satisfatório, utiliza-se o marketing de serviços que é a arte de vender, está relacionada com imagem fixa do produto, isto é, quando um consumidor vai a mercado, naturalmente sabe o que irá comprar, pois em seu inconsciente está fixada a marca do produto e não o próprio produto, por exemplo, maizena é a marca comercial e o produto é a farinha amido de milho (Dalledonne, 2012).

Reforçando a ideia de Dalledonne, existem cinco de marketing de serviços, conforme a ilustração 1:

Ilustração 1: cinco marketing de serviços

Diferenciação	Criar um slogan para mostrar o por que seu produto ou serviço é melhor do que o da concorrência.
Convencimento	Convença seu cliente com o slogan criado que seu produto ou serviço tem de diferente da concorrência.
Relacionamento	Quando seu cliente vem visitar seu estabelecimento ou acesso ao serviço, demonstre que ele representa um amigo e, não o dinheiro que tenha em seu bolso.
Oportunidade	Apanha seu cliente desprevenido na hora de uma boa oferta, situações de emergências e ociosidade.
Fixação de Imagem	Procura fixar a marca associando-a direta ou indiretamente ao produto ou serviço que presta.

Fonte: Dalledonne (2012, p. 44-45).

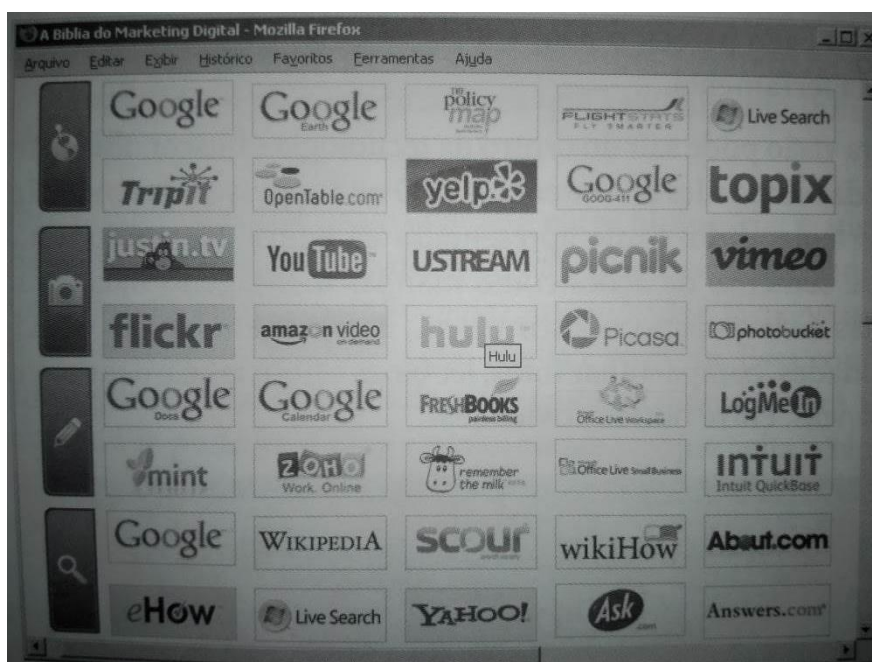
A Ilustração 1, mostra as cinco principais ferramentas do marketing de serviços que a empresa utiliza para atrair, reter e convencer o consumidor a comprar uma marca (produto), o que resulta de vendas satisfatórios a organização.

Para Torres, a uma visão mais ampliada do marketing digital relacionado com internet e consumidores, ou seja, realizar os sonhos das pessoas. No entanto, o consumidor quando está online tem o mesmo comportamento de realizar seus desejos

através da compra ou comunicação, pois a internet é um abridor de portas para o individualismo e o coletivismo (Torres, 2009).

Reforçando a ideia de Torres, o uso da internet é essencial para o marketing digital, conforme a Ilustração 2:

Ilustração 2: Internet essencial para o Marketing Digital



Fonte: Torres (2009, p. 63).

Na Ilustração 2, mostra que a internet possui vários sites a serem utilizados como ferramenta de busca; sites de relacionamento compartilhamento de foto e vídeo, blog, comunicação instantâneas e e-mail, de uso de um consumidor que pode ser particular ou pessoal e, ou de uso compartilhado com vários consumidores.

1.2 GESTÃO DE PESSOAS

No auge do século XXI, as organizações de pequeno, médio e grande porte necessitam da gestão de pessoas, pois é a parte fundamental para a criação de um ambiente de trabalho eficaz, na motivação dos funcionários e no alcance dos objetivos da empresa.

Conforme Chiavenato, no decorrer do século XX até o século XXI, as organizações estão sofrendo grandes transformações significativas em sua estrutura e processos, na vida de cada colaborador, na sociedade e na vida de cada indivíduo (Chiavenato, 2009).

Fortalecendo a ideia de Chiavenato, essas grandes transformações podem ser observadas na Ilustração 3:

Ilustração 3: as três etapas das organizações no decorrer do século XX.

	INDUSTRIALIZAÇÃO CLÁSSICA	INDUSTRIALIZAÇÃO NEOCLÁSSICA	ERA DA INFORMAÇÃO
Período	1900-1950	1950-1990	Após 1990
Estrutura Organizacional Predominante	Funcional, burocrática, piramidal, centralizadora, rígida e inflexível. Ênfase nos órgãos.	Matricial e mista com ênfase na departamentalização por produtos/serviços ou unidades estratégicas de negócios.	Fluida e flexível, totalmente descentralizada com ênfase em redes de equipes multifuncionais.
Cultura Organizacional	Teoria X. Foco no passado, nas tradições e nos valores. Ênfase na manutenção do <i>status quo</i> . Valor à experiência anterior.	Transição. Foco no presente e no atual. Ênfase na adaptação ao ambiente.	Teoria Y. Foco no futuro destino. Ênfase na mudança e na inovação. Valor ao conhecimento e à criatividade.
Ambiente Organizacional	Estático, previsível, poucas e gradativas mudanças. Poucos desafios ambientais.	Intensificação das mudanças e com maior velocidade.	Mutável, imprevisível, turbulento, com grandes e intensas mudanças.
Modo de lidar com as pessoas	Pessoas como fatores de produção inertes e estáticos, sujeitos a regras e a regulamentos rígidos para serem controlados.	Pessoas como recursos organizacionais que precisam ser administrados.	Pessoas como seres humanos proativos, dotados de inteligência e habilidades e que devem ser motivados e impulsionados.
Visão das Pessoas	Pessoas como fornecedoras de mão-de-obra.	Pessoas como recursos da organização.	Pessoas como fornecedoras de conhecimento e competências.
Denominação	Relações Industriais.	Administração de Recursos Humanos.	Gestão de Pessoas.

Fonte: Chiavenato (2009, p. 12).

Segundo a Ilustração 3, mostra as etapas das organizações do século XX se prolongando até o século XXI, através do início da era da industrialização clássica período de transformações lentas na industrialização; depois passa para o período da industrialização neoclássica etapa de mudanças mais rápidas ocasionada pelo fim da segunda guerra; era da informação

Para Oliveira, a gestão de pessoas começa pelo recrutamento e seleção, isto é, seleciona o perfil profissional adequado para a vaga, essa que se divide em dois fatores: no preenchimento da vaga ocasionada pelo desligamento de funcionário e aumento de número de pessoas para determinada área (Oliveira, 2018).

1.3 O AVANÇO DO RECRUTAMENTO ONLINE

No decorrer do século XXI, pandemia covid-19 espalhada pelo mundo trouxe grandes movimentações no Brasil, como o avanço recrutamento online. A contratação é feita pelas plataformas digitais, pois é cruzamento de dados e informações dos candidatos, para mapear o perfil do selecionado e, esse levantamento é feita pelo selecionador (Banov, 2020).

Corroborando com o pensamento de Banov, a empresa cria técnicas de recrutamento externo, conforme a Ilustração 4:

Ilustração 4: Técnicas de Recrutamento Externo (Job Boards)

Assessorias em R&S	São plataformas de recrutamento e uma pré-seleção e não uma seleção toda dos candidatos, a empresa opta por parte da seleção ser em partes presencial e online.
Consultorias	Empresas contratadas para seleção e recrutamento de profissionais para preenchimento de vagas. O custo é maior, pois o recrutamento presencial ou online.
Trabalhe conosco	A empresa possui própria plataforma de recrutamento, sendo interna e externa.
Empresas especializadas em captar Jovem Aprendiz	Aprendiz, ou Aprendiz Legal, é um programa de aprendizagem e formação profissional de jovens com idade de 14 a 24 anos incompletos. A contratação é feita pela empresa que necessita se cadastrar e ser orientada pela instituição de ensino que esteja registrada no Cadastro Nacional de Aprendizagem.
Empresas especializadas em captar estagiários	Estagiário: talento promissor, pois colocar o que aprendeu na prática. O estagiário é aluno de escola ou faculdades que fazem a contratação pela empresa ou empresa contratadas, que divulgam a vaga em seus sites e fixam cartazes em faculdades. O estágio é supervisionado pelo chefe da empresa contratada.

Empresas especializadas em captar trainees	Trainees: pessoas sem experiência de trabalho e recém-formadas ou que estão se formando, que buscam vaga na sua área. A própria empresa ou a empresa contratada faz a divulgação da vaga em seus sites e fixam cartazes em faculdades.
Redes sociais	Organizações anunciam cargos e orientam aos candidatos a se inscreverem em seus sites.

Fonte: Banov (2020).

Na Ilustração 4, referes-se as técnicas de recrutamento externo usadas pelas empresas a recrutar candidatos de fora, por meio de plataformas de contratação presencial ou online, em que o anúncio da vaga deve ser descrito o perfil do candidato e o cargo, essa descrição deve ser de forma clara e objetiva.

Chiavenato entra em conformidade com a ideia Banov, estabelecendo que o avanço e uso da internet é a ferramenta principal de comunicação entre a organização e o candidato, pois é ágil, reduz o custo de processos seletivos, facilita a vida dos candidatos ao preencherem ficha cadastral no sites de empresas, colocando nome completo, grau de instrução, suas experiências, idiomas e cursos de aperfeiçoamento e, concorrendo assim, a vários cargos no mercado nacional e internacional (Chiavenato, 2021).

Para os autores Pereira *et al*, a partir de 1998, a internet começou a ser utilizada como envio de currículos em sites de empresas brasileiras, pelos candidatos a possíveis vagas de trabalho, tornando-se um grande bum revolucionário do século XXI, pois é veloz na redução de tempo entre o envio do currículo e a contratação a cargos da empresa (Pereira *et al*, 2023).

1.4 COMO AS ORGANIZAÇÕES RETÉM E ATRAEM NOVOS TALENTOS DURANTE E NO PÓS PANDEMIA

Como foi mencionado no presente artigo, é fundamental que o setor de RH (Recursos Humanos) de muitas empresas utilize o marketing digital para atrair e reter talentos no pós-pandemia, pois é uma forma de divulgar vagas e fazer a entrevista online.

De acordo com Magalhães, no pós-pandemia reter talentos significa que a empresa deve rever a proposta de valor oferecida aos funcionários, oferecer cursos de capacitação, investir na comunicação clara e objetiva e, cuidar da estrutura e do ambiente de trabalho; e atrair novos talentos no pós-pandemia é transformar seus hobbies em negócios, por exemplo, um youtuber faz divulgação de seus vídeos de exploração de casas abandonadas, para ele é um *hobby* que aos poucos se transformara numa renda primária, pois querendo ou não automaticamente a tecnologia influencia em ganhos monetários, ocasionados por assistir, comentar ou dar likes (Magalhães, 2022).

Segundo Polotto *et al*, durante e a pós pandemia, surge um novo conceito de trabalho, chamado de tele (remoto), um novo rumo encontrado pelas organizações de reterem e atraírem novos talentos, isto é, trabalhar a distância (em domicílio) utilizando *internet* e tecnologia, e obedecendo os horários de trabalho (Polotto *et al.*, 2021).

O teletrabalho Brasil é conhecido pela Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, como trabalho remoto ou trabalho a distância, pois é prestação de serviços do colaborador realizar suas tarefas fora da empresa (trabalhar em casa), com equipamentos de tecnologias próprios ou cedidos pela organização (Brasil, 2020).

Para Cavallini, as empresas durante a pandemia estão adotando modelo híbrido, um rodízio entre o remoto e presencial, pois retem talentos, os quais devem se adaptar a nova rotina, que não ocasione cansaço e stress, garantido uma boa saúde mental a seus colaboradores e redução de custos para a empresa (Cavallini, 2021).

Segundo o site G1, o marketing digital é a porta de entrada mais utilizada pelas organizações, pois anunciam e divulgam novas vagas de trabalho, através de plataformas digitais, o qual retem e atraem talentos (G1, 2022).

Reforçando a ideia do G1, as plataformas digitais que as empresas mais utilizam, podem ser observadas na Ilustração 5:

Ilustração 5: Plataformas digitais.

<i>Angellist</i>	Plataforma na área de tecnologia e com vagas em startups.
<i>Careerbuilder</i>	Site guia para carreira em TI, para novos talentos conseguirem filtrar vagas por conhecimentos necessários, pela localização e pelos salários.
<i>Dynamite Jobs</i>	Focada em vagas 100% remotas, que podem ser integrais, temporárias ou de meio período.
<i>Flexjobs</i>	Plataforma com trabalhos remotos, híbridos e flexíveis e, oferece dicas de carreira e seminários.
<i>Getninjas</i>	Plataforma brasileira voltada para a contratação de serviços em tecnologia e serviços domésticos reforma e babá).
<i>Infojobs</i>	Carregado de empresas brasileiras, tendo foco em trabalhos presenciais, mas possui filtros de trabalho remoto também.
<i>Jobspresso</i>	Plataforma com a maior parte das vagas no mercado de tecnologia, <i>marketing</i> , suporte ao cliente e redação.
<i>La pieza</i>	Plataforma voltada para pessoa cadastra o currículo e recebe convites para entrevistas em áreas que tenham a ver com sua trajetória profissional. Dá para filtrar por trabalhos flexíveis, freelancers, meio período e temporário.
<i>Remotar</i>	Plataforma brasileira, tem na lista muitas empresas nacionais.
<i>Remote.Co</i>	Possui uma lista com mais de 150 empresas com vagas disponíveis.
<i>RemoteOK</i>	Uma das plataformas mais procuradas, pois oferece trabalho em grandes empresas, como a <i>Twitch</i> , a criptomoeda <i>Ethereum</i> e o <i>Tinder</i> .
<i>Remotive</i>	Site de busca vagas por localização, habilidades ou empresa, apresenta a média de salário oferecido naquela vaga.
<i>RemotoJob</i>	Plataforma em espanhol com vagas diversas, como tradução, redação, engenharia e economia.
<i>SkipTheDrive</i>	Possui grande variedade de categorias e também uma lista de que pagam por tarefas específicas, como fazer ligações, ser tutor em curso online e testar aplicativos.
<i>Torre.co</i>	Plataforma que emite um alerta para empregadores com o seu currículo. Oferece tanto trabalho remoto quanto freelas.
<i>Tramos</i>	Plataforma que possui selecionar vagas tradicionais ou freelas remotos.
<i>Virtual vocations</i>	Um site ainda pequeno, oferece serviço gratuito e também uma categoria premium, com mentoria para as aplicações.
<i>We Remoto</i>	Plataforma voltada para o mercado latino americano, possuindo muitas vagas nas áreas de programação, <i>design</i> e <i>marketing</i> .
<i>Workana</i>	Plataforma internacional muito utilizada no Brasil seu principal foco em trabalhos freelancer, ela oferece vagas em português nas seguintes áreas: engenharia e manufatura, finanças e administração, jurídico, suporte, <i>marketing</i> e vendas, tradução e conteúdo, <i>design</i> , ti e programação.

<i>Work Market</i>	Plataforma voltada para o mercado de <i>freelancers</i> , é uma ferramenta completa: oferece as vagas, os contratos e os meios de pagamento dentro do seu sistema.
<i>Working Nomads</i>	Plataforma com vagas para muitas categorias, mas com o maior número de posições voltadas para desenvolvimento e programação.
<i>We Work Remotely</i>	Plataforma rica de oportunidades em inglês, principalmente. Focada em vagas de marketing e vendas.

Fonte: G1 (2022).

Conforme a Ilustração 5, observa-se 22 plataformas digitais sendo elas brasileiras e internacionais, que atraem e retêm novos talentos que estão a procura de oportunidades de trabalho, no pós pandemia covid-19.

2 METODOLOGIA

Para Corrêa, a metodologia é um estudo do norte a ser seguido, para se atingir uma meta, isto é, um conjunto de formas e métodos para ser desenvolvida na pesquisa (Corrêa, 2008). Contudo, a metodologia serve de referência para a execução do presente trabalho formado pela Categorização da Pesquisa; Geração de Dados; Análise e Interpretação de Dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Michel, a categorização da pesquisa é uma busca intelectual em entender e ter conhecimento para solucionar problemas não resolvidos ou ter fascínio em conhecer algo mais profundo, buscando assim, respostas sobre essa curiosidade (Michel, 2015).

No presente artigo, existe uma pesquisa que categoriza método de investigação envolvendo sua essência e a forma aplicada, ou seja, como foi tratada na pesquisa. A referida pesquisa é conceituada pelos autores Cervo et al, em: “Pesquisa bibliográfica descritiva de natureza teórica e qualitativa, partindo da explicação sobre o tema proposto, baseando-se em livros” (Cervo *et al.*, 2007, n.p.).

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A geração de dados dentro de uma pesquisa é feita por documentos de fontes numerosas e confiáveis, as quais foram desenvolvidas a partir do problema proposto no artigo de pesquisa.

Contudo, para a realização da pesquisa foi estabelecido critérios de documentação indireta - foram utilizadas consultas em livros, ensaios, compilações, artigos científicos, imprensa escrita, dos quais serviram como base de informações para se formular o presente estudo.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise de interpretação de dados dentro da pesquisa é feita para o esclarecimento de dúvidas das informações coletadas. No entanto, para a análise e interpretação dos dados, utilizou-se de métodos que determinam a veracidade das informações coletadas da organização, das quais são relevantes para a identificar e solucionar o problema proposto.

Os métodos principais apontados na coleta dos dados foram realizados através do método de abordagem hipotético-dedutivo e, o método de procedimento, denominados também de auxiliares, com caráter instrumental secundário sendo o método histórico que coloca o objeto de pesquisa sob uma perspectiva histórica.

CONCLUSÃO

Assim sendo, depois de abordado a delimitação do tema, o problema e a hipótese, conclui-se que as organizações devem investir nas estratégias do marketing digital, para atrair e reter talentos durante e após pandemia, pois é uma presença online eficaz que alcança candidatos em um mundo cada vez mais digitalizado.

No Brasil, pós-pandêmico e em constante evolução é essencial o uso do marketing digital a longo prazo para as organizações, pois o uso de mídias sociais e publicidades online proporcionou uma maneira de manter o envolvimento dos colaboradores e criar conexões mais fortes e as empresas serem bem-sucedidas.

A finalidade deste artigo, tem o intuito de apresentar o marketing digital como instrumento de reter e atrair talentos durante e após pandemia, bem como a evolução do recrutamento online pode ser rápida e eficaz para a organização. Tendo em vista que, a gestão de pessoas é responsável por administrar o ambiente de trabalho mais saudável e produtivo. Desta forma, as estratégias do marketing digital, servem de base para que organizações atraem e retêm novos talentos, obtendo destaque e melhor resultado no mercado de trabalho.

Portanto, esse artigo tem por fundamentação do estudo bibliográfico, para verificar como o poder do marketing digital no pós-pandemia atraem e retêm novos talentos de alta qualidade, isto é, utilizando estratégias de publicidade e propaganda para a divulgação de novas vagas por meio de plataformas digitais. Desta maneira, a pesquisa serve de referência para o mundo acadêmico, pois impulsiona a curiosidade, dos mesmos em descobrir como o poder do marketing digital preserva e aproxima os novos talentos para organizações e de que forma foram estudados e quais os principais métodos aplicados pela autora, para que seja feita a devida análise e interpretação. O que resultará em possíveis contribuições ou investigações de futuros trabalhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BANOV, Márcia R. **Recrutamento e Seleção com Foco na Transformação Digital**. Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597026115. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026115/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 927**, de 22 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927impresao.htm>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CAVALLINI, Marta. **Empresas Adotam Retorno Parcial ao Trabalho Presencial; veja dicas para a volta ao escritório**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2021/02/10/empresas->

adotam-retorno-parcial-ao-trabalho-presencial-veja-dicas-para-a-volta-ao-escritorio.ghtml>. Acesso em: 02 nov. 2023.

CERVO, Amado Luiz et al. **Metodologia Científica** - eBook Kindle. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal** - como agregar talentos à empresa. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559771196. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771196/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

CORRÊA, Luiz Nilton. **Metodologia Científica: para trabalhos acadêmicos e artigos científicos** - ebook kindle. Florianópolis: Do Autor, 2008.

DALLEDONNE, Jorge. **Gestão de Serviços: a chave do sucesso nos negócios**. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

G1. **Veja 22 Plataformas para Procurar Trabalho Remoto e Freelancer**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2022/08/18/veja-22-plataformas-para-procurar-trabalho-remoto-e-freelance.ghtml>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MAGALHÃES, Mônica. **Atrair e Reter Talentos Pós-Pandemia**. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/colunas/5min-no-futuro/noticia/2022/01/atrain-e-reter-talentos-pos-pandemia.html>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: um guia prático para o acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0359-8/cfi/6/10!/4/2/4/2/2@0:0>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

PEREIRA, Rubens J. et al. **Recrutamento e Seleção Online nas Organizações: vantagens e perspectivas**. São Paulo, FUCAMP, GETEC, v. 12, n. 40, p. 19-39/2023. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3060/1879&hl=ptBR&gl=br>>. Acesso em: 14 out. 2023.

POLOTTO, Jaqueline et al. **Modelo de Compensação Total Visando a Retenção de Talentos Pós-Pandemia**. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.itl.org.br/jspui/handle/123456789/526>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

YANAZE, Mitsuru H.; ALMEIDA, Edgar; YANAZE, Leandro Key H. **Marketing Digital: conceitos e práticas**. Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9788571441408. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441408/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL E DERIVATIVOS

Jaíne Tais Artus¹
Lucas Diego Jesse²
Janice Walter³
Marcos Rogério Rodrigues⁴

RESUMO

No contexto econômico atual, a compreensão profunda dos princípios dos investimentos financeiros tornou-se crucial para indivíduos e instituições que operam nesse cenário. Este estudo tem como tema Instrumentos de Renda Fixa, Renda Variável e Derivativos, explorando diversas facetas dessas classes de ativos. O objetivo central é oferecer uma compreensão abrangente das opções de investimento, considerando riscos, rentabilidade e liquidez, identificando as vantagens e desafios de cada tipo de investimento. O estudo mergulha na complexidade dos investimentos, analisando detalhadamente os instrumentos de renda fixa e variável, além de explorar o campo dos derivativos. A relevância da pesquisa reside em destacar conceitos fundamentais de investimento e a importância da alocação estratégica para o sucesso financeiro. São apresentados no referencial teórico os conceitos e a relevância da diversificação de carteira, análise dos instrumentos de renda fixa, análise dos instrumentos de renda variável, derivativos e mercado futuro, vantagens e desafios em investimentos de renda fixa e renda variável. A pesquisa desenvolveu uma abordagem de pesquisa aplicada com foco qualitativo, exploratório, descritivo e explicativo. A metodologia se baseia em análise bibliográfica. Dentre os resultados, pode-se destacar que todos os investimentos possuem vantagens e desvantagens, todavia, a diversificação da carteira é enfatizada como proteção contra riscos e geradora de oportunidades.

Palavras-chave: Investimentos Financeiros; Alocação; Diversificação de Carteira.

ABSTRACT

In the current economic context, a thorough understanding of the principles of financial investments has become crucial for individuals and institutions operating in this scenario. This study has as theme the Fixed Income, Variable Income and Derivatives instruments, exploring various facets of these asset classes. The central objective is to provide a comprehensive understanding of investment options, considering risks, profitability and liquidity, identifying the advantages and challenges of each type of investment. The study dives into the complexity of investments, analyzing fixed and variable income instruments in detail, as well as exploring the field of derivatives. The

¹ Bacharela em Administração e Ciências Contábeis. jainetaisartus@yahoo.com

² Bacharel em Ciências Contábeis. MBA em Finanças com Ênfase em Mercado de Capitais. lucasdiegogesse@hotmail.com

³ Mestra em Desenvolvimento. Especialista em Gestão de Pessoas. janice@sommacontabilrs.com.br

⁴ Mestre em Administração. Professor das Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

relevance of the research lies in the fact that it highlights fundamental investment concepts and the importance of strategic allocation for financial success. The theoretical framework presents the concepts and relevance of portfolio diversification, analysis of fixed-income instruments, analysis of variable-income instruments, derivatives and the futures market, advantages and challenges in fixed-income and variable-income investments. The research developed an applied research approach with a qualitative, exploratory, descriptive and explanatory focus. The methodology is based on bibliographical analysis. Among the results, it can be highlighted that all investments have advantages and disadvantages, however, portfolio diversification is emphasized as a protection against risks and a generator of opportunities.

Keywords: Financial Investments; Allocation; Portfolio Diversification.

INTRODUÇÃO

No cenário econômico atual, entender e dominar os princípios dos investimentos financeiros se tornou essencial para indivíduos que operam neste mercado. Dessa forma, adotar estratégias de investimento eficazes tornou-se um desafio inegável para indivíduos e instituições financeiras.

O presente estudo tem como tema Instrumentos de Renda Fixa, Renda Variável e Derivativos. O trabalho apresenta uma análise abrangente dos principais instrumentos de investimento presentes no mercado financeiro: renda fixa, renda variável e derivativos. O estudo aborda características, funcionamento, riscos, características de cada classe de.

O objetivo geral é proporcionar uma compreensão abrangente das opções disponíveis aos investidores, considerando riscos, rentabilidade e liquidez, assim serão identificadas as vantagens e desafios associados a cada tipo de investimento. Este trabalho se propõe a mergulhar nas complexidades dos investimentos, examinando de perto a diversificação de carteira e análise detalhada dos instrumentos de renda fixa e variável de renda, além de explorar o campo dos derivativos e, as vantagens e desafios de cada investimento.

Este trabalho traz como relevância de estudo conceitos fundamentais sobre investimentos e a importância da alocação estratégica de recursos para o sucesso financeiro. Destaca-se também a proteção crucial da diversificação de carteira para reduzir riscos e aproveitar oportunidades.

Neste estudo, utilizou-se a abordagem de pesquisa aplicada, com foco quantitativo, exploratório, descritivo e explicativo. Quanto aos métodos empregados, foi realizado, uma análise bibliográfica.

Os alicerces teóricos foram alcançados por autores destacados, incluindo Assaf Neto, Brito, Chiavenato, Fortuna, Lima, Pimentel, Oliveira e Pacheco, além de Pinheiro. A estrutura deste artigo abrange além desta introdução, o referencial teórico, a metodologia e a conclusão.

Além desta introdução, o apresenta detalhadamente os instrumentos de renda fixa, explorando títulos públicos e privados, e as variáveis de renda, abordando diferentes tipos de ações e Fundos de Investimento em Ações. O estudo também explora os derivativos e o mercado futuro, além de avaliar as vantagens e desafios dos investimentos de renda fixa e variável, enfatizando a importância do perfil do investidor e da tolerância ao risco nas decisões financeiras.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são explorados os princípios relacionados a introdução, conceitos e a relevância da diversificação de carteira, análise dos instrumentos de renda fixa, derivativos e mercado futuro, vantagens e desafios em investimentos de renda fixa e renda variável.

1.1 INTRODUÇÃO, CONCEITOS E A RELEVÂNCIA DA DIVERSIFICAÇÃO DE CARTEIRA

Os investimentos financeiros são instrumentos utilizados por pessoas físicas e jurídicas para alocar seus recursos financeiros com o objetivo de obter retorno e crescimento patrimonial ao longo do tempo. Essas aplicações permitem que os investidores participem do mercado financeiro, adquirindo ativos que podem gerar rendimentos (Fortuna, 2015).

Os investimentos financeiros compreendem a alocação de recursos em ativos financeiros com o objetivo de obter retorno econômico. Esses ativos podem ser títulos de dívida, ações, fundos de investimento, entre outros. O processo de investir envolve

a tomada de decisões com base em análises e projeções, buscando maximizar ganhos e reduzir riscos (Assaf Neto, 2021).

O conceito de investimentos refere-se ao ato de aplicar recursos em determinados ativos com a expectativa de obter benefícios futuros, como rendimentos, valorização do capital ou participação nos lucros de um empreendimento. Os investidores assumem riscos ao alocar seus recursos, e a escolha dos ativos é influenciada por fatores como horizonte de investimento, perfil de risco e objetivos financeiros (Brito, 2020).

Investimentos são ativos adquiridos com a expectativa de que, no futuro, gerarão retornos financeiros ou proporcionar benefícios para o investidor. Essas aplicações podem ser realizadas em diversos tipos de ativos, tais como títulos de renda fixa, ações, fundos de investimento, entre outros. O investidor realiza suas escolhas com base em suas metas financeiras, tolerância ao risco e horizonte de investimento (Assaf Neto, 2021).

A diversificação de carteira é uma estratégia fundamental na gestão de investimentos. Consiste na alocação de recursos em diferentes tipos de ativos e setores, de forma a reduzir o risco associado a um único investimento ou classe de ativos. Por meio da diversificação, o investidor busca diluir o impacto negativo de possíveis perdas em um ativo específico, mantendo a potencialidade de alcançar retornos positivos no conjunto da carteira (Brito, 2020).

A diversificação de carteira é uma estratégia fundamental para investidores. Consiste na distribuição dos recursos em diferentes tipos de ativos, setores, e classes de risco e, visa reduzir a exposição a riscos específicos de determinados ativos e aumentar a estabilidade da carteira (Assaf Neto, 2018).

A diversificação oferece uma série de benefícios, como a redução da volatilidade da carteira, proteção contra riscos específicos, aumento da estabilidade e potencial para melhorar os resultados (Fortuna, 2015).

A diversificação é importante porque cada tipo de investimento possui características próprias, reagindo de maneira diferente a mudanças no mercado e na economia. Ao diversificar, o investidor reduz a probabilidade de perdas significativas em momentos de instabilidade e aumenta a chance de obter resultados positivos em diferentes cenários (Assaf Neto, 2021).

A importância da diversificação de carteira reside na busca por uma relação equilibrada entre risco e retorno, de acordo com o perfil e os objetivos do investidor. A alocação adequada dos recursos entre diferentes ativos é essencial para alcançar uma estratégia de investimentos (Fortuna, 2015).

Sendo assim a introdução aos investimentos financeiros envolve o entendimento do conceito de investir e a compreensão da importância da diversificação de carteira. A escolha consciente dos ativos e a diversificação adequada são fatores-chave para alcançar os objetivos financeiros e construir uma carteira sólida e equilibrada (Fortuna, 2015).

Dessa forma, pode-se concluir a importância dos investimentos financeiros como instrumentos para obtenção de retorno e crescimento patrimonial ao longo do tempo. Por meio da análise de diferentes perspectivas, fica evidente que a diversificação de carteira surge como uma estratégia fundamental na gestão de investimentos, permitindo ao investidor diminuir riscos, aumentar a estabilidade e potencializar o desempenho geral da carteira.

1.2 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA

Os instrumentos de renda fixa compõem uma importante classe de ativos no mercado financeiro, caracterizados por proporcionar aos investidores uma remuneração previsível e de baixo risco, quando comparados a investimentos de renda variável (Carrete; Tavares, 2019).

A renda fixa é uma classe de ativos de investimento caracterizada por oferecer uma remuneração pré-determinada ao investidor, estabelecida na época da aplicação. A renda fixa compreende uma categoria de investimentos que se destacam pela previsibilidade da rentabilidade, pois os rendimentos ou juros são previamente conhecidos ou indexados a algum indicador de referência, como a taxa Selic ou o CDI. Além disso, são considerados ativos de menor volatilidade em comparação com a renda variável, o que os torna atrativos para investidores mais conservadores (Assaf Neto, 2021).

O autor ressalta ainda que os instrumentos de renda fixa são investimentos nos quais o investidor empresta recursos a uma instituição ou ao governo e recebe, em

contrapartida, juros e/ou correção monetária acordados previamente. A remuneração desses investimentos é conhecida no momento da aplicação, o que proporciona maior previsibilidade aos investidores quanto aos seus retornos (Assaf Neto, 2021).

O Tesouro Direto é uma das modalidades mais populares de renda fixa, emitida pelo governo federal para captar recursos junto aos investidores é uma das opções mais acessíveis e seguras para investidores. Os títulos públicos são considerados investimentos de baixo risco, pois têm como garantia a credibilidade do governo brasileiro. O programa Tesouro Direto permite que pessoas físicas adquiram títulos públicos diretamente do governo por meio de plataformas digitais. Existem diferentes tipos de títulos, como Tesouro Selic, Tesouro Prefixado e Tesouro IPCA+, cada um com características específicas de remuneração e prazo (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

Os Títulos Privados: CDB, RDB, LCI, LCA, são títulos emitidos por instituições financeiras e têm como garantia a credibilidade dessas instituições. Entre os principais títulos privados estão o CDB (Certificado de Depósito Bancário) e o RDB (Recibo de Depósito Bancário), que oferecem rendimentos e prazos variados (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

Segundo os autores, é um relevante instrumento de investimento no mercado de renda fixa, amplamente oferecido por instituições financeiras no Brasil. Trata-se de uma modalidade de captação de recursos em que o investidor empresta seu dinheiro ao banco por meio da aquisição de um título, recebendo em contrapartida uma remuneração na forma de juros. O CDB é considerado um investimento seguro, uma vez que conta com a garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), o que assegura o ressarcimento do valor aplicado em até R\$ 250 mil, por CPF e por instituição financeira, em caso de eventual insolvência do banco emissor (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

Além da segurança, o CDB oferece diversas possibilidades de rentabilidade, com opções de títulos pré-fixados, pós-fixados ou vinculados a indicadores econômicos, permitindo ao investidor escolher a alternativa mais adequada às suas expectativas e perfil de risco. Dessa forma, o CDB tem se destacado como uma alternativa atrativa para investidores que buscam um equilíbrio entre segurança e retorno (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

Outro ativo são as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) são títulos isentos de Imposto de Renda, direcionados para o financiamento de atividades específicas no setor imobiliário e agrícola, respectivamente, a vantagem destes dois investimentos é a isenção do imposto de renda sobre os rendimentos (Fortuna, 2015).

A LCA é emitida por instituições financeiras com o objetivo de captar recursos para financiar o agronegócio, oferecendo aos investidores a oportunidade de participar indiretamente do desenvolvimento do setor. Por sua vez, a LCI é destinada ao financiamento do mercado imobiliário, contribuindo para o crescimento do setor e da construção civil no país. Ambas as modalidades de investimento são reconhecidas por sua segurança, uma vez que contam com a garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), o que assegura a proteção do valor aplicado em caso de eventual insolvência da instituição emissora (Fortuna, 2015).

O prazo de carência para investimento em LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) e LCI (Letra de Crédito Imobiliário) pode variar de acordo com as especificidades de cada instituição financeira emissora e do produto oferecido. Em geral, esses investimentos possuem prazos de carência que variam de 90 a 180 dias (dependendo da instituição financeira). Durante o período de carência, o investidor não pode resgatar o valor investido (Fortuna, 2015).

As debêntures são títulos de dívida emitidos por empresas representando uma forma de captação de recursos junto ao mercado de investidores, e têm como objetivo captar recursos para financiar projetos ou atividades da companhia. Esses instrumentos de renda fixa oferecem aos investidores a oportunidade de emprestar recursos a uma companhia, que se compromete a remunerá-los com juros (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

No entanto, é importante que o investidor avalie os riscos associados a cada tipo de debênture e considere suas expectativas em relação à evolução das taxas de juros ou dos índices de referência. Cada modalidade de debênture apresenta características próprias, e a escolha adequada dependerá do perfil e dos objetivos do investidor (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

Contudo, é importante ressaltar que as debêntures podem ser classificadas em diferentes modalidades, como as debêntures incentivadas, que oferecem benefícios

fiscais ao investidor, ou as debêntures conversíveis, que permitem a conversão em ações da empresa emissora. Essa variedade de opções torna as debêntures uma alternativa versátil para compor uma carteira de investimentos, atendendo aos diferentes objetivos e perfis de risco dos investidores (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

A compreensão detalhada dos instrumentos de renda fixa é fundamental para a tomada de decisão de investimento. É necessário analisar os prazos, as taxas de retorno, a solidez das instituições emissoras e a adequação aos objetivos e perfil de risco de cada investidor. A diversificação de carteira é uma estratégia relevante para mitigar riscos e maximizar oportunidades, combinando diferentes instrumentos de renda fixa de acordo com a conjuntura econômica e os cenários de mercado.

1.3 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE RENDA VARIÁVEL

Os instrumentos de renda variável representam um dos principais segmentos do mercado financeiro, onde os investidores adquirem participações em empresas, fundos ou outros ativos cujo retorno não é previamente conhecido e varia conforme o desempenho do mercado. Essa categoria de investimentos inclui ações de empresas listadas em bolsas de valores, fundos de investimento em ações (Pinheiro, 2008).

Os instrumentos de renda variável representam um conjunto de ativos financeiros que não possuem uma taxa de retorno preestabelecida, ao contrário dos investimentos de renda fixa. Nesse grupo, estão incluídas ações, cotas de fundos de investimento em ações, certificados de depósito de ações (BDRs) e outras modalidades que proporcionam ao investidor uma participação no capital de empresas ou em empreendimentos diversos (Oliveira; Pacheco, 2010).

Ao contrário dos investimentos de renda fixa, que têm uma taxa de retorno pré-definida, os instrumentos de renda variável oferecem a possibilidade de ganhos mais significativos, mas também estão sujeitos a perdas potencialmente maiores (Fortuna, 2015).

A liquidez dos instrumentos de renda variável varia conforme o volume de negociação desses ativos no mercado. Ações de empresas com grande volume de

negociação costumam ter alta liquidez, enquanto em fundos de investimento em ações a liquidez pode ser mais restrita (Toledo Filho, 2006).

A diversificação é uma estratégia importante na construção de uma carteira de investimentos em renda variável, pois permite reduzir o risco específico associado a um único ativo ou setor, distribuindo os investimentos entre diferentes empresas ou classes de ativos (Assaf Neto, 2021).

A compreensão das características e funcionamento dos instrumentos de renda variável é essencial para os investidores, pois possibilita uma tomada de decisão mais fundamentada e consciente ao compor sua carteira de investimentos, alinhando seus objetivos financeiros com o perfil de risco e expectativas de retorno desejados (Oliveira; Pacheco, 2010).

As ações representam títulos de propriedade emitidos por empresas que oferecem ao investidor a possibilidade de se tornar acionista e, assim, participar da propriedade e dos resultados da empresa. Existem diferentes tipos de ações, sendo as mais comuns as ações ordinárias (ON) e as ações preferenciais (PN). As ações ordinárias conferem direito a voto nas assembleias da empresa, enquanto as ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos, mas não conferem direito a voto (Oliveira; Pacheco, 2010).

A liquidez das ações refere-se à facilidade de compra e venda desses ativos no mercado. Ações de empresas mais populares e com maior volume de negociação geralmente possuem alta liquidez, o que permite aos investidores realizar operações com maior agilidade. Por outro lado, ações de empresas menos conhecidas podem apresentar menor liquidez (Fortuna, 2015).

Em relação aos riscos, o investimento em ações está sujeito a diversas fontes de volatilidade e incertezas. As oscilações no preço das ações podem ser influenciadas por fatores macroeconômicos, desempenho da empresa, mudanças no setor em que atua, eventos políticos, entre outros. Portanto, é importante que o investidor esteja ciente dos riscos (Toledo Filho, 2006).

Os Fundos de Investimento em Ações são veículos de investimento coletivo que reúnem recursos de diversos investidores para aplicação no mercado de ações. Eles são geridos por profissionais especializados, os gestores, que têm como objetivo selecionar as melhores ações e buscar rentabilidade para os cotistas (Fortuna, 2015).

Esses fundos oferecem a oportunidade de investir em uma carteira diversificada de ações, mesmo para investidores com menor capital disponível. Além disso, permitem que os cotistas tenham acesso à expertise dos gestores e à análise de mercado (Oliveira; Pacheco, 2010).

Entretanto, é importante salientar que os Fundos de Investimento em Ações também estão sujeitos a riscos, principalmente devido à volatilidade das ações que compõem a carteira do fundo. Os resultados dos fundos estão diretamente relacionados ao desempenho das ações selecionadas pelos gestores, e, podem oscilar ao longo do tempo (Fortuna, 2015).

Ao investir em Fundos de Investimento em Ações, os investidores devem considerar seus objetivos financeiros, perfil de risco e horizonte de investimento, buscando entender o regulamento do fundo e os custos associados, para tomar melhores decisões em relação aos seus recursos (Assaf Neto, 2021).

Os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) são veículos de investimento coletivo que têm como objetivo aplicar recursos no mercado imobiliário. Funcionam de forma similar a um condomínio, no qual diversos investidores, conhecidos como cotistas, aplicam seu dinheiro e o montante total é gerido por um administrador profissional, responsável por realizar as atividades de compra, venda, locação e gestão dos imóveis da carteira (Toledo Filho, 2006).

Esses fundos permitem que pequenos e médios investidores tenham acesso ao mercado imobiliário de forma diversificada e com menor valor de investimento, uma vez que o valor mínimo para adquirir cotas costuma ser acessível. Dessa forma, o investidor pode participar indiretamente de diversos empreendimentos imobiliários, como prédios comerciais, shoppings, galpões logísticos (Debastiani; Russo, 2008).

Os FIIs geram receitas por meio de aluguéis e ganhos de capital obtidos com a valorização dos imóveis. A maior parte desses fundos é obrigada a distribuir periodicamente ao menos 95% dos lucros auferidos aos cotistas, o que os torna uma alternativa interessante para quem busca renda passiva (Toledo Filho, 2006). Além disso, os FIIs são listados na Bolsa de Valores, o que permite aos investidores negociar suas cotas em mercado secundário com facilidade, proporcionando maior liquidez comparado a um investimento direto em imóveis físicos (Faccini, 2015).

Portanto, o mercado financeiro oferece diversas oportunidades de investimento em renda fixa e renda variável. Os ativos de renda variável, como ações e fundos de investimento em ações, proporcionam potencial de ganhos atrativos, mas também estão associados a maior risco e volatilidade. Por outro lado, os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) possibilitam aos investidores acesso ao mercado imobiliário de forma diversificada e com menor investimento, gerando receitas por meio de aluguéis e valorização dos imóveis.

1.4 DERIVATIVOS E MERCADO FUTURO

Outra forma de investimento são os produtos relacionados aos derivativos e mercado futuro, neste tópico aborda-se sobre a análise e aplicação em contratos futuros e opções no mercado financeiro.

O mercado de derivativos desempenha um papel fundamental no universo financeiro, permitindo a negociação de contratos cujo valor é derivado de um ativo subjacente. Os derivativos são instrumentos financeiros complexos que podem ser utilizados tanto para proteção contra riscos quanto para busca de oportunidades de lucro (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

O conceito de derivativos baseia-se na ideia de que seu preço está vinculado ao valor de um ativo subjacente, como commodities, moedas, índices de ações ou taxas de juros. Esses instrumentos oferecem a possibilidade de se expor aos movimentos do mercado sem a necessidade de adquirir diretamente o ativo em si (Pinheiro, 2008).

Dentre os principais tipos de derivativos, destacam-se os contratos futuros e as opções. Os contratos futuros são acordos que estabelecem a compra ou venda de um ativo em uma data futura a um preço pré-determinado. Esses contratos são amplamente utilizados em diversos setores, desde commodities agrícolas até moedas estrangeiras, proporcionando aos investidores a capacidade de gerenciar riscos de preço e oferta (Brito, 2020).

Por outro lado, as opções são contratos que conferem o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um ativo a um preço fixado em uma data futura.

Essa flexibilidade permite que os investidores protejam suas posições e especulem sobre os movimentos futuros do mercado (Brito, 2020).

O mercado de dólar futuro é uma modalidade do mercado financeiro onde são negociados contratos futuros de câmbio com o dólar norte-americano como ativo subjacente. Ele desempenha um papel fundamental no contexto econômico global, sendo utilizado tanto para fins de proteção (*hedge*) quanto para especulação. O mercado de dólar futuro é influenciado por diversos fatores, como eventos geopolíticos, indicadores econômicos e decisões de política monetária. Porém, a volatilidade e a liquidez dos contratos representam riscos para os investidores (Toledo Filho, 2006).

O mercado de opções é uma parte do mercado financeiro onde são negociados contratos que conferem o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um ativo-objeto a um preço pré-determinado em data futura. É utilizado para proteção contra riscos, busca de alavancagem e especulação. Os riscos incluem volatilidade do ativo-objeto, tempo até o vencimento, eventos econômicos e políticos, risco de crédito e liquidez. Para mitigar os riscos, é essencial entender o funcionamento das opções e usar estratégias adequadas de gerenciamento de riscos. A análise cuidadosa das condições de mercado é fundamental para decisões bem fundamentadas (Debastiani; Russo, 2008).

A dinâmica de funcionamento das opções é baseada na negociação dos contratos em bolsas de valores. Os contratos de opções são padronizados e têm prazos de vencimento determinados, o que permite que os investidores possam comprar e vender esses contratos de forma mais fluida e transparente. No mercado de opções, o investidor que adquire uma opção paga um prêmio, que é o valor do contrato, ao vendedor da opção. Esse prêmio é o preço que o investidor desembolsa para obter o direito de exercer a opção no futuro ou para especular com a variação do preço do contrato (Toledo Filho, 2006).

A remuneração neste mercado pode ocorrer de diferentes formas. Caso o investidor detentor da opção decida exercê-la, ele poderá comprar ou vender o ativo-objeto pelo preço de exercício estabelecido no contrato, o que pode gerar lucro ou prejuízo, dependendo da cotação atual do ativo no mercado. Além disso, os investidores também têm a opção de negociar as opções antes do vencimento, o que

possibilita a realização de ganhos ou perdas com base nas flutuações dos preços delas no mercado secundário (Toledo Filho, 2006).

Um dos principais riscos está relacionado à volatilidade do ativo-objeto, que pode resultar em variações bruscas nos preços das opções. Além disso, a proximidade da data de vencimento pode impactar negativamente o valor da opção, especialmente se o mercado não se movimentar na direção esperada pelo investidor (Faccini, 2015).

Para mitigar os riscos no mercado de opções, é essencial que os investidores compreendam sua dinâmica de funcionamento e os diferentes tipos de estratégias disponíveis. A análise cuidadosa das condições de mercado, o conhecimento dos fatores que influenciam os preços dos ativos e a utilização de técnicas adequadas de gerenciamento de riscos são fundamentais para a tomada de decisões informadas e bem-sucedidas (Faccini, 2015).

O mercado de derivativos e opções desempenha um papel crucial no universo financeiro, permitindo a negociação de contratos vinculados a ativos subjacentes, como commodities, moedas e índices de ações. Esses instrumentos oferecem oportunidades de proteção contra riscos e busca de lucros, mas também apresentam riscos significativos, incluindo volatilidade, eventos econômicos e políticos, risco de crédito e liquidez limitada.

1.5 VANTAGENS E DESAFIOS EM INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Os investimentos em diferentes classes de ativos financeiros oferecem vantagens e desafios distintos para os investidores, e a renda fixa é uma das opções mais buscadas devido à sua segurança e previsibilidade. A renda fixa é composta por ativos financeiros, como títulos de dívida emitidos por governos, instituições financeiras e empresas, que possuem remuneração preestabelecida, proporcionando maior estabilidade (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

As vantagens da renda fixa incluem a segurança proporcionada pelos títulos, pois geralmente possuem baixa volatilidade e menor exposição a riscos de mercado em comparação com investimentos em renda variável. Isso torna a renda fixa uma

opção atraente para investidores que buscam preservar o capital e obter retornos consistentes ao longo do tempo (Oliveira; Pacheco, 2010).

Além disso, a renda fixa oferece previsibilidade em relação aos pagamentos de juros ou rendimentos, permitindo que os investidores tenham uma noção clara de quanto irão receber em determinado período. Isso é relevante para investidores com objetivos de curto prazo (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

No entanto, a renda fixa também apresenta desafios. Um dos principais desafios é o risco de perda de poder de compra devido à inflação, que pode reduzir o valor real dos retornos ao longo do tempo. Além disso, em ambientes de taxas de juros baixas, os rendimentos dos títulos de renda fixa podem ser menos atrativos (Brito, 2020).

Assim é importante que os investidores compreendam os diferentes aspectos das classes de ativos financeiros, avaliem seus próprios objetivos financeiros, tolerância a riscos e horizonte de investimento para tomar decisões sobre a alocação de seus recursos e construir uma carteira de investimentos diversificada e adequada às suas necessidades (Oliveira; Pacheco, 2010).

A renda variável é uma classe de ativos financeiros composta por investimentos como ações e fundos de investimento em ações e fundos imobiliários, caracterizados pela possibilidade de variação significativa em seus preços e retornos ao longo do tempo. Uma das principais vantagens dos investimentos em renda variável é o seu potencial de valorização (Brito, 2020).

O potencial de valorização da renda variável decorre do fato de que o mercado de ações é influenciado por diversos fatores, como o desempenho econômico das empresas, as condições macroeconômicas, os eventos políticos e geopolíticos. Esses fatores podem levar a valorizações significativas nos preços das ações, criando oportunidades de lucro (Assaf Neto, 2021).

No entanto, investir em renda variável também envolve riscos. A volatilidade dos preços das ações pode resultar em perdas significativas para os investidores, principalmente em curtos períodos de tempo. Por isso, é fundamental considerar o perfil de investidor e a tolerância ao risco ao investir em renda variável (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

O perfil de investidor refere-se ao conjunto de características pessoais e financeiras de cada investidor, como objetivos financeiros, prazo de investimento, situação financeira, conhecimento sobre o mercado financeiro e a disposição para assumir riscos. Investidores com perfil mais arrojado tendem a ter maior tolerância ao risco e estão dispostos a aceitar as oscilações do mercado em busca de maiores retornos (Oliveira; Pacheco, 2010).

É importante que o investidor compreenda os riscos envolvidos nos investimentos em renda variável e esteja alinhado com seu perfil de investidor ao tomar decisões nessa classe de ativos. Diversificar a carteira de investimentos, combinando ativos de renda variável e renda fixa, é uma estratégia comum para equilibrar os riscos e potencializar os retornos ao longo do tempo. E ainda, buscar informações sobre as empresas nas quais se deseja investir, acompanhar o mercado financeiro e contar com o auxílio de profissionais especializados são práticas importantes para investir de forma consciente e maximizar as vantagens da renda variável.

CONCLUSÃO

No mundo financeiro de hoje, entender bem como investir dinheiro tornou-se muito importante para as pessoas que querem cuidar bem das suas finanças. Este estudo abrangeu a ampla temática dos Instrumentos de Renda Fixa, Renda Variável e Derivativos, explorando diferentes tipos de investimentos.

Ao longo desta pesquisa, explorou-se as principais alternativas de investimento presentes no cenário financeiro contemporâneo: renda fixa, renda variável e derivativos. A análise englobou não apenas as características intrínsecas de cada classe de ativos, como oportunidades para investidores.

A jornada se iniciou com a construção sólida da "Introdução, Conceitos e a Relevância da Diversificação de Carteira", estabelecendo uma base fundamental para compreender a dinâmica dos investimentos. Demonstrou-se como a alocação estratégica de recursos molda o sucesso financeiro em longo prazo e ressaltou a

crucial importância da diversificação como uma proteção contra riscos e uma ponte para oportunidades.

Aprofundando a análise, o tópico "Análise dos Instrumentos de Renda Fixa" levou a melhor entender os diferentes tipos de investimentos que oferecem estabilidade e segurança. Explorou-se detalhadamente desde títulos públicos, como o Tesouro Direto, até títulos privados, como CDB, RDB, LCI e LCA, além das debêntures. Observou-se como esses investimentos podem ser uma base sólida em uma estratégia de investimento completa.

Na parte sobre "Análise dos investimentos que podem render mais", se explorou os investimentos que podem trazer mais lucro, mas também mais mudanças. Descreveu-se sobre os diferentes tipos de ações, entendendo suas características e os riscos envolvidos. Também se apresentou sobre como funcionam os Fundos de Investimento em Ações.

No tópico sobre "Contratos Futuros e Outras Formas de Investir", se estudou como esses contratos funcionam e como podem ser usados em estratégias de investimento. Finalmente, na parte sobre "Vantagens e Desafios dos Investimentos", se descreveu sobre as vantagens de investir em ativos mais previsíveis e seguras, detectados com as oportunidades de crescimento e maiores lucros, mas com mais riscos.

O objetivo principal foi dar informações úteis para ajudar o investidor a tomar decisões inteligentes sobre os investimentos, com o intuito de entender melhor como operar os investimentos financeiros, para que se possa escolher com confiança e construir um futuro financeiro mais forte e próspero.

Com base nesta conclusão, é evidente que há um amplo campo para estudos futuros e pesquisas relacionadas aos investimentos financeiros. Explorar mais profundamente as estratégias de diversificação de carteira, investigar a interconexão entre diferentes classes de ativos e avaliar o desempenho histórico desses investimentos em diferentes cenários projetados pode fornecer insights valiosos para os investidores.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
Acessado em: 15 de mai. 2021.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRITO, Osias Santana de. **Mercado Financeiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

CARRETE, Liliam Sanchez; TAVARES, Rosana. **Mercado Financeiro Brasileiro**.
São Paulo: Atlas, 2019.

DEBASTIANI, Carlos Alberto; RUSSO, Felipe Augusto. **Avaliando Ações,
Investindo em Empresas: a aplicação pratica da análise fundamentalista na
avaliação de empresas**. São Paulo: Novatec Editora. 2008.

FACCINI, Leonardo. **Mercado de Valores Mobiliários**. 2.ed. São Paulo: Forense,
2015.

TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro De. **Mercado de Capitais Brasileiro: Uma
introdução**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

OLIVEIRA, Gilson; PACHECO, Marcelo. **Mercado Financeiro**. Objetivo e
Profissional. 2. ed. São Paulo: Fundamento, 2010.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 330
p.

O LÍDER COMO UM FATOR MOTIVACIONAL DE EQUIPES

Bruno Ismail¹
Gabriela Betina Rutke²
Danieli Rodrigues³
Camila Gabriele Câmara⁴

RESUMO

O presente artigo tem como delimitação temática o estudo sobre o líder e seu papel na motivação de equipes, desta forma entende-se como a liderança pode fazer a diferença no momento de atingir objetivos organizacionais. Mostra-se também como a figura do chefe e do líder se diferem no momento de fazer com que certa atividade ocorra, onde citará as principais características dos dois papéis inseridos em um ambiente corporativo. Além de abordar tais fatos, busca-se entender o que é a motivação e como deve ser abordada em diferentes momentos pelo líder, sabendo que cada indivíduo pode ser motivado de uma forma distinta, e como ele se dedica para que alcance os objetivos pré-determinados pela organização. A metodologia utilizada foi uma retomada bibliográfica, da qual procurou definir o conceito de liderança e os seus estilos. Também apresentou a motivação e a teoria de Maslow, que podem influenciar positivamente no momento de gerenciar e direcionar sua equipe.

Palavras-chave: Liderança; Líder; Chefe; Equipe; Motivação.

ABSTRACT

This article's thematic delimitation is the study of the leader and his role in motivating teams, thus understanding how leadership can make a difference when achieving organizational objectives. It also shows how the figure of the boss and the leader differ when it comes to making a certain activity occur, which will mention the main characteristics of the two roles inserted in a corporate environment. In addition to addressing these facts, we seek to understand what motivation is and how it should be approached at different times by the leader, knowing that each individual can be motivated in a different way, and how they dedicate themselves to achieving the pre-determined objectives. determined by the organization. The methodology used was a bibliographic review, which sought to define the concept of leadership and its styles.

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. brunoismail42@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. gabrielarutke@gmail.com

³ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Orientador. Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. prof.danielihermes@hotmail.com

⁴ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações Professora do Curso de Ciências Contábeis, Faculdades Integradas Machado de Assis. camaracamila@hotmail.com

He also presented Maslow's motivation and theory, which can positively influence when managing and directing your team.

Keywords: Leadership; Leader; Boss; Team; Motivation.

INTRODUÇÃO

A motivação e liderança organizacional é algo que vem tendo uma significativa notoriedade atualmente. O tema vem sendo abordado principalmente em empresas que almejam uma melhoria em seu clima organizacional e resultados financeiramente positivos.

O seguinte artigo tem como funcionalidade trazer um esclarecimento e possíveis soluções para problemas corporativos decorrentes da falta de flexibilidade e identificação do modelo de liderança a ser aplicada e como a motivação é um fator essencial para um bom rendimento de um grupo.

O intuito deste estudo consiste na complexidade das relações entre os líderes e liderados. A motivação pode influenciar significativamente a eficiência e os custos das empresas, ao mesmo tempo que pode afetar a qualidade ser um fator prejudicial, caso seja mal administrado.

A pesquisa realizada é de cunho teórico, fundamentada principalmente em estudos feitos pelo autor Antonio Cesar Amaru Maximiano através de retomadas bibliográficas que conforme o desenvolvimento do referencial teórico trazem ideias de outros autores que complementam o pensamento de Maximiano em relação à liderança e a motivação.

A estrutura deste artigo encontra-se distribuído da seguinte maneira: será apresentado uma revisão de conceitos básicos sobre a liderança, atitudes de um chefe, líderes e suas características com seus principais conceitos e formas de implementação diversas. Em seguida, será abordado sobre a motivação e suas variações, tal como a Teoria de *Maslow* como referência. Por fim, serão apresentadas conclusões e a base de informações obtidas ao longo do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A origem do termo de liderança é algo indefinido, porém conforme Stogdill (1974) *apud* Bergamini (1994, p. 103), “o conceito de liderança tenha surgido em meados do ano de 1300 durante a era cristã”. A palavra deriva do termo *leader*, que tem origem inglesa e significa líder (Pinheiro, 2016, p. 9).

Segundo Maximiano (2000, p. 388), a liderança é a forma com que um determinado indivíduo gere seus colaboradores com o intuito de que alcancem objetivos comuns entre si, trazendo assim melhores resultados. Apesar de um líder ter o intuito de comandar uma equipe, autores trazem significados complementares.

Chiavenato (2005, p. 346) retrata juntamente a fisionomia de um líder como um cargo superior pessoal.

A liderança é, de certa forma, um tipo de poder pessoal. Através da liderança uma pessoa influencia outras pessoas em função do relacionamento existentes. A influência é uma transação interpessoal na qual uma pessoa age no sentido de modificar ou provocar o comportamento de outra pessoa, de maneira interpessoal. Assim, sempre se encontra um líder - aquele que influencia os liderados - aqueles que são influenciados. A influência é um conceito de poder e de autoridade. O poder significa o potencial de influência de uma pessoa sobre a outra ou outras, que pode ou não ser exercido (Chiavenato, 2005, p. 346).

É notável que a figura do líder em um conjunto de pessoas é imprescindível, pois é a partir dele que a equipe vai trabalhar de forma sistemática. Conforme cita Garcia (2012, p. 2), “é por meio de uma boa liderança que a empresa terá colaboradores motivados, um clima organizacional satisfatório com boas relações de trabalho, clientes satisfeitos, bons lucros, resultados positivos.”

A partir do entendimento do que se trata a liderança em uma empresa, podemos a distinguir de outro termo que corriqueiramente é confundido com a figura do líder, principalmente se tratando de ambientes organizacionais.

1.1 CONCEITO DE CHEFE

Cotidianamente muitas das pessoas não sabem diferenciar um líder de um chefe ou vice versa, ou crendo que as duas palavras possuem o mesmo significado.

Segundo Souza e Pepece (2020, p. 3), a figura de chefe estaria associada principalmente a características como autoridade, que a partir do cargo ordena, determinando certo indivíduo para realizar uma tarefa.

Outros autores trazem um lado mais obscuro sobre a caracterização da figura do chefe, abordando um comportamento desumano, Krause (2010) diz ainda que, “o chefe busca quase o tempo todo surpreender o funcionário fazendo alguma coisa errada”, ou seja, aquela pessoa que procura apenas coisas erradas em tarefas de seus colaboradores.

1.1.1. Características e Atitudes de um Chefe

A partir da breve retratação da figura de um chefe na organização é nítida a centralização do poder de forma autoritária, onde segundo Souza e Pepece (2020, p. 3) complementa com características de um chefe: Dá ordens e é durão; centraliza o poder; leva sozinho o crédito pelos resultados; desmotiva a equipe; lidera pela autoridade.

Conforme abordado pelo website Pequenas Empresas E Grandes Negócios (2014), o chefe traz consigo uma cobrança excessiva do colaborador, gera favoritismo entre equipe, costuma encontrar culpados apontando erros ao invés de soluções, resistindo assim a críticas agindo de forma arrogante e desrespeitosa, diferentemente do líder.

1.2 LÍDER

Ao abordarmos a figura do líder percebemos a notória divergência de características se comparado ao chefe, além de não se tratar de um cargo, mas sim uma posição como aborda Wendling (2007, p. 12), “entretanto, o lugar na estrutura hierárquica não garante o *status*¹ de líder. O líder não é obrigatoriamente um dirigente

¹ Status: Subs. Masculino: 1. Posição favorável na sociedade; consideração, prestígio, renome. "ter s."

ou gerente. Há líderes em todos os níveis da organização, podendo este atuar em grupos formais ou informais.”

Segundo Nascimento (2008) *apud* Souza e Pepece (2020, p. 4), "acentuar a liderança é um processo contínuo e interminável. Mesmo assim, nenhum líder jamais chegará ao ponto da perfeição no que diz respeito à perspicácia e à eficácia na liderança". A partir disso podemos perceber que a caminhada que um líder percorre para alcançar tal fato se deve a busca pelo aperfeiçoamento e sua capacitação.

1.2.1 Atitudes de um bom Líder

Ao discutirmos algumas das atitudes do líder, percebemos grandes diferenças se comparado ao chefe. Maxwell comenta que:

O chefe dirige seus subordinados; o líder os treina. O chefe depende da autoridade; o líder depende da boa vontade. O chefe inspira medo; o líder inspira entusiasmo. O chefe diz: “Eu”; o líder diz: “Nós”. O chefe enfatiza o responsável pela falha; o líder enfatiza a falha. O chefe quer que as pessoas saibam como ele fez; o líder mostra como fazer. O chefe afirma: “Vá”; o líder afirma: “Vamos” (Maxwell, 2008, p. 16).

Maxwell além de abordar críticas envolvendo a imagem do chefe, traz algumas alusões referente ao líder, onde o caracteriza como empático, entusiasmado e igualitário. Amplia-se ainda mais ao considerar a inconformidade com a realidade, buscando possibilidades de soluções enquanto outros veriam apenas dificuldades, trazendo em si a coragem de ser o único responsável ao assumir riscos (Maxwell, 2008, p. 3).

Ilustração 1 - Pontos fortes e excessos improdutivos de comportamento do líder

LÍDERES: Pontos Fortes	LÍDERES: Excessos
<p>Conseguem resultados pela competência pessoal, lutando abertamente pelas oportunidades.</p> <p>Rápidos no agir, têm sentido de urgência, fazem as coisas acontecer.</p> <p>Têm sensibilidade para perceber as necessidades dos outros, conciliando interesses que parecem opostos.</p> <p>Conseguem interagir com os mais diferentes tipos de pessoas, servindo-se da sensibilidade e tato social.</p>	<p>São pouco tolerantes quando há falta de competência, forçando situações difíceis.</p> <p>Precipitam-se, tornando-se impulsivos sem pensar suficientemente os prós e contras.</p> <p>Dão impressão de falta de convicção pessoal, deixando dúvidas a respeito de que lado estão.</p> <p>Deixam a impressão de superficialidade nos contatos sociais que mantêm, mudando de posição com muita facilidade.</p>

Fonte: O Líder Eficaz (2012, p. 96).

1.2.2 Tipos de Líder

Apesar da figura do líder ser uma só, podemos dividir os estilos ou tipos de liderança em três principais, podendo variar entre elas conforme à necessidade de as utilizar. Essas variações são divididas em liderança democrática, liberal e autocrática.

- Líder democrático:

Quanto mais as decisões forem influenciadas pelos integrantes do grupo, mais democrático é o comportamento do líder. Os comportamentos democráticos envolvem alguma espécie de influência ou participação dos liderados no processo de decisão ou de uso da autoridade por parte do dirigente (Maximiano, 2000, *apud* Garcia, 2012, p. 6).

- Líder liberal:

Na liderança liberal, as pessoas apresentam menos quantidade e qualidade de produção. Pessoas submetidas a esse tipo de liderança apresentam sinais de individualismo, pouco respeito para com os colegas de trabalho e até mesmo para com o próprio líder (Miranda, 2012, p. 48).

- Líder autocrático:

Quanto mais concentrada a autoridade no líder, mais autocrático seu comportamento ou estilo. Muitas formas do comportamento autocrático abrangem prerrogativas da gerência, como as decisões que independem de participação ou aceitação. Infelizmente, o estilo autocrático pode degenerar e tornar-se patológico, transformando-se no autoritarismo. Arbitrariedade, despotismo e tirania, que representam violências contra os liderados, são exemplos de comportamentos autoritários (Maximiano, 2000, p. 344).

Apesar dos diversos tipos de liderança, Miranda (2012, p. 48) afirma que “a melhor maneira de liderar, é através do estilo democrático, onde favorece não só os líderes que através deste estilo consegue administrar toda uma equipe de trabalho”, tornando-se assim um modelo de liderança que motiva uma equipe.

2 MOTIVAÇÃO

Ao entender como a figura do líder é imprescindível para uma boa gestão, e principalmente para motivação de equipes, se faz necessário entender como essa motivação deve ser abordada, para que assim traga resultados favoráveis à empresa.

A motivação além do dinheiro é um sentimento conforme cita Paro, Speretta e Joviliano (2014, p. 448), a motivação está dentro das pessoas, sendo à sua força de agir, porém à motivação pode ser impulsionada com o funcionário sendo encorajado e valorizado em seu local de trabalho.

Voigtlaende, Beiler e Walkowski (2010, p. 9) reforça que a motivação é algo muito relativo se comparado por diferentes, algo que motiva à alguém pode não ter os mesmos efeitos em seu colega, pois cada um tem suas necessidades.

A partir disso é necessário que o líder entenda como deve ser executada e como cada um de seus colaboradores deseja ser motivando, sendo de forma intrínseca ou extrínseca.

2.1 MOTIVAÇÃO INTRÍNSECA E EXTRÍNSECA

A motivação intrínseca quando abordada ela é feita de forma com que o colaborador possa se realizar de forma pessoal, se referindo principalmente pela parte psicológica, se esforçando para que recebam recompensas intrínsecas.

Cameron e Pierce (2006) *apud* Lira e Silva (2014, p. 128 e 129) contribuem:

As recompensas intrínsecas como todas aquelas em que não se encontra presente algo de tangível que justifique o comportamento adotado pelo trabalhador, ou seja, quando não existe uma recompensa aparente, exceto a atividade por si própria. Como exemplos de recompensas intrínsecas temos a autoestima, o crescimento pessoal, tarefas desafiadoras, os sentimentos de realização por um trabalho bem feito, os sentimentos de uso e desenvolvimento das suas competências e aptidões, o deleite em satisfazer a curiosidade ou o prazer de participar de uma discussão estimulante (Lira; Silva, 2014, p. 128-129)

Gomes e Amorim (2008) *apud* Pinheiro (2016, p. 46) ainda complementa como a motivação intrínseca sendo “entendida como um impulso que vem de dentro do indivíduo.”

Por outro lado, a motivação extrínseca adere a uma motivação externa, como aborda Tadeucci (2009) *apud* Ruffatto, Pauli e Ferrão (2016, p. 34) “a motivação extrínseca se fundamenta na ideia que está diretamente ligada entre o ambiente externo e o sujeito”.

Gomes e Amorim (2008) *apud* Pinheiro (2016, p. 47) complementa em relação à motivação extrínseca que: “alimentam valores nocivos à constituição do grupo, tais como individualismo e competitividade exacerbados, e não propiciam a criação de vínculos afetivos e de confiança entre líderes e liderados”. Além disso ainda complementa que:

As punições também se inserem no contexto de motivação extrínseca, sendo igualmente consideradas determinantes no comportamento e mais evidentes quanto à intenção de controlar, quer pela eliminação de recompensas, quer pela ameaça e atribuição de penalidades (Gomes; Amorim, 2008 *apud* Pinheiro, 2016, p. 46).

A partir do disposto em relação às diferenças da motivação intrínseca e motivação extrínseca podemos nos perguntar qual das motivações são mais adequadas a se abordar em uma organização, é através disso que através da teoria de Maslow que pode ser compreendido.

2.2 TEORIA DE MASLOW

A teoria de Maslow, também conhecida como Pirâmide de Maslow ou Hierarquia das necessidades surgiu em meados da década de quarenta que tem grande ligação com a motivação segundo Ferreira, Demutti e Gimenez (2010, p. 4).

A pirâmide tem como principal fundamentação os fatores por quais o ser humano é satisfeito, sendo dividido em formato piramidal conforme a imagem número 2, Fernandes e Pereira (2016, p. 4) complementam ainda:

As necessidades humanas estão estruturadas e colocadas em níveis, em uma escala de importância e de influência. Por ordem decrescente de urgência, as necessidades foram classificadas em: fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de auto realização. Portanto, a mais básica e essencial é a fisiológica e a mais fraca na hierarquia de urgência é a necessidade de auto realização (Fernandes E Pereira, 2016, p. 4).

Ilustração 2 - Pirâmide de Maslow



Fonte: Robbins (2008).

Ao analisar a pirâmide temos de mencionar o fato de priorizar algumas necessidades, sendo sua base o principal foco de realização das necessidades e seu topo o de menor prioridade. Almeida (2014, p. 15) aborda algumas características a cada um dos pontos, sendo eles:

Necessidades Fisiológicas: É neste ponto que se encontram as principais necessidades do ser humano, sendo elas a fome, abrigo, necessidades do corpo.

Necessidades de Segurança: Tudo que possa vir a envolver proteção contra danos físicos ou morais se encontra neste nível.

Necessidades de Social: Aborda atos de aceitação, amizades e sensações de se sentir incluído em um grupo.

Necessidade de Autoestima: Inclui fatores de respeito consigo mesmo, realizações e a autoestima.

Necessidade de Auto Realização: Significa atingir tudo o que o indivíduo possui capacidade e idealização.

Ao criar a pirâmide, Maslow teve como fundamento a autorrealização do indivíduo, onde a partir do momento que o colaborador alcance seus objetivos ele tenda a subir seu nível, onde assim busque novos objetivos a serem concluídos, chegando assim ao topo (Steinwandter, 2021, p. 29).

CONCLUSÃO

Este artigo tem como principal objetivo analisar e compreender conceitos de liderança e sua aplicabilidade em grupos e como a figura do líder se destaca com maior facilidade diferentemente do chefe, apresentando características e atitudes que fazem com que tal fato ocorra.

Foram apresentados conceitos que possibilitam avaliar o presente estudo, propondo um maior entendimento de como um líder em seu papel pode influenciar as pessoas nas quais o cercam, entendendo que cada indivíduo possui um pensamento e um objetivo a ser alcançado, sendo ele pessoal e/ou organizacional.

Este estudo é um norteador para novas pesquisas sobre como a figura do chefe se difere do líder, e os fatores que na visão dos colaboradores os fazem enxergar como líderes de sucesso, trazendo maior confiança à equipe.

Além disso, é possível com que sejam realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas, executadas através de perguntas objetivas com colaboradores perante aos seus líderes e a sua satisfação com o trabalho realizado pelos mesmos ou até então pesquisas com perguntas fechadas buscando números e percentuais.

Vale ressaltar que o líder deve avaliar a cada momento o estilo de liderança a ser utilizado, sendo necessário maior flexibilidade além de ir em busca de soluções inovadoras e criativas, com o intuito de melhorar o clima organizacional através de colaboradores motivados.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança**: a administração do sentido. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/V6HxfSxghqbGdKPvVRDqqWC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 set. 2023.

CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Acesso em: 12 set. 2023.

FERNANDES, Jair José Moreira; PEREIRA, Francisco Wendell Fontenele. **A Pirâmide de Maslow em pleno Século XXI**. Disponível em: <[313](https://adm-</p></div><div data-bbox=)

portal.appspot.com.storage.googleapis.com/_assets/modules/academicos/academic_o_7118.pdf>. Acesso em: 07 out. 2023.

FERREIRA, André *et. al.* **A Teoria das Necessidades de Maslow**: a influência do nível educacional sobre a sua percepção no ambiente de trabalho. Disponível em: <<https://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/703.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2023.

FERREIRA, André; DEMUTTI, Carolina Medeiros; GIMENEZ, Paulo Eduardo Oliveira. **A Teoria das Necessidades de Maslow**: a influência do nível educacional sobre a sua percepção no ambiente de trabalho. Disponível em: <<https://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/703.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2023.

Ilustração 1. **Pontos Fortes e Excessos do Comportamento do Líder**. BERGAMINI, Cecília Whitaker. **O Líder Eficaz**. 1. ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas 2012. Acesso em: 24 set. 2023.

Ilustração 2. ROBBINS, S.P. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo: Robbins, 2008. Acesso em: 08 out. 2023.

INFLUÊNCIA NO CLIMA ORGANIZACIONAL. Disponível em: <https://cdn.administradores.com.br/app/uploads/2022/01/29180146/academico_5220_190226_180417.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

KRAUSE, D. G. **A Força de um Líder**. São Paulo: Makron Books, 2010. Acesso em: 18 set. 2023.

LIRA, M.; SILVA, V. P. G. DA. **Motivação Intrínseca vs. Motivação Extrínseca**. Disponível em: <<http://famigvirtual.com.br/famig-libertas/index.php/libertas/article/view/61/60>>. Acesso em: 07 out. 2023.

MAXIMIANO, A.C.A. **Teoria Geral da Administração**: da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2. ed: São Paulo: Atlas, 2000. Acesso em: 18 set. 2023.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5161698/mod_resource/content/3/Livro_-_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0%C2%A0_Administra%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Cesar_Amaru_Maximiano_-_5%C2%B0Ed.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

MAXWELL, J. C. **Você Nasceu para Liderar**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008. Acesso em: 22 set. 2023.

MAXWELL, John C. **O Livro de Ouro da Liderança**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008. Acesso em: 24 set. 2023.

MIRANDA, Ana Laura Castanha. **Liderança Empresarial**: o desafio de ser líder nas organizações. Disponível em:

<<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0911260316.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2023.

PARO, Débora Silva et. al. **A Influência da Liderança na Motivação**. Disponível em:

<<https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/36/30102015191256.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2023.

PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS. **10 características de um chefe ruim**. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2014/07/10-attitudes-que-te-tornam-um-chefe-ruim.html>>. Acesso em: 20 set. 2023.

PINHEIRO, André Luís Macedo. **A Relação entre Liderança e Motivação de Equipes**. Disponível em:

<<https://tede.unifacs.br/bitstream/tede/542/2/Dissertacao%20ANDR%c3%89%20LU%c3%8dS%20MACEDO%20PINHEIRO.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2023.

RUFFATTO, Juliane et. al. Influência do estilo de Liderança na Motivação e Conflitos Interpessoais em Empresas Familiares. R. Adm. **FACES Journal Belo Horizonte**, v. 16 n. 1 p. 29-44 jan./mar. 2017. ISSN 1984-6975 (online). ISSN 1517-8900 (Impressa) Disponível em:

<<http://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/3616>>. Acesso em: 08 out. 2023.

SOUZA, Diana Jakson G. PEPECE JUNIOR, Antonio Rafael. **Como Diferenciar um Líder de um Chefe**. Trabalho de conclusão de curso. Curso superior de tecnologia em Gestão Comercial. Faculdade de Tecnologia de Assis, Prof. Dr. José Luiz Guimarães. Assis, 2020. Disponível em:

<<http://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/4703>>. Acesso em: 18 set. 2023.

STEINWANDTER, Amália Cristina Santos. **Um Olhar Organizacional sobre a Relação da Síndrome de Burnout com a Posição do Indivíduo na Pirâmide de Maslow**. Trabalho de Conclusão de Curso de Administração. Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2021. Disponível em:

<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/15732/2/Amalia_Cristina_Santos_Steinwandter.pdf>. Acesso em: 08 out. 2023.

VOIGTLAENDER, Karin et. al. **Liderança e Motivação nas Organizações**. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38825068/lideranca_e_motivacao-libre.pdf?1442706726=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DVIII_Convibra_Administracao_Congresso_Vi.pdf&Expires=1696734958&Signature=I0TqpDAShnTaWIU9ltzQyXyuYBWus6c7Tp3VTfxkRrWmutKqTbU3~36kqTb~a0PH~fANL8pDxeb1r1~GSGAdyll90zKTVvQtDo2vSOQbc5dMlin50xi0bwOIKHMsNBqkhZSi8SQxPNrxZPTAs->

gDUMPXSWhfQQaFSzYgCd7keHSA2Mnx1TntpCP9NSrKblrZob~cNr6YDfF~ZsMsG
6cltXXOjMdC529K15ujwREeS--
vjhMu9fV5IX4kvB~3VjH~AYsrfKlnl1h~rYAylvN02Hr2uoxXcd89eod3DoMNM1RAwm
AXe4PA4n3Wf4S2TkzluGiJPRbrJ10nLnehiB3eRA__&Key-Pair-
Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 07 out. 2023.

WENDLING, Merilyn. **Estilos de Liderança e sua Efetividade nas Empresas:** um estudo de caso. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14143>>. Acesso em: 23 set. 2023.

MENINAS OU NOIVAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASAMENTO PRECOCE NO BRASIL

Bárbara Luiza Scholl¹
Weylla Viana Rangel²
Franciele Seger³

RESUMO

A presente pesquisa aborda o tema do casamento precoce no Brasil. A delimitação temática consiste em analisar as origens, impactos e fundamentos jurídicos pertinentes, a fim de esclarecer por que o casamento precoce, de crianças e adolescentes é tão prevalente no país, sobretudo entre meninas, e demonstrar suas consequências, buscando apontar possíveis soluções. O objetivo geral da pesquisa é identificar o fator desencadeante do casamento precoce no Brasil e suas principais consequências na vida das garotas. Diante desse cenário, o problema de pesquisa consiste em responder ao seguinte questionamento: qual é a origem do casamento precoce no Brasil e como ele afeta as garotas? A pesquisa se justifica porque é fundamental compreender e abordar esse problema que impacta a vida de jovens meninas no país. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, com uma abordagem qualitativa, com fins descritivos e exploratórios, visando compreender as causas e origens do casamento precoce. Quanto ao plano de geração de dados, utilizou-se a documentação indireta, bibliográfica, como doutrinas, legislação e artigos científicos. O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, analisando a problemática e buscando apontar soluções e os métodos de procedimentos são o histórico e o comparativo. Em conclusão, o casamento precoce de garotas no Brasil é uma questão enraizada historicamente, com a desigualdade de gênero desempenhando um papel central. Isso resulta em graves consequências para a integridade física e psicológica das garotas, incluindo a supressão de seus direitos, como a educação, além de um impacto profundo em suas vidas.

Palavras-chave: Casamento Precoce; Direitos Humanos; Direito.

RESUMEN

La presente investigación aborda el tema del matrimonio temprano en Brasil. La delimitación temática consiste en analizar los orígenes, impactos y fundamentos legales pertinentes, con el fin de esclarecer por qué el matrimonio temprano de niños y adolescentes es tan prevalente en el país, especialmente entre las niñas, y demostrar sus consecuencias, buscando señalar posibles soluciones. El objetivo general de la investigación es identificar el factor desencadenante del matrimonio

¹ Bárbara Luiza Scholl. Acadêmico do Curso de Direito - 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. barbaraluizascholl@gmail.com

² Weylla Viana Rangel. Acadêmico do Curso de Direito- 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. weyllarangel@gmail.com

³ Franciele Seger. Mestre em Direito. Professora do Curso de Direito Faculdades Integradas Machado de Assis. franci.seger@hotmail.com

temprano en Brasil y sus principales consecuencias en la vida de las niñas. Ante este escenario, el problema de investigación consiste en responder a la siguiente pregunta: ¿cuál es el origen del matrimonio temprano en Brasil y cómo afecta a las niñas? La investigación se justifica porque es fundamental comprender y abordar este problema que impacta la vida de las jóvenes en el país. En cuanto a la metodología, se trata de una investigación de naturaleza teórica, con un enfoque cualitativo, con fines descriptivos y exploratorios, con el objetivo de comprender las causas y orígenes del matrimonio temprano. En cuanto al plan de generación de datos, se utilizó la documentación indirecta, bibliográfica, como doctrinas, legislación y artículos científicos. El método de enfoque utilizado es el hipotético-deductivo, analizando la problemática y buscando señalar soluciones, y los métodos de procedimiento son el histórico y el comparativo. En conclusión, el matrimonio temprano de las niñas en Brasil es un problema arraigado históricamente, con la desigualdad de género desempeñando un papel central. Esto resulta en graves consecuencias para la integridad física y psicológica de las niñas, incluyendo la supresión de sus derechos, como la educación, además de un impacto profundo en sus vidas.

Palabras-clave: Matrimonio Temprano; Derechos humanos; Derecho.

INTRODUÇÃO

O casamento precoce no Brasil, definido como a união de indivíduos com menos de 18 anos tem sido objeto de crescente preocupação e investigação nos últimos anos. Essa prática afeta tanto meninos quanto meninas, embora as meninas sejam mais impactadas por suas implicações. Portanto, esta pesquisa se propõe a abordar a problemática do casamento precoce no Brasil, analisando suas origens, impactos, fundamentos jurídicos e em busca de possíveis soluções.

O objetivo geral deste estudo é identificar a origem do casamento precoce no Brasil e suas principais consequências na vida das meninas. A partir disso, busca-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: qual é a origem do casamento precoce no Brasil e como ele afeta as meninas? A relevância da pesquisa se fundamenta na necessidade de compreender e combater um problema que afeta significativamente a vida das jovens no país.

Para atingir o objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: a) Realizar uma breve análise histórica do casamento; b) Examinar o casamento precoce no Brasil; c) Investigar a evolução da proteção à infância.

A metodologia adotada é de natureza teórica, com uma abordagem qualitativa que permite uma compreensão mais profunda das complexidades do tema. O estudo

é de cunho descritivo e exploratório, que visa entender as causas e origens do casamento precoce, apontando as razões por trás desse fenômeno. Para a coleta de dados, foram utilizadas fontes bibliográficas, como doutrinas, legislação e artigos científicos.

Este trabalho adota o método de abordagem hipotético-dedutivo para analisar as problemáticas do casamento precoce no Brasil, especialmente entre as meninas em situações de vulnerabilidade econômica e psicológica que muitas vezes são privadas de tomar decisões por si mesmas. Os métodos de procedimento aplicados são o histórico e o comparativo, permitindo examinar a evolução do casamento precoce ao longo do tempo e contrastar diferentes abordagens em contextos culturais e sociais diversos.

Em suma, o casamento precoce de meninas no Brasil é uma questão enraizada historicamente, com a desigualdade de gênero desempenhando um papel central. Isso resulta em graves consequências para a integridade física e psicológica das meninas, incluindo a supressão de direitos, como o acesso à educação, e impactos profundos em suas vidas.

A presente pesquisa está organizada em três seções, onde serão abordados o contexto histórico do casamento, o casamento precoce e a evolução da proteção à infância. O artigo é concluído com uma síntese das descobertas e recomendações destinadas a mitigar a incidência do casamento precoce no contexto brasileiro. O estudo almeja contribuir para uma compreensão mais abrangente desse relevante problema social e, conseqüentemente, para a implementação de estratégias eficazes visando sua erradicação.

1 BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DO CASAMENTO

“O casamento é uma das múltiplas formas de constituição de entidade familiar” (Rosa; Farias, 2023, p. 39). O casamento sempre regeu a sociedade em diversas dimensões, sejam elas financeiras, sentimentais ou sociais desempenhando um papel fundamental nas relações interpessoais.

A Constituição Federal de 1988 marcou o início da desconstrução da ideologia da família patriarcal, caracterizada por uma estrutura monogâmica, centrada na figura

paterna e nos aspectos patrimoniais, que historicamente predominou na sociedade brasileira, com raízes nos antigos patriarcas e senhores feudais (Barros, 2002). Nesse contexto, o casamento desempenha um papel de destaque, influenciando não apenas as questões financeiras, mas também as dimensões sentimentais e sociais das relações interpessoais.

O casamento é regulamentado dentro do Direito de Família, tendo como marco inicial a Constituição Federal de 1988. Com isso, esse ramo do Direito passou a ser orientado pela perspectiva prioritária dos valores fundamentais da dignidade e realização da pessoa humana, ao mesmo tempo em que incorporou os notáveis avanços da ciência (Madaleno, 2023).

A Carta Magna trouxe avanços relevantes e orientadores para a sociedade. No âmbito do Direito de Família, especificamente em relação ao casamento, novos conceitos de família e formas de união foram estabelecidos. Anteriormente, o casamento era uma instituição formal entre homem e mulher. No entanto, a Constituição Federal de 1988 trouxe inovações, como o reconhecimento da família plural, que pode ser constituída de diversas maneiras, incluindo o casamento, a união estável e a família monoparental (Madaleno, 2023). Além disso, é importante ressaltar a promoção da igualdade entre homens e mulheres, especialmente no âmbito do casamento.

Embora a Constituição Federal vigente se mostre inovadora, a família e a sociedade evoluíram com o passar dos anos. Assim, as evoluções sociais que existiam em 1998 não são as mesmas que existem atualmente. Nesse contexto, Farias expõe que:

A entidade familiar deve ser entendida, hoje, como grupo social fundado, essencialmente, em laços de afetividade, pois a outra conclusão não se pode chegar à luz do Texto Constitucional, especialmente do artigo 1º, III, que preconiza a dignidade da pessoa humana como princípio vetor da República Federativa do Brasil (Farias, 2004, p. 48).

Para ocorrer o casamento deve haver um consenso mútuo. Ambas as partes devem estar dispostas a se unirem e objetivarem tal constituição familiar consoante o artigo 1.514 do Código Civil, que dispõe que "O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer

vínculo conjugal, e o juiz os declara casados" (Brasil, 2002).

Além disso, o casamento só poderia ser constituído por uma relação monogâmica, entre homem e mulher. Conforme a definição de Rolf Madaleno, o casamento é uma instituição baseada no consentimento mútuo, caracterizado por ser bilateral, pessoal e recíproco. Esse consentimento reflete a vontade dos nubentes que decidem se unir em matrimônio, simbolizando a completa integração de seus corpos e almas, impulsionada pelo amor (Madaleno, 2023).

A Constituição Federal de 1988 prevê, no seu artigo 226, que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Brasil, 1988). O parágrafo 5º, por sua vez, expõe que “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (Brasil, 1988).

Além de que o próprio Código Civil embasa a conduta do casamento com a premissa de comunhão de direitos deveres entre os cônjuges em seus artigos 1.511, 1.514 e 1.517:

Art. 1.511. O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.

Art. 1.514. O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

Art. 1.517. O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.

Parágrafo único. Se houver divergência entre os pais, aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 1.631 (Brasil, 2002).

Sendo assim, segundo Maria Berenice Dias é importante destacar que, uma vez atingida a capacidade civil para o casamento, não é apropriado limitar esse direito com base apenas na presunção de que, devido à idade, a pessoa deve ser protegida financeiramente em nome de sua dignidade pessoal. Na verdade, tal restrição frequentemente prejudica a pessoa, retirando-lhe o direito de escolher livremente o regime de bens que melhor atenda às suas necessidades (Dias, 2023).

Um casamento, sendo formal ou informal, envolvendo uma menina ou um menino com idade inferior a 18 anos é internacionalmente conhecido como casamento precoce. Diante disso, nasce a problemática de um casamento ocorrer envolvendo crianças ou adolescentes, que, devido à sua idade, muitas vezes não possuem o

poder de discernimento necessário para tomar decisões tão significativas para suas vidas.

2 O CASAMENTO PRECOCE NO BRASIL

Em discordância a opinião amplamente veiculada no mundo, o casamento de crianças em idade núbil, não pode ser vinculada a somente uma cultura ou a uma população, pois o mesmo é um problema presente nas mais diversas partes do globo, tornando-se assim uma temática de cunho discursivo mundial. Segundo a UNICEF, o Brasil em 2022, ocupava o 4º lugar, no ranking mundial, de países os quais possuem o maior número de casamentos infantis, perdendo somente para países como Índia, Bangladesh e Nigéria (ONU, 2022). Observando os países com maior incidência desses casos, fica claro que a questão do casamento precoce está intrinsecamente ligada a problemas como pobreza e vulnerabilidade socioeconômica (Zapater, 2023). A Lei nº 13.811, sancionada em 12 de março de 2019, representa uma emenda significativa ao Código Civil Brasileiro, com foco nas regras que regem o casamento, especialmente o casamento precoce. Seu principal objetivo é estabelecer uma idade mínima para o casamento, impedindo que menores de idade se casem. Embora o Código Civil Brasileiro, promulgado em 2002, já tratasse desse tema, a Lei nº 13.811 trouxe alterações substanciais (Brasil, 2019).

Segundo Amaro e Alencar, compreende-se que o artigo 1.520 do Código Civil foi modificado para estabelecer que, em qualquer caso, não será permitido o casamento de quem não atingiu a idade núbil. A idade núbil é o momento em que uma pessoa é considerada legalmente capaz de se casar. Antes da emenda, o Código Civil permitia o casamento de menores de 16 anos, desde que houvesse autorização dos pais ou responsáveis. Com a nova redação, o casamento de menores de idade, mesmo com autorização, tornou-se proibido em qualquer situação (Amaro; Alencar, 2021).

Assim, menores de 16 anos não podem se casar, independentemente da autorização dos pais. Essa mudança legal visa a proteger os direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que se refere a decisões tão significativas quanto o casamento. No entanto, vale destacar que, mesmo acima de 16 anos, ainda existem

preocupações com os menores de idade, pois estão em uma fase crucial de desenvolvimento físico e emocional. Portanto, o combate ao casamento precoce continua sendo uma prioridade global (Amaro, 2021).

Na atualidade, a questão da desigualdade de gênero imputa-se, em sua ampla maioria, às meninas a maior pressão da obrigatoriedade do casamento precoce. A estereotipia de que a localidade correta de se encontrar um ser humano do gênero feminino, é dentro do lar, insere uma carga expressiva a essas meninas, de que a dedicação das mesmas deve de ser direcionada às funções do lar, gerando assim desigualdades e privações na vida destas de forma significativa. Sendo assim Zapater fundamenta que:

[...] a noção de “casamento precoce” contém outras características, presentes no imaginário coletivo e que correspondem aos dados coletados e sistematizados por algumas pesquisas: é mais frequente em regiões de alta vulnerabilidade socioeconômica, e prevalecem as uniões entre meninas e homens mais velhos, a denotar a assimetria de gênero e geracional formada pela sobreposição de relações de poder, que estabelecem relacionamentos potencialmente desiguais e violadores de direitos dessas meninas (Zapater, 2023, p. 103).

Tais condutas de opressão, e direcionamento forçado, objetivadas em sua ampla maioria, pela pré-fixação do patriarcalismo na sociedade, tanto brasileira como mundial; traz consigo a pauta da discussão, de que, se essas mesmas garotas, por terem sido criadas em um regime de direcionamento a opressão e a uma obediência cega, com elas não haverá, portanto, uma perpetuação dessa mesma conduta para com a sua relação conjugal, tornando as mesmas, escravas da vontade do seu cônjuge (Saffioti, 1987). Assim:

[...] torna-se bem claro o processo de construção social da inferioridade. O processo correlato é o da construção social da superioridade. Da mesma forma como não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferiores. Logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina. Mulher dócil é a contrapartida do homem macho. Mulher frágil é a contraparte de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior (Saffioti, 1987, p. 29).

O debate sobre a questão do casamento precoce se correlaciona a violação de garantias fundamentais da mulher, da criança e do ser humano, pois ao mesmo tempo

que eleva uma criança de forma precoce a um caráter de adulto, causa diversas outras formas de dano, como dependência financeira, atentados a sua integridade física e psicológica, além de consideráveis retardos educacionais, fazendo com que aquela menina fique vinculada e estagnada à margem do desenvolvimento pessoal social.

O casamento precoce induz diversas práticas, as quais influenciam de forma expressiva sobre a vida escolar dessas meninas, as quais em sua ampla maioria, estão em estágios de ingresso ou curso do ensino fundamental e médio. O casamento por sua primazia induz essas garotas a terem uma vida “do lar”, mais presente, tendo as mesmas que se tornar de forma precoce, donas de casa, cuidando de toda uma leva de afazeres domésticos, os quais lhe roubam o tempo que lhe seria destinado, aos estudos e as brincadeiras e muitas vezes a chance de, em um futuro próximo, optar por uma oportunidade de vida melhor.

O casamento de crianças do sexo feminino de forma muito prematura, por muitas das vezes gera nas mesmas o desenvolvimento de uma gravidez também de uma forma precoce, tornando a situação em suas vias, ainda mais complicadas. A existência de um filho em tais casos, gera a mesma, além dos desconfortos causados por uma gravidez, em um corpo ao qual ainda meramente estava preparado para uma puberdade, uma série de obrigações para com aquele ser, o qual agora, lhe é totalmente dependente. Sendo, portanto, a responsabilidade para com esses filhos uma das principais causas da evasão escolar segundo matéria apresentada pelo G1, ferindo um dos direitos basilares assegurados à criança e ao adolescente (G1, 2019). Outra seqüela para a vida obtida através de um casamento adiantado, é o vínculo psicológico de dependência que essas meninas desenvolvem ao se casarem tão cedo. Segundo Bezerra, pelas mesmas, por muitas vezes, já serem oriundas de situações, e de lares, onde reina o patriarcalismo, essas já se veem vinculadas a tal conduta, todavia não de uma forma tão ferrenha (Bezerra, 2019).

No entanto, na situação na qual as mesmas teriam a possibilidade de obtenção da desvinculação a tal conduta, através de um estudo, conhecimento de mundo e da possibilidade de em uma forma mais posterior, de escolher um cônjuge adequado a suas pretensões e aspirações de vida, as meninas acabam por cortar esse caminho e se vincular de forma prematura e totalmente alheia à sua vontade, gerando uma continuidade a esse ciclo de necessidade e vinculação psicológica para com esse

cônjuge (Bezerra, 2019).

A falta de acesso à educação, somada à dependência psicológica da garota em relação ao marido, resulta em uma completa obstrução de seu progresso na vida pessoal, acadêmica e profissional. Esse cenário contribui para a perpetuação do ciclo de violência inerente ao casamento precoce de meninas, tanto no Brasil quanto no mundo. É comum que muitas jovens abandonem a escola quando se casam ou passam a morar com seus parceiros, o que frequentemente resulta em gravidezes precoces e no aumento substancial das tarefas domésticas. Esse conjunto de fatores impacta negativamente suas perspectivas de futuro, restringindo suas oportunidades e perpetuando o ciclo de desvantagens associado ao casamento precoce.

3 A EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO À INFÂNCIA

A noção de proteção à infância passou por uma evolução ao longo da história e variou em diferentes culturas. Durante a Idade Média, influenciada pelo Cristianismo, começou a surgir a percepção da necessidade de cuidados básicos para as crianças, embora essa proteção fosse principalmente destinada aos filhos nascidos dentro do casamento. Nesse período, as crianças eram muitas vezes consideradas "pequenos adultos" (Vilas Boas, 2017).

A evolução continuou, e na era pós-moderna, os instrumentos internacionais começaram a promover o princípio da proteção integral das crianças, reconhecendo-as como detentoras de direitos que precisam ser respeitados e garantidos. Isso representou uma mudança fundamental na percepção da infância, passando de "pequenos adultos" a sujeitos de direitos com necessidades específicas (Maciel, 2016). O primeiro documento internacional que expressou preocupação com os direitos das crianças foi a Declaração dos Direitos da Criança de Genebra em 1924. No entanto, foi com a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959 que a necessidade de uma proteção especial para as crianças foi firmemente estabelecida. A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, representou um marco importante. Diferentemente dos instrumentos anteriores, essa Convenção legalmente incorporou todos os aspectos dos direitos humanos - políticos, sociais, civis, econômicos e culturais - em relação às

crianças. A Convenção definiu a criança como qualquer pessoa com menos de 18 anos e estipulou que todos os direitos devem ser aplicados a todas as crianças, sem exceção (UNICEF, 2019).

Portanto, a proteção e garantia dos direitos da criança evoluíram de uma falta de reconhecimento para uma abordagem de proteção integral, com foco no melhor interesse da criança e no respeito por sua condição de pessoa em desenvolvimento. A Convenção sobre os Direitos da Criança desempenhou um papel fundamental nessa evolução, estabelecendo um padrão internacional para a proteção dos direitos das crianças (UNICEF, 2019).

A maioria dos casamentos envolvendo menores de idade segundo Bonavides (1999) ocorre devido a uma série de fatores, incluindo interesses econômicos das famílias, influências culturais, carência de políticas públicas e desigualdade social. No que tange às influências culturais, é importante destacar que a promoção da diversidade cultural não deve, em nenhuma circunstância, comprometer os direitos humanos fundamentais. Sobre o direito à diversidade cultural, expõe Bonavides:

O direito à diversidade cultural é uma garantia concedida a determinados grupos culturalmente diferenciados de que suas tradições, crenças, e costumes possam ser preservados e protegidos frente a movimentos de interculturalidade, ou seja, ninguém pode ser obrigado a abster-se de possuir suas próprias tradições, crenças e costumes, ou mesmo de ser obrigado a aderir às tradições, crenças e costumes de outros grupos (Bonavides, 1999, p. 488).

Com essa perspectiva, é fundamental reconhecer que a promoção da diversidade cultural não deve servir de justificativa para práticas prejudiciais, como o casamento precoce. Os direitos humanos, especialmente os das crianças e dos adolescentes, devem ser preservados como um valor fundamental que não pode ser comprometido sob o pretexto da diversidade cultural.

Esta abordagem assegura que a diversidade cultural seja respeitada, ao mesmo tempo em que protege os direitos e o bem-estar das crianças envolvidas em casamentos precoces, garantindo que elas possam crescer com segurança e acesso à educação e oportunidades.

CONCLUSÃO

O objetivo geral deste artigo foi realizar uma análise crítica em relação a temática do casamento precoce de garotas no Brasil, considerando assim suas origens, impactos e fundamentos jurídicos pertinentes, a fim de que se pudesse esclarecer, por que o casamento precoce, de crianças e adolescentes, é tão prevalente no país, identificando assim o fator desencadeante do casamento precoce no Brasil e suas principais consequências na vida das garotas.

Diante de tal cenário, chegou-se à seguinte resposta ao problema de pesquisa proposto, consiste na pergunta: qual é a origem do casamento precoce no Brasil e como ele afeta as garotas? O casamento precoce de garotas no Brasil é uma questão que se encontra enraizada historicamente, com a desigualdade de gênero sendo uma das protagonistas. Isso resulta em graves consequências para a integridade física e psicológica das meninas, incluindo a supressão de seus direitos, como a educação, além de um impacto profundo em suas vidas.

Sendo assim, através do debate de que a questão do patriarcado objetivou nos primórdios da sociedade o surgimento de condutas opressoras e, por conseguinte, desencorajadoras das garotas, as quais vivenciaram tal realidade, e das consequências sob a sociedade de tal conduta, a qual através do tempo se perpetuou, pode-se chegar à primazia dos efeitos de tais acontecimentos.

Isso gerou uma concepção de que seria correto inserir garotas de forma precoce em casamentos nos quais elas não obtinham qualquer possibilidade de esboço de reação ou opinião sobre a realização de tal enlace, o qual por consequência definiria o curso de suas vidas. Podendo muitas vezes gerar consequências físicas, psíquicas e de realidade de vida, como o afastamento dos estudos, gerando, portanto, distintas formas de dependência para com o cônjuge.

Uma possibilidade de caminho ao tratamento de tal conduta e suas consequências, e futuramente obter-se sua erradicação, seria um maior engajamento no meio educacional, advindo por meio de políticas de desenvolvimento da educação, advindas do Governo Federal, por meio de seu braço, o Ministério da Educação, o qual poderia promover meios de engajamento e empoderamento dessas meninas, oportunizando para que as mesmas tomem conhecimento das possibilidades que

possuem ao não praticarem a evasão escolar por causa de seus casamentos precoces.

Outra possibilidade seria a criação de uma emenda constitucional, com o intuito de aumentar a idade mínima do casamento para 18 anos de idade completos, independente da emancipação ou não da jovem cônjuge. Isso iria ao encontro do que defende a doutrina, segundo a qual mesmo após os 16 anos, os jovens ainda continuam por estar em uma fase delicada de suas vidas, pelo fato de ainda estarem tanto em formação física como psíquica, sendo assim temerosa a decisão de contrair matrimônio em tal faixa etária.

Sendo o presente tema de tão profunda relevância, se vê como vasta a discussão a qual circunda o mesmo, sendo de forma tal que o debate não restringir-se-á somente à temática do presente artigo, trazendo-se, portanto, a público o incentivo de pesquisa, discussão e debate sobre o presente tema. Por fim, faz-se necessário a continuidade da obtenção de conhecimento sobre esse tema, o qual em sua primazia, aflige uma considerável parcela da população brasileira e mundial.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Karina Guimarães de; AMARO, Robson Pennelas. Uma Análise Normativa do Casamento Precoce no Brasil. Vol. 1. Rio Branco: **Revista Jurídico MPAC**, 2021. 24 p.

BEZERRA, Ana Clara de Moraes. O Casamento Precoce no Brasil enquanto Violação dos Direitos Humanos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo. 26 out. 2019.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. **Código Civil**, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em: 04 nov. 2023.

GIRLS NOT BRIDES. **Não Seremos Capazes de Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 se não Acelerarmos as Ações para**

Acabar com o Casamento Precoce. Girls Not Brides. 2023. Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.es/articulos/we-cannot-meet-the-sustainable-development-goals-by-2030-unless-we-accelerate-action-to-end-child-marriage/>>. Acesso em: 29 out. 2023.

JORNAL NACIONAL. **Gravidez Precoce é uma das Principais Causas da Evasão Escolar, Diz Estudo.** Site G1. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/22/gravidez-precoce-e-uma-das-principais-causas-da-evasao-escolar-diz-estudo.ghtml>> . Acesso em: 31 out. 2023.

MACIEL, Kátia. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente:** aspectos teóricos e práticos. 9. ed. São Paulo: Saraiva. 2016. 1.264 p.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família.** 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2023. 1.472 p.

ONU. **Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible.** Edición Especial 2023. Organización das Nações Unidas. 18 set. 2023. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023_Spanish.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

ONU. **Dados do UNICEF Apontam que o Brasil Ocupa o 4º Lugar em Casamentos Infantis no Mundo.** Câmara dos Deputados. 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/853645-dados-do-unicef-apontam-que-o-brasil-ocupa-o-4o-lugar-em-casamentos-infantis-no-mundo/>>. Acesso em: 30 out. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O Poder do Macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987. p. 120.

TRIGUEIRO, Sheyla Martins. **O Casamento Precoce sob a Ótica do Comitê dos Direitos da Criança da ONU.** Centro Universitário de Brasília. Brasília. 07 abr. 2018.

UNFPA. **Casamento Precoce.** Fundo de População das Nações Unidas. 2023. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/casamento-precoce>>. Acesso em: 29 out. 2023.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. **Compreendendo a Criança como Sujeito de Direito:** a evolução histórica de um pensamento. Âmbito Jurídico. 2012. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-101/compreendendo-a-crianca-como-sujeito-de-direito-a-evolucao-historica-de-um-pensamento/>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ZAPATER, Maíra Cardoso. **Direito da Criança e do Adolescente.** 2 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 175 p.

MERCADO DE INVESTIMENTOS: UM ESTUDO COM ACADÊMICOS DA FEMA

Gabriel Luis Brum¹
Marcos Rogério Rodrigues²
Adelino Pedro Wisniewsk³

RESUMO

O mercado de investimentos tem chamado a atenção em especial das pessoas físicas, principalmente nos últimos meses em que a taxa Selic atingiu 13,75%a.a., nesse sentido, o tema deste trabalho é mercado de investimentos: um estudo com acadêmicos da FEMA, este estudo busca responder a seguinte problemática: qual o nível de conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis e Administração da FEMA sobre o mercado financeiro? O objetivo geral deste estudo é: Verificar o nível de conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis e Administração da FEMA sobre o mercado financeiro, esta pesquisa se justifica pela importância do conhecimento e controle das finanças pessoais, além disso, pode auxiliar os acadêmicos a diversificarem seus investimentos e, obterem melhor rentabilidade. No referencial teórico são apresentados os conceitos sobre o Sistema Financeiro Nacional, mercado de capitais em renda variável e investimentos em renda fixa, da mesma forma que tipos de investimentos em ambos os casos. A metodologia adotada neste trabalho é pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva e explicativa, referente aos procedimentos técnicos utilizados, são o estudo de caso e a bibliográfica. Percebe-se através desta pesquisa que os acadêmicos não possuem amplo conhecimento a respeito do mercado financeiro, porém observa-se um grande interesse e aspiração em ter mais entendimento sobre o assunto tratado.

Palavras-chave: Investimentos; Sistema Financeiro Nacional; Renda Passiva.

ABSTRACT

Selic rate has reached 13.75% per year in the last months, as a result, investment market has been a choice among natural people who want to invest. Taking this information into consideration, the topic of this paper is: investment market, a study with undergrad students from FEMA. It aims to answer the following issue: what is the level of knowledge of Accounting and Business Administration undergrad students on the financial market? This paper excels since its aim is to verify the level of knowledge of students on the financial market taking into account the importance of understanding and managing personal finances, as well as, it can help undergrads to diversify their investments and achieve better profitability. The theoretical background presents the concepts on National Financial System, capital market in variable and fixed income, just as types of investments in both cases. The methodology adopted in this work is

¹ Contador. Gabriel.brum@yahoo.com

² Mestre em Administração. Professor das Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

³ Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades. Professor das Faculdades Integradas Machado De Assis. adelinopedro@santarosa.rs.gov.br

applied, quantitative, descriptive and explanatory research, referring to the technical procedures used, are the case study and the bibliography. This paper has shown as a result that the undergrad students do not have a broad knowledge on the issue, on the other hand, they have shown a great interest and aspiration to understand the subject in order.

Keywords: Investments; National Financial System; Passive Income

INTRODUÇÃO

O mercado financeiro apresenta várias opções de investimentos, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, o tema proposto neste trabalho é: Realizar um estudo sobre o mercado de investimento, delimitado nos alunos de Ciências Contábeis e Administração FEMA, localizado em Santa Rosa/RS.

Em relação ao problema, ele busca responder a seguinte questão: Qual o nível de conhecimento dos alunos de Ciências contábeis e administração da FEMA sobre mercado financeiro? O objetivo geral deste trabalho é: Verificar o nível de conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis e Administração da FEMA sobre mercado financeiro, a fim de propor para a instituição a criação de uma matéria/curso/workshop/palestra voltada para essa temática.

Os objetivos específicos são: a) apresentar conceitos sobre o mercado financeiro; b) realizar uma pesquisa com os acadêmicos, a fim de verificar o nível de conhecimento e de interesse no assunto; c) propor à instituição a criação de uma matéria/curso/workshop/palestra sobre essa temática.

Este trabalho se justifica pela importância do conhecimento e controle das finanças pessoais, além disso, este conhecimento pode auxiliar os acadêmicos a diversificarem seus investimentos. A metodologia adotada neste trabalho é pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva e explicativa, referente aos procedimentos técnicos utilizados, são o estudo de caso e a bibliográfica. em relação aos principais autores que fundamentam esta pesquisa são: Assaf Neto, Gustavo Cerbasi, Juliano Lima Pinheiro, Milton Cordeiro Filho e Emílio Arruda. Este artigo é constituído por esta introdução, referencial teórico, metodologia da pesquisa, análise e interpretação de dados e a conclusão do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico será abordado conceitos sobre o mercado financeiro, sistema financeiro nacional, renda fixa e renda variável.

1.1 MERCADO FINANCEIRO

De acordo com Pinheiro, “Podemos definir mercados financeiros como o mecanismo ou ambiente através do qual se produz um intercâmbio de ativos financeiros e se determinam seus preços” (Pinheiro, 2008, p. 74).

Assaf Neto complementa sobre as segmentações do mercado financeiro, “A intermediação financeira desenvolve-se de forma segmentada, com base em quatro subdivisões estabelecidas para o mercado financeiro: mercado monetário; mercado de crédito; mercado de capitais; mercado cambial” (Assaf Neto, 2021, p. 65).

Conforme Fortuna, o conceito de sistema financeiro poderia ser a de um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de proporcionar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores (Fortuna, 2015).

Complementando Pinheiro descreve que, o sistema financeiro pode ser visto como uma rede de instituições, instrumentos e mercado que são agrupados de forma harmônica, que tem por objetivo final transferir os fundos disponíveis dos poupadores, ou então aqueles cuja a renda é maior do que seus gastos, para os investidores, ou seja, aqueles cujas oportunidades de gastos são maiores do que sua renda (Pinheiro, 2008).

A respeito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), Carrete e Tavares descrevem que ele é o conjunto das instituições que proporcionam o fluxo dos recursos entre os tomadores e os aplicadores do mesmo na economia brasileira, e ele é composto por todas as instituições, tanto públicas quanto privadas que são atuantes no mercado brasileiro, sendo controlado e organizado pelas mesmas instituições (Carrete; Tavares, 2019).

A respeito da estrutura do sistema financeiro nacional, Assaf Neto descreve que ela se baseia em dois subsistemas, o normativo e a intermediação financeira

(operativo), o primeiro é responsável por todo funcionamento do mercado financeiro e suas instituições, fiscalizando e regulamentando as suas atividades, através do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), já a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) atua mais especificamente no mercado de valores mobiliários que seriam ações e debêntures (Assaf Neto, 2021).

De acordo com Pinheiro, o subsistema normativo cria as normas que vão orientar o funcionamento do sistema, tendo como funções regular, controlar e exercer a fiscalização sobre as instituições intermediadoras, bem como disciplinar todas as modalidades de crédito e também emitir títulos e valores mobiliários. Essa regulação e controle mencionados são exercidos por meio de normas legais expedida pela autoridade monetária (Pinheiro, 2008). Para Assaf Neto,

O subsistema de Intermediação tem por finalidade levantar os recursos no mercado financeiro, com o objetivo de transferir para diversos agentes de mercado, fazendo justamente esta “intermediação”, são conhecidos por intermediadores: os bancos, companhias de seguro etc. Ele é classificado como bancários e não bancários, conforme sua capacidade de emitir moeda, Instituições auxiliares e as não financeiras, porém são integrantes do mercado financeiro, tendo ainda o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo SBPE, cujo os recursos captados são investidos no âmbito do sistema de habitação (Assaf Neto, 2021, p. 51).

De acordo com Assaf Neto, o sistema financeiro nacional é dividido em dois grupos, o normativo e o de intermediação, o primeiro é o que fiscaliza e regula as atividades que é executado pela CMN, CVM, Bacen e Outras instituições especiais como BB, BNDES e CEF, o segundo são os que a executam por Instituições Financeiras Bancárias, Instituições não Bancárias, (SBPE), Instituições Auxiliares e Instituições não Financeiras.

Pode-se perceber que o mercado financeiro é o ambiente da economia onde acontece todas as transações com moedas, câmbios, commodities, no caso do Sistema Financeiro Nacional (SFN), se tem o objetivo de transferir os valores dos agentes poupadores para os investidores e assim fazer com que a economia se desenvolva, hoje o SFN é estruturado com 2 grupos, um que vai fazer a intermediação entre os agentes, e o segundo que vai fiscalizar e regulamentar todo esse processo.

1.2 MERCADO DE CAPITAIS EM RENDA VARIÁVEL

Com relação ao mercado de capitais, Pinheiro descreve que ele é o conjunto de instituições e de instrumentos que vão negociar com títulos e valores mobiliários, focando na canalização dos recursos dos agentes vendedores para os agentes compradores, ou seja, ele representa um sistema de distribuição de valores mobiliários com o objetivo de viabilizar a capitalização das empresas e dar liquidez aos títulos emitidos por elas (Pinheiro, 2008). Para Assaf Neto:

O mercado de capitais tem formas de investimentos em renda variável, tais como: Ações e Fundos Imobiliários, Assaf Neto descreve sobre ações, que é um dos principais papéis negociados no mercado de capitais, “constituem a menor parcela (fração) do capital social de uma sociedade anônima. São valores caracteristicamente negociáveis e distribuídos aos subscritores (acionistas) de acordo com a participação monetária efetivada” (Assaf Neto, 2014, p. 83).

Em concordância, Pinheiro complementa, “As ações são títulos de propriedade de uma parte do capital social da empresa que às emitiu. Quem tem ações, portanto, pode-se considerar sócio da empresa emissora” (Pinheiro, 2008, p. 138).

Carrete e Tavares descrevem que o investidor em ações de uma empresa, é proprietário de uma fração da empresa, e assim se denomina acionista, tendo acesso aos benefícios e todos os direitos de um sócio (Carrete; Tavares, 2019).

Segundo Assaf Neto, as empresas têm diversas alternativas de financiamentos, obtidas principalmente de empréstimos (capital de terceiros), como, geração e reinvestimentos de lucros e aporte de capital, e é por meio disso que elas adquirem condições financeiras de viabilizar os seus projetos (Assaf Neto, 2014).

Segundo Fortuna, as ações são divididas em ordinárias e preferenciais, tendo a primeira o direito a voto, e a segunda com o direito de preferência sobre os lucros a serem distribuídos aos acionistas, sejam eles na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio e ainda a prioridade no reembolso do capital (Fortuna, 2015).

Assaf Neto descreve as vantagens na aquisição das ações, uma delas são os dividendos, que é uma parte dos resultados da empresa que são distribuídos aos acionistas em forma de dinheiro, outra vantagem é a valorização, que ocorre conforme o desempenho da empresa e também o andamento do mercado, a terceira seria a de

bonificação que é um “dividendo adicional” que a empresa paga ao seu acionista de acordo com a sua participação de capital na empresa (Assaf Neto, 2019).

Conforme Fortuna, o mercado de ações é dividido em mercado primário, quando as ações da empresa são emitidas diretamente ou através de uma oferta pública, e o mercado secundário, quando as ações já emitidas são comercializadas através das bolsas de valores (Fortuna, 2015).

Pinheiro descreve que no mercado primário de ações é onde são negociadas as subscrições (vendas) de novas ações ao público, ou seja, o momento em que é captado recurso financeiro para a empresa, nessa etapa ocorre a primeira venda das ações e por isso o dinheiro vai para a empresa, no segundo momento que seria o mercado secundário, as ações negociadas não alteram financeiramente a empresa, somente ocorre a movimentação entre compradores e vendedores (Pinheiro, 2008).

A respeito dos fundos imobiliários, Assaf Neto descreve como sendo um instrumento de investimento coletivo, cujos recursos são captados no mercado e direcionados às aplicações em ativos imobiliários, os ganhos desse fundo geralmente são provenientes das receitas de locação e ganhos na alienação dos imóveis, ou seja, nos alugueis pagos, as locações mais comuns são as de salas comerciais e escritórios, prédios comerciais e shopping center (Assaf Neto, 2014).

Conforme Bolivar, “Os rendimentos distribuídos pelos FII às pessoas físicas são isentos do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual” (Bolivar, 2019, p. 80). A respeito do perfil do investidor, os autores descrevem que: o perfil dinâmico também conhecido como arrojado ou agressivo, é aquele em que o investidor concentra a maior parte de sua renda em aplicações de renda variável, sendo que elas têm mais potencial para gerar maiores retornos – ainda que associados a maiores riscos, mas podendo proporcionar o rendimento desejado por esse perfil (Antonovz; Mazzaroppi, 2018).

Pode-se entender que o mercado de capitais, é o responsável por municiar a economia, é ele quem transfere os valores dos agentes vendedores para os compradores, como no caso das ações onde a empresa abre o seu capital para os investidores e assim obtém recursos necessários para o seu crescimento e conseqüentemente da economia.

1.3 MERCADO DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA

Neste tópico apresentam-se os conceitos sobre investimentos no mercado de renda fixa, como CDB, Caderneta de poupança, Debêntures, Tesouro Direto, Fundos de renda fixa.

Segundo Monteiro Neto e Santos, renda fixa é um tipo de investimento no qual os rendimentos são recebidos de acordo com a taxa flutuante, em um intervalo de tempo definido em documentos formais, tendo como investimento mais tradicional os títulos em renda fixa, que tem uma menor fração divisível (unidade) com valores mais acessíveis a maior parte dos investidores (Monteiro Neto; Santos, 2019).

Essa taxa flutuante mencionada anteriormente é determinada pela taxa Selic, Fortuna descreve que ela é a principal taxa de referência do mercado, e que é ela quem regula as operações diárias com títulos públicos federais no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil, porque é a sua média diária que vai reajustar diariamente os preços por unidade dos títulos públicos. Representa a taxa que o Banco Central compra e vende títulos públicos federais ao fazer sua política monetária no mercado (Fortuna, 2015).

A respeito da renda fixa, Cerbasi descreve que ela é um tipo de investimento que é apenas parcialmente previsível, ao contrário do que em um primeiro momento aparenta ser completamente previsível, pelo fato de se ter duas opções nesse mercado, que seria a taxa prefixada ou pós-fixada (Cerbasi, 2019).

Complementando o autor descreve que, sendo a primeira uma taxa que já se tem o conhecimento de quanto será recebido no final do período, e a segunda, sendo uma taxa que pode variar conforme o desempenho do índice definido, durante o tempo determinado da aplicação (Cerbasi, 2019).

De acordo com Assaf Neto a caderneta de poupança é considerada a modalidade de investimento mais tradicional do Brasil, sendo classificada como conservadora, por ter baixo risco e um retorno menor, principalmente se for comparada com outros tipos de investimentos, normalmente atrais investidores de menor renda (Assaf Neto, 2014).

Cerbasi complementa que a caderneta de poupança tem grande popularidade devido a sua simplicidade, que o foco dela é levantar fundos para o financiamento

imobiliário, funciona como uma espécie de convênio entre os bancos e o Banco Central do Brasil que é quem determina que todas as instituições sigam exatamente as mesmas regras (Cerbasi, 2019).

Ainda sobre a caderneta de poupança, Cerbasi descreve que a remuneração é feita a cada mês completado e que não há incidência de imposto de renda sobre os rendimentos para pessoas físicas (Cerbasi, 2019).

Fortuna descreve que o CDB, é um depósito a prazo fixo sujeito ao recolhimento dos recursos a prazo, o autor também define como sendo um título de crédito escritural, e o RDB (Recibo de Depósito Bancário) um recibo e sua emissão gera a obrigação das instituições emissoras de pagar ao investidor, ao final do prazo contratado, sempre sendo superior ao valor aplicado, e as instituições utilizam desses recursos para repassar aos seus clientes na forma de empréstimo (Fortuna, 2015).

Cerbasi complementa que “Um CDB, é uma forma de empréstimo que é concedido a alguma instituição financeira por seus clientes, e isso é tão utilizado que em alguns momentos parece que o banco está oferecendo algo ao investidor, quando na verdade é ele quem pede recursos ao investidor, e assim pagando uma “taxa de aluguel” (Cerbasi, 2019).

Através do CDB é que fica claro que a sobrevivência de um banco depende da credibilidade que ele tem perante seus clientes, pois sem a captação de recursos os bancos não teriam dinheiro para realizar as operações de empréstimos e financiamentos (Cerbasi, 2019).

Conforme Fortuna, debêntures são títulos emitidos apenas por sociedades anônimas não financeiras de capital aberto ou fechado, que as lança no mercado com a finalidade de obter recursos de médio e longo prazo, normalmente destinado a financiamentos de projetos ou alongamento do passivo (Fortuna, 2015).

Referente aos títulos públicos ou então títulos da dívida pública, e também sobre o investimento no tesouro direto, Cerbasi descreve que os títulos em si são instrumentos de dívidas, e quem emite um título está contraindo uma dívida pelo mercado de capitais, no caso dos títulos privados (CDBs e Debêntures) o dinheiro é emprestado para empresas privadas, e nos títulos públicos o dinheiro é emprestado para uma entidade governamental (Cerbasi, 2019).

O autor complementa que, os títulos de dívida pública então, são emitidos pelos governos federal, estadual e municipal, com a intenção de captar recursos para financiar as diversas atividades do orçamento público. Esses títulos são disponibilizados no mercado de investimentos como: Tesouro Direto e qualquer pessoa tem acesso a ele, através de um banco ou uma corretora de valores que faz a guarda desses títulos (Cerbasi, 2019).

Em concordância Assaf Neto descreve que, os governos federais, estaduais e municipais têm o costume de captar recursos no mercado financeiro por meio da emissão desses títulos públicos, com o objetivo de suprir as necessidades de recursos de custeio de investimentos, eles são constituídos como alternativa de investimento para o mercado e são registrados como uma dívida mobiliária (Assaf Neto, 2014).

De acordo com Cerbasi, fundos de renda fixa, é uma alternativa de investimento para quem não tem tempo de montar uma estratégia e selecionar os melhores títulos para investir, pelo fato de que nessa modalidade um terceiro, especializado em mercado de capitais, faz isso pela pessoa, e dessa forma é pago uma taxa por conta desse serviço (Cerbasi, 2019).

Pode-se perceber que a renda fixa é um investimento mais conservador, tendo uma base aproximada do valor a receber no final do período definido em contrato, entende-se também que neste modelo de aplicação financeira, o investidor empresta dinheiro as empresas privadas e públicas, por meio dos tipos de investimentos mencionados anteriormente.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é classificada com o conceito de pesquisa aplicada pelo fato de realizar um estudo com acadêmicos dos cursos de CC e ADM da FEMA, e a partir dos resultados realizar medidas propositivas para a Instituição. Quanto a abordagem, este trabalho é considerado uma pesquisa quantitativa, pois realizou-se um estudo buscando medir o nível de conhecimento sobre o mercado financeiro dos acadêmicos de Ciências Contábeis e Administração da FEMA, através de um questionário.

Neste trabalho é utilizada a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, com o objetivo de identificar o problema, através de uma pesquisa realizada por meio de

questionário online. A pesquisa descritiva busca descrever através de ilustrações o resultado da pesquisa e suas implicações, já a pesquisa a explicativa busca esclarecer os resultados e, aprimorar o conhecimento sobre mercado financeiro.

Referente aos procedimentos técnicos utilizados, este trabalho se classifica como estudo de caso e bibliográfico, pois se realizou um estudo com os acadêmicos, para medir o seu nível de conhecimento sobre o mercado financeiro, e por outro lado é considerado bibliográfico porque se baseou em materiais publicados em livros. Os dados foram coletados através de uma pesquisa online (por meio do questionário *google forms*) realizada com os alunos dos cursos de CC E ADM da FEMA, os quais responderam ao questionário enviado por meio de um link. O questionário conteve 24 questões relacionadas ao seu nível de conhecimento sobre o tema mercado financeiro.

Esta pesquisa se deu por meio de amostragem probabilística, conforme Zamberlan et al, as unidades probabilísticas são escolhidas por acaso, é possível identificar cada amostra potencial, de determinado tamanho que pode ser extraída da população, assim como a possibilidade de selecionar cada amostra (Zamberlan et al., 2014). Para o cálculo da amostra utilizou-se da fórmula representada na Ilustração 1:

Ilustração 1: Fórmula amostral.

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Fonte: Zamberlan *et al.* (2014, p. 145).

Onde o “n₀” resulta da divisão de 1 sobre o erro amostral. De acordo com a coordenação dos cursos, ao todo estão matriculados 200 alunos, aplicando a técnica estatística de 95% de nível de confiança e 5% de margem de erro, chegou em uma amostra de no mínimo 133 respondentes.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico apresentam-se os resultados da pesquisa, que contou com a participação dos alunos de Ciências Contábeis e Administração da FEMA, no qual se elaborou o cruzamento das informações obtidas pelos os acadêmicos com a opinião dos autores do trabalho e, dos autores mencionados no referencial teórico.

Na Ilustração 2, apresentam informações acerca do perfil dos respondentes, tais como: sexo; faixa etária; estado civil; curso e renda.

Ilustração 2: perfil dos respondentes.

SEXO	FEMININO		MASCULINO	
	64,90%		35,10%	
FAIXA ETÁRIA	ATÉ 20 ANOS	21 A 23 ANOS	24 A 27 ANOS	MAIS DE 28 ANOS
	30,60%	41%	18,70%	9,70%
ESTADO CÍVIL	SOLTEIRO	CASADO	OUTRO	
	85,80%	9,00%	5,20%	
CURSO	ADMINISTRAÇÃO		CIÊNCIA CONTÁBEIS	
	53%		47%	
RENDA	ATÉ R\$ 1,5m	DE R\$ 1,5m a R\$ 3m	DE R\$ 3m a R\$ 5m	MAIS DE R\$ 5m
	27,60%	60,40%	8,0%	4,0%
POSSUÍ FILHOS	NÃO		SIM	
	94,0%		6,0%	

Fonte: produção do pesquisador.

Através dos resultados, pode-se perceber que a maioria dos respondentes são mulheres, e diante disto observa-se que em um possível curso/matéria/workshop a ser criado, poderia ser desenvolvido com o foco para este público feminino. Quanto a faixa etária, observa-se que a maioria são pessoas mais jovens, ou seja, 71,6% possuem até 23 anos, são eles que vão ter um futuro promissor com vistas a serem próximos investidores.

Quanto ao estado civil, a maioria dos acadêmicos são solteiros e desta forma, em “tese” teriam mais condições de realizar investimentos e aplicações pensando em suas economias, visto a importância de obter rendimentos (renda passiva) para a sua vida, pois até o momento 94% deles não possui filho. De acordo com Assaf Neto, o

mercado financeiro dispõe de inúmeros tipos de investimentos, dividido em duas modalidades, renda fixa e renda variável (Assaf Neto, 2021).

Quando questionados sobre o curso em que atuam 53% responderam o curso de Ciências Contábeis e 47% o curso de Administração. Há um equilíbrio entre o nível de conhecimento entre os acadêmicos de cada curso, o que indica que em um possível curso/disciplina a ser criado ou aperfeiçoado pode-se levar em consideração este equilíbrio e preparar algo estruturado para alunos destes dois cursos.

Em relação a renda mensal de cada respondente, percebe-se que a maioria tem suas receitas com um teto máximo de R\$ 3.000,00, desta forma entende-se que eles teriam um limite em seus investimentos considerando suas despesas pessoais mensais. Conforme Assaf Neto um tipo de investimento para baixa renda seria a caderneta de poupança que é considerada a modalidade de investimento mais tradicional do Brasil, normalmente atrais investidores de menor renda (Assaf Neto 2014). Na Ilustração 3 apresentam-se as questões relativas aos conhecimentos e preferências quanto aos investimentos.

Ilustração 3: questões sobre investimentos.

Importância de obter conhecimento sobre o mercado financeiro	Sim			Não		
	95,50%			4,50%		
% da renda destinado a investimento	Nada	5%	25%	50%	Mais de 75%	
	33,60%	32,80%	27,60%	4,0%	2,0%	
Interesse sobre o mercado financeiro	Nenhum interesse		Algum Interesse		Muito interesse	
	3,00%		60,40%		36,60%	
Já operou na bolsa de valores	Sim			Não		
	16,40%			83,60%		
Nível de conhecimento sobre a bolsa de valores	0 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	
	40,30%	30,60%	23,10%	5,0%	1,0%	
Nível de conhecimento sobre renda fixa	0 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	
	40,30%	24,60%	19,40%	12,70%	0,0%	
Já investiu em renda fixa	Sim			Não		
	35,80%			64,20%		
Conhecimentos sobre investimentos	CDB	POUPANÇA	AÇÕES	FUNDOS IMOB	LCA/LCI	TES. DIRETO
	43,30%	81,30%	54,50%	38,80%	20,20%	40,30%
Importância do investimento	Lucro do investimento			Tempo para resgate		
	85,10%			14,90%		
Preferência do investidor	Segurança	Equilíbrio s/ risco e retorno		Maior risco	Não investe	
	36,60%	44,0%		5,20%	14,20%	

Fonte: produção do pesquisador.

De acordo com os dados da pesquisa, entende-se que a maior parte dos acadêmicos concorda em obter mais conhecimento sobre o mercado financeiro, e

reforçando que embora tenham pouco conhecimento sobre esta área, aspiram ter mais entendimento, com relação ao mercado de capitais.

Percebe-se que mais da metade dos acadêmicos destinam pelo menos 5% de sua renda a investimentos, o que demonstra certo interesse com relação a seu futuro financeiro, entende-se desta forma que se faz ainda mais necessário um melhor entendimento sobre este assunto, podendo-se assim aperfeiçoar as suas aplicações, para obter melhores rendimentos ao longo da sua vida.

Quando questionados sobre o seu interesse em assuntos ligados ao mercado financeiro, 60,40% afirmaram ter algum interesse, 36,60% ter muito interesse e 3,0% ter nenhum interesse. Assim, destaca-se que a maioria tem no mínimo algum interesse relacionado ao mercado financeiro, e outra parcela considerável, tem muito interesse, resultando em 97% dos alunos, o que demonstra que embora tenham pouco conhecimento relacionado a este assunto, os respondentes têm a aspiração de aprender mais sobre, entende-se então a necessidade de formular disciplinas relacionadas ao mercado financeiro.

No entendimento de Assaf Neto o mercado financeiro está segmentado em 4 subdivisões, quais sejam: mercado monetário; mercado de crédito; mercado de capitais; mercado cambial (Assaf Neto, 2021).

Os acadêmicos foram questionados sobre operações na bolsa de valores. Constatou-se que 83,6% nunca operaram nessa modalidade, e 16,4% responderam que já realizaram operações na bolsa. A partir das respostas conclui-se que a maioria dos respondentes não tem conhecimento de como funciona o dia a dia das operações na bolsa de valores. Considerando essa informação a IES poderia promover simulações sobre esse mercado, haja vista os simuladores disponíveis na internet.

Percebeu-se um baixo nível de conhecimento sobre a bolsa de valores, ou seja, 70,9% dos respondentes possuem um nível de até 4 pontos, entende-se desta forma que existe a necessidade de maior aprendizado sobre essa modalidade de investimento. A bolsa de valores tem a finalidade de proporcionar ambiente de negociação para valores mobiliários emitidos por sociedades anônimas que tem seu capital aberto (Faccini, 2015).

Quanto ao conhecimento sobre renda fixa, observou-se também um baixo nível de conhecimento em renda fixa dos respondentes, ou seja, mais da metade possui

um nível limitado de até 4 pontos, percebe-se desta forma a necessidade de um maior aprendizado sobre o assunto em questão.

Questionou-se sobre investimentos em renda fixa. Constatou-se que 64,2% dos respondentes não investiram em renda fixa. No entanto 35,8% dos acadêmicos realizaram alguma aplicação em renda fixa.

Percebe-se que a maior parte dos respondentes não investe em renda fixa, e desta forma entende-se não terem um alto nível de conhecimento sobre os investimentos em renda fixa, todavia, 35% dos acadêmicos já operaram nesse mercado, iniciando a sua vida de investidor.

Segundo Monteiro Neto e Santos, renda fixa é um tipo de investimento no qual os rendimentos são recebidos, de acordo com a taxa flutuante ou fixa, em um intervalo de tempo regular definido em documentos formais (Monteiro Neto; Santos, 2019).

Quando questionados sobre quais investimentos conheciam 81,30% afirmaram que é a poupança, 54,50% ações, 43,30% CDB, 40,30% ser o tesouro direto, 38,80% Fundos Imobiliários, 15,70% dos respondentes afirmaram conhecer todos os investimentos mencionados, e 20,20% em LCA/LCI. Nota-se que a maior parte dos respondentes conhecem o investimento em poupança, todavia, ressalta-se a importância de conhecer outros tipos de aplicações.

Quando questionados sobre o que o acadêmico mais levaria em conta na hora de fazer um investimento, 85,10% afirmaram que seria o lucro do investimento e 14,90% seria o tempo para resgate da aplicação. Entende-se que a maioria dos respondentes opta pelo valor que será gerado com a aplicação do que com o tempo necessário para o seu resgate. De acordo com Antonovz e Mazzaroppi, os investidores mais jovens tendem a preferir investimentos que enfatizem os ganhos de capital (Antonovz; Mazzaroppi, 2018).

Com relação a atitude do investidor, constatou-se que 36,60% buscam segurança, 44,0% buscam opções que equilibram risco e retorno, 14,20% não investem e o restante prioriza rendimentos mais altos, assumindo maiores riscos. Observa-se que a minoria totalizando 5,20% dos respondentes aceita assumir mais riscos, no entanto, grande parte dos respondentes adota um perfil de investidor mais conservador, buscando sempre a segurança e também equilíbrio entre risco e retorno.

Percebe-se através desta pesquisa que a maior parte dos respondentes são do sexo feminino, a maioria tem idade de até 23 anos, detém renda mensal média de até R\$ 3.000,00, no qual a maior parte dos respondentes destina até 5% dos recebimentos para as suas aplicações, compreende-se também que o nível médio de conhecimento em investimentos é de 4 pontos em uma escala de 0 a 10 e observa-se que embora os acadêmicos tenham algumas aplicações como em poupança, existe um grande interesse por parte dos respondentes em agregarem conhecimento sobre o tema abordado.

Considerando a análise realizada neste trabalho constatou-se que de modo geral os acadêmicos possuem pré-disposição para realizar investimentos, sejam eles aplicações em renda fixa ou renda variável.

O mercado de investimentos pode proporcionar ao investidor uma renda passiva, cabe destacar que o investimento pode iniciar com um valor baixo e ao longo do tempo poderá ser elevado, ao passo que se vai conhecendo o mercado. Segundo Monteiro Neto e Santos, renda fixa é um tipo de investimento no qual os rendimentos são recebidos, de acordo com a taxa flutuante, em um intervalo de tempo regular definido em documentos formais, tendo como investimento mais tradicional os títulos em renda fixa, que tem uma menor fração divisível (unidade) com valores mais acessíveis a maior parte dos investidores (Monteiro Neto; Santos, 2019).

Nesse contexto, é importante propor ações para a FEMA que visam fortalecer o conhecimento dos seus acadêmicos sobre esse complexo mercado, assim a instituição poderá adotar as seguintes propostas: workshop, visitas técnicas, palestras com profissionais do mercado, matérias optativas, incentivar a utilização do simulador.

Quando mencionado o Workshop obtém-se a ideia da criação de uma “Semana ou Dia do Investidor” trazendo para dentro da FEMA profissionais na área financeira para discursar de forma dinâmica sobre esse assunto, onde os alunos tenham a oportunidade de falar e expor suas opiniões e, tirar suas dúvidas sobre esse mercado.

Em relação as visitas técnicas são propostas viagens a instituições financeiras, tendo como uma opção que agregará muito conhecimento, uma visita a sede da B3 que é a bolsa de valores de São Paulo, visto o interesse dos acadêmicos em aprender mais sobre mercado financeiro, conforme Fortuna, o mercado de ações é dividido em mercado primário, quando as ações da empresa são emitidas diretamente ou através

de uma oferta pública, e o mercado secundário, quando as ações já emitidas são comercializadas através das bolsas de valores (Fortuna, 2015).

É proposto a instituição a criação de matérias optativas ou até mesmo que se incluam na grade oficial dos cursos, relacionados diretamente ao mercado financeiro, que possam ter aulas práticas com o uso de simuladores na bolsa de valores, onde os alunos poderão ver como funciona essa plataforma e sentirem-se mais seguros para operar nesse mercado, de acordo com Faccini, bolsa de valores: “Tem a finalidade de proporcionar ambiente de negociação para valores mobiliários emitidos por sociedades anônimas que tem seu capital aberto” (Faccini, 2015).

Outra ação que poderá ser implementada para a FEMA são palestras a respeito do mercado financeiro visando os investimentos em renda fixa ou variável, visto a importância deste tema e o interesse dos acadêmicos, com relação ao mercado de capitais, Pinheiro descreve que ele é o conjunto de instituições e de instrumentos que vão negociar com títulos e valores mobiliários, focando na canalização dos recursos dos agentes vendedores para os agentes compradores, ou seja, ele representa um sistema de distribuição de valores mobiliários com o objetivo de viabilizar a capitalização e dar liquidez aos títulos emitidos (Pinheiro, 2008).

Com base nas propostas apresentadas a FEMA poderá incentivar seus acadêmicos a conhecer este complexo mercado, favorecendo que os alunos ao longo do tempo possam investir e obter uma renda passiva no decorrer da vida. Dessa forma, a FEMA estará cumprindo com seu papel social que é estimular o desenvolvimento da região por meio da educação.

CONCLUSÃO

O mercado financeiro é uma das melhores formas de investimento e retorno sobre o dinheiro, pois apresenta um leque de oportunidades, diante disso, destaca-se a importância do conhecimento deste mercado para que a tomada de decisão de cada investidor tenha uma base sólida e possam oferecer melhores retornos/rentabilidade.

Neste trabalho procurou-se mensurar o entendimento, e o interesse das pessoas mais jovens (acadêmicos) sobre o mercado de investimentos, e demonstrou-

se que em sua maior parte detém o mínimo de conhecimento sobre essas aplicações e, com base nisso entende-se que seus investimentos não teriam um retorno interessante, todavia, da mesma forma existe um anseio em aprender mais sobre esse tema, o que sem dúvida agregaria consideravelmente a sua compreensão sobre o mercado de investimentos resultando em mais segurança na sua tomada de decisão.

Em relação ao problema de pesquisa, ele buscou responder a seguinte questão: Qual o nível de conhecimento dos alunos de Ciências contábeis e administração da FEMA sobre mercado financeiro? Constatou-se por meio da pesquisa que os acadêmicos detêm pouco conhecimento em relação ao mercado de renda variável e fixa.

O primeiro objetivo específico deste trabalho procurou-se apresentar alguns conceitos sobre o mercado financeiro, o qual está concretizado no decorrer da introdução, onde foram delimitados em sistema financeiro nacional, mercado de investimentos e mercado de capitais.

O segundo objetivo teve o intuito de realizar uma pesquisa com os alunos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da FEMA a fim de mensurar o seu nível de conhecimento referente ao mercado financeiro e da mesma forma o interesse que os eles têm sobre este assunto. Ao longo do tópico 3 é possível identificar que os alunos na sua maioria carecem de conhecimentos sobre o mercado, bem como se identificou que eles possuem o anseio em melhor entender a sua dinâmica.

O terceiro objetivo propôs recomendar a FEMA a criação de uma matéria/curso/workshop/palestra sobre essa temática, visto a importância do assunto em questão e o interesse dos acadêmicos, tais ações encontram-se no item 3 deste trabalho.

Como já mencionado o entendimento sobre este tema é de suma importância para o crescimento financeiro de cada pessoa, visto que, neste trabalho apresentaram-se resultados desfavoráveis em relação ao conhecimento do mercado de investimentos, percebe-se desta forma a importância de estudos futuros visando compreender esse complexo mercado.

REFERÊNCIAS

ANTONOVZ, Tatiane; MAZZAROPPI, Marcos. **Análise de Riscos**. 1 ed. Porto Alegre: Sagah, 2018, p. 138.

ASSAF NETO, Alexandre; GUASTI LIMA, Fabiano. **Investimentos no Mercado Financeiro Usando a Calculadora HP 12C**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 251.

ASSAF NETO. **Mercado Financeiro**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2021, p. 382.

ASSAF NETO. **Mercado Financeiro**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 380.

BOLÍVAR, Godinho Filho. **Gestão de Fundos de Investimentos**. 1 ed. São Paulo: Saint Paul, 2019, p. 154.

CARRETE, Liliam Sanchez; TAVARES, Rosana. **Mercado Financeiro Brasileiro**. 1 ed. São Paulo, Atlas, 2019, p. 248.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos Inteligentes**, 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2019, p. 254.

DA SILVA, Juliane Silveira Freire; BERTELLI, Ana Laura G.; SILVEIRA, Jamur Fraga. **Estatística**. 1 ed. Porto Alegre: Sagah, 2019, p. 208.

FACCINI, Leonardo. **Série Provas & Concursos - Mercado de Valores Mobiliários**. 2 ed. São Paulo: Forense, 2015, p. 434.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro e Serviços**. 20 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2015, p. 1058.

MONTEIRO NETO, José V.; SANTOS, José Carlos de S.; MELLO, Eduardo M. **O Mercado de Renda Fixa no Brasil - Conceitos, precificação e riscos**. 1 ed. São Paulo: Saint Paul, 2019, p. 274.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 354

ZAMBERLAN, Luciano.; Et Al. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas**. 1 ed. Ijuí: Unijuí, 2014, p.

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: RECEIO DE TÊ-LAS COMO LÍDER

Camila Raquel Thomaz¹
Camili Eduarda Bruski²
Camila Gabriele Câmara³
Danieli Hermes Rodrigues⁴

RESUMO

Este artigo propõe a discutir a evolução do papel das mulheres no mercado de trabalho do século XXI, destacando a persistência de desafios na representação das mulheres em cargos de liderança. Apesar dos avanços na igualdade de gênero, ainda existem resistências em muitas empresas. Os estereótipos de gênero e as estruturas de poder tradicionais são obstáculos enraizados nesse contexto. O receio em relação à participação plena das mulheres no ambiente de trabalho tem raízes históricas e acompanhou sua busca por um papel mais ativo. Esses receios têm consequências não apenas para as mulheres, mas para a sociedade e a economia em geral, limitando o pleno desenvolvimento do potencial humano. Para superar esses receios, é necessário um esforço conjunto de indivíduos, empresas e sociedade. Promover um ambiente de trabalho inclusivo e igualitário é fundamental. O texto convida à reflexão sobre o papel das mulheres no mercado de trabalho e como construir um futuro mais justo e próspero para todos. A metodologia adotada neste artigo se baseia principalmente em uma revisão bibliográfica abrangente e na análise crítica de fontes de referência confiáveis e relevantes, a fim de embasar de forma sólida as discussões e argumentos apresentados. Com base nos dados coletados, foi possível concluir que a jornada da mulher no mercado de trabalho envolve superar desafios persistentes, como o receio em relação a cargos de liderança, mas a promoção da igualdade de gênero e da diversidade é fundamental tanto para a justiça quanto para o sucesso empresarial.

Palavras-chave: Mulheres; Representatividade; Liderança.

ABSTRACT

This article proposes to discuss the evolution of the role of women in the labor market of the 21st century, highlighting the persistence of challenges in the representation of women in leadership positions. Despite advances in gender equality, there is still resistance in many companies. Gender stereotypes and traditional power structures are obstacles rooted in this context. The fear regarding the full participation of women in the workplace has historical roots and has accompanied their search for a more

¹Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. caamithomaz@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. bruskicamili@gmail.com

³Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Professora do curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. Ass. camaracamila@hotmail.com

⁴ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Professora do curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. Ass. danielihermes@hotmail.com

active role. These fears have consequences not only for women, but for society and the economy in general, limiting the full development of human potential. To overcome these fears, a joint effort of individuals, companies and society is needed. Promoting an inclusive and egalitarian work environment is fundamental. The text invites reflection on the role of women in the labor market and how to build a more just and prosperous future for all. The methodology adopted in this article is mainly based on a comprehensive bibliographic review and critical analysis of reliable and relevant reference sources, in order to solidly support the discussions and arguments presented. Based on the data collected, it was possible to conclude that women's journey in the job market involves overcoming persistent challenges, such as fear regarding leadership positions, but the promotion of gender equality and diversity is fundamental for both justice and for business success.

Keywords: Women; Representativeness; Leadership.

INTRODUÇÃO

A mulher do século XXI (vinte e um) é bem diferente das mulheres dos séculos anteriores, não apenas em seu aspecto comportamental, como em relação aos conhecimentos e à formação que possui. Nesta perspectiva, vem se destacando cada vez mais, mostrando que está preparada para o mercado de trabalho, quebrando todas as barreiras e preconceitos que vem enfrentando ao longo dos anos.

O papel das mulheres no mercado de trabalho tem evoluído significativamente nas últimas décadas. No entanto, um obstáculo persistente continua a ser a sub-representação das mulheres em posições de liderança nas empresas. Embora tenhamos visto avanços significativos na luta pela igualdade de gênero, muitas empresas ainda demonstram resistência em colocar mulheres em cargos de liderança.

A presença das mulheres no mercado de trabalho tem sido uma questão central no debate sobre igualdade de gênero e progresso social. Embora tenhamos testemunhado avanços significativos nas últimas décadas, as mulheres ainda enfrentam obstáculos persistentes e, em muitos casos, enfrentam um receio em relação à sua participação plena nesse ambiente. Este receio, muitas vezes sutil e enraizado em estereótipos de gênero, é um reflexo da resistência à mudança e da manutenção das estruturas tradicionais de poder.

Examinaremos as origens históricas desse receio, desde o momento em que as mulheres começaram a buscar um papel mais ativo no mercado de trabalho, até

as dinâmicas atuais que ainda perpetuam desigualdades. Vamos também abordar as consequências desse receio, não apenas para as mulheres, mas para a sociedade como um todo, incluindo a economia, e como ele impacta a realização do potencial humano. Além disso, exploraremos como indivíduos, empresas e sociedade podem trabalhar juntos para superar esses receios, promovendo um ambiente de trabalho verdadeiramente inclusivo e igualitário. A estrutura deste artigo segue a seguinte organização: na seção subsequente, será realizada uma revisão abrangente sobre a representatividade das mulheres no mercado de trabalho, destacando os principais desafios e obstáculos que enfrentam em busca de posições de liderança. Em seguida, serão explorados os conceitos e competências fundamentais necessários para promover a igualdade de gênero no ambiente de trabalho. Posteriormente, analisaremos as estratégias de gestão e políticas organizacionais que podem ser implementadas para superar os obstáculos à ascensão das mulheres em cargos de liderança.

Finalmente, na seção de conclusão, serão apresentadas as principais conclusões e insights derivados do estudo, baseados nas informações coletadas ao longo do artigo. Este formato de organização fornecerá uma visão abrangente sobre o papel das mulheres no mercado de trabalho e as medidas necessárias para construir um futuro mais igualitário e próspero para todos.

1 A LIDERANÇA

A liderança é uma habilidade fundamental que desempenha um papel central em todos os aspectos da vida, desde o ambiente de trabalho até os relacionamentos pessoais. Ela envolve a capacidade de influenciar e inspirar outros a alcançar objetivos comuns. É necessário entender e conhecer os princípios da liderança, as diferentes abordagens e a importância de líderes eficazes em nossa sociedade em constante evolução. De acordo com Maximiano (2007):

Liderança é a realização de metas por meio da direção de colaboradores. A pessoa que comanda com sucesso seus colaboradores, para alcançar finalidades específicas é um líder. Um grande líder tem essa capacidade, dia

após dia, ano após ano, em uma grande variedade de situações (Maximiano, 2007, p. 194).

De acordo com Maximiano (citado na referência), a liderança é um dos papéis desempenhados pelos gestores. O líder depende dos seus seguidores para alcançar objetivos e, ao mesmo tempo, existe uma identificação de interesses entre as necessidades e valores. O autor descreve a liderança como uma relação de influência, uma espécie de habilidade competente que confere a algumas pessoas a capacidade de afetar outras. A liderança também é uma questão de habilidades interpessoais, comunicação e empatia. Os líderes eficazes sabem como ouvir, dar feedback construtivo e construir relacionamentos sólidos com suas equipes. Além disso, a adaptabilidade é crucial, pois líderes precisam se ajustar a situações em constante mudanças. Em resumo, a liderança vai além de ser apenas uma habilidade que algumas pessoas possuem e outras não, como enfatizado por Chiavenato (2004).

A liderança é um fenômeno tipicamente social que ocorre exclusivamente em grupos sociais e nas organizações. A liderança é exercida como uma influência interpessoal em uma dada situação e dirigida através do processo de comunicação humana para a consecução de um ou mais objetivos específicos (Chiavenato, 2004, p. 448).

A garantia da eficácia se dá por meio dos quocientes que o líder tem em sua profissionalidade, disso pode se afirmar que a liderança eficaz consiste em fornecer aos seus aprendizes o que eles não conseguiram realizar evolutivamente em si próprios. O maior objetivo do líder é emitir condições para a equipe motivar-se com os traços que o líder os transparece em sua rotina. Para liderar não se é necessário nascer com dom, porém, alguns traços pessoais se sobressaem no ato de comandar.

Em todos os grupos, existirão indivíduos com uma propensão ou capacidade maior que os demais de exercitar a liderança. Essa propensão ou capacidade pode dever-se tanto a tendências inatas no indivíduo quanto às oportunidades que ele pode aproveitar para exercer o comando de pessoas (Maximiano, 2000, p. 2).

Chiavenato (citado na referência) argumenta que a liderança pode ser vista como uma forma de poder pessoal. O líder exerce influência sobre indivíduos ou

grupos, orientando e moldando o comportamento e as atitudes da equipe. O autor ressalta que a liderança não deve ser confundida com direção ou gerenciamento. Embora um administrador deva ser um bom líder, nem todo líder é necessariamente um administrador. Os líderes devem estar familiarizados com todos os níveis da organização (institucional, intermediário e operacional), e a liderança envolve a atuação do líder em todas essas áreas. Esse processo é o que ele chama de liderança.

1.1 TIPOS DE LIDERANÇA

De acordo com Chiavenato (2004), o estilo de liderança refere-se à abordagem única que cada líder emprega para alcançar resultados e promover satisfação nas relações interpessoais. Na prática, o líder adapta três estilos de liderança de acordo com a situação, as pessoas envolvidas e as tarefas a serem realizadas. Para esse autor, esses estilos de liderança podem ser classificados como autocráticos, democráticos e liberais.

A liderança autocrática é caracterizada por um controle absoluto e concentração de poder, em que os subordinados não têm margem para tomar decisões ou fazer escolhas. O líder assume uma postura dominadora, e seus subordinados obedecem obedientemente sem expressar suas opiniões. A principal vantagem desse estilo de liderança é a tomada de decisões rápidas e consistentes, mas ele tende a limitar o potencial criativo e o crescimento das equipes, já que os subordinados raramente têm espaço para contribuir com suas ideias. Nesse cenário, o líder é temido, e o grupo age apenas de acordo com suas instruções. A liderança autocrática, de acordo com Chiavenato (2004), beneficia apenas o líder.

Por outro lado, de acordo com Chiavenato (2004), a liderança liberal é caracterizada pela concessão de total liberdade ao grupo (ou indivíduo) para tomar decisões que considerem adequadas em benefício do desempenho e dos resultados da empresa. Nesse contexto, o líder só dá sua opinião quando solicitado pelo grupo, resultando em ocasiões em que a equipe não alcança resultados quantitativos e qualitativos satisfatórios. Esse estilo valoriza a autonomia, mas pode ser contraproducente se não houver uma estrutura clara ou se a equipe não estiver

preparada para assumir responsabilidades. Os subordinados podem ignorar o líder, resultando em falta de direção. O líder acaba sendo amplamente ignorado pelo grupo, e esse tipo de liderança valoriza principalmente a autonomia do grupo.

No estilo de liderança democrática, de acordo com Chiavenato (2004), o líder mantém uma comunicação constante e motiva ativamente o grupo, promovendo a participação ativa dos membros e demonstrando preocupação tanto com a equipe quanto com o trabalho em si. O líder orienta e auxilia o grupo na resolução de problemas, sugerindo novas ideias e mantendo-se envolvido em todas as atividades. Nesse estilo, o líder fornece orientação e assistência para a resolução de problemas, sugere novas ideias e está envolvido nas atividades do grupo. Esse estilo de liderança resulta frequentemente em conquistas positivas, incluindo inovações surpreendentes. Além disso, valoriza o grupo, estimulando a responsabilidade e o comprometimento tanto do líder quanto de sua equipe.

Em resumo, os tipos de liderança representam abordagens distintas para conduzir e influenciar equipes. A liderança autocrática, caracterizada pelo controle rígido, a liderança liberal, com ênfase na autonomia, e a liderança democrática, que promove a participação ativa, são exemplos desses estilos. Cada estilo tem seu lugar e momento apropriados, e um líder eficaz reconhece a importância de adaptar seu estilo de liderança de acordo com a situação e as necessidades da equipe. A flexibilidade é fundamental, e uma liderança bem-sucedida muitas vezes envolve a combinação de elementos desses estilos, visando alcançar os melhores resultados. Os estudantes Loraine Cristina da Silva Ribeira, Tatiely dos Santos Fermiano, André Luis Catel Rosa, afirmam:

A liderança é constituída por líderes que motivam seus subordinados dentro de organizações, sujeito às normas e regras do ambiente que influencia seus liderados, portanto a liderança é necessária desde que se tenha um líder competente e com conhecimentos, pois nem sempre uma organização consegue ter um líder de sucesso, podemos observar nos dias de hoje que muitas empresas conseguem crescer no mercado através de uma excelente liderança, atingindo todos seus objetivos e conseguindo atravessar barreiras e concorrências (Ribeira; Fermiano; Rosa, 2015).

Com base nisso, é possível afirmar que independentemente do estilo adotado, o objetivo principal da liderança é inspirar, capacitar e guiar as equipes em direção ao

sucesso, promovendo tanto o crescimento pessoal quanto o alcance de metas coletivas. O verdadeiro líder é aquele que se adapta e evolui constantemente para enfrentar os desafios em constante mutação de nosso mundo complexo e interconectado.

2 EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

No contexto do mercado de trabalho no século XIX, começaram a emergir as primeiras ocupações profissionais destinadas às mulheres, tais como secretárias, datilógrafas, telefonistas e professoras do ensino primário. É importante notar que, na época, os sindicatos eram predominantemente liderados por homens, conforme apontado por Kanan (2010).

De acordo com Kanan (2010), a Segunda Guerra Mundial marcou uma mudança significativa na participação das mulheres no mercado de trabalho. Durante o conflito, as mulheres foram mobilizadas para desempenhar uma ampla variedade de funções laborais, porém, após o término da guerra, muitas delas foram demitidas em massa para abrir espaço para os homens. Na década de 1960, há poucos registros da presença das mulheres em cargos de liderança no mercado de trabalho. Entretanto, nesse mesmo período, quando a economia estava em expansão, as mulheres foram novamente recrutadas para o mercado de trabalho. Foi talvez nessa fase que começaram a questionar as limitações em suas vidas, dando origem a movimentos femininos mais organizados.

Durante a década de 1970, as mulheres passaram a fazer parte de maneira mais substancial do setor produtivo, que historicamente era dominado pelos homens, bem como se tornaram mais presentes no cenário público. No entanto, muitas delas ainda enfrentavam a carga de trabalho dupla ou até tripla, equilibrando responsabilidades em casa e no trabalho, enquanto recebiam salários inferiores pelo mesmo trabalho executado pelos homens, como observado por Kanan (2010).

3 A MULHER NO ATUAL MERCADO DE TRABALHO

A participação efetiva das mulheres no mercado de trabalho é uma realidade, apesar de ainda enfrentarem desafios na busca pela igualdade de direitos. Elas demonstram disposição para assumir diversas responsabilidades, mesmo que anteriormente essas funções fossem tradicionalmente associadas apenas aos homens. Este fenômeno, observado por Kanan (2010), reflete uma mudança significativa nas atitudes e oportunidades das mulheres no mundo profissional.

Conforme apontado por Kanan (2010), embora haja uma presença significativa de mulheres nas empresas, a representatividade delas em cargos de liderança ainda é limitada. Isso se deve, em grande parte, à persistência de práticas discriminatórias ou sexistas, evidenciando o preconceito. As pesquisadoras Bruna Martins dos Santos e Josilene Santos Alves afirmam que:

É notável a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, especialmente nos cargos de liderança, que antes eram ocupados apenas pelos homens. Porém, para alcançar essa atual realidade elas tiveram que vencer inúmeras dificuldades ao longo dos anos, obtiveram muitas conquistas, ganharam espaço no mercado e a tendência é que elas estejam cada vez mais presentes na gestão das organizações. Isso baseado apenas no gênero feminino ainda persiste no ambiente de trabalho (Dos Santos; Alves, 2016, p. 87).

Nesse contexto, é importante destacar o fenômeno conhecido como "Teto de Vidro," conforme descrito por Teixeira (2012). Ele descreve isso como um modelo discriminatório no qual a produtividade das mulheres é percebida como inferior à capacidade de produção dos homens. A entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em posições de liderança, são dificultadas por fatores socioculturais relacionados ao gênero, em vez de serem determinadas pela qualidade e competência. Elas enfrentam barreiras muitas vezes invisíveis que resultam de normas culturais e expectativas sociais. Uma das razões que contribuíram para a inclusão e permanência das mulheres no mercado de trabalho é o aspecto social. Isso significa que, devido à possibilidade de pagar salários menores por trabalhos equivalentes (uma tendência que está diminuindo devido ao aumento da educação feminina) e à flexibilidade das mulheres como força de trabalho (horários de entrada e saída mais flexíveis), as empresas passaram a acolher as mulheres. Conforme descreve Juliana Falcão:

É claro que na atualidade é que começam existir Leis que beneficiam as mulheres; mas, são ainda Leis precárias e determinadas pelos homens que buscam tirar os maiores proveitos da ingenuidade feminina, como mais um campo de atuação do capitalismo que só tem uma filosofia, a exploração. Ainda hoje perduram as idéias antigas de que uma atividade quando se desvaloriza, passa a ser uma atividade de mulheres e, por conseqüência, de baixa remuneração, porque agora é que ela está conseguindo o seu espaço que avança lentamente (Falcão, 2009, p. 15).

Um outro aspecto ligado ao contexto social é a importância das habilidades de relacionamento interpessoal, que se tornam cada vez mais essenciais nas organizações que buscam uma gestão mais eficaz das pessoas e valorizam os recursos humanos sobre os recursos não humanos, conforme apontado por Castells (Castells *apud* Gomes, 2005).

De acordo com Sandberg (2013), os estereótipos de gênero que são moldados desde a infância e durante a criação das pessoas se refletem no ambiente de trabalho quando se tornam adultos. Tradicionalmente, os cargos de liderança foram ocupados em sua maioria por homens, o que levou as mulheres a não esperarem ou almejavem tais posições de liderança. Isso também se aplica à questão salarial, em que os homens continuam a receber remunerações mais altas do que as mulheres, mesmo quando desempenham as mesmas funções.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo é predominantemente baseada na revisão bibliográfica e na análise crítica de fontes de referência confiáveis e relevantes. As referências são as fontes de pesquisa que contêm informações qualificadas, de autoridade, na qual se utiliza como base de pesquisa na hora de escrever um texto, onde é necessário citar as referências dos livros e artigos consultados ao final da pesquisa. Este estudo se concentra na análise aprofundada das teorias, conceitos e pesquisas previamente publicadas, com o objetivo de criar uma compreensão abrangente do tópico em questão. Durante o mês de setembro de 2023 foi definido o tema e a abordagem do artigo, juntamente com o levantamento de fontes de referência. Durante o mês de outubro foi continuado a seleção de fontes de referência,

a análise crítica das fontes identificadas e a síntese das informações coletadas, sendo desenvolvido todo o artigo com base nas descobertas da revisão bibliográfica.

4.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Realizado tipo de pesquisa bibliográfica descritiva de natureza teórica e qualitativa. O método de abordagem hipotético-dedutivo é comumente empregado em pesquisas de natureza teórica e qualitativa, como a pesquisa bibliográfica descritiva. Nesse contexto, os pesquisadores utilizam hipóteses como um ponto de partida para a análise crítica e aprofundada de teorias existentes, buscando ampliar o entendimento de um determinado tópico por meio da dedução lógica e interpretação crítica das fontes bibliográficas.

4.2 GERAÇÃO DE DADOS

O levantamento dos dados foi realizado através de documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias como livros, ensaios, compilações, artigos científicos e consulta com tutores no assunto denominado.

A pesquisa bibliográfica abrangeu uma ampla variedade de fontes, tais quais sendo livros, revistas, artigos realizados por pesquisa. A coleta de dados por meio destes meios gera grande porte de conhecimento e certeza para o que se é repassado a fim de ter experiência por outros estudantes da área, trazendo ideias e métodos já aplicados e comprovados pelos autores citados.

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise de interpretação dos dados foi realizada através do método de abordagem hipotético-dedutivo, e o método de procedimento, denominados também de auxiliares, com caráter instrumental secundário sendo o método histórico que coloca o objeto de pesquisa sob uma perspectiva histórica.

CONCLUSÃO

A jornada da mulher no mercado de trabalho tem sido uma mistura de desafios superados e avanços conquistados ao longo dos anos. O receio de ter mulheres em cargos de liderança é um desafio persistente que prejudica não apenas as mulheres, mas também as empresas que perdem a oportunidade de aproveitar todo o potencial de talentos disponíveis.

Superar esses obstáculos requer um compromisso firme com a igualdade de gênero, políticas inclusivas e uma mudança cultural em direção à valorização da diversidade. Desde as primeiras conquistas no século XIX até os tempos atuais, as mulheres têm demonstrado constantemente a sua capacidade e dedicação para contribuir de maneira significativa para empresas e organizações.

É essencial reconhecer que a diversidade de gênero vai além da busca por justiça, é também uma estratégia inteligente para alcançar o sucesso empresarial e à medida que as empresas reconhecem os benefícios da diversidade de gênero, é crucial que todos trabalhem juntos para criar um futuro em que mulheres sejam plenamente aceitas e bem-sucedidas em cargos de liderança no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DOS SANTOS, Bruna Martins, ALVES, Josilene Santos. **A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho**: comparação entre ontem e hoje. Disponível em: <<http://www.fabeemrevista.com.br/8/integra/03.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2023.

FALCÃO, Juliana. **Elas Realmente não Fogem a Luta**. Empregos. Disponível em: <<https://carreiras.empregos.com.br/seu-emprego/elas-realmente-nao-fogem-a-luta/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

GOMES, A. F. **O Outro no Trabalho**: mulher e gestão. Revista de Gestão da USP, São Paulo v. 12, n. 3, p. 1-9, jul-set. 2005.

KANAN, Lilian Aparecida. **Poder e Liderança de Mulheres nas Organizações de Trabalho**. Revista Organizações & Sociedade, v. 17, nº 53, Salvador, abr./jun., 2010.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRA, Loraine Cristina da Silva; FERMIANO, Tatiely dos Santos; ROSA, André Luis Cateli. **Liderança nas Organizações**: o papel e a importância do líder dentro das organizações. Disponível em:
<<https://fio.edu.br/biblioteca/tcc/Administra%C3%A7%C3%A3o/2015/LORAINE%20C.%20DA%20SILVA%20RIBEIRA%3B%20TATIELY%20DOS%20SANTOS%20FERMIANO.%20Lideran%C3%A7a%20nas%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20-%20Op%20Papel%20e%20a%20Import%C3%A2ncia%20do%20L%C3%ADder%20Dentro%20das%20Organiza%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2023.

SANDBERG, S.; SCOVELL, N. **Faça Acontecer**: mulheres, trabalho e a vontade de liderar. 1.ed. Trad. por Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

TEIXEIRA, V. C. **O Fenômeno do Teto de Vidro e a Ocupação da Mulher no Mercado De Trabalho**: a barreira sutil e invisível que as mulheres enfrentam para manterem-se competitivas no cenário globalizado. Portal do Administrador, 2012.

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: ORIGEM E RELAÇÃO COM OUTROS PRINCÍPIOS DO DIREITO

Henrique Hanatzki Siglinski¹
Rafael Lago Salapata²

RESUMO

O presente artigo analisa o princípio da insignificância no tocante a sua origem e sua relação com os outros princípios do direito. Se delimita na aplicação do princípio da insignificância no contexto brasileiro. Busca estudar o princípio da insignificância para a compreensão de seu objetivo ao ser criado, além de verificar se este tem relação direta com outros princípios do direito. A metodologia do presente trabalho, referente a sua natureza, a pesquisa se dá como básica, pois busca gerar novos conhecimentos científicos acerca do tema, mas sem objetivo de uma aplicação prática sobre o assunto. A sua forma de abordagem é qualitativa, ou seja, não pode ser transformada em números ou em estatística, utilizando do ambiente natural como fonte de pesquisa, assim com o foco na sua significação e no processo. No quesito objetivo de pesquisa, trata-se de pesquisa exploratória pois busca trazer a familiarização com o problema proposto, construindo assim hipóteses sobre o mesmo. Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de pesquisa bibliográfica, pois se utiliza para a pesquisa materiais publicados como livros, revistas, artigos científicos assim como a jurisprudência dos tribunais. A técnica para a produção de dados se dá por documentação indireta. Metodologicamente o trabalho apresenta-se como hipotético dedutivo. Verificou-se a relação intrínseca entre o princípio da insignificância e outros princípios do direito. Existe além disso uma clara evolução no entendimento sobre o princípio além da previsão jurisprudencial do mesmo.

Palavras-chave: Aplicabilidade; Insignificância; Princípio.

ABSTRACT

This article analyzes the principle of insignificance regarding its origin and its relationship with other principles of law. It is limited to the application of the principle of insignificance in the Brazilian context. It seeks to study insignificance to understand its objective when created, in addition to verifying whether it has a direct relationship with other principles of law. The methodology of the present work, regarding its nature, the research is considered basic, as it seeks to generate new scientific knowledge on the topic, but without the objective of a practical application on the subject. Its approach is qualitative, that is, it cannot be transformed into numbers or statistics, using the natural environment as a source of research, thus focusing on its meaning and the process. In terms of research objectives, this is exploratory research as it seeks to bring familiarity with the proposed problem, thus building hypotheses about it. As for the type of research, it is bibliographical research, as published materials such as books,

¹ Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. henrique_siglinski1@hotmail.com

² Mestre em Direito.

magazines, scientific articles as well as the courts of law are used for research. The technique for producing data is provided by indirect documentation. Methodologically, the work presents itself as hypothetical deductive. The intrinsic relationship between the principle of insignificance and other principles of law was verified. There is also a clear evolution in the understanding of the principle beyond the jurisprudential prediction of the same.

Keywords: Applicability; Insignificance; Principle.

INTRODUÇÃO

O princípio da insignificância por si só gera grandes debates acerca de sua aplicação no direito brasileiro. O presente trabalho tem como problemática a possibilidade de ligação inerente entre o princípio da insignificância e outros princípios do direito. A pesquisa justifica-se pela necessidade da compreensão plena do princípio para melhor aplicabilidade dentro do direito, assim garantindo maior igualdade e justiça a todos.

Tem como objetivo estudar a origem do princípio da insignificância e compreender a sua construção ao longo dos anos. Verificar a relação do princípio da insignificância e sua relação com outros princípios do direito. Traduzindo-se assim na validade jurídica do princípio. Sob tal enfoque, a pesquisa, em relação a sua natureza, se dá como básica, pois busca gerar novos conhecimentos científicos acerca do tema proposto, mas sem objetivo de uma aplicação prática sobre o assunto.

A sua forma de abordagem é qualitativa, ou seja, não pode ser transformada em números ou em estatística, utilizando do ambiente natural como fonte de pesquisa, assim com o foco na sua significação e no processo.

Trata-se de pesquisa exploratória no que tange ao seu objetivo, pois busca trazer a familiarização com o problema proposto, construindo assim hipóteses sobre o mesmo.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de pesquisa bibliográfica, pois se utiliza para a pesquisa materiais publicados como livros, revistas, artigos científicos assim como a jurisprudência dos tribunais. A técnica para a produção de dados se dá por documentação indireta.

Metodologicamente, o trabalho apresenta-se como hipotético dedutivo tendo em vista a compreensão do princípio da insignificância.

1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

O princípio da insignificância foi introduzido na doutrina penal por Claus Roxin a partir da ideia de que, sendo insignificante a lesão penal ao bem jurídico tutelado pela norma penal, não existe a necessidade da aplicabilidade da pena, pela falta de ofensa ao bem jurídico. Segundo o pensamento de Silva. Antes da formulação teórica de Roxin entretanto, já se colhiam indícios de raciocínio semelhante em outras obras de direito penal. Franz Von Liszt, inclusive, ao discorrer sobre penas excessivas, atentava para a necessidade de obediência à concepção extraída do brocardo jurídico *minima non curat praetor*, adotada, justamente, por Claus Roxin para embasar sua tese (Silva, 2011).

Muitos autores com visão tradicional consideram que o antecedente mais antigo do princípio da insignificância remonta ao direito romano. O autor Pinto, no que diz respeito ao tema, concorda que o princípio se originou do citado brocardo latino *minima non curat praetor*, forjado no direito romano, o qual não deveria se ocupar de causas pequenas ou causas mínimas. As questões de pouca relevância deveriam ser resolvidas nas partes privadas dos relacionamentos, sem a apreciação dos tribunais, com objetivo de não os sobrecarregar (Pinto, 2019).

O brocardo vem sendo citado por diversos autores de renome desde o século XIX, sempre para salientar que o juiz não deve se importar com coisas insignificantes. Existe, todavia, na doutrina contemporânea, divergência quanto à origem romana do Instituto.

A corrente que nega a origem romana do princípio da insignificância divide-se em duas vertentes, conforme ainda apontado por Silva: a primeira elaborada por Mauricio Ribeiro Lopes e a segundo, por José Guzmán Dalbora.

Lopes defende a contrariedade do surgimento do Instituto no direito romano, por este ser utilizado, à época, somente como fonte do direito civil (Silva, 2011). Segundo tal pensamento doutrinário, o princípio da insignificância é:

Um princípio sistêmico decorrente da própria natureza fragmentária do Direito Penal. Para dar coesão ao sistema penal é que se o fez. Sendo, pois, princípio específico, do Direito Penal, não consigo relacioná-lo com a (paradoxalmente) máxima *minimis non curat praetor*, que serve como referência, mas não como via de reconhecimento do princípio (Lopes, 1997, p. 37-38).

Rafael Fagundes Pinto, por outro lado, explica didaticamente o pensamento de Dalbora ao assentar:

Muito embora seja apontada com frequência a origem romana desse brocardo, não há qualquer evidencia concreta que demonstre que o *minima non curat praetor* foi concebido ou formulado no direito romano. Em seu minucioso estudo sobre o tema, José Luiz Guzmán Dalbora destaca a inexistência de qualquer referência a esse brocardo nas principais fontes conhecidas do direito romano, concluindo que o *minima non curat praetor*, nesta forma ou em qualquer outra, não se encontra no *Corpus Iuris Civilis*, bem como tampouco pode ser encontrado em outras fontes romanas mais antigas. Para o autor, é significativo o fato que esse brocardo não esteja referido dentre os princípios contidos no livro I, título III, do Digesto, nem no livro L, título XVII (de *diversis regulis iuris antiqui*) ou no Cód. VI, XXXVIII de (*verborum et rerum significatione*).

A partir do estudo das fontes romanas, afirma Guzmán Dalbora que, no que tange ao conceito de insignificância, os juristas de Roma conheceram o qualitativo nímio e reconheceram sua irrelevância para o direito. Esta ideia, contudo, estava relacionada as fontes do direito, e não diretamente ao ofício do protetor, distanciando-se, portanto, da noção expressa pelo *minima non curat praetor*. Essa circunstância aponta para a conclusão de que o conceito de insignificância, tal como entendido no direito penal moderno, era virtualmente desconhecido pelo direito romano (Pinto, 2019, p. 22-23).

Independentemente de sua origem, o certo é que o princípio da insignificância tem como base outros princípios inerentes ao direito penal, como o princípio da igualdade, o princípio da reserva legal, princípio da intervenção mínima, princípio da humanidade, proporcionalidade, razoabilidade; envolvendo, ainda, discussões sobre a tipicidade material. Todos os princípios coerentes com a Constituição Federal.

2 METODOLOGIA

A pesquisa, em relação a sua natureza, se dá como básica, pois busca gerar novos conhecimentos científicos acerca do tema proposto, mas sem objetivo de uma aplicação prática sobre o assunto.

A sua forma de abordagem é qualitativa, ou seja, não pode ser transformada em números ou em estatística, utilizando do ambiente natural como fonte de pesquisa, assim com o foco na sua significação e no processo.

Trata-se de pesquisa exploratória no que tange ao seu objetivo, pois busca trazer a familiarização com o problema proposto, construindo assim hipóteses sobre o mesmo.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de pesquisa bibliográfica, pois se utiliza para a pesquisa materiais publicados como livros, revistas, artigos científicos assim como a jurisprudência dos tribunais. A técnica para a produção de dados se dá por documentação indireta.

Metodologicamente, o trabalho apresenta-se como hipotético dedutivo tendo em vista a compreensão da origem do princípio da insignificância e sua relação com outros princípios no direito referente a sua aplicabilidade.

3 A RELAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DO DIREITO

Importante observar que o princípio da igualdade, previsto no caput do artigo 5º da Constituição Federal, traz em seu bojo não somente a ideia de igualdade formal, mas também a igualdade material, inclusive no que toca à redução de desigualdades e resolução de iniquidades, no plano concreto. Rafael Fagundes Pinto leciona, assim, que a igualdade, nesse aspecto, representa uma mudança de paradigma na órbita penal, na medida em que:

Essa mudança de paradigma exerce influência direta sobre o direito penal e, conseqüentemente, sobre o princípio da insignificância. As agências legislativas, por meio do processo de criminalização primária, selecionam politicamente as condutas que estarão sujeitas a incidência de uma pena privativa de liberdade, descritas por meio de um *pragma* típico. Obviamente, essa demarcação faz-se no plano puramente abstrato, sem levar em conta – ainda – as características específicas de cada caso concreto do indivíduo que será selecionado pelo processo de criminalização secundária (Pinto, 2019, p. 43).

Nessa linha de raciocínio, sobre condutas típicas desiguais Silva entende que devam ser sempre interpretadas em sentido material, em consonância com o princípio da igualdade, devendo ofertar, em situações fáticas de desigualdade, um tratamento adequado - atuando com desigualdade para atingir isonomicamente pessoas que se encontrem em situações distintas. Destaca, destarte, o doutrinador, que uma conduta que tenha um índice baixo ou quase nulo de lesividade ao bem jurídico pode, caso não tratada adequadamente, causar um grau de reprovabilidade social inverso, principalmente quando representar punição inadequada sob a ótica da aceitação social, em razão, justamente, da irrelevância (Silva, 2011).

A fim de evitar que a igualdade para com a lei leve a desigualdades materiais, Pinto segue discorrendo que o legislador deve adicionar o sentido material à norma penal, para não permitir que a justiça acabe por prejudicar a igualdade material. Deve-se considerar então que existe relação entre a ofensa ao bem jurídico e a utilidade da justiça, que pode causar um mal maior ao punir uma conduta insignificante penalmente, causando um prejuízo maior ao Estado que a conduta praticada (Pinto, 2011).

Conforme o entendimento de Roxin sobre as descrições abstratas dos delitos, e quais deveriam ser suportáveis pela sociedade:

[...] Sob o ângulo do princípio *nullum crimen* o oposto é o correto: a saber, uma interpretação restritiva, que realize a função de Magna Carta e a 'natureza fragmentária' do direito penal, que mantenha íntegro somente o campo de punibilidade indispensável para proteção do bem jurídico. Para tanto, são necessários princípios regulativos como a adequação social, introduzida por Welzel, que não é elementar do tipo, mas certamente um auxílio de interpretação para restringir formulações literais que também abrangem comportamentos socialmente suportáveis. Aqui pertence igualmente o chamado princípio da insignificância, que permite excluir logo de plano lesões de bagatela da maioria dos tipos: maus-tratos são uma lesão grave ao bem-estar corporal, e não qualquer lesão; da mesma forma, é libidinosa no sentido do código penal só uma ação sexual de alguma relevância; e só uma violenta lesão à pretensão de respeito social será criminalmente injuriosa. Por 'violência' não se pode entender uma agressão mínima, mas somente a de certa intensidade, assim como uma ameaça deve ser 'sensível', para adentrar no marco da criminalidade (Roxin, 2000, p. 47).

Assim, Pinto conceitua que "a aplicação do princípio da insignificância a condutas penalmente irrelevantes fundamente-se no princípio da igualdade, o qual,

realizado materialmente, evita que o agente seja apenado mais do que exige o grau de reprovabilidade da conduta típica” (Pinto, 2011; p. 128).

Por outro lado, o princípio da fragmentariedade trata de legitimar a defesa dos bens jurídicos mais relevantes a sociedade. Segundo Prado, a proteção dos bens jurídicos não é absoluta e sim relativa. Os bens jurídicos tutelados devem ser aqueles mais caros à sociedade. Entendendo assim que o direito não se ocupa de todos os espaços, atuando de forma fragmentada, tratando de proteger o objeto mais relevante penalmente (Prado, 2018).

Sendo parte importante da teoria que alberga o princípio da insignificância, o princípio da fragmentariedade, segundo Silva, tem como objetivo punir as ações humanas mais graves - praticadas, justamente, contra bens jurídicos relevantes e justificando, assim, as sanções penais. Em suma, o direito penal contemporâneo só permite condutas típicas que representem materialmente uma lesão representativa ao bem jurídico tutelado (Silva, 2011).

Por sua vez, o princípio da reserva legal, previsto no artigo 5º inciso II, da Constituição Federal preceitua que ninguém deve ser punido por algo que não esteja previsto em lei. Como lembra Pinto, esta ideia foi consolidada com a vitória da burguesia nas revoluções dos séculos XVIII e XIX, e essa foi uma forma de limitar o poder das monarquias a fim de garantir mais direitos. Esta iniciativa fora conduzida principalmente pela burguesia a qual tinha grande interesse em consolidar direitos em seu favor, mas principalmente pela falta de segurança jurídica que imperava à época. Ainda assim o objetivo do novel conceito, em sua gênese, não era proteger as pessoas da falta de critério do Estado, mas sim proteger seus interesses; mesmo com objetivo primário diferente este passou a proteger as pessoas da falta de critérios estatais, e garantiu posteriormente a garantia da reserva legal (Pinto, 2019).

A reserva legal garante segurança jurídica para os membros da sociedade, sendo crucial para o Estado Democrático de direito. Como entende Prado, “a criação dos tipos incriminadores e de suas respectivas consequências jurídicas está submetida à lei formal anterior. Compreende, ainda, a garantia substancial ou material que implica uma verdadeira predeterminação normativa” - assim garantindo a segurança jurídica, não permitindo punir sem previa determinação do que é o crime,

e do bem jurídico a ser tutelado pelo Estado (Prado, 2018, p. 83). Dessa forma, segundo Nilo Batista:

[...] o princípio da legalidade, base estrutural do próprio estado de direito, é também a pedra angular de todo direito penal que aspire a segurança jurídica, compreendida não apenas na acepção da 'previsibilidade da intervenção do poder punitivo do estado' que lhe confere Roxin, mas também na perspectiva subjetiva do 'sentimento de segurança jurídica' que postula Zaffaroni. Além de assegurar a possibilidade do prévio conhecimento dos crimes e das penas, o princípio garante que o cidadão não será submetido a coerção penal distinta daquela predisposta em lei (Batista; 2001, p. 67).

Desse entendimento pode-se constatar que o princípio ultrapassou todo o seu contexto histórico de criação e hoje tem tamanha importância que é base de todo e qualquer sistema que tenha o interesse em ser justo com seus cidadãos. Como afirma Batista "o princípio da legalidade constitui a chave mestra de qualquer sistema que se pretenda racional e justo" (Batista, 2001, p. 65). O Estado que não respeita a legalidade não respeita os membros que compõe a sociedade.

O conceito do princípio se torna importante na medida que regulado o sistema jurídico e, especificamente o sistema penal, passa a ser mais justo. De acordo com Rafael Fagundes Pinto, além disso, obriga a racionalização e contenção do poder punitivo, assim tendo a obrigatoriedade de constatação de uma lesão ou ofensa ao bem jurídico para ser possível a incriminação da conduta (Pinto, 2019).

Assim pode-se verificar que um método mais justo e seguro para identificar a lesividade de determinada conduta é determinar o que é o bem jurídico que deve ser tutelado pelo estado. De acordo com Rafael Fagundes Pinto "[...] o único critério seguro para determinar a lesividade de determinada conduta é a verificação da ocorrência ou não de uma efetiva lesão ao bem jurídico" (Pinto, 2019, p. 50). Ou seja, é necessário fazer uma delimitação sobre o bem jurídico tutelado para se ter uma maior segurança jurídica (Pinto, 2019).

Por seu turno, o princípio da intervenção mínima, seguindo Rafael Fagundes Pinto, também parte das revoluções burguesas contra a monarquia, assim, tal como o princípio da reserva legal, objetiva limitar o poder estatal punitivo. A intervenção mínima vem para regular as punições sobre os fatos irrelevantes, não permitindo que

estes se sujeitem a sanções penais. A intervenção mínima limita o Estado para só se fazer presente quando houver a necessidade de o mesmo atuar (Pinto, 2019).

A ideia do princípio da intervenção mínima parte da necessidade e utilidade da intervenção penal. De acordo com Prado, o direito só deve agir em caso de necessidade para defender o bem jurídico que é imprescindível a sociedade. Tendo em vista que a intervenção penal é a forma mais gravosa para a solução dos conflitos (Prado, 2018).

O princípio se dá na certeza que o poder punitivo deve ser limitado. Segundo Pinto, a sanção penal é a forma mais agressiva que o estado pode utilizar com os seus cidadãos. Deve ser a última forma de intervenção somente sendo utilizada quando todos os outros ramos do direito falharem na intervenção social (Pinto, 2019).

Sendo assim, a sanção penal deve ser utilizada como ultima ratio, sua sanção é a que interfere de forma mais acentuada e rígida quanto a liberdade. As questões mais leves devem ser resolvidas pelos outros ramos do direito, ocupando-se principalmente da arbitragem para resolver estas questões.

Segundo o pensamento de Rafael Fagundes Pinto, mesmo sendo naturalmente associado à forma primária de criminalização, atuando de forma a vedar os tipos desnecessários, este não deve ser impedido de atuar também na parte secundária, sendo utilizado nos casos concretos. Como o mesmo só deve ser utilizado nas formas mais graves de lesão ao bem jurídico este também no caso concreto pode ser utilizado somente em determinados graus de intensidade (Pinto, 2019).

É possível verificar que é base fundamental do princípio da insignificância, assim, o conteúdo da intervenção mínima, sendo praticamente impossível separar um do outro, trazendo a ideia de que somente o estado deve intervir quando não houver outro meio disponível para fazer com que seja cessada a lesão ao bem jurídico. Verifica-se no pensamento de Rafael Fagundes Pinto:

É nesse sentido que dito princípio serve como fundamento para o princípio da insignificância. Isso porque, diante das condutas insignificantes, nas quais não há conflitividade em função da ausência da lesão ao bem jurídico, obviamente pode ser dispensada a sanção penal, pois nesses casos é possível a resolução do conflito por outras esferas do Direito. Não há, nessas hipóteses, necessidade de atingir-se a ultima ratio da pena.

O raciocínio exposto anteriormente é o que melhor coaduna-se com um direito penal democrático, comprometido com a contenção da excessiva irracionalidade do poder punitivo (Pinto, 2019, p. 71).

No que toca aos princípios da humanidade, proporcionalidade e razoabilidade, encontram previsão no artigo 5º, incisos III, XLVI e XLVII preceitos que estabelecem noções sobre proporcionalidade e razoabilidade. Esses também surgem do contexto das revoluções com finalidade de limitar o poder estatal, garantindo uma série de direitos fundamentais.

Em relação ao princípio da humanidade, este é um elo entre proporção e limite da pena a ser aplicada. Segundo Prado, a limitação que esta causa garante a dignidade da pessoa, impedindo o direito penal de ser um objeto de tortura. Tem ligação com garantir que o apenado possa refletir sobre seus atos, não possibilitando ser frequentemente degradado fisicamente e psicologicamente, garantindo os direitos do mesmo (Prado, 2019).

Em relação à proporcionalidade das penas em relação aos os crimes cometidos, Cesare Beccaria entende que, se crimes que afetam a sociedade de maneira diferente tiverem a mesma pena, ter-se-á um aumento da prática de delitos que se entendam por menos graves. Ainda, o renomado autor leciona que o legislador tem que ser hábil nesse sentido, prevendo os efeitos que as leis podem causar para a sociedade, devendo ser justo para com os crimes e as punições (Beccaria, 2015).

Afirma assim Ivan Luiz da Silva que a proporcionalidade serve para proteger o cidadão dos excessos que podem ser cometidos pelo Estado na intenção de punir, tendo como objetivo de proibir e coibir a intervenção desnecessária sobre as condutas irrelevantes. Sendo assim, inconcebível a ideia de incidência penal sobre direitos fundamentais, como a liberdade, de maneira desproporcional à agressão cometida, devendo, então, verificar-se de que maneira a conduta pode afetar o bem jurídico que se busca tutelar, e se é proporcional ao crime cometido (Silva, 2011).

Com o objetivo de ser proporcional à gravidade do fato, a própria legislação é formulada de maneira a ser proporcional ao fato cometido, sendo o Estado Democrático de Direito garantidor da proporcionalidade sobre as condutas e as penas aplicadas, a fim de atingir a justiça de maneira adequada e proporcional.

Assim, é necessário estabelecer uma ordem de crimes mais ofensivos que outros, como afirma Beccaria. “Bastará, contudo que o legislador sábio estabeleça divisões principais na distribuição das penas proporcionadas aos delitos e que, sobretudo, não aplique os menores castigos aos maiores crimes” (Beccaria, 2015, p. 73). Beccaria explica, nessa esteira, a importância da habilidade do legislador para equilibrar as punições e fazê-las de maneira proporcional aos delitos cometidos. Corroborando com a proporcionalidade que o Estado democrático de Direito deve ter. Ainda sobre os preceitos da razoabilidade Rafael Fagundes Pinto entende que não é razoável

A criminalização de fatos insignificantes não atende ao preceito da razoabilidade. Não há dúvida de que a imposição da pena não é a melhor maneira (como, aliás, nunca o é) de solucionar-se pequenos conflitos sociais que se exprimem por essas condutas. Nesses casos, a sanção penal não se apresenta como meio menos gravoso de resolver o conflito, que poderia perfeitamente ser contornado por outras áreas do ordenamento jurídico (cível, administrativo, etc), sem a necessidade da última ratio penal. E, por último, salta aos olhos a desproporção a que corresponde a imposição da pena para condutas de ínfima relevância social, que se quer afetam de forma relevante, os bens jurídicos selecionados pela lei penal. É indiscutivelmente maior o prejuízo imposto aquele que é apenado por uma conduta insignificante, em comparação com as vantagens (se é que há alguma) alcançadas pela aplicação da pena nessas hipóteses. Assim, resta patente a desproporção/irracionalidade da aplicação da pena em casos de lesões insignificantes (Pinto, 2019, p. 73-74).

Na esteira desse pensamento, Silva afirma em conceito que “o princípio da insignificância concretiza a proporcionalidade que deve haver entre o fato delituoso e a realização estatal, objetivando, assim, realizar o valor justiça em seu sentido material.” No entendimento que o princípio da insignificância é parte relevante da aplicação da própria proporcionalidade estando ambos interligados (Silva, 2011, p. 136).

O conceito da tipicidade material, além disso, também é recorrente aos autores brasileiros que tratam sobre a insignificância. Como defende Rafael Fagundes Pinto, o conceito de tipicidade incorporado pelo Código Penal brasileiro ainda se encontra de maneira incompleta para um Estado Democrático de direito, no qual se deve buscar a contenção do poder estatal punitivo, respeitando a intervenção mínima (Pinto, 2019).

De acordo com Roxin, de fato, o princípio da insignificância deve abranger aquela lesão que tenha valor irrisório ao bem jurídico tutelado, e por isso o direito penal não deva intervir na resolução de tal conflito. Em tais situações, está-se diante da inexistência do crime pela falta de tipicidade material (Roxin, 2002). Entende-se, em suma, que o direito penal deve ter intervenção mínima, não devendo se ocupar com bagatelas. Deve ser direcionado, pois, para onde é relevantemente necessário.

4 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA DOUTRINA PENAL BRASILEIRA

Tendo em vista o entendimento apresentado sobre o princípio da insignificância é de grande importância apresentar seu entendimento na doutrina penal brasileira. Como este foi inserido e como é aplicado no direito penal brasileiro.

Sob todo o enfoque detalhado nos tópicos antecedentes, a primeira aparição de um conceito de insignificância na doutrina penal brasileira vem de Dimoar Ackel Filho:

Princípio da insignificância pode ser conceituado como aquele que permite infirmar a tipicidade de fatos que, por sua inexpressividade, constituem ações de bagatela, desprovida de reprovabilidade, de modo a não merecerem valoração da norma penal, exurgindo, pois, como irrelevantes. A tais ações, falta o juízo de censura penal (Ackel Filho, 1988, p. 72-77).

O citado conceito serviu de base para outros autores adotarem como base de seus estudos sobre a insignificância. Ainda, Carlos Vico Mañas, outro pioneiro nos estudos acerca do princípio da insignificância no Brasil, oferece a seguinte definição sobre o tema por ele estudado em seu estudo monográfico:

O princípio da insignificância, portanto pode ser definido como instrumento de interpretação restritiva, fundado na concepção material do tipo penal, por intermédio do qual é possível alcançar pela via judicial e sem macular a segurança jurídica do pensamento sistemático, a proposição político-criminal da necessidade de descriminalização de condutas que, embora formalmente típicas, não atingem de forma socialmente relevante os bens jurídicos protegidos pelo direito penal (Mañas, 1994, p. 81).

O direito penal serve para reprimir os comportamentos lesivos ao bem jurídico, mas deve atuar de forma a preservar uma interferência mínima. Consoante observam

Senra e Pádua os tribunais brasileiros somente deverão ter incidência caso haja a insuficiência dos outros ramos do direito, quando estes não forem suficientes para reprimir os comportamentos lesivos. Sendo assim de caráter fragmentário, com a função de intervenção mínima (Senra; Pádua, 2019).

O comportamento lesivo insignificante não é visto como ilícito penalmente pois não ofende o bem jurídico tutelado, porém este ainda pode ser regulado por outros ramos do direito. Para Gama e Gomes o princípio da insignificância funciona como verdadeira causa de tipicidade, portanto a conduta por ele albergada é lícita penalmente por não ter ofendido o bem jurídico protegido. Assim, o fato irrelevante penal é excluído da tipicidade penal, mas ainda assim podendo receber o tratamento adequado na seara cível ou administrativa (Gama; Gomes; 1999).

O direito penal é o último instrumento para a regulação social dos indivíduos, de maneira as outras áreas do direito buscarem anteriormente resolver o problema; sendo assim utilizado como a última opção. Segundo Copetti, o direito penal é o mais violento dos instrumentos normativos, pois interfere de maneira direta na liberdade de ir e vir, então devem ser utilizados todos os outros meios de solução de conflitos antes do direito penal (Copetti; 2000).

Verifica-se, assim, a impossibilidade de tipificação objetiva dos crimes pela imensa possibilidade de ocorrência de fatos concretos no mundo dos fatos. Para Silva é imensurável descrever todas as formas possíveis de crimes e, por isso, o legislador se limita a uma forma abstrata. Porém a imprecisão legislativa protege o bem jurídico além do necessário, justamente por fazê-lo de forma abstrata. Assim, algumas condutas sem significado jurídico podem ser atingidas por essa descrição (Silva; 2011).

A aplicação da insignificância torna-se necessária para evitar que a proteção do bem jurídico tutelado não ultrapasse a tutela e passe a punir além do próprio dano ao bem jurídico, assim desconsiderando a tipicidade material do crime.

O entendimento da insignificância não se dá, portanto, pelo perdão do crime, pois como afirma Rafael Fagundes Pinto “[...] a aplicação do princípio da insignificância não é um favor concedido ao agente, por razões de piedade ou misericórdia, mas sim de uma decorrência lógico-imperativa, dos fundamentos básicos do direito penal, que vinculam a atuação ao aplicador da lei” (Pinto, 2019, p. 89). Não se traduz, destarte,

em perdão nem misericórdia, atuando de maneira fundamentalmente ligada aos princípios da razoabilidade, legalidade e intervenção mínima.

Segundo o entendimento construído por Rafael Fagundes Pinto:

É possível conceituar o princípio da insignificância como o mecanismo de interpretação restritiva dos tipos penais de que dispõem as agências judiciais, para corrigir a irracionalidade inerente ao processo de criminalização primária e reduzir a violência da criminalização secundária, mitigando a irracionalidade do poder punitivo, por meio de exclusão da tipicidade de condutas que, muito embora estejam adequadas ao prisma típico, não afetam de forma sensível o bem jurídico. Ou seja, nas quais falta alteridade em razão da inexistência de um conflito juridicamente relevante, o que o torna absolutamente desproporcional a imposição da pena (Pinto, 2019, p. 90).

Desta maneira é possível afirmar que o princípio da insignificância restringe o poder punitivo para não cometer excessos penais, não observando princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Tendo em vista que esses não têm uma relevância social para ser aplicada a pena.

Nesse contexto, ao estabelecer requisitos para a aplicação do princípio da insignificância, o Supremo Tribunal Federal assentou a relevância jurídica do instituto, conforma se percebe no julgamento do Habeas Corpus n.º 107.264:

RECURSO ORDINÁRIO EM “HABEAS CORPUS” - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGÍTIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL - CONSEQÜENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL - DELITO DE FURTO SIMPLES, EM SUA MODALIDADE TENTADA (CP, ART. 155, “CAPUT”, C/C O ART. 14, II)- “RES FURTIVAE” NO VALOR (ÍNFIMO) DE R\$ 166,59 - DOCTRINA - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF - RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO. O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL . - O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como **(a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada** - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público. O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA É A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: “DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR”. - O

sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade(Brasil, 2011) (**grifo nosso**).

A jurisprudência do Pretório Excelso, portanto, estabeleceu requisitos de aplicação para o princípio da insignificância, a saber: a falta de ofensividade ou mínima ofensividade na conduta do agente; não se tratar de uma conduta que contenha periculosidade; ser um comportamento que não apresente reprovabilidade da sociedade; a inexpressividade da lesão jurídica provocada em relação ao bem jurídico tutelado.

Causando assim a melhor compreensão possível sobre o princípio, com o estabelecimento dos requisitos fica verificado um melhor critério de aplicação. Com a afirmação de uma jurisprudência nesse sentido se tem uma maior segurança jurídica sobre o assunto. Embora mesmo com o estabelecimento dos requisitos ainda se encontra certa relutância dos tribunais em aplicá-lo.

CONCLUSÃO

O artigo realizado em torno do princípio da insignificância quanto a sua origem e relação com outros princípios revelou-se importante para estimular a reflexão sobre tema, que é de grande utilidade dentro do ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo. O estudo aprofundado do tema escolhido e os conhecimentos sobre sua fundação histórica, ajudam na concepção de adoção do princípio da insignificância nos mais diversos ambientes jurídicos.

Dentro das principais discussões examinadas no curso da pesquisa, foram avaliados os fundamentos históricos do princípio, com correntes doutrinárias divergentes quanto ao seu surgimento para o Direito. Após, o estudo os requisitos elaborados pelo Supremo Tribunal Federal para a aplicação do instituto no âmbito do direito penal comum, contribuiu sensivelmente para a análise crítica proposta neste artigo.

Além de ficar comprovada a sua relação de proximidade com vários princípios do direito, estes servem de fundamento para a concepção contemporânea do princípio da insignificância, fomentando a sua validade jurídica. Restando assim comprovada a hipótese de relação entres estes.

REFERÊNCIAS

- ACKEL FILHO, Diomar. **Princípio da Insignificância do Direito Penal**. Revista de jurisprudência do tribunal de Alçada de São Paulo abril/junho 1988.
- BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal**. Rio de Janeiro, editora Revan, 2001.
- BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Tradução de Paulo M. Oliveira; prefacio de Evaristo de Moraes. 2º edição São Paulo Edipro 2015.
- BRASIL. **Supremo Tribunal Federal - HC 107.264**, Relator: Min. Celso De Mello, Data de Julgamento: 19/04/2011, Segunda Turma. Disponível em <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur202510/false>>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- COPETTI, André. **Direito Penal e Estado Democrático de Direito**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2000
- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da; GOMES, Abel Fernandes. **Temas de Direito Penal e Processo Penal: em especial na justiça federal**. Rio de Janeiro, Brasil. Editora Renovar, 1999.
- PINTO, Rafael Fagundes. **A Insignificância no Direito Penal Brasileiro**. 1º edição. Rio de Janeiro, Editora Revan 2019.
- PRADO, Luiz R. **Bem Jurídico Penal e Constituição**, 8ª edição. Grupo GEN, 2018. Ebook. ISBN 9788530982638. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530982638/>>. Acesso em: 26 out. 2022.
- ROXIN, Claus. **Política Criminal y Sistema del Derecho Penal**. Traducción e introducción de Francisco Muñoz Conde. 2º Edição Buenos Aires, Argentina: Hammurabi, 2002.
- SENRA E PADÚA, Gabriel. **Do Significado da Insignificância: Justificação e aplicação da norma jurídica**. Niterói, RJ: Editora Impetus, 2019.
- SILVA, Ivan Luiz da. **Princípio da Insignificância no Direito Penal**. 2º edição. Curitiba, Editora Juruá 2011.

OS IMPACTOS DA LIDERANÇA NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Fabíola Machajewski¹
Luana Freitas²
Valesca Correia Baptista³
Camila Gabriele Câmara⁴
Danieli Rodrigues⁵

RESUMO

O objetivo do artigo é demonstrar a evolução da liderança e da gestão nas organizações, destacando a importância da flexibilidade e competências múltiplas para profissionais contemporâneos. O artigo aborda a relação entre liderança e administração, enfatizando que líderes devem adaptar-se às demandas do ambiente de trabalho em constante mudança. Além disso, destaca a necessidade de uma formação acadêmica que vá além do conhecimento teórico, focando a importância do aprendizado contínuo e da adaptação às mudanças tecnológicas. O artigo também discute a diferença entre liderança e gestão, ressaltando a importância de líderes que inspirem e motivem seus seguidores, além de enfatizar a relevância da liderança situacional. No geral, o texto busca proporcionar uma compreensão abrangente sobre o papel da liderança e da gestão nas organizações modernas. O objetivo principal do artigo é argumentar os impactos da liderança na área de prestação de serviços, com foco na diferenciação entre o líder, o administrador e a gestão, garantindo que não haja confusão em nenhuma hipótese. Para alcançar esse objetivo, o artigo utiliza o método de pesquisa de revisão bibliográfica, com uma abordagem qualitativa por meio da análise de materiais, como artigos acadêmicos e publicações de revistas, que discutem o conceito e a importância da liderança nas áreas de prestação de serviços.

Palavras-chave: Líder; Administrador; Competências.

ABSTRACT

The objective of the article is to demonstrate the evolution of leadership and management in organizations, highlighting the importance of flexibility and multiple competencies for contemporary professionals. The article addresses the relationship between leadership and management, emphasizing that leaders must adapt to the demands of the constantly changing work environment. It also highlights the need for an academic education that goes beyond theoretical knowledge, focusing on the

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. fabiola.machajewski@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. luanafreitas021@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. valescacorr@gmail.com

⁴ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Orientador. Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. camaracamila@hotmail.com

⁵ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Orientador. Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. prof.danielihermes@hotmail.com

importance of continuous learning and adaptation to technological changes. The article also discusses the difference between leadership and management, emphasizing the importance of leaders who inspire and motivate their followers, as well as underscoring the relevance of situational leadership. Overall, the text seeks to provide a comprehensive understanding of the role of leadership and management in modern organizations. The main objective of the article is to argue the impacts of leadership in the service sector, with a focus on differentiating between the leader, the manager, and management, ensuring that there is no confusion under any circumstances. To achieve this objective, the article uses the research method of literature review, with a qualitative approach through the analysis of materials such as academic articles and magazine publications that discuss the concept and importance of leadership in the service sector.

Keywords: Leader; Administrator; Competencies.

INTRODUÇÃO

A liderança, a administração e a gestão são elementos fundamentais no contexto das organizações, cada um desempenhando papel específico para atingir objetivos e manter a eficácia. A liderança é o poder de influenciar e motivar os colaboradores em direção ao alcance de metas e resultados. Por outro lado, a administração concentra-se na coordenação dos recursos e na gestão dos processos, garantindo o funcionamento eficiente da organização. Já a gestão abrange o sistema de decisões, liderança, motivação e avaliação, sendo essencial para orientar a equipe na direção certa.

Este artigo explora a evolução desses conceitos ao longo do tempo, destacando a transição da gestão tradicional, que enfatiza a hierarquia e o autoritarismo, para uma abordagem mais moderna e contemporânea, focada nas pessoas, na motivação e no engajamento. Além disso, ressalta a importância da liderança e da administração na gestão eficaz das organizações e na influência direta sobre a satisfação dos colaboradores e o desempenho da empresa.

À medida que o mercado e a sociedade evoluem, é essencial que líderes e administradores se adaptem, adotem abordagens mais flexíveis e se envolvam na gestão contemporânea, que valoriza a aprendizagem contínua, a motivação dos colaboradores e a capacidade de lidar com situações imprevisíveis. Este contexto em constante mudança exige profissionais de liderança e administração que sejam

capazes de se adaptar e permanecer relevantes em um mercado em constante evolução.

Para atingir os objetivos, construída a ideia da evolução da liderança e da gestão nas organizações, visando a importância da flexibilidade e das maneiras de liderar, procura-se trazer competência para os métodos aplicados que fomentam a vida de uma empresa, tornando-a produtiva e alterando todo o conceito de vida em sociedade a partir de uma liderança bem obsediada foi adotado uma metodologia que inclui a retomada bibliográfica detalhada. No referencial teórico foram utilizados autores que contribuíram para a compreensão da liderança, administração e gestão.

A estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma: na seção seguinte, será apresentado uma revisão sobre liderança com seus principais conceitos e formas de implementação. Em seguida, será abordado conceitos e competências do administrador. Posteriormente, serão analisados conceitos e atribuições da gestão. Por fim, serão apresentadas conclusões e a base de informações obtidas ao longo do estudo.

1 A LIDERANÇA

A definição de liderança é uma tarefa complexa e sua natureza evolui ao longo do tempo. Os conceitos mudam, refletindo a dinâmica das épocas, tornando a liderança uma dimensão crucial para as organizações. Com uma variedade de tipos de liderança e com a adaptação constante ao contexto, a liderança mantém-se sempre relevante e ajustada às demandas do momento e das circunstâncias em que é aplicada.

A liderança é um tipo de poder para portar seus aprendizes rumo à evolução e ao bem feio da organização, para se entender um líder, precisa-se compreender os poderes que o mesmo pode ter. Alberoni retrata o seguinte pensamento relacionado à liderança e aos seus tipos vinculados com que meio deve ser utilizada,

O sociólogo Max Weber sustenta que existem três tipos de poder legítimo: O tradicional, em que vemos o líder do tipo patriarcal, o cacique; o carismático, onde vemos o líder popular, político e demagogo; e o legal, em que o poder

deriva do respeito aos procedimentos indicados pela lei – o mais importante do mundo moderno (Alberoni, 2004, p. 26).

Cumpra-se ressaltar que, como cita Alberoni, o tipo de poder legítimo legal, em que o poder se dá início do respeito aos processos indicados pela lei, é o mais importante na sociedade, pois depois de tantas reformas e meios a procurar um líder eficaz, a atualidade busca equilíbrio dentre as tarefas e o modo como são concluídas, fato que a geração presente se preocupa, sempre realizar o correto, independente dos parâmetros, se é indicado que arque com a lei.

Sendo os tipos de poderes citados por Alberoni, deve-se concluir a eficácia da utilização dos mesmos. Para eficácia de um líder, percebe-se o dever de ter centralizado seu tipo de poder e em que situação deve aderir algum ou outro. Cita Kelley, os parâmetros da eficácia da liderança em sua capacidade:

Para ser um líder eficaz [...], um membro de equipe deve garantir o respeito dos colegas de trabalho em pelo menos uma das três áreas cobertas por essa habilidade crítica: 1. Quociente de conhecimento – respeitada qualificação e comprovado bom-senso em áreas relevantes para as metas do grupo. 2. Quociente de pessoas-habilidade – indica que você tem consideração pelos colegas e que as metas deles têm tanto valor quanto as suas; assim eles são levados a trabalhar de forma voluntária com você para alcançar o objetivo. 3. Quociente de iniciativa – indica que você desempenhará as atividades que ajudam o grupo a alcançar, de fato, a meta (Kelley, 1999, p. 177).

A garantia da eficácia se dá por meio dos quocientes que o líder tem em sua profissionalidade, disso pode se afirmar que a liderança eficaz consiste em fornecer aos seus aprendizes o que eles não conseguiram realizar evolutivamente em si próprios. O maior objetivo do líder é emitir condições para a equipe motivar-se com os traços que o líder os transparece em sua rotina. Para liderar não se é necessário nascer com dom, porém, alguns traços pessoais se sobressaem no ato de comandar.

Em todos os grupos, existirão indivíduos com uma propensão ou capacidade maior que os demais de exercer a liderança. Essa propensão ou capacidade pode dever-se tanto a tendências inatas no indivíduo quanto às oportunidades que ele pode aproveitar para exercer o comando de pessoas (Maximiano, 2000, p. 2).

Conforme Maximiano traz idealizado, em todas as organizações há pessoas com capacidade maior em liderar, pois há aspectos da liderança que são traços

personais que moldam dependendo do ramo da empresa, pois em determinados momentos, um líder deve ser autocrático e em outros meios democrático, e varia da propensão do caráter de um indivíduo conseguir se adaptar cotidianamente com cada método em que se está inserido.

A liderança nas empresas é aprimorada com ênfase nos objetivos e valores das organizações. De modo a ser desenvolvida de diferentes maneiras, dado que existem diferentes formas de liderar. Antônio apresenta:

O processo de liderança é bastante complexo. Por isso, seus estudos costumam basear-se em diferentes abordagens, sendo que três delas são as mais discutidas. A primeira vê a liderança como uma combinação de traços pessoais. A segunda enfatiza o comportamento do líder. E a terceira pressupõe que as condições que determinam a eficácia da liderança variam de acordo com a situação (Gil, 2011, p. 220).

De maneira a analisar a primeira combinação, pode ser delineado que definir liderança é uma tarefa difícil, tendo em vista os diversos tópicos relacionados ao assunto encontrados na literatura disponível sobre o assunto. Em seguida, a liderança pode abranger tudo o que é citado pelo autor em um só momento, porque um líder, variando da situação, deve conter tudo o que a liderança propõe variando do que se vive a cada índice que é vivido dentro de uma organização.

A liderança, conforme Bergamini, refere-se a “um fenômeno grupal que envolve interação entre duas ou mais pessoas”, tendo em vista a chegada a objetivos comuns” (Bergamini, 2012, p. 45). Dessa maneira, a liderança trata-se incorporar relações pessoais e objetivar metas em conjunto.

Acrescentando a percepção de Bergamini, Chiavenato destaca que a liderança motiva seus seguidores em busca de considerar suas próprias realizações, ou seja:

A definição de liderança envolve duas dimensões: a primeira é a capacidade presumida de motivar as pessoas a fazer aquilo que precisa ser feito. A segunda é a tendência dos seguidores de seguir aqueles que eles percebem como instrumentais para satisfazerem seus próprios desejos e necessidades (Chiavenato, 2014, p. 337).

Dessa forma, são percebidas duas perspectivas quanto à liderança, na visão do líder, em estimular e conquistar os objetivos, e a na visão dos seguidores, de modo a seguir o líder para alcançar seus desejos.

Bergamini (2012) ressalta a importância de entender as diferentes dificuldades e diversas expectativas motivacionais dos colaboradores, de modo a estimular a conquista de suas necessidades de auto-realização e auto-estima. Para que desse modo ocorra o melhor desempenho tanto da equipe como da empresa.

Além disso, Bergamini traz que “a maioria dos estudos mais atuais propõe que a liderança, enquanto tal, só pode ser compreendida quando se leva em conta o conhecimento de como funcionam concomitantemente esses três elementos: o líder, o seguidor e a situação” (Bergamini, 2012, p. 34).

Nesse contexto, o envolvimento desses três pontos, o líder, o seguidor e a situação são fundamentais para a eficácia dos objetivos da empresa. De modo que, o líder desenvolve um papel central, influencia e motiva os seguidores e as tomadas de decisões, além disso os seguidores desempenham papel igualmente importante com a eficácia das metas objetivadas e estabelecidas pelo líder.

O líder tem em seu perfil o traço de fazer com que seus aprendizes realizem atividades das quais não querem e ainda tenham gosto em finalizá-las pela inspiração que um líder é capaz de gerar em uma equipe toda.

Líderes e administradores são constantemente confundidos, o que dificulta o processo de conclusão nas empresas. “Um número significativo de pesquisas e estudos mostra que tanto quanto administradores perdem sua eficácia por terem seu potencial de ação bloqueado quando os postos que ocupam não lhes permitem o exercício de suas competências” (Bergamini, 2012, p. 65).

Nesse viés, a falta de conhecimento dos gestores em incluir profissionais em locais para os quais não são direcionados gera diminuição de produtividade, e inspiração dos funcionários, porque se é perceptível quando um colaborador não está realizando sua atividade com competência, gerando insatisfação da organização.

Portanto, um líder em uma empresa tem suas vantagens gradativas para contribuir quando o profissional é colocado em um cargo do qual consiga mostrar suas competências e habilidades, contribuindo assim para os que atuam com ele.

2 ADMINISTRADOR

De maneira abrangente, a administração envolve um sistema estruturado, formado por princípios e normas que almejam um objetivo, apesar disso é algo flexível que pode ser adaptado às diferentes situações. Além disso, detalha-se um planejamento para a empresa, de curto, médio ou longo prazo, que explana as estratégias para chegar a eficácia dos resultados,

Administração é um sistema estruturado e intuitivo que consolida um conjunto de princípios, normas e funções para alavancar, harmoniosamente, o processo de planejamento de situações futuras desejadas e seu posterior controle de eficiência e produtividade, bem como a organização e a direção dos recursos empresariais para os resultados esperados, com a minimização de conflitos interpessoais (Bergamini, 2012, p. 65).

Somado a isso, a administração pode ser o meio de definir a coordenação dos recursos da empresa, isso pode tratar-se de pessoas, matérias-primas, recursos financeiros e outros ativos, para atingir as realizações da organização. A administração também desempenha papel importante na gestão das relações entre os colaboradores, amenizando os conflitos para um bom ambiente de trabalho.

A administração tem papel fundamental na empresa, assim como o administrador desempenha o papel com o mesmo valor. Para isso, Bergamini conceitua administrador como “Um indivíduo, assim rotulado, ocupa um posto de direção numa organização, presidindo sobre os processos através dos quais uma organização funciona, alocando recursos com prudência e utilizando seu pessoal da melhor maneira possível” (Bergamini, 2012, n.p.).

De fato, o administrador torna-se um facilitador na empresa, de maneira que gere e supervisiona os processos desempenhados pela organização. Além disso, Cristaldo destaca uma perspectiva mais ampla, que faz do administrador um cargo que não se limita mais às funções convencionais de gestão, mas pode ter um impacto mais amplo e significativo,

A atuação do administrador vai muito além dos limites da empresa, superando abordagens tradicionais que vinculam o papel do administrador basicamente a funções administrativas, como planejamento, como organização, como direção e como controle. Enxergar no administrador um

mero construtor da eficiência de empresas ou organizações talvez seja não contemplar o potencial libertador da ciência que o apoia (Cristaldo, 2009, p.150).

O administrador abrange diversas áreas que vão além das tarefas administrativas, possuem um potencial libertador que implica na capacidade de influenciar as operações, desempenhar funções de uma organização. Promovem mudanças que desempenham um papel importante na transformação social e no avanço da sociedade, enfatiza a importância e a responsabilidade de tomar decisões que têm impacto nas pessoas e no meio ambiente.

A capacidade de um administrador, segundo Kilimnik e Santanna trata-se das “competências do administrador mais valorizadas são aquelas ligadas a saber agir, ou seja, aquelas habilidades ligadas a lidar com situações imprevisíveis e a gerar resultados palpáveis para a empresa” (Kilimnik; Sant'anna, 2004). Além disso, as habilidades que geram resultados destacam-se a importância do desempenho como parte fundamental da função de um administrador.

Na visão de Sobral e Peci “Os administradores ou gestores são os membros que têm como função tomar as principais decisões para guiar as organizações de forma a alcançar seu propósito. São os administradores que decidem onde e como aplicar os recursos da organização de forma a assegurar que esta atinja seus objetivos” (Sobral; Peci, 2013, p.21).

Desta forma, os administradores têm o dever de guiar seus funcionários na busca pelos objetivos estabelecidos pela empresa, mesmo quando estes enfrentam desafios ao executar suas atribuições. Desempenhando um papel crítico na gestão e no direcionamento da organização e buscando alternativas que favoreçam a aumentar o potencial de lucro.

Nesse sentido, Queiroga (2007) afirma que estes profissionais devem sair de sua graduação preparados para entrar no mercado de trabalho, com as habilidades na gestão de pessoas e dominando todas as técnicas necessárias para administrar.

É de extrema importância que a educação acadêmica abranja não apenas o aprendizado teórico, mas também proporcione experiências práticas e promova o aprimoramento das habilidades interpessoais e de liderança. Isso se deve ao fato de que a gestão bem-sucedida não se limita à aplicação de métodos e técnicas

predefinidos, mas requer uma compreensão profunda das interações humanas que ocorrem dentro da organização.

Em concordância Demo (2008, p. 23) “[...] já não se trata de aprender a aprender, mas de aprender para encaixar-se de maneira sempre renovada nas expectativas da produtividade e inovação tecnológica”. Isso enfatiza a importância do aprendizado contínuo e da adaptação para atender às mudanças na produtividade e tecnologia, garantindo que os profissionais permaneçam relevantes e contribuam eficazmente para suas organizações.

Como afirma Dutra (2006, p. 20) “[...] tais profissionais caracterizam-se como profissionais capazes de fornecer a informação certa, no momento certo, para o fim a que se destina, independente de seu suporte físico”. Adaptabilidade na entrega de informações é crucial em ambientes empresariais em evolução, onde a tomada de decisões com base em dados é essencial, os profissionais devem estar prontos para isso, independentemente das mudanças tecnológicas.

É certo que nem todos tem o perfil que se adequa a tendência de um profissional múltiplo, no entanto, a flexibilidade é algo que vem tomando um espaço aparentemente irrevogável, as competências de uma carreira múltipla, atualmente estão sendo muito requisitadas no mercado, justamente pela rapidez em que tudo se transforma (Guimaraes, 2020).

Portanto, diante da crescente demanda por flexibilidade e competências múltiplas, os profissionais devem priorizar o desenvolvimento contínuo e a adaptação às mudanças para se destacarem em um mercado em constante evolução.

3 GESTÃO

A gestão pode ser definida como tomar pulso sobre uma situação com os métodos e os colaboradores dessa equipe. Se trata do parâmetro de determinação e orientação do caminho a ser percorrido para conclusão dos objetivos visando um complexo de decisões, liderança, motivação, avaliações dos aprendizes e superiores e análises do processo depois de concluso.

Nesse sentido, Carmo traz o pensamento de que “também se pode citar o modelo ou estilo de gestão democrático de liderança que está associado simultaneamente à satisfação e produtividade do grupo” (Carmo, 1994, p. 6).

A palavra gestão traz a ideia de gerência, de organizar algo, e está logicamente ligado aos modos que o grupo produz, e isso não condiz apenas com a satisfação do líder, mas sim com o bem estar de todos os que produzem determinada atividade para o mesmo fim. É um bem comum para todos, e quem fica no âmbito da gestão deve de se caracterizar com os meios da liderança para que consiga gerir todos os colaboradores da melhor forma para se ter os resultados esperados.

A ideia de gerência está ultrapassada, pois um administrador não pode liderar, o cargo de um administrador se dá em espaços lógicos de uma organização, a gestão tem haver com liderar, pois um administrador não pode impor poder, ou ditar regras se suas competências não são válidas para o local inserido. Atualmente, na gestão, há de ser um líder, que expõe ideias e gerencia a ação focando seus objetivos em prol de cada um de seus aprendizes.

A ideia de gestão vem se impondo há muito tempo, desde o modelo de gestão tradicional que prevaleceu até a década de 30, que está ligada a hierarquia e autoritarismo. Já no final da década de 1960 deu-se o modelo de gestão moderna, que compreende no foco das pessoas e o ambiente organizacional. No final de 1960 até meados de 1980 compreendeu o período do modelo de gestão contemporânea que tinha abordagem sistemática e contingencial (Rodrigues; Rodrigues; Ruivo, 2014, p. 3-4).

Portanto, a hipótese que se molda aqui é que na gestão, a liderança deve ser representada por um indivíduo flexível, especializado para esse fim, capaz de saber lidar com momentos difíceis de maneira ágil e inteligente e se a empresa acredita e procura a profissionalização de seus colaboradores, então os aprendizes dessa organização sempre irão ter em quem se espelhar, tendo em vista que seu maior contato é com o líder, o qual será de grande impacto para motivação e inspiração para seus funcionários.

Relatada a gestão tradicional, os métodos aplicados eram limitados, focavam-se tarefas específicas em uma ordem de desenvolvimento, esse modo de gestão foi utilizado até a década de 30, nele seu planejamento é muito detalhado e os envolvidos

não eram citados em sua elaboração, a comunicação era apenas formal para todas as situações.

Segundo Maximiano (2008), “Fayol cuidou da teoria da administração de cima para baixo, a partir do nível executivo, cuidou do trabalho da administração”. Aqui se vê exemplo claro de que um administrador não deve estar no processo de liderar, pois para os administradores as subseções de uma empresa devem ser sempre coloquiais e de maneira hierárquica e seguindo as regras ríspidamente. Para um líder, isso é uma catástrofe, pois há no método de gestão flexibilidade, tudo o que falta na teoria da administração, gerando assim uma maneira de trabalhar árdua e desgastante, o que não se enquadra na atualidade diante das organizações e seus colaboradores.

A gestão tradicional está caracterizada pela hierarquia e autoritarismo. Em organizações tradicionais, o poder e a influência residem nas mãos dos superiores, seguindo uma estrutura hierárquica de cima para baixo. Isso significa que as decisões são tomadas exclusivamente pela alta administração, com pouca autonomia e envolvimento dos trabalhadores. Esse modelo é altamente mecanicista, com foco predominante nas tarefas e na estrutura organizacional.

No entanto, esse tipo de gestão não é mais considerado adequado para as organizações contemporâneas. Ele leva os colaboradores a se sentirem obrigados a cumprir suas funções sem a oportunidade de participar ativamente, se envolver ou contribuir com suas ideias. Eles se tornam rigidamente vinculados às regras impostas pelos superiores.

Na gestão moderna, que vem desde a década de 60, tem em sua base o foco das pessoas e o ambiente organizacional em que se está inserido, nesse meio de gestão é importante o aprendizado da coordenação para os esforço das diversas pessoas, porém sem criar hierarquia, tenta-se criar um método de gestão sem sinônimos com a gestão tradicional, algo totalmente novo e modernizado para humanidade.

É necessário aprender a inspirar os funcionários para que queiram se doar totalmente, que sintam vontade de fazer até o que não sentem vontade e passem a gostar disso. Diante disso, vem a importância da modernização, de atribuir os conceitos positivos de cada tipo de gestão, a humanidade, a eficácia e os bons líderes, que irão atingir toda a sociedade, tanto como empregados, como clientes.

Segundo Carmo (1944, p. 6) “[...] também se pode citar o modelo (ou estilo) de gestão democrático de liderança que está associado simultaneamente à satisfação produtividade do grupo.”

Nesta gestão, o que se tem ressaltado é a motivação, que gera alta agilidade e engajamento das pessoas que estão ao redor. Aspectos esses importantíssimos para gerir uma empresa, pois pessoas motivadas são o foco para o crescimento da organização e dos contribuintes dela.

Neste modo é requisitado uma gestão da qual se molda no que já foi e no que está sendo agora. A gestão contemporânea significa apresentar uma gestão que se adapta em qualquer momento. É uma maneira de gerir que consegue acontecer em qualquer jeito e a qualquer hora, diante de qualquer método. Vale a pena salientar que as empresas descubrem como cativar nos colaboradores o comprometimento e a habilidade de aprender em todos os níveis da empresa, basicamente fazendo com que o plano de carreira se torne realmente viável.

Conforme Senge “[...]os colaboradores são os que transformam pequenas em grandes organizações” (Senge, 1998, p. 37-38).

O contemporâneo se trata do presente, significa unirmos todos os tempos e extrair o melhor de cada um deles enquanto todos estiverem acontecendo. Nonato (2009, p. 229) reforça em suas ideias que o conhecimento contemporâneo se trata da vivência dos próprios sujeitos e grupos sociais, tendo em vista a valorização das diferenças, dos conhecimentos de cada ser humano e da ciência em uma perspectiva geral. Ressalta também que as organizações precisam sempre estar dispostas as mudanças e aprender com essas mudanças o método em que estão gerindo seu meio interno e externo, que é sua base.

Sendo assim, uma gestão contemporânea é aquela que tenta ser eficaz, unindo todo aspecto positivo em uma direção, independentemente do tempo em que se está, se mostra apto para mudar suas ações e trazer novos resultados. Há de exemplo empresas mais empreendedoras que tem em vista os gestores que atuam mais próximos ao cliente, ficando atentos às mudanças que devem ser colocadas em prática, para melhor adequação de sua empresa.

4 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, qualitativa, através da análise de materiais, que envolvem a busca de publicações do tipo artigos, monografias, resumos, publicações em revistas e congressos, dissertações e teses, que abordam a importância da Liderança na área de prestação de serviço. As palavras-chave usadas na pesquisa foram: líder, administrador e gestão.

4.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Realizado tipo de pesquisa bibliográfica descritiva de natureza teórica e qualitativa. O método de abordagem hipotético-dedutivo é comumente empregado em pesquisas de natureza teórica e qualitativa, como a pesquisa bibliográfica descritiva. Nesse contexto, os pesquisadores utilizam hipóteses como um ponto de partida para a análise crítica e aprofundada de teorias existentes, buscando ampliar o entendimento de um determinado tópico por meio da dedução lógica e interpretação crítica das fontes bibliográficas.

4.2 GERAÇÃO DE DADOS

O levantamento dos dados foi realizado através de documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias como livros, ensaios, compilações, artigos científicos e consulta com tutores no assunto denominado.

A pesquisa bibliográfica abrangeu uma ampla variedade de fontes, tais quais sendo livros, revistas, artigos realizados por pesquisa. A coleta de dados por meio destes meios gera grande porte de conhecimento e certeza para o que se é repassado a fim de ter experiência por outros estudantes da área, trazendo ideias e métodos já aplicados e comprovados pelos autores citados.

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise de interpretação dos dados foi realizada através do método de abordagem hipotético-dedutivo, e o método de procedimento, denominados também de auxiliares, com caráter instrumental secundário sendo o método histórico que coloca o objeto de pesquisa sob uma perspectiva histórica.

CONCLUSÃO

Em virtude do conteúdo apresentado, o artigo baseia-se em três proponentes circunstanciais, sendo denominados como a liderança, que desencadeia os conteúdos subsequentes de administrador, líder e gestão.

Tais considerações trazem seus aspectos e tem sua importância e o estudo tem como principal objetivo conhecer cada caso apresentado e a garantia de que os mesmos não devem ser confundidos em hipótese alguma.

Em suma, o administrador é essencial para uma organização, porém em meios internos, para realmente administrar a empresa, em cada setor estar envolvido, porém com certa distância, apresentando parâmetros e soluções quantitativas a cada problema que vier a acontecer.

Por conseguinte, o líder, de aspecto fundamental na atualidade, não confundido com o administrador, trabalha junto com o tal, porém com contato mais direto com as pessoas, influenciando-as e motivando-as com cada tarefa e resolvendo empecilhos que venham a acontecer por imprevisto de maneira breve.

A gestão, por abrangência, traz seus métodos de correlacionar o administrador, o líder e fazer com que unidos estes, tragam a maior eficácia para a organização e todos presentes nela, como um todo, tornando um só objetivo em comum: o crescimento.

Interligando esses fatos, conclui-se que o impacto de cada setor, influencia diretamente no serviço e produto prestado. Cada tal impacta seu posterior membro, a liderança mal atuada, impacta na escassez da administração e ser a administração gera maus resultados na gestão.

Cada setor é interligado, baseando-se em logística e a liderança vem como princípio, estabelecendo os parâmetros para cada colaborador e oferecendo o caminho para cada passo que a organização deve de dar com seus colaboradores. Portanto, a verdadeira liderança não se mede pelo poder que você exerce, mas pela capacidade de inspirar, capacitar e elevar aqueles que o rodeiam.

Fatos levantados, pode-se concluir que a liderança bem realizada forma uma nova gestão, criando uma nova empresa, equipe e mudando a comunidade. A liderança não tem impacto apenas no comércio, mas sim em como cada cliente é tratado, levando modificações na vida pessoal dos clientes e também na dos que os rodeiam, abrangendo melhor desenvolvimento da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BERTERO, Carlos Osmar. **O Administrador-Líder**. GV executivo, 2007. 5 p.

BONAMIGO, Flávio Rafael; CASTRO, Nilsandra de; DEBONI, Mirian Aparecida. **Pessoas Inteligência e Rendimentos**. Araguaína: FACDO, 2019. 270 p.

CARVALHO, Francicleide Santos de; SORCI, Paula Augusta Bezerra da Silva; FIGUEIREDO, Giane Lourdes Alves de Souza. **Os Desafios do Administrador Frente às Novas Tendências**. Faculdade de Ciências do Tocantins, 2020. 15 p.

LEAL, Paulo Célio de Souza; MORAES, Daiany Dias de. **Importância do Administrador na Gestão de uma Pequena Empresa**. Gestão & Tecnologia Faculdade Delta, 2021. 13 p.

OLIVEIRA, Benedita Cheliane Barros de. **Modelos para uma Gestão Eficaz: revisão teórica**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 2004. 188 p.

PONTES, Célia Maria. **O Novo Papel da Liderança nas Organizações**. Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2008. 60 p.

PERSPECTIVAS ATUAIS DO MARKETING: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS E SEUS BENEFÍCIOS

Jonas Bordim¹
Antoni Nerone de Aguiar Sartori²
Angela Toebe³
Anderson da Silva Heineck⁴
Rafael Lopes⁵

RESUMO

Esse estudo foi desenvolvido sobre o tema das perspectivas atuais no marketing, ressaltando as principais estratégias e seus respectivos benefícios, uma vez que as ações de marketing são ferramentas importantes que podem ser utilizadas pelas empresas na busca pelo sucesso. Esse artigo descreve e compara abordagens de diversos autores quanto a análise da situação aplicadas ao marketing, apontando seus benefícios. Para tanto, elaborou-se um estudo sobre alguns tópicos como: Marketing, Composto de Marketing, Marketing de Relacionamento, e Fidelização de Clientes. Referente à categorização da pesquisa, é classificada como pesquisa bibliográfica, uma vez que fornece o embasamento em termos de conceitos e teorias sobre marketing. O artigo está estruturado da seguinte maneira: Introdução, desenvolvimento, conclusão e referências. Diante disso, conclui-se que existem muitas estratégias promissoras, de modo que as empresas podem realizar diversas ações por meio das quais seja possível reverter suas fraquezas e ameaças, em forças e oportunidades, de modo a se consolidar e alcançar o sucesso, através de alguns benefícios como a satisfação e consequentemente fidelização de clientes.

Palavras-Chave: Marketing; Estratégias; Benefícios.

ABSTRACT

This study was developed on the topic of current perspectives in marketing, highlighting the main strategies and their respective benefits, since marketing actions are important tools that can be used by companies in the search for success. This article describes and compares different authors' approaches to situation analysis applied to marketing, pointing out their benefits. To this end, a study was prepared on some topics such as: Marketing, Marketing Compound, Relationship Marketing, and Customer Loyalty. Regarding the categorization of the research, it is classified as bibliographical research, as it provides the basis in terms of concepts and theories

¹ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Professor do Curso de Administração, Ciência Contábeis e Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

² Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Docente na FASA, Faculdade Santo Ângelo. antonisartori@gmail.com

³ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). angela.toebe80@gmail.com

⁴ Mestrando pela Universidade Regional Integrada (URI). aheineck@gmail.com

⁵ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Gerente de Recursos Humanos. rafaellopes85@hotmail.com

about marketing. The article is structured as follows: Introduction, development, conclusion and references. In view of this, it is concluded that there are many promising strategies, so that companies can carry out various actions through which it is possible to reverse their weaknesses and threats, into strengths and opportunities, in order to consolidate themselves and achieve success, through of some benefits such as customer satisfaction and, consequently, customer loyalty.

Keywords: Marketing; Strategies; Benefits.

INTRODUÇÃO

O ambiente empresarial, que está se tornando mais rigoroso e competitivo, está impulsionando as organizações a oferecerem serviços de alta qualidade e produtos excepcionais. Nesse contexto, o marketing pode desempenhar um papel crucial ao promover iniciativas que visam não apenas a fidelização dos clientes existentes, mas também a atração de novos clientes para as empresas.

Diante disso, nesse estudo, foi abordado o tema perspectivas atuais do marketing: um estudo sobre as estratégias e seus benefícios. De modo que, o mesmo delimita-se em um estudo das principais ferramentas de marketing utilizadas pelas empresas atualmente no intuito de satisfazer e fidelizar seus clientes. Já o problema da pesquisa é: Quais são as principais vantagens que as empresas podem ter ao adotar uma estratégia de marketing adequada à sua realidade?

Nesse sentido, pode-se citar algumas hipóteses, como o aumento do reconhecimento da marca, engajamento de clientes, crescimento de vendas, adaptação às mudanças do mercado, construção de relacionamentos duradouros, diferencial competitivo e melhoria na comunicação.

O objetivo geral desse trabalho foi abordar as perspectivas atuais do marketing, levantando as principais estratégias utilizadas e seus respectivos benefícios. Já os objetivos específicos são: conhecer o atual processo de marketing que as empresas de modo geral têm à sua disposição; descobrir como as empresas podem melhorar seus relacionamentos com os clientes através do marketing e identificar ações de marketing que possam contribuir para a maior satisfação e fidelização dos clientes.

Quanto a relevância ou justificativa desse trabalho, reside na sua capacidade de aprofundar a compreensão das estratégias de marketing contemporâneas e dos

benefícios associados a elas. Ao fazê-lo, ele oferece contribuições valiosas tanto para a sociedade, ao promover práticas empresariais mais eficazes e relevantes, quanto para a comunidade científica, ao enriquecer o conhecimento sobre as dinâmicas em constante mutação no campo do marketing.

Com relação à metodologia empregada na realização deste estudo, utilizando a abordagem de pesquisa técnica, foram conduzidas pesquisas bibliográficas. Esta escolha metodológica foi pelo fato de que ela desempenha um papel fundamental na investigação científica, permitindo a revisão e análise crítica de fontes confiáveis e estabelecidas. Nesse contexto, foi possível explorar uma ampla gama de materiais, incluindo livros, artigos científicos, relatórios de mercado e estudos de caso relevantes. Essa abordagem possibilitou a coleta de informações robustas e atualizadas sobre as tendências mais recentes em estratégias de marketing, bem como os benefícios que elas oferecem às empresas e à sociedade em geral.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: Introdução, desenvolvimento, conclusão e referências. Na introdução tem a apresentação do tema e sua importância, no desenvolvimento tem a exploração detalhada das estratégias de marketing atuais e seus benefícios, incluindo os seguintes tópicos: Marketing, Composto de Marketing, Marketing de Relacionamento, e Fidelização de Clientes. Já a conclusão, traz a recapitulação dos principais pontos e possíveis implicações futuras. E, nas referências, tem-se a lista das fontes utilizadas nesse artigo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Essa etapa é a seção central do artigo, é caracterizada pela exploração detalhada e análise profunda dos aspectos conceituais mais significativos do assunto em discussão. Aqui, as ideias e teorias que sustentam o tópico (fundamentação teórica) são discutidas em profundidade. Nesse sentido, o autor utilizou-se de referências bibliográficas, levantando informações sobre os seguintes temas: Marketing, Composto de Marketing, Marketing de Relacionamento, e Fidelização de Clientes.

2 MARKETING

O marketing representa a habilidade que as empresas utilizam para transformar seus produtos em algo indispensável para os consumidores, permitindo que alcancem os objetivos da organização. Existem várias definições de marketing, como a citada por Las Casas, que diz que é o campo que engloba todas as ações ligadas às trocas entre as partes, com foco em satisfazer os anseios e necessidades dos consumidores, com o objetivo de atingir metas específicas de uma empresa ou pessoa. Isso é feito levando em conta o ambiente em que atua e o impacto dessas interações no bem-estar da sociedade (Las Casas, 2009).

Atualmente, o marketing se difundiu por várias plataformas, não se limitando apenas à obtenção de produtos e serviços, mas também à promoção individual, atendendo aos anseios e vontades dos consumidores.

Segundo Kotler e Keller, o marketing desempenha cada vez mais “um papel fundamental no enfrentamento de desafios, já que finanças, operações, contabilidade e outras funções organizacionais não terão sentido se não houver uma demanda por produtos que seja suficiente para que a empresa obtenha lucro” (Kotler; Keller, 2012, p. 03).

Toda mercadoria ou serviço tem um valor monetário onde estará inserido o custo de do mesmo, sendo assim cliente no momento da aquisição do produto ou serviço estará repassando ao produtor e proprietário uma quantia para adquirir os bens ou serviço. De acordo com o Dias ao conceituar preço como o valor monetário pago em troca do acesso a um benefício oferecido por um produto ou serviço, percebe-se que ele é influenciado por utilidades, vantagens e características pertinentes às quais o consumidor é sensível, de acordo com sua percepção (Dias, 2003).

O marketing vai além da propaganda; atualmente, abrange um escopo muito mais amplo. Ele é de extrema importância para as empresas, uma vez que através do marketing elas estabelecem comunicação com seus clientes, compreendem suas necessidades e desejos, permitindo a criação de produtos, serviços e atendimento de alta qualidade, alinhados com as preferências do cliente. Portanto, ao discutir

marketing, é essencial considerar seus elementos, conhecidos como os 4P's, que serão explorados na sequência.

3 COMPOSTO DE MARKETING

Quando o assunto é marketing, é crucial destacar elementos específicos conhecidos como os 4 Ps do marketing: o produto a ser vendido, o preço, o local de distribuição e a promoção. De acordo com Moreira,

O composto de marketing, também conhecido como composto mercadológico ou marketing mix, é o conjunto de estratégias usadas - desde a concepção do produto até a sua colocação no mercado – para criar valor e propiciar ao cliente atingir os objetivos de marketing da organização (Moreira, 2007, p. 39).

Através da aplicação desses elementos específicos, os empreendedores têm a capacidade de desenvolver estratégias que tornarão seus produtos ou serviços mais cativantes para o público, resultando em uma maior lucratividade para a empresa. Jerome McCarthy categorizou diversas atividades de marketing em quatro amplas ferramentas, chamadas de os quatro Ps do marketing: produto, preço, praça (ou distribuição) e promoção. No entanto, Kotler e Keller ainda afirmam que,

Em virtude da abrangência, complexidade e riqueza do marketing – como exemplifica o marketing holístico – claramente esses quatro Ps não representam mais todo o cenário. Se os atualizarmos para que reflitam o conceito de marketing holístico, obteremos um conjunto mais representativo que envolverá as realidades do marketing moderno: pessoas, processos, programas e performance (Kotler; Keller, 2012, p. 23).

Segundo Las Casas, vários autores têm buscado adaptar os quatro Ps para modelos como os seis Ps, oito Ps ou os quatro Cs, argumentando que a abordagem de comercialização evoluiu devido às mudanças no cenário empresarial. Com a crescente concorrência e consumidores cada vez mais exigentes, surgiram novas tendências na forma de utilizar essas ferramentas. Essa evolução é fundamental, pois essas abordagens se ajustam de maneira mais frequente às necessidades das empresas no ambiente comercial em constante transformação (Las Casas, 2009).

Entender os desejos e atender às necessidades dos clientes é o cerne para desenvolver uma estratégia que determinará qual produto será oferecido, a que preço, em que local e com que promoções para atrair os consumidores.

Um produto é um objeto que pode ser comprado e vendido em troca de dinheiro, com seu valor podendo flutuar de acordo com o grau de conhecimento que os consumidores têm sobre ele. Em termos mais simples, ele abrange o que os profissionais de marketing disponibilizam para seus clientes, o que inclui não apenas o próprio item, mas também os serviços que vêm com a sua aquisição, formando um conjunto chamado de benefício.

Bem é um objeto físico que pode ser comprado. Um rádio, uma casa e um carro são exemplos de bens. Serviço é uma ação ou atividade desenvolvida para terceiros em troca de remuneração. Advogados, encanadores, professores e motoristas de táxi prestam serviços. O termo produto refere-se tanto a bens como a serviços. Os profissionais de vendas começaram vendendo bens e passaram a vender bens e serviços, e, agora, a vender serviços com valor agregado. O valor agregado refere-se aos benefícios recebidos, os quais não estão incluídos no preço de compra daquele bem ou serviço (Futrell, 2003, p. 37).

No que diz respeito à adaptação do produto, isso implica em fazer modificações no produto para satisfazer condições ou preferências específicas de determinadas regiões. Enquanto os produtos frequentemente são ajustados para atender aos gostos e preferências locais, em certas situações, é necessário considerar também superstições e crenças culturais locais para essa adaptação.

Produtos e serviços precisam corresponder aos anseios e necessidades dos consumidores, podendo se destacar por sua inovação ou pela oferta de vantagens, sendo capazes de satisfazer e contribuir para o bem-estar do cliente.

No contexto de preço, isso remete diretamente a um valor monetário, ou seja, quanto dinheiro será necessário para adquirir um produto ou serviço. Essa quantia representa o montante a ser desembolsado para obtê-lo.

O preço representa o custo monetário do produto, a quantidade de dinheiro que os consumidores têm de pagar para adquiri-lo. Para o profissional de vendas, o preço permite expressar o valor do produto e gerar receita. Já para o consumidor, o preço é um padrão de medida usado para julgar o valor e o potencial de satisfação (Moreira, 2007, p. 43).

O preço engloba todos os custos agregados pelo fabricante do produto ou prestador do serviço, juntamente com a margem de lucro. Segundo Futrell, “[...] esse processo implica estabelecer o preço normal do produto e os possíveis descontos especiais de preço. Uma vez que o preço do produto costuma ser fundamental para os clientes, ele é uma parte importante do composto de marketing” (Futrell, 2003, p. 38).

O preço possui um valor significativo para o consumidor e é uma variável altamente flexível, já que há situações em que é necessário ajustá-lo para evitar perdas. Segundo Dias,

Em inúmeras pesquisas já realizadas com consumidores, verificamos que o preço é o principal atributo considerado pelo cliente para a escolha da loja onde fará suas compras. Mesmo para consumidores de classe mais elevada, a escolha entre lojas do mesmo padrão e que atendam às suas expectativas recai, muitas vezes, sobre o preço. Naturalmente, quanto mais diferenciada e especializada for a linha de produtos da loja, menor tenderá a ser a importância dada ao preço (Dias, 2003, p. 161).

Dessa maneira, é responsabilidade do consumidor optar entre um produto de preço mais baixo ou mais alto, pois há diversos fatores por trás do valor, como a influência da mídia, o tempo de presença no mercado e uma qualidade superior.

A distribuição é o lugar onde o produto ou serviço será vendido. É nesse ponto que ocorrerá a divulgação e apresentação do produto, tornando-o mais acessível ao seu público-alvo. De acordo com Moreira,

A palavra praça ou distribuição pode assumir dois sentidos. O primeiro está diretamente ligado ao planejamento de marketing, ou seja, definir qual a melhor forma para que o consumidor tenha acesso aos produtos e aos serviços da empresa. O segundo sentido diz respeito a atividade de tempos e movimentos – movimentação e armazenagem de cargas dentro de uma empresa – e envolve decisões como as seguintes: qual é a melhor forma de movimentar estoques? e qual é a melhor maneira de operacionalizar esses fatores? Ao conjunto de todas as atividades que estejam envolvidas com tempos e movimentos de produtos e serviços damos o nome de logística. Devido a seu impacto direto no custo dos produtos, os estudos logísticos contam com o envolvimento de diversas áreas dentro de uma empresa, como a industrial, a de marketing e a de venda (Moreira, 2007, p.45).

O gerente de marketing é encarregado de determinar o método mais adequado para a distribuição do produto. A distribuição abrange o arranjo do canal utilizado para

transportar os produtos da empresa aos seus consumidores. É crucial que o produto esteja disponível para os clientes em locais convenientes e acessíveis. Conforme indicado por Dias,

Para a escolha do ponto, o varejista deve conhecer muito bem a região em que a loja será aberta. Estudos especializados devem estimar o desempenho potencial da loja com base em dados como: perfil de clientes na região, poder aquisitivo, número de habitantes, concorrentes, hábitos de compras, lojas que costumam frequentar (Dias, 2003, p. 160).

Na tomada de decisões sobre onde comercializar um produto ou serviço de forma mais lucrativa, é vital considerar fatores como potenciais clientes locais, faixa etária, perfil, capacidade financeira e a presença de concorrentes nas proximidades. Esses são alguns dos aspectos que requerem pesquisa.

A promoção visa aumentar as vendas de um produto ou serviço específico. Isso implica em tornar o produto mais atrativo para o consumidor, despertando o interesse do cliente e gerando um impulso nas vendas. Conforme definido por Moreira, a promoção refere-se a:

Promoção refere-se a informar, persuadir e influenciar as pessoas na escolha de produtos, conceitos ou ideias. O composto promocional envolve propaganda – com seus anúncios impressos (outdoors, revistas, jornais) e eletrônicos (rádio, televisão) -, promoção de vendas, relações públicas e venda pessoal. Propaganda é a técnica de criar opinião pública favorável a um determinado produto, serviço. Instituição ou ideia, tendo em vista orientar o comportamento humano das massas num determinado sentido (Moreira, 2007, p. 45).

As empresas têm a opção de aplicar as mesmas estratégias de publicidade e promoção usadas no mercado doméstico ou adaptá-las para se ajustar ao mercado local. Esse processo é chamado de adaptação da comunicação. No caso em que a empresa adapta tanto o produto quanto a comunicação, isso é conhecido como adaptação dual.

Portanto, a promoção é o elemento do composto de marketing que tem o propósito de aumentar as vendas da empresa, transmitindo informações sobre o produto para os potenciais clientes. Ela exerce um impacto substancial nas vendas dos produtos da empresa, já que possibilita que os clientes estejam cientes das

vantagens e benefícios que o produto oferece, desde descontos até vantagens como viagens e prêmios.

4 MARKETING DE RELACIONAMENTO

O marketing de relacionamento é a ferramenta utilizada pelas organizações para construir a fidelização e a retenção dos clientes. É através do marketing de relacionamento que são implementadas as ações de marketing destinadas a satisfazer as necessidades dos clientes e assegurar a sua lealdade contínua à empresa.

Conforme Gordon, o marketing de relacionamento é um processo contínuo que envolve a identificação e a criação constante de novos valores com os clientes. Isso é seguido pelo compartilhamento desses benefícios durante o período de colaboração (Gordon, 2002).

Um dos principais objetivos do marketing é, cada vez mais, desenvolver relacionamentos profundos e duradouros com todas as pessoas ou organizações que podem, direta ou indiretamente, afetar o sucesso das atividades de marketing da empresa. O marketing de relacionamento tem como objetivo construir relacionamentos de longo prazo mutuamente satisfatórios com seus componentes-chave, a fim de conquistar ou manter negócios com eles (Kotler; Keller, 2012, p. 18).

Estabelecer relações com os clientes é de vital importância para a estabilidade de uma organização. O ato de ouvir os clientes e atender às suas demandas assegura a continuidade dessa relação.

Para compreender o marketing de relacionamento com o consumidor, é necessário analisar o processo envolvido em sua atração e manutenção. Isso começa com os consumidores em potencial, ou seja, todos aqueles que podem adquirir o produto ou serviço. A empresa então trabalha para identificar os consumidores potenciais, que são os clientes com um forte interesse no produto e nas condições de compra.

Dentro desse contexto, é crucial que o produto ou serviço consiga atrair os consumidores de maneira eficaz, criando uma necessidade neles que os leve a se tornarem clientes fiéis à empresa.

Dentro desse cenário, Moreira destaca a importância de cultivar confiança junto aos clientes: “Pelo modo de agir, os bons vendedores passam a inspirar confiança. Eles devem ter atitudes honestas e éticas, não contar fatos da empresa para os concorrentes, devendo ainda ser coerentes em suas atitudes, praticando o que dizem” (Moreira, 2007, p. 85).

Para a efetividade do marketing de relacionamento, é essencial estabelecer uma conduta ética que sustente uma relação saudável com o cliente. A obtenção de feedback por parte do cliente é crucial para promover uma melhoria contínua dentro da organização. Esse processo permite aperfeiçoar e ajustar os processos de maneira adequada, garantindo a satisfação das necessidades dos clientes.

5 FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES

Atualmente, as empresas têm como meta a fidelização de seus clientes. Para atingir esse objetivo, elas adotam inovações e buscam constantemente maneiras novas de satisfazer e manter os clientes. Nesse esforço contínuo, algumas abordagens cativam os clientes, enquanto outras resultam em frustração. Através da fidelização de clientes, as empresas conseguem não somente reter clientes existentes, mas também atrair novos.

O marketing de fidelização ou de retenção é o primeiro nível do marketing de relacionamento. É definido como a estratégia para fidelizar ou reter o cliente por meio de ações integradas, sistemáticas e contínuas de comunicação e promoção, gerando frequência e repetição de compra por parte dos clientes e recompensando-os por isso. É a estratégia mais adequada para ativar e reter segmentos de clientes selecionados, cujo potencial de negócios poderá ou não evoluir ao longo do tempo (Dias, 2003, p. 7).

Para se manter competitivas no mercado, as empresas precisam compreender as necessidades dos clientes. O tratamento dos clientes como indivíduos significativos para a empresa é essencial: responder às suas perguntas, solucionar suas dúvidas e assegurar a satisfação na transação de vendas.

Anteriormente, as empresas presumiam que seus consumidores eram fiéis, devido à falta de opções de fornecedores ou à baixa qualidade dos serviços oferecidos pelos concorrentes. Às vezes, o crescimento acelerado do mercado fazia com que as

empresas não acompanhassem essa expansão, negligenciando a satisfação do cliente. Contudo, o custo para atrair novos clientes supera o custo de manter a satisfação dos clientes existentes com a empresa.

Kotler afirma que, “[...] os clientes de hoje são mais difíceis de agradar. São mais inteligentes, mais conscientes em relação aos preços, mais exigentes, perdoam menos e são abordados por mais concorrentes com ofertas iguais ou melhores” (Kotler, 2008, p. 68).

Hoje em dia, os clientes estão melhor informados e conquistá-los é um desafio crescente. Por isso, é essencial manter um relacionamento próximo com eles e oferecer atendimento altamente personalizado. Essa abordagem individualizada é estabelecida ao longo do tempo e requer uma equipe de vendas perspicaz.

É necessário que a administração tome cuidado especial em preparar seus vendedores, uma vez que são de importância vital para o sucesso da empresa, em longo prazo, por estarem em permanente contato com os clientes que, se bem atendidos, por uma força de vendas capacitada, retornarão e indicarão outros clientes (Las Casas, 2009, p. 219).

A retenção de clientes abrange todos os setores da empresa e não está restrita apenas a cargos hierárquicos específicos dentro da organização. Não deve haver preferência por clientes que comprem mais ou menos frequentemente; um atendimento de qualidade deve ser oferecido a todos os clientes, independentemente da frequência de compra. Um cliente que está contente e leal a uma marca ou empresa é um valioso ativo intangível para qualquer organização. Isso ocorre porque um cliente satisfeito tende a compartilhar sua experiência com aproximadamente outras cinco pessoas, gerando um efeito multiplicador eficaz.

Para cultivar a fidelidade dos clientes, uma empresa precisa oferecer produtos de alta qualidade que atendam às suas necessidades. Além disso, um atendimento excepcional é crucial para que os clientes se sintam valorizados e especiais.

6 METODOLOGIA

A metodologia apresenta as técnicas utilizadas para desenvolver a pesquisa, sendo que as etapas de desenvolvimento são categorização da pesquisa, geração de dados, análise e interpretação dos dados, análise dos resultados.

6.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo é categorizado quanto à sua natureza como uma pesquisa teórica empírica e explicativa, buscando ampliar o conhecimento sobre o marketing e sua criação na prática.

Quanto à forma de abordagem foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois envolve a percepção como experiência prática de autores especializados no segmento.

Sobre os objetivos propostos este trabalho adota as pesquisas exploratória; descritiva e explicativa. A pesquisa tem aspecto exploratório por buscar informações sobre o tema tendo embasamento bibliográfico com diversos autores, para obter um melhor entendimento do assunto estudado, caráter descritivo por apresentar como está sendo feito atualmente o marketing.

Quanto aos procedimentos utilizados para o desenvolver da pesquisa é considerada como pesquisa bibliográfica pois buscou-se obras, livros, revistas e artigos de autores renomados no assunto. A pesquisa também é considerada explicativa, pois realizou-se a junção dos conhecimentos buscados e relatados de forma acessível em relação a interpretação.

6.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados foram gerados no período de agosto a novembro de 2023 por meio da documentação indireta, através de pesquisas em sites relacionados ao tema de marketing. Procurou-se realizar uma abordagem sobre o tema em proporcionar à construção deste artigo.

6.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Para analisar e interpretar os dados do presente estudo utilizou-se o método de abordagem dedutivo, pois teve foco primeiramente na pesquisa bibliográfica documental e a partir da compreensão destes realizou-se o estudo de caso.

7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste artigo, sobre as perspectivas atuais do marketing, centrado nas estratégias e seus benefícios, pode-se perceber a rápida evolução do marketing digital como uma força motriz para o sucesso empresarial. Nesse contexto, a análise das estratégias eficazes de marketing digital, como campanhas nas redes sociais e a otimização de mecanismos de busca, pode revelar insights valiosos sobre como as empresas estão capitalizando as oportunidades online para aumentar a visibilidade da marca e melhorar o engajamento do cliente.

Além disso, o estudo pode abordar a crescente importância da personalização nas estratégias de marketing, explorando como as organizações estão utilizando tecnologias avançadas, como *machine learning*, para entender e atender às preferências individuais dos consumidores. A adaptação das estratégias de marketing para incorporar elementos personalizados não apenas fortalece o relacionamento entre marca e cliente, mas também pode impactar positivamente a fidelidade do consumidor.

O artigo também aprofundou a interseção entre estratégias de marketing e responsabilidade social, destacando como as empresas estão cada vez mais incorporando valores éticos e práticas sustentáveis em suas abordagens de marketing. Isso não só ressoa com os consumidores preocupados com a responsabilidade social, mas também pode ter implicações positivas na construção de uma imagem de marca sólida e duradoura. Portanto, ao analisar essas perspectivas atuais do marketing, o artigo pode oferecer uma visão abrangente das estratégias em evolução e dos benefícios tangíveis que as empresas estão colhendo nesse cenário dinâmico.

CONCLUSÃO

Através deste trabalho foi possível pesquisar e conseqüentemente analisar as perspectivas atuais do marketing, encontrando algumas das melhores estratégias e também seus respectivos benefícios.

O objetivo geral desse trabalho foi abordar as perspectivas atuais do marketing, levantando as principais estratégias utilizadas e seus respectivos benefícios. Já os objetivos específicos eram: conhecer o atual processo de marketing que as empresas de modo geral têm à sua disposição; descobrir como as empresas podem melhorar seus relacionamentos com os clientes através do marketing e identificar ações de marketing que possam contribuir para a maior satisfação e fidelização dos clientes.

Sobre cada um dos objetivos específicos, no primeiro deles, descobriu-se que as empresas dispõem de uma ampla gama de estratégias de marketing, incluindo abordagens digitais e tradicionais, que envolvem análise de dados para ajustes contínuos. Sobre o segundo, melhorar relacionamentos com clientes via marketing envolve personalização, compreensão das necessidades, segmentação de mercado, atendimento de qualidade e experiências positivas. E em relação ao terceiro objetivo específico, as ações de marketing para maior satisfação e fidelização de clientes incluem programas de fidelidade, interação nas redes sociais, atendimento eficiente, soluções personalizadas e qualidade de produtos/serviços. Ouvir feedback e responder adequadamente é crucial.

Em resposta ao problema da pesquisa, e também em relação às hipóteses desse trabalho, adotar uma estratégia de marketing personalizada às características da empresa oferece diversas vantagens. Primeiramente, essa abordagem possibilita uma melhor conexão com o público-alvo, pois a compreensão das necessidades e preferências dos consumidores permite o desenvolvimento de campanhas mais relevantes e eficazes.

Além disso, a estratégia bem executada aumenta a visibilidade e o reconhecimento da marca no mercado, contribuindo para a confiança e preferência dos consumidores. A eficácia da estratégia se reflete no aumento das vendas e receitas, resultado do direcionamento assertivo ao público e da comunicação persuasiva dos benefícios do produto. A estratégia também direciona esforços para a

fidelização de clientes, através de campanhas de retenção, valor contínuo e atendimento excepcional.

Outro benefício é a obtenção de vantagem competitiva ao destacar os pontos fortes exclusivos da empresa. A alocação eficiente de recursos em canais e táticas relevantes otimiza investimentos e maximiza resultados. A adaptação contínua da estratégia com base em pesquisas de mercado aprofundadas e tendências setoriais permite maior compreensão do mercado e dos clientes. A inovação é incentivada, identificando oportunidades para novos produtos ou abordagens. A comunicação interna é fortalecida, alinhando as equipes em direção aos objetivos da empresa.

Métricas de desempenho mensuráveis facilitam a análise de resultados, impulsionando decisões informadas.

Em resumo, uma estratégia de marketing bem ajustada é vital para o sucesso sustentável, fortalecendo a marca e construindo relações lucrativas e duradouras com os clientes.

REFERÊNCIAS

DIAS, Sergio Roberto. **Gestão de Marketing**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FUTRELL, Charles M; **Vendas: Fundamentos e Novas Práticas de Gestão**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GORDON, I. **Marketing de Relacionamento**. São Paulo: Futura, 2002.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing: conceitos, exercícios, casos**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOREIRA, Julio Cesar Tavares. **Administração de Vendas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

POSSIBILIDADES DE EXERCÍCIO DA RAZÃO HUMANA: DESDOBRAMENTOS NAS RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS E COM O AMBIENTE NATURAL

Alana Vitória Kremer Maliscewski¹
Maria Eduarda Weyer Rolin²
Tatiane Hermann Fiepke³
Mário José Puhl⁴

RESUMO

Este trabalho elenca as possibilidades do exercício da racionalidade humana e de seus possíveis desdobramentos nas relações intersubjetivas, na vida pública e com o ambiente natural. Objetiva-se caracterizar a razão instrumental, crítica e dialógica e apresentar os possíveis desdobramentos destas para as relações humanas e com o ambiente natural. Tem-se como problema de pesquisa o que caracteriza as racionalidades humanas e quais as consequências destas para as relações intersubjetivas e com o ambiente natural. O percurso metodológico pauta-se no método de abordagem dedutivo, nos métodos de procedimento bibliográfico, com tratamento qualitativo dos dados, de natureza básica, com fins explicativos. Fundamentado na Escola de Frankfurt, entende-se a razão instrumental o uso desta com a finalidade de estabelecer um controle sobre a Natureza, a sociedade e a cultura; a razão crítica aquela que analisa os limites da razão instrumental e aponta para a perspectiva da transformação social e a emancipação humana; a razão dialógica aquela emerge do diálogo entre os membros de uma comunidade argumentativa, com vistas ao entendimento a partir de argumentos e a observação de regras. As relações humanas pautadas pela lógica da razão instrumental buscam efetivar o controle, a exploração e a dominação de uma parte da sociedade sobre os demais e a Natureza é colocada à serviço dos interesses humanos. As relações intersubjetivas, referenciadas na razão crítica e dialógica, intentam constituir referenciais democráticos, dialógicos, a partir da participação de todos, a partir dos entendimentos produzidos, pelo melhor argumento, pautadas em regras fruto dos acordos democraticamente estabelecidas.

Palavras-chave: Razão crítica; Razão Instrumental; Razão Dialógica; Intersubjetividade.

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. alanavitoriakremer@icloud.com

² Acadêmica do Curso de Direito – 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. duda.mewe@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito – 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. taty.hermannfiepke@gmail.com

⁴ Doutor em Educação nas Ciências – UNIJUI. Orientador. Professor nas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. mariopuhl@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em vários períodos da história da existência humana e da Filosofia, produziram-se compreensões relativos à uma das capacidades humanas, a racional. Debateu-se se os humanos já nascem com a capacidade de pensar ou se esta habilidade necessita ser constituída ao longo da vida. Derivam-se desta problemática as teorias do inatismo, a qual afirma que os humanos nascem com esta capacidade; a teoria do empirismo que compreende que os humanos necessitam aprender, pela experiência, tudo ao longo da vida; a teoria do apriorismo, a qual sustenta que a fonte dos conhecimentos é a experiência, mas que os humanos necessitam de um estrutura mental desenvolvida, anterior à experiência e inata, para compreender e organizar os dados dos sentidos, a qual é universal; a razão dialógica, a qual emerge da vontade dos indivíduos em dialogar, em uma comunidade argumentativa, pautados em regras; e a razão histórica, a qual sustenta que a mudança, a transformação da razão e de seus conteúdos é obra racional da própria razão.

Tendo presente esta diversidade de entendimentos relativos à razão humana, depreendem-se alguns questionamentos. Se cada teoria filosófica, em sua respectiva época, elaborou uma compreensão distinta da outra, o que se busca afirmar quando se emprega o conceito de razão? Há sentido em afirmar esta dimensão humana, em contextos de guerras, conflitos de toda ordem, de destruição ambiental e de negação do conhecimento produzido por esta capacidade humana?

É objetivo deste trabalho é o de explicitar as compreensões da razão instrumental, da razão crítica e da razão dialógica, fundamentado em pensadores da Escola de Frankfurt, sobre as principais consequências da razão instrumental e da razão dialógica para as relações intersubjetivas, em espaços públicos, e das relações humanas com o ambiente natural.

O trabalho está organizado em três capítulos, sendo o primeiro caracteriza a razão instrumental. O segundo aborda a razão crítica e o terceiro versa sobre razão dialógica e os desdobramentos desta nas relações humanas intersubjetivamente e destas com o ambiente natural.

1 A RAZÃO INSTRUMENTAL

Inicia-se, este capítulo do trabalho, com a caracterização de razão e defende-se a necessidade de afirmar esta capacidade humana, pois configura um dos pilares da cultura do mundo ocidental, especialmente no âmbito das ciências. Ou seja, “[...] a realidade, o mundo natural e cultural, os seres humanos, suas ações e obras têm sentido e esse sentido pode ser conhecido. É o ideal do conhecimento objetivo que que é conservado [...]”, argumenta Chauí (1997, p. 86). Em segundo lugar, apesar dos questionamentos à razão ou a capacidade dos humanos deliberar e agir, pautados na razão, é razoável afirmar esta dimensão humana para não se cair na postura dogmática ou cética.

A palavra razão, no contexto da cultura do mundo ocidental, conforme o entendimento de Chauí, (1997, p. 59), tem a sua origem na expressão grega *logos* e na palavra latina *ratio*. Estas duas palavras podem ser traduzidas para a língua portuguesa por contar, reunir, medir, juntar, calcular, separar. Portanto, são ações mentais e práticas realizadas pelos humanos. Pensa-se e age-se de forma ordenada, pensada. Nesta linha de pensamento, razão significa:

[...] pensar e falar ordenadamente, com medida e proporção, com clareza e de modo compreensível para os outros. Assim, na origem, é a capacidade intelectual para pensar e exprimir-se correta e claramente, para pensar e dizer as coisas tais como são. A razão é uma maneira de organizar a realidade pela qual esta se torna compreensível. É, também, a confiança de que podemos ordenar e organizar as coisas porque são organizáveis, ordenáveis, compreensíveis nelas mesmas e por elas mesmas, isto é, as próprias coisas são racionais (Chauí, 1997, p. 59).

Abbagnano (2012, p. 969-970), define que esta categoria conceitual possui quatro significados fundamentais, os quais são os seguintes: “1º Referencial de orientação do homem em todos os campos em que seja possível a indagação ou a investigação. [...]. 2º Fundamento ou R. de ser. [...]. 3º Argumento ou prova. [...]. 4º Relação, no sentido matemático. [...]”

A denominação de razão instrumental é oriunda da teoria crítica. A Escola de Frankfurt, uma escola alemã de Filosofia, trabalha com uma concepção de

conhecimento denominada de Teoria Crítica. Esta teoria epistemológica caracteriza duas formas ou maneiras de razão: a razão instrumental e a razão crítica.

A razão instrumental é a razão técnico-científica, que faz das ciências e das técnicas não um meio de liberação dos seres humanos, mas um meio de intimidação, medo, terror e desespero. Ao contrário, a razão crítica é aquela que analisa e interpreta os limites e os perigos do pensamento instrumental e afirma que as mudanças sociais, políticas e culturais só se realizarão verdadeiramente se tiverem como finalidade a emancipação do gênero humano e não as ideias de controle e domínio técnico-científico sobre a Natureza, a sociedade e a cultura (Chauí, 1997, p. 50).

Os teóricos da Teoria Crítica entendem que a razão técnico-científica se coloca à serviço e dos interesses da exploração dos humanos, da dominação e da violência e a razão crítica evidencia e expressa as contradições e as ambivalências da razão instrumental, bem como os conflitos sociais e políticos presentes nas sociedades, com a expectativa de seu enfrentamento e possível superação.

Parece que, enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte do pensamento e da atividade do homem, sua autonomia como indivíduo, sua capacidade de resistir ao crescente aparato de manipulação de massa, seu poder de imaginação, seu juízo independente, são aparentemente reduzidos. O avanço nos meios técnicos de esclarecimento é acompanhado por um processo crescente de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o próprio objetivo que ele supostamente deveria realizar – a ideia de homem (Horkheimer, 2015, *apud* Lunardelli; Maia, 2022, p. 5).

Dessa forma, razão instrumental é a capacidade de pensar e chegar a conclusões através da atividade mental. Uma forma de exercício da atividade racional com vistas à satisfação das necessidades biológicas e culturais. Percebe os mundos de uma forma técnica e pragmática. “Muitos consideram a razão instrumental como uma razão que não passa por reflexão, tratando-se de uma forma de razão em que são os objetivos quem determinam o raciocínio do ser humano” (Equipe, 2019, p. 2).

O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las (Adorno; Horkheimer, 1986 *apud* Silva, 1997, p. 5).

A razão instrumental está ligada à razão subjetiva. Consiste em um planejamento para atingir determinados fins ou o interesse próprio. Nesse sentido, a razão subjetiva e a instrumental são voltadas a autopreservação. Busca a dominação da natureza, dos indivíduos e da natureza indivíduo, segundo a Equipe editorial de conceito (2019) e na sociedade burguesa há um crescente predomínio da razão instrumental.

Podemos citar dois exemplos de razão instrumental, que são dois elementos segundo a Equipe editorial de conceito (2019): o ego abstrato, que é a tentativa de tentar sempre transformar tudo para sua preservação; e, uma natureza vazia, algo a ser dominado e não tem nenhuma finalidade a não ser sua própria dominação.

Como desdobramento da lógica da razão instrumental, nas relações intersubjetivas e das relações humanas com o ambiente natural, está na tomada de decisão, por parte do sujeito do conhecimento, de que conhecer é dominar e controlar a natureza, os indivíduos e a sociedade, utilizando-se de distintos mecanismos, dentre os quais encontra-se o ordenamento jurídico.

2 A RAZÃO NA PERSPECTIVA CRÍTICA

Esta seção do trabalho aborda a teoria crítica¹. *A priori*, é necessário frisar o que é uma teoria. Teoria é uma hipótese que compreende determinado fenômeno. Portanto, podemos começar a explicar sobre a razão crítica e após ressaltar a sua relação ou interface com o Direito ou outras áreas do conhecimento humano.

O contexto histórico da época na qual os filósofos elaboraram a teoria da razão crítica é pertinente para o entendimento das ideias produzidas, qual seja, da emergência e afirmação do nazismo e da Segunda Guerra Mundial e de seus desdobramentos. A teoria, portanto, crítica valoriza a especialização em seus

¹ Ao se empregar esta categoria conceitual, intenta-se superar percepções do senso comum de que toda a crítica é negativa, de visão dualista ou binária. Para realizar uma crítica, seja de um texto ou conduta humana, há que se ter presente um parâmetro ou critério científico. Criticar é realizar uma análise criteriosa a partir de um parâmetro científico e não de um juízo de valor ou critério moral. "Etimologicamente, **crítica** provém do verbo grego *krinein*, cujo primeiro sentido é 'separar para distinguir' o que há de característico e constitutivo. Essa separação distinta se exerce, remontando à ordem dos fundamentos constituintes e por isso elevando-se a uma ordem superior, à originária" (Leão, 1977, p. 164).

aspectos positivos e contribui para diversas áreas, como a economia, psicologia, ciência política e o direito.

2.1 A ESCOLA DE FRANKFURT

A Escola de Frankfurt foi fundada na década de 1920 e é a responsável pela criação da teoria crítica, menciona Cotrim (2006)¹. *A priori*, é necessário frisar que a Escola de Frankfurt foi um movimento social, político e filosófico que visava a transformação social. Ela era composta por um grupo de pensadores do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, vinculado à Universidade de Frankfurt, da Alemanha.

A Escola de Frankfurt concentrou seu interesse na análise da sociedade de massa, termo que busca caracterizar a sociedade atual, na qual o avanço tecnológico é colocado a serviço da reprodução da lógica capitalista, enfatizando o consumo e a diversão como formas de garantir o apaziguamento e a diluição dos problemas sociais (Cotrim, 2006, p. 223).

O Instituto estudava as dinâmicas das mudanças sociais para melhorar o entendimento sobre a sociedade. Dessa forma, integrava todos os principais estudos da ciência social como geografia, economia, história, política, antropologia e psicologia. Os integrantes da Escola de Frankfurt eram estudiosos dessas áreas.

O Instituto era composto por judeus e marxistas e por esse fato se retirou da Alemanha por conta da Segunda Guerra Mundial e da política nazista de Hitler. Se estabeleceu na Suíça e após o fim da Segunda Guerra Mundial, nos anos de 1950-1951, o Instituto Social retornou para a Alemanha e se reestabeleceu em Frankfurt, foi quando foi elaborada a teoria crítica, a qual teve como expoente Horkheimer e Adorno, escreve Freitag (1994). A teoria crítica da sociedade é uma expressão com a qual se busca designar

¹ De acordo do Cotrim (2006), a produção intelectual da Escola de Frankfurt é conhecida como teoria crítica. As bases teóricas desta teoria encontram-se na teoria marxista, na teoria freudiana e os pensamentos de Hegel, Kant, Max Weber. Os principais pensadores que integraram esta Instituição são Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Erich Fromm e Jürgen Habermas.

[...] o trabalho amplo e coeso de análise interdisciplinar realizado pelo diversificado grupo de filósofos, sociólogos, economistas, juristas, politicólogos e psicólogos reunidos em torno do 'Instituto para a pesquisa social de Frankfurt', da década de 1920 à de 1970. Os expoentes internacionalmente mais conhecidos da T. crítica, que passou à história com a denominação de 'Escola de Frankfurt', são M. Horkheimer (1895-1972), Th. W. Adorno (1903-1969) e H. Marcuse (1898-1979). No plano filosófico, a Escola de Frankfurt é substancialmente uma doutrina crítica da sociedade presente, à luz do ideal dialético de uma humanidade futura que seja livre e desalienada, vale dizer, uma forma de pensamento negativo tendente a desmascarar as contradições do *status quo* (Abbagnano, 2012, p. 1127-1128).

A teoria crítica surge com questões que criticam e questionam a teoria tradicional. Então, para a teoria crítica, a classificação própria das ciências naturais (vista como análises sociais nessa teoria) direciona a investigação, de que compreender a sociedade, como dividida em classes, seja a forma de compreender a complexidade de seu funcionamento interno. Dessa forma nasce a teoria crítica com a Escola de Frankfurt, na década de 1920. Portanto, existe um contraste entre essas duas teorias. A crítica tem a pretensão de trazer mudanças à sociedade através dos seus questionamentos. A tradicional tem a pretensão de somente explicar e entender a sociedade (Carnaúba, 2010).

[...] do ponto de vista histórico, o projeto da T. crítica define-se em relação a alguns acontecimentos nodais do século XX: *a*) a crise econômica de 1929 e a afirmação do capitalismo de Estado; *b*) o triunfo do fascismo e do nazismo; *c*) a ascensão de Stalin e a progressiva burocratização do comunismo soviético; *d*) o advento da sociedade industrial avançada. Acontecimentos que são interpretados como manifestações diferentes da mesma racionalidade 'iluminista' que caracteriza o Ocidente e a sua lógica de domínio (Abbagnano, 2012, p. 1128).

Conforme o entendimento de Gomes (2012), a teoria crítica, surgiu em 1937 com a publicação do artigo intitulado Teoria tradicional e Teoria crítica de Horkheimer. A teoria crítica, em seu significado mais exato, é emancipatória, ou seja, busca a liberdade da sociedade. Dessa forma, a teoria é crítica no sentido em que busca uma sociedade livre, que atenda a demanda de todos e resolva os seus problemas de forma racional. E a forma que a sociedade poderia ser transformada, segundo Horkheimer, é através do conhecimento e reflexão sobre as relações sociais.

Esse imperativo crítico-emancipatório se tornou a marca da teoria crítica. No ano de 1947, Horkheimer e Adorno publicaram a obra *Dialética do Esclarecimento*, que mudou a orientação do sentido da teoria crítica. O livro foi baseado em um estudo dos autores, a partir da investigação específica sobre os processos racionais que estruturavam a sociedade, no contexto da década de 1940. Portanto, o que fica claro é que a teoria crítica serve para orientar a sociedade por uma ação que resultará na liberdade (Gomes, 2012).

Segundo Gomes (2012), Adorno, Horkheimer e Marcuse entendem que o modo de produção capitalista configura um retrocesso da razão crítica. Esse fato se dá porque os autores em questão, inspirados no pensamento Marx, filósofo socialista alemão, acreditavam que o capitalismo avançado havia conseguido liquidar as forças que causariam o colapso da teoria crítica e também da sociedade. Dessa forma, acreditavam que não poderia mais haver uma Revolução para transformar o capitalismo – causador da desigualdade social e tantos outros problemas – em socialismo – possível solução para o fim dos problemas da sociedade. O proletariado não teria mais consciência para realizar tal ato pois já estaria imergido no capitalismo que, por fim, acabou com a razão crítica (Gomes, 2012).

2.2 A TEORIA CRÍTICA E O MUNDO DO DIREITO

A teoria crítica contribui com o Direito no campo da produção do conhecimento teórico e científico. Dessa forma, a teoria faz uma análise da configuração histórico-social específica que contribuiu para a formulação das teorias do Direito e, também, na explicação do fenômeno jurídico. Além disso, a teoria, através da crítica, exerce mudanças na realidade social, argumentam Bello e Engelmann (2015).

O direito necessita de mudanças quanto à sua estrutura e os processos cognitivos, e assim a teoria crítica contribuiu e contribui nesse processo. Portanto, o Direito muda também, e passa a se preocupar mais com as diversas situações que ocorrem na sociedade, mudando, dessa forma a legislação e a estrutura do Direito em si (Bello; Engelmann, 2015).

3 A RAZÃO DIALÓGICA

O debate sobre o referido tema aconteceu na segunda geração da Escola Frankfurt, com uma contribuição ímpar do filósofo alemão Jürgen Habermas. Para este autor, as pessoas possuem o direito à participação direta no debate de ideias relativas aos assuntos públicos, no qual ocorre a troca de conhecimentos com vistas à construção de acordos, pelos melhores argumentos, no ambiente de regras prévias que garantem este entendimento, escreve Carrasco (2019).

A organização do pensamento e a fala dos sujeitos decorrem de um processo de troca de experiências comunicativas as quais são constitutivas da organização societária e da própria noção de intersubjetividade. Pensar estas trocas e os modos pelos quais se tornam condições de realização da ação comunicativa, configura uma ética, a ética do discurso.

A ética do Discurso não dá nenhuma orientação conteudística, mas sim, um *procedimento* rico de pressupostos, que deve garantir a imparcialidade da formação do juízo. O Discurso prático é um processo, não para a produção de normas justificadas, mas para o exame da validade de normas consideradas hipoteticamente. É só com esse proceduralismo que a ética do Discurso se distingue de *outras* éticas cognitivistas, universalistas e formalistas, tais como a teoria da justiça de Rawls. [...]. O princípio da ética do Discurso proíbe que, em nome de uma autoridade filosófica, se privilegiem e se fixem *de uma vez por todas* numa teoria moral determinados conteúdos normativos (por exemplo, determinados princípios de justiça distributiva) (Habermas, 1989a, p. 148-149).

Segundo o raciocínio de Cotrim (2006), Habermas elabora uma compreensão de razão, isto é, a razão dialógica. Uma forma de exercício do pensamento humano que emerge

[...] do **diálogo** e da **argumentação** entre os agentes interessados numa determinada situação. É a razão que surge da chamada ação comunicativa, do uso da linguagem como meio de conseguir o consentimento. Para isso, é necessária uma ação social que fortaleça as estruturas capazes de promover as condições de liberdade e de não-constrangimento imprescindíveis ao diálogo. [...]. Razão e verdade deixam de ser, assim, conteúdos ou valores absolutos e passam a ser definidos consensualmente. E sua validade será tanto maior quanto melhores forem as condições nas quais se dê o diálogo, o que se consegue como o aperfeiçoamento da democracia (Cotrim, 2006, p. 226).

A vida em sociedade, devidamente organizada, se sustenta na capacidade da comunicação dos indivíduos, com o objetivo de gerar entendimento dos envolvidos, “[...] a consideração teórica da comunicação de Habermas sobre a ação social, o que torna possível a ação coordenada é nossa capacidade de chegar a um entendimento mútuo sobre alguma coisa” (Leal, 2009 *apud* Carvalho, 2016, p. 02). Uma sociedade requer o aprimoramento das ideias para chegar a um consenso. “[...] Participantes em agir comunicativo podem prosseguir com seus objetivos somente em cooperação um com o outro” (Cooke, 1994 *apud* Bannell, 2006, p. 53).

A partir do exercício da razão comunicativa são elaborados entendimentos, com pretensão de validade, a partir do exercício da interlocução mediada por mecanismos institucionais – democráticos e republicanos – que tornam possível a emergência da manifestação pública de ideias.

[...] A intersubjetividade de um grau mais alto (*die höherstufige Intersubjektivität*), que comunga a perspectiva de cada um com a perspectiva de todos, pode constituir-se apenas sob os pressupostos comunicativos de um discurso ampliado universalmente, no qual todos os possivelmente envolvidos possam participar e tomar posição com argumentos numa postura hipotética em vista das pretensões à validade (tornadas problemáticas a cada momento) de normas e modos de ação (Habermas, 1989b, p. 15).

A formação discursiva da vontade é central na teoria habermasiana. Pressupõe a existência das regras do jogo democrático, segundo as quais os agentes participantes atuam observando as regras e procedimentos previamente instituídos com vistas à garantia do exercício do direito isonômico da palavra e à participação. A verdade, entendimento válido para todos, é resultado do procedimento de engajamento argumentativo, semelhante ao procedimento jurídico, o qual concorda com a produção compartilhada de normas do agir humano.

[...] Todo aquele que se envolve numa prática de argumentação tem que pressupor pragmaticamente que, em princípio, todos os possíveis afetados poderiam participar, na condição de livres e iguais, de uma busca cooperativa da verdade, na qual a única coerção admitida é a do melhor argumento (Habermas, 1997, p. 2015).

De acordo com Medeiros e Noronha (2015), na comunicação com outros indivíduos, existe a dificuldade de aceitação de posicionamentos divergentes, e muitos casos o entendimento não é possível, sendo assim resta o desafio de reconhecer a outra fala como válida. Seguindo o pensamento de Habermas, Bannel (2006) afirma que os humanos possuem a necessidade de se comunicar uns com os outros, estabelecer relações, diálogos, trocas de experiências e interagir em público. Voltar ao passado, resgatar valores para construir o projeto de vida baseado no conhecimento e sobretudo o que se aprende no decorrer da vida. O objetivo de construir um conhecimento verdadeiro sobre os fatos, sendo este definido como mundo natural, já o mundo social é composto por normas, valores e significados diversos, no que se refere ao mundo subjetivo, se refere diretamente a um projeto de vida individual.

Nas relações sociais, o poder da razão dialógica evidencia-se na capacidade argumentativa. Esta capacidade racional de “[...] debate argumentativo sobre pretensões de validade hipotética pode ser descrito como sendo a forma reflexiva de agir comunicativo” (Habermas, 1985; 1987 *apud* Bannell, 2006, p. 57).

Para o entendimento entre os indivíduos tem-se o diálogo como mecanismo de acordos coletivos e de ação de forma igualitária para atingir um determinado objetivo, para formar uma sociedade mais inclusiva. “[...] Estes atos provocam uma racionalização do mundo da vida dos grupos sociais, à medida em que a linguagem preenche as funções de alcançar o entendimento, coordenar ações e socializar os indivíduos” (Habermas, 1987 *apud* Pinto, 1995, p. 82). Nesse contexto, a participação de todos os cidadãos por meio de debates em torno da coisa pública, levam ao encontro de uma sociedade mais justa.

Do ponto de vista do exercício democrático, Habermas propõe uma participação mais ativa e igualitária de todos os cidadãos nas discussões em torno da coisa pública e pressupõe o discurso como uma forma de resolução de conflitos: agir comunicativo, razão comunicativa, ética do discurso (Habermas, 2012 *apud* Medeiros; Noronha, 2015, p. 3).

O poder argumentativo do indivíduo, desde que devidamente apresentado, traz inúmeras vantagens nos diálogos, considerando que estes são capazes de transformar uma simples opinião em conhecimento, “[...] argumentos são meios pelos

quais o reconhecimento intersubjetivo, de uma pretensão de validade de um proponente (proponet), levantada hipoteticamente, pode ser realizado e, portanto, a opinião pode ser transformada em conhecimento” (Habermas, 1981; 1984, Bannel, 2006, p. 57).

O Direito e as normas decorrem do exercício público da razão e dos argumentos. Possui uma participação ímpar e necessária na constituição e determinação dos modos de ação social, estabelecendo parâmetros na atuação de cada indivíduo no jogo de troca social. Aspectos que evidenciam a concretude do Direito, seja pela necessidade de sua existência, da legitimação dos direitos humanos e na preservação da ordem democrática e republicana, no contexto de seus questionamentos.

3.1 RAZÃO DIALÓGICA, AS RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS E AMBIENTAIS

É condição à existência humana que as pessoas vivam em sociedade. Para que esta seja possível, é imprescindível o estabelecimento de regras públicas, a comunicação entre os indivíduos, que poderá ser potencializado pelo processo formal da educação. “Ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. Os homens se educam juntos na transformação do mundo” (Freire, 2005 *apud* Bastos; Oliveira, 2006, p. 10).

A comunicação auxilia no entendimento do ambiente que os seres estão inseridos, para que posam viver numa sociedade democrática é indispensável a participação de todos. Suas argumentações necessitam ter fundamentações, para que as normas sejam aceitas, pois estas são feitas a partir da participação coletiva, pois não é algo dogmático, mas sim, é realizado com a manifestação de todos os agentes da sociedade, podendo contribuir na efetivação de uma sociedade democrática.

Os indivíduos não se encontram naturalmente prontos para a participação política. Necessitam de educação em várias vertentes da política democrática, incluindo a justificação das normas, o comportamento ético, o conhecimento do processo democrático e do desempenho técnico (Morrow; Torres, 1998, p. 147).

Apesar das diversas influências que as normas sofrem em sua origem provocado pelo poder argumentativo de indivíduos, elas são indispensáveis para que o convívio social seja possível, fazendo-se necessária “[...] uma ordem normativa da conduta humana, ou seja, um sistema de normas que regulam o comportamento humano” (Kelsen, 1997 *apud* Breviglieri; Ferreira, 2017, p. 223). Compreende-se, para que o convívio social possa ser possível, é necessário a existência de normas, para inibir ou encaminhar os conflitos, provocados pela divergência de opiniões, para que este seja um ambiente harmônico trazendo paz às sociedades.

Surge então a necessidade de criação de normas de convivência, capazes de regular as relações humanas, com a missão de promover a paz social. As normas jurídicas nascem das vontades resistidas entre as partes de uma sociedade, e tendo por objetivo a minimização dos conflitos, a fim de estabelecer o convívio harmônico entre os homens (Alves, 2017, p. 3).

Contudo, o convívio social se torna possível com a participação de todos, que a partir da razão comunicativa de seus agentes, buscam a criação de normas que passam a ser respeitados por todos os sujeitos, auxiliando assim na solução de conflitos. Para Almeida (2009), a espécie humana e a natureza se interligam. Sua principal distinção é sua ampla capacidade de comunicação, sendo este o fator principal da organização da sociedade.

Ele parte sempre da premissa de que a característica antropológica, que distingue o homem da natureza é a linguagem: a as interações, linguisticamente mediadas “condenam o homem originalmente agir comunicativamente, em busca de entendimento (Almeida, 2009, p. 107).

A racionalidade comunicativa, no ambiente ou espaço natural, não pode ser interpretada de forma estática, uma vez que é necessário ter a capacidade de compressão, para verificar o contexto onde estão inseridos ou se determinados argumentos não estão ocultando a verdade.

Conhecimento de condições de verdade é baseado nas razões, que explicam por que essas condições obtêm, se é que elas obtêm. É por causa da relação interna entre as condições de verdade de uma proposição e o tipo de razões que podem justificar uma pretensão de verdade correspondente, que a

prática de justificação, ou seja, o jogo de argumentação adquire um significado particular também para Dumett (Habermas, 1999; 2003 *apud* Bannel, 2006, p. 69).

Conforme mencionado, o poder da comunicação presente nas relações humanas gera a razoabilidade e o conhecimento, diferenciando assim o homem dos demais integrantes da natureza.

CONCLUSÃO

A razão instrumental exercida no âmbito das relações humanas, com ela compreendemos o modo de pensar visando sempre chegar a uma conclusão, ajudando pessoas a ver tudo de uma forma mais ampla e chegar nos objetivos propostos. Nas relações humanas com o meio natural, percebe-se este espaço como meio à satisfação das necessidades humanas e de controle.

A razão crítica promove mudanças na sociedade, a liberdade e autonomia do indivíduo. Pode-se observar as diversas mudanças que a teoria proporcionou em tantas áreas como psicologia, direito, economia, ciências sociais. A observação crítica da sociedade, da política, da economia e demais aspectos da vida em sociedades, vislumbra possibilidades de transformação.

A razão dialógica se apresenta como possibilidade nas relações sociais, tem a capacidade de produzir um ambiente para a apresentação, análise e de discussão de ideias e conhecimentos, bem como na criação e instituição das normas de regulação da sociedade, dentre as quais na área ambiental. A razão comunicativa, na qualidade de produção de conhecimentos, no desenvolvimento da capacidade argumentativa, é capaz de gerar consenso sobre determinadas ideias na sociedade. As normas por sua vez, fruto da comunidade argumentativa, intentam a preservação da democracia, da justiça, da igualdade, da resolução de conflitos, a partir do melhor argumento.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. Tradução Ivone Castilho Bendetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto Andrade. **O Uso da Razão Comunicativa na Esfera Pública, Segundo o Pensamento de Jürgen Habermas**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Uberlândia. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15523/1/dis.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ALVES, Ítalo Miqueias da Silva. A história do direito e seus aspectos sociais tendo em vista a formação do direito contemporâneo. **JusBrasil**, 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/61138/a-historia-do-direito-e-seus-aspectos-sociais-tendo-em-vista-a-formacao-do-direito-contemporaneo>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BANNELL, Ralph Ings. **Habermas e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Coleção pensadores e educação. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551301401/pageid/8>>. Acesso em: 3 abr. 2023.

BASTOS, Carolina Vieira; OLIVEIRA, Simone Vinhas. Ação comunicativa e ação dialógica: contribuições para uma educação libertadora. **Aprender**, Vitória da Conquista, ano IV, n. 7, p. 119-134, 2006. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3208/2687>>. Acesso em: 24 out. 2023.

BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson (Coords.). **Metodologia da pesquisa em direito**. Caxias do Sul: Educs, 2015. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook_metodologia_da_pesquisa.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BREVIGLIERI, Etiene Maria Bosco; FERREIRA, João Ozilo Silva Ferreira Ozilo Silva. A banalização das relações humanas no direito. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho, n. 26, p. 219-237, 2017. Disponível em: <<https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/1016/pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

CARNAÚBA, Maria Érbia Cássia. Sobre a distinção entre a teoria tradicional e a teoria crítica em Max Horkheimer. **Kínesis**, Marília, v. II, n. 03, p. 195-204, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/51528203/14_MariaErbiaCassiaCarnauba.p>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CARRASCO, Bruno. **Escola de Frankfurt**. 2019. Disponível em: <<https://www.existo.com/2019/06/escola-de-frankfurt.html>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CARVALHO, João Deusdete de. O agir comunicativo e a democracia deliberativa: contribuições às políticas públicas educacionais no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 21, n. 4783, 5 ago. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51158>>. Acesso em: 3 abr. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.
COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas**. 16. ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

EQUIPE editorial de conceito. **Conceito de Razão Instrumental**. 2019. Disponível em: <<https://conceito.de/razao-instrumental>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Disponível em: <https://www.academia.edu/44038412/Freitag_Teoria_cr%C3%ADtica_ontem_e_hoje>. Acesso em: 13 abr. 2023.

GOMES, Luiz Roberto. Teoria crítica e educação política em Adorno. **HISTEDB Online**, Campinas, v. 10, nº 39, p. 286-296, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8639731/7298/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II. Coleção Biblioteca tempo universitário, nº 102.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Tradução Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989a. Coleção Biblioteca tempo universitário, n. 84.

HABERMAS, Jürgen. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. Tradução Márcio Suzuki. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.3, n. 7, set/dez 1989b, p. 4-19.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. **Aprendendo a Pensar**. Petrópolis: Vozes, 1977. v. 1.

LUNARDELLI, Aline Frollini; MAIA, Ari Fernando. Razão instrumental e educação: reflexões sobre a escola e as novas tecnologia. **Scielo Preprints**, n. p., 2022. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/4705/9076>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MEDEIROS, Alexsandro Melo; NORONHA, Nelson Matos de. Ação comunicativa e ação dialógica: diálogos entre Jürgen Habermas e Paulo Freire no âmbito da “esfera

pública”. **Anais** II Congresso Nacional de Educação, Campina Grande: Realize, n. p., 2015. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA6_ID2340_10062015212157.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MORROW, Raymond Allen; TORRES, Carlos Alberto. Jürgen Habermas, Paulo Freire e a pedagogia crítica: novas orientações para a educação para a educação comparada. **Educação, Sociedade e Cultura**, Porto, n. 10, 1998, p. 123-155. Disponível em: <<https://fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC10/10-6-morrow.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escola. **Paideia**, Ribeirão Preto, nº 8-9, p. 77-96, fev/ago 1995. Disponível:
<<https://www.scielo.br/j/paideia/a/xJGQv8nhmfczWSDkPvPxkxq/?lang=pt#>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Conhecimento e razão instrumental. **Psicologia**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997, p. 11-31. Disponível em:
<<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107575/105994>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

PRODUTOS DE INVESTIMENTO FINANCEIRO PARA PESSOAS FÍSICAS

Eduarda Schutz¹
Jaíne Tais Artus²
Lucas Diego Jesse³
Marcos Rogério Rodrigues⁴

RESUMO

O mercado de investimentos financeiros considerando o segundo de semestre de 2022 tem se mostrado uma opção interessante para os investidores, dado a sua rentabilidade por conta da elevação da taxa de juro. Nesse contexto, o tema é: produtos de investimento financeiro para pessoas físicas. Este estudo contempla os investimentos em renda fixa pré e pós-fixada e renda variável (bolsa de valores, contemplando as ações da Petrobrás, Banco Bradesco e Natura). O problema de pesquisa que se busca responder é: qual o investimento financeiro mais rentável para uma pessoa física no período estudado? O objetivo geral deste trabalho é identificar qual o investimento financeiro mais rentável no período estudado, com intuito de propor oportunidades de elevar a lucratividade da pessoa física. A pesquisa é relevante, pois ajuda na tomada de decisão de pessoas que queiram investir no mercado financeiro. São apresentados no referencial teórico conceitos de Sistema Financeiro Nacional, investimento em renda fixa, investimento em renda variável e perfil do investidor. A metodologia adotada neste trabalho é a pesquisa aplicada, quantitativa, exploratória, descritiva e explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos, o presente projeto consiste numa pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Através da pesquisa realizada constatou-se que os investimentos mais rentáveis para pessoa física no período estudado são os investimentos em renda fixa, sendo Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letra de Crédito Imobiliário (LCI) mais lucrativos. Os ativos menos recomendáveis no período estudo são os investimentos em renda variável.

Palavras-chave: Pessoa Física; Investimento; Rentabilidade; Risco.

ABSTRACT

The financial investment market has lately proved to be an interesting option for investors, given its profitability due to the increase in the tax rate. In this context, the theme is: financial investment products for individuals. This study contemplating investments in fixed income pre and post-fixed and variable income (stock exchange, contemplating the shares of Petrobras, Banco Bradesco and Natura). The research problem we seek to answer is: which is the most profitable financial investment for an individual in the period under study? The general objective of this work is to identify

¹ Bacharela em Administração. schutzeduarda9@gmail.com

² Bacharela em Administração e Ciências Contábeis. jainetaisartus@yahoo.com

³ Bacharel em Ciências Contábeis. MBA em Finanças com Ênfase em Mercado de Capitais. lucasdiegojesse@hotmail.com

⁴ Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.

which financial investment is the most profitable in the period studied, with the intention of proposing opportunities to increase the profitability of the individual. The research is relevant because it helps in the decision making process of people who want to invest in the financial market. The theoretical framework presents concepts of the National Financial System, fixed income investment, variable income investment, and investor profile. The methodology adopted in this work is applied, quantitative, exploratory, descriptive and explanatory research. As for the technical procedures, this project consists of a bibliographical research and a case study. Through the research carried out it was found that the most profitable investments for individuals in the period studied are fixed income investments, with LCA and LCI being the most profitable. The least recommendable assets in the study period are the variable income investments.

Keywords: Individual; Investment; Profitability; Risk

INTRODUÇÃO

Com o forte crescimento e a constante evolução da tecnologia, e a globalização está trazendo melhores oportunidades de investimento. As pessoas estão deixando de investir nas formas tradicionais de investimento, que muitas vezes não conseguem nem acompanhar a inflação. E, por esse motivo o mercado de investimento financeiro tem crescido cada vez mais, e por essa razão as pessoas estão buscando formas de investimento que tragam maior rentabilidade, e conseqüentemente maiores lucros.

O presente estudo tem como tema: produtos de investimento financeiro para pessoas físicas. Desta forma, o trabalho terá como delimitação produtos de investimento financeiro para pessoas físicas, considerando o segundo semestre de 2022, contemplando os investimentos em renda fixa pré e pós-fixada e renda variável (bolsa de valores, contemplando as ações da Petrobrás, Banco Bradesco e Natura).

A busca por produtos de investimento no mercado financeiro está cada vez mais presente no dia a dia da sociedade, dessa forma descobrir e explorar qual o melhor investimento de acordo com o perfil de cada pessoa torna-se crucial para o investidor obter uma melhor rentabilidade. Nesse sentido, este trabalho busca responder a seguinte problemática: qual o investimento mais rentável para uma pessoa física no período estudado?

O objetivo geral deste trabalho é identificar qual o investimento mais rentável no período estudado, com intuito de propor oportunidades de elevar a lucratividade da pessoa física. Os objetivos específicos são a) descrever os conceitos acerca do sistema financeiro nacional; b) apresentar a rentabilidade dos investimentos em renda

variável no período estudado; c) demonstrar a rentabilidade dos investimentos em renda fixa no período estudado; d) propor através das análises o investimento mais rentável para pessoa física no período estudado.

Este trabalho tem como justificativa a relevância do estudo sobre investimentos, demonstrando através de um estudo aplicado no mercado, as reais rentabilidades auferidas nos produtos escolhidos no período estudado. A metodologia adotada neste trabalho é a pesquisa aplicada, quantitativa, exploratória, descritiva e explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos, o presente projeto consiste numa pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Quanto a geração de dados, ela se dá através de documentação direta e indireta.

Os principais autores que fundamentam o referencial teórico são: Assaf Neto, Brito, Chiavenato, Fortuna, Lima, Lima e Pimentel, Oliveira e Pacheco, Pinheiro. Este artigo é formado pelo resumo, introdução, referencial teórico, metodologia, análise e interpretação dos resultados, conclusão e referências.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Furasté o “referencial teórico trata-se da apresentação do embasamento teórico sobre o qual se fundamentará o trabalho. São os pressupostos que darão suporte à abordagem do trabalho” (Furasté, 2013, p. 142). Neste tópico, apresentam-se os conceitos sobre: sistema financeiro nacional, renda fixa, renda variável e perfil do investidor.

1.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A cada dia que passa o sistema financeiro e seus mecanismos estão se tornando cada vez mais indispensáveis para o dia a dia da sociedade. Segundo Assaf Neto, o sistema financeiro: “é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, e seu órgão normativo máximo é o Conselho Monetário Nacional (CMN)” (Assaf Neto, 2011, p. 43).

Dentro do Sistema Financeiro Nacional se tem dois agentes: superavitários e deficitários. De um lado encontram-se os agentes superavitários são aqueles que

possuem reserva de dinheiro e tem a intenção de emprestar recebendo em troca o acréscimo de juros (Oliveira; Pacheco, 2010).

Do outro lado, “[...] encontram-se os agentes deficitários, são aqueles carentes de recursos financeiros, que pretendem gastar o recurso naquele momento e necessitam de um intermediário financeiro” (Assaf Neto, 2011, p. 43).

No mercado financeiro existem os seguintes participantes: a) Conselho Monetário Nacional (CMN); b) Banco Central do Brasil (BACEN); c) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais funções do CMN, é estabelecer diretrizes gerais de política monetária e cambial, coordenar a política cambial de crédito e monetária, regular o valor interno e externo da moeda, autorizar a emissão de papel moeda e regular o funcionamento das instituições financeiras (Oliveira; Pacheco, 2010).

As principais funções do Bacen são: formular e executar a política monetária, de crédito cambial, emitir papel moeda, receber depósito compulsório, fiscalizar as instituições financeira, autorizar o funcionamento das instituições financeira e exercer o controle de crédito (Oliveira; Pacheco, 2010). Segundo Assaf Neto:

A CVM tem por finalidade básica a normatização, fiscalização e o controle do mercado de valores mobiliários, representado principalmente por ações, partes beneficiárias e debêntures, commercial papers e outros títulos emitidos pelas sociedades anônimas e autorizados pelo Conselho Monetário Nacional (Assaf Neto, 2021, p. 47).

Sendo assim, percebe que o Sistema Financeiro Nacional, é um sistema muito importante para a sociedade, está dividido em sistema normativo e sistema executor, responsável pela intermediação de recursos entre agentes superavitários e agentes deficitário.

1.2 INVESTIMENTO EM RENDA FIXA

A renda fixa no mercado financeiro é um dos principais tipos de investimento, é uma modalidade de investimento bastante procurada pelos investidores, que buscam uma rentabilidade mais segura e estável, é uma forma de investimento onde

a rentabilidade é mais previsível, de menos risco e mais limitada. Esta modalidade está composta por títulos pré-fixados, pós-fixados ou híbridos (Assaf Neto, 2021).

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um dos principais títulos que compõem as formas de investimento em renda fixa, ele basicamente funciona como forma de empréstimo que o agente superavitário faz para a instituição financeira, sua rentabilidade pode ser pré-fixada, pós-fixada ou híbrida. Um dos benefícios do CDB é que possui garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Protege até R\$250 mil investidos por CPF ou CNPJ em cada instituição. Limite de R\$ 1 milhão por CPF ou CNPJ, renovado a cada 4 anos. Ocorre a tributação de IR (Imposto de Renda), sobre os rendimentos, conforme tabela regressiva (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

A caderneta de poupança é uma das formas de investimento mais tradicionais e conhecidas do sistema financeiro. Sua principal característica é a isenção no Imposto de Renda (IR) nos rendimentos, para pessoas físicas. Possui garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (Assaf Neto, 2014).

A Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de investimento que são emitidos por instituições financeiras. Esse recurso captado possui um lastro específico. Ou seja, as LCI possuem um lastro em crédito imobiliário e a LCA em um crédito do Agronegócio (Fortuna, 2015).

Sendo assim, a partir do tipo de investimento que foram expostos, conclui-se que existem várias formas de investimento em renda fixa, e para começar a investir no mercado, conhecer os tipos de investimento é de suma importância.

1.3 INVESTIMENTO EM RENDA VARIÁVEL

Com a evolução da tecnologia, e com o constante crescimento do mercado financeiro e uma forte procura por investimentos de uma rentabilidade mais arrojada, os investimentos em renda variável estão cada vez mais presentes no dia a dia (Pinheiro, 2008).

Os investimentos em ações são títulos que representam uma parte da empresa, ou ainda são parcelas que compõem o capital da empresa. No momento que o acionista adquire ações, o mesmo passa a ser sócio da empresa. Essas ações são negociadas livremente na bolsa de valores B3 (Pinheiro, 2018).

Segundo Chiavenato as Ações são classificadas em dois tipos: Ações Ordinárias, e Ações Preferenciais. As ordinárias são aquelas que dão direito a voto, participam das decisões da companhia, já as ações preferenciais são aquelas que têm preferência no recebimento de dividendos da companhia, caso fiquem três anos sem receber dividendos, passam a ter direito a voto (Fortuna, 2015).

Sendo assim, os investimentos em renda variável são uma excelente forma de investir para aqueles investidores que possuem um perfil mais arrojado, portanto exigem que o investidor tenha mais conhecimento sobre o produto, pois esses tipos de investimento o investidor está correndo mais risco, mas em contrapartida pode também obter mais lucro.

1.4 PERFIL DO INVESTIDOR

O perfil do investidor é essencial para entender as metas de quem decide realizar investimentos e conduzir a composição de suas carteiras de ativos. Alguns decidem investir com o propósito de ter altos retornos, outros, para ter um fluxo de renda que possibilite sua estabilidade financeira, e outros ainda pretendem apenas preservar seu patrimônio (Assaf Neto, 2021). Referente a postura de um investidor, Assaf Neto descreve:

A postura de um investidor em relação ao risco é pessoal, não se encontrando uma resposta única para todas as situações. A preocupação maior nas decisões de investimento em situação de incerteza [...] deseja-se refletir sobre suas preferências com relação a um determinado nível de consumo atual, ou maior no futuro, porém associado a certo grau de risco (Assaf Neto, 2021, p. 276).

Um investidor conservador possui grande aversão a riscos. É claro que ele quer ganhar dinheiro, mas o seu foco, na verdade, é não perdê-lo. Este perfil não tem o objetivo de ganhar e sim preservar seu capital (Brito, 2020).

Os investidores moderados são aqueles capazes de assumir algum risco em busca de alcançar resultados melhores. Ele não está disposto a assumir altos riscos, mas compreende que precisa correr algum risco se quiser um aumento mais rápido de capital (Assaf Neto, 2021).

Por outro lado, o investidor agressivo quer arriscar-se bem mais, pois, possui uma tolerância a risco muito mais alta, em busca de conquistar, ganhar mais dinheiro em um período menor (Brito, 2020).

Considerando que cada tipo de investimento, possui uma característica específica, é essencial que os investidores, efetuem a escolha da melhor opção para aplicarem seus recursos, analisando também o cenário econômico presente no momento da negociação.

2 METODOLOGIA

Neste tópico, são abordados: a categorização da pesquisa, a geração de dados, bem como a análise e interpretação dos dados.

A categorização da pesquisa aborda as formas utilizadas para a pesquisa. Desta forma, esta pesquisa se classifica como aplicada, pois se elaborou um estudo aplicado no mercado financeiro sobre produtos de investimento.

Quanto ao tratamento dos dados, este projeto é quantitativo, pois se analisou os dados e informações referente aos investimentos em renda fixa pré e pós-fixada e renda variável (bolsa de valores, contemplando as ações da Petrobrás, Banco Bradesco e Natura), considerando o período de 1º de julho de 2022 até 30 de dezembro de 2022.

Os objetivos da pesquisa se dão por meio da pesquisa exploratória, pois permite avaliar a complexidade e viabilidade das informações, além disso, se usou a pesquisa descritiva, pois utiliza técnicas específicas na coleta das informações, e por outro lado a pesquisa explicativa que visa aprofundar as conclusões do estudo.

Quanto aos procedimentos técnicos, o presente projeto consiste numa pesquisa bibliográfica, pois utiliza informações que estão disponíveis em livros e artigos científicos. Elaborou-se também um estudo de caso que está relacionado ao mercado de renda fixa e renda variável.

Quanto a geração dos dados, o presente estudo consideram o período do segundo semestre de 2022, contemplando os investimentos em renda fixa pré e pós-fixada e renda variável (bolsa de valores, contemplando as ações da Petrobrás, Banco Bradesco e Natura).

No decorrer desse pedido foram estudados investimentos em poupança, Recibo de Depósito Cooperativo (RDC), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), com base em propostas da Cooperativa Sicredi União RS/ES, já a Letra de Crédito Imobiliário (LCI) foi baseada na proposta do Banco do Brasil.

Os investimentos em renda variável, foram estudadas ações da Petrobrás, por serem uma das ações mais negociadas no mercado, Banco Bradesco, por serem do ramo financeiro e Natura, por serem ações do ramo de cosméticos, optou-se por estas ações por contemplarem diferentes ramos de negócios.

Os dados foram retirados do site Br Investing, por ser um site com dados reais e confiáveis. Para análise da caderneta de poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), e outros foi utilizada a calculadora do cidadão, disponível no site do Banco Central do Brasil.

As taxas de rentabilidade foram analisadas de acordo com os dados na cooperativa Sicredi, se escolheu por ser uma cooperativa de crédito que busca desenvolver a região.

A análise e interpretação dos dados tem como objetivo, entender os dados e informações obtidos no período estudado. Para essa análise foi considerado um investimento no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no período de 1º de julho de 2022 até 30 de dezembro de 2022, e a partir disso foram feitas simulações nos investimentos citados.

A análise e interpretação dos dados se deu por meio de pesquisas exploratória, descritiva e explicativa, onde foram utilizados gráficos para auxiliar na compreensão, bem como se cruzou com a opinião das autoras do trabalho e com os autores do referencial teórico.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, são apresentados os resultados e análises da pesquisa, inicialmente demonstra-se a análise em investimento em renda variável, na sequência se apresenta os resultados dos investimentos em renda fixa, bem como o investimento mais lucrativo, considerando o segundo semestre de 2022.

3.1 ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL

Com a evolução da tecnologia, e com o constante crescimento do mercado financeiro e uma forte procura por investimentos de uma rentabilidade mais arrojada, os investimentos em renda variável estão cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas (Pinheiro, 2008).

Para desenvolver o presente trabalho optou-se por escolher a ação da Petrobrás (PETR4), que é uma ação preferencial, ou seja, ela garante a obtenção de dividendos. A principal atividade da empresa está associada a indústria de óleo, gás natural e energia.

Ilustração 2: Ação Petrobrás (PETR4)



Fonte: Br Investing (2023).

De acordo com a metodologia o investidor dispôs de R\$ 100.000,00 para investimento. Dessa forma, considerando o valor de cada ação em 01/07/2023 que era de R\$ 28,53, foi possível realizar a compra de 3.505 ações, que totalizou o montante de R\$ 99.997,65. Teve-se o pagamento de dividendos no valor de R\$ 2,74 por ação, assim, obteve-se uma lucratividade no valor de R\$ 9.603,70.

Diante disto, no final do período analisado, em 29 de dezembro de 2023, foi vendido o total de 3.505 ações pelo valor de R\$ 24,50, resgatando-se o montante de

R\$ 85.872,50. Ao considerar o valor obtido com o pagamento dos dividendos e o valor da ação no final do período, chegou-se ao montante de R\$ 95.476,20, consolidando um prejuízo de R\$ 4.521,45.

A outra ação analisada foi a do banco Bradesco, que é o segundo maior banco privado do Brasil, escolheu-se a ação (BBDC4), que é uma ação preferencial, ou seja, ela garante a obtenção de dividendos.

Ilustração 3: Ação Banco Bradesco (BBDC4)



Fonte: Br Investing (2023).

De acordo com a metodologia o investidor dispôs de R\$ 100.000,00 para investimento. Dessa forma, considerando o valor de cada ação em R\$ 16,55, foi possível realizar a compra de 6.042 ações, que totalizou R\$ 99.995,10. Teve-se o pagamento de dividendos no valor de R\$ 0,017 por ação, assim, obteve-se o valor de R\$ 102,71.

Diante disto, no final do período analisado, foi vendido o total de 6.042 ações pelo valor de R\$ 14,56, resgatando-se o valor de R\$ 87.971,52. Sendo assim, considerando o valor dos dividendos e o valor da ação no final do período, tem-se o valor final R\$ 88.074,23, tendo um prejuízo de R\$ 11.920,87.

A terceira ação analisada foi a da empresa Natura Cosméticos, ela se destaca pela atuação ambiental, pois prioriza o uso de matérias-primas naturais, o nome da ação é (NTCO3).

Ilustração 4: Ação Natura (NTCO3)



Fonte: Br Investing (2023).

De acordo com a metodologia o investidor dispôs de R\$ 100.000,00 para investimento. Dessa forma, considerando o valor de cada ação em R\$ 13,23, foi possível realizar a compra de 7.558 ações, que totalizou R\$ 99.992,34.

Diante disto, no final do período analisado, foi vendido o total de 7.558 ações pelo valor de R\$ 11,61, resgatando-se o valor de R\$ 87.748,38. Sendo assim, tendo um prejuízo de R\$ 12.243,96. De acordo com o resultado houve perdas na casa de 12,24% em um período de apenas 6 meses.

Considerando os resultados obtidos no período analisado, pode-se concluir que as ações, da Petrobrás, banco Bradesco e Natura, foram um péssimo investimento, apresentaram prejuízo, sendo assim, deve se tomar cuidado para não alocar o seu investimento em apenas um tipo de operação, pois o mercado financeiro é instável e pode-se abalar por diversos fatores, exemplo disso são crises econômicas e a política.

3.2 ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA

Investimento em renda fixa é bastante procurado pelos investidores conservadores, que buscam investimentos estáveis, com menos riscos e mais previsibilidade.

A caderneta de poupança é uma das formas de investimento mais tradicional e conhecida. Para este cálculo utilizou-se a calculadora do cidadão, disponível no site

do Banco Central do Brasil, considerou-se o período de 1º de julho de 2022 até 30 de dezembro de 2022.

Ilustração 5: Rentabilidade da Poupança

Dados básicos da correção pela Poupança	
Dados informados	
Data inicial	01/07/2022
Data final	30/12/2022
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
Regra de correção	Nova
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,03435220
Valor percentual correspondente	3,435220%
Valor corrigido na data final	R\$ 103.435,22 (REAL)

Fonte: Banco Central do Brasil (2023).

Conforme Ilustração 5, investido o valor de R\$ 100.000,00 no período mencionado, decorreu em uma rentabilidade de R\$ 3.435,22. A partir dos resultados constatou-se um pequeno retorno sobre o capital investido.

Outro ativo escolhido foi a aplicação com base em Recibo de Depósito Cooperativo (RDC), este investimento foi calculado a partir da calculadora do cidadão, do Banco Central, e a rentabilidade ofertada com base nos dados da cooperativa Sicredi União RS/ES.

Ilustração 6: Rentabilidade RDC

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	01/07/2022
Data final	30/12/2022
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
% do CDI	100,59 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,06601937
Valor percentual correspondente	6,601937 %
Valor corrigido na data final	R\$ 106.601,94 (REAL)

Fonte: Banco Central do Brasil (2023).

De acordo com a Ilustração 6, investido o valor de R\$ 100.000,00 no período mencionado, decorreu em uma rentabilidade de R\$ 6.601,94. Descontar 22,5% o recibo do depósito cooperativo é um tipo de investimento onde incide o IR, neste caso a alíquota aplicada é de 22,5%, o que resulta em R\$ 1.485,43, totalizando uma rentabilidade líquida de R\$ 5.116,50.

A Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de investimento que são emitidos por instituições financeiras. Esse recurso captado possui um lastro específico. Ou seja, as LCI possuem um lastro em crédito imobiliário e a LCA em um crédito do Agronegócio (Fortuna, 2015).

A simulação de investimento em LCA/LCI, foi calculada a partir da calculadora do cidadão, do Banco Central, e a rentabilidade ofertada com base nos dados da cooperativa Sicredi União RS/ES (LCA), e banco do Brasil (LCI).

Na Ilustração 8 consta a simulação do investimento em LCA/LCI.

Ilustração 8: Rentabilidade LCA/LCI

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	01/07/2022
Data final	30/12/2022
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
% do CDI	91,00 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,05954315
Valor percentual correspondente	5,954315 %
Valor corrigido na data final	R\$ 105.954,31 (REAL)

Fonte: Dados Sicredi e Banco Central do Brasil, 2023.

De acordo com a Ilustração 8, investido o valor de R\$ 100.000,00 no período mencionado, decorreu em uma rentabilidade de R\$ 5.954,31. Conforme os resultados, esse investimento foi o que apresentou a melhor rentabilidade no presente estudo, o valor da rentabilidade foi maior, comparado aos outros investimentos realizados.

Considerando que os investimentos em renda fixa é uma forma segura e conservadora para investir, constatou-se que todos os investimentos proporcionaram ganhos para o investidor, todavia é importante atentar para as vantagens e desvantagens deste tipo de investimento.

3.3 DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS MAIS LUCRATIVOS

Neste tópico, apresentam-se de modo sintético os investimentos mais lucrativos no período analisado. Através dos resultados obtidos, conforme consta na ilustração 9, pode-se concluir que os investimentos que obtiveram mais rentabilidade foram os investimentos em renda fixa. Destaca-se que duas destas aplicações das quais foram as mais lucrativas, LCA e LCI, deve-se considerar a desvantagem do prazo de carência para o resgate do investimento, que é de no mínimo 90 dias.

Referente aos investimentos de renda variável podem ser diversos fatores que influenciam na queda do valor da ação, tais como: risco de mercado, incerteza política, entre diversos fatores que influenciam no mercado interno e externo, assim, os investidores podem perder o valor investido ou lucrar na venda, no caso, no presente estudo o investimento em ações, PETR4, BBDC4 e NTCO3 foram um péssimo investimento, pois obteve-se perda de valores no período estudado.

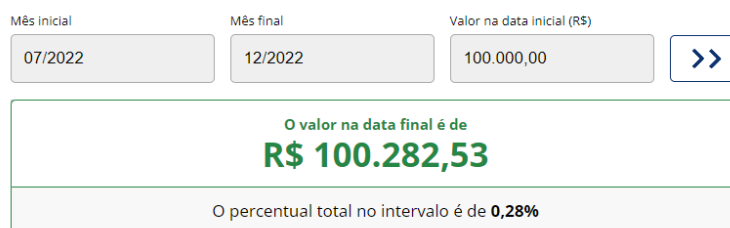
Ilustração 9: Apresentação dos Investimentos

	Poupança	LCA / LCI	RDC	PETR4	BBDC4	NTCO3
Valor inicial	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 99.997,65	R\$ 99.995,10	R\$ 99.992,34
Dividendos	\	\	\	R\$ 9.603,70	R\$ 102,71	\
Valor final	R\$ 103.435,22	R\$ 105.954,31	R\$ 106.601,94	R\$ 95.476,20	R\$ 88.074,23	R\$ 87.748,38
Lucro/ Prejuízo	R\$ 3.435,22	R\$ 5.954,31	R\$ 6.601,94	(R\$ 4.521,45)	(R\$ 11.920,87)	(R\$ 12.243,96)
Liquidez	IMEDIATA	carencia 90 dias	IMEDIATA	IMEDIATA	IMEDIATA	IMEDIATA
Inflação	282,53	282,53	282,53			
	R\$ 3.152,69	R\$ 5.671,78	R\$ 6.319,41			
IR			22,50%			
TOTAL	R\$ 3.152,69	R\$ 5.671,78	R\$ 5.116,50	(R\$ 4.521,45)	(R\$ 11.920,87)	(R\$ 12.243,96)

Fonte: produção das pesquisadoras.

Ao realizar qualquer investimento o investidor precisa considerar a inflação. Desse modo na ilustração 10 com base no IBGE se apresenta a inflação do período analisado. Nota-se que todos os investimentos em renda fixa obtiveram uma rentabilidade maior que a inflação do período.

Ilustração 10 - Índice de Inflação



Fonte: IBGE (2022).

Desta forma, destaca-se que os investimentos em renda fixa no período estudado foram uma forma mais segura e rentável de investir, e as ações, investimento em renda variável refere-se a investimento com mais riscos, visto que obteve prejuízo no final do período investido.

CONCLUSÃO

Diante da crescente busca por oportunidades de investimento por parte das pessoas físicas, este trabalho teve como objetivo analisar os produtos de investimentos disponíveis no mercado, visando oferecer uma visão abrangente e auxiliar na tomada de decisão dos investidores.

O objetivo geral deste trabalho é identificar qual o investimento mais rentável no período estudado, com intuito de propor oportunidades de elevar a lucratividade da pessoa física, no qual foi verificado no item 3 deste estudo.

Em resumo, os objetivos específicos traçados no início deste estudo foram alcançados com sucesso, fornecendo um panorama abrangente do sistema financeiro nacional, da rentabilidade dos investimentos em renda variável e renda fixa, e recomendando o investimento mais rentável para pessoa física com base nas análises realizadas.

Deste modo, os objetivos específicos foram atendidos ao longo deste estudo. O primeiro objetivo apresentou os conceitos acerca do sistema financeiro nacional. O segundo objetivo apresentou a rentabilidade dos investimentos em renda variável no período estudado. O terceiro objetivo apresentou demonstrar a rentabilidade dos investimentos em renda fixa no período estudado. O quarto objetivo propôs através

das análises o investimento mais rentável para pessoa física no período estudado, sendo possível afirmar que o investimento mais rentável para pessoa física no período estudado são os investimentos em LCA e LCI.

Com base nas análises realizadas, pode-se perceber que a diversificação de investimentos é fundamental para mitigar riscos e maximizar retornos. Recomenda-se que os investidores avaliem seus perfis de risco e, objetivos financeiros antes de escolherem os produtos de investimento mais adequados para suas necessidades.

Considerando o dinamismo do mercado financeiro, é fundamental que futuras pesquisas continuem a explorar a evolução dos produtos de investimentos e novas formas de investimento. Essas investigações podem fornecer compreensão valiosa para os investidores e profissionais do mercado financeiro, incentivando futuros estudos e fornecendo uma visão geral da relevância contínua do presente estudo.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 382 p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 339 p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 342 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Composição**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp?frame=1>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BANCO DO BRASIL. **Investimento em LCI**. Dados coletados em agência física, localizado em Santa Rosa/RS em 03 abr 2023.

BRITO, Osias Santana de. **Mercado Financeiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 436 p.

BR INVESTING. **Gráfico Ação BBDC4**. Disponível em: <<https://br.investing.com/equities/bradesco-pn-n1>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BR INVESTING. **Gráfico Ação NTCO3**. Disponível em: <<https://br.investing.com/equities/natura-on-nm>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BR INVESTING. **Gráfico Ação PETR4**. Disponível em:
<<https://br.investing.com/equities/petrobras-pn-chart>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão Financeira**: uma abordagem introdutória. 4. ed.
Rio de Janeiro: Atlas, 2022. 109 p.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**. 20. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark,
2015. 1049 p.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 17. ed.
Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2013. 277 p.

IBGE. **Calculadora do IPCA**. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: 03 abr. 2023.
INFOMONEY. Como declarar investimentos no Imposto de Renda. Disponível em:
<<https://www.infomoney.com.br/guias/imposto-de-renda-investimentos/>>. Acesso
em: 03 abr. 2023.

LIMA, Iran Siqueira, LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco, PIMENTEL, Renê
Coppe. **Curso de Mercado Financeiro**: tópicos especiais. 1. ed. São Paulo: Atlas,
2007. 579 p.

OLIVEIRA, Gilson; PACHECO, Marcelo. **Mercado Financeiro, Objetivo e
Profissional**. 2. ed. São Paulo: Fundamento, 2010. 328 p.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 597
p.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 330
p.

SICREDI UNIAO RS ES. **Investimento em LCA e RDC**. Dados coletados em
agência física, localizado em Santa Rosa/RS em 03 abr 2023.

O PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA: A GARANTIA DE UM PROCESSO QUE PRESERVA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES

Weylla Viana Rangel¹
Juliana Marques Schubert²

RESUMO

O presente artigo aborda a aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero no âmbito do Direito de Família, com foco na proteção dos direitos fundamentais das mulheres. Criado no ano de 2021, o referido Protocolo representa um avanço significativo na busca pela igualdade de gênero e dignidade no sistema judiciário brasileiro, historicamente marcado por desigualdades e discriminações. A pesquisa busca explorar a relevância do Protocolo de Gênero ao introduzir sensibilidade e inclusão nas decisões judiciais, levando em consideração as complexas questões enfrentadas pelas mulheres na sociedade contemporânea e o contexto histórico de opressão de gênero no Brasil, com ênfase na influência do sistema patriarcal nas desigualdades ainda presentes para as mulheres. Além disso, examinará as iniciativas legais e regulamentações no Brasil que respaldam a aplicação deste Protocolo, demonstrando um compromisso em superar as desigualdades históricas enfrentadas pelas mulheres no sistema judiciário, visto que o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero é analisado em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com destaque para o ODS n. 5, que busca alcançar a igualdade de gênero. A relevância social da temática justifica-se no papel crucial que o Protocolo de Gênero desempenha na construção de um futuro mais justo e igualitário. Contudo, é importante reconhecer que o caminho rumo à equidade de gênero no sistema judiciário é contínuo e longo.

Palavras-chave: Julgamento com Perspectiva de Gênero; Igualdade; Direito das Mulheres.

RESUMEN

El presente artículo aborda la aplicación del Protocolo de Juicio con Perspectiva de Género en el ámbito del Derecho de Familia, con un enfoque en la protección de los derechos fundamentales de las mujeres. Creado en el año 2021, dicho Protocolo representa un avance significativo en la búsqueda de la igualdad de género y la dignidad en el sistema judicial brasileño, históricamente marcado por desigualdades

¹ Acadêmica do Curso de Direito- 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. weyllarangel@gmail.com.

² Graduada em Psicologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2010), em Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA (2018), Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Orientador. Professor do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. brandeleromarqueseschubert@gmail.com.

y discriminaciones. La investigación busca explorar la relevancia del Protocolo de Género al introducir sensibilidad e inclusión en las decisiones judiciales, teniendo en cuenta las complejas cuestiones que enfrentan las mujeres en la sociedad contemporánea y el contexto histórico de opresión de género en Brasil, con énfasis en la influencia del sistema patriarcal en las desigualdades aún presentes para las mujeres. También examinará las iniciativas legales y regulaciones en Brasil que respaldan la aplicación de este Protocolo, demostrando un compromiso en superar las desigualdades históricas enfrentadas por las mujeres en el sistema judicial, ya que el Protocolo de Juicio con Perspectiva de Género se analiza en relación con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la ONU, con énfasis en el ODS número 5, que busca lograr la igualdad de género. La relevancia social de la temática se justifica en el papel crucial que desempeña el Protocolo de Género en la construcción de un futuro más justo e igualitario. Sin embargo, es importante reconocer que el camino hacia la equidad de género en el sistema judicial es continuo y largo.

Palabras clave: Juicio con Perspectiva de Género; Igualdad; Derechos de las Mujeres

INTRODUÇÃO

A questão da igualdade de gênero e o enfrentamento das discriminações enraizadas nas estruturas sociais são desafios prementes na contemporaneidade, especialmente no âmbito do sistema judiciário. Historicamente, o Direito de Família reflete disparidades de gênero e preconceitos, representando um dos campos mais desafiadores na garantia dos direitos fundamentais das mulheres. Nesse contexto, a aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero emerge como um instrumento relevante na busca por decisões mais equitativas e em consonância com os princípios de igualdade e dignidade.

Esta pesquisa tem como propósito central analisar a eficácia e o impacto do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero no âmbito do Direito de Família, enfatizando seu potencial para promover uma atuação mais justa e igualitária no sistema judiciário. Além disso, busca-se compreender como o protocolo é direcionado aos magistrados e como pode contribuir para a construção de um ambiente judicial mais sensível às demandas por igualdade de gênero e respeito à dignidade humana. O objetivo geral deste estudo é avaliar a efetividade do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, particularmente no contexto do Direito de Família, visando compreender sua influência na promoção de decisões mais equitativas. Nesse sentido, a pesquisa se concentra em identificar os principais desafios

enfrentados pelas mulheres nesse campo e como o Protocolo se propõe a enfrentá-los.

Para alcançar o objetivo geral foram utilizados como objetivos específicos, a) Contexto histórico da desigualdade e aspectos sociais do protocolo com perspectiva de gênero b) O papel da magistratura na aplicação do protocolo c) Os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.

A metodologia adotada neste estudo é de natureza teórica, alinhada a uma abordagem qualitativa. O enfoque descritivo e exploratório objetiva uma compreensão ampla das questões subjacentes à aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero no Direito de Família. A coleta de dados se fundamenta em fontes doutrinárias e em artigos científicos que possibilitem a análise crítica e aprofundada do tema em discussão. A abordagem utilizada, alinhada com a hipotético-dedutiva, se propõe a examinar criticamente o impacto do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero no Direito de Família, sobretudo em relação à igualdade de gênero. Serão explorados métodos históricos e comparativos para compreender a evolução e os desafios encontrados na busca por equidade no sistema judiciário.

O artigo se organiza inicialmente abordando o contexto histórico, traçando de forma concisa a evolução da submissão e do machismo na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que são discutidos os aspectos sociais que justificam a necessidade do Protocolo de Julgamento. Em seguida, explora-se a perspectiva da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus objetivos para alcançar a equidade até 2030, destacando o relevante papel da magistratura na promoção dos direitos humanos.

Em resumo, a busca pela equidade de gênero no sistema judiciário permanece como um desafio contínuo. O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero emerge como um agente crucial nessa jornada, desempenhando um papel fundamental na construção de um futuro mais justo e igualitário para as mulheres no contexto do Direito de Família.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA DESIGUALDADE E ASPECTOS SOCIAIS DO PROTOCOLO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

No século XXI, embora as mulheres tenham conquistado um lugar de destaque em diversas esferas da sociedade, foi necessário introduzir o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, formulado no ano de 2021. Este protocolo representa um marco na contínua luta das mulheres pela igualdade e dignidade, particularmente dentro do sistema judiciário.

Apesar do progresso alcançado, a história das mulheres ainda carrega o fardo de séculos de subjugação, no qual seus corpos eram frequentemente controlados, muitas vezes vinculados à sua função reprodutiva, resultando em diversas formas de violência de gênero (Batista, Marcari, 2021, p.82)

O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero emerge como uma ferramenta crucial para ensinar o judiciário a adotar uma abordagem mais inclusiva e sensível, reconhecendo as complexas questões que as mulheres enfrentam em nossa sociedade contemporânea.

O pensamento de Michel Foucault tem sido fundamental na compreensão das dinâmicas de poder e controle social, especialmente quando se trata de questões sexuais:

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações de sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não se explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, as diferentes idades e classes sociais (Foucault, 1988, p. 98 *apud* França, 2018, p. 3).

No Brasil, o sistema patriarcal sempre exerceu um firme controle, estabelecendo uma dinâmica de poder desigual entre homens e mulheres. Desde o descobrimento do Brasil, quando as indígenas foram oprimidas, escravizadas e sujeitas a violência, a história do país começou manchada pela perpetuação da

violência de gênero

Da mesma forma, Buarque de Holanda, após enumerar a destribalização, as doenças, a fome e o trabalho forçado de toda espécie como sorvedouros de seres humanos, omite a discussão sobre a violência sexual e afirma que:

Não obstante, foi no intercâmbio assim estabelecido entre os nativos e os portugueses que surgiu uma população mestiça, capaz de dar maior plasticidade ao sistema social em formação e de contribuir para a preservação de elementos culturais herdados dos indígenas (Holanda, 1976, *apud* Navarro).

Tania Navarro-Swain, analisa e faz crítica ao citado por Holanda e destaca a ausência da discussão sobre estupro nos tratados e compêndios, manuais de história do Brasil, ao enaltecer a mestiçagem, tanto no que diz respeito às escravas negras quanto às índias. Tudo se passa como se as mulheres estivessem apenas à espera dos favores e da honra que lhes concediam seus senhores, colonos ou bandeirantes, ao violentá-las (Lessa, 2011).

Em uma perspectiva histórica, o termo "senhora do engenho" não é comum, mas sim "senhor do engenho". Desde 1516¹, quando surgiram os primeiros engenhos no Brasil, a figura masculina estava à frente. Isso leva a questionar como o contexto histórico patriarcal influenciou a construção social do Brasil e as desigualdades que as mulheres ainda enfrentam hoje.

No contexto familiar, a etimologia da palavra família já nos evidencia o conceito da opressão. A etimologia da palavra família (*famulus*) significa servo ou escravo, o que mostra que, primitivamente, a família era um conjunto de criados de uma mesma pessoa. Isso remetia a mulher à obrigação de obedecer ao marido como se ele fosse seu amo e senhor (Porto; Amaral, 2014, p. 211).

Em outro âmbito, é importante citar que a liberdade da mulher branca sempre esteve acima da mulher negra. Na época colonial, as mulheres brancas eram as esposas dos portugueses, tinham mais liberdades e superioridade do que as mulheres negras escravas ou as indígenas (Pinheiro, 2008).

Entretanto, as mulheres brancas ainda eram vistas como "[...] fracas,

¹ «Primeiros Engenhos do Brasil Colonial e o Engenho São Jorge dos Erasmos: Preliminares de uma Doce Energia». História e-história. Consultado em 20 de setembro de 2023.

submissas, passivas e sem participação pública" (Barreto, 2004, p. 66). Em um contexto geral, as mulheres sempre foram alvo de satisfação pessoal do homem, que respondia a uma cultura patriarcal.

Historicamente o machismo está impetrado nas leis brasileiras, no início do século XX a mulher no código civil de 1916 ainda não tinha Liberdade:

O código civil de 1916 reconheceu e legitimou a supremacia masculina, limitando o acesso ao emprego e à propriedade. As mulheres casadas ainda eram, legalmente, incapacitadas e apenas na ausência do marido podiam assumir a liderança da família (Samara, 2002, p. 35).

Na mesma linha Tania Navarro-Swain ensina a respeito das relações humanas e como os valores históricos são incontornáveis:

A produção histórica tem criado naturalizações, generalidades, que fazem das relações humanas uma eterna repetição do Mesmo; mesma divisão binária baseada no biológico, no genital, cujo referente é o masculino; mesma concentração de poderes e instituição de hierarquias entre os sexos; mesma compulsão à heteronormatividade, baseada na reprodução, ordem divina. Nas narrativas históricas confundem-se valores e fatos, representações e verdades incontornáveis (Navarro-Swain, 2004, p. 2 *apud* Oliveira, 219, p. 279).

Diante do cenário histórico de desqualificação da mulher, o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero responde a uma demanda atual e essencial no século XXI, que é a necessidade de promover igualdade e dignidade para as mulheres em diversas esferas sociais, incluindo o sistema judiciário.

É cristalino que ao longo da história, as mulheres enfrentaram discriminação e violência com base em seu gênero. Nesse contexto, o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero surge como uma resposta a esses desafios, oferecendo diretrizes e orientações para que o sistema judiciário considere as complexas questões enfrentadas pelas mulheres na sociedade contemporânea, com o objetivo de preservar os direitos humanos fundamentais das mulheres.

O Conselho Nacional de Justiça, em seu 'Caderno de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Concretizando Direitos Humanos, Direito das Mulheres', identifica, sistematiza e divulga as decisões paradigmáticas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, visando sobretudo à proteção de direitos de grupos em situação de vulnerabilidade e o fortalecimento da dignidade da pessoa humana (CNJ, 2023).

No caderno supracitado, são citados direitos como proteção constitucional à maternidade e trabalho insalubre, princípios da igualdade e da proporcionalidade em casos de violência doméstica, princípio da autonomia da mulher no âmbito da adoção, princípio da igualdade em casos de candidatura de mulheres negras, princípio da paternidade responsável e dignidade da pessoa humana no caso do direito à livre escolha do planejamento familiar, além de diversos outros que abordam decisões de violação de direitos fundamentais, inclusive em decisões que tratam da legítima defesa da honra e igualdade de gênero (CNJ, 2023).

A importância do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero é reforçada pelas iniciativas legais mais amplas que o respaldam a Portaria do CNJ n. 27/2021 que estabeleceu um grupo de trabalho para colaborar com a implementação de políticas nacionais relacionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres e ao incentivo à participação feminina no Poder Judiciário.

Posteriormente, a Resolução n. 492, de 17 de março de 2023, tornou obrigatória a adoção da Perspectiva de Gênero em todos os julgamentos no Poder Judiciário, criando diretrizes específicas para esse fim, as quais foram aprovadas pelo grupo de trabalho da Portaria do CNJ n. 27/2021.

Essas medidas indicam um compromisso essencial em superar as desigualdades históricas enfrentadas pelas mulheres no sistema judiciário e na sociedade em geral (Brasil, 2023). É evidente que, apesar das conquistas e progressos ao longo do tempo, a busca pela equidade de gênero no sistema judiciário é contínua, e o Protocolo desempenha um papel vital na construção de um futuro mais justo e igualitário.

A Resolução n. 492, de 17 de março de 2023, juntamente com o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, tem o objetivo de trazer justiça e equidade para as mulheres que, muitas vezes, são vítimas de discriminação e violência de gênero no sistema judiciário. Estas medidas refletem um compromisso importante com a agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, particularmente o ODS n. 5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

2 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até 2030, abrangendo áreas como a promoção da igualdade de gênero, garantia de trabalho digno e crescimento econômico, redução das desigualdades e promoção da paz, justiça e instituições sustentáveis (ONU, 2016). O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero emerge como um instrumento fundamental para contribuir com a realização desses objetivos.

Dentro desse contexto, o protocolo se inspira no Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero elaborado no México. O México recebeu condenações da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) devido a violações dos direitos das mulheres vítimas de violência, decorrentes de falhas no sistema judiciário.

Em diversos ramos do Direito, os magistrados estão sendo capacitados para aprender sobre o protocolo e se informar sobre o combate à discriminação da mulher e a promoção da igualdade de gênero. A Associação dos Juízes do Brasil lançou uma cartilha-guia para aprender a julgar com a perspectiva de gênero, e pode-se observar o trecho abaixo retirado da cartilha do guia previdenciário:

A igualdade de gênero e a discriminação contra mulheres estão na ordem do dia da agenda internacional, sendo um dos objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas 'Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas' (ODS 5). A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, incorporada pelo Brasil através do Decreto nº 4.377/2002, define a discriminação de gênero de modo similar ao que é feito neste Guia e elenca medidas a serem adotadas pelos Estados para combater a desigualdade de gênero (...).

Além disso, o texto base do Protocolo de Julgamento inicia seu conteúdo esclarecendo conceitos fundamentais, tais como sexo, gênero, identidade de gênero e sexualidade. Neste contexto, um trecho relevante do Protocolo aborda a identidade de gênero:

Dessa forma, recomenda-se que magistradas e magistrados comprometidos com julgamentos na perspectiva de gênero se perguntem: essas expectativas estão guiando determinada interpretação e/ou reforçando tais expectativas de alguma maneira, em prejuízo ao indivíduo envolvido na demanda? (CNJ, 2021, p. 18).

Assim, o protocolo aborda uma série de reflexões, como a mencionada anteriormente. Ao questionar e desafiar tais preconceitos, os magistrados podem evitar decisões baseadas em estereótipos e desigualdade de gênero, ampliando a justiça e a equidade nos processos judiciais. Este protocolo não apenas define conceitos essenciais, mas também destaca a desigualdade de gênero, promovendo a reflexão sobre as desigualdades profundamente enraizadas na sociedade, particularmente aquelas que afetam as mulheres e as minorias de gênero.

No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, a magistratura desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de gênero e preservação dos direitos fundamentais no avanço desses objetivos. Ao aplicar o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, os magistrados contribuem diretamente para a realização do ODS n. 5, que busca alcançar a igualdade de gênero. Além disso, o sistema judiciário, em conformidade com as iniciativas legais e regulamentações, demonstra um compromisso em superar as desigualdades históricas enfrentadas pelas mulheres. A atuação da magistratura é essencial para a construção de um futuro mais justo e igualitário, alinhado aos princípios dos ODS da ONU.

3 O PAPEL DA MAGISTRATURA NA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO

Após o Protocolo abordar os conceitos principais, questões centrais de igualdade entre os gêneros e os problemas resultantes da aplicação do direito, a segunda parte destina um guia aos decisores para julgar com perspectiva de gênero. É vital ressaltar que a aplicação desse guia não deve se basear em estereótipos ou suposições. Deve ser um processo cuidadoso e baseado em evidências.

Os pontos sugeridos são a aproximação com o processo; aproximação com os sujeitos processuais; medidas especiais de proteção; instrução processual; valoração de provas e identificação de fatos; identificação do marco normativo e precedentes aplicáveis; interpretação e aplicação do direito.

No que tange à aproximação com o processo, o Protocolo sugere que nessa etapa, as magistradas e magistrados devem questionar se as desigualdades estruturais têm algum papel relevante na controvérsia em questão. Isso exige uma

análise crítica do contexto e das partes envolvidas no processo, reconhecendo que as desigualdades de gênero podem desempenhar um papel fundamental na disputa legal.

No segundo passo, deve haver a aproximação com os sujeitos processuais, onde os decisores identificam circunstâncias especiais que podem impactar a igualdade de gênero durante o processo. Isso envolve a consideração de fatores como lactantes, pessoas com filhos pequenos, vulnerabilidades individuais, compreensão das partes envolvidas no processo e clareza nas perguntas feitas a elas. No ramo do direito de família, essas considerações se aplicariam em processos de guarda, alimentos e reconhecimento de paternidade.

Neste estágio das medidas especiais de proteção, a ênfase se dá na proteção das partes envolvidas no processo. Os Magistrados devem determinar se alguma das partes requer medidas imediatas de proteção, como afastamento, alimentos ou restrições ao agressor. Além disso, é fundamental avaliar se as partes estão em risco de vida ou de violação de sua integridade física ou psicológica. Questões de assimetria de poder, fatores socioambientais e aspectos culturais também devem ser levados em consideração.

Em seguida, na fase de instrução processual, deve-se verificar se as perguntas feitas reproduzem estereótipos de gênero, desqualificam a palavra da vítima de alguma forma ou podem causar revitimização. O ambiente da audiência também deve ser avaliado para garantir que a mulher possa se manifestar sem constrangimentos e com conforto.

No que tange à valoração das provas e identificação de fatos, os magistrados devem determinar se provas relevantes foram produzidas e se a palavra da vítima deve ser ponderada de maneira diferente. Eles também devem analisar se as provas estão impregnadas de estereótipos de gênero, se suas experiências pessoais influenciam a apreciação dos fatos e se as dinâmicas de desigualdades estruturais são relevantes no caso. O Protocolo, de forma lúdica e clara, fornece questões guias exemplificativas, como:

Minhas experiências pessoais podem estar influenciando a apreciação dos fatos? (ex.: nunca sofreu violência em casa e, portanto, parece-me difícil que uma pessoa que tenha uma relação afetiva com uma mulher pratique algum tipo de violência) (CNJ, 2021, p. 56).

Na questão da Identificação do marco normativo e precedentes aplicáveis, os decisores devem examinar o marco jurídico nacional e internacional que se aplica ao caso, considerando qual norma oferece maior garantia aos direitos das partes envolvidas. A busca por ferramentas que resolvam assimetrias na relação jurídica é essencial, bem como a análise de jurisprudência e pronunciamentos de organismos regionais e internacionais.

Na questão da interpretação e aplicação do direito, a interpretação deve ser guiada pela busca da igualdade de gênero. Os magistrados devem questionar se sua interpretação reflete a realidade de grupos subordinados e se determinadas normas ou decisões judiciais tratam grupos ou indivíduos de maneira desigual. A análise deve considerar o impacto desproporcional sobre determinados grupos e se tal impacto é resultado de desigualdades estruturais. As questões guias do Protocolo fazem com que os magistrados reflitam inclusive sobre as normas, se a interpretação pessoal está refletindo a realidade de grupos subordinados ou está restrita à minha percepção do mundo ou se determinada norma tem um impacto desproporcional sobre determinado grupo.

É de grande relevância ressaltar que os magistrados devem permanecer atentos não apenas às demandas das partes, mas também à necessidade premente de aplicar o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Um exemplo notável da efetiva aplicação desse protocolo é o caso do Recurso Especial 2018/0111980-4¹. Nesse caso, a condenação de um advogado por danos morais à parte adversária foi admitida, devido ao uso de ofensas gratuitas, as quais visam desqualificar a conduta, a imagem e a reputação da mãe biológica durante uma ação de investigação de paternidade.

O discurso empregado foi caracterizado como odioso, sexista, machista e misógino, não se configurando como defesa técnica. Essa aplicação do Protocolo

¹ REsp n. 1.761.369/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, relatora para acórdão Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 7/6/2022, DJe de 22/6/2022).

torna evidente que os magistrados estão começando a se capacitar e aplicar essa perspectiva em sua atuação. No entanto, é importante ressaltar que casos como esse ainda são raros no contexto do judiciário brasileiro. Portanto, é fundamental que a sensibilização e a formação continuada em relação às questões de gênero sejam prioridades na busca por uma justiça efetivamente igualitária e livre de estereótipos de gênero em todas as instâncias judiciais do país.

Por fim, a orientação para a aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero destaca a importância de um olhar crítico, sensível e fundamentado em evidências na condução dos processos judiciais. Ao adotar esses passos e considerar os elementos propostos, as magistradas e magistrados se tornam mais capacitados para reconhecer, ponderar e enfrentar as desigualdades estruturais no âmbito jurídico. Essa abordagem contribui para a promoção de uma justiça mais equitativa e inclusiva, garantindo o respeito aos direitos individuais, a igualdade de gênero e o enfrentamento de estereótipos, assegurando assim a efetividade dos processos legais.

CONCLUSÃO

A história do Brasil é marcada por séculos de opressão de gênero, onde as mulheres muitas vezes foram vítimas de violência, discriminação e subjugação. O sistema patriarcal estabeleceu uma dinâmica de poder desigual que persiste até os dias de hoje. Mesmo com avanços na sociedade, as mulheres continuam enfrentando desafios significativos em questões relacionadas ao Direito de Família.

Nesse contexto, este artigo investiga a relevância e impacto do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, concentrando-se em questões enfrentadas pelas mulheres na sociedade contemporânea e no histórico de opressão de gênero no Brasil. A análise aponta para a influência do sistema patriarcal, destacando desigualdades persistentes para as mulheres, especialmente no âmbito do Direito de Família.

Conclui-se que a aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, com ênfase no ramo do Direito de Família é crucial para garantir a equidade e proteção dos direitos fundamentais das mulheres. Este protocolo representa um

avanço significativo na busca por igualdade de gênero e dignidade no sistema judiciário brasileiro, historicamente marcado por desigualdades e discriminações.

Assim, é notório que o Protocolo oferece diretrizes e orientações essenciais para sensibilizar e capacitar os magistrados na análise de casos com uma perspectiva de gênero sendo fundamental para reconhecer que o caminho em direção à equidade de gênero no sistema judiciário é contínuo.

A aplicação efetiva do Protocolo requer sensibilização, formação contínua e um compromisso constante com a eliminação de estereótipos de gênero e a promoção da igualdade. Casos exemplares, como o mencionado, demonstram que o Protocolo está começando a fazer diferença, mas ainda são raros no contexto judiciário brasileiro.

O Protocolo, embasado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente no ODS n. 5, busca alcançar a igualdade de gênero. A importância social dessa temática é inegável, justificando a necessidade do Protocolo na construção de um futuro mais justo e igualitário.

A Resolução n. 492, de 17 de março de 2023, que tornou obrigatória a adoção da Perspectiva de Gênero em todos os julgamentos no Poder Judiciário, representa um compromisso importante em superar as desigualdades históricas enfrentadas pelas mulheres no sistema judiciário. Para assegurar que essa resolução seja efetivamente implementada, é crucial que o Poder Judiciário adote mecanismos de verificação da sua aplicação pelos magistrados e magistradas. Além disso, a criação de um canal de denúncias anônimas, permitindo que as vítimas manifestem violações de direitos no âmbito do judiciário, é uma solução prática para garantir a conformidade com a resolução e a proteção dos direitos das mulheres.

Essas medidas não apenas estão alinhadas com a busca por um sistema judiciário mais equitativo e livre de estereótipos de gênero no Brasil, mas também podem servir como exemplo para o mundo. Ao adotar o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero e implementar mecanismos de supervisão, o Brasil se posiciona como um defensor dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero em nível global.

Essa solução não apenas aprimora o sistema de justiça no Brasil, mas também pode inspirar outros países a considerar medidas semelhantes, promovendo a justiça

e a igualdade em âmbito internacional. Além disso, ao garantir uma efetiva aplicação do Protocolo e a proteção dos direitos das mulheres, o Brasil contribui para um mundo mais justo e igualitário, demonstrando que a luta pela igualdade de gênero é uma causa universal que transcende fronteiras e culturas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Teresa F. **Julgar com Perspectiva de Gênero?** In: JULGAR online. Lisboa, novembro de 2017. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original144414202303206418713e177b3.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Relatório: O Poder Judiciário no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres. CNJ, 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/7b7cb6d9ac9042c8d3e40700b80bf207.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 2021. Brasília: Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021.

Disponível em:< <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>. > Acesso em: 05 nov. 2023.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (org) 1976. História Geral da Civilização Brasileira, apud. NAVARRO-SWAIN, Tania. **História**: construção e limites da memória social. Disponível em; <<https://www.tanianavarrowswain.com.br/chapitres/bresil/his%20construcao%20e%20limites.htm#1>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS. "Primeiros Engenhos do Brasil Colonial e o Engenho São Jorge dos Erasmos: Preliminares de uma Doce Energia". **História e-História**. Disponível em: <<http://www.engenho.prceu.usp.br/historia/>>. Acesso em: 20 set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du Discours**. Paris: Gallimard, 1971. Disponível em:< <https://litterature924853235.files.wordpress.com/2018/06/ebook-michel-foucault-l-ordre-du-discours.pdf>.> Acesso em: 05 nov. 2023.

FRANÇA, Karoline Veiga. **Corpo Feminino sob uma Perspectiva Foucaultiana: Rumo à Construção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres no Brasil**. Ano 2018, p. 3. Disponível em: < <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/236.pdf> > Acesso em 25 out 2023.

LESSA, P. **O que a História não Diz não Existiu**: a lesbiandade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. Em *Tempo de Histórias*, [S. l.], n. 07, 2011. DOI: 10.26512/emtempos.v0i07.20136. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20136>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MÉXICO. **Suprema Corte de Justicia de la Nación. Protocolo para julgar com perspectiva de gênero**. Ciudad de México: Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2020.

MAEDA, Patrícia. **Julgamento com Perspectiva de Gênero no Mundo**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7505335/mod_resource/content/1/AULA_02~1.PDF>. Acesso em: 02 nov. 2023.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **História**: construção e limites da memória social nota técnica: julgar com perspectiva de gênero. *Boletim Revista dos Tribunais Online*, vol. 39/2023, Maio / 2023. Disponível em: <https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2023/09/12/14_30_31_986_Nota_tcnica.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

PORTO, Maria Laura; AMARAL, Waldemar Naves do. **Violência Sexual Contra a Mulher**: Histórico e conduta. 2014. *Femina*, v. 42, n° 4. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2014/v42n4/a4594>>. Acesso em 04 de nov. 2021.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que Mudou na Família Brasileira? (da colônia à atualidade)**. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53500/57500>>. Acesso em: 03 nov. 2023

VOZES FEMININAS NA LITERATURA E OUTRAS ARTES. **Recursos Eletrônicos**. Cátia Inês Negrão Berlim de Andrade, Maria de Fátima Alves de Oliveira Marcari, Norma Domingos (organizadoras). Assis: UNESP - Campus de Assis, 2021, p. 82. Disponível em: <<https://www.assis.unesp.br/Home/pesquisa/publicacoes/vozes-femininas-na-literatura-e-outras-artes-fcl-assis.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

TERCEIRIZAÇÃO E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Fabíola Machajewski¹
Valesca Corrêa Baptista²
Emily Amanda Bruxel Pinceta³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo descrever como a terceirização afeta diferentes setores da sociedade brasileira. Neste sentido, o presente trabalho procura detalhar as formas de implementação da terceirização, suas vantagens e desvantagens, bem como os impactos na sociedade e nos trabalhadores envolvidos. Para assim, compreender os efeitos da terceirização em diversos setores da sociedade brasileira, que reflete na prática das empresas, dos trabalhadores e da comunidade. A metodologia utilizada foi uma retomada bibliográfica e análise de caso, da qual procura definir que a terceirização pode influenciar significativamente a eficiência e os custos das operações em diferentes organizações, além de potencialmente afetar a qualidade dos produtos e as condições de trabalho dos funcionários terceirizados.

Palavras-chave: Direito; Serviço; Terceirização; Vinícola.

ABSTRACT

This article aims to describe how outsourcing affects different sectors of Brazilian society. In this regard, the present work seeks to detail the ways of implementing outsourcing, its advantages and disadvantages, as well as the impacts on society and the workers involved. In order to understand the effects of outsourcing on various sectors of Brazilian society, which are reflected in the practices of companies, workers, and the community. The methodology used was a literature review and case analysis, which seeks to define that outsourcing can significantly influence the efficiency and costs of operations in different organizations, as well as potentially affect the quality of products and the working conditions of outsourced employees.

Keywords: Law; Service; Outsourcing; Winery.

INTRODUÇÃO

A terceirização é um tema de grande relevância e impacto na sociedade brasileira, afetando diversos setores de maneira significativa. Neste contexto, este

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. fabiola.machajewski@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. valescacorr@gmail.com

³ Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Professora dos Cursos de Ciências Contábeis e Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.

artigo tem como objetivo principal descrever os efeitos da terceirização em diferentes âmbitos da sociedade brasileira. Ao longo deste trabalho, será detalhado as formas de implementação da terceirização, suas vantagens e desvantagens, e os impactos que essa prática tem sobre a sociedade e os trabalhadores envolvidos.

A problematização que motiva este estudo consiste na complexidade das relações entre empresas terceirizadas, trabalhadores terceirizados e a comunidade em geral. A terceirização pode influenciar significativamente a eficiência e os custos das operações em diferentes organizações, ao mesmo tempo em que pode afetar a qualidade dos produtos e as condições de trabalho dos funcionários terceirizados.

Para atingir os objetivos, foi adotado uma metodologia que inclui a retomada bibliográfica detalhada e a análise de caso concreto. No referencial teórico foram utilizados autores que contribuíram para a compreensão da terceirização e suas implicações.

A estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma: na seção seguinte, será apresentado uma revisão sobre terceirização com seus principais conceitos e formas de implementação. Em seguida, será abordado as vantagens e desvantagens da terceirização. Posteriormente, será analisado o caso das Vinícolas do Rio Grande do Sul. Por fim, serão apresentadas conclusões e a base de informações obtidas ao longo do estudo.

1 A TERCEIRIZAÇÃO

O conceito de trabalhador, que possui direitos trabalhistas, ocorreu com mais ênfase após o surgimento da Revolução Industrial. Antes, o trabalhador era visto como um objeto e mantinha relações ruins com seu empregador, relações que ocorriam muitas vezes como análogas a escravidão. Esse fato histórico trouxe consigo a introdução do maquinário das fábricas e impulsionou o crescimento econômico do período.

O conceito de trabalhador enquanto sujeito de direito se torna mais consensual a partir de outra movimentação social, mais notadamente com o advento da Revolução Industrial. Tornou-se hegemônica a afirmação de que

o Direito do Trabalho nasceu com o surgimento das máquinas, das suas indústrias e a da massificação da mão de obra que se aglutinava em torno do novo método de produção de riquezas (Britto, 2012, p. 4).

Apesar dos benefícios ao âmbito econômico, com esse marco surge também a necessidade de uma resposta regulatória, devido aos empregados serem explorados e passarem por situações precárias. Nesse contexto, surgem movimentos sociais e sindicais para a busca de melhores condições de trabalho, salários mais justos, desenvolve-se assim o campo do Direito do Trabalho.

A transformação das condições de trabalho ao longo da Revolução Industrial está ligada com a evolução do Direito do Trabalho. Segundo Cassar (2017), o surgimento do Direito do Trabalho é uma resposta às condições desumanas em que os trabalhadores se encontravam durante a Revolução Industrial. Sendo moldado por uma série de fatores históricos e sociais que levaram a necessidade de regulamentar a proteção dos trabalhadores, para proporcionar a eles uma igualdade nas relações de empregador-empregado, além de condições de trabalho justas e seguras.

Portanto, Catharino defende o conceito de Direito do Trabalho como “[...] o conjunto de princípios e normas que regulam, principalmente, as relações imediata ou mediata ligadas ao trabalho remunerado, livre, privado e subordinado, e, ainda, aspectos relativos à existência dos que o executam” (Cassar, 2017, p. 7). Portanto, trata-se do campo legal que concentra nas questões trabalhistas e nas relações entre empregadores e empregados.

Com o advento da globalização, junto a utilização de novas tecnologias, nota-se os impactos nos trabalhadores, de maneira que são excluídos e trocados. Ocorre, assim, uma busca maior por trabalhos informais, conseqüentemente, afeta a relação do empregador e empregado. Diante disso, como ocorre o enfraquecimento das organizações sindicais e o desemprego.

Livre de contestação eficaz, o resultado desta conceituação globalizante se fez logo evidente, provocando, deste outros, os seguintes efeitos: aumento da tecnologia excludente do trabalho humano, expansão da informalidade, precarização das relações de trabalho, desnacionalização das indústrias e empresas, aperfeiçoamento do subsistema socioeconômico que vive da atividade criminosa ou ilegal, terceirização, desemprego e enfraquecimento das entidades sindicais (Britto, 2012, p. 16).

Com os novos meios de trabalho que surgem, se manifestam também novas demandas para o Direito do Trabalho. Entre elas, a terceirização, que se trata da prática em que uma empresa contrata uma organização externa para executar determinadas atividades que não fazem parte de sua atividade principal. Tal organização assume o risco e responsabilidade pela execução das atividades.

[...] a estratégia empresarial que consiste em uma empresa transferir para outra, e sob o risco desta, a atribuição, parcial ou integral, da produção de uma mercadoria ou a realização de um serviço, objetivando – isoladamente ou em conjunto – a especialização, a diminuição de custos, a descentralização da produção ou a substituição temporária de trabalhadores (Sobrinho, 2008, p. 78).

Sendo assim, a terceirização torna-se um método das empresas a fim de se concentrar em suas atividades principais enquanto contrata especialistas para cuidar de aspectos específicos do processo produtivo ou de serviços. Desse modo, a empresa eleva seus ganhos de eficiência, otimização de recursos e maior flexibilidade na administração dos recursos humanos.

Nesse ponto de vista, é apresentada uma análise sobre a evolução da terceirização e seu impacto nas relações de trabalho no Brasil. Segundo Fogarolli (2020), a ampliação da terceirização no Brasil foi um elemento chave na flexibilização dos direitos trabalhistas. Antigamente, estava estabelecido que era possível a terceirização para atividades-meio, ou então, para atividades que não eram consideradas essenciais para o funcionamento da empresa.

No entanto, Fogarolli (2020) apresenta a atualização que ocorreu sobre a terceirização, “Todavia, a Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017, a chamada “Lei da Terceirização”, ampliou a possibilidade de terceirização em todas as atividades empresariais, abrindo-se uma enorme fenda para a precarização das relações de trabalho” (Fogarolli, 2020, p.10).

Desse modo, torna-se permitido que a terceirização seja também para atividades-fim, sendo possível que as atividades essenciais e principais que a empresa está envolvida sejam terceirizadas, ampliando a área de atuação. Esse fato representou uma flexibilização significativa dos direitos trabalhistas, mas em outra

perspectiva gerou a preocupação com a proteção desses trabalhadores nesse novo contexto.

Os tipos de serviços terceirizados foram ampliados e para Santos (2014), podem ser compreendidos em terceirização operacional, sendo os profissionais básicos para o funcionamento da empresa; já a terceirização de manutenção, refere-se a serviços diretamente ligados ao maquinário; e correção e terceirização de serviços profissionais, destina-se a serviços prestados por profissionais do âmbito jurídico, contábil entre outras especialidades.

Sendo assim, Sartori (2019) enfatiza a relação complexa entre capital e trabalho na teoria marxista. “[...] o capital aparece como uma potência demiúrgica somente ao passo que é dependente do trabalho. Na imediatidade, ele é autônomo e se transforma em um sujeito automático; no entanto, isso é tudo que ele não pode ser” (Sartori, 2019).

De maneira que o capital, conforme Sartori (2019), apesar de parecer uma força poderosa e autônoma, depende do trabalho humano para funcionar. E, em outra perspectiva, o trabalhador é dependente do trabalho, mas essa subordinação se faz essencial para o funcionamento da economia. Nesse contexto, Sartori (2019) propõe a análise crítica na relação entre trabalho, capitalismo e exploração, o que reflete-se nas vantagens e desvantagens da terceirização e de que maneira impacta na relação trabalhista.

2 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA TERCEIRIZAÇÃO

A Lei nº 6.019/1974, estabelece as regras para o trabalho temporário nas empresas urbanas no Brasil. Esta define o trabalho temporário como o tal prestado por um trabalhador a uma empresa por prazo determinado (temporário), com um período limitado de tempo. Visando a substituição transitória de pessoal permanente ou até mesmo diminuindo processos de atendimento às demandas extraordinárias.

A Lei nº 13.429/2017, alterou a Lei nº 6.019/74 e expandiu o fator regulatório para abranger não só o trabalho temporário, mas também as relações de trabalho nas empresas para fins de prestação de serviços a terceiros. Isso permite que a terceirização de atividades-fim, que era restrita, anteriormente, a atividades-meio,

introduziu regras para contratação de serviços terceirizados por empresas públicas e privadas.

As citadas leis procuram regulamentar e proteger os direitos dos trabalhadores temporários e terceirizados, os quais são a parte mais fraca na relação de trabalho, ao mesmo tempo que fornecem diretrizes para as empresas que usufruem destes serviços. Esses dados têm impacto significativo nas práticas de contratação e nas relações de trabalho no Brasil.

De acordo com Santos (2014), a terceirização como opção, necessita ser revista antes de qualquer afirmação de ideias, além disso, terceirizar torna-se uma decisão estratégica, seja a curto, médio ou longo prazo. Pois leva em consideração aspectos diretamente relacionados com a eficiência operacional, nos custos e nos serviços prestados pela empresa.

Portanto, é importante realizar uma análise das vantagens e desvantagens, considerar os riscos envolvidos, assim como estabelecer metas claras e bem definidas acima de optar pela terceirização como parte da estratégia da organização.

Outro fator relevante que é abordado a Santos (2014) na tomada de decisão corporativa, é a reputação da empresa terceirizada e sua competitividade em relação aos concorrentes, de modo que os concorrentes possam optar por um mesmo fornecedor, limitando, assim, sua capacidade de ajustar os preços sem comprometer sua posição competitiva.

Neste mesmo contexto, Farina (1997) destaca que a terceirização de atividades iniciais pode reduzir a diferenciação da empresa, permitindo que concorrentes tenham os mesmos recursos, assim, torna-se necessário medidas de proteção para preservar a competitividade.

Uma terceirização de atividades essenciais, realizadas na fase inicial do processo produtivo, pode implicar na perda de capacidade de diferenciação da empresa, visto que os concorrentes poderão acessar as mesmas fontes de suprimento, a menos que se implementem medidas de proteção específicas para evitar tal convergência de estratégias (Farina, 1997, p. 283).

Essas medidas podem incluir acordos contratuais estratégicos com os fornecedores terceirizados, o desenvolvimento de tecnologias proprietárias ou processos exclusivos que não podem ser facilmente replicados pelos concorrentes,

ou até mesmo estratégias de *marketing e branding* que destacam a singularidade da empresa no mercado.

A terceirização, ao transferir atividades anteriormente realizadas internamente para fornecedores externos, transforma custos que eram previamente fixos, como os relacionados aos salários, direitos trabalhistas e manutenção de equipamentos, em variáveis para a empresa contratante. Conseqüentemente, os custos associados à produção das atividades terceirizadas dentro da empresa tendem a se aproximar da inexistência.

Estes custos variáveis proporcionam à empresa a capacidade de alocar recursos financeiros em outras áreas, otimizando a distribuição de capital dentro da organização. Portanto, segundo Santos (2014) a terceirização pode ser concebida como uma abordagem estratégica para otimizar a alocação de recursos dentro dos parâmetros orçamentários mensais estabelecidos pela empresa.

A terceirização, dessa forma, possibilita à organização concentrar seus esforços e recursos nas atividades centrais que contribuem para sua diferenciação em relação aos concorrentes. Portanto, a terceirização cresce como uma alternativa flexível e estratégica para a externalização de serviços que não são centrais para o negócio, permitindo que a empresa mantenha o foco em suas competências essenciais e na consecução de seus objetivos estratégicos.

A Lei n. 8.666/93, sendo a Lei de Licitações e Contratos no Brasil, tem a finalidade de assegurar que os direitos dos trabalhadores terceirizados sejam protegidos, mesmo em situações em que a empresa contratada para prestar serviços não cumpra suas obrigações trabalhistas. Isso incentiva a Administração Pública a exercer uma fiscalização efetiva e a contratar empresas respeitáveis que cumpram suas obrigações legais.

V – Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666, de 21-6-1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada (Santos, 2014, p. 13).

A legislação brasileira estabelece a responsabilidade solidária ou subsidiária, tornando as empresas contratantes corresponsáveis pelos direitos trabalhistas dos terceirizados, o que exige que a fiscalização se estenda a ambas. Para um mercado de trabalho terceirizado mais justo e equitativo, é essencial fortalecer a fiscalização com recursos adequados, capacitação dos fiscais, cooperação entre os órgãos fiscalizadores e a conscientização das empresas contratantes sobre suas responsabilidades.

De maneira a garantir que a terceirização beneficie não apenas as empresas, mas também os trabalhadores e a comunidade em geral, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa. A ausência de fiscalização rigorosa, pode ser observada no caso das vinícolas do Rio Grande do Sul, que ocasionou práticas abusivas que prejudicaram os trabalhadores, destacando a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle.

3 CASO DE TERCEIRIZAÇÃO EXEMPLIFICADO

Em face do cenário atual, em fevereiro de 2023, foram flagrados diversos tipos de trabalho escravo em vinícolas no estado do Rio Grande do Sul. Acerca disso, a notícia se expandiu, informando a população sobre tais acontecimentos e de quais maneiras as prestações de serviços foram tomadas.

O caso das vinícolas do Rio Grande do Sul foi uma contratação através de uma empresa terceirizada chamada Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde Ltda, com a finalidade de trabalhar na colheita da uva nas vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton. Da equipe de trabalhadores, 198 eram baianos e nove gaúchos, e em sua maioria foram atraídos por promessas de salários e benefícios.

Segundo a notícia, publicada no site do Economia Brasil, quando chegaram ao local, os trabalhadores eram alojados em barracões precários, sem água potável, sem banheiros, sem camas, sem ventilação e sem higiene, como pode-se perceber no comentário de um dos trabalhadores:

Quando souberam que dei baixa na minha carteira [de trabalho], ele [suspeito] passou com a pistola com o cabo para fora para me intimidar. Apontavam a arma para irmos trabalhar, davam choque no pé. Era trabalho

forçado". No momento em que se encontram diante dessa situação não estavam mais dispostos a continuar, desse modo o pensamento era o seguinte: "Chegamos lá com um grupo grande de pessoas. Quando vimos a situação todos quiseram ir embora, mas a gente não tinha dinheiro para voltar (Brasil, 2023).

Também eram obrigados a trabalhar por longas jornadas, sem equipamentos de proteção individual, sem carteira assinada, sem salário fixo e sem direitos trabalhistas. Eles sofriam extorsão, ameaças, agressões e torturas por parte do empresário que os contrataram, como nota-se no comentário de uma das vítimas "[...] Até na cadeia a pessoa é tratada melhor do que lá. O que passamos não foi coisa de Deus" (Brasil, 2023).

Como é possível observar, a empresa contratante enxergava os trabalhadores como objetos descartáveis e exploráveis. Ela negou indenizar os trabalhadores e não reconheceu a ocorrência de trabalho em condições análogas à escravidão, desse modo um dos trabalhadores afirma "A empresa lucrava muito em cima do nosso trabalho. Queremos alguma indenização para pelo menos pagarmos as dívidas que fizemos". A empresa prometia aos trabalhadores um salário de R\$1.500,00 por mês, além de alojamento, alimentação e transporte. No entanto, ela não cumpria essas promessas e ainda descontava do pagamento os custos dos serviços prestados.

A situação apresentada nos casos de trabalho nas vinícolas no Estado do Rio Grande do Sul se torna alarmante e desperta questões importantes sobre os direitos humanos, ética empresarial e a responsabilidade social. A maneira em que os trabalhadores foram submetidos a circunstâncias degradantes e tratamento não humano é inaceitável em toda sociedade e vai contra os princípios fundamentais de respeito e dignidade.

Antes de tudo, a exploração de mão de obra em situações análogas à escravidão representa uma violação flagrante dos direitos humanos e uma afronta à legislação trabalhista. A oferta inicial de salários e vantagens atraiu os trabalhadores, entretanto, a realidade que encontraram foi totalmente oposta, afrontando os preceitos da Constituição Federal que protegem os trabalhadores. A ausência das condições mínimas de higiene, moradia, equipamentos de proteção e o não cumprimento dos pactos salariais ressaltam uma exploração cruel e desumana.

Além disso, a conduta da empresa terceirizada Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde Ltda evidencia uma grave falha em sua ética empresarial e responsabilidade social. O fato de a empresa ter negado que as acusações se assemelhavam as de escravidão revela a falta de transparência e comprometimento da empresa. Além de considerar que os trabalhadores eram objetos descartáveis de exploração, a empresa se coloca em um claro desrespeito com os princípios fundamentais da dignidade humana.

Exemplos como esse ressaltam a importância da fiscalização e supervisão mais rigorosas por parte das empresas. A exploração descrita não deveria ter passado despercebida, e a falta de monitoramento permitiu que os abusos persistem. É de responsabilidade da empresa contratante as ações diretas, além do controle das práticas das empresas terceirizadas.

Para evitar tais ocorrências, ações como fortalecimento das leis trabalhistas, aprimorar canais de denúncia e a maior conscientização sobre os direitos dos trabalhadores são essenciais. Empresas também devem adotar medidas de análise de informações de uma determinada empresa ao selecionar parceiros de negócios.

Contudo, esses casos enfatizam que o lucro não pode justificar a exploração e o desrespeito aos direitos humanos. Toda a sociedade, incluindo empresas, autoridades e cidadãos, deve unir esforços para eliminar abusos e promover condições de trabalho justas e dignas para todos.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa, aborda a relevância e o impacto da terceirização na sociedade brasileira, analisando suas diversas dimensões, vantagens e desvantagens. O estudo identifica a complexidade das relações entre empresas terceirizadas, trabalhadores terceirizados e a comunidade em geral, destacando como a terceirização pode afetar a eficiência, os custos e as condições de trabalho. Desse modo, analisa-se o caso real de abusos nas vinícolas do Rio Grande do Sul, exemplificando os desafios éticos e de responsabilidade social associados à terceirização.

A evolução do Direito do Trabalho ao longo da história, influenciada principalmente pela Revolução Industrial buscou melhorar a relação dos empregados e empregadores. Contudo, a globalização e a ampliação da terceirização junto à Lei da Terceirização trouxe desafios nesse ramo. Sendo necessário a expansão das atividades de terceirização e a constante preocupação com as relações de trabalho, a fim de garantir os direitos e a proteção desses trabalhadores.

Portanto, é evidente a necessidade de equilibrar os efeitos da relação da terceirização entre as empresas e os colaboradores. Conforme analisado o caso das vinícolas, que revela uma situação alarmante diante dos direitos humanos e da legislação trabalhista. A situação evidencia a falta de ética e compromisso da empresa para com os trabalhadores.

Nesse viés, torna-se importante também uma fiscalização rigorosa e comprometida com o bem-estar dos empregados, de maneira a garantir seus direitos e estimular o cumprimento de determinações estabelecidas no contrato. A fim de fomentar um mercado de trabalho equilibrado e honesto, entre trabalhadores e empresas, promovendo a confiança nas relações.

Em suma, este estudo contribui para a conscientização sobre os desafios e benefícios da terceirização, incentivando discussões mais justas e equitativas no mercado de trabalho terceirizado. É fundamental que a sociedade como um todo se una para garantir que a terceirização seja uma estratégia que beneficia não apenas as empresas, mas também os trabalhadores e a comunidade em geral, visando uma sociedade mais justa e equitativa para todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRITTO, Cezar. **Aspectos Históricos e Ideológicos na Construção do Direito do Trabalho**. Disponível em: <file:///C:/Users/fabio/Desktop/direito% 201.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho de Acordo com a Reforma Trabalhista e a MP 808/2017**. Disponível em: <file:///C:/Users/fabio/Desktop/direito% 202.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução N. 37**, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: <Resolução CONAMA 237>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ECONOMIA BRASIL. O Caso de Trabalho Análogo à Escravidão em Vinícolas no RS, de 02 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-que-se-sabe-sobre-caso-de-trabalho-an%C3%A1logo-%C3%A0-escravid%C3%A3o-no-rs/a-64865707>>. Acesso em: 27 out. 2023.

FOGAROLLI, Paulo Roberto Filho. **Os Trabalhadores Invisíveis: os reflexos da crise no direito do trabalho em tempos de pandemia**. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/7016/pdf>>. Acesso em: 08 set. 2023.

G1. Vinícolas do RS que Usavam mão de Obra Análoga à Escravidão Podem Ser Responsabilizadas, diz MTE, de 24 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/24/vinicolas-do-rs-que-usammao-de-obra-analoga-a-escravidao-podem-ser-responsabilizadas-diz-mte.ghtml>>. Acesso em: 26 out. 2023.

G1. Empresário é Preso por Manter 150 Trabalhadores em Condições Análogas à Escravidão em Bento Gonçalves, diz polícia, de 23 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/23/empresario-e-presopor-manter150-trabalhadores-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-bento-goncalves-dizpolicia.ghtml>>. Acesso em: 26 out. 2023.

G1. Empresário é Preso por Manter 150 Trabalhadores em Condições Análogas à Escravidão em Bento Gonçalves, diz polícia, de 23 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/25/trabalhadores-encontrados-emsituacao-semelhante-a-escravidao-no-rs-voltam-para-casa.ghtml>>. Acesso em: 26 out. 2023.

G1. 'Se Reclamasse, era Espancado', diz Baiano Vítima de Trabalho Similar à Escravidão em Bento Gonçalves, no RS, de 25 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/02/25/se-reclamasse-era-espancado-diz-baianovitima-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-vinicola-no-rs.ghtml>>. Acesso em: 26 out. 2023.

G1. 'Não Tem como a Pessoa Ir para Casa', diz Trabalhador Resgatado em Condições Análogas à Escravidão em Bento Gonçalves, de 23 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/23/nao-tem-como-a-pessoa-ir-paracasa-diz-trabalhador-resgatado-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-bentogoncalves.ghtml>>. Acesso em: 26 out. 2023.

SANTOS, Diogo Palau Flores dos. **Terceirização de Serviços pela Administração Pública: estudo de responsabilidade subsidiária**. São Paulo: Saraiva, 2014. 192 p.

SARTORI, Vitor. **Marx e o Direito do Trabalho: a luta de classes, o terreno jurídico e a revolução**. Disponível em:



22 de novembro de 2023.

ISBN: 2177-1103.

<<https://www.scielo.br/j/rk/a/kvcbyMSb5pKgyphbpyHxjb/#>>. Acesso em: 08 set. 2023.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MERCADO BANCÁRIO FINANCEIRO: A EVOLUÇÃO DOS BANCOS TRADICIONAIS FRENTE O SURGIMENTO DAS *FINTECHS*

Gabriel Dambros Meneghetti¹
Lucas Lunkes Werle²
Camila Gabriele Câmara³
Danieli Hermes Rodrigues⁴

RESUMO

O sistema financeiro é formado por um conjunto de instituições, onde cada uma delas desempenha suas funções e, todas elas são norteadas pelo Banco Central do Brasil. Inserido no sistema financeiro estão os bancos tradicionais, bancos digitais e as *fintechs*, que têm funções e serviços de extrema importância e, que tem influência direta no comportamento do consumidor final. Assim, o tema do presente trabalho, versa sobre: Transformação Digital do Mercado Financeiro: a evolução dos bancos tradicionais frente ao surgimento das *fintechs*. A partir dessa temática estudou-se os principais impactos acarretados aos bancos tradicionais e quais medidas estão sendo tomadas para manter sua competitividade no mercado financeiro. O estudo tem por objetivo situar o leitor acerca da estrutura do sistema financeiro nacional através de uma análise entre o sistema bancário tradicional, com a inclusão dos bancos digitais e as *fintechs*.

Palavras-chave: Sistema Financeiro Nacional; Bancos Tradicionais; Bancos Digitais; *Fintechs*.

ABSTRACT

The financial system is formed by a set of institutions, where each of them performs its functions and all of them are guided by the Central Bank of Brazil. Inserted in the financial system are traditional banks, digital banks and fintechs, which have extremely important functions and services and have a direct influence on the behavior of the end consumer. Thus, the theme of this work deals with: Digital Transformation of the Financial Market: the evolution of traditional banks in the face of the emergence of fintechs. Based on this theme, the main impacts on traditional banks were studied and what measures are being taken to maintain their competitiveness in the financial market. The study aims to situate the reader about the structure of the national financial

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. gabdmeneghetti@gmail.com.

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. lucaswerle@outlook.com.br.

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Pós graduada em Enfermagem Estética. Orientadora. Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis

⁴ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Orientadora. Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. prof.danielihermes@hotmail.com.

system through an analysis between the traditional banking system, with the inclusion of digital banks and fintechs.

Keywords: National Financial System; Traditional Banks; Digital Banks; Fintechs.

INTRODUÇÃO

Vive-se em um tempo de constante evolução e é perceptível que a tecnologia está cada vez mais presente em nossas vidas. Consequentemente as pessoas estão mais conectadas umas às outras e mais exigentes tecnologicamente, pois quanto melhor for a sua tecnologia melhor será a sua interação com o mundo.

Com a popularização da internet a humanidade conseguiu avançar em muitas áreas e, as empresas fazem parte dessa evolução. Esse novo cenário proporcionou aos empresários novas oportunidades, como também novos desafios fazendo com que as empresas se desafiem a suprir a demanda, se reinventando de maneira digital, pois é isso que o mercado necessita.

A partir disso, o tema deste trabalho é: Transformação Digital do Mercado Financeiro: a evolução dos bancos tradicionais frente ao surgimento das *fintechs*. Nesse sentido, busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as medidas que os bancos tradicionais adotaram frente ao surgimento das *fintechs*?

O objetivo geral deste estudo é demonstrar o Sistema Financeiro Nacional e as principais características dos bancos tradicionais e das *fintechs*. Também são objetivos do presente trabalho, estudar acerca das principais instituições financeiras digitais e tradicionais/físicas do mercado financeiro brasileiro e apresentar as principais vantagens e desvantagens das instituições financeiras (físicas e digitais).

A discussão acerca das vantagens e desvantagens também é bastante relevante, na medida que são essenciais para direcionar e proporcionar, ao futuro leitor, uma melhor escolha quanto aos bancos tradicionais e digitais, quando levado em consideração, um produto ou serviço de necessidade do indivíduo ou empresas.

Outra área beneficiada será a da academia, onde os resultados do estudo ficarão disponíveis para outros acadêmicos e demais interessados, e assim, fomentar cada vez mais a pesquisa científica, podendo ser a base para outros projetos similares. Além disso, a área de ciências contábeis também se beneficia dos

processos de desenvolvimento e resultado do estudo, por possibilitar a visualização dos meios utilizados pelas empresas, bem como uma comparação e diferenciação das instituições financeiras digitais e tradicionais/físicas.

O presente estudo tem como base uma pesquisa documental indireta, com a utilização de fontes primárias e secundárias, concomitantemente, sendo realizada, através da pesquisa bibliográfica por meio da coleta de dados em artigos, livros, revistas e sites oficiais do Banco Central do Brasil relacionados à temática.

O método de análise principal utilizado é o hipotético-dedutivo, que parte, neste caso, da hipótese construída. Em relação aos dados coletados, em termos metodológicos adotou-se o estudo método qualitativo, tendo como objeto situar o leitor acerca da estrutura do sistema financeiro nacional através de uma análise entre o sistema bancário tradicional e os bancos digitais, as *fintechs*.

Em resumo, este artigo é constituído pela introdução, referencial teórico, metodologia da pesquisa e por fim, a conclusão do estudo.

1 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: BREVE CONCEITUAÇÃO E OS ASPECTOS FUNDAMENTAIS E ESTRUTURAIS DO SISTEMA

O Sistema Financeiro Nacional é definido como sendo um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas que tem como principal objetivo regular, fiscalizar e executar as operações do mercado financeiro, visando a promoção e o crescimento da economia (Abreu; Silva, 2017). As instituições que compõem o sistema, devem criar condições, de forma otimizada, para a movimentação de recursos financeiros entre aqueles que buscam financiamento e aqueles que estão poupando na economia (Assaf Neto, 2021).

O Banco Central do Brasil – BACEN conceitua o Sistema Financeiro Nacional como sendo um intermediador entre

[...] agentes econômicos superavitários e os deficitários de recursos, tendo como resultado um crescimento da atividade produtiva. Sua estabilidade é fundamental para a própria segurança das relações entre os agentes econômicos. Isso fica evidente quando se observa que esses agentes relacionam-se entre si em suas operações de compra, venda e troca de mercadorias e serviços de modo que, a cada fato econômico, seja ele de

simples circulação, de transformação ou de consumo, corresponde ao menos uma operação de natureza monetária realizada junto a um intermediário financeiro, em regra um banco comercial que recebe um depósito, paga um cheque, desconta um título ou antecipa a realização de um crédito futuro (Banco Central do Brasil, s.d., n.p.).

Para Alexandre Assaf Neto, o Sistema Financeiro Nacional é dividido em dois grandes subsistemas: subsistema normativo e subsistema de intermediação financeira.

O subsistema normativo é responsável por garantir o bom desempenho do mercado financeiro e das instituições financeiras, sendo composto pelas autoridades monetárias e entidades especiais. É composto pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Banco Central do Brasil – BACEN, sendo este último o principal regulador dos bancos comerciais e das *fintechs*.

Por sua vez, o subsistema de intermediação financeira, também conhecido como órgãos operativos “[...] é composto das instituições (bancárias e não bancárias) que atuam em operações de intermediação financeira. [...]” (Assaf Neto, 2021, p. 42), através dos bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades corretoras de valores mobiliários, seguradoras, entre outros.

As instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional também são classificadas em: a) instituições bancárias ou monetárias e b) não bancárias ou não monetárias. As instituições financeiras bancárias são aquelas que permitem a captação de moeda corrente por meio do depósito à vista, são elas que operam os ativos financeiros que circulam pelos meios de pagamentos, sendo representadas pelos bancos comerciais e os bancos múltiplos. Os bancos comerciais podem ser entendidos como sendo:

[...] instituições financeiras constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedades anônimas. Executam operações de crédito caracteristicamente de curto prazo, atendendo, dessa maneira, às necessidades de recursos para capital de giro das empresas (Assaf Neto, 2021, p. 52).

Por sua vez, os bancos múltiplos atuam em diferentes segmentos do mercado financeiro, oferecendo uma variedade de serviços bancários. No Brasil, os bancos múltiplos são regulamentados pelo Banco Central e podem operar em duas ou mais

carteiras, dentre elas a carteira comercial, a carteira de investimento, a carteira de câmbio e a carteira de desenvolvimento. Sendo assim, “Para que uma instituição seja configurada como um banco múltiplo, ela deve operar pelo menos duas das carteiras apresentadas, uma delas necessariamente de banco comercial ou de banco de investimento” (Assaf Neto, 2021, p. 53).

Já as instituições financeiras não bancárias, diferentemente das instituições monetárias, não possuem autorização legal para aceitar depósitos à vista, o que significa que não têm a capacidade de criar moeda, trabalhando com ativos não monetários como ações, debêntures, certificados de depósitos bancários, e letras de câmbio. Entre elas, as mais conhecidas são as sociedades corretoras de valores mobiliários e os bancos de investimento (Assaf Neto, 2021).

Dessa forma, as instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional asseguram normas que aumentam a segurança e a confiabilidade das transações econômicas e financeiras. Para isso, o Brasil possui uma instituição financeira estatal responsável por implementar as políticas monetárias, regular e supervisionar o Sistema Financeiro Brasileiro e emitir a moeda: o Banco Central do Brasil, mais conhecido como BACEN.

1.1 BANCO CENTRAL DO BRASIL

O Banco Central do Brasil – BACEN é a instituição monetária e bancária reguladora do sistema financeiro do país sendo “[...] o principal poder executivo das políticas traçadas pelo Conselho Monetário Nacional e órgão fiscalizador do Sistema Financeiro Nacional” (Assaf Neto, 2021, p. 47), sendo considerado um dos mais importantes pilares garantidores da economia estável para o país.

Conforme consta em seu site oficial na internet, possui a missão de “Garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade” (Banco Central do Brasil, s.d., s.n.).

Assaf Neto entende que o Bacen quem executa as normas regidas pelo Conselho Monetário Nacional, e além disso também tem o dever de garantir o poder de compra da moeda nacional frente às oscilações de mercado, promover a formação

de poupança e também garantir a formação e preservação das reservas internacionais, que representam solidez garantem estabilidade frente a um cenário de crise econômica (Assaf Neto, 2017).

De acordo com o site oficial do Bacen, além das atribuições já citadas, também é responsável por:

- a. Controlar a inflação para que fique próxima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional
- b. Assegurar que o Sistema financeiro seja seguro em suas operações, fiscalizando as instituições bancárias bem como autorizando seu funcionamento
- c. Emitir papel moeda
- d. Realizar operações de redesconto com os bancos
- e. Ser o “banco dos bancos”, captando depósitos dos mesmos com objetivo de garantir a liquidez do Sistema bancário
- f. Exercer o controle sobre os meios de pagamentos e as taxas de juros da economia (BACEN, 2023).

1.2 BANCOS TRADICIONAIS

Atualmente é essencial ter conta em pelo menos um único banco para receber seu salário, pagar suas contas e constituir uma reserva financeira. Mesmo assim, existem pessoas que conseguem viver sem ter relacionamento com nenhuma instituição financeira, segundo um estudo publicado pelo Instituto Locomotiva no ano de 2019, cerca de 45 milhões de pessoas relataram não ter conta em nenhum banco. Segundo o Bacen, cabe aos bancos comerciais:

[...] proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Brasil, 1994).

Algumas pessoas preferem manter sua conta em bancos tradicionais pois além do atendimento online possui disponibilidade de agências e atendimento físico humanizado, permitindo que possa também sacar dinheiro no caixa eletrônico e imprimir extratos de conta. Essas instituições contam com uma infinidade de produtos e serviços que se adequam às necessidades do cliente.

Algo que vale destacar e que difere as instituições bancárias tradicionais das fintechs são os custos de tarifas de manutenção de conta, justificados geralmente pelo benefício de manter agências físicas espalhadas pelas cidades.

O ranking dos quatro maiores bancos tradicionais em 2023, com base em seu lucro anual de 2022 é liderado pelo Itaú, seguido pelo Bradesco, Banco do Brasil e Santander (Gadelha, 2023).

2 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS BANCOS

Os bancos surgiram muito antes da era da inovação e da tecnologia e por isso foi um setor que sofreu com diversas mudanças ao longo do tempo, tendo que adaptar-se onde grande parte de seus clientes buscam trabalhar somente no meio digital. “O conceito de transformação digital pode ser considerado como um processo, no qual as instituições se utilizam da tecnologia para garantir seus resultados, aumentar seu alcance e melhorar seu desempenho” (Magnus, 2018, n.p.).

Sabe-se da complexidade do negócio dessas instituições financeiras, e da grande diversidade de produtos e serviços oferecidos. Além da evolução desses aspectos, busca-se cada vez mais atender os clientes de maneira online, oferecendo canais de comunicação totalmente digitais. Além de trazer praticidade para as pessoas, reduz o número de pessoas que procuram as agências físicas para solucionar dúvidas e problemas.

Com a chegada das fintechs, os bancos tradicionais também precisaram reformular seus produtos e serviços de acordo com as necessidades dos clientes e que fossem competitivos o suficiente para manter sua carteira de clientes. As fintechs em sua maioria oferecem contas e cartões de crédito gratuitamente, sem burocracia e sem demora. Visto isso, hoje é possível ter uma conta gratuita em praticamente qualquer banco tradicional, dependendo dos serviços utilizados e do acordo com seu gestor de conta.

Existe uma grande demanda por parte dos clientes para que os bancos adaptem seus sistemas a ambientes virtuais cada vez mais simplificados, interativos e eficientes, mas diferente das fintechs que nasceram em uma plataforma totalmente digital, transferir a base de dados de milhões de pessoas de um sistema legado para

outra plataforma de tratamento de dados torna-se uma tarefa que demanda alto cuidado, pois qualquer erro pode acarretar em inúmeros prejuízos para a instituição.

3 FINTECHS

O termo *Fintech* é definido como sendo a “[...] abreviação de *financial technology* e refere-se ao uso inovador de tecnologia na criação e entrega de produtos e serviços financeiros [...]” (Diniz, 2019, p. 23). São *startups*¹ que surgem para trazer inovações por meio da tecnologia na área de serviços financeiros, sendo a inovação um elemento chave para qualquer empreendimento.

O começo do movimento *fintech*, tal como contextualizado nos dias de hoje, aconteceu no final da década de 1990 com a criação do PayPal, na Califórnia. O *PayPal* teve papel relevante na mudança do comportamento das pessoas com relação à experiência de pagamentos na internet, sendo considerada por muitos especialistas como a primeira *fintech* do mundo (Diniz, 2019, p. 24).

A chegada das *fintechs* no Brasil foi um fator importante para os clientes, pois trouxeram consigo um novo modelo de negócio, trazendo praticidade e facilidade de acesso no que diz respeito a soluções financeiras e meios de pagamento. O Brasil apresenta condições favoráveis para o surgimento e desenvolvimento de *fintechs* por possuir um mercado amplo de consumidores que atualmente estão vinculados aos bancos tradicionais (Diniz, 2019).

Basicamente são famosas por oferecerem produtos e serviços com custos baixíssimos, quase sempre inexistentes. Os exemplos mais famosos são o cartão de crédito sem anuidade e as contas digitais gratuitas. Essa já era uma demanda dos clientes, os bancos já apresentavam essas lacunas e demoraram muito para perceber, e as *fintechs* vieram para solucionar de maneira simples e ágil o que parecia difícil e burocrático (Diniz, 2019).

Apesar de vivermos cercados de tecnologia, ainda existem pessoas que não possuem tanta afinidade e facilidade em manusear aplicativos, e quando se diz

¹ Uma startup é uma empresa emergente que geralmente é caracterizada por sua inovação, escalabilidade e foco em resolver um problema específico do mercado. Elas são frequentemente associadas a setores de tecnologia e inovação, mas podem atuar em diversas áreas, desde tecnologia da informação e biotecnologia até serviços financeiros e comércio eletrônico.

respeito a controlar suas finanças simplesmente pela tela do celular ficam reciosas. Outros fatores que não favorecem as fintechs são a ausência do suporte presencial, falta de agência física com atendimento humano e caixa eletrônico.

3.1 *FINTECHS*: AS PRINCIPAIS VANTAGENS E DESVANTAGENS

As *fintechs* (tecnologias financeiras) trouxeram inúmeras vantagens e desvantagens significativas tanto para o setor financeiro em geral, quanto para as empresas e para os consumidores. As *fintechs* têm como objetivo trazer mais conveniência, eficiência e acessibilidade para os serviços financeiros, muitas vezes desafiando as instituições financeiras tradicionais. Sendo assim, cumpre elencar e destacar, brevemente, acerca das principais vantagens e desvantagens das *fintechs*.

Nos últimos anos, as *fintechs* têm ganhado destaque, provocando uma transformação na forma como indivíduos e empresas gerenciam suas finanças. E, um dos principais fatores que vem contribuindo para esse crescimento, é as vantagens que as *fintechs* oferecem, sendo as principais: agilidade, custos reduzidos, maior transparência, facilidade de integração, inovação, acesso global e suporte ao cliente.

Quanto à agilidade, destaca-se que, as *fintechs* geralmente operam de maneira totalmente online, o que torna os serviços financeiros mais acessíveis e convenientes. Os clientes têm a capacidade de efetuar transações, administrar contas e usufruir de serviços financeiros a qualquer momento e em qualquer lugar, sem a obrigação de se deslocarem a uma agência física.

No que se refere aos custos reduzidos, pode-se dizer que as *fintechs* possuem estruturas de custos mais eficientes em comparação aos bancos tradicionais, o que frequentemente se traduz em tarifas mais acessíveis para os clientes. Adicionalmente, algumas *fintechs* disponibilizam serviços gratuitos ou com taxas substancialmente reduzidas em comparação com as instituições bancárias convencionais.

Além do mais, uma das principais vantagens das *fintechs* é o acesso global, ou seja, muitas *fintechs* operam internacionalmente, o que pode ser benéfico para pessoas que viajam ou fazem negócios em diferentes países.

Por fim, uma das vantagens das *fintechs* é o suporte aos clientes. O suporte ao cliente desempenha um papel importante nas *fintechs*, assim como em qualquer

empresa que fornece serviços financeiros. No entanto, as *fintechs* muitas vezes têm abordagens diferentes em relação ao suporte ao cliente em comparação com as instituições financeiras tradicionais, uma vez que se destacam por geralmente oferecem suporte ao cliente principalmente por meio de canais digitais, como chat online, e-mail e aplicativos móveis, permitindo que os clientes obtenham assistência de qualquer lugar e a qualquer momento.

Muito embora as *fintechs* tenham muitas vantagens, elas também têm algumas desvantagens a serem consideradas, sendo as principais: a) menos presença física: as *fintechs* conduzem suas operações online, o que pode representar uma desvantagem para indivíduos que valorizam interações presenciais ou que necessitam de serviços bancários convencionais, como depósitos em dinheiro, que não são tão prontamente disponíveis nas *fintechs*; b) falta de histórico: muitas *fintechs* são empresas relativamente recentes no mercado e podem não possuir um histórico de estabilidade financeira a longo prazo. Isso pode suscitar inquietações quanto à confiabilidade em prazos mais estendidos; c) risco cibernético: devido à sua operação predominantemente online, as *fintechs* enfrentam exposição a riscos cibernéticos, tais como invasões de hackers e incidentes de segurança de dados. Esses fatores podem comprometer a segurança das informações pessoais e financeiras dos clientes.

4 METODOLOGIA

Nesta seção, apresentam-se a descrição formal dos métodos utilizados e as técnicas de investigação a serem utilizadas para a realização da pesquisa bem como engloba questões referentes ao modo, à instrumentalização, ao lugar e à quantificação da pesquisa.

Para tanto, nesta seção, descreve-se o tipo de pesquisa, o método de abordagem, os métodos de procedimento e as técnicas de investigação, atentando às correlações existentes entre essas variáveis. Assim, expor-se-á a categorização do estudo, além da geração de dados e da análise e da interpretação dessas informações. Deste modo, a pesquisa parte da análise acerca da evolução dos bancos tradicionais frente ao surgimento das *fintechs*, sob a perspectiva dos principais

impactos causados aos bancos tradicionais e os métodos utilizados aptos a garantir a competitividade no mercado financeiro brasileiro.

A pesquisa que aqui se propõe caracteriza-se como de natureza teórica, uma vez que o objetivo geral deste artigo é analisar a evolução dos bancos tradicionais frente o surgimento das *fintechs*, desenvolvendo a temática delimitada por meio da documentação indireta. A pesquisa de natureza teórica, como o próprio termo sugere, envolve a análise e confirmação da teoria, juntamente com eventuais reavaliações de sua autenticidade e abrangência. Segundo Demo, trata-se de uma pesquisa que é "[...] dedicada a reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos [...]" (Demo, 2020, p. 20).

Em termos metodológicos adotar-se-á o estudo de caso qualitativo, tendo como objeto situar o leitor acerca da estrutura do sistema financeiro nacional através de uma análise entre o sistema bancário tradicional e os bancos digitais, as *fintechs*.

A geração de dados será concretizada através de uma pesquisa com revisão bibliográfica, sendo realizada através da pesquisa bibliográfica por meio da coleta de dados em artigos, livros, revistas e sites oficiais do Banco Central do Brasil relacionados à temática.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo se constituiu em analisar a estrutura básica do Sistema Financeiro Nacional, aprofundando o assunto com o Banco Central do Brasil, órgão regulador dos bancos tradicionais e das *fintechs*. Apresentar os principais fatores que favorecem e desfavorecem o lado dos bancos, que dominam o mercado financeiro a muito tempo e dos novos participantes dessa disputa, as *fintechs*.

Com a análise da pesquisa, percebeu-se que os bancos por muito tempo permaneceram em uma zona de conforto quando o assunto era trazer soluções inovadoras e que resolvessem certas demandas dos clientes. As *fintechs* encontraram no Brasil uma grande oportunidade de negócio, captando clientes de maneira muito rápida. As *fintechs* oferecem muitas vantagens, incluindo maior acessibilidade, inovação e personalização, mas também apresentam desafios relacionados à segurança, regulamentação e concorrência.

Porém, observando o que cada um dos lados pode oferecer, acredita-se que o melhor para a população seria compilar os fatores positivos de cada um para realizar a melhor entrega aos clientes.

Os bancos tradicionais reformulando suas plataformas digitais e seus serviços oferecidos, e as fintechs aprendendo a criar solidez e tradição no mercado, mesmo com pouco tempo em ação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edgar Gomes de; SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 15ª ed., 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é Banco (instituição financeira)**.

Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/bancoscaixaseconomicas>>. Acesso em: 12 out. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução n.º 2.099**. Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2099_v25_L.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DINIZ, Bruno. **O Fenômeno Fintech: tudo sobre o movimento que está transformando o mercado financeiro no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

GADELHA, Guilherme. **Bancos Brasileiros: quais são os maiores bancos do Brasil?** Mobills, 2023. Disponível em: <<https://www.mobills.com.br/blog/bancos/moiores-bancos-do-brasil/>>. Acesso em: 12 out. 2023.

MAGNUS, Tiago. **Transformação Digital nos Bancos: evolução nos serviços financeiros**. Disponível em:

<<https://transformacaodigital.com/economia/transformacao-digital-nos-bancos-evolucao-nos-servicos-financeiros/>>. Acesso em: 07 out. 2023.

EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NO ÂMBITO DO MERCOSUL E DA RED CIDIR

Mário José Puhl¹

RESUMO

O trabalho aborda a dinâmica da educação, em nível de graduação e de pós-graduação, no contexto da integração e cooperação interinstitucional, nos territórios transfronteiriços dos países do Mercosul e das Instituições de Ensino Superior integrantes da Rede de Cooperação Interuniversitária para o Desenvolvimento e Integração Regional. Objetiva-se apresentar, as proposições presentes nos Acordos e Tratados vigentes com vistas à cooperação e a integração nas zonas de fronteira, no nível educacional da graduação e da pós-graduação. O percurso metodológico centra-se na revisão de literatura e documental, de natureza básica, seguindo-se o método de abordagem dialético, nos métodos de procedimento histórico, bibliográfico e documental, com tratamento qualitativo dos dados, com fins explicativos. A referência teórica situa as fronteiras pela perspectiva da geografia cultural e das zonas de fronteira. Entende-se a fronteira como um fenômeno cultural e social e que esta pode ser compreendida considerando as particularidades e as singularidades das zonas de fronteira, sem focar o aspecto do limite e da soberania nacional, pois considera as relações destas áreas com o poder central do Estado e sua soberania. No contexto da zona de fronteira do Mercosul, estão em curso dois movimentos de processo de integração e de cooperação interinstitucional na área da educação em nível de pós-graduação. Um no âmbito dos Acordos e Tratados do Mercosul e o outro sob a coordenação da Red CIDIR. Este último, busca efetivar o desenvolvimento educacional, científico, cultural e econômico pela pesquisa, ensino, extensão universitária e a docência.

Palavras chave: Ciência; Estados; Pesquisa; Zonas de Fronteira.

INTRODUÇÃO

A compreensão e os possíveis desdobramentos de um determinado conceito se configuram em tempos e lugares e estão permeados por tensionamentos e ambivalências, próprios dos agentes envolvidos nesta dinâmica e os interesses destes. O que se compreende por fronteira, como essa categoria conceitual foi elaborada, revista e debatida. Dinâmica presente no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da Rede de Cooperação Interuniversitária para o Desenvolvimento e Integração Regional (Red CIDIR), nas zonas de fronteira.

¹ Doutor em Educação nas Ciências (PPG - UNIJUÍ). Professor junto às Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA), Santa Rosa, RS, Brasil. mariopuhl@yahoo.com.br.

Há um processo de ressignificação do conteúdo relativo à fronteira, pois esta continua a existir e pode ser deslocada de local, visto que o significado e o conteúdo dos conceitos mudam de uma época histórica para outra, como indicam Ferrari e Dias (2005). Entendimento em sintonia com Haesbaert (2004, p. 87), o qual argumenta que para compreender determinado conceito faz-se necessário “[...] buscar seus caminhos e descaminhos, sua história ao longo da ou das áreas do conhecimento em que ele foi concebido e moldado – reconhecendo, assim, toda a herança que ele carrega em termos de construção conceitual”, visto que “[...] todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão”.

Delimitam-se as tipologias de fronteiras criadas e instituídas pelos humanos com o intuito de organizar, de representar e de estabelecer alguma forma de domínio sobre determinado espaço territorial, que são as fronteiras político-institucionais, seu percurso histórico e o conteúdo relacionado.

O trabalho está organizado em duas partes. A primeira aborda as compreensões de fronteira, em um percurso de retomada histórica desta categoria conceitual e de sua instituição política pelos humanos. O segundo capítulo aborda as proposições de integração no âmbito da educação, especialmente no nível da graduação e da pós-graduação, entre os países do Mercosul e as Instituições de Ensino Superior integrantes da Red CIDIR.

1 AS FRONTEIRAS E A DINÂMICA DA INTEGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

O conceito de fronteira está em constante modificação, de ressignificação e de conteúdo. Aspecto próprio das ciências, as quais buscam, no alargamento do conhecimento científico, proposições, com pretensão de validade, para identificar, compreender e explicar, de maneira argumentada e contextualizada, os fenômenos com os quais estão envolvidas.

O ‘movimento’ próprio das ciências se desenrola através da revisão mais ou menos radical e, para elas próprias, não transparente dos conceitos fundamentais. O nível de uma ciência determina-se pela sua *capacidade* de sofrer uma crise em seus conceitos fundamentais. [...]. Hoje em dia, surgem tendências em quase todas as disciplinas no sentido de colocar as pesquisas em novos fundamentos (Heidegger, 2012, p. 45).

Wittgenstein (1968), afirma que a indagação relativa ao significado das palavras proporciona uma mais adequada orientação às tarefas práticas do cotidiano. Argumenta que o estudo do uso da linguagem logo nos mostra a enorme complexidade da vida em sociedade, nos mais diversos campos da existência humana. A incerteza é, quase sempre, o resultado obtido quando se busca respostas razoáveis às perguntas que, aparentemente, parecem ou se apresentam de forma simples.

A palavra fronteira, conforme Machado (2003), deriva da expressão latina *frons* (testa, sobrancelha, fachada; parte mais à frente) ou *fronte*, (fronte, testa; ar, traços, fachada, parte exterior, aparência, aspecto). Na sua origem, fronteira ou frontaria, aludiam às terras que estavam à margem, que estavam *in fronte*. Martin (1998), compreende que este conceito possui uma longa trajetória histórica, pois a sua gênese remete aos povos antigos.

Este termo engloba dimensões da vida humana individual e societária. Abrange aspectos materiais – objetivos, verificáveis e quantificáveis – e também os metafóricos ou simbólicos. É empregado em múltiplos sentidos, dentre outros: a) em termos políticos a divisa entre países, entes federados de um mesmo Estado, entre blocos de países, entre hemisférios; b) em termos simbólicos a fronteira social e a fronteira moral, a fronteira epistemológica, dos níveis ou tipologias de conhecimento humano, do consciente e o inconsciente, o racional e o irracional, entre a vida e a morte; c) em termos militares os fronts de guerra e de paz; d) de nacionalidade, o cidadão e o estrangeiro; e) econômicos, a separação das propriedades privadas, coletivas ou públicas; f) ambientais, a demarcação de áreas de proteção ou preservação ambiental, como os parques ecológicos.

Esta lógica de compreensão da fronteira relaciona-se com uma perspectiva epistemológica ou lógica de pensamento que aduz à visão binária ou maniqueísta, pois separa realidades ou fenômenos que se encontram interligados, que coexistem. Um processo científico e filosófico que possui como um dos fundamentos epistêmicos o método cartesiano e uma visão de tempo e de espaço.

Para Coulanges (2009), a ideia de divisa e de delimitação da propriedade privada, e seu posterior uso político-econômico, possui uma origem religiosa e possui um caráter permanente. Um dos símbolos desta compreensão está na lareira,

instalada na casa de uma família, configurando um marco originário de fronteira e de posse.

[...]. Esse altar é o símbolo da vida sedentária; só o seu nome já o indica. Ele deve ser posto sobre o solo; uma vez posto, não mais possível muda-lo de lugar. O deus da família quer ter uma morada fixa; [...]. Quando se coloca a lareira, é com o pensamento e a esperança de que ela permaneça sempre naquele mesmo lugar. O deus instala-se ali, não por um dia, nem mesmo pelo tempo de uma vida humana, mas por todo o tempo que essa família durar e enquanto houver alguém para conservar a sua chama pelo sacrifício. Assim, a lareira toma posse do solo; essa parte da terra, ela a torna sua; ela é sua propriedade (Coulanges, 2009, p. 73-74).

Faz-se necessário que ao redor da lareira, à certa distância, haja uma barreira, que poderia ser edificada com pedras ou uma parede de madeira. “Essa barreira é considerada sagrada. É impiedade ultrapassá-la. [...]. Esse espaço traçado pela religião e protegido por ela é o emblema mais certo, a marca mais irrecusável do direito de propriedade”, escreve Coulanges (2009, p. 74-75).

A propriedade da família possuía uma fronteira visível, a ser respeitada, pois cada fração de terra pertencente à determinada família estava sob a proteção da divindade cultuada por esta. A área de campo é uma extensão da casa, do lar.

[...]. Cada campo devia ser cercado, como vimos no caso da casa, de uma barreira que o separasse nitidamente das terras das outras famílias. Essa barreira não era um muro de pedra; era uma faixa de terra de alguns pés de largura, que devia permanecer inculca e que o arado jamais devia tocar. Esse espaço era sagrado: a lei romana declaramo-o imprescritível; pertencia à religião (Coulanges, 2009, p. 79).

O espaço demarcatório das propriedades familiares também era um lugar de realização de liturgias e rituais religiosos, visando a sua efetividade, os quais deviam ser realizados em determinados dias do mês e do ano, de responsabilidade do pai da família. Ritual que consistia em dar uma volta em seu campo, seguindo a linha divisória, levando à frente vítimas, no entoar de hinos e na realização de sacrifícios das vítimas. Com essa cerimônia, se acreditava que o direito de propriedade estava garantido, cujo limite é inviolável, legitimando-se a fronteira entre elas. Para além da realização regular deste ritual religioso, “[...] de distância em distância, o homem colocava algumas pedras grandes ou troncos de árvores, que eram chamados de

termos”, elenca Coulanges (2009, p. 80). O uso dos *termos* para a demarcação dos campos se manteve presente nas culturas indo-europeias, sabina, etrusca, helênica e romana. Culturalmente, o *termo* é visto como algo eterno, não passível de deslocamento ou mesmo de supressão, dado o seu princípio religioso. Esse aspecto religioso foi transformado em um fundamento filosófico e legal, relativo ao respeito das divisas entre vizinhos e entre Estados.

Que haja, em primeiro lugar, um código de leis que chamaremos de *código agrícola*. A primeira das leis deste código, aquela consagrada a Zeus, o protetor das demarcações, será assim formulada: ninguém alterará as demarcações da terra, sejam estas pertencentes a um vizinho que é um cidadão local ou pertencentes a um estrangeiro [era o caso de posse de terra em território fronteiriço, entre dois Estados], entendendo que fazê-lo é verdadeiramente inculpar-se de estar movendo um marco sacrossanto. [...]. Que se acresça a isso que muitos pequenos erros são perpetrados entre vizinhos, os quais à força da frequência geram uma imensa quantidade de inimizade, tornando a vizinhança uma coisa aflitiva e amarga, pelo que todo vizinho precisa tomar todo o cuidado possível para não incorrer em qualquer atitude inamistosa, e precisa, acima de tudo o mais exercer um cuidado peculiar para não ultrapassar nem um único centímetro sua própria porção de terra (Platão, 2021, p. 344-345).

No contexto histórico dos impérios antigos, a fronteira era tida como um aspecto de proteção dos limites territoriais de cada qual ou dos povos e de suas culturas diferentes. Conforme Martin (1998), no Império Romano, as fronteiras possuíam um caráter claramente determinado, mesmo que estas estavam em constante ampliação ou de mudança de lugar. Eram delimitadas de forma precisa e recebiam cerimônias religiosas, com a afixação de grandes marcos e pela escavação de fossas ou valas que indicavam a divisa do Império. O Império Chinês, delimitou suas fronteiras com a construção da Muralha da China, cujo primeiro objetivo era o de impedir o ataque dos povos nômades dos estepes do norte. O Império Inca estabelecia suas linhas fronteiriças com a construção de fortes e de trincheiras em locais estratégicos à sua defesa.

Martin (1998), alude que após a dissolução do Império Romano, a igreja Católica passou a ser a instituição que buscava unificar territorialmente a Europa em torno do projeto da cristandade e, ao mesmo tempo, iniciava a divisão ou o fracionamento territorial com a criação e a instituição das dioceses e das paróquias.

O movimento renascentista produz uma nova compreensão, conteúdo e forma de se estabelecer as fronteiras. O avanço da matemática e da astronomia possibilitou o progresso científico nas áreas da topografia e da cartografia, aspectos que influenciaram na forma de se compreender e de se estabelecer as fronteiras. As fronteiras são projetadas nos mapas, em traçados precisos entre os Estados, com o estabelecimento das divisas lineares.

Ao se referir ao Tratado de Tordesilhas como expressão fática da técnica geométrica linear, projetada sobre um mapa, Martin (1998, p. 36), define a “[...] fronteira linear como a primeira concepção geográfica moderna, e como prova de que se trata de uma época com novas noções de espaço e de tempo”. É uma expressão e aplicação científica de uma nova forma de se entender as relações políticas, o ordenamento do território e de sua forma de ocupação e uso, mesmo que este Tratado tenha sido estabelecido com base nas bulas papais *Inter Caetera Quae Nobis*¹, seguida da *Eximiae Devotions*², de 1493.

A formação dos Estados modernos e de sua soberania nacional exigiu o estabelecimento dos seus limites territoriais. Martin (1998), afirma que há um relativo consenso em considerar o Tratado de Westfália, de 1698, como o marco inicial na consolidação do sistema moderno de fronteiras na Europa Ocidental. Foram estabelecidas as fronteiras de cada país e estas fronteiras constituem o marco limítrofe do exercício da soberania estatal sobre determinado território.

Essas fronteiras políticas foram definidas e estabelecidas com base em aspectos geográficos naturais – rio, mar, deserto, monte etc. Os aspectos culturais, étnicos e antropológicos dos povos existentes anteriormente à formação territorial dos Estados, tendo presente algum elemento da natureza ou da linha reta, não foram levados em consideração.

Na contemporaneidade, evidencia-se um encontro de ideias entre os teóricos da geografia territorial, especialmente na proposta de que a linha da fronteira possui uma dimensão artificial, uma abstração permeada de simbolismos. É uma linha que cria, no mapa projetado, a concretude da fronteira linear e remete à ideia da circunscrição e de controle de um território e de sua apropriação, da existência da

¹ Entre o resto de nós (tradução livre), ou citada apenas por *Inter Caetera* (Entre outras coisas).

² Devoções Excepcionais (tradução livre).

soberania política, de lugar de confronto e a identificação a alteridade e de exercício da cidadania. A linearização da fronteira interestatal é uma intencionalidade do sistema estatal moderno, cuja ideia é expressa no mapa político, a qual configura umas das representações geopolíticas mundiais.

Em seus estudos Knauss (2004), diferencia a compreensão europeia – centralmente a francesa – em relação à norte-americana. A ideia europeia indica uma visão de divisão, de diferenciação, de separação, ao passo que a norte-americana – na expressão inglesa *boundary* – expressa o limite político entre dois Estados e o conceito *borderline*, define o traçado entre as soberanias. O conceito de *frontier* expressa a ideia de movimento, de avanço, de expansão e de ampliação. Expansão de uma cultura, de uma civilização em direção à outras culturas, de ocupação dos denominados espaços territoriais vazios ou vazios demográficos.

O conceito de *frontier* é uma teoria político-geográfica que é aceita e afirmada no final do século XIX. Knauss (2004, p. 25), escreve que “[...] a fronteira americana se distingue nitidamente da fronteira europeia – uma linha divisória fortificada correndo por entre densas populações. A coisa mais significativa da fronteira americana é que ela se situa no limite externo da terra livre”. Teoria esta que legitimou a ocupação territorial do meio oeste americano e a dizimação dos povos originários. Igualmente, sobre os territórios do norte do México e partes do Canadá. A teoria expansionista de fronteira (*frontier*) foi difundida e seguida por outros países do continente sul-americano, especialmente no século XX, com os avanços nas denominadas fronteiras agrícolas.

2 EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

A partir de meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial e de seus desdobramentos, um novo debate relativo às compreensões de fronteira é estabelecido. Processo que é aprofundado no final do século passado e início do atual. Para tanto, contribuíram as novas configurações das relações interestatais, das empresas transnacionais, da formação de blocos econômicos regionais, os organismos internacionais de orientação e de regulação das relações internacionais e

a temática da crise climática e ambiental em escala global e as proposições para o seu enfrentamento, dentre outros aspectos.

Os debates relativos ao sentido da existência das fronteiras políticas ou até mesmo de sua supressão foram retomados no contexto do processo da globalização e de seus desdobramentos. “Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único da história, representado pela mais-valia globalizada” (Santos, 2003, p. 24).

No contexto da globalização econômica e tecnológica, a temática das fronteiras reaparece com lugar de destaque nas relações internacionais, no interior dos blocos de países, na retomada acentuada dos conflitos bélicos, na retomada dos nacionalismos, a construção de muros entre países, os conflitos culturais e religiosos. Uma outra maneira de apreender as fronteiras se coloca no debate político e nas pesquisas científicas. Dois movimentos inter-relacionados estão em curso: por uma parte afirma-se a porosidade e fluidez das fronteiras e de sua possível supressão e, conjuntamente, augura-se a integração transfronteiriça, nas zonas de fronteira e o desenvolvimento sustentável nesses territórios.

Diante de teses atuais sobre a porosidade das fronteiras e a eventual perda de sentido dos limites internacionais como possível efeito do ‘enfraquecimento’ do sistema interestatal, emerge o interesse em focalizar a terra limitânea dos Estados nacionais para avaliar como a população fronteiriça vive e negocia os efeitos das diferenças entre sistema territoriais e as consequências das políticas decididas em seus respectivos centros nacionais (Machado, 2005, p. 257-258).

Os estudos fronteiriços são realizados de forma inter, trans e multidisciplinar. Está em curso um processo de relação biunívoca de várias ciências como a história, a antropologia, a geografia, a sociologia, a economia, o direito, dentre outras, na realização de pesquisas e de compreensão das relações humanas e ambientais em curso nas zonas de fronteira. Busca-se compreender as imbricações de dois movimentos fronteiriços interligados: a perspectiva nacional, do Estado-nação, o poder central e a soberania nacional; e a realidade local, a dinâmica cotidiana realizada nas zonas de fronteira. As duas dimensões ou escalas espaciais estão interligadas, pois as populações que vivem seu cotidiano nestas áreas e as

instituições existente nelas são afetadas pelas decisões centrais e também podem influenciar as políticas e programas públicos a serem levados a efeito nestes espaços.

Um ramo da geografia tem sido afirmado no contexto dos estudos científicos, o da geografia cultural. Influenciada pela antropologia cultural, direciona suas pesquisas e elaborações nos humanos, as sociedades e seus entrelaçamentos com o ambiente natural no qual vivem. Este viés de leitura científica intenta evidenciar que “[...] os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”, indica Claval (2014, p. 41). São pesquisas e produções apoiadas em seis pressupostos: a cultura é mediação entre homens e a natureza; a cultura é herança e resulta do jogo da comunicação; a cultura é construção e permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro e nos aléns variados; a cultura é em grande medida feita de palavras, articula-se no discurso e realiza-se na representação; a cultura é um fator essencial de diferenciação social; a paisagem carrega a marca da cultura e serve-lhe de matriz (Claval, 2014).

Esta perspectiva teórica aponta para a fronteira como um fenômeno cultural e social e que esta pode ser compreendida considerando as particularidades e as singularidades das zonas de fronteira, sem focar o aspecto do limite (obstáculo) e da soberania nacional, sem desconsiderar as relações destas áreas com o poder central do Estado. A zona de fronteira internacional pode ser definida como:

[...] espaço que emerge do limite institucionalizado; ela se encontra na confluência entre dois territórios nacionais porém ao invés da ideia clássica de divisão entre dois grupos que se constrói na relação da identidade/alteridade, a zona de fronteira remete à ideia de ligação entre os territórios, e para compreendê-la é necessário abandonar o conceito clássico de território e considerar o conjunto territorial de ambos os lados do limite, pois se trata de outra territorialidade que submetida à fronteira linha vai reconfigurar o espaço territorial dividido (Ferrari, 2014, n. p.).

Nas zonas de fronteira ocorrem interações espaciais, entendidas como o conjunto de efeitos produzidos pelos intercâmbios imateriais e materiais, indica Ferrari (2014). A interação espacial se configura como um fenômeno social regido pela definição de papéis e de posições que os atores e agentes têm estabelecido nestes

territórios fronteiriços. Interações que podem ser de escalas e níveis distintos e em distintas áreas das atividades humanas.

Para Corrêa (1997, p. 289), as interações espaciais se constituem por um “[...] amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e conforme a distância e direção, caracterizando-se por diversos propósitos e realizando-se através de diversos meios e velocidades”. São relações assimétricas, desencadeadas pelos agentes – indivíduos, instituições e organizações – presentes nas zonas de fronteira, as quais podem ser apoiadas ou não por políticas públicas, infraestrutura ou projetos com vistas ao desenvolvimento, a integração transfronteiriça destas mesmas regiões. Ações que poderão ser realizadas de forma conjunta entre os Estados, as instituições e a própria sociedade civil organizada.

Na última década do século XX, foram acentuados os movimentos de integração dos países do Conesul americano, organizados pelos governos dos respectivos países, com ênfase à integração econômica. Um bloco regional fora formado e constituído e integrado, inicialmente, pela Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, no ano de 1992, que formaram o Mercosul.

Conforme Krawcczyk e Sandoval (2012), a ideia da integração da educação superior iniciou com a constituição do Sistema Educacional no Mercosul (SEM), a partir de 1992. A área da educação superior trabalha com três eixos temáticos: acreditação, mobilidade e cooperação interinstitucional. As políticas nesta área são definidas pelos representantes dos respectivos representantes dos ministérios competentes e instituídas em acordos diplomáticos.

O tema da graduação e da pós-graduação é abordado pelo setor da Educação Superior do Mercosul (CRC-ES). O primeiro movimento para a integração destes níveis de ensino foi iniciado com o Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação, subscrito pelos países membros deste bloco, em 1995. Um dos resultados obtidos do entendimento da integração no processo de produção e de socialização dos conhecimentos, no âmbito do Espaço Regional de Educação Superior é o da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), por parte do governo brasileiro.

O Mercosul prevê um conjunto de entendimentos comuns com vistas à integração entre os sistemas educacionais de cada país. A estrutura organizacional conta com o Setor Educacional do Mercosul (SEM), o qual tem a competência para abordar os seguintes assuntos:

[...] acreditação e avaliação da qualidade da educação superior, programa de mobilidade em nível de graduação e pós-graduação, reconhecimento de títulos de educação superior, reconhecimento de títulos em educação profissional e tecnológica, escolas interculturais de fronteira, primeira infância, avaliação da qualidade da educação básica, indicadores de educação, melhores práticas e experiências inovadoras em formação docente (concurso Paulo Freire), mobilidade de professores, educação à distância, formação de professores de espanhol e português, políticas linguísticas, publicação de duas revistas (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Horizontes Latino-americanos), entre outros (Brasil, s.d., n. p.).

No entanto, estas diretrizes gerais não apontam ou indicam a adoção de um currículo comum, projeto de formação inicial e continuado de professores ou o desenvolvimento de temáticas transversais, dentre outras possibilidades. Na estrutura organizacional do SEM e de suas instâncias, existe a Comissão Regional Coordenadora de Estudos – Grupo de Trabalho Pós-graduação a qual está vinculada ao Comitê Coordenador Regional; e a instância responsável pela formação docente é a Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente.

O acordo vigente prevê que: entre os Estados Partes os estudantes poderão obter o reconhecimento dos títulos e certificados de estudos de nível educacional fundamental e médio, expedido por instituições oficiais, para prosseguir com seus estudos de nível superior e finalidades de mobilidade acadêmica entre os países do bloco; os estudantes poderão obter o reconhecimento dos estudos de nível fundamental e médio, incompletos, para fins de conclusão no país receptor destes; os estudantes poderão realizar cursos de graduação com certificação acadêmica sob o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados (ARCU-SUL); os estudantes possuem o direito ao reconhecimento de seus títulos e diplomas de graduação universitários expedidos por instituição de educação superior; o acesso ao programa de mobilidade acadêmica para cursar cursos superiores e que queiram estudar transitoriamente em outro país parte; os estudantes e pesquisadores têm o direito ao reconhecimento de seus diplomas e

títulos de graduação e pós-graduação universitários, legalmente emitidos, para exercer a docência e a pesquisa nos países do bloco; a obtenção de visto gratuito para fins de residência no território de outro país com o objetivo de realizar, unicamente, cursos de graduação e pós-graduação, cursos secundários no âmbito de programas de intercâmbio de instituições de ensino públicas e privadas, atividades de docência ou de pesquisa em instituições reconhecidas oficialmente; os estudantes de um Estado Parte têm o direito ao reconhecimento de seus diplomas de graduação e de títulos para a realização de estudos de pós-graduação em outro país, submetendo-se ao processo seletivo da Instituição de Ensino escolhida (Mercosul, s. d.).

O Acordo sobre localidades fronteiriças vinculadas está pautado nos princípios da harmonia e na fluidez do relacionamento entre as zonas de fronteira internacionais, os direitos humanos. Reconhece a existência histórica de interação e de integração existente nessas áreas, anterior à formação do bloco, afirma a necessidade de seu aprofundamento e dinamização, da promoção da integração e da melhora da qualidade de vida das populações fronteiriças (Mercosul, 2019). Prevê no seu primeiro artigo que o objetivo do Acordo é o de “[...] facilitar a convivência das Localidades Fronteiriças Vinculadas e impulsionar sua integração por meio da outorga de um tratamento diferenciado a seus habitantes em matéria econômica, de trânsito, de regime laboral e de acesso aos serviços públicos de saúde, ensino e cultura [...]” (MERCOSUL, 2019, p. 1). (Destaque do autor).

No ambiente das proposições de integração, previstas nos acordos e tratados do Mercosul, no âmbito educacional, está a iniciativa da Red de Cooperación Interuniversitaria para el Desarrollo e Integración Regional (Red CIDIR). A sua formação e instituição ocorreu com a assinatura do Convênio Interuniversitário de Pós-Graduação, Pesquisa e Difusão do Comércio Internacional e Integração Regional, na plenária da Federação Econômica Brasil, Argentina e Paraguai (FEBAP), no Paraguai, no ano de 2006.

Uma instituição pública fundada por Universidades situadas na zona de fronteira internacional de três países sul-americanos: Argentina, Brasil e Paraguai, no território das reduções jesuíticas. Os membros fundadores da Rede CIDIR foram a UNIJUÍ e a FEMA do Brasil, UCI e UGD do Paraguai e UNAM da Argentina. É constituída por membros plenos, universidades associadas e instituições associadas.

Atualmente a rede interuniversitária é integrada por membros plenos, em um total de onze instituições de ensino, situadas em três países do continente sul-americano Argentina, Brasil e Paraguai. O segundo grupo de integrantes da Red CIDIR é formado por Universidades Asociadas. São Instituições de Ensino Superior que, “[...] sin ser miembros plenos, adhieren a los objetivos y principios de la red, y participan de sus actividades”, estabelece o Estatuto da (2020, n. p.). São IES localizadas na Argentina, no Brasil, na Espanha, no México, no Uruguai e na Venezuela (RED CIDIR, 2023).

Os Membros Plenos a entidade é integrada por Instituições Associadas, que são “[...] instituciones no universitarias: (Fundaciones, gobiernos o entidades gubernamentales, asociaciones empresariales o profesionales, etc.) que comparten los objetivos y principios de la red, participan de sus actividades y/o colaboran con la misma” (RED CIDIR, 2020, n. p.).

Esta instituição, sem fins lucrativos e de compromisso voluntários de seus integrantes, conformada como um sistema aberto de relações, estabelece no seu documento fundador e estatutário como intencionalidade institucional:

[...] a través de la generación de espacios de reflexión y acción colectiva, propiciar:

- a) el intercambio de conocimientos,*
- b) la promoción de la educación y*
- c) investigación, extensión y divulgación, todo ello con el fin de generar instrumentos y desarrollar actividades que contribuyan a incrementar el impacto que las actividades universitarias tienen en el desarrollo de sus regiones, y en particular, las relaciones de estas con su entorno socio económico y cultural, buscando maximizar el provecho de sus actividades para el mejoramiento de calidad de vida en sus entornos y del vínculo entre sus respectivas áreas de influencia (RED CIDIR, 2020, n. p.).*

Motivada pela cooperação interinstitucional, esta instituição busca contribuir, de forma articulada e planejada, articulando o ensino, a pesquisa, a extensão universitária, a socialização do conhecimento científico e a docência, com o desenvolvimento educacional, científico, cultural e econômico das pessoas e dos entornos nos quais estão situadas as IES integrantes desta rede acadêmica.

CONCLUSÃO

No âmbito das fronteiras entre os países abarcados pelo Mercosul e da Red CIDIR, estão em curso alguns movimentos com vistas à cooperação e ao desenvolvimento por meio da educação. Ações de pesquisa, ensino, extensão universitária, socialização de saberes e a docência estão em curso. Os termos previstos nestes acordos não estabelecem prazos e metas para a consecução das ações. Trabalham como referência ou como um conjunto de princípios norteadores deixando à critério das IES a tomada de iniciativas para a realização de atividades de integração e de cooperação no âmbito da graduação e da pós-graduação.

Em termos de compreensão de fronteira, alinham-se à perspectiva das zonas de fronteira, pois buscam o desenvolvimento dos territórios nas quais as IES estão situadas, com a socialização de saberes, de realização de pesquisas e o intercâmbio de estudantes nos cursos de pós-graduação. Ao mesmo tempo, mantêm-se vinculadas às decisões e políticas emanadas pelos respectivos poderes centrais dos Estados dos quais fazem parte. Em termos epistemológicos, é um movimento que aponta para a superação da visão dicotômica e cartesiana de produção e de socialização dos saberes científicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Mercosul**. s. d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20740-mercosul>>. Acesso em: 18 set. 2023.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 4. ed., rev. Tradução Luís Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Edufsc, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações Geográficas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2009. Coleção A obra-prima de cada autor, v. 2.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. In: **Pesquisa Geográfica**. Marechal Cândido Rondon, v. 9, nº 10, 2014. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/7550>>. Acesso em: 14 set. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marco A. (Orgs.). **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 7. ed. Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: São Francisco, 2012. Coleção Pensamento humano.

KNAUSS, Paulo. **O Oeste Americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: UFF, 2004.

KRAWCZYK, Nora; SANDOVAL, Salvador Antônio Mireles. O processo de regionalização das Universidades do Mercosul: um estudo exploratório de regulação supranacional e nacional. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 647-668, mai/ago., 2012.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Continente em Chamas**: globalização e territórios na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 245-281.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**: para que servem as fronteiras? A questão nacional, marcos geográficos e marcos políticos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. Coleção Repensando a Geografia.

MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL. **Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas**. 2019. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/acordo-sobre-localidades-fronteiricas-vinculadas/>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL. **Mercosul**: educação. s. d. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/6-educacao/>>. Acesso em: 18 set. 2023.
PLATÃO. **As leis** – ou da legislação. 3. ed. Tradução e notas Edson Bini. Bauru: Edipro, 2021.

REDE DE COOPERAÇÃO INTERIUNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL – Red CIDIR. **Instituições Membros**. 2023. Disponível em: <<https://www.redcidir.org/integrantes/>>. Acesso em: 20 set. 2023.



22 de novembro de 2023.

ISBN: 2177-1103.

REDE DE COOPERAÇÃO INTERIUNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL – Red CIDIR. **Estatuto de la Red CIDIR**. 2020.

Disponível em:

<file:///C:/Users/Usuario/Documents/Downloads/estatuto_RedCIDIR.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução José Arthur Gianotti. São Paulo: USP, 1968. Série Filosofia, v. 10.

A INTERFACE ENTRE NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO: ESTIMULAÇÃO COGNITIVA PARA POTENCIALIZAR O APRENDIZADO E O DESENVOLVIMENTO

Jonas Bordim¹
Antoni Nerone de Aguiar Sartori²
Angela Toebe³
Anderson da Silva Heineck⁴
Rafael Lopes⁵

RESUMO

Esse estudo foi desenvolvido sobre o tema a interação entre a neurociência e a educação: utilizando a estimulação cognitiva para maximizar o potencial de aprendizagem e desenvolvimento humano. Esse artigo descreve e compara abordagens de diversos autores quanto a análise da situação aplicadas a neurociência cognitiva, apontando seus benefícios. Para tanto, elaborou-se um estudo sobre alguns tópicos como: Neurociência Cognitiva; as potencialidades da Neurociência na área educacional e; a utilização da neurociência no processo de capacitação de docentes. Referente à categorização da pesquisa, é classificada como pesquisa bibliográfica, uma vez que fornece o embasamento em termos de conceitos e teorias sobre a relação da neurociência com o processo ensino-aprendizagem. O artigo está estruturado da seguinte maneira: Introdução, desenvolvimento, conclusão e referências. Diante disso, conclui-se que a identificação de princípios educacionais baseados na neurociência, o desenvolvimento de técnicas de ensino inovadoras e a compreensão aprofundada dos desafios de aprendizagem têm o potencial de transformar a educação, tornando-a mais eficaz, personalizada e inclusiva. Essas descobertas prometem melhorar a qualidade da educação, beneficiando alunos de todas as idades e habilidades, e promovendo o desenvolvimento cognitivo e emocional de maneira mais abrangente.

Palavras-Chave: Neurociência. Educação. Aprendizagem.

ABSTRACT

This study was developed on the topic of the interaction between neuroscience and education: using cognitive stimulation to maximize the potential for learning and human development. This article describes and compares approaches from different authors regarding situation analysis applied to cognitive neuroscience, pointing out their benefits. To this end, a study was prepared on some topics such as: Cognitive

¹ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Professor do Curso de Administração, Ciência Contábeis e Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

² Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Docente na FASA, Faculdade Santo Ângelo. antonisartori@gmail.com

³ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). angela.toebe80@gmail.com

⁴ Mestrando pela Universidade Regional Integrada (URI). aheineck@gmail.com

⁵ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Gerente de Recursos Humanos. rafaellopes85@hotmail.com

Neuroscience; the potential of Neuroscience in the educational area and; the use of neuroscience in the teacher training process. Regarding the categorization of the research, it is classified as bibliographical research, as it provides the basis in terms of concepts and theories about the relationship between neuroscience and the teaching-learning process. The article is structured as follows: Introduction, development, conclusion and references. Given this, it is concluded that the identification of educational principles based on neuroscience, the development of innovative teaching techniques and an in-depth understanding of learning challenges have the potential to transform education, making it more effective, personalized and inclusive. These findings promise to improve the quality of education, benefiting students of all ages and abilities, and promoting cognitive and emotional development more broadly.

Keywords: Neuroscience. Education. Learning.

INTRODUÇÃO

A relação entre a neurociência e a educação representa um campo de estudo extraordinariamente promissor que visa unir a compreensão do funcionamento do cérebro humano com aprimoramentos na prática educacional. Esta introdução marca o início de uma jornada fascinante em direção a um sistema educacional mais eficaz, inclusivo e personalizado, com base em descobertas científicas de ponta.

Diante disso, nesse estudo, foi abordado o tema: A interface entre neurociência e educação: Estimulação cognitiva para potencializar o aprendizado e o desenvolvimento. De modo que, o mesmo delimita-se em um estudo que explora as estratégias de estimulação cognitiva para aprimorar o aprendizado e o desenvolvimento em diferentes contextos educacionais. Já o problema da pesquisa é: Como a neurociência cognitiva se relaciona com o processo de ensino e aprendizagem?

Nesse sentido, pode-se citar algumas hipóteses, como que relação entre neurociência cognitiva e ensino-aprendizagem sugerem que a aplicação dos princípios neurocientíficos pode aprimorar o aprendizado dos alunos, possibilitando abordagens de ensino mais personalizadas, embora sua eficácia possa variar dependendo do contexto educacional. Além disso, a integração contínua da neurociência cognitiva na educação ao longo do tempo pode resultar em mudanças significativas na pedagogia e no sistema educacional em geral.

O objetivo geral desse trabalho foi explorar a relação entre a neurociência e a

educação, investigando como a estimulação cognitiva pode ser aplicada para otimizar o processo de aprendizado e promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas em diversos contextos educacionais. Já os objetivos específicos são: analisar as bases teóricas da neurociência cognitiva para compreender as fundações neurobiológicas do aprendizado; examinar a aplicação prática dos princípios da neurociência na educação, identificando estratégias eficazes de estimulação cognitiva; e avaliar empiricamente o impacto dessas práticas no desempenho dos alunos, incluindo a retenção de informações, a resolução de problemas e a motivação para aprender.

Quanto a relevância ou justificativa desse trabalho, reside na sua capacidade de aprofundar a interação entre o cérebro e a aprendizagem, podendo assim, desvendar novas estratégias para otimizar a retenção de informações, o foco e a motivação dos alunos, bem como identificar e enfrentar desafios de aprendizagem de maneira mais eficaz.

No que diz respeito à metodologia adotada neste estudo, foi utilizada a abordagem de pesquisa técnica, na qual se realizaram investigações bibliográficas. Essa decisão metodológica foi tomada devido ao seu papel fundamental na investigação científica, pois possibilita a revisão e análise crítica de fontes confiáveis e estabelecidas. Dentro desse contexto, foi viável examinar uma ampla variedade de recursos, como livros, artigos científicos, relatórios de mercado e estudos de caso relevantes. Essa abordagem permitiu a obtenção de informações sólidas e atualizadas sobre a neurociência e o processo ensino-aprendizagem.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: Introdução, desenvolvimento, conclusão e referências. Na introdução tem a apresentação do tema e sua importância, no desenvolvimento tem a exploração detalhada da neurociência na educação, incluindo seus benefícios, através seguintes tópicos: Neurociência Cognitiva; as potencialidades da Neurociência na área educacional e; a utilização da neurociência no processo de capacitação de docentes. A conclusão sintetiza os principais aspectos discutidos no artigo e apresenta considerações sobre potenciais desdobramentos futuros. Por fim, nas referências, são listadas todas as fontes e recursos bibliográficos utilizados na elaboração deste artigo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento desempenha um papel central no artigo, pois se concentra em uma análise aprofundada e minuciosa dos principais conceitos relacionados aos tópicos em discussão. Aqui, explora-se de forma abrangente as ideias e teorias que formam a base teórica do assunto. Para realizar essa análise, fez-se uso de fontes bibliográficas, pesquisando informações sobre os seguintes assuntos: Neurociência Cognitiva; as potencialidades da Neurociência na área educacional e; a utilização da neurociência no processo de capacitação de docentes.

2 NEUROCIÊNCIA COGNITIVA

A neurociência é um vasto campo de pesquisa que abrange diversas áreas, indo desde a biomedicina até a educação. Dentro desse contexto, a neurociência cognitiva é uma subárea dedicada a investigar como as funções cognitivas são processadas pelo sistema nervoso.

A neurociência cognitiva é uma subdivisão da neurociência, a qual aborda os processos cognitivos complexos como as funções mentais superiores que envolvem pensamento e suas complexas relações com as estruturas de linguagem, aprendizagem e as influências do mundo exterior (Bastos; Alves, 2013, p. 2).

Os seres humanos compreendem o mundo ao utilizar seu sistema perceptivo, interpretando os acontecimentos com base em seus sentidos e memória. Durante esse processo, as informações percebidas pelos sentidos são processadas e incorporadas, desempenhando um papel crucial na formação da compreensão e da perspectiva pessoal em relação ao mundo. Como destacado por Izquierdo,

Memória é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informação. A aquisição é também chamada de aprendizagem: só se 'grava' aquilo que foi aprendido. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido (Izquierdo, 2002, p. 9).

Seguindo a mesma linha de pensamento e expandindo sobre o que foi mencionado anteriormente, Lent afirma que “percepção é a capacidade de associar as informações sensoriais à memória e à cognição, de modo a formar conceitos sobre o mundo, sobre nós mesmos e orientar nosso comportamento” (Lent, 2001, p. 557).

De acordo com a perspectiva da neurociência cognitiva, que se dedica à exploração das atividades cerebrais e dos processos cognitivos, a aprendizagem humana não se limita à mera retenção passiva de informações sensoriais, mas sim à ativação e ao processamento ativo das informações que derivam das percepções no cérebro.

O indivíduo está constantemente em busca de compreensão para suas percepções, pensamentos e ações. Isso leva a mudanças contínuas em suas conexões cerebrais, com padrões de conexão em constante evolução, resultantes de sinapses que se fortalecem ou enfraquecem ao longo do tempo. Izquierdo, menciona que no cérebro, existem neurônios prontos para serem ativados. A atividade mental estimula a reorganização de redes neurais, processando experiências vivenciais ou linguísticas em um contínuo movimento de troca de informações. As informações, quando são captadas pelos sentidos e convertidas em sinais elétricos que percorrem as redes neurais, são então organizadas e armazenadas na memória (Izquierdo, 2002).

Assim, a plasticidade cerebral é caracterizada pela habilidade de integrar novas informações ao conhecimento já existente na memória, estabelecendo conexões entre o novo e o familiar, e reconfigurando o que foi previamente aprendido, por meio de um processo contínuo de reinterpretar as informações provenientes da percepção.

A aprendizagem, portanto, é o processo em virtude do qual se associam coisas ou eventos no mundo, graças à qual adquirimos novos conhecimentos. Denominamos memória o processo pelo qual conservamos esses conhecimentos ao longo do tempo. Os processos de aprendizagem e memória modificam o cérebro e a conduta do ser vivo que os experimenta (Mora, 2004, p. 94).

Conseqüentemente, é apropriado conceber o cérebro como um sistema em constante evolução, cuja complexidade funcional é influenciada pela interação com

outros sistemas internos. Não é apropriado considerá-lo meramente como um local inerte para o armazenamento de informações.

De acordo com Posner e Raichle, os sistemas cognitivos englobam os processos mentais que guiam as atividades do dia a dia dos indivíduos, como leitura, escrita, conversação, planejamento e reconhecimento facial. Alguns desses sistemas se sobrepõem, contribuindo para a complexidade na geração de comportamentos. Um exemplo é o sistema cognitivo relacionado à linguagem, que engloba fala, leitura e escrita, ativando diferentes regiões cerebrais. Esses variados sistemas cognitivos têm suas bases em operações mentais distintas, o que significa que tarefas mentais específicas, como jogar xadrez, podem acionar diferentes operações mentais, relacionadas a redes neurais em áreas cerebrais específicas (Posner; Raichle, 2001).

A memória desempenha um papel fundamental ao armazenar informações e facilitar sua recuperação. Por outro lado, a aprendizagem requer habilidades para lidar de forma organizada tanto com novas informações quanto com aquelas já armazenadas no cérebro, com o objetivo de realizar ações inovadoras. Nesse contexto, o processo de aprendizado envolve a execução de planos premeditados, originados de processos mentais cuidadosamente planejados e ensaiados internamente, que, por sua vez, têm impacto na concepção de ações futuras.

Apesar da estreita relação entre os conceitos de aprendizagem e memória, pode-se diferenciá-las. De acordo com Lent,

O processo de aquisição de novas informações que vão ser retidas na memória é chamado aprendizagem. Através dele nos tornamos capazes de orientar o comportamento e o pensamento. Memória, diferentemente, é o processo de arquivamento seletivo dessas informações, pelo qual podemos evocá-las sempre que desejarmos, consciente ou inconscientemente. De certo modo, a memória pode ser vista como o conjunto de processos neurobiológicos e neuropsicológicos que permitem a aprendizagem (Lent, 2001, p. 594).

Fornecer experiências de aprendizagem enriquecedoras e promover atividades intelectuais, pode estimular a criação de novas conexões neurais, conhecidas como sinapses. As informações provenientes do ambiente não são apenas armazenadas na memória, mas também desempenham um papel na formação e integração de um

novo sistema funcional, resultando em aprendizagem de maior complexidade. Uma informação que introduz desordem pode impulsionar o progresso do conhecimento do indivíduo, uma vez que ele precisará desenvolver estratégias cognitivas para reorganizar e restaurar o equilíbrio na construção do conhecimento. De acordo com Demo, “a aprendizagem, embora dependa de substratos físicos estruturados caracteriza-se pelo processo de contínua inovação, maleável por natureza, flexível e dinâmico” (Demo, 2001, p. 50).

Segundo Maturana e Varela, a aprendizagem decorre de um acoplamento estrutural, no qual as interações mútuas entre o indivíduo e seu ambiente induzem alterações nas estruturas tanto do organismo vivo quanto do contexto que o cerca. Diante das informações, o organismo, por meio de um processo de auto-organização, manifesta propriedades emergentes para se ajustar às condições sempre mutáveis que surgem no processo de conhecimento (Maturana; Varela, 2001).

Ao aplicar o conceito de aprendizagem como acoplamento estrutural à educação, conforme Assmann, adotamos uma nova perspectiva sobre o processo de aprender. Isso significa reconhecer que as experiências de aprendizagem em ambientes educacionais provocam mudanças na estrutura do indivíduo. As vivências na sala de aula estimulam reflexões recorrentes sobre pensamentos, sentimentos e ações, permitindo que a aprendizagem seja concebida como um processo de reconstrução, envolvendo a autorreorganização mental e emocional daqueles que interagem nesse contexto (Assmann, 2001).

Considerando o impacto da memória e da aprendizagem, elas desempenham um papel fundamental na transformação do indivíduo em um ser social em constante evolução, uma vez que transcendem a simples absorção de informações pelo aprendiz. Em vez disso, servem como alicerce essencial que molda e guia seu pensamento e suas ações no contexto da sociedade.

Pensar é, com efeito, um processo, uma função biológica desempenhada pelo cérebro. O processamento do pensamento é o ato de receber, perceber e compreender, armazenar, manipular, monitorar, controlar e responder ao fluxo constante de dados. A capacidade para ligar de forma competente as informações oriundas das áreas de associação motora, sensorial e mnemônica é decisiva para o processamento do pensamento e para a consideração e planejamento de futuras ações (Ratey, 2001, p. 198).

É importante destacar também, que as emoções desempenham um papel crucial no processo de aprendizagem. Posner e Raichle, ressaltam que o sistema límbico, composto pelo tálamo, amígdala, hipotálamo e hipocampo, avalia as informações, decidindo quais estímulos merecem ser retidos ou descartados, com a retenção dependendo da intensidade da impressão provocada no cérebro. A consciência da experiência vivenciada ocorre quando a informação passa pelo córtex cerebral, onde é comparada com reflexões anteriores. Quando conseguimos estabelecer uma conexão entre a informação nova e a memória preexistente, são liberadas substâncias neurotransmissoras, como a acetilcolina e a dopamina, que aumentam a concentração e geram sensações de satisfação (Posner; Raichle, 2001).

Nessa perspectiva, torna-se essencial que o professor esteja plenamente consciente de sua responsabilidade na criação de um ambiente que não apenas proporcione condições para a autorreorganização dos indivíduos, mas também os estimule e guie de maneira eficaz nesse processo de construção ativa do conhecimento.

Conforme a perspectiva de Fonseca, embora a inteligência do indivíduo seja influenciada pelo desenvolvimento biológico, é somente por meio das mediações que ocorrem durante as interações do indivíduo com o ambiente em que está inserido que a sua inteligência pode ser ampliada ao máximo potencial (Fonseca, 1998).

Portanto, considerando esses argumentos, compreender como o aluno aprende possibilita ao professor buscar abordagens mais apropriadas para ensinar os conhecimentos científicos. Isso ocorre porque o entendimento da cognição do aluno contribui para uma melhor organização do processo de ensino.

3 AS POTENCIALIDADES DA NEUROCIÊNCIA NA ÁREA EDUCACIONAL

Conforme registrado por Lent, embora o termo Neurociência tenha surgido na década de 1970, o estudo do cérebro humano remonta aos tempos da filosofia grega antiga, antes da era cristã, e perdura até os dias atuais. Seu principal propósito consiste em investigar a função do hipocampo na consolidação da memória, compreender a importância do sistema límbico no contexto das emoções e desvendar

os mistérios relacionados à região frontal do cérebro em relação à cognição, linguagem e escrita (Lent, 2001). A conexão entre Neurociência e Educação envolve a exploração da plasticidade cerebral.

A plasticidade em um organismo normal é o processo de aprendizado que se desdobra em duplo aspecto: o motor, que se dá num nível inconsciente e se faz de forma automática e o segundo nível, o consciente que depende da memória, seja emocional, seja cultural (Relvas, 2009, p. 37).

Dessa forma, o cérebro passa por transformações progressivas em seu funcionamento e estrutura como resultado das experiências vividas, do aprendizado e da memória emocional, que interagem quando são ativados durante o processo de aprendizagem. A Neurociência interpreta essas metamorfoses por meio do conceito de plasticidade cerebral, que se relaciona com a Educação ao abordar como o sistema nervoso se adapta às influências ambientais, seja na infância ou na idade adulta.

De acordo com Consenza e Guerra, ao examinarem como o cérebro humano aprende, destacam a importância de abordagens educacionais desafiadoras, questionadoras, dinâmicas e enriquecidas com elementos artístico-culturais e prazer, onde o aluno-educando desempenha um papel ativo e investigativo, em vez de simplesmente ser um observador passivo (Consenza; Guerra, 2011).

Assim, como apontado por Lent, ressalta-se a importância das emoções e dos sentimentos no decorrer do processo de aprendizagem. Essa abordagem se baseia no estudo do cérebro humano e na sua capacidade de se adaptar, conhecida como plasticidade cerebral. Isso acontece porque o aluno-educando é um indivíduo que abarca tanto aspectos racionais quanto emocionais, e ambos esses aspectos se entrelaçam e se complementam durante o processo de ensino-aprendizagem (Lent, 2001).

Dessa forma, as contribuições da Neurociência para o processo de ensino e aprendizagem impulsionam o desenvolvimento de abordagens educacionais que estimulam a atividade cerebral, a formação de conexões sinápticas e o funcionamento eficaz desses sistemas durante o processo de aprendizagem. Isso, por sua vez, resulta na preparação de indivíduos que são pensadores científicos, críticos, ativos e criativos, habilitados para intervir na realidade e colaborar na sua transformação

diante de uma variedade de desafios, incluindo aqueles de natureza econômica, social, cultural, estrutural e outros.

Considerando o que foi discutido até agora, fica claro que é crucial integrar os princípios da Neurociência na Educação como bases e objetivos essenciais na construção colaborativa, englobando não somente a equipe de administração escolar e professores, mas também os alunos, suas famílias e a comunidade como um todo.

4 A UTILIZAÇÃO DA NEUROCIÊNCIA NO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES

O rápido avanço das ciências do cérebro representa uma oportunidade significativa para transformar a teoria que sustenta a formação de professores, enriquecendo-a com informações científicas fundamentais. Isso nos permite obter uma compreensão mais profunda e abrangente da aprendizagem, que é um fenômeno notavelmente complexo.

Para Bastos e Alves é essencial promover a aprendizagem como um impulsionador do desenvolvimento cognitivo ao longo das diferentes fases do crescimento humano. Isso destaca a importância da mediação como uma ferramenta fundamental na prática diária do professor (Bastos; Alves, 2013).

Já Fonseca, destaca que a mediação envolve o processo em que a aquisição da cultura ocorre por meio de ferramentas simbólicas, como sinais e sistemas simbólicos. Essas ferramentas são intermediadas por indivíduos mais experientes, que se posicionam entre a pessoa e a tarefa em questão, alterando significativamente as condições dessa interação. Isso ocorre por meio de processos como imitação e instrução, facilitando o surgimento e o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e simbólicas (Fonseca, 2013).

Apesar de serem os profissionais de saúde os encarregados de avaliar e diagnosticar as dificuldades de aprendizagem resultantes de patologias apresentadas por alguns alunos, quando se trata do contexto educacional, é o educador quem desempenha um papel direto no processo de aprendizagem. Através de suas abordagens pedagógicas, o educador pode oferecer diferentes oportunidades de aprendizado a esses alunos.

Portanto, ao proporcionar aos professores uma compreensão do funcionamento do cérebro, também oferece a eles as ferramentas necessárias para estimular a motivação em sala de aula. Isso também garante a capacidade de se conectar de maneira mais eficaz com os diferentes tipos de alunos, permitindo que suas habilidades sejam exploradas em maior profundidade.

O conhecimento sobre a Neurociência pode contribuir, a fim de que saiba sobre o cérebro de seus alunos, como esse órgão processa os saberes, como aprende, e também pode sugerir as intervenções que o professor deve fazer com suas crianças, pois todos podem aprender. As ações pedagógicas em sala de aula podem ficar mais eficientes quando este conhece o funcionamento cerebral. Embora, não seja suficiente ter esse conhecimento, ele permitirá que o docente compreenda melhor como seus educandos aprendem e se desenvolvem (Souza; Gomes, 2015, p. 109).

É responsabilidade do docente criar oportunidades de aprendizagem baseadas em experiências enriquecedoras e estimulantes, incentivando atividades intelectuais que possam promover a formação de novas conexões neuronais. As informações do ambiente, quando devidamente selecionadas, não se limitam a ser armazenadas na memória, mas também contribuem para a criação e integração de um novo sistema funcional. Isso caracteriza a complexidade intrínseca ao processo de aprendizagem.

5 METODOLOGIA

A metodologia apresenta as técnicas utilizadas para desenvolver a pesquisa, sendo que as etapas de desenvolvimento são categorização da pesquisa, geração de dados, análise e interpretação dos dados, análise dos resultados.

5.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo é categorizado quanto à sua natureza como uma pesquisa teórica empírica e explicativa, buscando ampliar o conhecimento sobre a conexão entre a neurociência e a educação. Quanto à forma de abordagem foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois envolve a percepção como experiência prática de autores especializados no segmento. Sobre os objetivos propostos este trabalho adota as

pesquisas exploratória; descritiva e explicativa. A pesquisa tem aspecto exploratório por buscar informações sobre o tema tendo embasamento bibliográfico com diversos autores, para obter um melhor entendimento do assunto estudado, caráter descritivo por apresentar a conexão entre a neurociência e a educação.

Quanto aos procedimentos utilizados para o desenvolver da pesquisa é considerada como pesquisa bibliográfica pois buscou-se obras, livros, revistas e artigos de autores renomados no assunto. A pesquisa também é considerada explicativa, pois realizou-se a junção dos conhecimentos buscados e relatados de forma acessível em relação a interpretação.

5.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados foram gerados no período de julho a setembro de 2023 por meio da documentação indireta, através de pesquisas em sites relacionados ao tema neurociência e a educação. Procurou-se realizar uma abordagem sobre o tema em proporcionar à construção deste artigo.

5.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Para analisar e interpretar os dados do presente estudo utilizou-se o método de abordagem dedutivo, pois teve foco primeiramente na pesquisa bibliográfica documental e a partir da compreensão destes realizou-se o estudo de caso.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Esse artigo explorou o que a interface entre neurociência e educação pode oferecer, tendo em vista uma análise profunda sobre como a estimulação cognitiva pode potencializar o aprendizado e o desenvolvimento educacional. Uma área de foco importante pode ser a análise das bases neurobiológicas do aprendizado, destacando como os processos cognitivos, como a memória e a atenção, são influenciados por estímulos específicos. Isso poderia incluir uma revisão crítica de estudos que investigam como estratégias pedagógicas inovadoras podem otimizar a plasticidade

cerebral para facilitar a aquisição de conhecimento.

Além disso, o artigo abordou as implicações práticas dessas descobertas para o design de ambientes de aprendizado e estratégias instrucionais. Pode examinar como abordagens educacionais baseadas na neurociência, como o uso de tecnologias interativas, jogos educacionais e ambientes imersivos, podem ser implementadas para estimular áreas específicas do cérebro relacionadas ao aprendizado. A discussão dessas aplicações práticas pode oferecer orientações valiosas para educadores e profissionais do campo.

Por último, o artigo analisou como a compreensão da neurociência pode informar políticas educacionais e práticas pedagógicas mais amplas. Isso incluiria uma avaliação crítica do impacto de intervenções baseadas em neurociência em escalas mais amplas, considerando questões éticas e sociais. Ao destacar os resultados dessas análises, o artigo pode contribuir significativamente para a evolução do diálogo entre neurociência e educação, promovendo abordagens mais eficazes e personalizadas para o desenvolvimento educacional.

CONCLUSÃO

Através deste trabalho foi possível pesquisar e consequentemente analisar a interação entre a neurociência e a educação e como a estimulação cognitiva pode maximizar o potencial de aprendizagem e desenvolvimento humano.

O objetivo geral desse trabalho foi explorar a relação entre a neurociência e a educação, investigando como a estimulação cognitiva pode ser aplicada para otimizar o processo de aprendizado e promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas em diversos contextos educacionais. Já os objetivos específicos são: analisar as bases teóricas da neurociência cognitiva para compreender as fundações neurobiológicas do aprendizado; examinar a aplicação prática dos princípios da neurociência na educação, identificando estratégias eficazes de estimulação cognitiva; e avaliar empiricamente o impacto dessas práticas no desempenho dos alunos, incluindo a retenção de informações, a resolução de problemas e a motivação para aprender.

Sobre cada um dos objetivos específicos, no primeiro deles, descobriu-se que

ao examinar as teorias e modelos que explicam a cognição humana, como a memória, a atenção e o raciocínio, pode-se identificar o desenvolvimento de estratégias educacionais mais eficazes e abordagens de ensino personalizadas com base em princípios neurocientíficos. Sobre o segundo, ao identificar os princípios da neurociência na educação, descobriu-se que os educadores podem criar ambientes de aprendizado que estimulem a cognição dos alunos de maneira mais eficaz, adaptando seus métodos de ensino para otimizar a retenção de informações, a concentração e a resolução de problemas. E em relação ao terceiro objetivo específico, as avaliações práticas fornecem evidências sólidas sobre a eficácia das abordagens baseadas na neurociência, permitindo que educadores e pesquisadores ajustem e refinem suas práticas com base em resultados concretos, contribuindo assim para uma educação mais informada e orientada para o sucesso dos alunos.

A resposta para o problema de pesquisa que é: Como a neurociência cognitiva se relaciona com o processo de ensino e aprendizagem? A resposta envolve a investigação da interação entre os princípios da neurociência cognitiva e as práticas de ensino e aprendizagem. Hipóteses possíveis incluem a ideia de que a compreensão dos processos cognitivos do cérebro pode informar estratégias de ensino mais eficazes, levando a uma melhoria no desempenho dos alunos. Além disso, pode-se hipotetizar que o uso de abordagens educacionais baseadas em princípios neurocientíficos pode aumentar a motivação dos alunos, a retenção de informações e a capacidade de resolução de problemas, promovendo um ambiente de aprendizado mais eficaz e personalizado.

Além disso, o benefício da relação entre neurociência cognitiva e o processo de ensino e aprendizagem reside na melhoria significativa da eficácia da educação. Isso não apenas beneficia os alunos, proporcionando-lhes uma educação mais personalizada e eficaz, mas também tem o potencial de contribuir para a sociedade, preparando indivíduos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo de maneira mais competente e adaptável.

Portanto, a neurociência cognitiva pode respaldar a avaliação e aprimoramento contínuo das práticas educacionais, permitindo que educadores ajustem suas abordagens com base em evidências científicas sólidas. Assim, essa interseção entre neurociência cognitiva e educação promete melhorar significativamente a qualidade

do ensino, otimizando o processo de aprendizagem e preparando os alunos para enfrentar os desafios intelectuais com maior eficiência e sucesso.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a Educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BASTOS, L. S.; ALVES, M. P. **As Influências de Vygotsky e Luria à Neurociência Contemporânea e à Compreensão do Processo de Aprendizagem**. In. Revista Práxis v.5 n.10, p. 2, 2013.
- COSENZA, Ramon Moreira; GUERRA, Leonor Bezerra. **Neurociência e Educação** - como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DEMO, Pedro. **Saber Pensar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FONSECA, Vitor da. **Cognição, Neuropsicologia e Aprendizagem**: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FONSECA, Vitor da. **Aprender a Aprender**: a educabilidade cognitiva. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LENT, Robert. **Cem bilhões de Neurônios**: conceitos fundamentais da neurociência. São Paulo: Atheneu, 2001.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A Árvore do Conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MORA, Francisco. **Como Funciona o Cérebro**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- POSNER, Michael I.; RAICHLE, Marcus E. **Imagens da Mente**. Porto: Porto Editora, 2001.
- RATEY, John J. **O Cérebro**: um guia para o usuário. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- RELVAS, Marta Pires. **Neurociência e Educação?** Potencialidade dos gêneros humanos na sala de aula. Rio de Janeiro: Wark, 2009.
- SOUZA, Marlene Cabral de; GOMES, Claudia. **Neurociência e o Déficit Intelectual**: aportes para a ação pedagógica. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 32, n. 97, 2015, p. 104-114. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-84862015000100011>. Acesso em: 1 set. 2023.

DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO: DA RESPONSABILIDADE CIVIL AO DIREITO DE FAMÍLIA

Amanda Caroline Machado¹
Luiza Dal Pai²
Valéria Goettems³
Roberto Pozzebon⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo conceituar e contextualizar sobre a responsabilidade civil da parentalidade, através de conceitos como: responsabilidade civil e dano moral em consequência do abandono afetivo. Sendo questões decorrentes da separação conjugal, falta de interesse em constituir família, irresponsabilidade afetiva e emocional, bem como falta de estrutura familiar. Serão abordadas as normas fundamentais que tutelam o indivíduo sofredor do dano moral e/ou abandono afetivo dentro do direito de família, visando abordar direitos civis, direitos processuais civis, direito de família, constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, aborda-se de forma breve e sucinta os princípios aplicáveis ao direito civil, dentro do contexto familiar, transmitindo de forma imediata os direitos e fundamentos do indivíduo sofredor nas relações afetivas familiares. Além disso, será conceituada a responsabilidade civil e família contemporânea com o objetivo de aprofundar os princípios da paternidade responsável, planejamento familiar e dignidade da pessoa humana. Diante disso, pode-se refletir acerca da importância de um suporte familiar de qualidade da formação da personalidade da criança, para que, assim, desenvolva-se de maneira bem sucedida e com uma base familiar saudável, desempenhando papel fundamental na sua formação como pessoa. Portanto, pressupõe-se que o presente estudo agregue de certa forma a orientar aqueles que desejam conhecer mais sobre os conceitos de dano moral e abandono afetivo, e com isso despertar o interesse em questionar se é ou não viável a indenização quando ocorre o abandono afetivo dentro das relações familiares.

Palavras-chave: Dano Moral; Abandono Afetivo; Responsabilidade Civil; Direito de Família; Estrutura Familiar.

¹Acadêmica do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. amandacmachado4@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. luizadalpai942@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. valeriagoettems2@gmail.com

⁴ Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Mestre em Direito. Professor no Curso de Direito da Fundação Educacional Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa/RS. robertopzbn@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to conceptualize and contextualize the civil responsibility of parenthood, through concepts such as: civil liability and moral damage as a result of emotional abandonment. These are issues arising from marital separation, lack of interest in starting a family, affective and emotional irresponsibility, as well as lack of family structure. We will address the fundamental norms that protect the individual suffering from moral damage and/or emotional abandonment within family law, aiming to address Civil Rights, Civil Procedural Rights, Family Law, Federal Constitution and the Statute of Children and Adolescents. Therefore, we will briefly and succinctly address the principles applicable to the civil sector, within the family context, immediately transmitting the rights and foundations of the suffering individual in family affective relationships. Furthermore, we will conceptualize civil responsibility and contemporary family with the aim of deepening the principles of responsible parenthood, family planning and human dignity. In view of this, we can reflect on the importance of quality family support in the formation of a child's personality, so that they can develop successfully and with a healthy family base, playing a fundamental role in their formation as a person. Therefore, it is assumed that the present study contributes in a certain way to guide those who wish to know more about the concepts of moral damage and emotional abandonment, and how this awakens interest in questioning whether or not compensation is viable when the incident occurs of emotional abandonment within family relationships.

Keywords: Moral Damage; Affective Abandonment; Civil responsibility; Family right; Family structure.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o objetivo institucional de produzir artigo científico acerca do tema dano moral por abandono afetivo com base na responsabilidade civil e no direito de família, abordando os principais tópicos como responsabilidade civil, família contemporânea, paternidade responsável, planejamento familiar, dignidade da pessoa humana, abandono afetivo e direito de família.

Com isso, o objetivo deste estudo é investigar se é ou não válido haver dano moral quando ocorre o abandono afetivo nas relações familiares, bem como, conceituar determinados pontos importantes que deveriam ser amplamente abordados no dia a dia das pessoas que desejam ou já tem família, com o intuito conscientizar sobre as consequências do abandono afetivo e a importância da responsabilidade civil como meio de conscientização sobre o agir de maneira moral e ética perante a sociedade civil.

Portanto, a fim de conduzir o leitor, o presente estudo baseia-se nas temáticas de responsabilidade civil, família contemporânea ligadas aos princípios da paternidade responsável, planejamento familiar e dignidade da pessoa humana, bem como, abandono afetivo e direito de família, temas, estes, que foram coletados em artigos científicos, publicações jurisprudenciais, revistas, livros e legislação brasileira.

1 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho, trata-se de um artigo baseado em pesquisas empíricas, observando contextos para a coleta de dados. O presente artigo, aborda estatísticas, trazidas por pesquisas quantitativas, bem como a pesquisa qualitativa, baseadas em pesquisas já publicadas.

Explana-se uma pesquisa de cunho explicativo, pois deste se compreende as causas e os fatores identificados para o fenômeno analisado, bem como pesquisa de cunho exploratório, buscando explorar um problema e deste fornecendo informações.

A conduta em relação aos dados e procedimentos abordados no presente artigo, se faz bibliográfica, abordando documentações indiretas de fontes primárias, publicadas em artigos, documentos e revistas, bem como se trata de uma pesquisa de levantamento, expondo documentações diretas, a qual baseia-se em dados sobre determinada população.

Aborda-se o método dedutivo dirigindo-se as teorias e leis existentes, aquelas que, necessitamos de um raciocínio lógico para que, conseguirmos chegar a uma conclusão específica baseando-se em uma ideia generalizada.

2 RESPONSABILIDADE CIVIL

Norteando-se pelo início da responsabilidade civil e conflitos, pode-se dizer os primeiros indícios são encontrados na “lei das XII tábuas” como um mero objetivo de vingança, sem qualquer objetivo de resolver os conflitos. Somente após alguns séculos, foi possível resolver conflitos através da heterocomposição, onde dois indivíduos enfrentam um conflito e o Estado interfere na solução do mesmo.

Originalmente, a palavra “responsabilidade” vem de *res* (uma coisa, uma

mercadoria, parte do mundo ou uma relação jurídica), *pondere* (equilibrar, levar em conta) e *age* (um sufixo de ação). Isto não se limita à obrigação de prevenir danos, mas também garante relações jurídicas equilibradas e éticas.

A história da responsabilidade civil no sistema estatal decorre do Código Penal de 1830, onde a responsabilidade civil estava intimamente ligada às condenações penais. Portanto, existe interdependência entre as agências, tornando os recursos civis dependentes dos registros criminais.

Apenas posteriormente ocorreu a separação da jurisdição civil e criminal, e é apenas na Constituição Federal de 1988 que se solidificou o conceito de indenização por dano moral disposto no Art. 5º, V e X, determinando a responsabilidade objetiva aos danos causados a terceiros.

Dessa forma, é importante destacar a existência de dois tipos de responsabilidade civil, sendo o primeiro chamado de objetivo, sendo aquele que ocorre independentemente da culpa ou dolo de quem age e a responsabilidade civil subjetiva sucede quando se deve indenizar por danos causados a alguém por uma ação dolosa ou culposa.

A responsabilidade civil, portanto, requer que existam certos requisitos, tais como: a ação ou omissão voluntária, a relação de causalidade ou nexos causal, o dano e, finalmente, a culpa, que pode ser dispensada em certos momentos, surgindo a ideia de culpa presumida.

3 FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Traçando uma linha sobre as famílias, verifica-se três dimensões: *família tradicional*, aquela em que, o que predominava era o patriarcado, a família em que predominava todos os poderes, e as decisões recaíam sobre o homem e desta se relaciona à idade média.

Logo após às famílias tradicionais, verifica-se que as *famílias modernas* norteadas no século XIII ao século XVIII e isto, se baseava mais em vínculos afetivos, norteava o amor, a fraternidade e o companheirismo.

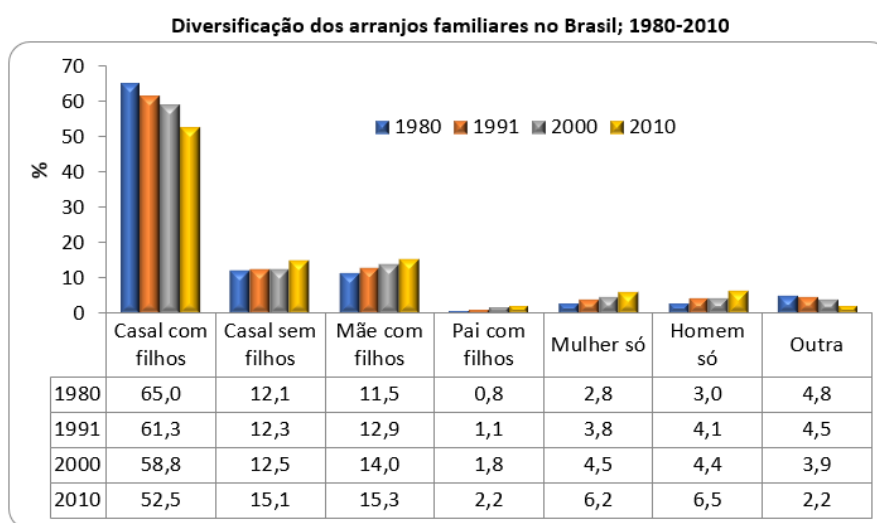
Já durante o século XX, surge a *família contemporânea* ou *pós-moderna*, aquela em que se norteiam os casamentos prezando a identidade e o carácter do ser humano.

Diante a isso, pode-se dizer que o conceito de família é o lugar em que o homem se vê inserido pelo nascimento, doação ou pela afetividade, e dela, se percebe uma mudança com o passar dos anos, mudanças nas esferas públicas e nas esferas privadas onde por meio deste, em tempos passados os membros das famílias viviam submetidos ao patriarcado, aquele que o homem que era o detentor da casa, onde estes eram permitidos a serem livres e deliberados.

Desta forma, atualmente, a Constituição Federal, assegura direitos e deveres entre família, como a preservação da dignidade da pessoa, a liberdade, autodeterminação, igualdade, justiça e a não discriminação.

Em conformidade com os estudos mais recentes, as famílias brasileiras estão se modificando e o que antes era comum, hoje está sendo modificado. Conforme a pesquisa abaixo, pode-se perceber a diminuição nos casais com filhos e o aumento dos casais sem filhos, bem como o aumento de mães e pais solos, índice preocupante visto os danos associados ao abandono por parte de um dos genitores.

Ilustração: diversificação dos arranjos familiares no Brasil de 1980-2010.



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1980 a 2010.

Diante disso, ao se constituir uma família, deve-se levar em consideração diversos fatores, como a responsabilidade com seus membros, garantindo proteção, cuidados, educação dentre outros. Portanto, quando ocorre o rompimento do vínculo com determinado membro há a desconstituição, em teoria, do significado de família.

4 PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL, PLANEJAMENTO FAMILIAR E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O princípio da paternidade responsável nada mais é do que a responsabilidade dos pais diante do filho e esta se inicia desde a concepção sendo estendida até o tempo necessário e respeitando os princípios do artigo 227 da Constituição Federal sendo como garantia e um dever fundamental:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Consegue-se vincular o princípio da paternidade com o princípio da dignidade da pessoa humana pois ambos se constituem em base da comunidade familiar garantindo pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, pois tanto no princípio da paternidade, como no princípio da dignidade da pessoa humana, constitui uma família com vínculos. Desta se constitui uma ideia de responsabilidade, devendo ela ser observada com cuidado na formação, e também na manutenção da família.

Atualmente, vive-se em uma era que acontece muito rápido as transformações, onde os princípios e os valores familiares são instáveis e constantemente mudáveis, deixando assim um lar tenso, dividido com rupturas familiares. Porém, a ideia de família racional é com um lar maduro, consciente, de puro amor, afeto e zelo fazendo com que haja um planejamento natural de família.

5 ABANDONO AFETIVO E DIREITO DE FAMÍLIA

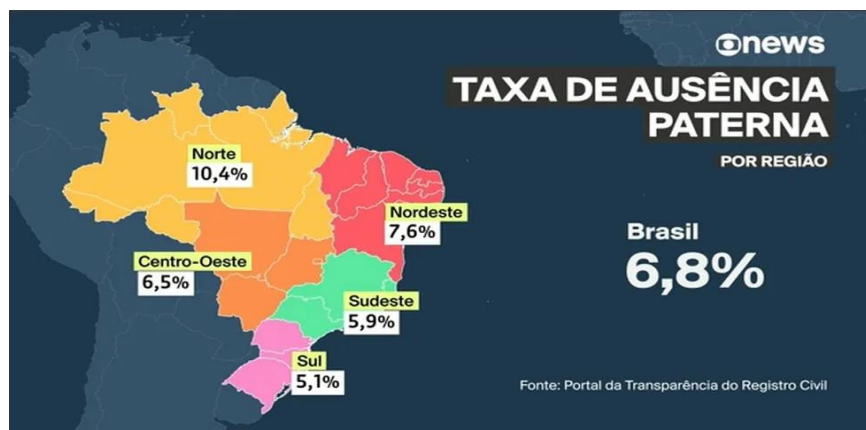
A falta de dedicação e cuidados devido ao abandono afetivo de um dos pais podem gerar sequelas psicológicas permanentes nos filhos, uma vez comprovado mediante laudos e perícias médicas, conforme notícia abaixo:

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que um pai pague indenização por danos morais de R\$30 mil à sua filha, em razão do rompimento abrupto da relação entre os dois quando a garota tinha apenas seis anos de idade. Em razão do abandono afetivo, segundo laudo pericial, a menina sofreu graves consequências **psicológicas e problemas de saúde eventuais – como tonturas, enjoos e crises de ansiedade.**

A partir disso, pode-se concluir como a falta da figura paterna pode desencadear danos psicológicos irreparáveis na vida de uma criança, que ao se tornar adulta pode desenvolver problemas psicológicos e de saúde irreparáveis. Sendo assim, ao pagar pensão alimentícia para o filho, o genitor não está isento do papel de pai, pois deverá prestar afeto, carinho e apoio familiar, para que, assim, a criança se desenvolva de maneira saudável, tornando-se um ser humano criado com carinho e amor.

Porém, cada vez mais se vê mais presente a ausência paterna no Brasil, onde cerca de 6,8% dos brasileiros não tem o nome do pai no registro civil, mostrando um índice preocupante e alarmante, conforme dado abaixo:

Ilustração: Taxa de Ausência Paterna por Região No Brasil



Fonte: Portal da Transparência do Registro Civil (2023).

Além disso, dentro do estudo da psicologia, no período da infância a criança desenvolve a sua personalidade através da influência parental, segundo Freud,

Esta influência parental, naturalmente, inclui em sua operação não somente a personalidade dos próprios pais, mas também a família, as tradições raciais e nacionais por eles transmitidas, bem como as exigências do ambiente social imediato que representam (Freud, 1937–1939).

Sendo assim, quando não há vínculo afetivo com o filho, deixa de cumprir o papel fundamental para a formação da personalidade da criança.

Diante disso, o abandono pode ser dividido em abandono material, moral ou intelectual. O abandono material está previsto no Código Penal, através do art. 244, que dispõe:

Art 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo (Brasil, 1940).

O abandono intelectual está previsto na Constituição brasileira, nos artigos:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de qualquer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...]

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (Brasil, 1988).

Tem-se, também, previsto no ordenamento jurídico brasileiro a proteção da intelectualidade no Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme artigos abaixo:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer,

à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

[...] Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

[...] Art. 55. Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino (Brasil, 1990).

Portanto, à luz do Direito de Família e em concordância com a indenização mediante abandono afetivo, o doutrinador Rodrigo da Cunha Pereira relata:

"um bem indisponível para o Direito de Família, cuja ausência propositada tem repercussões e consequências psíquicas sérias, diante das quais a ordem legal/constitucional deve amparo, inclusive, com imposição de sanções, sob pena de termos um Direito acéfalo e inexigível".

Com base na ideia do doutrinador, pode-se verificar que a indenização por abandono afetivo é um bem indispensável para o Direito de Família, levando em consideração as repercussões e consequências psíquicas causadas pelo abandono afetivo, das quais a competência jurisdicional deve amparo, a fim de afastar o Direito do erro e deficiência.

6 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

Uma vez que a jurisprudência é um mecanismo utilizado para uniformizar e balizar a aplicação do Direito em um tribunal, faz-se necessário uma análise da jurisprudência atual acerca do tema, utilizar-se-á como base o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Para que uma ação de danos morais por abandono afetivo seja julgada procedente, vários requisitos devem estar presentes no caso em discussão, tendo em vista que determinar que houve, de fato, abandono afetivo é complexo e demanda análise criteriosa acerca do real impacto que o suposto abandono teve sobre a vida do requerente. Ademais, tem-se a seguinte jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS POR ABANDONO AFETIVO. PLEITO DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS POR ABANDONO AFETIVO. DESCABIMENTO. O PEDIDO DE DANO MORAL DECORRENTE DE ABANDONO AFETIVO PROVENIENTE DA RELAÇÃO PATERNO-FILIAL, NÃO OBSTANTE VIÁVEL, **DEVE SE DAR APENAS EM CASOS EXCEPCIONAIS, ATÉ MESMO PARA EVITAR A MERCANTILIZAÇÃO DA QUESTÃO**, COMO JÁ DECIDIU O STJ. INEXISTÊNCIA, NOS AUTOS, DE PROVA DANDO CONTA DE QUE EVENTUAL LESÃO EMOCIONAL OU PSÍQUICA TENHA OCORRIDO À FILHA, A PONTO DE ATINGIR O SEU DESENVOLVIMENTO OU BEM-ESTAR E REPERCUTIR NAS SUAS CONDIÇÕES PESSOAIS, COMPROMETENDO A ESTABILIDADE E A POSSIBILIDADE DE UMA VIDA NORMAL. PARA A IMPUTAÇÃO DO DEVER INDENIZATÓRIO DEVE ESTAR PRESENTE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O AGIR CULPOSO OU DOLOSO COM O RESULTADO, O QUE SE MOSTRA AUSENTE NA HIPÓTESE, NÃO RESTANDO CONFIGURADO O ALEGADO ATO ILÍCITO. RECURSO DESPROVIDO. (Rio Grande do Sul, 2023, grifo nosso)

Nesse ínterim, os critérios analisados para que haja procedência ou não na ação indenizatória devem ser comprovados pela parte autora, conforme o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, bem como que houve conduta que represente, de fato, violação ao dever de cuidado do Requerido para com o requerente que represente prejuízos, sejam eles materiais ou morais, estabelecendo, assim, o nexo causal do caso concreto.

Consoante a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acerca dos fatos supramencionados:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ABANDONO AFETIVO NÃO CARACTERIZADO. DANO MORAL. A POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA A TÍTULO DE DANOS MORAIS POR ABANDONO AFETIVO EXIGE COMPROVAÇÃO EFETIVA DO ILÍCITO CIVIL. **AUSENTES ELEMENTOS DE PROVA MINIMAMENTE CONDUCENTES AO ALEGADO ABANDONO AFETIVO E QUE IMPUTEM O DANO MORAL PRETENDIDO**, IMPÕE-SE A REFORMA DA SENTENÇA. APELAÇÃO PROVIDA (Rio Grande do Sul, 2023) (**grifo nosso**).

APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. AÇÃO INDENIZATÓRIA **POR ABANDONO AFETIVO. DANOS MORAIS. DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. ABANDONO AFETIVO É O NÃO EXERCÍCIO DO DEVER DE ASSISTÊNCIA QUE DEVE SER PRATICADO PELOS PAIS, OU SEJA, O EXERCÍCIO RESPONSÁVEL DA PARENTALIDADE DE MANEIRA RESPONSÁVEL. O AMOR E AFETO NÃO É IMPOSIÇÃO, POIS SÃO SENTIMENTOS ESPONTÂNEOS, QUE DECORREM DA CONVIVÊNCIA E RECIPROCIDADE ENTRE OS ENVOLVIDOS, AO CONTRÁRIO DO DEVER DE CUIDADO E ASSISTÊNCIA. COMO REQUISITOS DO DEVER DE INDENIZAR TEM-SE A COMPROVAÇÃO DE CONDUTA - AÇÃO OU**

OMISSÃO - QUE REPRESENTA VIOLAÇÃO AO DEVER DE CUIDADO, A EXISTÊNCIA DO DANO - PREJUÍZO MATERIAL OU MORAL - E O NEXO DE CAUSALIDADE. TAIS REQUISITOS DEVEM ESTAR DEVIDAMENTE COMPROVADOS, NÃO PODENDO SIMPLES ALEGAÇÃO DE ABANDONO AFETIVO IMPOR A CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS, SOB PENA DE POSSÍVEL MONETIZAÇÃO DAS AÇÕES. NO CASO EM APREÇO, A AUTORA NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR A VIOLAÇÃO DO DEVER DE CUIDADO DO GENITOR, ÔNUS QUE LHE INCUMBIA A TEOR DO DISPOSTO NO ART. 373, INCISO I, DO CPC. A SITUAÇÃO VIVENCIADA ENTRE AS PARTES NÃO DECORREU POR ATO EXCLUSIVO E VOLUNTÁRIO DO RÉU. FOI DEMONSTRADO O INTERESSE E AS TENTATIVAS DO GENITOR EM MANTER CONTATO COM A FILHA. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA (Rio Grande do Sul, 2023) (grifo nosso).

Conforme jurisprudência acima, verifica-se, também, que a situação fática de suposto abandono vivenciado, deve decorrer única e exclusivamente do desinteresse do réu, não podendo ser provida alegação de abandono afetivo em que o réu realizou tentativas de manter contato para com o requerente cujo manteve desinteresse de relação para com o réu.

Muito se debate acerca do pagamento da obrigação de prestar alimentos ser ou não fato determinante para a decisão procedente ou improcedente da demanda indenizatória. Nesse sentido, faz-se uma análise no âmbito de que essa tipicidade processual possui fundamentação jurídica própria no que diz respeito à atuação parental, não se resumindo tão somente ao pagamento mensal do valor fixado para alimentos. Congruente a jurisprudência acerca do fato:

APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ABANDONO AFETIVO. RÉU REVEL. SENTENÇA REFORMADA. CONDENAÇÃO A REPARAR DANOS MORAIS. APELO PROVIDO. CASO EM QUE O RÉU FOI AUSENTE NO QUE DIZ RESPEITO COM O CUIDADO DA FILHA, E NO PROCESSO. PARECER TÉCNICO QUE RECONHECEU O SOFRIMENTO DA FILHA EM DECORRÊNCIA DO AFASTAMENTO PATERNO. A POSSIBILIDADE DE O PAI SER CONDENADO A REPARAR OS DANOS MORAIS CAUSADOS PELO ABANDONO AFETIVO DA FILHA, AINDA QUE EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DECORRE DO FATO DE ESSA ESPÉCIE DE CONDENAÇÃO NÃO SER AFASTADA PELA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS, NA MEDIDA EM QUE ESSA REPARAÇÃO POSSUI FUNDAMENTO JURÍDICO PRÓPRIO, BEM COMO CAUSA ESPECÍFICA E AUTÔNOMA, QUE É O DESCUMPRIMENTO, PELOS PAIS, DO DEVER JURÍDICO DE EXERCER A PARENTALIDADE DE MANEIRA RESPONSÁVEL. SENTENÇA REFORMADA PARA CONDENAR O RÉU/GENITOR AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PELO ABANDONO AFETIVO PRATICADO. DERAM PROVIMENTO AO APELO (Rio Grande do Sul, 2023) (grifo nosso).

Com base na jurisprudência supramencionada, entende-se para que a causa de danos morais por abandono afetivo receba provimento, vários aspectos integram a análise para alcançar o resultado final e que meras alegações não são suficientes para provimento. Ademais, vê-se que existe preocupação acerca da mercantilização de ações de tal tema uma vez que trata-se de casos complexos e que tratam de assunto extremamente impactante se, de fato, ocorrido o abandono.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que o tema é amplo e requer análise de subtemas como responsabilidade civil, família contemporânea, paternidade responsável, planejamento familiar e dignidade da pessoa humana, direito de família, bem como uma observação à jurisprudência atual. Discutir e compreender acerca do dano por abandono afetivo é de suma importância, uma vez que impacta não somente os envolvidos em casos concretos, mas, também, a sociedade como um todo.

Ademais, com base nos pontos apresentados e discutidos no presente estudo, entende-se que a responsabilidade civil deve ser aplicada nos casos em que efetivamente houve o não atendimento às condutas correspondentes a uma responsabilidade parental. Nesse íterim, para que seja determinado se houve ou não um abandono afetivo, devem ser apresentadas provas pelo requerente, conforme o Código de Processo Civil, que comprovem, de fato, a existência de tal abandono e meras alegações não são cabíveis em tema tão complexo, uma vez que se teme pela mercantilização do dano por abandono afetivo.

Temas como o do presente estudo concernem à sociedade em geral e, por isso, apenas o fato de estar posto em discussão, proporciona maior reflexão, compreensão ou até mesmo o próprio conhecimento, pois, certamente, para percentual social o tema é ainda pouco conhecido e difundido. Nesse sentido, faz-se imprescindível o conteúdo que consta nesse artigo, visto que trará repercussão positiva não somente no âmbito acadêmico, mas, também, para com a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 out. 2024.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, 13 de julho de 1990. Brasília, 2002.
- BRASIL, **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 out. 2024.
- BRASIL, **Lei 5.869**, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>.
- CALDAS DO REGO FREITAS DABUS MALUF, Adriana. **Novas Modalidades de Família na Pós-modernidade**. Faculdade de Direito da USP. 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-31012011-154418/publico/TES_VERSAO_RESUMIDA_ADRIANA.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.
- JÚNIOR, Geraldo Uchôa De Amorim. Origens históricas da responsabilidade civil e consumerista. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 25 set 2017, 05:00. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50707/origens-historicas-da-responsabilidade-civil-e-consumerista>>. Acesso em: 25 out. 2024.
- MACHADO, Juliana Bittencourt; FIGUEIREDO, Cláudia Regina Althoff. **Danos Morais por Abandono Afetivo: uma análise à luz dos princípios de Direito de Família**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 461-481, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: <www.univali.br/ricc>. Acesso em: 25 out. 2023.
- TARTUCE, Flávio. **Novos Princípios do Direito de Família Brasileiro**. Revista IBDFAM, Instituto Brasileiro de Direito de Família. Publicado em 27 de Junho de 2007. Disponível em: <[https://ibdfam.org.br/artigos/308/Novos+princ%C3%ADpios+do+Direito+de+Fam%C3%ADlia+Brasileiro+\(1\)](https://ibdfam.org.br/artigos/308/Novos+princ%C3%ADpios+do+Direito+de+Fam%C3%ADlia+Brasileiro+(1))>. Acesso em: 25 out. 2023.
- RIO GRANDE DO SUL. **Agravo N 5000214342020821000**, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: José Antônio Daltoe Cezar. 2023. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa>. Acesso em: 25 out. 2023.
- RIO GRANDE DO SUL. **Agravo N 50021751720198210013**, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Luis Gustavo

Pedroso Lacerda. 2023. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa>. Acesso em: 25 out. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Agravo N 50310910220218210010**, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Jane Maria Köhler Vidal. 2023. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa>. Acesso em: 25 out. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Agravo N 50073005120218210059**, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Rui Portanova. 2023. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa>. Acesso em: 25 out. 2023.

ZANOLLA, Raquel; VIECILI, Mariza. **A Responsabilidade Civil Decorrente do Abando Afetivo**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 625- 645, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: <www.univali.br/ricc>. Acesso em: 04 out. 2023.

INVISIBILIDADE E REGISTRO CIVIL NO BRASIL: GARANTIA DE ACESSO À CIDADANIA

Bárbara Luiza Scholl¹
Vitória Tormöhlen Pereira²
Niki Frantz³

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática do Registro Civil brasileiro, com o viés da Invisibilidade e Registro Civil no Brasil: garantia de acesso à cidadania. Sendo o objetivo do presente trabalho obter o esclarecimento do porquê da dificuldade da obtenção do registro civil no Brasil, tanto de imigrantes como de cidadãos, elucidando as problemáticas da temática, possibilitando a demonstração de suas consequências, oportunizando assim soluções. Sendo, portanto, o principal questionamento da pesquisa: qual a importância do registro civil de pessoas naturais através do nascimento, para que dessa forma se possa exercer e garantir os direitos econômicos e sociais que são amplamente divulgados e assim também protegidos pelo ordenamento jurídico do Brasil e internacionalmente? O projeto em questão tem natureza básica com o objetivo de produzir novos conhecimentos sobre o registro civil de pessoas no Brasil. A abordagem utilizada é qualitativa para compreender detalhadamente as informações obtidas. O objetivo do projeto é explicativo, visando esclarecer as causas e origens da problemática do registro civil. A forma de apropriação do conhecimento é direta. O método de abordagem é dedutivo, destacando as implicações da falta de registro civil para as pessoas e sua cidadania. Os métodos procedimentais incluem análise histórica, pesquisa bibliográfica e documental, com referências a artigos e legislação atual e passada. Sendo assim as conclusões iniciais obtidas foram, que por primazia, a abundância burocrática no país, e a desigualdade e falta de recursos populacionais, são os principais causadores da problemática acima abordada, concretizando assim a possível defasagem do Registro Civil brasileiro.

Palavras-chave: Cidadania; Fé Pública; Direito; Invisibilidade; Registro Civil.

ABSTRACT

This work addresses the theme of the Brazilian Civil Registry, with the bias of Invisibility and Civil Registry in Brazil: guaranteeing access to citizenship. The objective of this work is to clarify why it is difficult to obtain civil registration in Brazil, both for immigrants

¹ Acadêmico do Curso de Direito - 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. barbaraluizascholl@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Direito - 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. vitoriatormohlen@gmail.com

³ Professor do Curso de Direito da Fema. Pós-Graduado em Direito Público Municipal. Mestre em Direito Ambiental Tributário. Advogado Tributarista. Assessor Jurídico do Município de Panambi. Ex-Conciliador Cível e Ex-Juiz Leigo da Comarca de Panambi. Ex-Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Panambi. doofy10@hotmail.com.

and citizens, elucidating the problems of the subject, enabling the demonstration of their consequences, thus providing opportunities for solutions. Therefore, the main question of the research is: how important is the civil registration of natural persons through birth, so that they can exercise and guarantee the economic and social rights that are widely publicized and thus also protected by the legal system of Brazil? and internationally? The project in question has a basic nature with the objective of producing new knowledge about the civil registration of people in Brazil. The approach used is qualitative to understand in detail the information obtained. The objective of the project is explanatory, aiming to clarify the causes and origins of the civil registration problem. The way of appropriating knowledge is direct. The approach method is deductive, highlighting the implications of the lack of civil registration for people and their citizenship. Procedural methods include historical analysis, bibliographic and documentary research, with references to articles and current and past legislation. Therefore, the initial conclusions obtained were that, primarily, the bureaucratic abundance in the country, and the inequality and lack of population resources, are the main causes of the problem addressed above, thus concretizing the possible lag in the Brazilian Civil Registry.

Keywords: Citizenship; Public faith; Right; Invisibility; Civil Registry.

INTRODUÇÃO

Em sua exponencial maioria, no século XIX, obtinha-se a realidade de Estados os quais tinham por suma majoritária, a utilização da religião como órgão moderador e controlador, do princípio dos Registros Cíveis do Estado, que registrava todos os acontecimentos cíveis da vida de seus fiéis, incluindo, nascimentos, casamentos e óbitos. A organização do Estado como órgão independente da Igreja veio somente após a separação do Estado do viés Religioso, trazendo consigo grandes consequências; todavia a religião continua por obter algumas funções até 1870 que, todavia, não oportunizam mais a detenção de todo o poder registral populacional existente no Estado.

A materialização do Registro Civil de Pessoas traz consigo o conceito da possibilidade de concretização do Direito, pois o mesmo oportuniza em suas premissas a garantia de direitos a todos os cidadãos os quais sejam nascidos e registrados em seu país de nascimento, ou até mesmo que tenham adotado o mesmo como seu país, nesse contexto o Brasil. Sendo portanto o Registro Civil uma forma concessora ou extintiva de direitos. Oportunizando como qualquer ação jurídico-

social, a obtenção de problemáticas vinculadas a condições sociais variáveis, conforme o tempo e condições objetivo sociais.

Sendo assim, o registro civil das pessoas naturais é o órgão vocacionado a conceder os fatos da vida humana que repercutem assim em aspectos tanto sociais como juridicamente, os quais são relevantes ao estado civil.

Portanto, a partir do advento separatório do social e do religioso, o Estado traz para si a responsabilidade do provimento de questões sociais como o direito à saúde, à educação, ao trabalho, dentre outros. Sendo portanto a dificuldade de acesso ao registro o viés central da problemática, pelo simples fato da existência de pessoas as quais nem mesmo obtém o mínimo existencial, lutando portanto por sua reles sobrevivência, tendo assim dificuldades tanto de acesso, como locomoção aos locais de Registro Público. Como em relação a problemática da pobreza a qual ainda possibilita crianças nascendo por mãos de parteiras, muito distantes dos objetivados hospitais; sendo estes problemas os quais, trazem à tona a observação da possibilidade da existência de pessoas as quais são invisíveis ao sistema vigente, sendo portanto excluídas socialmente, pelo simples fato de não serem consideradas cidadãos, pelo viés da impossibilidade de comprovação de existência, não podendo, portanto, exigir os direitos que lhe são devidos e assegurados pelo Estado.

Sendo assim a premissa da defasagem do Registro Civil (falta de Registro Civil de Pessoas Naturais), e da falta de possibilidade de desempenhar a cidadania no Brasil, é uma problemática não somente de cunho burocrático estatal, mas também de cunho social, pois engloba fatores os quais mexem com a qualidade de vida da população em geral. Possibilitando assim à ineficácia da máquina pública através da possibilidade de assegurar uma condição de vida digna a sua população.

Portanto pode-se dizer que a objetividade central da pesquisa se concentra no seguinte questionamento: qual a importância do registro civil de pessoas naturais através do nascimento, para que dessa forma se possa exercer e garantir os direitos econômicos e sociais que são amplamente divulgados e assim também protegidos pelo ordenamento jurídico do Brasil e internacionalmente?

Por conseguinte, pode-se dizer que o presente artigo teve por intuito fundamental, demonstrar como o Registro tem influência na qualidade e forma de vida das pessoas, sendo posto em xeque os direitos fundamentais previstos na

Constituição de 1988, trazendo assim também à tona a problematização da falta dos registros e através disso evidenciar como a inserção de políticas públicas estatais podem erradicar com a falta e as dificuldades de obtenção do mesmo através do Estado.

Para atingir o objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: a) Realizar uma breve análise histórica sobre o registro civil de pessoas; b) Examinar a questão da falta do registro civil de pessoas e suas consequências; c) Investigar os por quês da ocorrência de tal falta no Brasil.

A abordagem utilizada é qualitativa para compreender detalhadamente as informações obtidas. O objetivo do projeto é explicativo, visando esclarecer as causas e origens da problemática do registro civil. A forma de apropriação do conhecimento é direta. O método de abordagem é dedutivo, destacando as implicações da falta de registro civil para as pessoas e sua cidadania. Os métodos procedimentais incluem análise histórica, pesquisa bibliográfica e documental, com referências a artigos e legislação atuais e passadas.

A presente pesquisa está organizada em três seções, onde serão abordados o contexto histórico dos registros públicos, dos registros civis das pessoas naturais e dos problemas da falta de registro civil das pessoas naturais. O artigo é concluído com uma síntese das descobertas e recomendações destinadas a mitigar a incidência da falta de registro civil de pessoas no Brasil e suas consequências. O estudo almeja contribuir para uma compreensão mais abrangente desse relevante problema social e, conseqüentemente, para a implementação de estratégias eficazes, visando sua erradicação.

1 DOS REGISTROS PÚBLICOS

Em relação ao estudo da temática dos Registros Públicos, deve-se primeiramente olhar pelo viés teórico conceitual, o qual irá apresentar a temática através da visão conceitual, a qual irá ter por objetivo elucidar de uma forma mais clara e uniforme uma temática a qual tem muita diversidade de opiniões e entendimentos perante os doutrinadores.

O tema dos Registros Públicos é assunto de suma importância, o qual é ditado pela Constituição Federal de 1988, a qual traz a atribuição de legislar sobre essa temática, única e exclusivamente a União, colocando assim o Estado como órgão de maior poder nessa temática, por excelência.

Para legislar sobre o assunto, suas normas específicas estão previstas na Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro 1976, e foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Por esta lei institui-se quais os registros públicos são regidos por ela, quais sejam, o registro civil de pessoas naturais, o registro civil de pessoas jurídicas, o registro de títulos e documentos e o registro de imóveis. Os demais registros públicos são regidos por leis próprias. Portanto pode-se afirmar que, a mesma pessoa, ou registrador, é a única pessoa dotada de fé pública (condição a qual é dada a agentes do Estado ou governo, que trabalham no setor privado, que lhes atribui uma presunção de veracidade aos atos realizados pelos mesmos, que lhes é incumbido por serem representantes do grande Leviatã, perante o povo), para assim realizar tal ato registral, cabendo somente a lei regulamentar a forma a qual tal ato será realizado.

Portanto, segundo Cláudia Renata Rohde Fisch (2019, p. 17) pode-se dizer que a atividade de registrar embora seja de caráter público será desempenhada por um particular, de modo que seja privado, por meio de delegação do poder público pelo Estado.

Sendo assim o ato registral no Brasil traz um cunho privatizado, não oportunizando assim cobrança de moras sobre o serviço realizados ao cidadão em sua pessoa natural. Pois o mesmo se trata de um serviço gratuito; que todavia ainda, mesmo com exoneração de valores do mesmo, oportuniza defasagens, e invisibilidade social de cidadão tanto brasileiros como estrangeiros, através da dificuldade ou de acesso por pobreza extrema, ou por dificuldades de acesso burocrático através de exigências de diversas e vastas documentações, as quais não oportunizam maior agilidade e desburocratização da máquina de registro público.

Portanto, de acordo com a forma exposta por Marcelo Guimarães Rodrigues (2018, apud Fisch, 2019, p. 19), a atividade registral embora de caráter público é desempenhada por um particular de modo privado, por meio de delegação do poder público.

Não obstante, a questão registral pública, traz a discussão os tópicos objetivados através de sua criação. Um deles é a autenticidade a qual irá ter por primazia, estabelecer uma declaração à qual será verdadeira, de uma forma a qual quase não caiba prova em contrário, a qual traga em sua essência a presunção relativa *juris tantum* em relação à verdade que está expressa nas certidões emitidas pelos registros públicos.

Já logo após a mesma traz-se à tona a questão da segurança, a qual objetiva por viés fundamental, a ideia primordial da proteção daqueles atos os quais são práticas em fé-pública pelos registradores, para assim obter-se a proteção dos interesses da parte de terceiros. Logo, o próximo ponto objetivado em relação à obtenção de um registro eficiente para ambas as partes, é a eficácia, a qual irá propiciar assim os efeitos jurídicos, os quais devem de advir de um registro bem feito, e que respeite as normativas as quais devem de ser empregadas e a devida localidade de registro, no caso no devido cartório. Podendo assim dizer-se que, um ato lavrado em cartório pode-se ser válido, todavia, não obrigatoriamente eficaz, dependendo, portanto, da circunstância e do documento oficializado.

E por último a publicidade, a qual, todavia, não se vê expressa em completo na temática constitucional a qual aborda a devida temática, mas que todavia se vê de fundamental importância em um registro público. A finalidade da publicidade se vê importante pelo simples fato de que à ação realizada pelos registradores ter o dever de ser transparente e, portanto, passível de ser vista e revista por qualquer cidadão ou pessoa que assim o quiser. Não necessitando assim, portanto, justificativa para a realização do mesmo, tendo por objetivo manter a transparência do público mesmo em esfera privada.

1.1 DOS REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS

Após uma breve exposição do que se teria por registros públicos, os quais devem de ser dotados por fé-pública, trazer-se-á à tona a temática dos Registros Civis das Pessoas Naturais; temática a qual trata sobre a obtenção do condão de cidadão, que traz consigo inúmeros direitos assim como deveres, previstos constitucionalmente. Os quais serão brevemente destacados. Segundo Dantas: “A

personalidade do homem começa com o nascimento e acaba com a morte, mas no curso de sua existência ele muda frequentemente de posição jurídica” (1979, p. 181).

Segundo o pensamento anteriormente citado, o registro civil de nascimento de um ser humano, é trazido em sociedade como o primeiro ato de cidadania exercido pelo mesmo, objetivando assim criar um elo com a sociedade, o qual o vinculará a mesma durante toda a vida. Esse ato somente será desfeito com a morte, declarada e emitida com a Certidão de Atestado de Óbito, desvinculando o cidadão do laço social que o mesmo tem. O registro do nascimento de um cidadão vem por consequência como a abertura de um processo que dará origem para que o mesmo futuramente, possa assim dessa maneira obter através de outras circunstâncias, diversos outros documentos, os quais lhe serão fundamentais no decorrer de sua vida. São alguns deles por exemplo a carteira de identidade, o cadastro da pessoa física (CPF) e até mesmo a carta de habilitação, a qual influenciará no seu modo de locomoção social. Portanto, podendo-se dizer que o conseqüente registro nos traz o desenrolar de toda uma vida, através de um mísero pedaço de papel e um número.

Na vida pode-se dizer que para um ser-humano existem direitos os quais lhe são inerentes, não importando assim a sua situação, se é casado ou solteiro, brasileiro ou estrangeiro tendo somente algumas condições que os diferenciam. Todavia, há algo que lhes é sempre comum, a extrema necessidade de obtenção de um registro civil, o qual o defina como uma pessoa dotada de direitos e deveres, e o qual por consequência lhe de o título de cidadão, que lhe oportunizará uma vida com trabalho e digna, como manda a lei. A abordagem da mesma temática se dá através da Lei nº 6.015 de 1973, que diz:

Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei. § 1º Os Registros referidos neste artigo são os seguintes; I - o registro civil de pessoas naturais; II - o registro civil de pessoas jurídicas; III - o registro de títulos e documentos; IV - o registro de imóveis. § 2º Os demais registros reger-se-ão por leis próprias (Brasil, 1973).

Através dos pontos expostos pela Lei nº 6.015 como sendo estes os Registros Cíveis das Pessoas Naturais, a temática a qual irá ser dado maior enfoque neste contexto será a do Registro de Nascimento, pois sem a mesma não se dará início a

vida de uma pessoa como cidadão. O Registro de Nascimento traz por contexto geral ser a oportunidade de comprovação de existência de determinada pessoa, a qual lhe comprovará seus pais, local de nascimento e a data a qual o mesmo veio ao mundo, além da imposição de um número, o qual trará aquela pessoa para dentro dos registros nacionais de pessoas. Podendo assim desta forma o Estado garantir desde logo alguns direitos ao nascituro, mas que todavia somente ganhará personalidade jurídica a partir do seu Registro Civil de Pessoa Natural nascida viva.

Segundo a compreensão de Fisch (2019), o registro civil das pessoas naturais com o nascimento destina-se por primazia a declaração de sua personalidade e a aquisição de seus direitos e deveres no âmbito jurídico nacional, sendo realizado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN) e a sua função social por prioridade é a de visar alcançar determinadas finalidades jurídicas, dando-se assim maior ênfase na cidadania.

Já a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, na data de 20 de novembro de 1989, em seu artigo 7 também tem afirmado que:

A criança será registrada imediatamente após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles. Os Estados Partes zelarão pela aplicação desses direitos de acordo com sua legislação nacional e com as obrigações que tenham assumido em virtude dos instrumentos internacionais pertinentes, sobretudo se, de outro modo, a criança se tornaria apátrida (Brasil, 1990).

Portanto a presente legislação trata de explicar através de suas especificidades que através do nascimento com vida ou não, todo ser humano, tem o direito de ser registrado, de forma que não se torne um ser humano invisível socialmente e um apátrida, sendo essa pessoa brasileiro ou estrangeiro. Portanto põem-se assim em evidência a problemática central objetivada nesse artigo: a possibilidade de existência de pessoas sem registro, com possibilidade de descumprimento desse e de outros artigos e decretos, sendo o mesmo tanto pelo cunho social, como pelo cunho governamental, criando a possibilidade de existência de pessoas com dificuldades de vida, tanto por serem apátridas, como por não conseguirem assim sua inserção social.

2 METODOLOGIA

O método de abordagem e desenvolvimento de pesquisa será o Dedutivo, o qual trará as problemáticas da falta do registro civil para muitas pessoas, dentre elas imigrantes e pessoas nascidas no Brasil, impossibilitando que as mesmas se tornem cidadãos, tornando-se uma população à margem da sociedade, verdadeiros fantasmas sociais, os quais não constam nos números. Os métodos de procedimento adotados serão o histórico (para oportunizar o entendimento, do surgimento dessa problemática no Brasil, permitindo assim identificar sua origem real), o bibliográfico (pela necessidade de artigos e textos os quais comprove a existência dessa problemática, e oportunizando assim a melhor objetivação de sua solução) e o documental (pois necessita-se de documentos históricos e leis para dar a veracidade do que no artigo será apresentado).

Portanto, a bibliografia do presente artigo serão os artigos referenciados ao final do trabalho e a legislação tanto com atual vigência, como legislações históricas as quais podem já não mais estar em vigência.

3 DOS PROBLEMAS DA FALTA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

O registro de pessoas naturais, dentro dos registros públicos, se incumbe de tratar dos atos civis das pessoas naturais. Conceitua-se pessoa natural como ser humano possuidor de direitos na esfera civil.

Tangendo as ideias de Gonçalves (2016, *apud* Vieira, 2013, p. 100) “para qualquer pessoa ser assim designada, basta nascer com vida e, desse modo, adquirir personalidade”.

Diante da falta de registro civil, advém diversos problemas, visto que, a dignidade do homem nasce com ele, porém, se concretiza com a naturalização, somente com o registro civil, os indivíduos garantem seus direitos. Sobretudo, é dever do Estado garantir a sua população uma vida justa e positivada, para que assim esta positividade possa ser aplicada como fonte de solução dos conflitos jurídicos. Para Marcelo Novelino: “A dignidade é o fundamento, a origem e o ponto comum entre os

direitos fundamentais, os quais são imprescindíveis para uma vida digna” (Marcelo Novelino, *apud* Vieira, 2013, p. 365).

Considera-se que uma vida digna provém do mínimo básico de existência, cabendo ao Poder Público o dever desta garantia. Sendo assim, a proteção perante as dificuldades se incumbe ao Estado, de modo que garanta, de forma respeitável a promoção dos meios para tal fundamento e que os mesmos não tenham sua dignidade suprimida. Nesse sentido:

O registro civil das pessoas naturais tem o condão de materializar a existência da pessoa, assegurando-lhe a individualização, e serve como vetor de visibilidade da pessoa perante o Estado e a sociedade. Por ser o primeiro documento formal, o registro civil das pessoas naturais torna-se condição *sine qua non* ao exercício de direitos na ordem civil e pré-requisito para a pessoa obter a documentação básica. Adquire, ainda, a configuração de direito humano personalíssimo (Parente; Calixto, *apud* Vieira, 2007, p. 202).

Levando em consideração os direitos dos cidadãos, vale ressaltar a importância do direito civil de nascimento, este, que é previsto como direito fundamental pela Constituição Federal, possuí-lo é de extrema relevância, visto a garantia da vida em sociedade.

Quando uma pessoa não é registrada esta, por consequência, não tem seus direitos garantidos, não possui seus documentos, não tem acesso a saúde, a educação, trabalho, assistência social. Deste modo, considera-se que a dignidade do indivíduo está sendo violada, há também a violação do exercício da cidadania, de modo que acaba desmoralizando o Estado Democrático de Direito.

Uma das grandes causas da falta de registro civil em pessoas naturais são as dificuldades de locomoção e localização, visto que, em cidades mais populosas, há uma maior porcentagem da disparidade social, sendo assim, difícil para algumas pessoas a locomoção, seja por falta de um automóvel, ou dificuldade econômica para deslocamento. Além do mais, cabe destacar que não são todos os municípios que possuem Cartórios de Registros Civis.

Pode-se perceber, que a falta de registros civis está diretamente ligada a situações de desinformação e dificuldades econômicas, até mesmo a falta de uma base familiar sólida, ou seja, problemas culturais, econômicos e sociais.

CONCLUSÃO

A partir do tema abordado, pode-se concluir que a admissão de Pessoa Civil só se concretiza com o registro de pessoa natural, sendo assim adquirido o direito do indivíduo como cidadão.

Além do mais, torna-se imprescindível o acesso a documentação civil, de modo que seja garantido a todos, visando efetivar a condição de cidadania dos indivíduos invisibilizados. Diante do exposto, cabe ao Governo Federal criar campanhas visando combater os dados das pessoas não identificadas civilmente no País, por meio da construção de novos estabelecimentos de atendimento, além da criação de campanhas itinerantes de registro de pessoas, para assim oportunizar a população com dificuldade de locomoção a possibilidade de registro, tornando os mesmos cidadãos. Deve também, juntamente com as secretarias/ministérios, divulgar a importância do registro civil de pessoa natural, para que assim seja efetivada a cidadania, garantindo assim os direitos do cidadão.

Diante disso, reafirmou-se como o Estado tem um papel fundamental na diminuição da desigualdade social a partir do momento em que encontra meios para levar o registro civil até as pessoas que ainda não os possuem. A desburocratização dos meios de emissão de registro civil e a ampliação do sistema registral e notarial para o interior dos estados, além do aumento de ações de mobilização nacional são formas de facilitar o acesso dos indivíduos mais vulneráveis à possibilidade de ser registrado civilmente (Vieira, 2019, p. 60).

Diante disso, somente com a desburocratização dos registros civis e a ampliação do sistema registral, será possível diminuir a invisibilidade dos registros, para que assim, mais indivíduos possam ter acesso, diminuindo a disparidade e vulnerabilidade da população. Além do mais, o registro é um ato de grande influência na qualidade de vida das pessoas, de modo que, garante os direitos previstos na Constituição de 1988.

Por este, tema ser de tão importante cunho, a discussão sobre ele é considerada extensa para que este debate se limite ao tema deste artigo. Portanto incentive-se o estudo geral e a discussão sobre este tópico, pelo fato da necessidade

de continuar aprendendo sobre essa temática, a qual afeta uma parcela significativa da população brasileira e mundial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Dispõe sobre os direitos da criança, 1990. **Diário Oficial da União, 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FISCH, Claudia Renata Rohde. A importância do registro civil de nascimento para o exercício de direitos econômicos e sociais. **Revista Argumentum - Argumentum Journal of Law**, Marília, p. 1-125, 2019. Disponível em: <<https://portal.unimar.br/site/public/pdf/dissertacoes/8A51FA398E90B50CD524F6326DB96922.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MAKRAKIS, Solange. O Registro Civil no Brasil. **Dissertação de Mestrado Apresentada no Mestrado em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas**, p. 1-118, 2000. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3405>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

VIEIRA, Roberta Maria. **Em Cena: o Direito fundamental ao registro civil e o seu papel como pressuposto básico a inclusão social**. Santa Rita, 2019. Centro de Ciências Jurídicas Departamento de Ciências Jurídicas do curso de Graduação em Direito, Universidade Federal da Paraíba.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES AFETADOS PELA SÍFILIS NAS MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Mirian dos Reis Eichoff¹
Victor Mikael Anderson²
Cleiton Edmundo Baumgratz³

RESUMO

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível, causada pela bactéria *Treponema pallidum*, que pode ser transmitida por contato sexual desprotegido (adquirida) ou de forma vertical (congenita). O conhecimento e a aplicação prática dos conteúdos epidemiológicos devem ser usados e aliados com o mapeamento e estudo da infecção. Nesse contexto, identificar e comparar o perfil epidemiológico dos pacientes com sífilis adquirida é primordial para um bom planejamento de intervenção de saúde. O mapeamento da regionalização de saúde do Rio Grande do Sul pode ser encontrado no TabNet, aplicativo que concebe informações das bases de dados do Sistema Único de Saúde (SUS). Ademais, o plano de geração de dados foi realizado a partir do uso de documentação indireta, abordagem quantitativa, e ainda, procedeu-se uma análise de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Analisados os gráficos, o perfil epidemiológico encontrado foi de pacientes de 15 a 39 anos, do contexto Sul Rio Grandense, apresentando variação no percentual de infecção por população. Foi identificado também que a macrorregião com maior prevalência de sífilis de 2010 a 2021 foi a metropolitana, entretanto, a com maior percentual de prevalência frente a população foi a Serrana. Portanto, corroboramos com a iniciação advinda de políticas públicas de Educação em Saúde como prevenção primária em escolas, espaços públicos e empresariais com o intuito de promover a informação sobre o contágio, transmissão e tratamento da doença.

Palavras-chave: ISTs; Sífilis; Epidemiologia; Prevalência; Macrorregiões.

ABSTRACT

Syphilis is a sexually transmitted infection, caused by the bacterium *Treponema pallidum*, which can be transmitted through unprotected sexual contact (acquired) or vertically (congenital). Knowledge and practical application of epidemiological content must be used and combined with the mapping and study of infection. In this context, identifying and comparing the epidemiological profile of patients with acquired syphilis

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem- 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. mirian.dosreiseichoff@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Enfermagem- 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. victorandersonmikael@gmail.com

³ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências (PPGEduC) da Universidade de Brasília (UnB). Professor do Curso de Enfermagem nas Faculdades Integradas Machado de Assis. cleitonbiobaumgratz@gmail.com

is essential for good health intervention planning. The mapping of health regionalization in Rio Grande do Sul can be found on TabNet, an application that generates information from the Unified Health System (SUS) databases. Furthermore, the data generation plan was carried out using indirect documentation, a quantitative approach, and an analysis of data from the Notifiable Diseases Information System (Sinan) was carried out. After analyzing the graphs, the epidemiological profile found was that of patients aged 15 to 39 years, from the South Rio Grandense context, showing variation in the percentage of infection per population. It was also identified that the macro-region with the highest prevalence of syphilis from 2010 to 2021 was the metropolitan region, however, the one with the highest percentage of prevalence among the population was Serrana. Therefore, we corroborate the initiation arising from public health education policies as primary prevention in schools, public and business spaces with the aim of promoting information about the contagion, transmission and treatment of the disease.

Keywords: STIs; Syphilis; Epidemiology; Prevalence; Macroregions.

INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são a invasão de microrganismos, vírus, bactérias ou outros, que se multiplicam no hospedeiro, podendo gerar sintomas ou não no paciente. Tais microrganismos são compartilhados, principalmente por contato sexual desprotegido (Brasil, 2022).

Até 2016, a nomenclatura usada para se referir às ISTs era DST (doença sexualmente transmissível), o que mudou no decreto 8901/2016, que revogou o decreto 8490/2015. Essa alteração se dá, uma vez que, considerando infecção, uma pessoa pode ter, transmitir, mas se apresentar assintomática (Brasil, 2022).

De acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (2022), a sífilis é uma IST com período de latência, onde não se observa sinal algum da doença, mas segundo o mesmo, o recrutamento do secundarismo pode ser visto em 25% dos pacientes. Dessa forma, mesmo sem sintomas, pode haver a transmissão (Brasil, 2022).

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível, causada pela bactéria *Treponema pallidum* (Stähelin, 2022), e, assim como as demais ISTs, sua transmissão se dá de duas maneiras: i) contato sexual (desprotegido) com parceiro sexual positivado para a doença e, ii) transfusão de sangue, material perfurante não

higienizado (cirurgias) ou de forma vertical, como o aleitamento, a gestação ou parto (Brasil, 2022).

O início da sífilis na história da humanidade ainda não está esclarecido pela bibliografia acadêmica, afinal, é encontrado, entre outras teorias, indícios de origem tanto no Novo quanto no Velho Mundo.

Tem-se por certo, indiferente à origem exata da doença, o surto de 1495, com a, chamada na época, “guerra da fornicação”. Cerca de 12.000 soldados do rei da França, Carlos VIII, entraram em Roma no final de 1494, onde, por cerca de um mês, deram-se às orgias e comemorações (Stähelin, 2022).

Em um contexto brasileiro, Carrara (1997) afirma que mesmo com a doença nas Américas, ainda não havia sífilis no Brasil durante o período pré-cabralino. De acordo com Ribeiro *et al.* (2021) os primeiros casos identificados de sífilis no país foram no século XVI, pelos jesuítas. Entretanto, mesmo a doença presente no território brasileiro desde dado século, campanhas de erradicação dessa só tiveram seu início em 1901. Contudo, anos depois, em 1920, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), trazendo grandes mudanças no cenário brasileiro.

A década de 20 pode ser descrita como um período de ouro na sifilografia. Nesta data, diversas instituições, trabalhos e pesquisas foram realizados. Em 1925 deu-se a maior campanha que se veria até 1940, contra doenças venéreas e a sífilis, contando ainda com Anais Brasileiros De Dermatologia E Sifilografia (Carrara, 1996). Entretanto, estudos da década de 1920, apontam para uma estimativa de um quinto da população contaminada nesse período, a qual não se alterou até 1940 (Carrara, 1997).

De acordo com Avelleira e Bottino (2006), em 1960, com a chegada de novos medicamentos, houve um discurso de que a doença estava controlada e, somado com a chegada do anticoncepcional e a mudança na sociedade em relação ao comportamento sexual, o número de casos de sífilis no Brasil aumentou.

Na década de 80, início da AIDS no Brasil, as campanhas de prevenção às ISTs se tornaram notáveis no espaço popular. Em 1999 foi criada a Política Nacional de DST/Aids, em cujo documento de princípios, diretrizes e estratégias, reconhece ser um dever do Estado promover o controle das DSTs e a descentralização de ações no

âmbito da educação em saúde como condição essencial para a garantia da promoção à saúde (Brasil, 1999).

Em 2020, provavelmente pela chegada da Covid 19, diminuiu-se a incidência de sífilis em todas as esferas governamentais, a qual cresce novamente em 2021 (Porto Alegre, 2023). Segundo Ramos Jr (2022), essa IST tem sido um desafio para a gestão pública e “os desafios são inúmeros e requerem pesquisas e amplo engajamento na defesa do SUS” (Ramos Jr., 2022, p. 4).

Atualmente, a sífilis adquirida é uma doença de notificação compulsória, o que facilita as pesquisas epidemiológicas da doença. O conhecimento e a aplicação prática desses conteúdos devem ser usados no enfrentamento dos problemas de saúde local (Organização Pan-Americana Da Saúde, 2010).

Sabe-se ainda, que os estudos epidemiológicos auxiliam na identificação da população e o processo das ações da vigilância “tem início na população onde ocorre a doença e termina na população onde são executadas as medidas de prevenção e controle da doença” (Organização Pan-Americana Da Saúde, 2010, p. 17). Nesse contexto, identificar o perfil epidemiológico dos pacientes com sífilis adquirida é primordial para um bom planejamento de intervenção de saúde.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A *Treponema pallidum* subsp. *pallidum*, (referida como *T. pallidum* no presente artigo) agente etiológico da sífilis, é uma bactéria de alta mobilidade, devido à sua forma de espiralada, e grande resistência a antibióticos, por apresentar características que a assemelha à bactérias gram-negativas (Henriques 2022; Stähelin 2022).

As principais características da sífilis venérea são as lesões em regiões genitais, local de predileção da bactéria e, geralmente, espaço por onde essa se introduz no hospedeiro; ou ainda extragenitais, atingindo as palmas das mão, a planta dos pés, costas, braços e até a língua. Essas lesões, que concentram grande quantidade do agente etiológico, na sífilis primária, são geralmente úlceras com poucos milímetros, apresentando superfície crostosa e indolores, mas quando se dão nos dedos das mãos podem doer (Wolff 2014).

Os testes a pacientes que apresentam sinais e sintomas mais usados são os sorodiagnósticos, os quais são divididos em Testes Treponêmicos e Não Treponêmicos. Os Testes Treponêmicos detectam anticorpos voltados às proteínas do *T.pallidum*, já os Não Treponêmicos medem a imunoglobulina do hospedeiro em resposta a condições desencadeadas pelo agente etiológico, respectivamente (Peeling *et al*, 2017). Além do mais, esses testes são o único meio de triagem para pacientes assintomáticos. O diagnóstico de detecção direta também é uma opção, mas atualmente tem-se diminuído sua frequência de uso.

Ademais, a referida doença possui mecanismos de identificação, como os testes rápidos¹, e segundo Marques (2019), essa testagem pode atuar como diagnóstico precoce da sífilis, colaborando ao tratamento dessa, e diminuindo a probabilidade de transmissão. A solução de tratamento possibilitada ao paciente é feito com penicilina benzatina, conhecido por ser “único antibiótico capaz de eliminar o treponema pallidum com eficácia” (Queiroz; Oliveira; Oliveira Junior, 2022, p. 909).

Em 1943 houve uma reunião sobre o uso do medicamento no país, tendo-se um médico brasileiro manifestado insatisfação sobre os efeitos deste, talvez pela prudência de evitar possíveis falhas com a utilização do mesmo. Porém, em 1944, houve publicações na Revista Brasileira de Medicina sobre a testagem da penicilina em pacientes brasileiros, o que mostrou o interesse dos pesquisadores pela continuidade dos estudos. Contudo, em 1951, Szabo, Edward e Bruce apresentaram a penicilina benzatina, uma nova forma de tratar os pacientes com sífilis, obtendo também, uma maior aceitação e seguridade da população para com esse tratamento (Gerald Neto, 2009).

Além disso, segundo Miranda *et al* (2021), a sífilis congênita passou a ser de notificação compulsória em 1986, e após alguns anos, em 2010, a sífilis adquirida também entrou para esta lista de doenças. Continuamente, todas essas notificações são encaminhadas ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), sendo a principal fonte de informações para a vigilância epidemiológica (Costa; Higa, 2019), demais, são utilizadas para tabulação de dados pelo TabNet.

¹ Os testes rápidos são dispositivos de teste de uso único, que não depende de infraestrutura laboratorial. Produz resultado em tempo igual ou inferior a 30 minutos o qual pode ser interpretado a olho nu” (Brasil, 2021, p. 71).

O TabNet é um aplicativo que “Foi desenvolvido pelo DATASUS para gerar informações das bases de dados do Sistema Único de Saúde – SUS” (DATASUS, 2020, p. 2). Selecionando a abrangência geográfica, as variáveis, período ou períodos e os filtros, finalmente, os dados são por ele disponibilizados. Permitindo exportação em formato excel, podem ser fonte de gráficos, mapas ou tabelas bidimensionais (Datusus, 2020).

Tem-se ainda que o estado do Rio Grande do Sul está dividido em 7 macrorregiões, a qual consta, no aplicativo TabNet, como uma das opções para selecionar-se em “abrangência geográfica”.

Por estudos epidemiológicos sabe-se que a sífilis manteve taxa de incidência progressiva até 2018, reduzindo o seu crescimento a partir de então, e, em 2020, mostrou declínio, provavelmente decorrente da pandemia da COVID-19 (Brasil, 2022), porém tornou a crescer novamente.

Essa inequívoca persistência da sífilis, para Ramos Jr (2022) é um problema de saúde pública, o qual, segundo Godoy (2021) não é apenas pela gravidade da doença, mas também pelo fator de risco para outras doenças infecciosas. Miranda *et al.* (2021, p. 5) expressa que persistem desafios na formulação e implementação de políticas públicas, e que estes ainda devem ser superados. A autora aponta, entre outras necessidades permanentes, “(i) fortalecer o papel da atenção primária à saúde na atenção integral às pessoas com IST e suas parcerias sexuais” e “(iii) promover informação, educação e comunicação em saúde”.

A educação em saúde é uma forma encontrada por Cunha *et al.* (2021) para que a população conheça, se previna e mantenha os cuidados necessários em relação à doenças. Ainda, o autor reconhece-a como um meio de prevenção primária e Vieira (2017, p. 1144) acrescenta: “é necessário reconhecer a educação em saúde como “prática que alicerça e reorienta toda a atenção primária à saúde.”

A autora põe também que o enfermeiro, ser fundamental no direcionamento das atividades e de seus resultados, precisa reconhecer as limitações quanto às aplicações das práticas educativas, e tomar medidas que ultrapassem essas. Conclui-se assim que conhecer o perfil populacional, estratégias de intervenção e as limitações de aplicação provenientes do meio inserido, é primordial para promover saúde e auxiliar a manutenção desta na população.

2 METODOLOGIA

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho tem em sua categorização uma natureza básica, a forma de abordagem do problema e dos dados foi quantitativa, e os objetivos foram baseados em fins descritivos. Ademais, o plano de geração de dados foi realizado a partir do uso de documentação indireta (bibliográfica e/ou documental), já o método de abordagem foi o indutivo, e os métodos de procedimento empregados foram o bibliográfico, documental, estatístico e o comparativo, ambos com a finalidade de realizar a análise e a interpretação dos dados, para justificação da pesquisa.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Para geração de dados, inclui-se o uso de documentação indireta, descrito por Marconi e Lakatos (2022), como a forma de obtenção de informações por meio de uma pesquisa documental ou bibliográfica. Realizou-se a análise de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), disponibilizados pelo TABNET em dezembro de 2021, que são fontes primárias de arquivo público.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Em decorrência, foi empregado o uso de métodos para análise e interpretação dos dados coletados, onde para a abordagem foi o método indutivo, que é definido como “um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal” (Marconi; Lakatos, 2022, p.95), sendo o caso em que, a partir de estudos concretos, busca-se generalizar o conhecimento. Contudo, referindo-se à métodos de procedimento, foram aplicados os métodos bibliográfico, documental, estatístico e o comparativo.

O método bibliográfico “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44), portanto envolve o estudo a partir de produções já existentes. Ademais, o método documental

foi utilizado por apresentar estatutos de instituições citadas no trabalho, além disso, “ele tem como objetivo entender um fenômeno já ocorrido e que teve certa duração de tempo” (Nunes; Lozada, 2018, p.179), como no caso deste trabalho, a sífilis.

Já o método estatístico foi empregado de uma forma significativa no contexto da escrita, e esse trata a transformação da realidade em números, e segundo autores “O papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado” (Marconi; Lakatos, 2022, p.124). Por fim, o método comparativo “realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências” (Marconi; Lakatos, 2022, p.122), ou seja, ele irá efetuar comparações a partir de um parâmetro estabelecido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Identificar o perfil epidemiológico de pacientes com sífilis adquirida no estado do Rio Grande do Sul contribui nas atividades de planejamento estadual, uma vez que o perfil epidemiológico da população é um importante fator a ser avaliado em atividades de planejamento (Barata, 2013). O perfil de usuários que adquiriram sífilis também contribui na elaboração das intervenções, delimitando o público alvo e alterando o plano de ação. Assim, identificá-lo se assume notável importância na rede de atenção primária.

3.1. COMPREENSÃO DOS GRÁFICOS

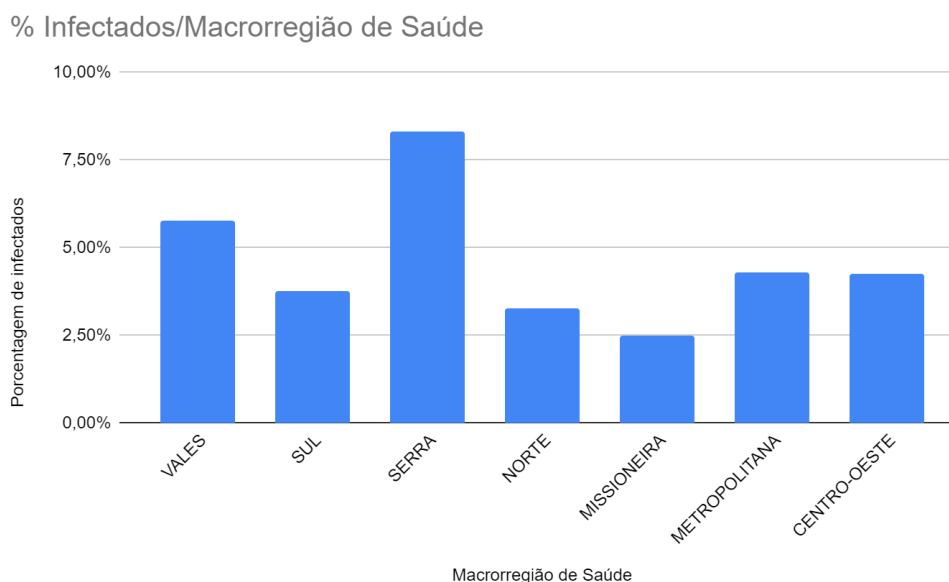
A partir dos dados disponibilizados no TABNET, constituiu-se os gráficos apresentados com o intuito de comparar as informações entre as macrorregiões de saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados continham a prevalência de sífilis adquirida registrada desde 2010 até 2021, e os respectivos anos de incidência. Condicionando os indicadores segundo as macrorregiões de saúde do estado, as tabelas foram analisadas e os dados armazenados no Google Planilhas. Dentro do próprio aplicativo TabNet, os números estimados da população de cada uma das macrorregiões de saúde também são disponibilizados, os quais foram analisados e

comparados com o número de infectados por sífilis adquirida no período e abrangência geográfica equivalentes.

Analisando a frequência absoluta, observa-se que a região metropolitana contempla quase metade dos infectados no Rio Grande do Sul, e do mesmo modo com o total de população do estado. Assim, mesmo que os números apontem alta prevalência de sífilis adquirida neste território, o mesmo mantém-se abaixo da média do percentual de infecção na população, em comparação com as outras macrorregiões.

Considerando essa como uma variação proporcional que as divisões regionais abordadas podem apresentar, para encontrar qual é a região com maior porcentagem de notificações desde 2010 até 2021, situou-se a razão do número de infectados para o total da população. Objetivando uma melhor análise dos gráficos e resultados, multiplicou-se os resultados por 100. A partir de então, têm-se o gráfico 1.

Gráfico 1: Porcentagem de infectados por Macrorregião de Saúde *100



Fonte: produção dos pesquisadores (2023).

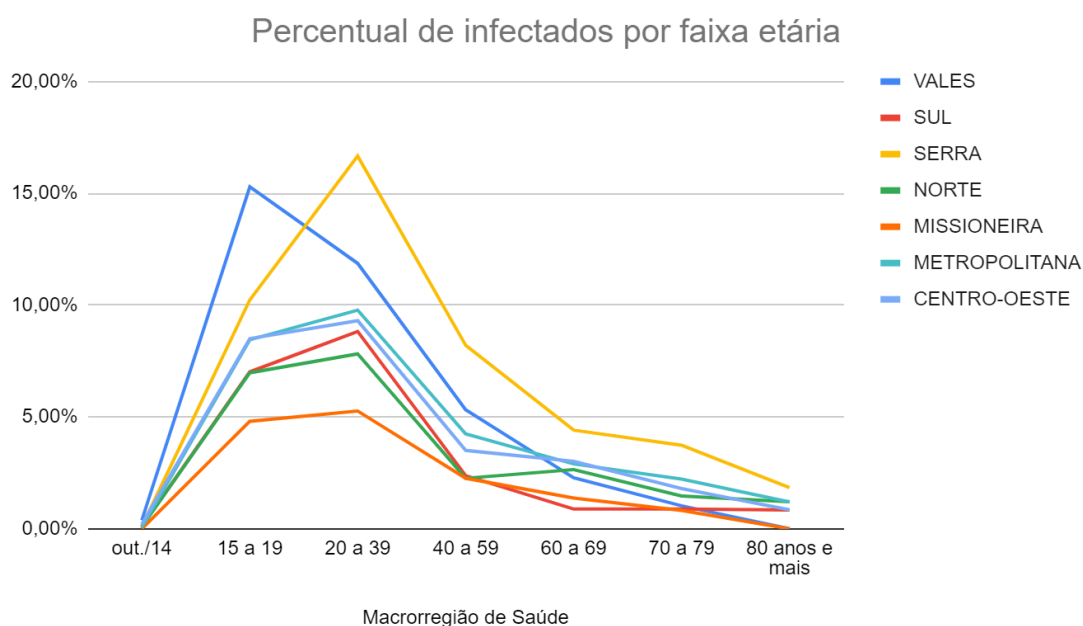
Neste gráfico, é possível identificar que a macrorregião com maior porcentagem de casos notificados de sífilis desde 2010 até 2021 é a Serra. Ultrapassando 8,2%,

essa apresenta percentual maior que o dobro da média das outras 6 macrorregiões, 3,98%.

Em contraste com a Serra, depreende-se do gráfico 1 ainda, que a Missioneira é a que apresenta menor percentual de infectados em relação à população. Sabe-se também, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibilizadas pelo TabNet, que essa apresenta também a menor população dentre os demais territórios analisados.

Buscando compreender a influência da faixa etária no percentual de sífilis adquirida em cada macrorregião, foi analisado o perfil epidemiológico cada uma dessas e assim, realizou-se um cálculo referente ao percentual de infecção de cada faixa etária entre as macrorregiões de saúde. Baseando-se nos resultados obtidos, elaborou-se um gráfico de linhas (gráfico 2).

Gráfico 2: Infectados por faixa etária



Fonte: produção dos pesquisadores (2023).

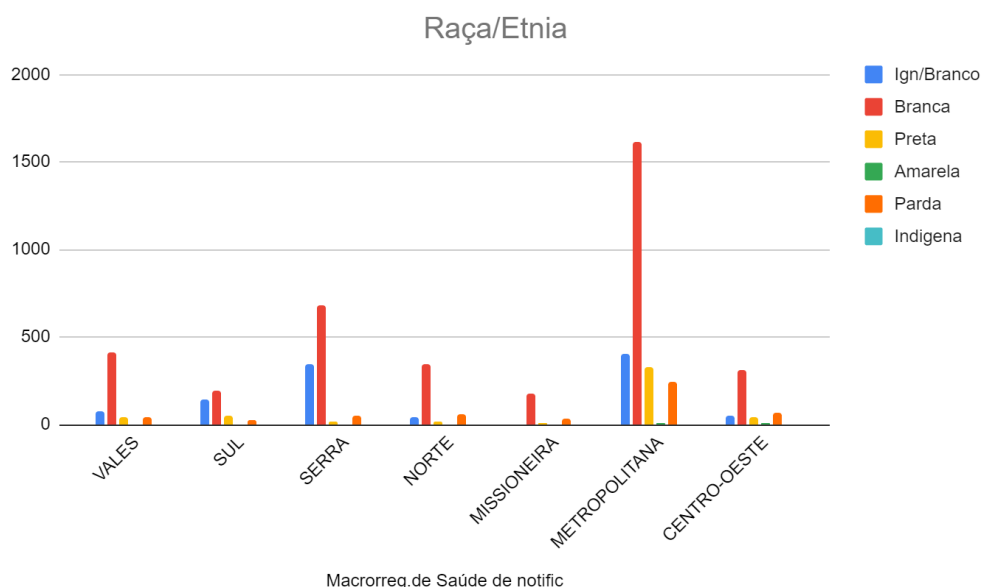
Analisando os resultados, é possível identificar quais as faixas etárias que apresentam maior percentual de infecção no Rio Grande do Sul, as quais estão entre 15 a 39 anos de idade. Vê-se que o percentual de infectados nesse intervalo mostra-

se alarmante nos Vales e na Serra, principalmente. Nelas, os resultados obtidos apontam para 145% e 144% da média, respectivamente, dos dados referentes ao mesmo intervalo de todo o Rio Grande do Sul.

É importante destacar que, quanto à frequência absoluta, o período que apresenta maior destaque em todas as macrorregiões é o de 20 a 39 anos, apenas. Porém o intervalo explanado representa quase cinco vezes o que o acompanha no gráfico 2, 15 a 19 anos.

É possível ainda analisar que o percentual de infectados na faixa etária de 60 a 69 anos é maior que o de 40 a 59 no Norte, o que não acontece se considerarmos apenas a frequência absoluta. Observa-se também que, mesmo que os Vales apresentem alta porcentagem de infectados da população jovem, contudo, quanto aos de 60 a 69 anos, seus resultados são melhores que os apresentados na Serra, Centro-oeste, Metropolitana e Norte.

Gráfico 3: Infectados por raça



Fonte: produção dos pesquisadores (2023).

O gráfico 3 mostra de forma nítida a predominância da etnia branca no número de infectados em todas as macrorregiões. Dentre essas, a Metropolitana se destaca

no número de ocorrências, uma vez que o gráfico apresenta dados absolutos. É importante destacar que a Serra, com representação populacional cerca de quatro vezes menor que a Metropolitana, mantém próximos a frequência de registros com raça ignorada ou em branco.

O TabNet não disponibiliza a porcentagem ou quantidade de pessoas por raça/etnia residentes nas macrorregiões de saúde do estado do Rio Grande do Sul, o que impossibilita realizar comparações de dados, como feito nos gráficos anteriores.

CONCLUSÃO

Ao finalizar essa pesquisa, retorna-se à questão promulgadora, “Qual a variação macrorregional das notificações de sífilis adquirida entre 2010 e 2021 no Rio Grande do Sul? Ao desenvolver a pesquisa, foi possível visualizar que há incidências maiores em determinadas macrorregiões e isso pode ser um alerta para a saúde pública.

A partir das interpretações, visualizou-se que a Serra, mesmo não sendo a macrorregião com maior frequência absoluta de notificações, merece destaque nas observações, visto sua alta taxa de prevalência nos anos de 2010 a 2021 em relação a sua população. Foi possível observar que o percentual de infecção para cada faixa etária é consideravelmente alto para essa região em comparação com as demais.

A Norte, deve concentrar seu foco em atividades de prevenção primária em populações de 15 a 39 anos de idade, visto que, assim como as outras, possui maior percentual de contágio em relação a quantidade dessa população, porém, diferente das demais, deve considerar a taxa de infecção na faixa etária de 60 a 69 anos.

A Missioneira merece destaque na eficácia do combate à sífilis, uma vez que essa é a macrorregião com menor número absoluto e relativo de infectados pela *T. pallidum*. Além disso, ela também é a que menos ignorou ou deixou em branco a raça/etnia do usuário no momento da notificação, enfatizando-se que as notificações dessa também podem ser destacadas como ação importante para o reconhecimento dos grupos de risco.

Portanto, quanto às atividades que os enfermeiros, como gestores, podem realizar no combate à sífilis adquirida no Rio Grande Do Sul, engloba-se campanhas

voltadas à educação em saúde, como forma de prevenção primária, conscientizando os usuários dos sintomas, formas de contágio e prevenção da doença.

REFERÊNCIAS

AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTTINO, Giuliana. **Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle**. p. 111-126. [S. l.]: Anais Brasileiros de Dermatologia, 2006.

BARATA, Rita Barradas. **Epidemiologia e Políticas Públicas**. [S. l.]: Revista Brasileira de Epidemiologia. p.3-17. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde A a Z: Infecções sexualmente transmissíveis (IST)**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist#:~:text=Importante%3A%20terminologia%20Infec%C3%A7%C3%B5es%20Sexualmente,mesmo%20sem%20sinais%20e%20sintomas>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**, 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2022b. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_atecao_integral_ist.pdf> Acesso em: 09. Nov. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico de Sífilis**. Brasília, Ministério da Saúde, 2022a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Manual Técnico para o Diagnóstico da Sífilis** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2021/manual-tecnico-para-o-diagnostico-da-sifilis>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Agenda de Ações Estratégicas no Brasil para Redução da Sífilis 2020-2021**. 1. ed. BRASÍLIA: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_reducao_sifilis_2020_2021.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional De Dst/Aids Princípios, Diretrizes e Estratégias**, 1. ed. Brasília: Ministério Da Saúde, 1999. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_17.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

CARRARA, Sérgio, **A Geopolítica Simbólica da Sífilis: Um Ensaio De Antropologia Histórica.** v. 3, n. 3, p. 391-408, fev. Manguinhos, Rio de Janeiro: [S.N], 1997.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/7KqnSpqPX5CqVKZvJHm97QJ/?format=pdf&lang=p>
t> Acesso em: 09 nov. 2023.

CARRARA, Sérgio. **Tributo a Vênus:** a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

COSTA, Aline A Z.; HIGA, Camila B O. **Vigilância em Saúde.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. ISBN 9788595027831. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027831/>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

CUNHA, Amanda Guimarães. *et al.* **A Educação em Saúde como uma Estratégia na Prevenção da Sífilis na Atenção Primária a Saúde.**[S. I.]: Research, Society and Development, 2021.

DATASUS, Departamento de Informática do SUS. **Tutorial.** 2020. Disponível em:

<<https://datasus.saude.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Tutorial-TABNET-2020.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

GERALDES NETO, Benedito. **Das Sangrias à Penicilina: O Saber Médico e o Tratamento da Sífilis.** São José do Rio Preto: [S.N], 2009. Disponível em:

<https://btdtd.famerp.br/bitstream/tede/72/1/beneditogeraldesneto_dissert.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Jessica Amorim de. *et al.* **Perfil Epidemiológico da Sífilis Adquirida em Pacientes de um Laboratório Clínico Universitário em Goiânia-GO, no Período de 2017 a 2019,** p. 50-57. Goiânia: Revista Brasileira de Análises Clínicas, 2021.

HENRIQUES, Bárbara Labella. **Impacto da Coleta de Líquido Cefalorraquidiano para Investigação de Neurosífilis em Pessoas Vivendo com HIV sem Sintomas Neurológicos: Um Estudo De Coorte.** Tese (doutorado) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARQUES, Victória. **Aumento da Sífilis no Brasil e a Importância do Teste Rápido.** [S.I.]: Revista acadêmica Oswaldo Cruz, 2019. Disponível em:

<[http://www.revista.oswaldocruz.br/Content/pdf/Edicao_23_VICTORIA_MARQUES.p](http://www.revista.oswaldocruz.br/Content/pdf/Edicao_23_VICTORIA_MARQUES.pdf)
df>. Acesso em: 02 nov. 2023

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis Programa Nacional de
Controle e Tuberculose. **Vigilância Epidemiológica da Tuberculose:** Análise de
indicadores operacionais e epidemiológicos a partir da base de dados do Sinan
versão 5.0. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Passo-a-Passo-indicadores-TB.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sífilis.** Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites
Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, 2022. Disponível em:
<<https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/ist/sifilis>>. Acesso em: 23 out. de 2023.

MIRANDA, Angélica E. *et al.* **Políticas Públicas em Infecções Sexualmente
Transmissíveis no Brasil.** Brasília, 2021.
Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ress/a/4PN8LTxznTgSGZwnvVrvYFH/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 09 nov. 2023.

NUNES, Karina da Silva; LOZADA, Gisele. **Metodologia Científica.** 1. ed. Porto
Alegre: SAGAH, 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Módulos de Princípios de
Epidemiologia para o Controle de Enfermidades.** Módulo 4: vigilância em saúde
pública. Brasília, Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010.

PEELING, Rosanna W. *et al.* **Syphilis.** London: Macmillan Publishers Limited v. 3,
2017.

QUEIROZ, F. J. G.; OLIVEIRA, M. G. D. de; OLIVEIRA JUNIOR, R. A. de. **O
Tratamento da Sífilis Adquirida e Congênita a Base de Penicilina .** [S. I.]: Revista
de Iniciação Científica e Extensão, v. 5, n. 2, 2022. Disponível em:
<<https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/364>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

RAMOS Jr., Alberto Novaes. **Persistência da Sífilis como Desafio para a Saúde
Pública no Brasil:** o caminho é fortalecer o SUS, em defesa da democracia e da
vida. [S.I.]: Caderno de Saúde Pública, 2022.

RIBEIRO, Bruna Vanessa Dantas, **Um Século de Sífilis no Brasil:** deslocamentos e
aproximações das campanhas de saúde de 1920 e 2018/2019. Revista Brasileira de
História da Mídia. p. 113-158. São Paulo: [S.N], 2021.

SOUZA, Sheila Mendonça de; ARAÚJO, Adauto J. G.; FERREIRA, Luiz Fernando.
Saúde e Doença em Grupos Indígenas Pré-Históricos do Brasil: Paleopatologia
e Paleoparasitologia. *In:* SANTOS, RV.; COIMBRA JR., CEA., orgs. Saúde e povos
indígenas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE. **Boletim Epidemiológico 86**, Porto Alegre: [S.N], 2023.

STÄHELIN, João Antônio Brandão Brito, **Experiência no Diagnóstico de Neurosífilis em Ambulatório de Coleta de Líquor num Hospital Referência em Doenças Infecto-Contagiosas**: estudo retrospectivo. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em medicina) – Universidade Federal de Santa Catarina – Curso de Graduação em Medicina. Florianópolis, 2022.

VIEIRA, Francilene de Sousa; *et al.* **Inter-relação das Ações de Educação em Saúde no Contexto da Estratégia Saúde da Família**: percepções do enfermeiro. [S.l.]: Rev Fund Care Online. 2017 p. 1139-1144.

WOLFF, Klaus, JOHNSON; Richard A., SAAVEDRA, Arturo P. **Dermatologia de Fitzpatrick**: Atlas e Texto. 7. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014.

IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO PARA O RECÉM-NASCIDO E PARA A MÃE: REVISÃO INTEGRATIVA

Josafá de Souza¹
Fabiane Kronbauer²
Elisiane Adiers³
TainaraCaroline Wiedemann⁴
Daniel Soares Tavares⁵

RESUMO

Objetivo: Identificar produções que evidenciam a necessidade do aleitamento materno exclusivo para a mãe e para o recém-nascido. **Método:** Revisão integrativa realizada na base de dados LILACS, tendo sido selecionados 14 artigos dos períodos de 2020 até 2023. **Resultados:** Com base na análise, observou-se que os artigos selecionados, apresentaram resultados positivos e benefícios em relação à saúde da mulher e do recém-nascido em consequência da prática do aleitamento materno exclusivo. **Conclusão:** As amostras científicas analisadas possibilitaram reunir estudos que avaliaram a importância do aleitamento materno exclusivo nas três grandes regiões brasileiras, Nordeste, Sudeste e Sul. As variáveis quanto os conflitos e problemáticas encontradas ocorrem devido às diferentes regiões pesquisadas, à diferença de costumes e culturas e ao tipo de assistência prestada. Os principais obstáculos encontrados foram referentes a falta de uma assistência profissional de saúde capacitada para acompanhar e orientar a mulher, enquanto gestante e puérpera, no sentido de transmitir os conhecimentos necessários para que a prática do aleitamento materno seja eficiente, segura e duradoura.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Exclusivo; Enfermagem.

ABSTRACT

Objective: Identify productions that highlight the need for exclusive breastfeeding for the mother and newborn. **Method:** integrative review carried out in the LILACS database, with 14 articles selected from the periods from 2020 to 2023. **Results:** based on the analysis, it was observed that the selected articles presented positive results and benefits in relation to women's health and of the newborn as a result of exclusive breastfeeding. **Conclusion:** The scientific samples analyzed made it possible to gather studies that evaluated the importance of exclusive breastfeeding in the three large

¹ Graduando de Enfermagem pela Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. Santa Rosa (RS), Brasil. E-mail: jozafa1995@gmail.com

² Graduanda de Enfermagem pela Faculdades Integradas Machado de Assis- FEMA. Santa Rosa (RS), Brasil. E-mail: krfabiane@gmail.com

³ Graduando de Enfermagem pela Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. Santa Rosa (RS), Brasil. E-mail: adierselisiane@gmail.com

⁴ Graduanda de Enfermagem pela Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. Santa Rosa (RS), Brasil. E-mail: tainaracaroline33@gmail.com

⁵ Mestre em saúde materno-infantil pela UFN e professor do curso de graduação em Enfermagem da FEMA Santa Rosa. E-mail: daniel_tavares_ctg@yahoo.com.br

Brazilian regions, Northeast, Southeast and South. The variables regarding conflicts and problems found occur due to the different regions researched, the difference in customs and cultures and the type of assistance provided. The main obstacles encountered were related to the lack of professional health assistance trained to monitor and guide women, as pregnant and postpartum women, in order to transmit the necessary knowledge so that the practice of breastfeeding is efficient, safe and long-lasting.

Keywords: Breast-Feeding; Exclusively; Nursing.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno exclusivo é preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde do Brasil (MS), priorizando que crianças com até seis meses de vida, devem ser alimentadas exclusivamente com leite materno, pois é comprovadamente uma das práticas mais saudáveis ao neonato e à puérpera. Para tanto, a qualidade da prestação das orientações e a realização deste processo é imprescindível (Brasil, 2013; OMS, 2013).

Durante a evolução histórica, a amamentação no período escravista não era considerada algo natural, as crianças que nasciam eram amamentadas pelas mulheres escravas denominadas “amas de leite”, conseqüentemente não havendo vínculo entre mãe e filho. No Brasil, a prática de amamentação começou a ser incentivada ao final do século XIX, onde estudos realizados demonstraram os riscos sobre a amamentação cruzada, e mitos sobre a existência de tipos de leite, leite forte ou leite fraco, que acabam interferindo até hoje na prática de aleitamento (Nepomuceno, *et al*, 2021.)

Apesar da amamentação ser um processo fisiológico natural, essa muitas vezes precisa ser aprendida, para que se mantenha exclusiva no período desejado, devido sua enorme importância na redução da morbimortalidade infantil. Nesse contexto, os profissionais de saúde são fundamentais na promoção e apoio à amamentação, que realmente efetiva-se após a alta hospitalar, onde serão repassadas às mulheres orientações sobre técnicas e o manejo correto relacionados ao aleitamento materno, bem como o enfrentamento das dificuldades que vão aparecer durante esta fase (Nepomuceno, *et al*, 2021.)

Para subsidiar o desenvolvimento de políticas e estratégias neste contexto, tem-se por objetivo principal, apontar e ressaltar, a importância do aleitamento materno exclusivo para o vínculo materno infantil e qualidade de vida mãe-bebê, perpassando as dificuldades enfrentadas pelas puérperas.

1 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, tendo como foco a análise da produção científica sobre a avaliação da importância do aleitamento materno exclusivo. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da busca manual, com pesquisadores independentes, na base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), as palavras chaves utilizadas para a busca foram: “Aleitamento Materno Exclusivo”, “Enfermagem”.

A revisão integrativa define o conhecimento atual sobre uma temática específica, ela é produzida de forma a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto, auxiliando na qualidade do conhecimento e práticas efetivas. A utilização de uma revisão integrativa auxilia no pensamento crítico, desenvolvimento de políticas, procedimentos e protocolos (Souza, 2009).

Perante a necessidade de assegurar ao paciente uma assistência em saúde embasada em evidências científicas, a revisão integrativa auxilia nos estudos e na busca do conhecimento sintetizando as pesquisas disponíveis sobre determinado assunto e direciona ao conhecimento científico eficaz relacionado ao mesmo. É a ferramenta mais completa na abordagem metodológica referente às revisões pesquisadas, auxiliando na compreensão total do assunto trabalhado (Souza, 2009).

Foram selecionadas as amostras disponíveis na íntegra no idioma português, produzidos por autores brasileiros e publicados nos últimos 03 anos. Após leitura criteriosa dos títulos e resumos excluíram-se as duplicações e publicações cuja informações e descrições não apresentaram relevância para a presente pesquisa. Ao final deste refinamento 14 artigos compuseram a amostra atual.

Os resultados dos estudos selecionados foram organizados em uma tabela constando os seguintes dados: autor, ano, local, objetivos, método de pesquisa,

participante e principais resultados de cada estudo analisado. Estes dados serão apresentados na Tabela 1.

TABELA ILUSTRATIVA 1

Autoria e ano	Local	Objetivos	Método de pesquisa	Participantes	Principais resultados
Silva, J.I.et al. 2022.	São Paulo.	Identificar intervenções baseadas em evidências científicas eficazes para o tratamento de trauma mamilar decorrente da amamentação.	Revisão sistemática	Sete artigos, encontrados nas bases de dados CINAHL, WEB OF SCIENCE E SCOPUS.	As intervenções eficazes: pomada de camomila, uso de lanolina altamente purificada, fotobiomodulação com laser de baixa potência, mel, mil-folhas e leite materno. Orientações sobre a pega estiveram presentes em associação com a maioria das intervenções eficazes.
Fernandes, L.C.R, et al. 2022.	Campinas, São Paulo.	Relatar a experiência de indução da lactação em nuligestas realizada por enfermeira consultora em aleitamento.	Relato de experiência	3 mulheres;	Aumento de tamanho e sensibilidade nas mamas e secreção láctea. No entanto, a continuidade da amamentação foi diferenciada entre elas. A primeira não recebeu apoio de profissionais de saúde no contexto de pós-parto hospitalar, nem em casa, e não deu continuidade à amamentação. A segunda recebeu apoio da equipe do hospital e da parceira, amamentando por três meses. A terceira, com o apoio da parceira, amamentou por dois meses, mas interrompeu por sentir-se inibida por familiares.
Primo, C.C, et al. 2023.	Região Sudeste Brasil.	Avaliar a confiabilidade da Escala Interativa de Amamentação.	Estudo metodológico	216 puérperas.	O percentual de concordância dos itens foi de 83,33%; o valor global do alfa de Cronbach foi de 0,67; o coeficiente AC2 com ponderação quadrática e linear obteve a confiabilidade quase perfeita. Assim os resultados qualificam o instrumento na população estudada, confiável e válido.
Almeida, L.M.N, et.al. 2022.	Rio de Janeiro.	Analisar a influência do retorno ao trabalho no processo da amamentação em trabalhadoras da área da enfermagem.	Estudo descritivo, qualitativo	49 trabalhadoras da enfermagem.	As principais influências do retorno ao trabalho na amamentação relatadas foram: a falta de apoio dos chefes e colegas de trabalho, a necessidade de local e tempo adequados para ordenha do leite materno, a diminuição na produção de leite por fatores inerentes ao trabalho e sobrecarga e ambientes insalubres de trabalho na enfermagem. Apontando para a necessidade de estratégias que garantam o direito das trabalhadoras, assim como adequações de infraestrutura em seus ambientes laborais.

Griffin, C.M, et al. 2022.	São Paulo.	Analisar as dificuldades das mulheres relacionadas à técnica de amamentação, segundo a escala Latch e verificar relações com as características sociodemográficas, obstétricas e neonatais.	Estudo analítico transversal	Foram 162 duplas mãe-filho, na maternidade de um hospital privado de nível terciário.	As crianças com mais 48 horas de vida apresentaram menos dificuldades em relação à pega à deglutição audível e ao posicionamento; Crianças com menos 24 horas de vida apresentaram menos dor. O resultado Latch menor ocorreu em mulheres com cirurgias mamárias prévias e bebês prematuros.
Santos, O. M, et al. 2022.	Região Sul.	Analisar a aplicabilidade clínica das intervenções de enfermagem do subconjunto terminológico da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®) para assistência à mulher e à criança em processo de amamentação.	Estudo descritivo transversal Observação sistemática	Composto por 38 pessoas divididas em dois grupos Grupo 1- 15 puérperas com idade acima de 18 anos em alojamento conjunto com seus recém-nascidos Grupo 2- 6 enfermeiras e 17 técnicos de enfermagem.	As intervenções do subconjunto da CIPE são aplicáveis em alojamento conjunto. Identificou-se deficiência na prescrição e avaliação das intervenções de enfermagem.
Hartmann, M, et al. 2022.	Santa Maria, Rio Grande do Sul.	Identificar o conhecimento das mulheres que participam de grupos virtuais hospedados no facebook sobre o aleitamento materno.	Pesquisa qualitativa	15 mulheres selecionadas com filhos.	Revelaram conhecimento acerca do aleitamento materno foi obtido por diversas fontes de informação concomitante, e que todas tem a pretensão de amamentar mesmo quem já teve experiência ruim em outra gestação. Percebendo a importância de profissionais de saúde realizarem trabalhos de educação e orientação.
Santos, L.M, et al. 2022.	Ceará.	Avaliar a autoeficácia de puérperas, ao longo do período puerperal, quanto ao potencial em amamentar.	Estudo longitudinal do tipo painel	66 puérperas internadas em alojamento conjunto.	Observou-se um aumento da mediana dos escores da escala de autoeficácia em amamentar ao longo dos meses, apresentando um declínio progressivo na prática do AME chegando a 17,9%.
Sand, V, et al. 2022.	Pelotas, Rio Grande do Sul.	Conhecer vivências de famílias de mulheres que decidiram amamentar durante a graduação em enfermagem.	Estudo exploratório descritivo de abordagem qualitativa	6 famílias de mulheres universitárias egressas com vivência do processo de amamentação totalizando 16 participantes.	As categorias elaboradas revelam sobre a reorganização da dinâmica familiar em apoio à decisão da mulher em amamentar e continuar seus estudos.

Aguiar, C.A.S, et al. 2023.	Ceará.	Analisar como os espaços para amamentar são retratados nos cartazes da campanha nacional de aleitamento materno, à luz da teoria interativa da amamentação.	Estudo documental	Os materiais escolhidos como amostra foram as imagens temáticas das campanhas da semana mundial de aleitamento materno no Brasil.	Observou-se que a maioria das mulheres estava amamentando em espaços públicos. Destaca-se a abordagem ao direito da mulher trabalhadora e aspectos referentes à pandemia da covid-19.
Nepomuceno, C.M.A, et al. 2021.	Salvador, Bahia.	Apreender representações sociais de puérperas sobre as mamas no período do aleitamento.	Estudo qualitativo	Utilizou-se o teste de associação livre de palavras aplicado a 95 puérperas, no centro de parto normal de Salvador.	As representações sociais das puérperas sobre as mamas são marcadamente a dor e o tamanho, estando associadas as suas crenças, conhecimentos e valores afetivos, no entanto reconhecem a importância das mamas e a necessidade do cuidado com elas nessa fase.
Tronco, C. S, et al. 2022.	Porto Alegre.	Compreender a função do apoio social recebido pelas mães de recém-nascidos prematuros tardios para o aleitamento materno.	Pesquisa qualitativa	Foram 15 mulheres no papel de mãe com idade entre 23-24 anos.	Funções da rede: apoio material para os afazeres domésticos e cuidados com as demandas específicas do bebê; apoio afetivo; e informativo: manejo do aleitamento materno e intercorrências. Houve ausência de apoio no domicílio pelos profissionais de saúde.
Macedo, D. C.F.S et al. 2022.	Pernambuco.	Compreender o conteúdo assimilado por puérperas nas atividades educativas durante a assistência pré-natal.	Estudo exploratório, qualitativo	19 puérperas em alojamento conjunto de hospital público com idade entre 19-37 anos.	O discurso coletivo das mulheres entrevistadas apontou a predominância de informações fornecidas no pré-natal sobre os benefícios da amamentação para o lactente, a escassez de atividades de educação em saúde na atenção às gestantes e a reprodução do modelo tradicional de educação.
Zanlorenzil B. G, et al. 2022.	Curitiba, Paraná.	Identificar as fragilidades e potencialidades do cuidado de enfermagem no apoio ao aleitamento materno na atenção primária à saúde (APS).	Revisão integrativa	A amostra final foi constituída por 19 artigos científicos, resultantes da distribuição LILACS (n=9); BDEF (n=1); MEDLINE (n=5); Embase (n=1); CINAHL (n=2) e Web of Science (n=1).	Fragilidades: cuidado limitado dos profissionais voltado ao aleitamento materno e à (des)organização do serviço e do processo de trabalho. potencialidades: educação em saúde, desenvolvida pelo enfermeiro, durante o pré-natal e pós-parto.

Fonte: produção do pesquisador (2023).

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra final foi constituída por 14 artigos selecionados para análise final da pesquisa, todos referentes a estudos transversais, relatos de experiência, revisões integrativas, abordagens de estudos qualitativos, metodológicos e descritivos, estudos exploratórios e documentais, com foco na avaliação da importância do aleitamento materno exclusivo, publicados no Brasil.

As amostras trouxeram estudos aplicados em diversos estados como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Ceará e Pernambuco, expressando que a orientação, informação e compartilhamento de experiências entre profissionais de saúde e puérperas é uma necessidade inconteste, pois a assistência em saúde prestada à mulher neste período torna a prática do aleitamento materno mais segura e confortável, trazendo benefícios para a mãe e ao bebê.

As dificuldades encontradas pelas puérperas em estudos aplicados no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro foram praticamente as mesmas: pressão psicológica e problemas fisiológicos que acometem as mamas nesse período, esses são apontados como os principais fatores que acarretam a descontinuação da prática do Aleitamento Materno Exclusivo (Almeida *et al.*, 2022; Hartmann, *et al.*, 2022).

No Sul do Brasil, uma das pesquisas traz uma análise sobre o apoio social recebido em relação ao aleitamento materno, sob a percepção das puérperas, como ajuda primária citou-se os membros do grupo familiar a que pertencem, após destacam-se os profissionais de saúde envolvidos na assistência integral e depois a comunidade (Nepomuceno *et al.*, 2021).

Para tanto, evidencia-se nos estudos a importância da rede de apoio à puérpera e ao recém-nascido, essenciais ao sucesso da amamentação, que deve ser realizada desde o início do pré-natal. Apresentou-se como a rede de apoio primária predominantemente o marido, mãe, avó e irmãs, e a rede de apoio secundária agentes de saúde, profissionais da saúde e benzedeira. Ressaltando-se a importância do apoio verbal em forma de incentivo, elogios e conversas sendo realizado tanto de forma física quanto virtual através de ligações e chamadas de vídeo (Tronco *et al.*, 2022).

Como aspecto negativo constatou-se que a diversidade de informações contendo cuidados errôneos e sem conhecimento científico sobre o correto manejo da amamentação e práticas de cuidado, influência as decisões da mãe (Tronco *et al.*, 2022).

Neste sentido se reforça a importância do papel dos profissionais de saúde de exercer a educação em saúde, realizando o acompanhamento das puérperas em domicílio, praticando a comunicação efetiva entre os níveis de cuidado, para o conhecimento das demandas de cada família e especificidades de cada recém-nascido, orientando quanto ao correto manejo da amamentação baseada em conhecimento científico comprovado, resultando em cuidados de qualidade ao recém e sucesso da amamentação por mais tempo (Tronco *et al.*, 2022).

Na região sudeste evidencia-se pelos estudos a predominância de informações fornecidas no pré-natal sobre os benefícios da amamentação para o lactente, a

escassez de atividades de educação em saúde na atenção às gestantes e a reprodução do modelo tradicional de educação (Macedo *et al.*, 2022).

Em um estudo qualitativo aplicado em Salvador, BA, retrata que a equipe de enfermagem na prestação de uma assistência em saúde humanizada tem o dever de encorajar a mulher e a empoderar na fase do puerpério, pois diante de sua nova realidade como mãe, onde antes tinha as mamas refletindo sua imagem feminina e de sexualidade, nesta hora se depara com o processo de necessidade de nutrir, alimentar e cuidar outro ser humano. A representatividade social das mulheres puérperas sobre suas mamas, estão em sua maioria relacionadas com o tamanho e a dor que sentem nessa fase, porém reconhecem as mamas como parte importante e que necessita cuidado integral durante esse processo de aleitamento (Nepomuceno *et al.*, 2021).

No entanto, quando campanhas sobre amamentação trazem ideias de liberdade e felicidade relacionadas à prática, acabam com isso não demonstrando a realidade vivenciada pelas mulheres dentre as dificuldades e obstáculos encontrados nessa fase, nesse momento há desânimo desistência do aleitamento. Albuquerque (2023) também traz a experiência em relação ao espaço para amamentação, que ainda segue como tabu entre a população, tornando a prática ainda mais difícil, pois o ato de amamentar e a exposição do seio ainda é sexualizado para muitos (Albuquerque *et al.*, 2023).

Nestes cenários o enfermeiro torna-se um profissional indispensável, uma vez que tem a chance de prestar um atendimento resolutivo, podendo sanar todas as principais dúvidas das puérperas. Atendimento este que por diversas vezes acaba sendo insuficiente.

Estudos realizados por profissionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2020, identificaram 3 principais categorias que estariam fragilizando o atendimento em saúde prestados, sendo elas: preparo técnico insuficiente sobre aleitamento materno, falta de ações de educação em saúde, como treinamentos e capacitações e insegurança dos profissionais. Por sua vez, os profissionais relataram em contrapartida que o sistema apresenta desorganização e sobrecarga de trabalho, priorizando a quantidade ao invés de qualidade, além de falta de sistematização e excesso de pressão psicológica no ambiente de trabalho (Zanlorenzil, *et al.*, 2022).

Em um dos estudos aplicado a trabalhadoras da área de enfermagem em um hospital no Rio de Janeiro, estas relatam como problemáticas a falta de apoio dos chefes e colegas de trabalho, a necessidade de um local e tempo adequados para a mulher fazer a ordenha do leite materno e a diminuição da quantidade de leite produzida devido a fatores inerentes ao trabalho (Almeida *et al.*, 2022).

Santos *et al.*, (2022) reforça a importância profissional do enfermeiro e a responsabilidade de desenvolver intervenções centradas na individualidade de cada mulher, para minimizar fatores que podem interferir negativamente na manutenção da amamentação materna exclusiva. Destarte, é fundamental que os profissionais de saúde realizem intervenções, no intuito de favorecer os aspectos relacionados à autoeficácia em amamentar.

Conforme Hartmann e Ribeiro (2022), relatam que as mulheres expressavam conhecimento sobre o aleitamento materno exclusivo e benefícios dele. Corroborando com esses achados, estudo que avaliou o conhecimento, atitudes e práticas de mulheres em relação ao aleitamento materno exclusivo revelou que para a maioria das entrevistadas o leite materno garante benefícios para o bebê, como crescimento e desenvolvimento, aumento da imunidade e da inteligência e fortalecimento do vínculo entre mãe e bebê. Além disso, reconhecem que o aleitamento materno exclusivo auxilia na diminuição dos sangramentos pós-parto, anemia e morte materna.

Do mesmo modo Santos (2022) em seu estudo cita a importância da atuação do profissional de enfermagem na intervenção de estimular o vínculo entre mãe e filho a partir da primeira hora de vida através do aleitamento materno. Estas intervenções garantem otimização da recuperação materna, fortalecimento de vínculo entre mãe e filho e redução de riscos para morbimortalidade do recém-nascido, desenvolvendo-se a orientação, demonstração e avaliação em todo processo.

Nos resultados apresentados se evidenciam déficits no quesito prescrição, registro e desenvolvimento de ações com foco na adesão e orientações sobre a amamentação, acarretando complicações que implicam no desmame precoce, são estas: ausência da conscientização sobre os benefícios da amamentação, pega incorreta, delimitação de tempo das mamadas, posicionamento correto, massagem das mamas e orientação para evitar o uso de chupetas. Ademais há outros fatores

que implicam para o sucesso da amamentação são estes: fatores culturais, emocionais, espirituais e sociais (Santos *et al.*, 2022).

Conforme Macedo (2022) dados apontam que o aleitamento materno exclusivo no Brasil chega somente à 38,6% e que o número de mães e recém-nascidos que foram estimuladas em sua primeira hora de vida chega somente 48% mesmo com o conhecimento dos profissionais sobre os benefícios deste momento de contato pele a pele.

Foram apresentadas em sua pesquisa relatos de usuárias citando a escassez de atividades educativas de atenção às gestantes no pré-natal, e de que uma porcentagem acima de 63% das puérperas não receberam orientações sobre amamentação no pré-natal, relatando o uso de ensinamentos obsoletos com posturas autoritárias por parte dos profissionais que realizam seus acompanhamentos, e a reprodução do modelo de assistência biomédico, desconsiderando as dúvidas e dificuldades de cada família, desconstruindo o modelo ideal de promoção à saúde. Indicando-se assim o desprovimento de uma educação em saúde de qualidade para a gestante e sua rede de apoio (Macedo *et al.*, 2022).

Deste modo denota-se a necessidade do desenvolvimento de práticas de educação em saúde que incluam a mãe e sua rede de suporte desde o início da gestação, com profissionais capacitados e sensibilizados para a atenção pré-natal, incluindo a classe de enfermeiros que participam ativamente destes processos, devendo atuar de modo a abranger toda informações essenciais deste período, atentando as dúvidas e necessidades de cada família, se apropriando de todas as ferramentas possíveis, com uso de tecnologias educativas, para otimizar o processo de educação, visto que esta assistência irá impactar diretamente na qualidade de vida materna e infantil e na prevenção de complicações futuras (Macedo *et al.*, 2022).

Afirma ainda Hartmann e Ribeiro (2022), o gerenciamento do grupo por profissionais de saúde agrega credibilidade e confiança acerca das informações compartilhadas, apontam o potencial de grupos virtuais, como instrumento educativo, de transformar e empoderar as mulheres, uma vez que nesses espaços há promoção à amamentação, compartilhamento de informações e auxílio em momentos de dúvida e de conflito. A partir das ações educativas, o suporte do grupo virtual constituiu um

instrumento facilitador das relações interpessoais, de troca de experiência e de aprendizagem coletiva.

Os autores avaliaram a confiabilidade das escalas para evidenciar a Teoria Interativa de Amamentação, que postula um construto de amamentação complexo e multidimensional que pode levar a múltiplas perspectivas sobre o processo, logo tais experiências são dependentes do processo de conhecimentos e crenças das participantes na validação (Primo *et al.*, 2023).

Além disso, discorre sobre trocas e interação entre mãe e criança durante a amamentação que fortaleceram a autoconfiança e trouxeram satisfação às mulheres e os fatores negativos dessa experiência. Dessa forma as principais vivências negativas foram assinaladas como: a demanda constante da criança pelo peito e a insegurança quanto à capacidade de produzir leite suficiente, uso de mamadeiras e chupetas altera o comportamento relacionados ao posicionamento e padrão de sucção. As experiências relacionadas à amamentação vivenciadas pela mãe em seu contexto familiar, as quais influenciam diretamente na qualidade e na duração da amamentação (Primo *et al.*, 2023).

Fernandes (2022), concorda que amamentar vai além de alimentar e nutrir. É um sistema dinâmico de interação do binômio, mãe-bebê, e proporciona segurança alimentar, promove saúde e bem-estar, em curto e longo prazos, e é capaz de impactar o desenvolvimento cognitivo e emocional de ambos.

Observou-se que a ferramenta de avaliação LATCH, embora muito utilizada na prática clínica dos profissionais de saúde no estado de São Paulo, ainda não faz parte do cotidiano dos enfermeiros em outras regiões. Tal ferramenta tem como objetivo de auxiliar os profissionais de saúde na avaliação das técnicas de amamentação e identificar situações nas quais é necessária uma intervenção a fim de melhorar o atendimento ao binômio mãe-bebê, e foi apontada em apenas um estudo demonstrando uma lacuna de informação quanto à mesma (Griffin *et al.*, 2022).

A descrição das experiências sobre a Indução da Lactação (IL), trazem luz a diversos estigmas do construto da amamentação, o qual caracteriza-se como: processo pelo qual uma mulher não puerperal é estimulada para que suas mamas estejam, fisiologicamente, aptas para a lactação. Contudo exige qualificação dos profissionais que atuam na área, assim como o compartilhar de experiências sobre

temas que ainda não foram investigados com métodos robustos de pesquisa (Fernandes *et al.*, 2022).

Entretanto, tal abordagem faz referência a necessidades de um abordagens pedagógicas sobre a relevância da amamentação; estratégias para a manutenção da produção láctea; informações sobre a extração manual do leite ou com bomba extratora; o oferecimento de folhetos educativos, bem como a identificação na família de pessoas que possam auxiliar a mulher, para que mãe e filho possam juntos construir uma relação sólida de cuidado e desenvolvimento (Fernandes *et al.*, 2022).

Ao discernir os fatores que dificultam o aumento das taxas de Aleitamento Materno Exclusivo (AME) e levam ao desmame precoce, o artigo apontou os seguintes fatores: despreparo de profissionais de saúde para acolher o aleitamento materno da rotina intra-hospitalar; introdução precoce de fórmula láctea; algia ao amamentar ou presença de lesão mamária; insegurança materna ou experiência pregressa negativa, prematuridade e falta de apoio dos familiares (Fernandes *et al.*, 2022).

Para além da técnica, o plano de cuidados estabelecido precisa ser compreendido e fazer sentido para a mulher e a família, principalmente, para a mulher. Ademais, as habilidades e o conhecimento em amamentação não devem ser exclusividades de especialistas, considerando-se a relevância de seu impacto na saúde da população. Logo a formação dos profissionais de saúde deve vislumbrar que a promoção e o apoio à amamentação sejam garantidos no pré-natal, no atendimento hospitalar ao parto, nascimento e puerpério e na continuidade do cuidado em atenção básica à saúde em todos os estabelecimentos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) (Fernandes *et al.*, 2022).

Cerca de 58% das puérperas desenvolvem lesão mamilo-areolar, o que representa uma alta incidência. O trauma mamilar é caracterizado por presença de alteração na pele do mamilo, que pode estar associada a mudanças na cor e/ou espessura do tecido cutâneo, ou à presença de solução de continuidade, podendo ser classificada como lesões elementares primárias (eritema, equimose, hematoma, vesícula e bolha) ou secundárias (edema, fissura, erosão, escoriação e ulceração). Tais lesões podem persistir, em média, por sete dias após o parto, e seu tempo de reparação tecidual pode durar de uma a duas semanas (Silva *et al.*, 2022).

Os produtos como pomada de camomila, a fotobiomodulação com laser de baixa potência, o mil-folhas (sachê do chá de mil-folhas aplicado diretamente no mamilo e aréola e o chá na lavagem das mamas), o leite materno e o mel, foram analisados à luz do método científico, quanto a eficácia na reparação tecidual e analgesia local (Silva *et al.*, 2022).

A lanolina demonstrou eficácia na diminuição das lesões, melhora da dor e redução na incidência de novas lesões, porém, não houve diferença estatística que reforçasse seu uso de forma preventiva. A pomada de camomila apontou maior eficácia na redução da intensidade da dor mamilar comparada à pomada de lanolina. O uso tópico do sachê do chá de mil-folhas resultou em uma significativa melhora na diminuição da lesão e da dor, quando comparada ao uso do leite materno. Mas também, há importante regressão da gravidade da fissura, tanto do mil-folhas fervido quanto do leite materno e do mel. A aplicação da fotobiomodulação com laser de baixa potência vem se mostrando consideravelmente efetiva como anti-inflamatório e atuante na reparação tecidual de feridas (Silva *et al.*, 2022).

No Brasil a licença maternidade garante a nutriz empregada quatro meses de licença maternidade para setores privados e de seis meses para servidoras do setor públicos, somado a dois intervalos de trinta minutos durante a jornada para possibilitar a amamentação (Almeida *et al.*, 2022).

CONCLUSÃO

A análise das amostras científicas possibilitou reunir estudos que avaliaram a importância do aleitamento materno exclusivo nas três grandes regiões brasileiras, Nordeste, Sudeste e Sul. As variáveis quanto os conflitos e problemáticas encontradas ocorrem devido às diferentes regiões pesquisadas, à diferença de costumes e culturas e ao tipo de assistência integral à saúde realizada pelos profissionais da área.

Os estudos demonstram que conhecimento limitado sobre o aleitamento materno por parte da mãe e da família, a experiência prévia com amamentação, não ter recebido orientação em grupo e consultas e a baixa autoeficácia que a mulher apresenta no ato de amamentar pode prejudicar todo o processo de aleitamento.

Pode-se observar após os estudos que uma das fragilidades encontradas de modo geral foi referente aos profissionais de saúde não estarem completamente capacitados, de forma teórica e prática para trabalhar com o aleitamento materno. A melhora no ensino e cursos de aperfeiçoamento sobre esse assunto, resultam em equipes multiprofissionais mais qualificadas e comprometidas com a saúde materno-infantil.

A amamentação exclusiva é um processo que deve ser extremamente valorizado e incluído em todas as consultas da gestante, de modo a conscientizá-la dos benefícios para a mulher e para o bebê durante este período. Toda a equipe multiprofissional, precisa compreender a prática de amamentar como um processo dinâmico e biopsicossocial, bem como as dificuldades encontradas durante essa fase, prestando assistência integral em relação ao aleitamento materno exclusivo e sua importância.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. A. da S. de; SOUSA, A. A. de; ALBUQUERQUE, T. R. de; DAMASCENO, S. S.; OLIVEIRA, J. D. de; CRUZ, R. de S. B. L. C. O conceito teórico “Espaço para amamentar” retratado nas campanhas da Semana Mundial de Aleitamento Materno. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 13, p. e9, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/71768>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ALMEIDA, L. M. N. et al.. A influência do retorno ao trabalho no aleitamento materno de trabalhadoras da enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210183, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/Xb86bVVvyYvddwnbkSQyrMj/?lang=pt#>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. **Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos (Cadernos de Atenção Básica, n. 23). Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_a_limentacao.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

GRIFFIN, C. M. DA C. et al. LATCH como ferramenta sistematizada para avaliação da técnica de amamentação na maternidade. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p.e APE03181, 2022. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ape/a/vK5rHLfYy7djr6JZmT6SGSC/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 jun.2023.

HARTMANN, M.; RIBEIRO, J. P. Conhecimento das mulheres que participam dos grupos virtuais hospedados no facebook sobre o aleitamento materno. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 12, p. e20, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/67786>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MACEDO, C. F. S. D.; CARVALHO, J. DA S. N; et al. Assimilação de puérperas sobrepráticas educativas em aleitamento materno durante o pré-natal. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 36, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/46765>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

NEPOMUCENO, M. A. C.; DE CARVALHO, C. R. ;et al. Representações sociais de puérperas sobre as mamas no aleitamento. **Nursing (São Paulo)**, v. 25, n. 284, p. 7038–7031, 2022. Disponível em: <<https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2153>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PRIMO, C. C.; BRANDÃO, M. A. G.; DIAS, J. M. S. Escala Interativa de Amamentação:avaliação da confiabilidade. **Escola Anna Nery**, v. 27, p. e20220124, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0124p>>. Acesso em 15 jun. 2023.

RODRIGUES, L. C. R, et al. Indução da lactação em mulheres nuligestas: relato de experiência. **Escola Anna Nery**. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/FkfY7KZQD9LXx45pdx3hn4t/?format=html&lang=pt>> . Acesso em: 10 jun. 2023.

SAND, V et al. Entre os livros e o bebê: reorganização familiar em apoio à nutriz-estudante universitária. **J. Nurs. Health**. Pelotas RS, 2022. Disponível em < <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1426185>>. Acesso em: 15 jun.2023.

SANTOS, L. M. D. A. DOS et al. Autoeficácia de puérperas em amamentar: estudolongitudinal. **Escola Anna Nery**, v. 26, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/3wthdssNvXv3hsfRNX9hZjN/?lang=pt>>. Acesso em 10mai. 2023.

SANTOS, O. M.; TORRES, F. B. G.; et al. Aplicabilidade clínica das intervenções de enfermagem de uma terminologia para assistência no processo de amamentação. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 12, p. e31, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/68259>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SILVA, J. I. DA. et al. Intervenções eficazes para tratamento de trauma mamilar decorrente da amamentação: revisão sistemática. **Acta Paulista de Enfermagem**,

v.35, p. eAPE01367, 2022. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ape/a/fdFqNVT4tzxBhs4qqBSK8qQ/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

TAVARES DE SOUZA, M.; DIAS DA SILVA, M.; DE CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102–108, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt#>> Acesso em 15 jun.2023.

TRONCO, C. S.; DE LOURENZI BONILHA, A. L.; et al. Apoio Social para o Aleitamento Materno: Percepção das Mães de Recém-nascidos Prematuros Tardios. **Revista Baiana de Enfermagem**. v. 36, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/46643>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ZANLORENZI, G. B.; WALL, M. L.; et al. Fragilidades e potencialidades do cuidado de enfermagem em aleitamento materno na atenção primária: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 12, p. e36, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/68253>. Acesso em: 14 jun. 2023.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PROCESSO: REALIDADE E DESAFIOS

Luíza Müller¹

Taíza Müller²

Renê Carlos Schubert Junior³

INTRODUÇÃO

O presente resumo aborda a temática da Inteligência Artificial em meio ao Processo Civil, matéria esta que terá maior enfoque na pesquisa.

Serão abordadas explicações históricas sobre a Inteligência Artificial, seu início, bem como o precursor desta tecnologia, que ao introduzi-la, por meio de seus testes, conseguiu revolucionar a visão tecnológica dentro da sociedade. Além disso, serão citadas algumas vantagens e desvantagens de seu uso, proteção de dados e questão dos direitos fundamentais das partes inseridos no processo. Para embasar o trabalho, serão utilizados artigos de lei, tanto do Código de Processo Civil de 2015 quanto da Constituição Federal Brasileira de 1988, bem como da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A temática da Inteligência Artificial foi escolhida para este trabalho, pois ela vem sendo bastante discutida atualmente, sendo uma fonte muito importante de conhecimento e aprimoramento da ciência tecnológica no mundo, vez que por meio dela é possível tornar parte da vida humana mais facilitada e ao mesmo tempo mais cômoda, resolvendo pequenas coisas do dia, trabalho, escola etc. Quanto aos processos judiciais, exige-se muita cautela e reflexão sobre seu uso para situações que demandam maior complexidade e compreensão afetiva de casos, mas, por outro lado, em situações mais simples e de ordem objetiva, seu uso é bem recepcionado e quiçá necessário.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho retrata as implicações da IA no processo judicial, bem como os cuidados que o ser humano deve ter ao utilizar esta ferramenta que pode ser muito benéfica ou maléfica a depender do caso e do cuidado de cada jurista. Nesse passo:

[...] qualquer novo marco regulatório para a IA constituído por obrigações legais e princípios éticos para o desenvolvimento, implantação e uso de inteligência artificial, robótica e tecnologias relacionadas deve respeitar plenamente a Carta e, assim, respeitar a dignidade humana, autonomia e autodeterminação do indivíduo, prevenir danos, promover equidade, inclusão e transparência, eliminar vieses e discriminação, inclusive no que diz respeito a grupos minoritários, e respeitar e cumprir os princípios de limitar as externalidades negativas da tecnologia utilizada, de garantir a explicação das

¹ Acadêmica do Curso de Direito- 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. luuhmuller@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito- 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. taizamuller9@gmail.com

³ Renê Carlos Schubert Junior. Orientador. Advogado e professor do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. reneschubertjunior@yahoo.com.br

tecnologias e de garantir que as tecnologias estejam lá para servir as pessoas e não substituí-las ou decidir por elas, com o objetivo final de aumentar o bem-estar de todo ser humano (Machado; Colombo, 2021, p. 16).

Neste sentido, segue a temática abordando os aspectos metodológicos que foram fundamentais para a presente pesquisa, bem como em seguida far-se-á a análise dos temas propostos na introdução.

2 METODOLOGIA

Como aspecto metodológico, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, caracterizando a mesma como teórica e descritiva, devido a análise de parâmetros e conceitos retirados de livros e artigos científicos, os quais tem ligação com o Processo Civil e a Inteligência Artificial.

O trabalho em geral tem um caráter qualitativo e indutivo, já que nele a coleta de dados foi feita por meio de informações baseadas nas leituras e na análise de leis que norteiam as temáticas. Além destes, utilizou-se ainda o método comparativo, que consiste na comparação e na inter-relação dos fatos trazidos.

3 ANÁLISE

3.1 HISTÓRIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Para dar início a temática, tem-se que a Inteligência Artificial ou IA como é chamada, é um conjunto de tecnologias que contém diversas funções avançadas, como os algoritmos, para melhorar, otimizar e auxiliar as pessoas referente as mais variadas situações do cotidiano. Ela tem sido uma função importante no mundo digital para a resolução de várias demandas, as quais se tornam mais otimizadas e práticas por meio de seu uso.

Os estudos sobre a IA tiveram início por volta do ano de 1950 e, segundo o disposto no livro “Inteligência artificial”, escrito pelos autores Fabrício Machado da Silva, Maikon Lucian Lenz, Pedro Henrique Chagas Freitas e Sidney Cerqueira Bispo dos Santos, foi introduzida a partir do Teste de Turing, inventado por Alan Turing, o qual é considerado como o pai da Inteligência Artificial (Inteligência Artificial, pg 24, 2019). Alan Turing recebe essa nomeação, devido a sua busca para descobrir a viabilidade de um computador ser capaz de armazenar dados e respostas, ao ponto de se passar por um ser humano. Para este teste, foram necessárias as participações de duas pessoas e a de um computador. Uma das pessoas, que será o interrogador, fica separada do computador e do outro participante, fazendo perguntas, por meio de digitação em um teclado, e ao final, ele precisa descobrir/verificar quais respostas foram dadas pela máquina e quais pela pessoa. Esse teste ainda vem sendo usado contemporaneamente, para verificar se o pensamento do ser humano se assemelha ao das máquinas.

Ilustração 1: Figura conceitual do teste de Turing

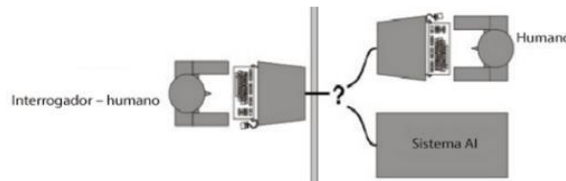


Figura 1. Visão conceitual do teste de Turing, desenvolvido por Alan Turing.
Fonte: Adaptada de Schutzer (1987).

Fonte: Inteligência Artificial (2019, p.24).

3.2 USO: VANTAGENS E DESVANTAGENS

O uso da Inteligência Artificial está cada vez mais frequente, devido a alta demanda que o mercado mundial possui, referente aos bens e serviços disponibilizados, bem como na produtividade dos setores da economia. Já no âmbito do Direito, é possível perceber que essa nova tecnologia está tomando cada vez mais espaço, substituindo certas demandas que antes somente uma pessoa hábil e capaz poderia realizar.

Diante do uso da IA, é possível perceber que a mesma causa algumas mudanças na forma como as coisas e situações são feitas no dia a dia, fazendo com que surjam vantagens e desvantagens na sua utilização.

Nesse caso, é importante citar as principais vantagens observadas ao longo do trabalho, as quais são:

- 3.1.1 a criação de sistemas capazes de otimizar processos internos dos órgãos da justiça, bem como analisar os dados do Poder Judiciário, minutas de atos processuais, petições, e demais informações essenciais para que o Estado exerça da melhor maneira a jurisdição;
- 3.1.2 programas de armazenamento de dados, que visam a coleta de informações com a finalidade de uso posterior em casos semelhantes;
- 3.1.3 a celeridade nas ações processuais, pois com o auxílio de máquinas capazes de programar certas ações dentro do processo, poderiam fazer com que os mesmos andassem mais rápido, enxugando o grande acúmulo de serviço no Poder Judiciário Brasileiro;
- 3.1.4 a utilização de programas audiovisuais, em que é possível, trazer como prova de processo, a captura de imagens, vídeos e do próprio reconhecimento facial, que a IA pode fazer, superando a capacidade do ser humano em reconhecer a identidade de outrem.

Em sentido contrário, é possível citar também as principais desvantagens encontradas nos meios tecnológicos, as quais são:

- a) as máquinas podem julgar de forma tendenciosa, não havendo uma justiça eficaz, devido ao uso de seus algoritmos geradores de resultados padronizados;
- b) o ser humano deixaria de interpretar em juízo, restando para as máquinas a tarefa de resolver a demanda. No entanto, essa resolução se daria de forma técnica e padronizada, sem o devido cuidado ético, moral ou mesmo sem a devida ação humana (empatia) diante do conflito;
- c) a facilidade com que muitos dados pessoais podem ser vazados,

quando alguém consegue invadir os dispositivos tecnológicos e ter acesso aos mesmos, também é fator que acaba prejudicando o uso da IA;

d) a possibilidade de direitos das partes serem violados dentro do processo.

3.3 DIREITOS E IA

Com o aumento no uso da IA dentro da sociedade e conseqüentemente em áreas do Poder Judiciário, conforme citado anteriormente, tem-se uma necessidade maior de cuidado quanto aos direitos inerentes às pessoas dentro do processo, para que os mesmos não sejam violados, acarretando problemas e riscos para aqueles que têm seu direito de uso, porquanto não se pode olvidar que o artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal de 1988, asseguram o devido processo legal e o contraditório e ampla defesa.

Desse modo, tendo em vista o processo e sua ligação com os meios tecnológicos, é possível citar alguns requisitos que devem ser observados para garantir a efetivação dos direitos fundamentais das partes: a segurança dos dados, a paridade de tratamento, o atendimento dos fins sociais e a fundamentação da resposta do mérito.

No primeiro tópico, quando se observa o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), em conjunto com o artigo 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal de 1988, tem-se a busca pela garantia da inviolabilidade dos dados e informações pessoais. Nesse caso, sabe-se que no processo, exigem-se variados tipos de informações e dados das partes, os quais podem ser dispostos em plataformas de Inteligência Artificial para que haja maior facilidade na sua coleta. Portanto, é nesse meio que o cuidado com o tratamento dos dados é fundamental, para que eles não sejam vazados, gerando problemas de exposição e de uso indevido.

Referente ao segundo tópico, tem-se o artigo 7º, do CPC, no qual traz a paridade de tratamento no processo, em que as partes devem ter os mesmos direitos de defesa e contraditório, para que possam demonstrar a sua versão dos fatos. Com o uso da IA nessa parte do processo, em que se busca escutar aquilo que as partes têm a falar, percebe-se que a mesma não deve ser utilizada, pois a máquina não irá conseguir compreender os fatos quando vierem acompanhados de certo teor emocional, necessitando que seja feito um tratamento mais empático, trazido por uma pessoa.

No terceiro tópico, disposto no artigo 8º do CPC, tem-se que o mesmo versa sobre a garantia da dignidade humana dentro do ordenamento jurídico, com o cuidado de atender a fins sociais e comuns de todos, bem como os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, legalidade, publicidade e eficiência. Quando se faz uso de Inteligências Artificiais para resolver os conflitos, pode-se violar algum destes princípios devido a máquina criar padrões de respostas passíveis de imparcialidade, gerando ilegalidade na resolução do mérito.

Já no quarto tópico, existe a possibilidade das causas serem julgadas com pouca qualidade e fundamentação, pois com a rapidez do processo, podem não ser observados fatores importantes, os quais a máquina acaba por não “compreender”, já que suas respostas são condicionadas a quantidade de dados lançados em sua

plataforma. Essa desvantagem acaba por violar o artigo 11 do CPC, em que todos devem receber uma justificativa racional e favorável da decisão do mérito.

CONCLUSÃO

Ao concluir, é possível perceber como a temática da Inteligência Artificial é capaz de se adaptar e modificar muitas situações dentro da sociedade, e, principalmente, dentro do processo. Essas modificações visam melhorar e agilizar a resolução dos conflitos por meio de tecnologias que se tornam muito benéficas para a população, mas que, infelizmente, ainda precisam se aperfeiçoar mais, para que não gerem tantas complicações, que por vezes são difíceis de serem combatidas.

Nesse sentido, foi possível notar que a problemática geral do trabalho gira em torno da relação das vantagens e desvantagens que o uso desta ferramenta tem no processo. Por meio das desvantagens, fica evidente a necessidade da continuação dos profissionais especializados na área, podendo eles fazer o uso das máquinas como complemento em determinadas situações, pois elas não conseguem julgar de maneira empática, com valores de moralidade e ética, fatores essenciais para que os processos andem de forma correta, com a finalidade de garantir para todos os seus direitos e diminuir as chances de vazamentos de dados que exponham a pessoa.

Em finalização, é interessante trazer o entendimento adquirido com esse trabalho, o qual demonstrou, após as pesquisas e leituras, que o uso de ferramentas tecnológicas com as IAs podem ser uma importante fonte de auxílio na vida cotidiana, principalmente quando o ser humano acaba se tornando finito em possibilidades. No entanto, se torna fundamental reiterar a importância que o profissional competente tem para resolver as situações e que por mais que as máquinas demonstrem serem mais ágeis que o ser humano, elas não conseguem ter algumas das principais características que diferenciam o homem de um robô, que é o sentimento, alteridade e empatia, signos vitais para a realização da justiça e da pacificação social.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Catarina de. **Inteligência Artificial, Ética e Direito**. São Paulo-SP, 2022.

ACADI -TI, Acadêmia Inovadora de TI. **LGPD – Entenda os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil**. Revista. São Paulo-SP.

BITTAR, Eduardo C. B. SARLET, Ingo Wolfgang; SARLET, Gabrielle B. Sales; **Inteligência Artificial Proteção de Dados Pessoais e Responsabilidade na Era Digital**. São Paulo-SP, 2022.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. 2015.

BRASIL. **Objetivo e Abrangência da LGPD**. Governo Federal, 2023.

LIMA, Ana Paula Moraes Canto de; CRESPO, Marcelo; PINHEIRO, Patrícia Peck. **LGPD Aplicada**. São Paulo-SP, 2020.

MACHADO, Fernanda de Vargas; COLOMBO, Cristiano. **Inteligência Artificial Aplicada à Atividade Jurisdicional: desafios e perspectivas para sua implementação no Judiciário**. Porto Alegre, 2021.

MOTTA, Bernardo Rocha da. **A Utilização de Inteligência Artificial na Tomada de Decisões Judiciais**.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. São Paulo-SP, 2021.

NEGRINI, Rodolfo J.; FLORENTINO, Prof. Dr. Israel S. **Inteligência Artificial-aplicada a negócios**. São Paulo-SP.

SILVA, Fabrício Machado da; LENZ, Maikon Lucian; FREITAS, Pedro Henrique Chagas; SANTOS, Sidney Cerqueira Bispo dos. **Inteligência Artificial**. Porto Alegre, 2019.

OLIVEIRA, Ricardo. **LGPD: como evitar as sanções administrativas**. São Paulo-SP, 2021.

A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Amanda Rafaela Wobeto Feix¹
Pâmela Foltz Rode²
Raquel Luciene Sawitzki Callegaro³

INTRODUÇÃO

A atuação do Poder Judiciário no contexto de violência contra crianças e adolescentes é de extrema importância no campo do Direito. No entanto, essa área vai além do conhecimento jurídico, exigindo sensibilidade e consciência das complexidades envolvidas. Ela abrange dimensões legais, éticas, psicossociais e de políticas públicas, com o propósito de garantir a proteção e o pleno desenvolvimento dos direitos fundamentais das camadas mais jovens da nossa sociedade.

Nos últimos anos, o Brasil estabeleceu uma estrutura institucional que visa a promover e proteger os direitos de crianças e adolescentes, refletindo principalmente na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/1990. No entanto, esse período de construção coincidiu com a emergência de contradições cada vez mais acentuadas no capitalismo contemporâneo, tornando a efetivação dos direitos conquistados mais desafiadora e dificultando o reconhecimento de novos direitos (Reis *et al.*, 2015).

Nesse contexto, o presente trabalho propõe uma análise da atuação do Poder Judiciário, delineando o papel regulatório exercido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no contexto de violência contra crianças e adolescentes (Brasil, 1990). Explorar-se-á como o sistema judicial enfrenta os desafios inerentes à proteção e promoção do bem-estar desses grupos, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e segura.

1 METODOLOGIA

Este estudo envolveu a realização de uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, focalizando a violência contra crianças e adolescentes na esfera judicial. Utilizando como referência doutrinas, jurisprudências e o Estatuto da Criança e do Adolescente, foram analisadas questões legais e culturais subjacentes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência, em suas diversas manifestações, pode surgir na forma estrutural, originada no sistema social e relacionada às condições de vida, à falta ou insuficiência

¹ Acadêmica do 2º semestre do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. E-mail: amandawobeto@gmail.com.

² Acadêmica do 2º semestre do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. E-mail: pamelarode9191@gmail.com

³ Orientadora. Mestre em Direito. Especialista em Gestão Pública Municipal. Especialista em Controladoria, Auditoria e Perícia. Graduada em Direito. Graduada em Pedagogia. Professora dos Cursos Superiores das Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. raquelcallegaro@gmail.com

de políticas públicas, ao trabalho infantil, ao analfabetismo e à presença de crianças e adolescentes em situações de rua ou institucionalização. Além disso, pode se evidenciar na violência criminal ou infracional, envolvendo indivíduos como vítimas e/ou agressores, bem como na violência doméstica, que se desdobra em quatro principais manifestações: a violência física, a sexual, a psicológica e a negligência (Martins; Jorge, 2009).

Nesse cenário, as crianças e adolescentes se encontram em uma posição de extrema vulnerabilidade devido à completa falta de capacidade de defesa e sua dependência dos adultos. Isso os coloca em uma posição hierarquicamente mais frágil e, como resultado, os torna mais suscetíveis a abusos e maus-tratos com uma frequência significativamente maior, sendo que tal situação pode acarretar consequências graves para a saúde desses jovens, que podem se manifestar em curto, médio ou longo prazo.

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu art. 227 a incorporação da teoria da proteção integral a crianças e adolescentes, conferindo um entendimento jurídico ao tratamento institucional desses grupos (Brasil, 1988). No referido artigo, a garantia aos direitos fundamentais de crianças, adolescentes e jovens é conferida como dever da família, da sociedade e do Estado, refletindo a evolução do arcabouço legal brasileiro em relação à proteção de crianças e adolescentes (Oliveira, S/D).

À vista disso, tem-se que o principal desafio reside na prevenção, identificação e tratamento dessas situações, uma vez que a abordagem eficiente desempenha um papel fundamental na interrupção do ciclo de violência. Nessa conjuntura, tão relevante quanto o diagnóstico e a assistência apropriada aos jovens vitimizados, é o desenrolar dos processos nas Varas da Infância e Juventude e nas Varas Criminais, pois, ao estabelecer medidas de proteção às vítimas e encaminhar a responsabilização dos agressores, contribuem para evitar a recorrência de situações de violência (Martins; Jorge, 2009).

A Vara da Infância e da Juventude assume a crucial função de aplicar a lei de maneira coercitiva no âmbito da proteção de crianças e adolescentes. Detendo a capacidade de interromper o abuso por meio de medidas como o afastamento do poder familiar, ordenando tratamento para a família agressora, restringindo o contato com a vítima, e em casos extremos, determinando a prisão do agressor (Mascarenhas; Rodrigues; Monteiro, 2018).

Como forma de fortalecer a atuação do Poder Judiciário em situações envolvendo crianças e adolescentes, destaca-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069 de 13 de junho de 1990, que estabelece a proteção desses indivíduos contra qualquer forma de maus-tratos, impondo sanções tanto àqueles que praticam tais atos quanto àqueles que se omitem em denunciá-los (Malacarne; Azevedo, 2022).

Diante dessa normativa, quando uma criança ou adolescente é parte de uma situação de violência, sua participação nos autos da ação penal é fundamental. Neste âmbito, visando a proteção da integridade de indivíduos em fase de desenvolvimento foram elaboradas abordagens cuidadosas e sensíveis, tais como a escuta especializada e o depoimento especial, destinadas a criar um ambiente propício para que vítimas dessas violências possam relatar suas experiências de maneira segura e protegida (Moretzsohn; Burin; Cadan, 2021).

Nessa senda, é notória a importância da participação da rede de apoio existente, no que tange os cuidados com as crianças e adolescentes partícipes de um processo judicial. A colaboração entre esses atores é fundamental, pois além de fortalecer a capacidade do Judiciário em lidar com casos de violência, proporcionando a criação de ambientes mais acolhedores, também desempenha um papel assistencialista, realizando encaminhamentos para as áreas de proteção social (Martins, 2009).

Diante do exposto, infere-se que o Poder Judiciário desempenha um papel significativo na busca pela justiça e equidade, além de ser fundamental na prevenção e combate à violência aos grupos vulneráveis, com destaque às crianças e adolescentes. Sua função vai além de simplesmente aplicar as leis, pois envolve também a interpretação dessas normas com um foco especial no superior interesse da criança e do adolescente, visando garantir a plena proteção de seus direitos.

CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou seu enfoque na atuação do Poder Judiciário no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, desempenhando um papel crucial na salvaguarda de seus direitos e na promoção de um ambiente seguro para seu desenvolvimento. A análise retratou a necessidade de uma abordagem integrada, onde a prevenção, implementação de políticas sociais e colaboração entre setores como saúde, educação e assistência social são elementos cruciais.

A questão trabalhada destaca a vulnerabilidade desses jovens diante das diversas manifestações de violência, sendo essencial a atuação efetiva do Poder Judiciário para interromper o ciclo de abusos. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente fornecem o respaldo legal necessário para garantir a proteção integral desses grupos.

Em face dos desafios apresentados, conclui-se que a busca pela justiça e equidade no contexto da violência contra crianças e adolescentes requer não apenas a aplicação de leis, mas uma interpretação sensível e integrada, visando sempre o superior interesse desses jovens. O comprometimento contínuo do Poder Judiciário, aliado a esforços interdisciplinares, é imperativo para assegurar um futuro digno e livre de violência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial Da União, Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei Federal nº. 8069, 13/07/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente ECA**. Brasília: Senado; 1990.

MALACARNE Emília Klein & AZEVEDO Rodrigo Ghiringhelli de. (2022). A Justiça (Penal) Juvenil entre a Teoria e a Prática: um estudo comparado das práticas judiciais fluminense e gaúcha. **SciELO**. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/dilemas/a/SbJ3FsYDt7kKXQyNFpHSG8P/?lang=pt#>>.

Acesso em: 05 nov. 2023.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy & JORGE Maria Helena Prado de Mello. (2009). Desfecho dos Casos de Violência contra Crianças e Adolescentes no Poder Judiciário. **SciELO**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/B9QwHBjd86sPsTn6MRwK5KB/?lang=pt#>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; RODRIGUES, Malvina Thaís Pacheco & MONTEIRO Rosane Aparecida. (2018). Caracterização da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Escola - Brasil, 2010-2014. **SciELO**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/kLhXyY7p3NFKm4KrpZRpCTz/?lang=pt#>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

MORETZSOHN, Fernanda; BURIN, Patricia & CADAN, Danielle (2021). Escuta Especializada, Depoimento Especial e Avaliação Psicológica. **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-dez-03/questao-genero-escuta-especializada-depoimento-especial-avaliacao-psicologica>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

OLIVEIRA, Siro Darlan de. **O Judiciário e a Medida de Abrigo no Âmbito da Proteção Integral**: a experiência do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3050/15/Livro_cap.%2013>. Acesso em: 05 nov. 2023.

REIS, Tanany Frederico dos; COSTA, Gerusa Batinga da Silva; GUERRA Iara Raquel do Carmo Nunes; SOUZA Maria das Graças de Oliveira Pinto de & BEZERRA Eliane Maria. (2015). **Atenção no Âmbito da Justiça a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/atencao-no-ambito-da-justica-a-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

A ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA E OS DESAFIOS DA NEUTRALIDADE: UMA ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DE WEBER E JAPIASSU

Jocivaldo Santos da Silva¹
Guilherme da Silva Oliveira²
Mario José Puhl³

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise comparativa das perspectivas de Max Weber e Hilton Japiassu em relação à temática de A Ética na Pesquisa Científica e os Desafios da Neutralidade. Ambos os autores desempenharam papéis influentes no desenvolvimento da teoria sociológica e filosofia da ciência, contribuindo com visões distintas sobre a natureza da atividade científica e o papel do cientista.

Max Weber destacou a importância da ciência como vocação e profissão, enfatizando a necessidade de abordar a pesquisa científica com seriedade profissional e um profundo compromisso com a compreensão (Weber, 1917). Ele sublinhou princípios como objetividade, imparcialidade e a dicotomia entre a "ética da convicção" e a "ética da responsabilidade". Em contrapartida, Hilton Japiassu argumentou que as escolhas científicas são invariavelmente influenciadas por valores, crenças e contextos culturais e sociais, o que torna a busca por uma neutralidade completa uma tarefa desafiadora (Japiassu, 1975).

1 METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa, em um esforço de revisão de literatura, sob o ponto de vista do método de abordagem observou o método dialético; os métodos de procedimento são o bibliográfico e monográfico; qualitativa do tratamento dos dados, produzidos de forma indireta; de natureza básica; com fins explicativos.

2 PERSPECTIVA DE MAX WEBER: A CIÊNCIA COMO VOCAÇÃO

Em 7 de novembro de 1917, Max Weber proferiu uma palestra na Universidade de Munique, na Alemanha, que serviu de base para seu renomado trabalho A Ciência como Vocação. Weber abordou a carreira do cientista, destacando o início alemão, em que os jovens pesquisadores buscam se tornar Privatdozents⁴ (Weber, 2005, p. 03). A posição de Privatdozent no sistema universitário alemão envolve um rigoroso processo de qualificação, que inclui entrevistas com especialistas e uma avaliação formal (Weber, 2005, p. 03). O Privatdozent não recebe um salário da universidade, como Weber destaca ao dizer: "[...] numa universidade, na qual, sem salário e sem

¹ Acadêmico do Curso de Direito – 1º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. jocivaldosantodasilva352@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Direito – 1º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Go970382@gmail.com

³ Doutor em Educação nas Ciências - UNIJUI. Orientador. Professor nas Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. mariopuhl@yahoo.com

⁴ Um Privatdozent é uma posição acadêmica na Alemanha que permite a alguém com um doutorado ensinar e orientar estudantes.

mais retribuição além daquela que retira da matrícula dos estudantes"(Weber, 2005, p. 3-4).

Weber também contrastou o sistema universitário alemão com o americano, observando diferenças significativas. Nos Estados Unidos, os estudantes começam como "assistants" e recebem salários desde o início, embora modestos (Weber, 2005, p. 04). No entanto, Weber indica que essa nomeação parece ser segura, embora possa ser retirada caso as expectativas não sejam cumpridas.

De qualquer modo, ele começa com uma posição aparentemente segura, pois recebe um salário fixo. A regra, porém, tal como acontece com os nossos assistentes, é que ele pode ser despedido, e deve contar com isso de um modo bastante impiedoso, se não corresponder às expectativas (Weber, 2005, p. 04).

3 MAX WEBER: NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA

Weber, em sua obra *O Sentido da Neutralidade Axiológica nas Ciências Sociais e Econômicas* (1917), destaca a questão fundamental da possibilidade de alcançar um conhecimento verdadeiramente neutro em relação a valores, ou seja, a Neutralidade Axiológica (Weber, 1917, p. 271). Esse conceito refere-se à capacidade de produzir conhecimento desprovido de influências ideológicas e valorativas, conforme ele destaca:

Pois realmente é este o verdadeiro sentido da discussão sobre valores: apreender o que o oponente (ou até e também eu mesmo) realmente entende, isto é, o valor ao qual cada uma de ambas as partes se refere - realmente e não apenas aparentemente - e a partir disso, se poder posicionar no que diz respeito a este valor. Muito longe, portanto, da exigência da "neutralidade axiológica" das explicações empíricas implicariam que as discussões ao redor das avaliações valorativas estejam estéreis ou sejam sem sentido, dado que o reconhecimento deste seu sentido é a premissa de toda e qualquer consideração útil (Weber, 1917, p. 371).

A ênfase de Weber na Neutralidade Axiológica transcende o âmbito dos pesquisadores, abrangendo o ambiente acadêmico de forma mais ampla, o que inclui os educadores. Ele sublinha a importância de manter a imparcialidade em sala de aula e, ao mesmo tempo, identifica contextos apropriados, como a imprensa, reuniões públicas e ensaios, para promover esses ideais:

Na imprensa, em reuniões públicas, em associações, em ensaios, em outro caminho aberto a qualquer cidadão, ele pode e deveria fazer aquilo que seu coração, ou seu demônio, lhe exige. De seu professor na sala de aula, o estudante deveria receber a faculdade de contentar-se com a execução ponderada de uma dada tarefa; de reconhecer os fatos, mesmo os que possam ser pessoalmente desagradáveis, e de distingui-los de suas próprias avaliações. Deveria aprender, também, a sujeitar-se a sua tarefa e a reprimir o impulso de exhibir desnecessariamente suas sensações pessoais ou outros estados emocionais (Weber, 1917, p. 265).

Weber, portanto, destaca a necessidade de separar as crenças e valores pessoais dos pesquisadores e professores de suas atividades laborais, com o objetivo

de assegurar uma compreensão imparcial dos fatos, eliminando, assim, as preferências pessoais dos respectivos profissionais.

4 JAPIASSU: CRÍTICA À TEORIA DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA

No livro *O Mito da Neutralidade Científica*, Japiassu (1975, p. 24) explora a demarcação científica sob uma perspectiva histórica, evidenciando como esse conceito evoluiu ao longo do tempo. Ele enfatiza que a concepção de uma "verdade" científica se tornou praticamente insustentável nos dias atuais, uma vez que o que anteriormente era considerado científico muitas vezes acabou sendo objeto de zombaria (Japiassu, 1975, p. 24). Isso destaca a natureza variável e mutável da demarcação científica ao longo do tempo.

A partir desse contexto, Japiassu (1975, p. 24-25) argumenta que a atividade científica não pode ser considerada um templo sagrado, mas sim uma atividade humana e social sujeita a influências ideológicas, juízos de valor e dogmatismos. Como ele destaca:

Isso vem mostrar claramente que a atividade científica não pode ser considerada como um templo sagrado. Ela é uma atividade humana e social como qualquer outra. Está impregnada de ideologias, de juízos de valor, de argumentos de autoridade, de dogmatismos ingênuos, chegando mesmo a ser desenvolvida em instituições fechadas, verdadeiras "seitas" científicas, com suas linguagens próprias, para não dizer "dialetos" (Japiassu, 1975, p. 24-25).

No que tange à questão da neutralidade científica, Japiassu (1975, p. 25) destaca que as "ciências" da educação, ao tentarem eliminar ideologias para se tornarem científicas, acabam produzindo suas próprias ideologias e sistemas de valores. Ele argumenta que nenhuma ciência humana pode ser verdadeiramente neutra, pois a demarcação do que é considerado científico em uma disciplina é uma realidade essencialmente histórica, moldada pelo contexto sociocultural e sujeita a mudanças e conflitos (Japiassu, 1975, p. 25-26). Portanto, a mutabilidade da demarcação científica ao longo do tempo está intrinsecamente ligada à influência de valores e ideologias na atividade científica, e a busca pela neutralidade absoluta é uma ilusão diante dessa realidade.

CONCLUSÃO

A análise das perspectivas de Max Weber e Hilton Japiassu sobre ética na pesquisa científica e neutralidade revela um debate fundamental na filosofia e sociologia da ciência. Max Weber destaca a importância da neutralidade axiológica e da objetividade na pesquisa, promovendo a distinção entre "ética da convicção" e "ética da responsabilidade". Hilton Japiassu, por sua vez, argumenta que a neutralidade completa na pesquisa é uma ilusão, já que as atividades científicas são intrinsecamente influenciadas por valores e ideologias.

Esses autores oferecem perspectivas valiosas sobre a complexa relação entre a pesquisa científica e os valores, destacando a presença inevitável de ideologias no processo científico. Essa tensão entre ética e pesquisa é essencial para

pesquisadores contemporâneos que buscam conduzir pesquisas de alta qualidade, cientes de que a busca pela imparcialidade completa é desafiadora, mas ao mesmo tempo crucial para a produção de conhecimento significativo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Juliana. **Max Weber**. s.d. Disponível em:

<<https://www.todamateria.com.br/max-weber/>>. Acesso em: 30 out. 2023.

JAPIASSU, Hilton. **O Mito da Neutralidade Científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WEBER, Max. A ciência como vocação. Tradução Artur Morão. In: WEBER, Max. **Três Tipos de Poder e Outros Escritos**. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

WEBER, Max. **O Sentido da Neutralidade Axiológica nas Ciências Sociais e Econômicas**. 1917. Disponível em:

<https://www.academia.edu/36411722/O_Sentido_da_Neutralidade_Axiol%C3%B3gica_nas_Ci%C3%A2ncias_Sociais_e_Econ%C3%B4micas>. Acesso em: 30 out. 2023.

ANÁLISE DO HOMESCHOOLING NO BRASIL COM BASE NO TEMA 822 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Bruno Arndt Quelin¹
Marcos Vinicius Souza da Silva²
Prof. Me. Franciele Seger³

INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa é homeschooling. A delimitação temática consiste em analisar a (im)possibilidade de utilização no Brasil desse método educacional em que os pais ou tutores assumem a responsabilidade primária pela educação das crianças em casa, em vez de enviá-las para escolas públicas ou privadas. Considerando o disposto na legislação brasileira, somado ao entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF), o problema de pesquisa consiste em responder ao seguinte questionamento: é possível a prática do homeschooling no Brasil?

O objetivo geral da pesquisa é analisar o instituto do homeschooling e verificar sua viabilidade no Brasil, a partir das normas brasileiras, em especial a Constituição Federal de 1988, bem como o tema 822, do STF. A pesquisa se justifica porque os motivos para escolher o homeschooling variam e podem incluir preocupações com o ambiente escolar, crenças religiosas, métodos de ensino alternativos, necessidades educacionais especiais ou a flexibilidade de adaptar o ensino ao ritmo e estilo de aprendizagem específicos da criança. Isso pode acabar comprometendo o aprendizado e conseqüentemente violar o direito constitucional à educação.

1 METODOLOGIA

O método utilizado para a pesquisa é o teórico, envolvendo estudo bibliográfico sobre o assunto e análises de casos jurídicos abrangendo práticas de homeschooling. A pesquisa é de natureza qualitativa, já que os estudos sobre homeschooling se baseiam em análises de experiências individuais e familiares, com fins descritivos e exploratórios, explorando as práticas, motivos e impactos do homeschooling.

Quanto ao plano de geração de dados, utilizou-se a documentação indireta, bibliográfica, como doutrinas, legislação e documentos científicos. O método de abordagem utilizado é o dedutivo, partindo de observações gerais sobre o homeschooling para entender sua (in)viabilidade no Brasil. Os métodos de procedimentos são o histórico e o comparativo, pois se busca examinar a evolução do homeschooling ao longo do tempo, analisando seu desenvolvimento e comparando a (in)viabilidade da sua utilização a partir de casos reais para contrastar diferentes abordagens de homeschooling em diversos contextos culturais e sociais.

¹ Acadêmico do 4º semestre do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: brunoquelin18@gmail.com.

² Acadêmico do 4º semestre do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: marcosvinisdasilva@gmail.com

³ Professora Mestre Franciele Seger. Orientadora. Professora do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. franci.seger@hotmail.com

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a educação é considerada um direito fundamental e é compulsória para crianças de 4 a 17 anos, conforme a Constituição Federal (Brasil, 1988). No entanto, muitas famílias que optam pelo homeschooling alegam motivos diversos, como a busca por uma educação mais personalizada, a preservação de valores familiares e a flexibilidade, conforme a Associação Nacional de Educação Domiciliar – ANED (ANED, 2023).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, assegura a educação como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família” [...] (Brasil, 1988). Na Constituição não consta expresso uma proibição ou permissão relativa ao tema, pois trata-se de um assunto que era pouco abordado e quase desconhecido, fato que dá abertura para a possibilidade de criação de legislação sobre o assunto. Com efeito:

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 205 estabelece a todos o direito fundamental à educação, sendo dever do Estado e da família, juntamente com a colaboração social, com o objetivo de obter o desenvolvimento pleno, prepara para o exercício da cidadania e a qualificação da pessoa para o trabalho (Jusbrasil, 2021, n.p.).

O Código Penal, no art. 246, prevê o crime de abandono intelectual, que consiste em “Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar” (Brasil, 1940). O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 4º e art. 53 dispõe sobre o dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público na efetivação da educação (Brasil, 1990). São dispositivos que garantem a educação como um dever da família e do Estado.

Ademais, há o Projeto de Lei nº 3.179 de 2022, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, que propõe regulamentar o ensino fundamental I e II, bem como o ensino médio, quando ministrados em casa. Todavia, os responsáveis que optarem por essa modalidade educacional devem cumprir diversos requisitos, dentre os quais cita-se os seguintes:

- Selecionar uma instituição credenciada;
- Efetuar a matrícula do aluno anualmente;
- Apresentar um comprovante de escolaridade de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC);
- Apresentar certificados de bons antecedentes na Justiça Federal e Estadual ou Distrital;
- Manter o aluno vinculado ao órgão competente do sistema de ensino e atualizar esse vínculo anualmente;
- Seguir as diretrizes da Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Proporcionar uma formação integral, abrangendo o desenvolvimento intelectual, emocional, físico, social e cultural;
- Documentar as atividades pedagógicas regulares e fornecer relatórios trimestrais sobre essas atividades;
- Acompanhar o progresso do estudante com a assistência de um profissional e realizar reuniões de avaliação semestrais;
- Garantir a convivência familiar e comunitária;
- Assegurar que o aluno participe das avaliações de aprendizado;
- Participar das avaliações estaduais ou municipais da educação básica. (Brasil, 2022).

O homeschooling, ou ensino domiciliar, tem suas raízes históricas nos Estados Unidos, onde surgiu no século XIX como uma alternativa educacional. No contexto brasileiro, o homeschooling começou a chamar a atenção nas últimas décadas como uma opção para pais que desejam assumir a responsabilidade direta pela educação de seus filhos, fora do ambiente escolar tradicional. Esta abordagem se baseia no princípio de que os pais são os principais educadores de seus filhos e, portanto, têm o direito de escolher como desejam conduzir o processo de aprendizagem. No entanto, no Brasil, o homeschooling enfrenta desafios legais devido à obrigatoriedade da frequência escolar, o que muitas vezes exige autorização judicial para sua prática (Santos, 2019). Frente a esses argumentos, surge o dilema de que, no que tange ao Brasil, muitas das críticas dirigidas à prática do homeschooling podem igualmente ser aplicadas ao sistema de ensino privado. Isso envolve considerações a respeito de um potencial elitismo, segregação social e a tendência de pais bem informados e socialmente influentes optarem por retirar seus filhos da instituição escolar, onde suas vozes e escolhas poderiam ser aproveitadas para não apenas aprimorar as experiências educacionais individuais de seus filhos, mas também para ter um impacto mais abrangente na sociedade (Morton, 2010).

3 ANÁLISE

O Tema 822 do STF (RE 888815), analisado em setembro de 2021, trouxe importantes considerações sobre o homeschooling no Brasil. A Corte Superior reconheceu que a Constituição Brasileira não proíbe o ensino domiciliar em si, mas estabeleceu para sua prática que é permitido desde que os pais ou responsáveis observem os critérios elencados no referencial teórico, garantindo o direito à educação, a avaliação da aprendizagem e a socialização das crianças (Brasil, 2021).

A supracitada decisão apresentou repercussão geral em congruência com o artigo 1.035 do CPC, que estabelece as regras para o procedimento de julgamento de recursos especiais e recursos extraordinários perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o STF. Esse artigo prevê que esses tribunais superiores têm o poder de julgar recursos que discutem questões de direito federal ou constitucional, respectivamente, e que se encaixam em determinados critérios de relevância e transcendência, levantando debates sobre a regulamentação do homeschooling no Brasil (Brasil, 2015).

Questões como a formação dos pais-educadores, a fiscalização do cumprimento dos requisitos legais, a avaliação do aprendizado das crianças e a garantia de socialização foram discutidas. Também foram abordadas preocupações em relação à possibilidade de retrocessos na qualidade da educação e no respeito aos direitos das crianças (Brasil, 2021).

Em virtude dos fatos mencionados, é complexo definir se a educação domiciliar é uma forma viável e eficaz. Contudo, é possível afirmar que o estudante que participa de forma presencial em uma escola tem mais oportunidades de aperfeiçoar-se no âmbito social, já que está em um ambiente de convívio com seus colegas e professores, possibilitando uma interação relativamente maior. Além do contato com professores capacitados e formados nas áreas de conhecimento necessárias para sua formação acadêmica, por estes motivos que até o presente momento não houve parecer favorável do STF (Brasil, 2021).

CONCLUSÃO

A análise do homeschooling no Brasil, com base no Tema 822 do STF, revela a complexidade da problemática. A decisão estabelece um precedente importante e reconhece a possibilidade do ensino domiciliar, desde que regulamentado. Contudo, a regulamentação precisa ser cuidadosamente elaborada para garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, que seus direitos sejam protegidos e que os desafios inerentes à prática sejam abordados de maneira adequada. O debate em torno do homeschooling no Brasil continuará a evoluir à medida que a prática se torna mais difundida e regulamentada.

Dessa forma, em resposta ao problema de pesquisa, consistente no questionamento se é possível a prática do homeschooling no Brasil, pode-se afirmar que embora apresente algumas vantagens, também traz consigo uma série de desafios e aspectos negativos que não podem ser ignorados. Uma das principais preocupações relacionadas ao homeschooling é a qualidade da educação. Sem a supervisão e os padrões rigorosos de uma escola tradicional, há o risco de que as crianças não recebam uma educação adequada. A qualidade do currículo e a capacidade dos pais de ensinar eficazmente podem variar significativamente, o que pode resultar em disparidades no aprendizado entre crianças educadas em casa.

Outra preocupação é a possível falta de socialização. As crianças que são educadas em casa podem ter menos oportunidades de interagir com seus pares, o que é uma parte essencial do desenvolvimento social e emocional. Isso pode levar a um isolamento social e à perda de habilidades sociais importantes. Garantir que os pais-educadores atendam aos requisitos legais e forneçam uma educação de qualidade é uma tarefa complexa. A fiscalização eficaz pode ser difícil de alcançar, o que pode deixar as crianças em risco de negligência educacional.

No que diz respeito aos objetivos do estudo, a análise do homeschooling no Brasil destaca a importância de uma regulamentação cuidadosa para abordar esses desafios e proteger os direitos das crianças. O estudo reforça a necessidade de garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade e que a prática do homeschooling não resulte em retrocessos na qualidade da educação e no respeito aos direitos das crianças garantidos constitucionalmente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Nacional do Ensino Domiciliar (ANED). Disponível em: <https://www.aned.org.br/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1940]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasil, 1990.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.179 de 2022**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/26/projeto-que-autoriza-educacao-domiciliar-comeca-a-ser-discutido-no-senado>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL Superior Tribunal de Justiça. **REsp.: 1559370 DF**. Relator: LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de julgamento: 06/10/2020. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, 2021. **Tema 822** - possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal. disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=6083656&numeroProcesso=1306505&classeProcesso=ARE&numeroTema=822>>. Acesso em: 04 nov. 2023.
JUSBRASIL, 2023. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/iniciar-pesquisa/>> Acesso em: 04 nov. 2023.

LANDIM, Ismael. **Homeschooling e sua Aplicação no Brasil**. Disponível em: <<https://ismaelandim.jusbrasil.com.br/artigos/465737617/homeschoolingesua-aplicação-no-brasil>>. Acesso em: 04 nov. 2023,

MORTON, Ruth. Home Education: construction of choice. **International Electronic Journal of Elementary Education**, v. 3, n. 1, out., 2010. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1052483.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SANTOS, Lourival. **Homeschooling**: um novo paradigma educacional. Cadernos de Direito, 2019, p. 89-108.

SENADO FEDERAL, 2022. **Senado aprofunda debate sobre educação domiciliar**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/12/senado-aprofunda-debate-sobre-educacao-domiciliar>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E SEU JULGAMENTO NO TRIBUNAL DO JÚRI

Diego Camargo Kaiper¹
Kelli Adriana Ferraz Gonçalves²
Pedro Henrique Baiotto Noronha³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda os crimes dolosos contra a vida, julgados pelo tribunal do júri, tipificados no Código Penal, sendo dentro eles o homicídio, a tentativa de homicídio, o infanticídio, aborto e induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio. Ademais, o trabalho aqui exposto traz a forma de julgamento dentro do plenário, a visão dos jurados diante dos crimes supracitados.

Assim, o trabalho aqui exposto tem como objetivo analisar a forma como são julgados os crimes dolosos contra a vida, trazendo a visão dos jurados diante de crimes que causam grande comoção na sociedade. Em síntese, elaborou-se presente resumo em razão do importante papel que o tribunal do júri desempenha, visto que o julgamento do mérito se dá por membros da sociedade, tendo ou não formação superior, diferentemente de juízes(as) togados(as).

METODOLOGIA

A categorização da pesquisa é teórica. A coleta de dados presentes neste resumo se deu por meio de documentação indireta. Para a elaboração da presente pesquisa, utilizou-se de revisão bibliográfica sobre o tema de estudo, por meio do método hipotético-dedutivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu texto constitucional, mais precisamente no artigo 5º, inciso XXXVIII, que os crimes dolosos contra a vida serão julgados pelo Tribunal do Júri. Contudo é necessário saber primeiramente quais são os crimes dolosos contra a vida.

Em primeira instância é mister salientar que para que haja a configuração de um crime propriamente doloso contra a vida, há que se observar dois aspectos: se o crime é realmente doloso, ou seja, se realmente havia a intenção do agente em ceifar a vida da vítima e, em um segundo aspecto, se o intuito do agente era unicamente matar a vítima. Por exemplo: se o agente matou para subtrair coisa alheia móvel, neste caso o ato é tipificado como sendo latrocínio.

¹ Acadêmico do Curso de Direito 10º Semestre. Faculdade Três de Maio (SETREM). diegokaiper4@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. 55996842980k@gmail.com

³ Mestre pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Orientador. Prof. do Curso De Direito da Sociedade Educacional Três de Maio. pedro.baiotto@setrem.com.br

Para que o acusado de um delito contra a vida seja julgado pelo conselho de sentença, o juiz deverá observar os requisitos para fundamentar a pronúncia observando-se a materialidade do fato, assim como se há indícios suficientes que possam apontar aquele agente como autor. Conforme Welfredo Campos, (2018, p. 115), a pronúncia é,

[...] uma decisão interlocutória mista não terminativa que encerra uma fase do processo sem condenar ou absolver o acusado. É a chamada sentença processual que, após análise das provas do processo, declara admissível a acusação a ser desenvolvida em plenário de Júri, por estar provada a existência de um crime doloso contra a vida e ser provável a sua autoria. É tal decisão o divisor de águas entre o *judicium accusationes* e o *judicium causae* (Campos, 2018, p. 115).

Preclusa a decisão de pronúncia, observando-se as legalidades, passa-se à segunda fase do procedimento do júri, na qual as partes são intimadas a indicarem as provas que pretendem produzir em plenário e as diligências a serem realizadas, passando-se, na sequência, a designar data para o julgamento no plenário.

O sorteio dos jurados será feito pelo juiz que irá presidir o julgamento, determina artigo 433 do Código de Processo Penal que o referido sorteio será realizado de portas abertas, sendo que o juiz deverá retirar as cédulas até completar o número de vinte e cinco nomes de jurados para que assim seja possível a elaboração do júri.

Devemos ter em mente que o júri é uma instituição secular, sua criação se deu em meados do ano 1822. Nesta época o Brasil ainda era colônia de Portugal. Após anos temos hoje o júri sendo composto por um juiz presidente e um corpo de vinte e cinco jurados, dos quais, serão sorteados sete para que se possa compor o conselho de sentença, incumbido de decidir sobre a absolvição do réu ou não, e entre outros quesitos. Importante também ressaltar que no tribunal do júri o jurado pode julgar segundo sua convicção (Bonfim, 2018). Ainda, conforme Edilson Bonfim (2018, p. 38):

O Júri, por outro lado, não é mercado de palpites emocionais; é preciso um plus, uma crença, um flamejar de fé, para não se entrar no jogo das aparências ou no formal tecnicismo do faz de conta, em que um postula uma absolvição na qual não acredita, e outro postula uma pena que apenas dá pasto a sentimentos pueris, batendo ambos um martelo de plástico na bigorna de algodão de suas mediocridades, “homens de cortiça”, forjando-se uma estória forjada, banalizando-se o que é quase sagrado, assinando-se sem escrúpulos a mentira que recebe o selo de justiça, quand mêm (Bonfim, 2018, p. 38).

Os crimes julgados no júri popular trazem figuras diferentes. De um lado a acusação com o dever de fazer justiça, e de outro a defesa que deseja que a justiça seja feita e aplicada dentro de sua legalidade. O que se espera dessas formalidades é que o advogado represente o acusado de forma a lhe garantir uma defesa leal, que não somente diga que o réu é inocente, mas o defenda mesmo não o sendo. Ao promotor vale que este haja decentemente, que sua acusação seja de forma respeitosa, por mais que sua orientação e dever seja acusar isso deve ser de maneira corret. (BONFIM. 2018). Ainda segundo Paulo Rangel (2018, p. 225):

Nesse sentido, o Tribunal do Júri, como espaço dentro do qual são tratados direitos fundamentais do homem, tais como a vida e a liberdade, para não dizer da dignidade da pessoa humana e do poder que o povo exerce ao julgar, deve merecer uma releitura à luz dos direitos fundamentais que não pode ser despido de tais direitos e, conseqüentemente, das garantias necessárias à efetivação dos mesmos (Rangel, 2018, p. 225).

Ao que diz respeito ao corpo de jurados, tem-se que estes raramente ao se deparar com os crimes dolosos contra a vida no júri julgam de forma analítica, pois muitas vezes estão sendo impulsionados pela pressão em condenar, tendo em face o crime cometido, esquecendo muitas vezes de analisar de fato a situação a fim de realmente decidir se o réu é culpado. A sentença parece vir automaticamente em sua mente, resumindo-se em: condenado, sem ao menos analisar se aquela legítima defesa arguida pelo advogado do réu existiu, ou se de fato havia materialidade e indícios que apontam o acusado como autor do crime (Goulart, 2008). Assim, conforme Fábio Rodrigues Goulart (2008, p. 25):

Disso é possível concluir que o jurado, por vezes, sente-se impulsionado a condenar com base em aspectos outros não relacionados ao exame do material probatório; assim, v.g., cuidando-se de um acusado cujo passado é criminoso ou cuja origem não encontra aceitação do órgão julgador, pouco importa se há prova bastante a autorizar sua condenação, pois suas características recomendam sua exclusão da sociedade, na medida em que representa um perigo a determinado grupo social, em uma postura que acaba por macular a instituição do júri (Goulart, 2008, p. 5).

O que se vê atualmente é que o que acontece durante a sessão de julgamento pelo tribunal do júri tem maior influência do que o todo antes apurado. Todavia, a sessão de julgamento e o atuar de ambas as partes geralmente não são amigáveis, comportamento que pode acabar por influenciar a decisão dos jurados, estando a decisão afetada pelo aspecto psicológico outra vez.

3 ANÁLISE

O tribunal do júri sofreu mudanças ao longo dos anos, tornando-se um sistema voltado à melhor aplicar a justiça, dando oportunidade para que ambas as partes se manifestem e tenham o direito a se manifestar, embora existam problemas, deve-se analisar que em muito já evoluiu se comparado há anos atrás. Conforme Rodrigues Goulart (2008, p.36):

Não se deve, contudo, ignorar que tentativas de aprimoramento acabaram sendo elaboradas e algumas delas foram postas em prática, podendo-se citar, como exemplos, a concepção de um modelo alternativo, conhecido por escabinado (típico da França), e a exigência de motivação das decisões do júri, como ocorre na Espanha (Goulart, 2008, p. 36).

Assim, tem-se que embora o julgamento no tribunal do júri dos crimes dolosos contra a vida não seja, um sistema perfeito, há que se confirmar que sua existência em muito contribui para a sociedade, devendo ser buscado aprimorar cada vez mais, para que não haja nulidades. Conforme Goulart (2008, p. 36):

Problemas relacionados à formação do júri sempre existirão, pois se revela impossível solucioná-los sem desnaturar o elemento popular dos julgamentos. Assim, independentemente de origem, raça, credo, personalidade, tendências ou temperamento, o juiz leigo estará sempre acessível à pressão das circunstâncias. Injunções ditadas ora por aspectos internos (como o credo), ora por fatores externos (como a pressão e a influência da mídia em dadas situações), estarão sempre a criar dificuldades que desafiam a capacidade de solucionar do crítico (Goulart, 2008, p. 36).

Há que se perceber que problemas sempre existirão, pois como já dito, o sistema do tribunal do júri não é perfeito e enfrenta falhas que podem ocorrer em razão da complexidade desse sistema. Deve-se buscar solucioná-los de forma eficaz, buscando evitar ilegalidades e nulidades que somente atrasam o processo penal e conseqüentemente o sistema do júri.

CONCLUSÃO

Com tudo isso, conclui-se que embora não haja fundamentação nas decisões dos jurados, há que se afirmar que o sistema do júri em muito contribui para a sociedade. O tribunal do júri tornou-se uma instituição importante dentro da sociedade, a maior dificuldade é o preconceito que há, mesmo que involuntariamente nas decisões dos jurados, assim como fatores externos como a pressão da comunidade, ou da mídia, muitas vezes não de forma evidente. É necessário haver uma conscientização por parte da sociedade para que haja um julgamento justo e não somente baseados na pressão de condenar.

Ainda que haja falhas é necessário seguir comentando sobre o tema em razão da sua grande importância, buscando soluções para aprimorá-lo, e assim melhor desenvolver o sistema do júri, para uma maior eficácia deste sistema, de forma a se tornar exemplar.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Edilson M. **No Tribunal do Júri: crimes emblemáticos, grandes julgamentos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CAMPOS, Walfredo C. **Tribunal do Júri - Teoria e Prática**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOULART, Fábio R. **Tribunal do Júri: aspectos críticos relacionados à prova**. São Paulo: Atlas, 2008

RANGEL, Paulo. **Tribunal do Júri - visão linguística, histórica, social e jurídica**, 6. ed. São Paulo: GEN, 2018.

O PAPEL DO DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO NO RESGUARDO DA IGUALDADE DE GÊNERO E NA PROTEÇÃO DO DIREITO DA MULHER

Ana Julia Brutti de Souza¹
Bianca Tams Diehl²

INTRODUÇÃO

A igualdade de gênero compõe um dos dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável a serem implementados no país, pela Organização das Nações Unidas, como parte da Agenda 2030 no Brasil, tamanha a importância da abordagem da temática. Tal pauta permeia muitos segmentos da sociedade, como o mundo do trabalho, a escolarização, as relações familiares, a violência doméstica, entre outros. Os direitos humanos, junto do direito antidiscriminatório, desempenham uma importante função para a evolução da sociedade e para o alcance da equidade entre homens e mulheres, a fim de que todas as pessoas possam ter acesso, em condições de igualdade, às mesmas oportunidades.

O direito antidiscriminatório, por sua vez, conceituado por estabelecer a proteção integral aos indivíduos de todas as formas de discriminação, incluindo nesse caso a discriminação de gênero, em face de normativas nacional, regional e global. Diante das atuais condições das mulheres na sociedade brasileira, o ordenamento jurídico vem cercando de proteção às mulheres, diante das suas vulnerabilidades interseccionais, com leis, programas, políticas públicas com vistas a garantir a igualdade de gênero, de oportunidade e de tratamento, bem como a eliminação do preconceito e das discriminações.

O resumo apresenta leis e normativas internacionais que sustentam a igualdade de gênero, o direito das mulheres e sua implementação, porém o foco é na legislação brasileira, sobretudo na Lei Maria da Penha, que busca prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar sofrida pelas mulheres, amparada pela Convenção do Belém do Pará e pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ambas ratificadas pelo país.

1 METODOLOGIA

O percurso metodológico seguido na pesquisa e na elaboração do presente trabalho, está lançado no método de abordagem fenomenológico; em métodos de procedimento documental e bibliográfico; de natureza básica; com fins explicativos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Direito Antidiscriminatório abarca todas as formas legais de abolir o preconceito e a discriminação praticados contra um indivíduo ou um determinado grupo de pessoas. Nesse sentido, no âmbito da igualdade de gênero, é aplicado o

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 6.º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. anajuliabrutvistudy@gmail.com

² Prof. Dra. Bianca Tams Diehl. Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. direitofema1@gmail.com

princípio da igualdade, previsto na Constituição Federal da República, que se perfectibiliza por meio da igualdade material, das discriminações positivas e de políticas públicas, a fim de compensar a desigualdade histórica.

Ao se tratar das distinções de gênero, o princípio da igualdade - substancial - caminha junto com o Direito Antidiscriminatório, pois ambos visam a equidade entre homens e mulheres, tendo como objetivo a preservação dos direitos sociais, além da garantia de iguais responsabilidades e oportunidades aos indivíduos, considerando as suas particularidades.

Assim, no que concerne a esse sistema de organização social, as prováveis consequências da discriminação e da desigualdade de gênero, associadas ao desrespeito e a intransigência, são aprovadas e idealizadas por parte da sociedade patriarcal, lamentavelmente. Tais condutas, acabam por impulsionar a violência doméstica e familiar e muitas vezes chegam ao extremo do crime de feminicídio. Logo, por essas e por outras razões, as mulheres ainda precisam de proteção específica e minudente por parte do Estado.

3 ANÁLISE

O princípio da igualdade ocupa uma função primordial no Estado Democrático de Direito, haja vista que uma de suas atribuições é assegurar que as legislações vigentes sejam aplicadas igualmente aos cidadãos, independente de sua raça, cor, etnia, gênero ou condição social. Considerando que o princípio é interpretado como basilar do direito brasileiro, sua garantia e sua proteção são essenciais na operação da democracia constitucional, pois objetiva a criação favorável de normas legais para que todos os cidadãos sejam tratados com isonomia.

Assim, o art. 5.º, inc. I, da Constituição Federal de 1988, dispõe que “[...] *homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]*”, deste modo, entende-se que é vedada a discriminação de gênero e, assim, é aplicado o princípio da igualdade material ou substancial, definido anteriormente (Brasil, 1988).

Nessa hipótese, cabe mencionar a importância do direito antidiscriminatório, pois é conceituado como o conjunto de medidas jurídicas no âmbito constitucional e infraconstitucional que objetiva a redução de situações de vulnerabilidade de cidadãos e grupos sociais por meio da proibição de condutas discriminatórias negativas. É a área jurídica necessária para a concretização da igualdade material e da equidade, onde serão enfrentados diversos tipos de discriminações na vida pessoal de indivíduos ou de grupos minoritários (Rios, 2017).

A temática do direito antidiscriminatório, pretende fazer cumprir os princípios constitucionais - isonomia, igualdade, liberdade e dignidade humana -, confrontando desigualdades sociais e de gênero iniciadas pelo preconceito, seguida da discriminação, assim, operando a legislação antidiscriminatória vigente na legislação nacional e internacional, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979), além do contexto da Lei Maria da Penha (2006) e da Constituição Federal (1988).

Sob este aspecto, o direito antidiscriminatório possui dois modelos de proteção contra a discriminação, quais sejam: o individual e o grupal. O modelo individual, dispõe de medidas preventivas e reparatorias a uma determinada vítima, tendo como

exemplo, neste contexto, a mulher vítima de violência doméstica e familiar. Enquanto que o modelo grupal, atenta-se aos indivíduos inseridos em um determinado grupo de minorias, como as mulheres; nessa linha, o modelo de proteção antidiscriminatório, parte do entendimento de que apenas legislações em face do modelo individual não são suficientes para garantir a igualdade real (Rios, 2017).

O direito brasileiro e o direito internacional dos direitos humanos possuem em comum o interesse pela proteção da dignidade humana, bem como detêm a primazia do princípio da igualdade entre as pessoas. Dessa forma, abominam em seu ordenamento quaisquer tipos de discriminação, ou ato atentatório contra a integridade e a honra de outro indivíduo, ou a um grupo específico. Diante disso, faz-se necessário destacar que a legislação internacional em matéria de direitos humanos, adotada no ordenamento jurídico brasileiro, ratificada pelo país, está inserida no direito pátrio como Emenda Constitucional, nos termos do art. 5º, §3º, da Constituição Federal da República.

A igualdade de gênero concerne ao princípio da igualdade - material - previsto na Constituição Federal, pois tem o intuito de garantir as mesmas responsabilidades e oportunidades para os indivíduos de ambos os sexos, sem que haja tratamento discriminatório. Assim, visa promover a equidade entre homens e mulheres em diversos aspectos da vida cotidiana, como na educação, no trabalho, na saúde, na participação política e em demais situações. Sob essa ótica, a temática abordada é de suma importância na sociedade atual, pois a equidade entre os gêneros auxilia no processo de organização social, com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, próspera e de relações de convivência sadias.

Cumprindo com a sua função social, o direito antidiscriminatório zela pela igualdade de gêneros, na busca pela eliminação das discriminações negativas, com leis e regulamentos específicos, garantindo que as pessoas sejam tratadas com respeito e que tenham as mesmas oportunidades em todas as esferas da sociedade, independente de seu gênero. Logo, o direito antidiscriminatório estabelece bases específicas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, por meio de políticas públicas.

A legislação brasileira adota a igualdade material como princípio fundamental, desde o advento da Constituição Federal de 1988, já no art. 5º, inciso I, proíbe a discriminação com base no sexo. Em diferentes dispositivos legais restam claras tais prescrições, como a diferença nos prazos da licença maternidade e da licença paternidade, o direito às presidiárias lactantes de permanecer com seus filhos, entre outros. Além disso, a Lei de Igualdade Salarial - Lei n.º 13.467/2017, a título exemplificativo de igualdade formal, prevê que homens e mulheres que desempenham igual função no mercado de trabalho, têm o direito de receber igual remuneração.

Um dos principais preceitos protetivos às mulheres, dentro do direito interno, é a Lei Maria da Penha - Lei n.º 11.340/2006, a qual representa um marco no combate a violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo vista como um instrumento legal de promoção da igualdade. Esta legislação, estabelece medidas protetivas e punitivas em casos de violência interpretadas como física, psíquica, moral, patrimonial e sexual. Destaca-se que esta lei, além de proteger a vítima, protege seus filhos, pois estes também podem estar inseridos no ambiente de violência. Diante disso, recentemente entrou em vigor a Lei 14.713/2023, que alterou o Código Civil, bem

como o Código de Processo Civil, a qual trata sobre o impedimento da concessão de guarda compartilhada quando detectado o risco de violência doméstica. Destarte, em matéria processual civil, implementou-se o art. 699-A, o qual dispõe que em ações de guarda, antes da audiência de mediação e conciliação, o juiz questionará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica e familiar. Já no Código Civil a alteração se deu no art. 1.584, §2º, o qual discorre que a guarda compartilhada não será exercida, se for detectado risco de violência doméstica ou familiar.

Salienta-se que tal legislação está evoluindo constantemente, com novos dispositivos inseridos na própria lei ou em outras legislações infraconstitucionais, para que cada vez mais possa se oferecer amparo e melhor proteção para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, considerando as diferentes situações de risco que muitas mulheres ainda estão a mercê.

Externamente, no âmbito global, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, também rege-se pelo princípio da igualdade e da não discriminação entre os indivíduos. Nesse norte, no âmbito internacional, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, proposto pela Organização das Nações Unidas, promove o direito das mulheres em busca de igualdade de gênero e reprime quaisquer discriminações contra elas. Também, se destaca a Convenção de Belém do Pará, que representa o desenvolvimento democrático, oferecendo instrumentos conceituais e legais para o combate da violência e da discriminação contra as mulheres, sendo que em seu preâmbulo, destacou-se que a violência praticada contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Assim, indubitavelmente, restou demonstrado que o direito antidiscriminatório, a igualdade de gênero e o direito das mulheres estão interligados, pois cumprem com o princípio da igualdade previsto constitucionalmente, haja vista que desempenham papéis fundamentais na promoção dos direitos e na eliminação das disparidades de gêneros, assim, alcançando o objetivo social que é a igualdade entre todos os indivíduos, independente de seu gênero, da sua raça, cor, religião.

CONCLUSÃO

A sociedade atual segue na luta e na busca do alcance da equidade de gênero, do fim da discriminação negativa e das desigualdades entre homens e mulheres, ensejadoras da violência doméstica e familiar. Objetiva-se, com todo o aparato legal existente, associado às políticas públicas de gênero, para que ambos os sexos possam compartilhar dos mesmos espaços sociais com igualdade de direitos, de oportunidades e de tratamento na família, no trabalho e na sociedade.

Do exposto, mostram-se o direito antidiscriminatório, a igualdade de gênero e o direito das mulheres pilares essenciais e necessários para a construção de sociedades mais igualitárias, inclusivas e democráticas, haja vista que interligados desempenham papéis complementares na promoção dos direitos das mulheres e na eliminação das disparidades de gênero.

Ao encontro desse pensar, o direito antidiscriminatório estabelece o alicerce para que uma sociedade acabe com a discriminação com base no gênero e demais características, para que as pessoas sejam tratadas com igualdade, respeitando as suas particularidades.

Diante disso, a ascensão desses pilares jurídicos fazem jus à justiça social, democrática e cidadã, com vistas a construção de uma sociedade próspera, de respeito mútuo, de crescimento e de fortalecimento coletivo. Assim, a partir do alcance da igualdade de gênero e da erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres, a sociedade passará a ser um lugar de desenvolvimento humano, de bem-estar e de crescimento social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

BRASIL. **Lei n.º 13.467**, de 13 de julho de 2017, (Lei de Igualdade Salarial).

RIOS, Raupp Roger; LEIVAS, Coggo Paulo Gilberto; SCHAEFER, Gilberto. **Direito da Antidiscriminação e Direito de Minorias**: perspectivas e modelos de proteção individual e coletivo. 2017, p. 126 -148. Rev. direitos fundam. democ., v. 22.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 23ª edição. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Nações Unidas, Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

TELLES, Cristina. **Direito à Igualdade de Gênero**: uma proposta de densificação do Art. 5º, I, da Constituição de 1988, 2016. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v21_n3/tomo1/revista_v21_n3_tomo1_169.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

O DIVÓRCIO COMO FORMA DE GARANTIR A DIGNIDADE HUMANA: UMA LEITURA DA EVOLUÇÃO DO DIVÓRCIO E DAS INOVAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Daiara Alexandra Loureiro¹
Mirielly Amarante Dos Santos²
Juliana Marques Schubert³

INTRODUÇÃO

À medida que o ordenamento jurídico brasileiro foi evoluindo, pode-se perceber que da mesma forma a ideia de priorizar o afeto nas relações, bem como a vontade do indivíduo e sua autonomia em reger sua vida acompanhou esta evolução. Antes da Constituição Federal de 1988, o divórcio era carregado de preconceitos por não se enquadrar nos fundamentos religiosos e colocar fim ao casamento, que na época era considerado indissolúvel. Com o passar do tempo, o divórcio passou a ser visto como uma medida positiva, pois extinguiu-se a ideia de que o casal deveria permanecer em uma relação para sempre, mesmo que esta relação não esteja mais trazendo felicidade para um ou ambos os consortes.

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar a evolução do divórcio em nosso ordenamento jurídico até a atualidade, bem como demonstrar que mesmo não sendo um processo confortável para o casal, o divórcio surgiu como uma medida positiva a fim de trazer a possibilidade de expressar a autonomia privada do(s) consorte(s) quando não desejam mais permanecerem juntos, preservando assim princípios como a autonomia, liberdade e principalmente a dignidade humana.

1 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter teórico do tipo qualitativo, realizado por meio de documentação indireta, por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental, em fontes bibliográficas e documentos disponíveis em meios físicos e digitais. Para a análise e interpretação dos dados utiliza-se o método de abordagem dedutivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Até o ano de 1890, no Brasil, o casamento era unicamente religioso, pois enquadrava-se nos padrões baseados nos fundamentos religiosos que organizam a sociedade. Após o referido ano, houve a criação do decreto nº 181 que conferiu efeitos jurídicos ao casamento religioso, fazendo com que a Constituição de 1891 reconhecesse o casamento civil e sua obrigatoriedade do matrimônio civil, sendo a celebração deste de forma gratuita (Nascimento, 2023).

1 Acadêmico(a) do Curso de Direito – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. daiaraloureiro2125@gmail.com

2 Acadêmico(a) do Curso de Direito – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. mirisantos0602@gmail.com

3 Orientador(a). Prof.^(a) do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. brandeleromarqueseschubert@gmail.com

Mais tarde, o Código Civil de 1916, em sua redação, previa que a família somente poderia ser constituída por um homem e uma mulher e o casamento era indissolúvel. Porém havia uma exceção a esta regra, sendo possível a separação por meio do desquite, em que a separação era somente dos corpos e dos bens, sem a dissolução do vínculo matrimonial, impedindo os indivíduos de estabelecer novo vínculo afetivo com outra pessoa.

Em 1977, a lei nº 6.515/1977 estabeleceu a possibilidade do rompimento do vínculo conjugal em seu artigo segundo, transformando o desquite em separação e, criando o instituto do divórcio, dissolvendo o vínculo matrimonial, possibilitando então um novo casamento: “art 2º. A Sociedade Conjugal termina: I – pela morte de um dos cônjuges; II – pela nulidade ou anulação do casamento; III – pela separação judicial; IV – pelo divórcio” (Brasil, 1977). Segundo as palavras de Maitê Ribeiro Nascimento,

Em síntese, a dissolução do vínculo conjugal experimentou grande evolução contemporânea, desde a fase da indissolubilidade até o momento atual em que se discute a possibilidade de dissolução extrajudicial, independente do consenso entre os consortes. Essa evolução pode ser dividida em três grandes fases: i) primeira fase, compreendida entre 1916 e 1977, na qual, de forma excepcionalíssima, admitia-se apenas a dissolução da sociedade conjugal; ii) segunda fase, entre 1977 e 1988, marcada pela ampliação das hipóteses de separação judicial e admitindo-se o rompimento do vínculo conjugal; iii) terceira fase, de 1988 até o presente, caracterizada pela facilitação da constituição e, também, da dissolução de vínculos conjugais e familiares (Nascimento, 2021, p. 4).

Em 2010 foi criada a Emenda Constitucional 66/2010, chamada de PEC do amor, que instituiu o divórcio direto, extinguindo a separação prévia, com a finalidade de acabar com os prazos. Com o fim da separação, houve também o fim da ideia de culpa, conforme Maria Berenice Dias:

Com a separação, evaporou-se também toda a teoria da culpa. Não mais possível trazer para o âmbito da justiça qualquer controvérsia sobre a postura dos cônjuges durante o casamento. A identificação de culpados, não remanesce nem em sede de anulação de casamento, nem para a quantificação do valor dos alimentos (Dias, 2022, p. 563).

Sem a existência de separação prévia, prevaleceu apenas o conceito de divórcio, o qual excluiu de forma direta o vínculo conjugal:

O divórcio é um direito potestativo, amparado no princípio da dignidade humana. Com diz Cristiano Chaves, se é direito da pessoa constituir um núcleo familiar, também é direito seu não manter a entidade formada sob pena de comprometer-lhe a existência digna (Dias, 2022, p. 563).

O divórcio tem por objetivo romper os laços do casamento, quando este for o desejo do(s) consorte(s). Porém, mesmo sendo algo benéfico o divórcio na maioria das vezes acaba sendo um processo doloroso e estressante, principalmente quando o casal possui filhos ou quando um dos consortes não aceita o fim da relação.

Pensando em amenizar os efeitos colaterais do divórcio nos indivíduos, acelerar o processo de divórcio o Código de Processo Civil de 2015 (Lei nº 13.105/15)

regulamenta o divórcio de forma consensual, podendo, em determinados casos ser realizado por escritura pública, independente de homologação judicial:

Art. 731. A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual constarão: I – as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns; II – as disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges; III – o acordo relativo à guarda dos filhos incapazes e ao regime de visitas; e IV – o valor da contribuição para criar e educar os filhos. Parágrafo único. Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta depois de homologado o divórcio, na forma estabelecida nos arts. 647 a 658. Art. 733. O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições de que trata o art. 731. § 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras. § 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os interessados estiverem assistidos por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial (Brasil, 2015).

O Código de Processo Civil, nesse espírito inovador, também sugere que nas ações de família, todos os esforços deverão ser empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação, o que é muito benéfico quando se trata de processo de divórcio.

3 ANÁLISE

Levando em consideração o princípio da autonomia ligado ao princípio da liberdade no que diz respeito ao livre arbítrio, e o princípio da dignidade humana, pode-se declarar que o divórcio é unilateral, pois depende somente da vontade de um dos cônjuges para que ele ocorra.

No Brasil as formas de divórcio admitidos são: o divórcio judicial consensual, o divórcio judicial litigioso e o divórcio extrajudicial, sendo obrigatório o divórcio judicial consensual quando da união resultar prole ou nascituro:

Art. 731. A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual constarão: I - as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns; II - as disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges; III - o acordo relativo à guarda dos filhos incapazes e ao regime de visitas; e IV - o valor da contribuição para criar e educar os filhos (Brasil, 2002).

Mesmo com a possibilidade de um processo menos doloroso, pela via consensual, é inegável que o divórcio gera grande instabilidade emocional nas partes envolvidas, pois trata de uma frustração do casamento, sendo que muitas vezes, segundo Conrado Paulino da Rosa, o processo pode servir como uma desculpa para manutenção do contato entre as partes, optando as partes pela forma litigiosa:

Invariavelmente o processo pode servir como uma “desculpa” para o contato. Se outrora discutíamos apenas bens ou questões parentais, as novas demandas têm trazido ao judiciário, inclusive, debates a respeito dos animais de estimação do ex-casal (Da Rosa, 2022, p. 06).

É importante destacar, que durante o curso do processo de divórcio, caso um dos cônjuges vier a falecer, a dissolução se dá pela morte, conforme explica Rolf Madaleno:

Enquanto não transitado em julgado o decreto judicial de divórcio ou de sua homologação na modalidade judicial consensual, se um dos cônjuges vem a falecer, a dissolução do casamento se dá pela morte, porque a sentença não chegou a produzir o efeito de dissolver a sociedade conjugal, cujo matrimônio foi dissolvido pelo falecimento de um dos consortes, quando ambos aguardavam passar em julgado a sentença de divórcio, não sendo razoável essa mesma decisão se a homologação apenas não se deu pela demora de uma decisão judicial homologatória e por culpa exclusiva do Poder Judiciário (Madaleno, 2021, p. 118).

Em se tratando de divórcio, quanto mais leves e céleres forem os ritos jurídicos e judiciais que envolvem o processo menor será o sofrimento das partes, que já carregam uma carga emocional pesada por conta do fim da conjugalidade. Isso justifica a grande importância da simplificação dos ritos processuais do divórcio abordados no Código de Processo Civil de 2015.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é evidente que a evolução do divórcio, proporcionou o direito potestativo para o Brasil a partir da Emenda Constitucional 66/2010, possibilitando a separação de corpos, bens e a dissolução do vínculo conjugal, bem como a oportunidade de constituição de uma nova relação após o divórcio, sendo que essa matéria continua evoluindo ainda nos dias de hoje.

Hordienamente, torna-se inegável que as pessoas não estão mais se mantendo aprisionadas as relações por medo de enfrentar julgamentos da sociedade, pois à medida que a sociedade evoluiu, o divórcio passou a ser encarado como uma medida positiva. Garantindo os direitos como liberdade e autonomia para decidir com quem se relacionar, preservando sua dignidade e assim se colocando em primeiro lugar na relação, ou seja, levando em consideração o afeto, respeito, reciprocidade, dentre outras características basilares de uma relação, não se prendendo a esta quando estes sentimentos chegam ao fim, permitindo-se sair de relacionamentos desagradáveis.

Diferente da ideia original da igreja católica, o divórcio não significa o fim da família, devendo ser interpretado como uma transformação, pois devem permanecer os sentimentos de carinho e respeito pelo outro indivíduo, sendo o divórcio apenas o fim da conjugalidade.

Vale salientar que, o divórcio é um direito potestativo, envolvendo a vontade de um ou de ambos consortes e a necessidade, desejo dos mesmos de que seja

realizado, podendo ocorrer na forma de divórcio judicial consensual, divórcio judicial litigioso ou divórcio extrajudicial.

Na busca de amenizar os conflitos gerados pelo divórcio, garantir o bem-estar e a dignidade das pessoas envolvidas, o novo Código de Processo Civil sugere que todos os esforços devem focar na solução consensual do conflito, principalmente no âmbito do direito de família, facilitando e agilizando os procedimentos para efetivação do divórcio, trazendo as partes uma resposta mais rápida, evitando maiores conflitos e possibilitando uma relação mais estável e equilibrada durante o processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Nº 13105 de 16 de Março de 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF. DOU, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Direito das Famílias**. 15. ed.rev., ampl. e atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2022. Acesso em: 01 nov. 2023.

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2021. Acesso em: 02 nov. 2023.

OLIVEIRA, Luis Fernandes Mendonça. A Superação do Vencedor e do Perdedor nas Ações de Divórcio. **IBDFAM**, 2023. Disponível em:
<<https://ibdfam.org.br/artigos/1994/A+supera%C3%A7%C3%A3o+do+vencedor+e+do+perdedor+nas+a%C3%A7%C3%B5es+de+div%C3%B3rcio>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

PAMPLONA, Cátia Maria. O Divórcio Colaborativo: um novo caminho; um passo à frente. **IBDFAM**, 2022. Disponível em:
<<https://ibdfam.org.br/artigos/1803/O+div%C3%B3rcio+colaborativo%3A+um+novo+caminho%3B+um+passo+%C3%A0+frente>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PAPAS, Camila; GUIMARÃES Hallef. **Divórcio Unilateral e suas Possibilidades**. Disponível em:
<https://www.google.com/search?q=Div%C3%B3rcio+unilateral%3A+exerc%C3%A0Dcio+do+direito+da+vontade+ligado+%C3%A0+dignidade+humana&rlz=1C1CHBF_ptPTBR1082BR1082&oq=Div%C3%B3rcio+unilateral%3A+exerc%C3%ADcio+do+direito+da+vontade+ligado+%C3%A0+dignidade+humana&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBBzg4MGowajSoAgCwAgA&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 02 nov. 2023.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. O Amor Acaba: os 45 anos de divórcio no Brasil e suas perspectivas. **IBDFAM**, 2022. Disponível em:
<<https://ibdfam.org.br/artigos/1917/O+amor+acaba%3A+os+45+anos+de+div%C3%B3rcio+no+Brasil+e+suas+perspectivas>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ROSA, Conrado Paulino da. **Direito de Família Contemporâneo**. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Juspodivm, 2022.

SANTOS, Fabiano Rabaneda dos. A Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente como uma Opção para Obter Prestação Jurisdicional Célere e Eficaz quando do Divórcio, Guarda, Convivência e Fixação de Alimentos: prevenindo as hostilidades familiares decorrentes do luto(...). **IBDFAM**, 2023. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1973/A+Tutela+Antecipada+Requerida+em+Car%C3%A1ter+Antecedente+como+uma+op%C3%A7%C3%A3o+para+obter+prest%C3%A7%C3%A3o+jurisdicional+c%C3%A9lere+e+eficaz+quando+do+div%C3%B3rcio%2C+guarda%2C+conviv%C3%Aancia+e+fixa%C3%A7%C3%A3o+de+alimentos%3A+prevenindo+as+hostilidades+familiares+decorrentes+do+luto+%28....%29>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

A GESTÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI N.º 12.846/2013 – CONHECIDA COMO LEI ANTICORRUPÇÃO

Carolina Lima Kurtz¹
Rosmeri Radke²

INTRODUÇÃO

O tema da gestão empresarial se refere ao modo de gerenciamento, coordenação, ou pode dizer respeito também ao equilíbrio de forças. A partir da vigência de uma nova lei, que traz impactos para essa gestão, a administração precisa se adaptar às novas regras, que, no caso da Lei 12846/2013, determinam a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas por atos praticados contra a administração pública. A referida Lei está pautada em princípios como a moralidade, a defesa da equidade, e coíbe a usurpação da coletividade. O enfrentamento desse tema polêmico que é a corrupção dentro da gestão empresarial, com o cometimento de atos ilícitos, é um debate importante para o meio acadêmico e para a sociedade como um todo, da mesma forma que é importante conhecer as disposições da referida legislação.

1 METODOLOGIA

A categorização escolhida para o desenrolar da pesquisa se dá no tipo teórico, pois, todo o material de pesquisa é de livros, com a natureza qualitativa, em que se busca o significado das atitudes e motivações, para fins explicativos do material de apresentação do trabalho.

O plano definido de geração de dados, é o bibliográfico, utilizando dos livros de autores distintos, em documentação indireta pois os dados dessa pesquisa são todos bibliográficos e documentais, relacionando-se com o poder das sociedades, e especialmente com a gestão das sociedades anônimas.

O método de abordagem é o indutivo, pois os aspetos trazidos vêm para uma questão mais ampla e geral, mas sem generalização em massa, e o método de procedimento é o comparativo, que permite estabelecer a diferença da atuação a partir da vigência da nova lei. Todos os dados foram gerenciados para a compreensão, da complexidade que é o tema abordado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O poder é um fenômeno social, porém sem uma delimitação clara ou definida para a sua compreensão. Na política moderna tem-se uma diferenciação de como ela distingue o poder sendo, pois todo poder comporta sanções, ao contrário da simples

¹ Acadêmico Carolina L. Kurtz do Curso de Direito- 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. carolinylimaku95@gmail.com.

² Orientadora. Docente do Curso de Direito, Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Integradas da Fundação Educacional Machado de Assis – FEMa. Graduada em Direito. Especialista em Novos Direitos na Sociedade Globalizada, Mestre em Docência Universitária. rosmeri_cancian@hotmail.com

influência, e no outro aspecto se dá na relação da posição social em que se situa o agente influenciador.

Segundo Fábio Konder Comparato e Calixto Salomão Filho, “Do poder e da influência distingue-se a força. Ao contrário da influência, a força prescinde da adesão voluntária dos sujeitos que submete” (Comparato; Salomao Filho, 2013, p. 472). Portanto com relação a sociedade anônima, pode se entender que ela terá diferenciações em sua organização, pois trata-se de uma sociedade institucional, estatutária, cujas estruturas básicas de desenvolvimento exigem uma representação, gestão feita pelos administradores, através de uma diretoria, eleita por maioria em assembleia.

Importante frisar que a responsabilidade atribuída às pessoas jurídicas pela Lei 12.846/2013, não exclui a responsabilização dos gestores, conforme previsto em seu artigo 3º: “A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito” (Brasil, 2013).

Segundo o autor Marcio Pestana, “[...] a Lei n. 12.846/2013 foi concebida para disciplinar as sanções aplicáveis para atos lesivos praticados contra a Administração Pública nacional ou estrangeira” (Pestana, 2016, p. 14). Ou seja, a Lei direciona-se a preservar a Administração Pública tanto nacional quanto estrangeira, sancionando as entidades jurídicas que cometam atos ilícitos contra ela. A Administração Pública, concentra-se principalmente no Poder Executivo, em suas várias esferas. Contudo, também está presente, embora de forma menos destacada, no Judiciário e Legislativo.

A Lei Anticorrupção elegeu os potenciais destinatários das prescrições apenadoras, voltando-se, no ponto, às pessoas jurídicas estabelecidas e às estruturas informais que denotam uma regência e uma orquestração voltadas para o atingimento de um objetivo, em regra, mediata ou imediatamente econômico (Pestana, 2016, p. 19).

Além disso, no artigo 5º, o legislador apresenta uma lista de atos considerados atentatórios contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Estabelece, na sequência, a responsabilização administrativa e a forma de conduzir o processo administrativo. Trata ainda do acordo de leniência e da responsabilização judicial.

A corrupção geralmente envolve três participantes: o subornando, o subornado e o intermediário, este último muitas vezes se apresentando como consultor ou representante da pessoa jurídica.

As organizações jurídicas podem ser responsabilizadas pela prática, por parte de outra organização jurídica, de transações financeiras, prejudiciais à Administração Pública, geralmente devido à sucessão ou solidariedade conforme previsto na Lei Anticorrupção. Mudanças graves na estrutura societária podem levar à responsabilização indireta de novos detentores de controle, como ocorre na transferência de participações em uma empresa de responsabilidade limitada que cometeu a infração, seguida da mudança de controle para uma sociedade anônima, por exemplo, da empresa que praticou o ato danoso.

3 ANÁLISE

A Administração Pública engloba apenas uma parcela das responsabilidades desempenhadas pelos agentes e representantes do Estado brasileiro, conseqüentemente, a regulamentação em questão deixou desprotegida uma parte específica das entidades estatais que desempenham múltiplas funções estipuladas na Constituição Federal, onde lamentavelmente, também são detectados atos de corrupção. É importante expandir a abrangência das medidas anticorrupção para incluir essas áreas negligenciadas.

De fato, lamentavelmente, registram-se ocorrências isoladas de julgadores que se deixaram corromper para proferir decisões em favor dos subornadores. Em outros cenários, o público fica ciente de que os legisladores aceitam subornos para aprovar projetos de lei de interesse de certas entidades legais, sejam elas públicas ou privadas. É fundamental abordar efetivamente essas questões de corrupção no sistema judicial e legislativo.

Indubitavelmente, a Lei Anticorrupção em análise não ampliou seu alcance para proteger essas instituições. Em outras palavras, de maneira lacônica, afirmou que as entidades jurídicas envolvidas em práticas corruptas permaneceriam isentas de fiscalização administrativas e judiciais rigorosas em suas atividades específicas dentro dessas organizações, em contraste com as medidas atualmente aplicadas que cometem atos específicos contra a Administração Pública. É crucial abordar essa discrepância.

É curial, portanto, proceder metodicamente e procurar, tanto quanto possível, expor a questão na multiplicidade de aspectos e problemas que suscita, de modo a se evitem os unilateralismos de apreciação. Como advertiu sabiamente Claude Champaud, “os problemas nascidos da cessão de controle ainda não são todos conhecidos; poucos são perfeita e fundamentalmente analisados. Um largo campo de ação abriu-se, assim, à prática; ela não esgotou todas as suas possibilidades (Comparato; Salomão Filho, 2013, p. 225).

Portanto a Lei veio para punir as ilicitudes, e de fato conseguiu dar grande abrangência e segurança para certas áreas, entretanto deixou lacunas, as quais devem ser exploradas, já que o poder concentrado gera danos econômicos.

CONCLUSÃO

Com a análise sobre o conteúdo bibliográfico explorado dos autores, e agora as conclusões finais, juntamente a análise do referencial apresentado, entende-se que o poder tem sua distinção uma influência e que deriva das duas a força, a qual se tem a necessidade a aceitação do submetido. Outro aspecto visto e a Lei a qual se voltou para trazer a Administração Pública tanto nacional quanto estrangeira, as sancionando para as entidades jurídicas que cometam atos econômicos contra ela.

Em evidencia a problemática nessa questão se dá pela falta do rigor que deveria existir na fiscalização, pois por mais que ela traga essencialmente o que é fundamental, aquisição de sanções, deixa brechas para a corrupção dentro da área jurídica.

Tema excepcional, para se conscientizar da problemática da aceitação da corrupção, para a qual não se deve fechar os olhos e justificar com um bem maior, já que os que praticam ludibrium e distorcem a realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>. Acesso em: 03 nov. 2023.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O Poder de Controle na Sociedade Anônima**. – 6. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5131-3/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dpoder-de-controle-na-sociedade-anonima-4%5D!4%5Bpoder-de-controle-na-sociedade-anonima%5D/2/2/10/5:9%5B%20%20%20%2C%20%20%5D>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. [BV]. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PESTANA, Marcio. **Lei Anticorrupção**: exame sistematizado da Lei n. 12.846/2013 - Barueri, SP: Manole, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520450567/pageid/5>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

A SOCIEDADE RELACIONADA COM AS CIÊNCIAS: A BUSCA PELO ESCLARECIMENTO DAS IDEIAS

Daniel Diogo Bernardi¹
Enzo Fontana de Melo²
Mário José Puhl³

INTRODUÇÃO

Por meio deste trabalho busca-se apresentar noções basilares sobre a ciência como vocação, a neutralidade científica, filosofia e ciência. É notável que pouco se discute os tópicos anteriores no nosso dia a dia ou para perceber o quanto a ciência impacta e está presente na vida cotidiana.

Assim, brevemente nas páginas a seguir, vamos trazer um pouco mais sobre as ideias e pensamentos de Max Weber e como tais fatos contribuíram e ainda contribuem para a evolução da sociedade, ainda que pouco discutidos. A ideia não é passar um ponto de vista sólido e uma resposta final para todas as perguntas, mas lhe permitir entender pontos iniciais e instigar o leitor a procurar mais sobre os temas apresentados.

1 METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa, em um esforço de revisão de literatura, sob o ponto de vista do método de abordagem observou o método dialético; os métodos de procedimento são o bibliográfico e monográfico; qualitativa do tratamento dos dados, produzidos de forma indireta; de natureza básica; com fins explicativos.

2 WEBER E AS CIÊNCIAS

Weber (1917) apresenta o texto A ciência como vocação, dentro da sua obra, três tipos de poder e outros escritos: que tudo aquilo que busca de certa forma promover ao indivíduo, não apenas o seu crescimento e evolução, possibilitando que os indivíduos encontrem novas formas de alimentar, educar, governar, crescer e desenvolver uma sociedade que seja cada vez melhor.

A ciência por sua vez, não permite que hajam dúvidas permanentes, por base técnica ela comprova tudo aquilo que acredita ser verdadeiro, trazendo para quem a segue, respostas claras e objetivas, apresentando os caminhos e a perspectiva dos resultados finais. Em outras palavras, de forma mais simples e fazendo uma linha com o direito, a ciência apresenta um início, meio e fim. A ciência nos passa o conhecimento com propriedade de determinado assunto, seja ele do cotidiano da vida ou de certa forma, algo mais técnico a ser trabalhado (Guimarães; Silva, 2011).

¹ Acadêmico do Curso de Direito – 1º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. danielbernardi2004@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Direito – 1º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. efontana@studentsforliberty.org

³ Doutor em Educação nas Ciências – UNIJUI. Orientador. Professor nas Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. mariopuhl@yahoo.com.br

Weber apresenta-nos que a ciência deva ser neutra, assim sendo, colando de lado tudo aquilo que é apresentado pela sociedade nos milhares de anos que nos sucederam, com a finalidade de encontrar de forma mais clara a verdadeira resposta para todas nossas perguntas. Weber acredita que a neutralidade é uma das características essenciais do trabalho científico (Guimarães; Silva, 2011).

A ciência não consegue excluir e por muitas vezes necessita desses valores, embora por outras, estes valores não podem superar a ideia por completo e dominar o resultado final, isso que Weber compreende em sua obra, três tipos de poder e outros escritos.

3 A PROPOSIÇÃO DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA

A neutralidade científica é um conceito que se refere à busca pela imparcialidade e objetividade na condução da pesquisa e na comunicação dos resultados científicos. O princípio fundamental da neutralidade científica implica que os cientistas devem abordar seus estudos sem viés, preconceitos pessoais ou influências externas que possam distorcer os resultados (Habermas, 2014).

No entanto, a neutralidade absoluta na ciência é muitas vezes questionada, pois os cientistas são seres humanos com suas próprias opiniões e valores, que podem afetar sutilmente o processo científico. Além disso, o contexto sociocultural e político em que a ciência é conduzida pode influenciar a escolha de tópicos de pesquisa, a alocação de recursos e a interpretação dos resultados (Weber, 1917).

A constante busca pela neutralidade científica envolve a aplicação rigorosa de métodos científicos, revisão por pares e divulgação transparente de dados e resultados. Embora a neutralidade completa possa ser difícil de atingir, a ciência continua sendo uma ferramenta essencial para a aquisição de conhecimento confiável e a tomada de decisões informadas, desde que você esteja ciente da possibilidade de influências subjetivas e se trabalhe para minimizá-las. A busca contínua pela neutralidade é fundamental para a melhoria e a integridade da pesquisa científica (Japiassu, 1975).

No entendimento de Japiassu (1975), verifica-se a constância da sua busca em saber a neutralidade da ciência. Na visão sistemática do referido autor, constata-se a desmistificação da neutralidade da ciência, pois a mesma apresenta imparcialidade, uma vez que, o seu idealizador, ou melhor o seu desenvolver são pessoas humanas que dificilmente conseguem manter imparcialidades em seus desempenhos, questionando até mesmo a lógica operatória existencial. Uma vez, pode-se averiguar da imparcialidade científica, durante a Segunda Guerra Mundial, onde a ciência foi utilizada para desenvolver equipamentos de guerra, tais como bombas, com poder de destruição de alta proporção (Japiassu, 1975).

A ciência contemporânea, retrata a busca de princípios para fundamentar a lógica, a sua linha mestra, abordando pilares de estruturação, buscando a justa procura e evidenciação dos fatos, pode se elencar os seus princípios como: evidenciar sujeito e objeto do conhecimento, permitindo a elucidação da objetividade, tratando fenômeno e objeto de forma distinta (Crochíc, 2015).

Abordando método, como sendo um conjunto de regras, estratégias gerais, que promovam a definição do autocontrole de ideias durante o período de investigação. Estabelecendo coerência entre objetivo e realidade norteados pelo conceito. Nas

análises e sínteses das operações, a ciência busca analisar os fatos baseados em critérios da investigação científica, e por finalidade sintetizar os resultados obtidos de sua verificação científica, levando em consideração a possibilidade da construção da própria entidade objetiva (Crochíc; Massola; Svartman, 2015).

A ideia de Lei do fenômeno, descreve a singularidade do objeto. Evidenciando o seu processo que atua, suas alterações, permanência, e correlação com os efeitos atribuídos a sociedade, ou seja, ônus e bônus para o estado. A lei é marcada pelo caráter distanciando pensamentos de acaso, contingência e indeterminação. Os instrumentos técnicos e tecnológicos, podem ser vistos como ferramentas de auxílio na busca da síntese. A utilização destes mecanismos contribui, muitas vezes, na qualidade e celeridade do processo científico, uma vez que são desenvolvidos pela habilidade humana, e configurados para trazerem resultados objetivos e coesos. O homem por sua vez, foi capaz de criar equipamentos que garantem a coesão e fidedignidade de resultados apresentados pelos instrumentos tecnológicos e técnicos (Adorno, 1995).

Outra característica abordada pelo ideal científico é a criação de uma linguagem própria, a linguagem científica, ela buscou a criação de padrão de dados, afastando dados qualitativos e focando no objetivo com seus aspectos quantitativos e relacionais. Destarte, as palavras em linguagem cotidianas despertam várias interpretações e julgamentos como também, regiões adotam gírias, distanciando de um discurso científico singular. A linguagem científica precisa ser clara, objetiva, abordando o cunho técnico da pesquisa (Crochíc; Massola; Svartman, 2015).

O cientificismo se opõe ao irracionalismo, em particular ao intuicionismo e o misticismo existe a evidência de que há mistérios, como a natureza da mente, que a ciência nunca vai resolver. Porém, o cientificismo também é rejeitado por aqueles que tentam passar suas especulações improvisadas como descobertas científicas. Evidenciando o gene egoísta, a memética, o nativismo psicológico e a especulativa psicologia evolutiva, que é a tentativa de explicar o meio social em termos exclusivamente biológicos (Crochíc; Massola; Svartman, 2015).

Os psicólogos evolutivos ignoram o fato de que existem criações sociais e que algumas destas tais como a guerra, o sacrifício humano, algumas regras dietéticas e algumas regras de parentesco nas sociedades primitivas são prejudiciais à vida (Horkheimer; Adorno, 1985).

O cientificismo é baseado na racionalidade, mas retira o racionalismo dogmático ou apriorismo, consoante ao qual a lógica é suficiente para compreender a realidade. A razão é que a lógica é um ramo neutro: ela não faz suposições sobre existências reais. O mesmo é delimitado às lógicas paraconsistentes. Estas são as teorias formais que admitem contradição e, portanto, rejeitam o kernel da racionalidade, de modo que elas se colocam além do que é estabelecido na lógica adequada. Desta forma, desde o início, a própria razão de ser da lógica tem sido a proteção de sua consistência, uma condição necessária para a deliberação convincente e ação racional (Horkheimer; Adorno, 1985).

É razoável para continuação da vida, porém insuficiente para o progresso científico. O método científico pode ser usado para tratar problemas desinteressantes ou mesmo ridículos, entretanto, os problemas com soluções triviais, ou que ignoram peças bem conhecidas do conhecimento (Habermas, 1972).

É possível falsificar o cientificismo como a ciência, a arte, o amor e o dinheiro. Para concluir, ressalta-se que não é um substituto para a filosofia, mas um programa filosófico. A Filosofia é inevitável porque lida com conceitos extremamente gerais, usados descuidadamente em todos os campos, tais como a realidade, o começar, o conhecer e o bom, o pensamento filosófico é responsável pela criação de ideais, o despertar para o saber (Adorno, 2003).

Sendo assim, uma vez que a maioria das filosofias têm tratado de maneira insatisfatória com essas linhas de pensamentos, tem uma relação entre os cientistas e tecnólogos de confirmar que eles podem dispensar a filosofia. O progresso científico necessita uma observação sobre as normas morais que controlam a busca da verdade e de sua difusão (Adorno, 2003).

CONCLUSÃO

Levando em consideração as ideias apresentadas, pode-se concluir que a ciência como vocação tem importante papel no desenvolvimento da humanidade, permitindo evoluir e encontrar respostas com mais clareza para diversas perguntas que por sua vez, se perpetuam por milhares de anos.

O trabalho apresentou o ponto de vista de Max Weber sobre tais estudos e como ele acredita que isso contribui para a sociedade, além também de como ele tentou contrapor ideias que já estavam pré-estabelecidas socialmente e por meio da neutralidade ele buscou quebrar paradigmas e mostrar que é necessário separá-los, com a finalidade de alcançar respostas mais claras e certas.

Relacionando a temática com o mundo do Direito, isso requer separar e manter a neutralidade em todos os casos, além de buscar a verdade em todas as ações, não colocando opiniões ou crenças, antes de fatos concretos e comprovados cientificamente, pois eles nos permitem partir de um ponto estabelecido, e com meios definidos encontrar o ponto final com respostas claras e legítimas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Palavras e Sinais**: modelos críticos. Tradução Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.

ADORNO, T. W. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 209-257.

ADORNO, T. W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: **Notas de Literatura I**. Tradução Jorge de Almeida. São Paulo: Edições 34, 2003. p. 55-63.

CROCHÍC, J. L.; MASSOLA, G. M.; SVARTMAN, B. P. A ideologia do cientificismo. In: **Psicologia**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2015, p. 1-3. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/97589/96461>>. Acesso em: 18 out. 2023

GUIMARÃES, F. C.; SILVA, G. R. **A Ciência como Vocação e Neutralidade Axiológica**. SlideShare, 2011. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/gescsc/a-ciencia-como-vocao-e-neutralidade-axiologica-max-weber>>. Acesso em: 20 out. 2023.

HABERMAS, J. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência enquanto Ideologia**. Tradução Felipe Gonçalves Silva. São Paulo: Unesp, 2014.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

JAPIASSU, H. **O Mito da Neutralidade Científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WEBER, M. **O Sentido da Neutralidade Axiológica nas Ciências Sociais e Econômicas**. Lisboa: lusosofia, 1917.

INTERFACES DO DIREITO E DA PSICOLOGIA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: UMA PROPOSTA DE LIGA AO CURSO DE DIREITO

Laura da Silva Haubert¹
Bianca Tams Diehl²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por tema o diálogo existente entre o Direito e a Psicologia no que tange a violência doméstica e familiar em Santa Rosa e, a partir disso, criar, no Curso de Direito, uma liga que trate, de forma direta, no auxílio às vítimas em suas respectivas fragilidades e dificuldades, tanto emocionais quanto jurídicas. Esse estudo é motivado pelo interesse em contribuir com as mulheres que sofrem agressões e, muitas vezes, não têm conhecimento sobre os seus direitos diante do procedimento jurídico e do amparo emocional necessários para amenizar ou resolver a situação de frágil exposição.

A violência imposta pelo agressor, configurada pela insistência de um sistema patriarcal enraizado, dificulta a resolução de tal problemática e, ao desenvolver uma atividade que desperte o acolhimento e o empoderamento dessas mulheres, vítimas de violência doméstica e familiar, é, de certa forma, uma possibilidade de transformar o caos vivido em esperança de sair de relações dependentes e de submissão. O objetivo é contribuir para com essas mulheres que não conseguem resolver suas questões sozinhas por conta da dependência financeira e emocional, além das fragilidades causadas pelo medo.

Para tanto, busca-se, por meio de uma liga no curso de Direito, envolver os acadêmicos em questões que tratem do tema, a partir de possíveis casos que chegam ao EAJ (Escritório de Assistência Jurídica), aos professores orientadores, às autoridades competentes, ao apoio psicológico da Instituição (Núcleo de Apoios Pedagógico e Psicológico) e demais parcerias locais. Para tanto, este trabalho apresenta aspectos metodológicos, referencial teórico sobre a problemática, análise e possíveis conclusões.

1 METODOLOGIA

A presente pesquisa é do tipo teórica, de natureza qualitativa, com fins explicativos. O trabalho é motivado por referências bibliográficas como cartilhas, obras e artigos científicos de periódicos completos. O método de abordagem é dedutivo, a partir de procedimentos experimentais (vivências dos casos em análise).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência doméstica e familiar é uma forma de violação aos direitos humanos que atinge a saúde física e mental das mulheres, o que resulta em sofrimento e

¹Acadêmica do Curso de Direito – 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. lauhaubert@gmail.com.br

² Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA. Orientadora Prof.^a Dra. Bianca Tams Diehl do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. direito@fema.com.br

traumas. Na história, a mulher foi vista como propriedade masculina: inicialmente, do pai biológico e, depois, ao casar-se, tornou-se propriedade do marido. Dessa forma, desenvolveu-se um rótulo sobre a mulher, a partir de narrativas sociais identitárias, que a afastou dos estudos, do trabalho remunerado e da participação política, dando força a um sistema patriarcal, desprovida de direitos. Conforme Macedo:

Quando o valor do dote colocava em perigo a estabilidade do patrimônio familiar, a fim de diminuir o número de prováveis casamentos, os pais ou os chefes da casa enviavam as jovens aos mosteiros para que se tornassem freiras. [...] a diminuição de solteiras aptas ao matrimônio protegia os bens, já que não haveria necessidade de dotá-las para o casamento [...]. Assim, de todos os lados, os processos de transmissão de bens determinaram o destino das mulheres (Macedo, 2002, p. 22).

Com o passar do tempo, as lutas femininas tornaram-se visíveis perante a sociedade. Motivadas pelo Iluminismo e os seus impulsos, como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que auxiliaram a dinamizar o processo de emancipação econômica das mulheres, além de outros movimentos culturais que tinham por objetivo gerar mudanças políticas, econômicas e sociais, as mulheres passaram a buscar a participação na sociedade, como cidadãs ativas. A contar da conquista de espaço no ambiente de trabalho remunerado, seguido da possibilidade de estudos que permitiram, tardiamente, a construção de uma carreira profissional e o exercício de seus direitos civis por meio de participação política como o direito ao voto, conquistado em 1932, e o amparo de leis protetivas, alcançadas por meio da Constituição Federal de 1988.

Após as primeiras conquistas, uma série de outras se sucederam, via de regra, por meio de lutas e de movimentos incessantes de mulheres. Sobretudo a partir de 1988, surgem as Delegacias Especializadas que têm como recente prerrogativa um quadro funcional composto, prioritariamente, por agentes do sexo feminino, devidamente capacitados a trabalhar com questões que envolvem a mulher. A primeira Delegacia foi instalada em São Paulo, em 1985, representando uma importante conquista no que se refere aos direitos da mulher.

Entretanto, apesar de existir marcas que evidenciem o progresso histórico da mulher, social, cultural e economicamente, ainda é preciso olhar para a questão da violência doméstica e familiar que assola milhares de mulheres no país e no mundo, violência essa, motivada pela, ainda, notória submissão da mulher, já que, de acordo com Barroso:

A inserção da mulher continua se dando de forma diferenciada da masculina. A força de trabalho feminina foi particularmente atingida pelo processo de terceirização da economia, concretizado pelo subemprego em atividades de baixa produtividade, baixa remuneração e baixa prestígio (Barroso, 1982, n.p.).

Com base nessa construção histórica, é preciso olhar para a violência doméstica e familiar como consequência da subordinação em meio às lutas feministas, visto que o ato parte de uma necessidade masculina de trazer a mulher novamente ao patriarcado. Exemplo disso, são as ações relacionadas ao controle excessivo do homem em relação a liberdade e a independência da mulher. Afinal, de

acordo com Saffioti, “[...] o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social” (Saffioti, 2015).

Dessa forma, busca-se construir uma análise sobre a importância do Direito e da Psicologia no que se refere à violência doméstica e familiar, para fins de contribuição social, já que estes estão diretamente ligados à temática. Também como forma de auxílio às vítimas em meios às fragilidades, que surgem por trás do aparato judicial, devido à exposição e o contato, mais uma vez, com toda a situação vivida, além das dificuldades emocionais, que atingem de forma direta a vítima, de todo o processo legal e de superação dos potenciais traumas.

3 ANÁLISE

A violência doméstica e familiar está consolidada em um regime de organização patriarcal, designado pela distinção de gênero social e culturalmente impostos, em que se estabelece uma hierarquia de submissão da mulher em relação ao homem. Por ser um fenômeno cíclico, marcado por períodos que amenizam e outros que se intensificam ao passar do tempo, as mulheres, vítimas de violência doméstica e familiar, encontram-se cada vez mais presas a esse sistema e aos seus parceiros. Segundo Cunha e Pinto, “Agressão no âmbito da unidade doméstica compreende aquela praticada no espaço caseiro, envolvendo pessoas com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas, integrantes dessa aliança” (Cunha; Pinto, 2019, p. 55). Assim, vê-se a importância de um diálogo mais estreito entre o Direito e a Psicologia como áreas que podem auxiliar nos danos provocados em lares desestruturados.

Na estrutura jurídica, as mulheres até têm amparo legal, principalmente após a Constituição Federal de 1988, que permitiu as discriminações positivas, reconhecendo-as, apresentou as devidas proteções, que discorrem pela legislação, como na própria Constituição, nos Códigos Penal e Civil. Além disso, ainda há o amparo específico, por meio da Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), que tanto trouxe visibilidade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Entretanto, uma sociedade proveniente de um machismo estrutural, certamente apresenta falhas em relação à segurança e ao direito da mulher. Conforme a cartilha do Conselho Nacional de Justiça,

Muitas regras e muitos princípios são aplicados de maneira abstrata, sem levar em consideração as relações de poder que existem na sociedade e que podem influenciar conflitos e interpretações aparentemente neutras do direito. E mais do que isso: apesar de algumas interpretações parecerem abstratas, elas são, na verdade, fruto de experiências pessoais de julgadores(as) – baseadas, é claro, no grupo social ao qual pertencem (CNJ, 2021, p. 37).

Após isso, criou-se novos procedimentos quando se trata de violência doméstica e familiar, instaurados, inclusive, na cartilha do Conselho Nacional de Justiça. Assim, o protagonismo do Direito faz-se necessário em relação ao processo

de aplicar as vertentes legais, desde o registro de ocorrência até a audiência e os meios possíveis de recorrer.

Considerando todo o aparato legal existente, as políticas públicas transversais, os projetos sociais, escolares...que tratam da temática, ainda assim milhares de mulheres são vítimas diariamente de violência doméstica e familiar, dando mostras de que somente o ordenamento jurídico não dá conta de aplacar, de erradicar e de prevenir tal problemática. A Liga no curso de Direito, sob este viés, pode orientar a vítima sobre os seus direitos e deveres, além de elucidá-la sobre suas tomadas de decisões e posteriores ações, que são maiores do que aparentam, como decidir se quer a presença do seu agressor durante a audiência, ou não.

Já a área da Psicologia, é importante para o contexto de violência doméstica e familiar, pois é um meio de acolhimento e de escuta psicológica sobre a situação vivenciada, de forma especializada. São os psicólogos que têm o conhecimento para amenizar danos provocados e fortalecer o emocional, fazendo com que as vítimas reconheçam a gravidade dessa violência em seu âmbito conjugal e não considerem a volta, muitas vezes, motivada pela dependência emocional e/ou financeira. Segundo Macarini e Miranda,

É enfatizada a necessidade de compreender a violência conjugal como um fenômeno que vai além da dicotomia dos envolvidos e da lei, mas como um processo interacional e cíclico, no qual todos os envolvidos constroem e sustentam o modo violento como a relação se estabelece ao longo do tempo (Macarini; Miranda, 2018, p. 164).

Assim, a Psicologia contribui para, além de “dar nome a violência”, perceber a violência em suas amplas versões, auxiliar e amenizar os resultados e sequelas. Para suportar a violência de seus companheiros, superar o sentimento de impotência diante da força masculina, é importante, por via de regra, recorrer ao acompanhamento psicológico.

Os índices de violência doméstica e familiar, assim, poderão ser enfraquecidos com a força dessas duas áreas: do Direito e da Psicologia. O Direito por toda atuação jurídica e a Psicologia por todo suporte emocional, ambos essenciais a reabilitação das vítimas, afinal, de acordo com Ruy Barbosa, “A força do direito deve superar o direito da força”.

CONCLUSÃO

O Direito e a Psicologia, portanto, podem contribuir significativamente para com a temática da violência doméstica e familiar, a partir da criação de uma Liga Acadêmica que trabalhará com casos reais da cidade de Santa Rosa, no intuito de auxiliar às vítimas de forma preventiva e curativa. O Direito atuará de forma esclarecedora em relação aos procedimentos jurídicos e de direitos de escolha que, muitas vezes, não é de conhecimento das vítimas. A Psicologia viabilizará o amparo necessário às vítimas, antes de audiências, assim como no processo posterior de superação e de entendimento emocional, mediante parcerias com outras entidades locais responsáveis.

Assim, conclui-se que a academia, com auxílio de seus conhecimentos, pode contribuir para com a sociedade no que se refere a presente temática. Para tanto, será

necessário um contato com as vítimas por intervenção da instituição (EAJ/FEMA), com atendimentos especializados juntamente a professores e profissionais da área, assim como autoridades competentes para a realização de encaminhamentos legais possíveis em relação a audiências, visto que este é um dos momentos de maior fragilidade, para fins de amenizar a dor das vítimas.

Esta pesquisa é apenas o início de uma investigação sobre o tema da violência doméstica e familiar e, de certa forma, uma possibilidade a mais de ajuda em relação ao problema. Há, ainda, muito a pesquisar, ler e compreender sobre tamanha importância temática. Com certeza, movimentos como este são grandes contribuições à sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, C. **Mulher, Sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: UNICEF/Brasiliense, 1982.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Protocolo para Julgamento com base na Perspectiva de Gênero [recurso eletrônico]**. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021. Dados eletrônicos. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br> e www.enfam.jus.br e ISBN nº 978-65-88022-06-1>. Acesso em: 04 nov. 2023,

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência Doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo**. 8. ed. rev. Atual. e ampl. - Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

MACARINI, Samira Mafioletti; MIRANDA, Karla Paris. **Atuação da Psicologia no Âmbito da Violência Conjugal em uma Delegacia de Atendimento à Mulher**. Revista Pensando Famílias, 2018. p. 163 a 178.

MACEDO, José Rivair. **A Mulher na Idade Média**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MARTINS, Vanessa Machado; BARTILOTTI, Carolina Bunn. “Acabou Comigo como Pessoa”. A caracterização da violência doméstica a partir da percepção de mulheres violentadas. **Revista Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Vol. 16 N. 108, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO

Talía Esther Wachholz Rockenbach¹

Thalia Staddler Fridrichs²

Gabriel Henrique Hartmann³

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa tem-se o tema dano moral por abandono afetivo. Como delimitação da temática, busca-se analisar a (in)eficácia da monetização dos resultados por abandono afetivo, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Dessa forma, questiona-se: de que forma deve ser responsabilizado efetivamente o causador do dano moral por abandono afetivo? A monetização pelo dano moral, é (in)eficaz às consequências psicológicas causadas?

O estudo identifica o abandono afetivo como causa de dano moral, destacando a importância das emoções na vida de uma pessoa e o impacto negativo que a falta dessa ligação pode ter no seu desenvolvimento e bem-estar. O tema dano moral decorrente de abandono afetivo é complexo e polêmico na Justiça. Ademais, destacamos a monetização como forma de amenizar o dano, qual o entendimento da justiça em cada caso.

1 METODOLOGIA

A pesquisa é bibliográfica jurisprudencial, trata-se, também de uma pesquisa qualitativa, porque buscou-se a exploração de representações sociais sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Dano moral é um conceito jurídico que se refere ao prejuízo que uma pessoa sofre em sua honra, dignidade ou intimidade. No abandono afetivo, o dano moral é causado pelo sofrimento e também, pela ausência de convívio, de apoio emocional e de participação na vida do indivíduo. Essa situação pode gerar consequências negativas para a saúde mental e emocional, capaz de afetar seu desenvolvimento e bem-estar (Garrot; Keitel, 2015).

A teoria do dano existencial busca explicar, e argumenta que o dano moral não se restringe apenas aos danos patrimoniais ou físicos, mas também inclui danos à própria existência da pessoa, como a privação do afeto e a convivência familiar. A teoria da responsabilidade civil também se aplica ao abandono afetivo, que defende que a pessoa que abandona um ente querido deve ser responsabilizada pelos danos causados ao indivíduo abandonado (Garrot; Keitel, 2015).

¹ Acadêmica do curso de Direito – 2º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. thaliastaddler@gmail.com

² Acadêmica do curso de Direito – 2º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. talia9828@gmail.com

³ Mestre em Direito pelo do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito (URI). Pós-graduado em Direito Previdenciário (EBRADI). Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Professor da Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA). Advogado. gabrielh.hartmann@hotmail.com. Orientador.

Do ponto de vista do reconhecimento jurídico, quanto ao abandono afetivo, ainda é objeto de debate nos tribunais, gera controvérsia a questão da sua monetização. Alguns tribunais têm reconhecido o direito da pessoa abandonada a receber uma indenização por danos morais, enquanto outros entendem que o afeto não pode ser imposto por decisão judicial (Garrot; Keitel, 2015). Nesse sentido, descreve-se a compreensão do egrégio Tribunal de justiça do Rio Grande do Sul:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES E ABANDONO AFETIVO E DEVOLUÇÃO APÓS ADOÇÃO. INFANTES QUE, APÓS 06 (SEIS) ANOS DE CONVIVÊNCIA, FORAM ABANDONADOS. PODER FAMILIAR DESTITUÍDO. RETORNO DOS MENORES A SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. INDENIZAÇÃO PLAUSÍVEL CONSTATADO O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CULPA DOS GENITORES/ADOTANTES E O DANO CAUSADOS ÀS CRIANÇAS. A INTENÇÃO DE ADOÇÃO EXIGE CAUTELA, UMA VEZ QUE FILHOS NÃO SÃO MERCADORIA, SEJAM ELES BIOLÓGICOS OU NÃO, CABENDO AOS SEUS GUARDIÕES O DEVER DE ASSISTIR, CRIAR E EDUCAR, PROPORCIONANDO-LHES CONFORTO MATERIAL E MORAL, ALÉM DE ZELAR PELA SUA SEGURANÇA, DENTRE OUTRAS OBRIGAÇÕES. O LAMENTÁVEL, NA CASUÍSTICA, ABANDONO DOS TRÊS IRMÃOS MENORES DE IDADE PELA FAMÍLIA APÓS SEIS ANOS DE SEREM ADOTADOS, EM RAZÃO DA SEPARAÇÃO DO CASAL, NÃO É, PARA LONGE DE SER, MOTIVO ABONATÓRIO. OS DANOS PSICOLÓGICOS OCASIONADOS AOS MENORES SERÃO, SEM DÚVIDA, AGRAVADOS COM O RETORNO DA SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO, QUE JÁ OCORREU, COM O INFELIZ DESFECHÓ DE QUE, AGORA, TIVERAM EXPERIENCIADA UMA IDEIA DE FAMÍLIA E AMOR QUE NÃO CONDIZ COM O QUE ESPERAVAM. PARA ALÉM DISSO: TERÃO DIFICULDADE EM ENCONTRAR UMA FAMÍLIA QUE LHES QUEIRA ADOTAR, EM CONJUNTO, SOBRETUDO EM RAZÃO DAS IDADES PRÓXIMAS À MAIORIDADE. ASSIM, OS SOFRIMENTOS IMPINGIDOS EM RAZÃO DO SEGUNDO ABANDONO LHES SÃO PASSÍVEIS DE INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA, ESTABELECIDA NA SENTENÇA EM R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS) PARA CADA FILHO, DEVENDO SER ARCADO EM 50% PARA CADA PARTE. APELO DESPROVIDO (Rio Grande Do Sul, 2023A).

APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR ABANDONO AFETIVO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE ABANDONO AFETIVO PATERNO. MENOR COM 03 (TRÊS) ANOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO FATO LESIVO, DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ALEGADO FATO E O AGENTE DA CONDUTA. INEXISTÊNCIA DE AFETO QUE, POR SI SÓ, NÃO SE MOSTRA CAPAZ DE COLORIR A FIGURA DOS DANOS MORAIS, PASSÍVEIS DE INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE DE RESGATE DESTEELO. SENTENÇA MANTIDA. NÃO SE DESCONHECE DOS DIREITOS E DEVERES INERENTES AO PODER FAMILIAR, ENTRE ELES O DESUSTENTO, CRIAÇÃO E EDUCAÇÃO DOS FILHOS. IGUALMENTE NÃO SE OLVIDA O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR PREVISTO NO ART. 227 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. TODAVIA, A AUSÊNCIA DE AFETO, DE RELAÇÃO PATERNO AFETIVA, POR SI SÓ, NÃO CONDUZ AO DEVER DE INDENIZAR. A RELAÇÃO ENTRE AMBOS É PREMATURAMENTE JOVEM PARA QUE SE DIGA NÃO HAVEREM SIDO CUMPRIDOS OS DEVERES DE PAI PARA COM FILHO, HAJA VISTA POSSUIR O MENOR 03 (TRÊS)

ANOS, E A ALEGAÇÃO, NOS AUTOS, DE QUE O AFASTAMENTO OCORREU APÓS A SEPARAÇÃO COM A GENITORA. HÁ MUITO, MUITO TEMPO PARA QUE POSSA OCORRER O RESGATE DESTES ELOS. AO QUE PARECE, É MAIS O INTENTO DA GENITORA EM VER-SE INDENIZADA, EM NOME DO FILHO, DO QUE O PRÓPRIO FILHO, QUE POUCO ENTENDE DAS COISAS. DITO ISSO, NÃO HAVENDO COMPROVAÇÃO DA CONDUTA ILÍCITA DO DEMANDADO QUE PUDESSE DAR ENSEJO À OBRIGAÇÃO DE REPARAR O FILHO, SEQUER, INCLUSIVE, HAVENDO PROVA A RESPEITO DO DANO POR ELE SUPOSTO, NÃO MERECE REFORMAS O DECISUM QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO. PRECEDENTES. APELO DESPROVIDO (Rio Grande do Sul, 2023B).

O artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente retrata que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990). No mesmo sentido, o artigo 1638 do Código Civil:

Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:

I - castigar imoderadamente o filho;

II- deixar o filho em abandono;

III- praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;

IV- incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

V - entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção (Brasil, 2002).

De fato, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil busca conferir punições para os pais ou responsáveis que negligenciem, discriminem, ou que ajam com violência e crueldade contra crianças e adolescentes, com possibilidade de suspensão ou exclusão do poder familiar (Brasil, 1990).

O abandono não só se refere à falta de suprimento material das necessidades da criança, como também, é considerado uma forma de violação dos direitos fundamentais da criança, sendo essencial o afeto para o desenvolvimento emocional e psicológico. Dessa forma, qualquer omissão ou negligência que demonstre o desamparo caracteriza-se como abandono, submetendo o responsável a punições na forma da lei (Brasil, 1990).

3 ANÁLISE

A primeira apelação cível supramencionada, trata-se de ação de indenização por danos morais decorrentes de abandono afetivo, de três irmãos infantes, que após 06 (seis) anos de convivência foram abandonados. O poder familiar dos genitores para com os adotantes foi destituído e os menores retornaram a uma situação de acolhimento institucional (Rio Grande Do Sul, 2023A).

A decisão reconhece o nexo de causalidade entre a culpa dos pais e os danos causados às crianças, sendo plausível a concessão de indenização, fixado o valor de R\$ 300.000,00, dividido igualmente entre os três irmãos. A apelação é desprovida, onde confirmou-se a sentença nesse sentido. O abandono dos três irmãos menores de idade pela família não é justificável e constitui uma conduta reprovável, o que significa que a decisão inicial do tribunal é mantida e as crianças não receberão a

compensação financeira (Rio Grande Do Sul, 2023A).

No segundo exemplo da ação indenizatória por abandono afetivo, em que o caso concreto trata acerca de ação de danos morais por ausência de afeto paterno. O apelante buscava reverter a sentença que julgou improcedente o pedido de indenização, entretanto, não foi comprovada a conduta ilícita do demandado, nem a existência de dano sofrido. Devido à tenra idade da criança, a compensação financeira não seria efetiva, dado que não compreenderia totalmente a situação (Rio GrandeDo Sul, 2023B).

Nos casos acima referidos, a discussão é sobre como as crianças se sentem em relação ao seu crescimento longe dos pais/genitores, com as devidas particularidades de cada caso, sendo que no primeiro caso as crianças já têm um entendimento um pouco maior sobre o abandono, enquanto no segundo caso a criança ainda não sente tanto a falta de afeto e não se tem conhecimento do abandono, pelo fato de ser muito nova. Ambos os casos foram entendidos como injustificáveis e desprovidos de indenização.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o dano moral por abandono afetivo é um tema complexo, que envolve a análise da eficácia da monetização dos resultados no Tribunais de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Ao examinar cada caso apresentado, percebe-se que as decisões do tribunal variaram, e geram assim, controvérsia sobre a possibilidade de monetização do dano moral e sua eficácia em relação às consequências psicológicas causadas pelo abandono afetivo.

Existem casos em que os tribunais não reconhecem o direito à indenização por abandono afetivo, onde não se tem nexos de causalidade entre a culpa dos genitores e os danos causados às crianças. Por hora, existem certos casos onde responsabiliza-se o causador do dano e torna-se possível atenuar a dor, o sofrimento e os transtornos psicológicos sofridos pelas crianças. Esses casos demonstram uma compreensão ampla do dano moral e reconhecem que a ausência de afeto pode gerar consequências negativas no desenvolvimento e bem-estar do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em: 16 abr. 2023.

GARROT, Tamis Schons; KEITEL, Ângela Simone Pires. Abandono afetivo e a obrigação de indenizar. In: **Instituto Brasileiro De Direito De Família (IBDFAM)**, 26jun. 2015. Disponível em:
<<https://ibdfam.org.br/artigos/1048/Abandono+afetivo+e+a+obriga%C3%A7%C3%A3o+de+indenizar>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Apelação Cível nº 50046024920218210002**, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mauro Caum Gonçalves, Julgado em: 20 abr. 2023, Publicação: 24 abr. 2023. Acesso em: 04 maio 2023

RIO GRANDE DO SUL. **Apelação Cível nº 50035337320198210059**. Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mauro Caum Gonçalves, Julgado em: 09 fev. 2023, Publicação em: 10 fev. 2023. Disponível em:
<https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=danos+morais+por+abandono+afetivo&conteudo_busca=ementa_completa>. Acesso em: 06 maio 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em:
<https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=danos+morais+por+abandono+afetivo&conteudo_busca=ementa_completa>. Acesso em: 06 maio 2023.

A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL

Michele Luana Feltes¹
Vitória Tormohlen²
Rosmeri Radke³

INTRODUÇÃO

O tema do presente estudo consiste em analisar os aspectos que possibilitam a adesão à recuperação judicial do produtor rural, seja pessoa jurídica ou pessoa física, esta última a partir das alterações introduzidas pela Lei Nº 14.112 de 24 de dezembro de 2020. O objetivo geral consiste em analisar indicadores históricos dos pedidos e deferimentos de recuperação judicial de produtores rurais e os requisitos exigidos para seu enquadramento no processo de recuperação judicial, com atenção também aos créditos passíveis de renegociação no plano de recuperação.

Com as alterações introduzidas em 2020 na Lei 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, inaugura-se uma nova concepção de empresário rural e requisitos de adesão ao instituto da recuperação judicial. Tais modificações ampliaram a possibilidade de adesão à medida pelo produtor rural pessoa física e os meios de comprovação do tempo de atividade.

A presente temática se revela oportuna à pesquisa, pois através do estudo epistemológico é possível lastrear as possibilidades dispostas aos produtores rurais a despeito da possibilidade de adesão ao benefício da recuperação judicial, assim como conhecer os créditos passíveis de compor o plano de recuperação judicial. Dessa forma, por meio desta pesquisa aborda-se a instrumentalização da recuperação judicial do produtor rural que se encontra em desequilíbrio econômico-financeira de seu negócio.

1 METODOLOGIA

A recuperação judicial consiste em um importante mecanismo para sanar eventuais crises das atividades rurais. Para tanto, a presente pesquisa caracteriza-se como teórica, pautada em obras bibliográficas de autores especializados na matéria, para a abordagem da temática.

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva, que na visão de Silva e Menezes, “[...] visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Pós-Graduação MBA em Auditoria e Perícia. Acadêmica do Curso de Direito – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. michele.feltes@yahoo.com.br.

² Acadêmica do Curso de Direito – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. vitoriatormohlen@gmail.com.

³ Orientadora. Docente do Curso de Direito, Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Integradas da Fundação Educacional Machado de Assis – FEMa. Graduada em Direito. Especialista em Novos Direitos na Sociedade Globalizada, Mestre em Docência Universitária. rosmeri_cancian@hotmail.com

técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática” (Silva; Menezes, 2000, p. 21).

Quanto ao processo de pesquisa ela é quali-quantitativa. De acordo com Silva, a pesquisa quantitativa, “[...] significa quantificar opiniões, dados, na forma de coleta de dados” (Silva, 2008, p. 28). Já a pesquisa qualitativa na concepção de Vianna analisa “[...] cada situação a partir de dados descritivos, buscando identificar relações, causas, efeitos, consequências, opiniões, significados, categorias [...] necessários à compreensão da realidade estudada e que, geralmente, envolve múltiplos aspectos” (Vianna, 2001, p. 122).

Dessa forma, são analisados dados disponibilizados pela Serasa *Experian*, a despeito dos pedidos e deferimentos de recuperação judicial do setor primário, bem como os créditos passíveis de serem contemplados no plano de recuperação judicial. Abordam-se, de forma mais detalhada, as inovações da legislação quanto à recuperação judicial do produtor rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A recuperação judicial é um importante mecanismo atrelado a função social das empresas, visto que por meio das atividades econômicas desenvolvidas, geram-se empregos, renda e desenvolvimento da sociedade. No que tange a recuperação judicial do produtor rural, houve no ano de 2020, através da Lei 14.112, mudanças significativas para enquadramento na recuperação judicial do produtor rural, em especial a inclusão de pessoas físicas que poderão formular pedido de recuperação judicial. Segundo Martins e Ricupero:

Na esteira de reforma legislativa um pouco anterior, introduzida pela Lei 13.986/2020 (“Lei do Agro”), que teve o propósito de conferir maior segurança jurídica às operações no setor rural e ampliar o acesso ao financiamento das atividades rurais, a reforma da LRF, instituída pela Lei 14.112/2020 (“Reforma”), também buscou conferir maior segurança jurídica aos negócios celebrados com produtores rurais por meio da inserção na LRF de dispositivos específicos relativos à recuperação judicial do produtor rural (Martins; Ricupero, 2021, p. 376).

Segundo Costa, a recuperação judicial é devida quando uma empresa deixa de honrar as dívidas contraídas perante seus credores, e pede judicialmente permissão para renegociar essas dívidas. Tal renegociação ocorre por intermédio de dilatação de prazos, descontos, a fim de superar a crise econômico-financeira. Para que seja deferida a recuperação judicial é necessário a aprovação em assembleia de credores, tendo como escopo evitar a falência da empresa, evitando assim prejuízos ainda maiores aos credores (Costa *apud* Santos e Grosseli, 2021). No que se refere a definição de produtor rural, Richardson conceitua:

Produtor rural é toda pessoa física ou jurídica que realiza atividades agropecuárias, silviculturas, pesqueiras ou que realiza a extração sustentável com fins econômicos e de subsistência em área urbana ou rural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário (Richardson, 2023, p.1).

Conforme pesquisa publicada pela Jacto Agrícola junto ao site G1, o clima, as pragas e a falta de mão de obra estão entre os problemas mais citados pelos produtores rurais, para justificar a crise, no Brasil. Não deixando de lado a grande dificuldade em encontrar mão de obra, as pragas e doenças é que ruminam as plantações (Jacto Agrícola, 2019).

Problemas com o clima preocupa 24% dos abordados na pesquisa, seguido de 11% que citam pragas e doenças como desafio a ser superado e escassez de mão de obra, também com 11% das citações. Entre outras preocupações estão questões relacionadas à logística e armazenagem (Jacto Agrícola, 2019, p. 1).

Devido a esses demais problemas que afetam a atividade econômica do setor primário, muitos produtores rurais acabaram entrando em estado de insolvência e graves problemas econômico-financeiros. Desse modo, para enfrentar as dificuldades, os produtores possuem a opção de requerer o pedido de recuperação judicial.

A Lei 11.101/2005 apresentava lacunas sobre a acessibilidade do produtor rural à recuperação judicial, situação que foi resolvida com a alteração de 2020. O produtor rural pessoa jurídica pode usar, para comprovar o tempo de atividade, a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir a ECF, desde que entregues tempestivamente. A respeito do produtor rural pessoa física, foi inserido pela nova Lei o parágrafo 3º, que estabelece que a documentação para comprovação do tempo de atividade pelo produtor pessoa física podem ser o Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente (Brasil, 2005).

O produtor rural pode requerer sua recuperação pelo plano especial, disponível para micro e pequenas empresas. Dispõem a Lei 11.101/2005 em seu Art. 70-A que, “O produtor rural de que trata o § 3º do art. 48 desta Lei poderá apresentar plano especial de recuperação judicial, nos termos desta Seção, desde que o valor da causa não exceda a R\$ 4.800.000,00” (Brasil, 2005). Portanto, caso enquadrado no dispositivo acima, o produtor rural possui condições especiais de requerer a recuperação judicial, de um modo muito mais simplificado.

Conforme publicação do Canal Rural, podem ser objeto de inclusão no pedido de recuperação judicial os créditos, mesmo que não vencidos, que sejam exclusivos da atividade rural, bem como registrados em documentos hábeis. Incluem-se cédulas de produtor rural de liquidação financeira. Não se incluem no plano de recuperação judicial os créditos rurais oficiais que dispõem de juros controlados através de subsídios do governo, bem como aquelas dívidas contraídas com aquisição de propriedades rurais no prazo de até três anos antes da solicitação da recuperação judicial. Outrossim, não se incluem no pedido contratos firmados entre cooperativas e cooperados, e cédulas de produtor rural de liquidação física, seja por antecipação de preço quanto as de operação de negociação entre produtor e empresa de insumo (Canal Rural, 2020).

3 ANÁLISE

Com intuito de ilustrar a importância da recuperação judicial para o produtor rural, utiliza-se os indicadores do Serasa Experian, a fim de demonstrar a importância social de sua disponibilização como ferramenta de superação da crise econômico-financeira. A seguir segue ilustração 01 dos dados do ano de 2020 até agosto do ano de 2023:

Ilustração 01: Pedidos de Recuperação Judicial Setor Primário

ANO	PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL REQUERIDOS	PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DEFERIDOS	FALENCIAS DECRETADAS
2020	109	124	9
2021	90	106	3
2022	70	92	4
2023 (até ago)	61	58	31
TOTAL	330	380	47

Fonte: Serasa Experian (2023).

Extrai-se da ilustração 01, que os pedidos de recuperação judicial do setor primário são expressivos no Brasil, mantendo-se em uma continuidade ao longo dos anos, havendo um grande número de deferimentos para sua concessão, ou seja, foram deferidos 380 (trezentos e oitenta) pedidos de recuperação judicial ao setor primário entre o ano de 2020 e agosto de 2023. Também, observa-se baixo número de falências decretadas – menos de 13% no período analisado -, quando comparado com os pedidos de recuperação judicial deferidos.

Assim, resta demonstrado que o mecanismo de recuperação judicial posto à disposição do empresário do campo mostra-se bastante eficiente. Além do mais, por meio da retomada e do fôlego a esses negócios, cumpre-se a função social perante a sociedade, através da manutenção da geração de empregos, alimentos, economia, e demais benefícios.

CONCLUSÃO

O presente estudo propiciou uma análise frente as novas alterações introduzidas pela Lei 14.112/2020 no tocante a recuperação judicial do produtor rural. Salienta-se que a propriedade rural é um direito fundamental do homem, que por intermédio de seu cultivo promove a função social dentro da sociedade.

Depreende-se através da análise dos dados extraídos do Serasa Experian que há uma grande adesão por parte dos produtores rurais aos pedidos de recuperação judicial de seus negócios. Em comparação aos pedidos deferidos de recuperação judicial ao setor primário, observa-se que menos de 13% decretaram falência entre o ano de 2020 e agosto de 2023.

Conclui-se que as dívidas que abrangem o plano de recuperação judicial não são irrestritas. Tais, devem estar vinculadas a atividade primária, bem como observar os requisitos impostos para incorporarem ao benefício de recuperação judicial.

Através deste estudo busca-se fomentar futuros trabalhos para uma análise mais aprofundada dos fatores que desencadeiam os pedidos de recuperação judicial dos produtores rurais, como também, identificar pontos relevantes da legislação que poderiam ser matéria de reformulação legislativa. Pretende-se por meio desta pesquisa demonstrar a importância do instituto, objeto deste estudo, tanto para recuperação do produtor rural, como para proteger os interesses de seus credores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.101**, de 09 de fevereiro de 2005. Disponível em: <planalto.gov.br>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 14.112**, de 24 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14112.htm>. Acesso em: 04 nov. 2023.

CAAL RURAL. **Entenda as Regras Propostas para Recuperação Judicial de Produtores Rurais**. Disponível em: <canalrural.com.br>. Acesso em: 04 nov. 2023.

JACTO AGRÍCOLA. **Pesquisa Aponta os Principais Desafios Enfrentados pelo Produtor Rural no Brasil**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/especial-publicitario/jacto-agricola/noticia/2019/05/27/pesquisa-aponta-os-principais-desafios-enfrentados-pelo-produtor-rural-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

MARTINS, André, C. RICUPERO, Marcelo Sampaio Goés. **Nova Lei de Recuperação Judicial**. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586618839/pageid/376>>. Acesso em: 02 de nov. 2023.

NETO, Geraldo Fonseca de B. **Reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falência - Comentada e Comparada**. Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994167/epubcfi/6/26\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml12\]!/4](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994167/epubcfi/6/26[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml12]!/4)>. Acesso em: 03 de nov. 2023.

RICHARDSON, Maikon. **Saiba Tudo Sobre Como Ser Um Produtor Rural Legalizado**. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/como-ser-um-produtor-rural-legalizado>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SANTOS, Manoel Vicente dos; GROSSELI, Grasiela. **Recuperação Judicial do Produtor Rural**: a recuperação judicial do produtor rural diante da exigência de regularidade de inscrição dos atos constitutivos. 2023. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/20041/1/Manoel%20Vicente%20dos%20Santos%20-%20DIR5BN-AGA.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SERASA EXPERIAN. **Indicadores Econômicos**: recuperações judiciais. Disponível em <<https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos/>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

VIANNA, Ilca Oliveira de A. **Metodologia do Trabalho Científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA ARGUIÇÃO DA TESE DE LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA NOS CRIMES DE FEMINICÍDIO

Angélica Patrícia Hoffmann¹
Renata Lukrafka Kowalczuk²
Luiz Alberto Brasil Simões Pires Filho³

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a tese da legítima defesa da honra e, mais especificamente, a aplicação desta nos crimes de feminicídio. Ao analisar sua arguição em razão de adultério cometido pela esposa ou companheira, percebe-se, a primeira vista, uma forte influência do machismo estrutural presente na sociedade brasileiro e, além disso, um embate categórico de princípios, especialmente a dignidade da pessoa humana e a plenitude de defesa.

Objetiva-se, portanto, apresentar e explicar a tese da legítima defesa da honra, bem como caracterizar o tipo penal feminicídio. A partir disso, espera-se informar a respeito da recente decisão do STF que afastou a aplicabilidade da tese, de maneira a informar os (futuros) operadores do direito desta interpretação legal. Justifica-se a escolha do tema a fim de dar visibilidade ao tema, para viabilizar a busca por igualdade, justiça e liberdade na sociedade brasileira.

1 METODOLOGIA

A seguinte pesquisa é de cunho teórico, de natureza qualitativa, com fins explicativos. Justifica-se a elaboração desta pelos fins de ampliar a visão da sociedade e, especialmente, de juristas e futuros juristas, à questão da aplicabilidade da tese de legítima defesa da honra nos crimes de feminicídio sob a justificativa de adultério, através de uma análise crítica do embate entre dois princípios do direito, para viabilizar a busca por igualdade, justiça e liberdade na sociedade brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Preceitua o art. 23, do Código Penal, em seu inciso II, ser a legítima defesa a causa de exclusão da ilicitude. Nucci define a legítima defesa como “a defesa necessária empreendida contra agressão injusta, atual ou iminente, contra direito próprio ou de terceiro, usando, para tanto, moderadamente, os meios necessários” (Nucci, 2023, p. 411).

Para que reste caracterizado o supracitado instituto, é necessário o atendimento aos seguintes elementos: injusta agressão, entendida como ato humano; meios necessários, desde que necessários e suficientes para repelir a agressão;

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. angelicapatriciahoffmann0@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. renatalkowalczuk@gmail.com

³ Mestre em Direito pela URI. Advogado. Prof. do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. piresfilho@hotmail.com

moderação, de forma a evitar a incorrência em excesso, vedado pelo parágrafo único do art. 23, do CP; atualidade e iminência da agressão; própria, quando o agente defende seus próprios bens (materiais ou não), ou de terceiros, desde que se trate de bem indisponível (Greco, 2021).

Quanto a esta temática, existe uma modalidade de legítima defesa sobre a qual paira certa polêmica: a legítima defesa da honra. Apesar de ser pacífico que todos os bens podem ser legitimamente defendidos por seus titulares, há de se ponderar sobre a razoabilidade dos meios utilizados como defesa nesses casos, especialmente quando a justificativa dessa (contra)agressão é um adultério cometido por uma mulher (Nucci, 2023).

É cediço que a sociedade brasileira é norteada pelo machismo estrutural, que, desde os primórdios, alocou a mulher em uma posição de submissão em relação aos homens. Logo, sendo considerada propriedade de seu marido, naturalizou-se o direito de vingança quando da ocorrência de traição, que perpetua-se até a atualidade, sob o rótulo da legítima defesa da honra (Correa, s.d.).

Tanto se comprova com o fato de que, enquanto estavam em vigência as legislações penais do Império, de 1830, e da República, de 1890, ainda que sem haver previsão expressa, era plenamente tolerado que o adultério fosse punido com a morte. A diferença, porém, era que, enquanto, no caso de traição praticada pelo homem era necessário que se provasse relação duradoura e estável, para a mulher bastava mera presunção de de sua ocorrência, ressaltando a diferença de tratamento de gêneros perante a sociedade (Brasil, 2023).

Diante desse cenário, evidencia-se que, em sua maioria absoluta, a legítima defesa da honra era aplicada em casos de feminicídio ou agressões contra a mulher, especialmente no âmbito da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), como se exemplifica pelo caso Ângela Diniz¹. O feminicídio, previsto no inciso IV, § 2º, do art. 121, do CP, como forma qualificada do crime de homicídio, é definido como “[...]o homicídio praticado contra a mulher em casos de (a) violência doméstica e familiar (§ 2º-A, I) ou em razão de (b) menosprezo ou discriminação à condição do sexo feminino (§ 2º-A, II)” (Delmanto *et al.*, 2022, p. 408).

Assim sendo, com base no preconceito estrutural que envolve a sociedade brasileira, justifica-se a prática de crimes que subjagam a mulher perante o homem. Assim, torna-se evidente que a tese da legítima defesa da honra é contrária a direitos fundamentais previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil, em especial à dignidade da pessoa humana², extensível à mulher, conforme o art. 3º, inciso IV, da CRFB (Castro; Cirino, 2021).

¹ “Ângela Diniz era uma socialite mineira, muito famosa por sua beleza e agitada vida social, que em muito mexia com a conservadora sociedade da época. Tratava-se de figura com projeção midiática relativamente alta, tendo seu nome associado a grandes eventos e escândalos. Ângela foi assassinada no dia 30 de dezembro de 1976, às 20 horas, em sua casa de veraneio, localizada na Praia dos Ossos, em Búzios, no Rio de Janeiro, quando foi sustentada em plenário pelo advogado de defesa Paulo José da Costa Júnior, sendo a Sessão do Júri amplamente divulgada pela mídia na época” (Santos; Macedo, 2022, p. 13).

² “A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos

Diante de tais considerações iniciais, segue-se à análise da ADPF 779, que decidiu em conformidade com o entendimento acima exarado.

3 ANÁLISE

Inicialmente, faz-se salutar mencionar que o Supremo Tribunal Federal decidiu, em votação unânime, que a tese de legítima defesa honra é inconstitucional e não pode ser utilizada nos julgamentos dos casos de feminicídio, por violar os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero. Além disso, a decisão estabelece expressamente o entendimento conforme a constituição no sentido de que a mera alegação a fase processual ou pré-processual da legítima defesa da honra, feita de forma direta ou indireta, ou de argumento similar que a remeta, é inconstitucional, devendo os atos processuais circundantes de tal alegação serem declarados nulos (Brasil, 2023).

Destarte, o princípio da plenitude de defesa e soberania dos veredictos na posição de justificadores do atributo da legítima defesa da honra teria como uma função “[...] ultrajante de salvaguardar a prática ilícita do feminicídio ou de qualquer outra forma de violência contra a mulher, o que é inaceitável em um país em que a vida é considerada o bem jurídico mais valioso do Direito” (Brasil, 2023, p. 16).

Ademais, a culpabilização da vítima, nos crimes de violência doméstica pode ser uma estratégia defensiva utilizada para buscar demonstrar uma situação de injusta provocação ou de ato injusto da vítima que tenha motivado o acusado a cometer o delito.

O Tribunal do Júri no Direito Brasileiro, imposto como garantia fundamental e cláusula pétrea da Constituição da República Federativa do Brasil, cuja competência mínima é para crimes dolosos contra a vida, rege-se pelos princípios da soberania do veredicto, plenitude de defesa e do sigilo das votações. A plenitude de defesa ultrapassa a ampla defesa, assegurando ao acusado uma defesa técnica irretocável. Além de que o réu terá direito a uma autodefesa, por meio de seu interrogatório, que é levado por meio da apreciação do corpo de jurados, formados por pessoas leigas, por meio de quesitos elaborados pelo juiz-presidente, mesmo que de alguma tese defensiva por ele sustentada não tenha sido utilizada e desenvolvida pelo advogado nos debates orais (Azevedo; Cirino, 2022).

Outrossim, a limitação das tese defensivas implica diretamente na redução da plenitude de defesa, o que pode ser justificado na hipótese específica da legítima defesa da honra em casos de feminicídio, em virtude da prevalência dos princípios da dignidade humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero. Contudo, a limitação da plenitude de defesa exercida pelo defensor não se estende à palavra do réu quando este, exercendo seu direito de ser ouvido, é livre para manifestar-se e exercer seu direito a autodefesa, de modo que não cabe ao juiz-presidente do Júri reprimir a expressão do imputado aos seus pares.

Durante o interrogatório, se o réu confessar, ele terá direito a expor sua versão dos fatos, indicando sua motivação, quando fará menção à traição ou ao rompimento do relacionamento amoroso, se for o caso. A motivação do delito cometido é

direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos e a busca ao Direito à Felicidade” (Moraes, 2022, p. 18).

circunstância que precisa ser esclarecida durante o plenário, eis que detém reflexos na aplicação da pena.

O uso da expressão legítima defesa da honra pode ser vetado em plenário, de modo que, se o defensor fizer referência a ela, o juiz-presidente poderá anular o julgamento e dissolver o conselho de sentença. Se não for feito, posteriormente o próprio julgamento poderá ser anulado pelo respectivo Tribunal, na hipótese de absolvição ou outro resultado que seja desfavorável à parte acusatória, quando a nulidade poderá ser arguida em sede de recurso de apelação.

Os jurados podem absolver ou condenar o acusado de acordo com sua íntima convicção, quer seja, de acordo com quaisquer argumentos lançados em plenário, inclusive os usados pelo próprio réu. Cabendo a eles reconhecer a existência ou não de circunstâncias redutoras da pena, quer seja, relevante valor moral ou social, injusta provocação da vítima, cabendo ao juiz-presidente da sessão realizar a dosimetria da pena.

Dessa maneira, em virtude dessa dinâmica processual, o STF ao proferir uma decisão sobre impossibilidade de alegar legítima defesa da honra, sobrepõe a necessidade protetiva das mulheres em situação de violência doméstica e familiar ao exercício da plenitude de defesa, não prevenindo feminicídio e tampouco condenações. Porém, referido precedente conduz uma importante discussão sobre outras violências por mulheres dentro do Poder Judiciário, como é o caso da vitimização secundária, que são reproduzidas, quando deixamos de problematizar discursos machistas que desde sempre permearam a legislação.

CONCLUSÃO

Por meio da pesquisa anteriormente exposta, buscou-se apresentar a tese da legítima defesa da honra e, mais especificamente, discorrer sobre sua (in)aplicabilidade nos crimes de feminicídio. Ao analisar a arguição desta em razão de adultério cometido pela esposa ou companheira do agressor, percebe-se, à primeira vista, uma forte influência do machismo estrutural presente na sociedade brasileira. Assim, apresentou-se recente decisão do STF para afastar tal argumento no âmbito da defesa de feminicidas.

Concluiu-se, portanto, que, apesar de reconhecer-se a importância do princípio da plenitude da defesa, especialmente nos crimes julgados pelo Tribunal do Júri, como no caso do feminicídio, não se pode evidenciá-lo em face da dignidade da pessoa humana, especialmente considerando que o bem jurídico vida se sobrepõe ao bem jurídico honra. Ademais, esse é um importante passo para o alcance da igualdade entre gêneros e a superação do machismo no Brasil.

Faz-se importante prosseguir na uniformização das decisões de tribunais de justiça brasileiros, a fim de que seja pacificada a inaplicabilidade da tese da legítima defesa da honra nos crimes de feminicídio. Espera-se que, futuramente, possamos encontrar uma sociedade justa e igualitária, onde todos possam viver suas vidas com a dignidade que é garantida pela Constituição.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 779**. 1º de agosto de 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ADPF%20779%20(1).pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- CASTRO, Bruna de Azevedo; CIRINO, Samia Moda. **Por Epistemologias Feministas na Formação de Profissionais do Direito**: análise a partir da tese da legítima defesa da honra nos casos de feminicídio. Belo Horizonte: Rev. Fac. Direito UFMG, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/POR%20EPISTEMOLOGIAS%20FEMINISTAS%20NA%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20(1)%20(1).pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- CORREA, Mariza. **Bolero de Machão só se Canta na Prisão**. S.d. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/bolero%20de%20mach%C3%A3o%20s%C3%B3%20se%20canta%20na%20pris%C3%A3o%20(1).pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto; JUNIOR, Roberto D.; *et al.* **Código Penal Comentado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786555593914. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593914/>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788530993412. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993412/>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. Barueri: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771868. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Penal**: parte geral - arts. 1º a 120. v.1. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646852. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646852/>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- SANTOS, Ana Beatriz da Silva Corlet dos; MACEDO, Myrella Biatríz de Souza. **Uso da Tese da Legítima Defesa da Honra nos Crimes de Feminicídio**. Natal: Universidade Potiguar, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/24250/1/TCC%20USO%20DA%20TESE%20DA%20LEG%C3%8DTIMA%20DEFESA%20DA%20HONRA%20NOS%20CRIMES%20DE%20FEMINIC%C3%8DDIO%20%281%29.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Pedro Augusto Alencastro dos Santos¹
Vinícius Augusto Dhein²
Roberto Pozzebon³

INTRODUÇÃO

A produção antecipada de provas é reconhecida como um processo autônomo que permite a tutela do direito à prova, sendo identificada como um procedimento próprio para o reconhecimento da prova. Esse procedimento é frequentemente utilizado em sistemas jurídicos onde é crucial proteger a integridade das provas ou quando há um risco de que as evidências possam ser perdidas ou comprometidas com o tempo. O procedimento pode ocorrer em diferentes fases de um processo judicial, mas geralmente acontece antes do início formal do julgamento, como uma ação independente, proposta de forma autônoma. É meio hábil para a produção do direito concreto, visando proporcionar a solução de um litígio.

O meio de realizar a produção antecipada de provas se dá por petição inicial, desde que atendidos os requisitos do artigo 319 do CPC, no entanto, se ocorrer no curso do processo, se provoca por uma petição simples, de maneira que comprove a necessidade.

Nessa senda, o presente resumo analisará como o atual CPC traz para o mundo jurídico a produção antecipada de provas tanto antes do início de um processo, como no seu curso e de forma autônoma, podendo ser requerido em diversas maneiras, tendo como requisitos aqueles previstos no art. 381, do referido código enquanto um instrumento fundamental para proporcionar segurança à pretensão.

Mediante o exposto e levando em consideração a importância da utilização dos meios de antecipação de prova no processo civil brasileiro, no contexto atual, surge-se a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre o assunto, vez que sua utilização pode garantir a solução do litígio de forma mais eficaz, colaborando com a celeridade processual.

1 METODOLOGIA:

A pesquisa é de cunho teórico, de natureza qualitativa, com fins explicativos. Justifica-se a elaboração desta, pelo procedimento de produção antecipada de provas, a qual está voltada à tutela do direito à prova, que é reconhecida como um procedimento autônomo para identificação do reconhecimento da prova.

¹ Acadêmico do Curso de Direito - 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. pedro-dossantos11@outlook.com

² Acadêmico do Curso de Direito – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. viniuciaugustodhein@gmail.com

³ Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Mestre em Direito. Professor no Curso de Direito da Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA – Santa Rosa/RS. Orientador.robertopzbn@gmail.com

2 A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS:

Nos artigos 381 a 383 o Código de Processo Civil regula o procedimento que permite ao interessado do litígio produzir e utilizar futuramente determinada prova, independentemente de existir ou não um processo principal. Especificamente, a produção antecipada de provas era vista como sendo uma medida cautelar, predisposta a garantir a prova em casos que ela pudesse desaparecer no decorrer do processo, ou algum motivo, ou, ainda, por vontade de umas das partes pudesse derivar o impedimento da produção da prova no momento desejado, sendo este a fase instrutória do processo principal.

Nesse sentido, o objetivo seria não perder a possibilidade de alegar determinado fato em virtude do decorrer do tempo. Portanto, o que se busca não é propriamente a produção de determinada prova, mas sim garantir a utilização dela no futuro.

No sistema adotado pelo Código de Processo Civil, a produção antecipada da prova é compreendida como um processo autônomo, cuja natureza irá depender da existência ou não de um litígio. Essa existência de produção antecipada de prova obriga que seja reconhecida a falta de necessidade de propor uma nova demanda futura. É possível o ajuizamento de ação autônoma de exibição de documentos, sob o rito do procedimento comum, na vigência do Código de Processo Civil de 2015. Nesse sentido Didier Jr. (2015, p. 139) destaca que:

A autonomia do processo de produção antecipada de prova, dispensa, inclusive, a propositura de futura demanda com base na prova que se produziu. A produção da prova pode servir, aliás, exatamente como *contra-estímulo* ao ajuizamento de outra ação; o sujeito percebe que não tem lastro probatório mínimo para isso; nesse sentido, a produção antecipada de prova pode servir como freio à propositura de demandas infundadas (Didier Jr., 2015, p. 139).

O CPC de 2015 permite que se faça a produção antecipada de qualquer prova, salvo a prova documental, cuja sua produção antecipada se dá por meio de ação de exibição. Já o CPC de 1973, não havia essas possibilidades, pois só previa a produção antecipada de prova oral ou pericial.

O código de 1973 previa apenas três tipos de ações probatórias, sendo elas a produção antecipada de provas, que era fundada em urgência e era restringida em prova oral e pericial; a justificação, que dispensava a urgência e se restringia à prova testemunhal e a ação para exibição de documentos. Porém, o CPC de 2015 trouxe um novo viés para a antecipação da prova, podendo ser produzida qualquer tipo de prova independentemente da urgência da demanda.

O parágrafo segundo do artigo 381 do atual código traz a competência da produção antecipada de provas, sendo como de regra o foro onde a prova deve ser produzida e o foro do domicílio do réu. Contudo, esta competência não tem efeito preventivo e a ação principal deve ser proposta de acordo com as regras previstas nos artigos 42 e seguintes do aludido código.

O processo autônomo de produção antecipada de prova possui jurisdição voluntária, por não haver conflito entre as partes adversas, e não é um processo cautelar, por não existir necessidade de alegar urgência. O fato de poder existir conflito

em relação à existência do direito à prova, isso não mudará a sua natureza, visto que é da essência da jurisdição voluntária a existência de litígio. Possui assim, jurisdição voluntária por não haver necessidade de litigiosidade em torno da produção da prova.

O artigo 381 do CPC de 2015 prevê as hipóteses cabíveis para a produção antecipada de provas, sendo elas: a existência de perecimento da prova, a produção da prova que possa viabilizar autocomposição entre as partes e as possibilidades de que a produção da prova justifique ou evite o ajuizamento de uma nova ação. Consolida-se a produção antecipada de provas viável em qualquer caso, devido à vagueza do seu texto e termos utilizados na redação do artigo 381 do CPC de 2015.

3 ANÁLISE:

Podemos destacar, que as provas constituem elementos instrumentais na disputa processual em relação a um litígio. O ato de produzir provas não é a razão de pertencer a uma das partes. A prova pertence ao processo, e o processo se destina a resolver o conflito, por intermédio das normas jurídicas incidentes ao caso.

Em determinados casos, a prova assume papel principal, sendo sua relevância ao processo somada junto à necessidade de ela estar vinculada às partes, e em certa medida ela passa a se tornar definitiva e imutável, justificando que, uma vez observados os devidos pressupostos, a prova passa a se tornar o próprio objeto de um processo judicial. De outro modo, o nosso ordenamento jurídico reconhece que um litígio pode se estabelecer em torno da própria prova, reputando ser importante resolvê-lo em caráter principal, e não como simples providência incidental na essência do processo para a qual essa prova possa ser utilizada.

O código vigente não estipula claramente os procedimentos probatórios que podem ser introduzidos, como trazia o artigo 846 do CPC de 1973. O novo procedimento tem uma abrangência maior, permitindo-lhe adaptar-se às grandes crises jurídicas, bem como às provas que devem ser produzidas.

Tendo em vista o exposto, pode-se salientar que a produção antecipada de provas pode trazer antes do processo, acordo entre as partes quando analisada por elas e acharem possível, não sendo necessária a propositura da ação, ou também, deixar claro que a pretensão almejada pelo autor da demanda, com a realização da produção antecipada, se mostrar impossível, e com isso não propor a ação.

Frente a isso, o procedimento estudado é utilizado para proporcionar maior eficiência e rapidez no julgamento da demanda, vez que em razão da demora para chegar na fase probatória, houver autêntico receio que possa tornar difícil ou até impossível a verificação de determinados fatos no curso da demanda.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou discutir o papel e maneira de aplicar os institutos processuais envolvidos no procedimento de produção antecipada de provas vigentes no nosso ordenamento jurídico.

Foi possível identificar além dos aspectos especificados na doutrina, alusivos ao surgimento de ações probatórias autônomas, no que diz respeito à possibilidade de produção antecipada de provas, por meio de demanda distinta da ação principal.

Buscou-se um quadro conclusivo a ser utilizado como guia para uma das partes que possui o interesse em produzir uma prova antecipadamente.

Assim, considerando as observações supracitadas, fica evidente que o procedimento busca proporcionar a possibilidade de solucionar o processo de forma mais objetiva. Nesse sentido, a prova trás capacidades que se encaixam perfeitamente com a sistemática processual, qualificando as partes na tomada de decisões, trazendo equilíbrio e ponderação para a solução do litígio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.105, de 16 de março de 2015.** Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF. Acesso em: 25 out. 2023.

Brasil. **Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973.** Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, 17 jan. 1973.

DIDIER JR Fredie. BRAGA Paula Sarno. OLIVEIRA Rafael Alexandria De. **Curso de Direito Processual Civil.** Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória. 10^o edição. JusPodivm 2015.

LAMACHIA Claudio Pacheco Prates. BERTOLUCI Marcelo Machado. CANTERJI Rafael Braude. **Novo Código de Processo Civil Anotado.**

RAMOS Vítor de Paula. **O Procedimento de Produção “Antecipada” de Provas Sem Requisito de Urgência no Novo CPC:** a teoria dos jogos e a impossibilidade de acordos sem calculabilidade de riscos. 2017. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/51336510/O_PROCEDIMENTO_DE_PRODUCAO_ANTECIPADA_DE_PROVAS_SEM_REQUISITO_DE_URGENCIA_NO_NOVO_CPC-libre.pdf?1484317739=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_Procedimento_de_Producao_Antecipada_de.pdf&Expires=1698968823&Signature=BaBH2c202AGvs4z-.V41aFh2AP4UTsyuJo5Jgb8luTUdnpMalJlDsYpH-n7Zw1LlGo3BjL0hlgWkktakEKbKMDI6-qzqs24pczABauUuMOsZdFYd9HsYeVZpxM2EyGpBvx2OBIEhQwOy5INr1Cm1Q6~DLK6Rlcpk-tKaaAOWQz73id9q9fG1undQGldzQbgO-HTjlsEmLPp3whmLHM2H-74nrHjCA2dLU9pGyaTsqFc01JdoD9EvjF~Nq9SpC3VIToGzH7YXmo26vT9btnwhP3NleEMEFGuAvBNLkZMIAr5dzVEDxNuN4sRkygHLS9sAPy2y8~O-mJhExnNfabxd7oQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 24 out. 2023.

TALAMINI, Eduardo. **Produção Antecipada de Prova do Código De Processo Civil de 2015.** 2016. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5329217/mod_resource/content/0/TALAMINI%20Eduardo%20%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20antecipada%20de%20prova%20no%20C%C3%B3digo%20de%20Processo%20Civil%20de%202015.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

BREVE ANÁLISE DA (IN)DELEGABILIDADE DO PODER DE POLÍCIA

Eduarda Müller Lauxen¹
Stefani Maria Soares²
Franciele Seger³

INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa é o poder de polícia. A delimitação temática consiste em analisar a Administração Pública enquanto um conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado, detentora de certos poderes necessários para executar suas atividades, dentre os quais destaca-se o poder de polícia. Nesse ínterim, o problema de pesquisa consiste em responder ao seguinte questionamento: em que medida pode ocorrer a delegação do exercício do poder de polícia?

O objetivo geral da pesquisa é analisar a última característica do poder de polícia, a indelegabilidade, sob a perspectiva da Constituição Federal de 1988. Para tanto, abordar-se-á a questão a partir de recente decisão do Supremo Tribunal Federal, o qual apresentou compreensão diversa daquela já pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça, passando, assim, a delegar uma parte maior do poder de Polícia às pessoas jurídicas de Direito Privado.

A pesquisa se justifica porque o poder de polícia é essencial no ramo da Administração Pública, uma vez que possibilita ao Estado regular o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, compreendido nos diversos setores da sociedade, incluindo, entre outros, a segurança, a moral, a saúde, o meio ambiente, a defesa do consumidor, o patrimônio cultural e a propriedade.

1 METODOLOGIA

A presente pesquisa é caracterizada como teórica e qualitativa, sendo realizada por meio de documentação indireta e bibliográfica, com fins exploratórios e descritivos. Os dados fundamentais para este estudo foram coletados através da análise de materiais bibliográficos e de leis pertinentes, desempenhando um papel crucial no aprofundamento e na compreensão do tema em questão.

O método de abordagem é o dedutivo e os métodos de procedimento o histórico e o comparativo, pois primeiro entende-se o que é o poder de polícia para depois compreender o eixo central do trabalho. Este, por sua vez, foi elaborado com análise histórica e comparação das decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

¹ Eduarda Müller Lauxen, acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. eduardamlauxen@gmail.com

² Stefani Maria Soares, acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. soaresstefanimaria@gmail.com

³ Franciele Seger. Orientador(a). Prof.^(a) do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. franci.seger@hotmail.com

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os Poderes da Administração Pública - poder discricionário, poder normativo, poder hierárquico, poder vinculado, poder disciplinar e poder de polícia - são essenciais para seu funcionamento, ou seja, sem os próprios não seria possível estabelecer a ordem do bem-estar social.

Com efeito, destaca-se aqui o poder de polícia, que pode ser descrito como uma atividade estatal que consiste em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Ele contém cinco características: discricionariedade, autoexecutoriedade, coercibilidade, natureza de atividade negativa e indelegabilidade (Di Pietro, 2023).

A discricionariedade refere-se ao poder de escolha da administração de exercer seu poder de polícia. Já a autoexecutoriedade significa que a administração pode tomar decisões e executá-las sem indagar o Poder Judiciário (Filho, 2022). A coercibilidade, conforme o autor Hely Lopes Meirelles, é “a imposição coativa das medidas adotadas pela Administração” (Meirelles, 2003, p. 134). O poder de polícia pode ser caracterizado como uma atividade negativa por impedir ações contrárias ao interesse público, ou até mesmo ilícitos. Por fim, a última particularidade do poder de polícia é a indelegabilidade do mesmo aos particulares, uma vez que esse poder é específico do Estado (Di Pietro, 2023).

Dentro do poder de polícia encontra-se a Polícia Administrativa e a Judiciária. A polícia administrativa atua sobre bens, direitos ou atividades e é regida pelo direito administrativo, em contrapartida, a polícia judiciária é governada pelo direito processual penal e incide sobre as pessoas (Di Pietro, 2023). Assim:

A principal diferença que se costuma apontar entre as duas está no caráter preventivo da polícia administrativa e no repressivo da polícia judiciária. A primeira terá por objetivo impedir as ações antissociais, e a segunda, punir os infratores da lei penal. A diferença não é, no entanto, absoluta [...] (Di Pietro, 2023, p. 164).

No Brasil, o poder de polícia encontra-se positivado no Código Tributário Nacional (CTN), de 1966, em seu artigo 78:

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (Brasil, 1966).

Além disso, conforme o parágrafo único do artigo 78 do CTN, este poder só é regular quando exercido por órgãos competentes no limite da lei, e sem abusos ou desvio de poder (Brasil, 1966). Destarte, para a legislação brasileira, o poder de polícia é a atividade da administração pública que limita o direito, liberdade ou interesse, assim regulando a execução de certos atos que colocam em risco o interesse público, por exemplo: a segurança, a higiene, o mercado e suas atividades econômicas e a

ordem, outrossim, só poderá ser desempenhado por órgãos competentes (Brasil, 1966).

3 ANÁLISE

O poder de polícia é composto por quatro fases, denominado ciclo de polícia. A primeira delas é a fase de ordem, momento em que a administração pública institui as normas que devem ser observadas. A segunda é a de consentimento, essa fase diz respeito a necessidade da aceitação, do abono da administração pública para que os particulares realizem determinadas atividades. A terceira é a de fiscalização, que de modo objetivo, é o controle e a supervisão para que as regras instituídas sejam cumpridas. Por fim, a fase de sanção, sendo a aplicação de uma penalidade em caso de descumprimento de alguma norma (Moreira Neto, 1991).

Para Oliveira “o poder de polícia compreende toda e qualquer atuação estatal restritiva à liberdade e à propriedade que tem por objetivo a satisfação de necessidades coletivas” (Oliveira, 2017, p. 265).

Nesse sentido, Celso Antônio Bandeira de Mello afirma que o poder de polícia se trata de atos jurídicos específicos do poder público, por essa razão não poderia ser delegado. Assim, a sua base é encontrada na supremacia do interesse público sobre o privado, resultando na restrição do exercício de certos direitos individuais em prol do bem comum (Hachem, 2011).

Outrossim, por muito tempo, foi pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça que a fase de consentimento e a fase de fiscalização poderiam ser delegadas para pessoas jurídicas de Direito Privado. No entanto, o Supremo Tribunal Federal, recentemente, no ano de 2020, apresentou o entendimento de que é constitucional delegar, também, a fase de sanção.

O STF fixou essa compreensão no tema 532, de repercussão geral, que discutia a aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista:

É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial. (Plenário. RE /MG, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 23/10/2020) (Brasil, 2020).

Destarte, é completamente viável a delegação do poder de polícia, no sentido de conceder maior eficácia em seu exercício. Não obstante, continua não sendo possível delegar o poder de polícia em sua totalidade. Consequentemente, é extremamente relevante destacar que essa delegação a pessoas jurídicas de direito privado não é ampla, já que necessita da observação desses requisitos: a presença de lei, a necessidade do capital social ser em sua maior parte público (se extrai principalmente as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista), que atividade prestada seja exclusivamente de serviço público de atuação própria do Estado (ou seja, somente voltada ao interesse público) e, por último, que o preste em regime não concorrencial (Brasil, 2020).

CONCLUSÃO

Portanto, o poder de polícia é uma peça essencial no funcionamento da Administração Pública, desempenhando um papel fundamental no Direito Administrativo e na sociedade em sua totalidade. Ele é a base que permite à Administração Pública equilibrar o interesse público com o interesse particular, sendo inerente e indispensável para a regulação adequada. No contexto brasileiro, sua normatização se encontra no Código Tributário Nacional, estipulando que seu exercício é válido somente quando realizado por órgãos competentes, dentro dos limites da lei, sem abusos ou desvios de poder.

Dessa forma, é possível responder ao problema de pesquisa proposto, consistente na pergunta: em que medida pode ocorrer a delegação do exercício do poder de polícia? Via de regra, o poder de polícia é indelegável. Todavia, conforme entendimento do STF, excepcionalmente pode ocorrer sua delegação desde que preenchidos os requisitos constantes no tema 532.

Para mais, sua base reside na supremacia do interesse público sobre o privado e para entender a viabilidade da delegabilidade desse poder, é essencial compreender suas quatro fases. Como já destacado, essa delegação é estritamente regulamentada e procura conferir maior efetividade em sua atuação. Dessa maneira, fica evidente a complexidade e a importância da gestão desse poder estatal para garantir o equilíbrio entre o interesse público e os direitos individuais. Em resumo, é um elemento-chave no funcionamento do Estado de Direito e do sistema jurídico-administrativo, daí a importância do seu estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1966.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 633782/MG**. Brasília: STF, 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tema 532**. Brasília: STF, 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646784. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

FILHO, José dos Santos C. **Manual de Direito Administrativo**. Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771837. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771837/>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

HACHEM, Daniel Wunder. **Princípio Constitucional da Supremacia do Interesse Público**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. Disponível em:

<https://www.danielwunderhachem.com.br/img/livros/doc/completo_20210729182013_3.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2015.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **A Segurança Pública na Constituição**. Brasília, Revista de Informação Legislativa, n. 109, Senado Federal, 1991.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Gen, 2017.

POSSIBILIDADE DE *HOLDING* FAMILIAR NO ÂMBITO RURAL

Caroline Raquel Massaia Dresch¹

INTRODUÇÃO

A delimitação temática estudará a utilização da *holding* familiar no âmbito rural frente ao planejamento sucessório, tema que vem de encontro às mudanças do ordenamento jurídico atual. Na qual apresentará o planejamento sucessório, demonstrando o forte enraizamento no agronegócio contra as novas modalidades de resguardo do patrimônio.

O objetivo geral do trabalho é demonstrar os benefícios da utilização do procedimento da *holding* familiar rural, como uma solução para o planejamento sucessório, e justifica-se por ser sem dúvida um grande avanço no direito, auxiliando para a diminuição do número de processos judiciais, além de contribuir para a celeridade processual para aquele que busca a doação em vida para seus herdeiros.

1 METODOLOGIA

A análise dos dados refere à abordagem da pesquisa a qual pode ser definida como qualitativa porque pretende apreender as percepções passíveis de organização de categorias que possam surgir das representações dos sujeitos-objeto da investigação. As categorias acima referidas serão devidamente comparadas com as normas vigentes e com a doutrina. As leituras da doutrina e das normas suscitarão apontamentos em fichas de leitura. A hermenêutica ocorrerá mediante a comparação dos dados (Deslandes, 2009).

A pesquisa bibliográfica sobre o tema, por meio de leituras artigos jurídicos, doutrina, revistas jurídicas, enunciados, jurisprudência, normas constitucionais e infraconstitucionais será o método de procedimento específico do trabalho em questão. Em relação à natureza da pesquisa, que é teórica, Ruiz (2002) afirma que a referida tem por seu principal objetivo ampliar as generalizações, dando grande potencial de reflexões. O enfoque da pesquisa apurada, especificamente é elaborar, a par de toda a bibliografia necessária a dar embasamento teórico à pesquisa. Com isso, discriminar a coleta de dados, a fim de informar a situação real sobre o assunto abordado, demonstrando, na prática, o problema discutido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente resumo expandido vem do interesse em estudar sobre a *Holding* dentro do planejamento patrimonial dos produtores agrícolas, mostrando ainda como ocorre a blindagem patrimonial. Desta forma, refere-se ao conjunto de ações para resguardar, o patrimônio dos genitores que com seu esforço e suor construíram durante toda sua vida. Porém antes, deve-se observar o que significa palavra, a qual possui origem inglesa e significa guardar, controlar, manter. Desse modo, de acordo com Oliveira (1995), as empresas *holdings* possuem a finalidade de ter participação

¹ Egressa do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. caroline_massaia@hotmail.com

acionária, de outras organizações dispondo da influência sobre as tomadas de decisão e administração.

A *holding* para a continuidade familiar e patrimonial possibilita realizar um planejamento sucessório, que pode ser bastante eficiente no longo prazo. Pois, com a morte dos genitores, os bens são transferidos para o herdeiro, incontestavelmente, conforme Mamede e Mamede (2013), a diferença está na criação *holding* em vida, sendo essa transferência feita de forma planejada, não resultando em desordem.

Perante os riscos de disputas entre os herdeiros ou a possível incapacidade para gerir eficazmente o patrimônio e os negócios da família, o momento da sucessão, segundo Mamede e Mamede (2013), deve-se encontrar desafios que podem ser evitados e simplificados quando há um planejamento. Com esse evento começam os procedimentos do inventário, que requerem um longo período até serem finalizados.

A vista disso, no Brasil as *holdings* surgiram, de acordo com Camargo (2017), com a ideia inicial de livrar as empresas das limitações impostas pela legislação, como a lei da remessa de lucros, além de utilizá-las como meio de facilitar a movimentação dos recursos financeiros no país. A origem partiu da Lei das Sociedades por Ações (Lei Federal nº 6.404/1976), em seu art. 2º, § 3º, que estabelece: “A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais”.

Para compreender o planejamento sucessório e a gestão patrimonial, na sociedade regional, parte-se do pressuposto, acerca da importância da perpetuação de uma propriedade rural no setor do agronegócio. Isto considera-se como uma habilidade em oportunizar uma transição sucessória planejada. Em conformidade com Mamede (2021), para gerar um planejamento sucessório, que possua um propósito de proteger o patrimônio. Sendo assim, é indispensável considerar os entendimentos e perspectivas, societárias e tributárias de maneira que essa constituição empresaria não cause desconfiância aos demais que se relacionam com a mesma.

Ainda sobre a segurança jurídica contra terceiros, o entendimento de Silva e Rossi (2017), explica que a finalidade de uma *holding* familiar não é o de prejudicar terceiros de boa-fé, ou de suprimir informações, como por exemplo a omissão de bens em virtude de dívidas particulares ou da pessoa jurídica. Seus objetivos vão de encontro a essa ideia, inclusive, tendo em vista que há aporte legislativo para que, em casos específicos que comprovada à má-fé, seja efetuada a desconsideração da personalidade jurídica. Ademais, a grande relevância em construir um patrimônio, é a importância de preservá-lo durante as gerações sucessoras. Uma vez que, ele se torna a principal ferramenta para que grandes fortunas “[...] adquiridas durante toda vida, não venham a se dissipar juntamente com o patriarca” (Barros, 2013, p.1).

3 ANÁLISE

Nessa perspectiva, ao trazer o planejamento sucessório do setor agrícola, para o campo acadêmico, torna-se possível ampliar o conhecimento dos estudantes da instituição e da sociedade em geral, visto que, não se trata de um obstáculo somente regional, mas sim nacional. De tal forma, segundo Mamede e Mamede (2021) designa que “[...] será sempre indispensável o trabalho de um especialista para analisar as

situações que se apresentam avaliar seu estado e suas alternativas e, enfim, definir a melhor estratégia” (Mamede; Mamede, 2021, p. 16).

Corroborando com isso, Loureiro (1984) afirma que na própria definição de empresa familiar os membros ativos da família em ambientes rurais, era orientada pela lógica da produção de mercadorias e pelas dimensões do capital. Tendo este ponto de vista, os patriarcas, que no qual, possui uma cultura engessada, têm dificuldades em aderir a métodos avançados e modernos, mas não observou que sua propriedade rural sempre existiu uma empresa, porém não regularizada. Por consequência, disso acredita-se em desvantagens para o produtor rural aderir a esse instituto.

Outro ponto negativo, que pode desclassificar a espécie de *holding*, são profissionais inabilitados, que prestam serviços de assessoria e elaboração, mas que na verdade fazem de maneira incorreta. Sendo assim, poderá ser desconstituído seu papel, na qual retira a blindagem patrimonial que se espera da mesma, gerando mais prejuízos e riscos ao patrimônio. Dessa forma, Lodi (2011), explica que ao escolher seus profissionais externos, deve-se exercer uma seleção rigorosa, no que tange o “[...] exame de um currículo bem elaborado e, na maior parte das vezes, submetem esses profissionais quase desconhecidos a planos de integração na firma”.

Portanto, para Sarso (2017), caso ocorra como o esperado, após contatar um profissional habilitado e de confiança, a possibilidade de incorporação do instituto da *holding* familiar no meio agrícola, pode ser potencial alternativa de gestão e planejamento. Com isso, poderá viabilizar a segurança jurídica no âmbito das negociações, mas também uma alternativa de sucessão patrimonial e elisão fiscal nas questões tributárias que as envolvem.

Segundo Lodi (2012), ressalta-se que não ocorrendo um bom acompanhamento, dialogo, e ainda não possuindo plano de desenvolvimento, fica claro que o lado oposto é mais triste. Os herdeiros são marginalizados dos problemas da firma até o momento em que o genitor sente-se cansado e doente e, conseqüentemente, irritado. Nesse momento, se pergunta quando se deve iniciar o treinamento dos sucessores. Desse modo, esses filhos muitas vezes não obtiveram oportunidade de espaço no meio rural de mostrar formas novas de manejar, ficando às vezes sem gosto de “tocar o negocio da família” conforme os genitores gostariam.

Sendo assim, de acordo com os autores Mamede e Mamede (2013), o primeiro passo é realizar um levantamento de todos os bens dos genitores, e incluí-los todos dentro da empresa ora constituída. Explicam ainda que, após sua morte, poderá admitir o controle da *holding* para um herdeiro e/ou terceiro. Nessa mesma linha de raciocínio, vem de encontro Seabra (1988, p. 1), indagando que a para formação de uma empresa *holding* familiar, promove-se,

[...] a reunião de todos os bens pessoais no patrimônio dessa sociedade, oferecendo a seu titular a possibilidade de entregar aos seus herdeiros as cotas ou ações na forma que entenda mais adequada e proveitosa para cada um, conservando para si o usufruto vitalício dessas participações, o que lhe proporciona condições de continuar administrando, integralmente, seu patrimônio mobiliário e imobiliário (Seabra, 1998, p. 1).

Ademais, a constituição de uma *holding* familiar proporciona a antecipação do processo sucessório, gerando o poder de escolha desses pais, oportunizando que seja discriminado a divisão dos bens em vida. A maneira mais fácil e direta seria acomodar todos os herdeiros em uma mesma sociedade, em iguais condições, deixando as funções de administração para aqueles que realmente revelarem capacidade e vocação, para o trabalho agrícola (Mamede; Mamede, 2013).

Em vista disso, no setor rural o não planejamento da sucessão provoca, na grande maioria dos casos, a dissipação do patrimônio da propriedade que tanto fizeram para construir, e que antes os genitores, já a possuíam ativa e exerciam atividade de produção e comercialização de mercadorias e serviços. Isso tudo, sem estimar e analisar a incidência da alta carga tributária, a exemplo da tributação sobre a transmissão de bens no inventário, gerando desgaste de tempo e atritos familiares (Mamede, 2017).

No tocante ao patrimônio da propriedade rural e com o intuito de garantir a perpetuidade da atividade agrícola, a *holding* permite o resguardo do patrimônio, uma vez que, “[...] o planejamento sucessório permite aos pais proteger o patrimônio que será transferido aos filhos por meio de cláusulas de proteção (cláusulas restritivas)” (Silva; Rossi, 2017, p. 82). Uma vez que, com a utilização desta cláusula de proteção, pode ser chamada também de blindagem patrimonial.

Ademais, de acordo com Bornholdt (2005), o planejamento patrimonial das propriedades rurais, é um assunto que debate amplamente nos dias de hoje, visto que esse instituto, traz consigo a possibilidade de facilitar os processos de sucessórios e organização patrimonial. Além disso, para Oliveira (2014), a empresa *holding* familiar é, na maior parte das vezes, a solução para esse problema, permitindo ao fundador determinar, quem vai sucedê-lo na direção dos negócios, resguardando a continuidade do empreendimento e, até mesmo, a sobrevivência dos demais membros componentes da família, sem prejudicar, econômica ou financeiramente, quaisquer outros herdeiros.

CONCLUSÃO

Conclui-se, que no setor rural, o não planejamento da sucessão provoca, na maioria dos casos, a dissipação do patrimônio da propriedade, que tanto fizeram para construir, e que antes os genitores já possuíam ativa e exerciam a atividade de produção e comercialização de mercadorias e serviços. Isso tudo, mostrando como ocorre a blindagem patrimonial, de forma a ser muito eficiente à longo prazo, diminuindo as chances de desordem.

Portanto a *holding* permite o resguardo do patrimônio, que será entregue aos herdeiros, utilizando a cláusula de proteção a qual como mencionado anteriormente pode ser chamado de blindagem patrimonial. Dessa forma a de se afirmar que a *holding* familiar no âmbito rural, traz inúmeros benefícios para seus genitores e seus filhos, no que tange a sucessão em vida.

REFERÊNCIAS

BARROS, Tiago P. **Planejamento Sucessório e Holding Familiar/Patrimonial**. Jus Navegandi, 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23837/planejamento-sucessorio-e-holding-familiar-patrimonial>>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 14 out. 2023.

BORNHOLDT, W. **Governança Familiar na Empresa: implementação e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CAMARGO, R. F. **Por que criar uma Holding Empresarial? Conheça as vantagens desse tipo de negócio**. 2017.

DESLANDES, S. F. **A Construção do Projeto de Pesquisa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

LODI, E. P.; LODI, J. B. **Holding**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LODI, Edna Pires. **Holding**. 4. São Paulo Cengage Learning 2012.

LOUREIRO, M. R. G. **Pequena Empresa na Agricultura: família e processo de trabalho**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 33

MAMEDE, G.; MAMEDE, E. C. **Holding Familiar e suas Vantagens**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAMEDE, G.; MAMEDE, E. C. **Holding Familiar e suas Vantagens: planejamento jurídico e econômico do patrimônio e da sucessão familiar**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAMEDE, Gladston. Série Soluções Jurídicas - **Holding Familiar e suas Vantagens**. Grupo GEN, 2021

OLIVEIRA, D. P. R. **Administração Corporativa e Unidade Estratégica de Negócio: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Empresa Familiar: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório**. 1 edição. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Holding, Administração Corporativa e Unidade Estratégica de Negócio**. 5. São Paulo Atlas 2014.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 5^a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SARSO, F. J. H. **Desafios ao Crescimento do Agronegócio diante da Tributação na Agropecuária e na Agroindústria Brasileira**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

SEABRA, A. F. **Sociedade Holding**: oportuna alternativa para evitar gravames tributários criados pela nova constituição. Seabra Advocacia Empresarial, São Paulo, 1988.

SILVA, Fabio; ROSSI, Alexandre. **Holding Familiar**, 2^a edição. Editora Trevisan, 2017.

ESG NAS EMPRESAS: O CRESCENTE E IMPORTANTE RAMO DO DIREITO EMPRESARIAL

Eduarda Müller Lauxen¹
Weylla Viana Rangel²
Rosmeri Radke³

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o ESG (Ambiental, Social e Governança) nas empresas, um campo em constante crescimento e de extrema relevância no âmbito do direito empresarial. O ESG engloba práticas empresariais que promovem impactos positivos tanto na sociedade quanto na própria organização, abrangendo questões ambientais, sociais e de governança. A análise concentra-se nas dimensões do ESG e em como influenciam as operações e as decisões empresariais.

O objetivo deste estudo é explorar a evolução do ESG ao longo do tempo, destacando suas origens em questões globais e seu impacto nas empresas modernas. Busca-se compreender como o ESG vai além do setor financeiro e influencia a estratégia e a governança corporativa.

O ESG teve seu início em 2004, quando o Pacto Global da ONU e o Banco Mundial publicaram o relatório "*Who Cares Wins*", que em tradução livre significa: "quem se preocupa ganha". Inicialmente focado no mercado financeiro, o ESG incentivou instituições financeiras a adotar práticas que promovessem impactos sociais, ambientais e de governança.

Este estudo é de suma importância devido à crescente relevância do ESG nos últimos anos. As dimensões ambientais, sociais e de governança desempenham um papel fundamental na formação de um ambiente corporativo mais equilibrado e sustentável. Além disso, o ESG está alinhado com a Agenda 2030 da ONU, que estabelece objetivos de desenvolvimento sustentável. Portanto, a pesquisa sobre o ESG nas empresas é fundamental para a compreensão de seu impacto na sociedade e no mercado atual.

1 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é fundamental para compreender as complexidades do ESG nas empresas. O método de abordagem escolhido é o dedutivo, que se concentrará nas problemáticas desse fenômeno, especialmente nas implicações para as organizações e a sociedade em geral. Essa abordagem permitirá analisar como as práticas de ESG impactam as operações empresariais e a sociedade em geral.

¹ Eduarda Müller Lauxen, acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. eduardamlauxen@gmail.com

² Weylla Viana Rangel, acadêmica do Curso de Direito – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. weyllarangel@gmail.com

³ Rosmeri Radke. Orientador(a). Prof.^(a) do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. rosmeri_cancian@hotmail.com

Essa pesquisa possui uma natureza mista, combinando elementos teóricos com análises empíricas. A abordagem exploratória e descritiva visa ampliar o entendimento das dimensões ambientais, sociais e de governança nas empresas.

Os procedimentos técnicos adotados compreendem a pesquisa documental e bibliográfica, fornecendo o embasamento teórico necessário para a investigação. A pesquisa bibliográfica abrange uma análise extensa de materiais acadêmicos e literatura relacionada ao ESG, enquanto a pesquisa documental envolve a análise de relatórios corporativos, regulamentos governamentais e outros documentos relevantes.

A metodologia considera a natureza multifacetada do ESG nas empresas, exigindo uma análise aprofundada e a coleta de dados relevantes. Essa abordagem permitirá uma compreensão mais completa das implicações sociais, econômicas e ambientais dessas práticas. A próxima seção apresenta a estrutura do estudo, orientando o leitor sobre os capítulos e seções que compõem a pesquisa. Isso assegura a coerência e a coesão do trabalho, alinhadas às normas acadêmicas.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E PRINCÍPIOS NORTEADORES

Para compreender o impacto do ESG (Ambiental, Social e Governança) no contexto contemporâneo, é fundamental traçar uma análise histórica que aborda a evolução desses princípios. Embora o termo ESG tenha surgido recentemente, seus fundamentos estão enraizados em preocupações globais de longa data.

O Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) representou um marco crucial na conscientização das empresas sobre a necessidade e eficácia da aplicação dos princípios do ESG, como destacado na Resolução 73/254 da ONU, em 2019, que reiterou e consolidou o compromisso estabelecido em 2015. Esses princípios têm suas bases em documentos fundamentais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Nações Unidas, 1948), a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho (OIT, 1998), a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Nações Unidas, 1992), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Nações Unidas, 1972) e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Nações Unidas, 2004).

É crucial entender que o ESG abrange não apenas o aspecto ambiental, como muitas vezes se pensa. Pesquisas conduzidas pela empresa Stilingue mostraram que a maioria da população associa o ESG principalmente a questões ambientais, influenciada por eventos midiáticos, como as tragédias de Brumadinho e as queimadas na Amazônia. No entanto, é fundamental reconhecer que o ESG também inclui as dimensões social (representada pelo "S") e de governança (representada pelo "G") (Stilingue, 2021, p. 16).

Além disso, o mercado financeiro está cada vez mais preocupado com questões ambientais, em grande parte devido ao interesse da geração Z nas políticas de sustentabilidade e na aplicação de produtos financeiros. Empresas que não acompanharem esse desenvolvimento e as novas políticas sociais correm o risco de serem consideradas ultrapassadas no mercado, o que impactará seus rendimentos. No Brasil, fundos ESG captaram R\$ 2,5 bilhões em 2020, mais da metade proveniente

de fundos criados nos últimos 12 meses, de acordo com levantamentos da Morningstar e Capital Reset (Stilingue, 2021, p. 04).

Essa crescente preocupação está alinhada com a Agenda 2030 da ONU, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo a erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa, trabalho digno, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, consumo responsável, ação contra as mudanças climáticas, vida na água, vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes, além de parcerias para a implementação. Portanto, a história e o contexto do ESG refletem uma evolução significativa nas preocupações globais e nas práticas corporativas, promovendo uma governança sustentável e uma sociedade mais equilibrada. O ESG, atualmente, é um poderoso instrumento para transformar as organizações, permitindo a criação de um ambiente que busca o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a justiça social e a preservação ambiental (Nações Unidas, 2015).

É de grande relevância o trecho apresentado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, percebe-se os três pilares do ESG, Ambiental, Social e Governança. Na época não havia o termo em específico, mas já tinha o pensamento de cuidar do mundo para as próximas gerações e melhorar as condições de vida do ser humano.

[...] Para chegar à plenitude de sua liberdade dentro da natureza, e, em harmonia com ela, o homem deve aplicar seus conhecimentos para criar um meio ambiente melhor. A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas (Nações Unidas, 1972).

A Constituição Federal de 1988 vai além do que comumente se percebe, além dos inúmeros dispositivos distribuídos ao longo de sua extensa e detalhada estrutura, aborda de forma específica os pilares alinhados com os princípios do ESG. Para o pilar ambiental (o "E" do ESG), destina-se o Título VIII, Capítulo VI, intitulado 'DO MEIO AMBIENTE'. Já o pilar social (o "S" do ESG) é cuidado pelo próprio Título VIII, denominado 'DA ORDEM SOCIAL', juntamente com os direitos sociais previstos nos artigos 6º ao 11. O pilar de governança (o "G" do ESG) é contemplado no artigo 37, que estabelece que a administração pública direta e indireta deve seguir princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dentre outros (Brasil, 1988). Esses mesmos princípios servem de guia para a governança em todos os setores, tanto públicos quanto privados.

3 AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

O primeiro pilar, relacionado ao meio ambiente, está intrinsecamente ligado ao combate às mudanças climáticas, incluindo a redução das emissões de carbono e a conservação da biodiversidade. Esses efeitos têm sérias implicações para a vida de grupos vulneráveis e representam uma ameaça global. Além disso, as mudanças

climáticas estão ligadas ao aumento de zoonoses, aumentando o risco de futuras pandemias globais.

O pilar “S” está ligado com a parte social, sendo uma parte fundamental das práticas de responsabilidade corporativa e sustentabilidade. Concentra-se em avaliar e melhorar o impacto das empresas nas questões sociais, incluindo a igualdade, a diversidade, as condições de trabalho, as relações com a comunidade e o respeito pelos direitos humanos. As empresas que incorporam o “S” em suas estratégias de negócios não apenas demonstram um compromisso com o bem-estar das partes interessadas, mas também podem colher benefícios, como aprimoramento da reputação e maior atração de investidores e consumidores conscientes. O “S” no ESG é um lembrete da importância de equilibrar os interesses econômicos com os impactos sociais positivos, construindo assim uma base sólida para um futuro mais sustentável e inclusivo (Ace, 2021).

Por sua vez, o “G” no ESG, se refere ao pilar da governança, é um elemento crucial nas práticas de responsabilidade corporativa e sustentabilidade. Baseia-se na forma como as empresas são administradas, incluindo a estrutura de liderança, a tomada de decisões, a transparência e a integridade nos negócios. A boa governança assegura que as empresas operem de maneira ética e responsável, protegendo os interesses de todas as partes interessadas, desde acionistas e funcionários até clientes e o corpo social. Empresas que priorizam a governança eficaz geralmente desfrutam de maior confiança do mercado financeiro e contribuem para a construção de um ambiente de negócios mais justo e equitativo. O “G” no ESG é um alicerce fundamental para garantir a sustentabilidade a longo prazo das empresas e promover a confiança nas instituições empresariais (Ace, 2021).

A sociedade está cada vez mais interessada em adquirir produtos que colaborem com a preservação do meio ambiente. Na esfera de produtos de beleza, o Grupo Boticário tem se destacado cada vez mais no mercado. Com o compromisso contínuo do Grupo Boticário em abordar questões de ESG (Ambientais, Sociais e de Governança), a empresa tem alcançado resultados notáveis em várias frentes. No âmbito ambiental, o Grupo tem adotado práticas exemplares para promover a sustentabilidade e combater as mudanças climáticas. Segundo o Grupo, a empresa assumiu 15 compromissos a serem entregues até o ano de 2023. Ano este que representa um marco global segundo os ODS da ONU (Boticário, 2023).

De acordo com as Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A., a empresa demonstrou um desempenho financeiro sólido no ano de 2022. Durante esse período, a empresa registrou um aumento significativo nos lucros líquidos, refletindo eficiência operacional e estratégias de negócios bem-sucedidas. Esse aumento nos lucros proporcionou uma base financeira sólida para a empresa, permitindo a implementação de medidas de sustentabilidade e responsabilidade social, como mencionado no relatório expandido de ESG. Além disso, a empresa também conduziu uma operação de aumento de capital social em uma controlada, injetando R\$1.000.000,00 em espécie, demonstrando seu compromisso com o crescimento e a expansão dos negócios. Essas conquistas financeiras, juntamente com os esforços em ESG, reforçam o compromisso da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A. com a criação de valor sustentável para seus acionistas e a sociedade em geral (KPMG Auditores, 2023).

De acordo com o Relatório Anual da Boticário de ESG, referente ao ano de 2022, publicado em 2023, a empresa utiliza o conceito dos 3Rs – reduzir, reutilizar e reciclar e através disso o Grupo oferece a opção de refil, com embalagens que utilizam até 92% menos resíduo que as tradicionais em suas principais linhas de cosméticos. Além disso, a empresa tem o programa Boti Recicla, de logística reversa de embalagens pós-consumo de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria (Boticário, 2023).

CONCLUSÃO

O ESG é um instrumento cada vez mais relevante para a governança sustentável e o equilíbrio social, econômico e ambiental. Seus princípios, fundamentados em preocupações históricas, são vitais para as organizações modernas, e seu impacto não se limita apenas ao setor financeiro, mas transcende para uma abordagem global de sustentabilidade. As dimensões ambiental, social e de governança desempenham papéis cruciais na conformação de um ambiente corporativo mais equilibrado e sustentável, alinhado com as expectativas da sociedade e do mercado atual.

REFERÊNCIAS

ACE. **Inovação e ESG**: o futuro dos negócios passa por aqui. Disponível em: <https://aceventures.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GrowthReport_ACE_Inova%C3%A7%C3%A3o-e-ESG.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BOTICÁRIO. **Relatório ESG 2022**. Disponível em: <https://www.grupoboticario.com.br/wp-content/uploads/2023/06/RA_Boticario_2022_v10_FINAL.pdf> . Acesso em: 02 nov. 2023.

CÁLAMO. **Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A, 2023**. Disponível em: <https://www.grupoboticario.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Calamo-Pag-1_merged.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

COMPACT GLOBAL. **Who Cares Win**: connecting financial markets to a changing world, 2004. Disponível em: <https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 28 out. 2023.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração sobre o Meio Ambiente**



22 de novembro de 2023.

ISBN: 2177-1103.

Humano. Estocolmo, 1972.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Resolução 73/254 da ONU.** Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N18/463/65/PDF/N1846365.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 27 out. 2023.

PACTO GLOBAL; STILINGUE. **A evolução do ESG no Brasil.** Disponível em: <<https://conteudos.stilingue.com.br/estudo-a-evolucao-do-esg-no-brasil>>. Acesso em: 27 out. 2023.

O DIREITO SISTÊMICO E A APLICAÇÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Francini Tayná Maganha Bamberg¹
Franciele Seger²

INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa trata sobre a aplicação da Constelação Familiar como uma abordagem sistêmica para a resolução de conflitos familiares e promoção de relações familiares saudáveis. A delimitação temática desta pesquisa analisa o Direito Sistêmico no contexto jurídico brasileiro, analisando suas bases teóricas, origem e impacto na resolução de conflitos familiares.

Com a constante evolução das dinâmicas familiares, a busca por acordos e a resolução interna de conflitos tornaram-se práticas frequentes entre os membros familiares. Entretanto, a complexidade dessas relações também propicia o surgimento de conflitos que, quando não resolvidos no âmbito familiar, são levados ao judiciário em busca de imparcialidade.

Nesse cenário, emerge o Direito Sistêmico, uma abordagem que transcende a visão tradicional do Direito, incorporando elementos da Psicoterapia e fundamentada nos princípios das Constelações Sistêmicas.

O objetivo geral é compreender a eficácia dessa abordagem e suas contribuições para práticas judiciais mais humanizadas. A justificativa para essa escolha reside na necessidade de investigar alternativas inovadoras no Direito, especialmente diante da complexidade dos conflitos familiares.

O Direito Sistêmico representa uma abordagem que vai além das soluções convencionais, propondo uma compreensão mais profunda das relações humanas e suas implicações legais. Desta forma, este estudo visa lançar luz sobre uma abordagem emergente que pode transformar a maneira como lida-se com questões familiares no contexto jurídico, contribuindo para uma justiça mais eficaz, harmoniosa e consciente.

1 METODOLOGIA

A metodologia da presente pesquisa caracteriza-se como teórica amparada no método de abordagem qualitativo, que busca compreender e interpretar os fenômenos relacionados aos conflitos familiares e a aplicação da Constelação Familiar nesses casos.

Quanto ao tratamento de dados, é descritiva e explicativa, tendo em vista os fins propostos. Quanto ao método e procedimento técnico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, valendo-se da documentação indireta para o levantamento dos dados, por meio da consulta a diversas fontes teóricas, como livros, artigos científicos, legislação e documentos oficiais.

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. francini.bamberg1@gmail.com

² Mestre em Direito. Orientadora. Professora do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. franci.seger@hotmail.com

Ainda, o método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, já que analisa se a Constelação Familiar pode ser aplicada no Direito de Família como uma abordagem sistêmica para a resolução de conflitos e promoção de relações familiares saudáveis, ou não, e através da explanação dedutiva, chegar a uma conclusão lógica e adequada. Além disso, utilizou-se os métodos de procedimento histórico e comparativo, buscando compreender os conflitos familiares e a Constelação Familiar a partir de uma perspectiva ampla e embasada teoricamente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com a evolução do conceito de família e o cenário que o cerca, tornou-se cada vez mais frequente presenciar os integrantes da família debatendo suas diferenças, indagando e buscando acordos. Consequentemente, o conflito se tornou mais prevalente nas dinâmicas familiares.

Quando ocorrem conflitos familiares, o que se espera é que sejam resolvidos dentro da própria convivência familiar, através do diálogo. Porém, quando isso não é possível, a busca por um meio alternativo faz-se necessária e, consequentemente, os conflitos são levados ao judiciário, para que um terceiro imparcial possa conduzir e buscar uma solução (Nader, 2012).

Nesse contexto surge o “Direito Sistêmico”, cujo termo foi desenvolvido pelo juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia, Sami Storch, e surge a partir de experiências pessoais vividas por ele, que passou a desenvolver um pensamento que uniu o Direito e a Psicoterapia, após perceber que as técnicas aprendidas nas Constelações Familiares poderiam trazer benefícios dentro do sistema jurídico.

A abordagem do Direito Sistêmico, no âmbito discutido neste contexto, originou-se da análise jurídica à luz das influências e dinâmicas presentes nas relações humanas, baseando-se nos princípios das Constelações Sistêmicas desenvolvidas pelo terapeuta e filósofo alemão Bert Hellinger (Storch, 2011).

Para o Magistrado, o Direito Sistêmico se propõe a encontrar a verdadeira solução do conflito, que abrange todo o sistema envolvido no conflito na esfera judicial ou fora dela, pois quando uma das partes não está bem, todos os que com ela se relacionam poderão sofrer as consequências (Storch, 2011). Ademais:

[...] o Direito Sistêmico pode ser compreendido como um ramo da Ciência Jurídica, que busca e proporciona a viabilidade e o entendimento do Direito dentro de uma disciplina de convivência humanizada, tornando-o uma nova possibilidade para a adequação do comportamento humano, não pela coerção, mas pela conscientização através das ordens sistêmicas efetivando uma melhor dinâmica da Justiça e o alívio dos jurisdicionados. [...] A proposta do Direito Sistêmico, é passar a uma nova fase do Direito: sem julgamentos e com maior efetividade aos jurisdicionados pela tomada de consciência e responsabilização deles mesmos (de cada parte) pelas escolhas ao passo de considerar o Direito com uma ordenação complexa da vida e convivência humana (Badalotti, 2018, n.p.).

Nessa perspectiva, o Direito Sistêmico busca promover uma nova forma de adequação do comportamento humano, não apenas por meio da aplicação de normas, mas também por meio da compreensão das ordens sistêmicas presentes nas

relações sociais. Essas ordens sistêmicas referem-se aos padrões, às dinâmicas e aos princípios que governam as interações entre os indivíduos e os grupos.

A proposta do Direito Sistêmico é superar a visão tradicional do Direito como um sistema de julgamentos e punições, e promover uma maior efetividade e harmonia nas relações jurídicas. Isso é alcançado através da tomada de consciência dos envolvidos, que são incentivados a refletir sobre suas escolhas e assumir responsabilidade por suas ações (Badalotti, 2018).

Destaca-se que os autos de um processo não mostram toda a realidade e complexidade dos fatos, muito menos a profunda origem dos conflitos. Para o magistrado, utilizar o conhecimento sistêmico auxiliar em compreender mais profundamente o conflito, encontrando uma solução mais harmônica e eficaz (Storch, 2015). Para o Autor:

Os conflitos surgem no meio de relacionamentos e, nas palavras de Bert Hellinger, “os relacionamentos tendem a ser orientados em direção a ordens ocultas. [...] O uso desse método faz emergir novas possibilidades de entender o contexto dos conflitos e trazer soluções que causam alívio a todos os envolvidos”. O mero conhecimento dessas ordens ocultas, descritas por Hellinger como as “ordens do amor”, permite a compreensão das dinâmicas dos conflitos e da violência de forma mais ampla, além das aparências, facilitando ao julgador adotar, em cada caso, o posicionamento mais adequado à pacificação das relações envolvidas (Storch, 2015, p. 3).

Nesse sentido, considera-se que a forma como o Judiciário lida com os conflitos, já não é mais vista como eficiente. Uma sentença de mérito, proclamada pelo juiz, quase sempre gera inconformismo e não raro desagrada a ambas as partes. Em vários casos, acarreta a interposição de recursos e manobras processuais ou extraprocessuais que obstam a execução. Por consequência, a pendência tende a se prolongar no tempo, gerando custos ao Estado e incerteza e sofrimento para as partes (Storch, 2015).

A introdução das Constelações Familiares no sistema judiciário brasileiro abriu um caminho para a possibilidade de solução de conflitos, tanto de forma judicial quanto extrajudicial, desde que sejam abordados com ética e consciência espiritual. O amor é a essência de tudo e a maneira como os conflitos são percebidos faz toda a diferença para alcançar uma solução. Logo, cada disputa é uma oportunidade de aprendizado e crescimento, revelando sintomas de algo que precisa ser reconhecido, o que contribui para a busca da paz (Melo, 2020).

3 ANÁLISE

Storch foi pioneiro na aplicação do Direito Sistêmico nas atividades jurisdicionais em sua comarca no interior da Bahia. Ele adaptou algumas práticas no manejo das conciliações, audiências e no uso da palavra pelas partes e advogados (Silva; Junior, 2020).

Em 2012, Storch realizou testes da técnica de constelações com cidadãos do município de Castro Alves, localizado a 191 quilômetros de Salvador. Nas 90 audiências conduzidas, em pelo menos 3 delas, uma das partes participou da vivência de constelações. Surpreendentemente, o índice de conciliação alcançado nessas

situações foi de 91%. Isso demonstra a eficácia e o potencial dessa abordagem na promoção da resolução pacífica de conflitos (Storch, 2018).

Ao aplicar as constelações nos processos da 2ª Vara da Família da comarca de Itabuna, no estado da Bahia, o Juiz Sami Storch observou que os envolvidos interagiam de forma pacífica. A técnica de constelações mostrou-se capaz de estimular a conciliação, uma vez que as partes envolvidas conseguiram enxergar, por meio dessa abordagem, as raízes dos conflitos que permeavam sua delicada relação. Esse resultado positivo nas sessões iniciais se repetiu posteriormente em sessões com advogados envolvidos nos casos (Storch, 2018). Em virtude dos resultados positivos alcançados, a técnica do Direito Sistêmico começou a se disseminar pelos fóruns brasileiros.

As Constelações Familiares estão presentes em mais dezesseis Estados brasileiros, abrangendo regiões como Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul e São Paulo. A rápida expansão desse método no Sistema Judiciário brasileiro é resultado da sua comprovada eficácia. Cada vez mais, juízes, advogados e demais operadores do Direito estão buscando alternativas que efetivamente solucionem os conflitos familiares, reconhecendo nas constelações uma abordagem valiosa e promissora nesse sentido (Rieger, 2020).

Destarte, a aplicação da Constelação Familiar no âmbito do Direito de Família oferece uma oportunidade única para identificar padrões comportamentais que causam sofrimento psicológico e emocional. Quando essas questões não são abordadas com cuidado, os litigantes frequentemente não conseguem encontrar uma solução adequada para seus problemas, alimentando sentimentos de vingança, raiva, insatisfação e descontentamento. Por meio da Constelação Familiar é possível explorar esses aspectos ocultos e promover uma abordagem mais profunda e holística na resolução de conflitos familiares (PROMAD, 2019).

A incorporação da Constelação Familiar no campo do Direito de Família traz vantagens significativas, incluindo a humanização do sistema jurídico, maior celeridade nos processos e uma diminuição na quantidade de novas demandas. É altamente recomendável que os advogados que atuam nessa área se familiarizem com a metodologia das Constelações Familiares e saibam como aplicá-la em seus atendimentos. Ao adotar essa abordagem, é possível alcançar acordos mais efetivos para os clientes, proporcionando-lhes não apenas soluções legais, mas também uma maior sensação de felicidade e satisfação ao término do processo (PROMAD, 2019).

Essa integração entre o Direito e as Constelações Familiares traz benefícios não só para os indivíduos envolvidos, mas também para o sistema judiciário como um todo. Assim, a Constelação Familiar desempenha um papel relevante na transformação do sistema de justiça, promovendo uma cultura de paz e favorecendo o desenvolvimento de relações mais saudáveis e equilibradas nas famílias e na sociedade em geral.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada permitiu perceber que a Constelação Familiar e o Direito Sistêmico oferecem uma perspectiva mais abrangente e integradora, superando os aspectos puramente jurídicos e considerando as dinâmicas e relações familiares em sua totalidade. A análise das bases teóricas do Direito Sistêmico proporcionou uma

compreensão sólida de sua origem e fundamentos. A investigação da aplicação prática nos tribunais, como exemplificado nas experiências do Juiz Sami Storch, permitiu uma visão aprofundada dos impactos reais dessa abordagem nas relações jurídicas familiares.

Ao considerar o bem-estar de todos os membros da família e promover uma compreensão compassiva e empática dos envolvidos no conflito, as abordagens alternativas e sistêmicas podem ajudar a restaurar os laços familiares e a promover a harmonia. Isso é particularmente relevante em um contexto em que os conflitos familiares podem ter consequências duradouras e afetar o desenvolvimento e o bem estar dos indivíduos envolvidos.

Em síntese, esta pesquisa contribui para a ampliação do entendimento sobre alternativas inovadoras no campo do Direito, especialmente no que diz respeito à resolução de conflitos familiares. A integração do Direito Sistêmico no sistema judiciário brasileiro emerge como um passo significativo em direção a uma justiça mais eficaz, equitativa e alinhada às necessidades humanas nas complexas relações familiares contemporâneas.

REFERÊNCIAS

Badalotti, Damaris. **Direito sistêmico**: contribuições para o exercício da advocacia. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XXI, n. 171, abr 2018. Disponível em <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-171/direito-sistemico-contribuicoes-para-o-exercicio-da-advocacia/>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

Melo, Jairo; Silva, Clarice Claudino da. Chaves, Gisele. Roma, Thomé, Gilmara Andréia(coord.); Précoma, Daniele(coord). et al. **Práticas Sistêmicas na solução dos conflitos** - Estudos de caso. 1 ed. São Paulo: Leader, 2020.

Nader, P. **Introdução ao Estudo do Direito**. 34 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2012

PROMAD. **Constelação familiar relacionada ao direito de família**: prática costuma facilitar acordos. Disponível em: <https://www.promad.adv.br/blog/constelacao-familiarrelacionada-ao-direito-de-familia>. Acesso em: 21 jun. 2023

Rieger, Poliene. **Constelações Familiares no Direito de Famílias**. 2020. In: JUS Disponível em: Acesso em: 03 jun. 2023.

Silva, Mário Augusto Paixão Da. Junior, Nelson Saule. **O Direito Sistêmico no âmbito da Educação Jurídica** – Uma análise da aplicabilidade da técnica de Constelação Familiar Sistêmica como meio de resolução de conflitos. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 08, Vol. 09, pp. 05-23. Agosto de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/direito-sistemico>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

Storch, Sami. **Direito sistêmico é uma luz no campo dos meios adequados de solução de conflitos.** 2018. In: CONJUR. Disponível em: Acesso em: 23 jun 2023.

Storch, Sami. **Direito sistêmico:** primeiras experiências com constelações no judiciário. Filosofia, pensamento e prática das constelações sistêmicas, e. 04. 2015, Apud PROCHNOW, Camila Wilke. Constelações sistêmicas e resolução de conflitos no direito de família. Implementação da técnica das constelações junto ao poder judiciário brasileiro. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

Storch, Sami. **O que é Direito Sistêmico?** 29 set. 2011. Disponível em: <http://direitosistemico.wordpress.com/201011/29/o-que-direito-sistemico/>. Acesso em: 01 out. 2022.

PERDA DO DIREITO SUCESSÓRIO POR INDIGNIDADE

Anderson Mallmann Lazzarin¹

Roberto Pozzebon²

INTRODUÇÃO

Enquanto pessoas naturais possuímos direitos e deveres na esfera civil sendo eles garantidos a nós pelo Código Civil brasileiro. Esses direitos e deveres nos acompanham até o momento da morte, quando então encerra-se a existência da pessoa natural. Não se limitando somente a pessoa física, as pessoas jurídicas estão sujeitas a direitos e obrigações por igual, diferente da pessoa física os direitos e obrigações não se encerram com o efeito *mortis causa*, podendo estender-se mesmo após a morte.

A sucessão é, a partilha dos bens deixados pelo falecido aos seus herdeiros, podendo eles serem legítimos ou testamentários, seguindo a linha de parentesco consanguíneo como filhos, netos ou por ligação sócio afetiva respeitando a última vontade do falecido deixada em testamento como o reconhecimento de filiação como prevê o art. 1.786 do Código Civil. No entanto mesmo sendo um direito pré-existente, garantido desde a sua concepção é efetivada com o seu nascimento com vida, porém há a possibilidade da perda desse direito por meio da declaração de indignidade

1 METODOLOGIA

O presente trabalho por meio de estudo teórico sobre o assunto, possui como finalidade abordar conhecimento gerando reflexão sobre a sucessão, mais especificamente quando o herdeiro perde seu direito legítimo à herança tornando-se indigno a sua parte do quinhão, através de uma abordagem simples e possibilitar uma melhor perspectiva sobre o tema em questão.

Elaborado através de leituras e pesquisas bibliográficas, com objetivo de abranger ao máximo o assunto abordado possuindo como base fundamental o Código Civil brasileiro também a obra do autor Dr. Rolf Madaleno, Sucessão legítima. Por meio de uma abordagem dialética e simples este trabalho visa abranger ao máximo o tema em questão, através de comparações e histórico, facilitando a compreensão dos leitores sobre a sucessão e qual motivo pode-se levar o indivíduo a se tornar indigno a herança.

2 CAPACIDADE SUCESSÓRIA

Com óbito do de *cujus* comprovada por certidão de óbito e inscrita em registro público, inicia-se então o direito sucessório que consiste na transmissão das obrigações e bens do falecido aos seus herdeiros ou legatários (CC, art. 1.784), desde

¹ Acadêmico do 1º semestre do Curso de Direito da Fundação Educacional Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa/RS.

² Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Mestre em Direito. Professor no Curso de Direito da Fundação Educacional Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa/RS.

que os mesmos não possuam algum impedimento legal, impossibilitando o uso pleno de sua capacidade sucessória.

A capacidade sucessória é relativa, partindo do ponto de vista que para exercer o seu direito pleno como herdeiro ou legatário não basta somente possuir vínculos afetivos ou consanguíneos, como também possuir condutas que vão de acordo com a lei, e moralmente aceitas pela sociedade. Todo aquele que ferir a moral do falecido seja com calúnia, injúria, difamação ou até mesmo atentar contra a vida do falecido pode vir a perder sua capacidade sucessória tornando-se indigno a herança. Portanto, toda pessoa portadora de personalidade e que cumpra os requisitos hereditários sendo eles por parentesco ou até mesmo testamentário, possui capacidade sucessória.

Deter a capacidade de herdeiro em nada se confunde com a capacidade civil do herdeiro, sendo conceitos totalmente distintos, até mesmo porque não é preciso ter capacidade civil para receber uma herança (Madaleno, 2020, p. 162).

Segundo o Código Civil todo herdeiro ou legatário nascidos ou que já tenham sido concebidos até a abertura da sucessão possuem capacidade sucessória, porém o indigno ou deserdado serão excluídos da partilha em questão.

3 INDIGNIDADE DO INDIVÍDUO

Os direitos e obrigações da pessoa natural portadora de personalidade que foram adquiridas ao nascer com vida até o momento de sua morte, quando então cessam os direitos e obrigações tais como a dissolução do vínculo conjugal ou união estável (CC, art. 1.571). Cessa o poder familiar após a morte (CC, art. 1.635, inc. I); encerrasse o direito ao usufruto dos bens (CC, art. 1.410, inc. I), mesmo após a morte alguns direitos de personalidade ainda vigoram, como o direito a imagem e a honra, direito moral do autor entre outros.

Com o óbito confirmado abre-se então a partilha dos bens do falecido, à qual consiste na destinação dos bens aos herdeiros e legatários que possuem capacidade plena para exercer o seu direito de sucessão, exceto o deserdado e o indigno que perder o direito ao agir contrário as normas morais e legais o tornando-se incapaz de exercer o direito como sucessor.

Embora deserdação e indignidade possuam semelhanças entre si levando a mesma finalidade no caso, a exclusão da herança que anteriormente lhe era devida, são dois institutos distintos. A deserdação ocorre por meio testamentário respeitando a última vontade do falecido, já a indignidade ocorre por decisão judicial, como refere Carlos Eduardo Minozzo Poletto “O excluído do processo sucessório possui capacidade e legitimação hereditária, mas, por ter sido considerado indigno, é privado do seu direito à herança” (Madaleno, 2020). Decretada por sentença judicial somente herdeiros legítimos ou declarados legatários podem sofrer a punição civil,

Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:
I - Que houverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II - Que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;
III - Que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade (Brasil, 2002).

Após quatro anos da abertura da sucessão encerra-se o direito de solicitação de exclusão do herdeiro por indignidade, o Ministério Público tem total liberdade e legitimidade de agir no caso do inciso I do art. 1.814, contudo em qualquer situação de indignidade caso tenha transitado julgado com condenação penal resulta na exclusão imediata do herdeiro ou legatário tornando-o indigno.

Prescreve o art. 1.798 do Código Civil estarem legitimadas a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão, mas o herdeiro declarado indigno ou deserddado pelo testador será excluído da sucessão como resultado de uma pena civil que lhe foi judicialmente aplicada por haver injuriado ou atentado contra a vida do autor da herança (Madaleno, 2020, p. 163).

Vale ressaltar que o efeito de exclusão é pessoal, dirigindo-se somente ao excluído, os sucessores do indigno não perdem o seu direito à herança, contudo a restrição por indignidade não é permanente, partindo do pressuposto que o ofensor pode ser perdoado pelo ofendido por meio de testamento ou outro ato legal, assim reabilitando o direito à herança em questão de acordo com o art. 1.815, CC/02.

CONCLUSÃO

Conclui-se então que à herança e um direito garantido desde o momento da concepção, a qual deve seguir uma série de comportamentos moralmente aceitos pela sociedade a fim de manter essa capacidade sucessória. O não cumprimento dessas normas pode acarretar na deserddação ou declaração de indignidade, que pode ser declarado por meio judicial através da requisição por parte dos coerdeiros, ou de forma espontânea caso o herdeiro tenha sofrido condenação penal em transitado julgado, em alguma das situações de indignidade como por exemplo atentar contra a vida do falecido.

Só podem ser perdoadas as ofensas, pelo próprio autor da herança quando ainda em vida declara o perdão do indigno por meio testamentário, assim então respeitando sua última vontade deixada, perdoadando assim o deserddado por indignidade.

REFERÊNCIAS

MADALENO, Rolf. **Sucessão Legítima**. 2. ed. Porto Alegre: Grupo GEN, 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.661, de 23 de agosto de 2023**. Altera o Estatuto Da Indignidade. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 06 nov. 2023.



22 de novembro de 2023.

ISBN: 2177-1103.

BRASIL. **Lei nº 13.532, de 7 de dezembro de 2017.** Institui o Estatuto Da Indignidade. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 06 nov. 2023.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DA ENFERMAGEM FORENSE: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

Daniele Rita Assmann Kochhann¹
Gabriele Schek²

INTRODUÇÃO

Diante da diversidade do cuidado em saúde, a enfermagem vem assumindo distintos campos de atuação, entre eles, a área forense. As (a área) ciências forenses podem ser caracterizadas como uma área interdisciplinar que envolve física, biologia, química, matemática e várias outras ciências de fronteira. Seu objetivo é dar suporte às investigações relativas à justiça civil e criminal (Sebastiany *et al.*, 2012).

Segundo a International Association of Forensic Nursing-IAFN, a especialidade é definida como a aplicação da ciência da enfermagem ao público e à justiça; a aplicação relaciona-se aos aspectos forenses do cuidado à saúde combinado com a formação biopsicossocial da enfermeira na investigação científica da morte e/ou tratamento do trauma de vítimas e agressores, atividades criminais, acidentes traumáticos e abuso físico, emocional e sexual.

A especialidade forense abrange diversas áreas de competência, incluindo atenção as vítimas de violência, desastres em massa, sistema prisional e psiquiátrico, entre outros (Abeforense, 2015). A enfermagem forense presta assistência aos mais diversos tipos de violências que ocorrem tanto com familiares quanto com os agressores, assim os profissionais dessa especialidade devem estar preparados para lidar com traumas físicos, psicológicos, sociais, entre outros, além do mais, devem conhecer os sistemas legais, saber recolher provas, e prestar depoimentos em tribunais (Machado, 2019). Diante desta área em ascensão e da complexidade de sua atuação, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual ou quais o conhecimento produzidos pelos enfermeiros acerca da enfermagem forense?

O objetivo deste estudo é identificar, com base na literatura, o conhecimento produzido pelos enfermeiros acerca da enfermagem forense.

1. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que buscou sintetizar o conhecimento produzido pelos enfermeiros acerca da enfermagem forense. Para alcançar o objetivo proposto este estudo foi conduzido a partir das seguintes etapas: 1) formulação da questão norteadora; 2) busca na literatura dos estudos referentes ao tema proposto; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos selecionados; 5) discussão e interpretação dos resultados; e 6) síntese do conhecimento. A busca dos artigos foi realizada nos meses de julho e agosto de 2022 nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic

¹ Enfermeira. Graduada no Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis. Pós-graduanda em Enfermagem em Oncologia. E-mail: danielekochhann00@gmail.com.

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: gabriele@fema.com.br.

Library Online (SciELO), utilizando-se das seguintes palavras chaves segundo a classificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS); Pub- Med: Enfermagem Forense; Conhecimento; Enfermagem; Violência.

Os critérios de inclusão adotados foram: textos completos e acessíveis nas bases de dados descritas referentes a temática, textos de produção nacional e internacional e s publicados nos últimos 5 anos. Em seguida procedeu-se a análise temática do material que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença significa alguma coisa para o objeto estudado.

2. RESULTADOS

Da análise temática resultaram as seguintes categorias que em seu conjunto expressam o conhecimento produzido acerca da enfermagem forense: *“Enfermagem forense: aspectos teóricos e práticos”*; *“Enfermagem forense: da identificação dos sinais de violência à preservação de vestígios”*..

2.1 ENFERMAGEM FORENSE: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

Esta categoria aponta os principais conceitos relacionados a enfermagem forense nas produções científicas selecionadas. Assim, em um dos estudos, a enfermagem forense é compreendida como a ciência forense trata de quaisquer assuntos relacionados à lei perante o Tribunal de Justiça. O termo forense ganhou maior especificidade ao ser incluído nas áreas de atuação profissional relacionadas à saúde como de enfermagem, medicina, odontologia e outras (Silva; Silva, 2009).

Um dos estudos selecionados busca realizar um comparativo entre a prática da enfermagem forense no cenário nacional e internacional. Nos Estados Unidos e Canadá por exemplo, o enfermeiro forense pode atuar em diferentes subespecialidades. O Clinical Forensic Nurse (CFN) é o enfermeiro forense responsável pela assistência às vítimas de violência que são atendidas no contexto hospitalar; O Forensic Nurse Investigator (FNI) atua sob jurisdição de um gabinete médico-legal. Trabalha com a investigação das circunstâncias relacionadas ao ato violento, seja quanto às circunstâncias da morte até fraudes de seguros. Outra subespecialidade é o Forensic Nurse Examiner (FNE) que pode atuar em diversas subespecialidades para a identificação dos casos de violência interpessoal, sobretudo pelo exame físico. Além destes, há o Sexual Assault Nurse Examiner (SANE), o enfermeiro forense treinado para atuar nos casos de violência sexual, realizando o acolhimento, suporte psicológico, exame físico e a coleta de vestígios e o Forensic Psychiatric Nurse (FPN), enfermeiro especializado no atendimento dos agressores com transtornos psiquiátricos e sob custódia (Furtado *et al.*, 2021).

2.2 ENFERMAGEM FORENSE: DA IDENTIFICAÇÃO DOS SINAIS DE VIOLÊNCIA À PRESERVAÇÃO DE VESTÍGIOS

No âmbito dos problemas sociais e de saúde, a violência é um dos problemas mais desafiadores para a sociedade. Autores discutem a importância dos profissionais de enfermagem, especialmente no atendimento as vítimas de violência sexual. Neste sentido, um dos artigos selecionados descrevem a enfermagem como uma categoria

profissional capaz de prestar um atendimento mais humanizado e resolutivo frente as situações de violência (Silva *et al.*, 2021).

Silva *et al* (2014) apresentam um relato de experiência que envolvem a capacitação de enfermeiros brasileiros para o atendimento integral às vítimas de violência sexual. Esta capacitação foi realizada por uma enfermeira forense norte-americana, com especialidade no atendimento às vítimas de violência sexual, por meio da subespecialidade “Sexual Assault Nurse Examiner (SANE)”. Neste subespecialidade, enfermeiros forenses estão habilitados para o reconhecimento de agressões sexuais, incluindo técnicas forenses para coleta de vestígios sem contaminação e preservação da cadeia de custódia, entrevista com os pacientes, identificação, avaliação e documentação de lesões, a fim de colaborar com as investigações criminais.

Vários países já implantaram e/ou implementaram a enfermagem forense como uma especialidade da Enfermagem, como o Japão, Canadá, Austrália, Inglaterra, Peru, Quênia, Coreia, Índia, Jamaica, Suécia e Itália. (Silva; Silva, 2009). Nestes países, a enfermagem forense tem sido praticada por enfermeiros que examinam, coletam evidências e prestam cuidados às vítimas de violência, através da observação clínica contínua do estado biopsicossocial dos indivíduos (Silva; Silva, 2009).

Com relação aos locais de atuação, estudos apontam que a enfermagem forense pode estar implantada em locais diversos, desde hospitais ao tribunal de justiça, como consultora em casos em que há suspeita de abuso e negligência, em serviços hospitalares e na comunidade. Contribui, assim, em comitês de ética de serviços de saúde, nas atividades educativas para indivíduos ou grupos com comportamentos de risco, abuso de álcool e drogas e na organização de campanhas contra a violência (Silva; Silva, 2009).

Estudos apontam que, apesar do grande número de vítimas de violência serem atendidas pelos profissionais da enfermagem, grande parte destes profissionais não possuem acesso à informação sobre esta especialidade (Deslandes, 2001).

CONCLUSÃO

O estudo objetivou sintetizar o conhecimento produzido acerca da enfermagem forense no Brasil, com ênfase a como esta especialidade apresenta experiências exitosas em alguns países, especialmente nos Estados Unidos. Nos estudos analisados, observa-se que a enfermagem forense vem sendo discutida dada a sua importância frente ao atendimento de vítimas de violência, com vistas a identificação das mesmas assim como a preservação de vestígios que podem ser de interesse já justiça. O profissional de enfermagem no campo das ciências forenses pode associar ciência de enfermagem, ciência forense e saúde pública, para assim cuidar de pacientes, famílias e comunidades. Podem atuar tanto nos casos em que já ocorreu a violência, tratando e direcionando as vítimas, como na prevenção de futuros casos, o que resulta em redução dos determinantes sociais e melhora a qualidade de vida da população.

Por fim, os estudos a respeito da temática ainda são poucos, sendo necessário que outros pesquisadores desenvolvam mais pesquisas sobre o tema, com o intuito de tornar essa especialidade mais conhecida.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM FORENSE. **Parecer sobre Campo de Atuação da Enfermagem Forense Brasileira protocolado no COFEN**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.abeforense.org.br/parecer-sobre-campo-de-atuacao-da-enfermagem-forensebrasileira-protocolado-no-cofen/>>. Acesso em: 01 de abr. 2020.

DESLANDES, SF. A interação entre os profissionais e as vítimas de violência. In: Frágeis deuses: profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida [online]. Rio de Janeiro: **Editora FIOCRUZ**, 2001. Antropologia & saúde collection, pp. 119-148. ISBN: 978-85-7541-528-3. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/r7pjf/epub/deslandes-9788575415283.epub>>. Acesso em 13 out. 2023.

FURTADO, B. M. A. S. M., et al. A perícia na enfermagem forense: trajetórias e possibilidades de atuação. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.55, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2020-0586>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

MACHADO, B. P. Conhecimento em enfermagem forense dos estudantes de enfermagem: um estudo exploratório. **Repositorio-aberto.up.pt**, 17 jul. 2019. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10216/121419>>. Acesso em: 05 de jun. 2021.

SEBASTIANY, A. P. et al. A utilização da Ciência Forense e da Investigação Criminal como estratégia didática na compreensão de conceitos científicos. **Educación Química**, v. 24, n. 1, p. 49–56, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-893X2013000100009>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SILVA, J. DE O. M. et al. Planejamento e implementação do curso Sexual Assault Nurse Examiner para o atendimento às vítimas de violência sexual: relato de experiência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, 28 jun. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020029803739>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SILVA, K. B.; SILVA, R. C. Enfermagem Forense: uma especialidade a conhecer. **Cogitare Enfermagem**, v. 14, n. 3, p. 564-568, jul/set. Curitiba, Paraná. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/16191/10709>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

A RELEVÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DO ENFERMEIRO DA ATENÇÃO BÁSICA AO INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO

Amanda Hofmeister Mateus¹
Bruna Letícia Soares²
Bruna Knob Pinto³

INTRODUÇÃO

O período do aleitamento materno (AM) é crucial não apenas para a saúde do bebê, mas também para a da mãe, além de manter e fortalecer o vínculo especial que se desenvolve durante a gravidez. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda o aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida do recém-nascido, enfatizando a sua importância como fonte essencial de nutrientes, vitaminas, proteínas, minerais, ácidos graxos e substâncias fundamentais para o desenvolvimento imunológico (Gonçalves *et al.*, 2022).

Neste sentido, à medida que as mulheres conquistaram independência e passaram a enfrentar novos desafios e rotinas, houve a necessidade de adaptar-se a essas mudanças. Isso incluiu a introdução de alternativas, como fórmulas suplementares, na alimentação do bebê. Contudo, é fundamental reconhecer que essa transição para o desmame precoce pode acarretar consequências negativas para a saúde da criança (Gonçalves *et al.*, 2022).

É nesse contexto que o enfermeiro desempenha um papel crucial durante o pré-natal. O enfermeiro deve adotar uma abordagem acolhedora e informativa, trabalhando para esclarecer dúvidas e incentivar o aleitamento materno exclusivo. Para atingir esse objetivo, o primeiro passo essencial é realizar uma anamnese completa, avaliando a aceitação da gestação pela paciente e determinando se ela dispõe de uma rede de apoio adequada, o que contribui para o fortalecimento do vínculo com a gestante (Dias *et al.*, 2022).

Com base nas informações obtidas durante a anamnese, é possível estabelecer um plano de ação personalizado, direcionando as ações desde o início da descoberta da gestação. Esse plano visa abordar as vulnerabilidades específicas encontradas na avaliação inicial, promovendo um ambiente propício para o sucesso do aleitamento materno (Zanlorenzi *et al.*, 2022).

Diante dessas considerações, este estudo tem como objetivo principal identificar, na literatura científica, a importância do apoio do enfermeiro no processo de aleitamento materno, bem como seu papel na promoção da saúde do binômio mãe-bebê.

¹ Acadêmica do 6º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis. amandahofmeistermateus@gmail.com

² Acadêmica do 6º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis. bruna.du16soares@gmail.com

³ Professora do curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis. brunaknob@fema.com.br

1 METODOLOGIA

Trata-se de um resumo expandido que objetiva investigar e analisar o conhecimento sobre um tema específico utilizando rigor metodológico para análise das pesquisas selecionadas. Foi conduzida a partir de artigos encontrados nas bases de dados Literatura Latino americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF).

Foram adotados descritores combinados, incluindo “*aleitamento materno*”, “*saúde da mulher*”, “*enfermagem*” e “*atenção básica*”, como critérios de busca para a seleção dos estudos a serem incluídos neste resumo. Os critérios de inclusão estabelecidos foram a data da publicação dos artigos, limitando-se ao período de 2003 a 2013. Em contrapartida, os critérios de exclusão envolveram artigos publicados há mais de 10 anos, bem como artigos quem não fossem escritos em português.

A seleção inicial dos estudos por meio da aplicação de critérios de inclusão e exclusão preestabelecidos foi o primeiro filtro adotado. O segundo deu-se por intermédio da leitura dos títulos e dos resumos dos artigos previamente selecionados, excluindo-se as duplicações; o terceiro filtro foi realizado mediante a leitura crítica dos artigos selecionados na etapa anterior, refinando segundo critérios de qualidade e permanecendo somente as publicações cujos dados apresentaram relevância para a presente pesquisa, sendo assim incluídos na análise final.

Após os critérios adotados, contemplaram o objetivo deste estudo, seis artigos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Sabendo-se que a gestante após o parto deverá estar confiante e preparada para o período de lactação, o enfermeiro tem papel fundamental de esclarecer e sanar dúvidas de forma objetiva referente as dificuldades durante todo o período do pré-natal. Para que isto ocorra de maneira eficiente, o profissional deve estar atualizado de seus conhecimentos e estar ciente se a mãe tem interesse em amamentar o neonato de forma exclusiva, criando abordagens que a façam perceber que a amamentação exclusiva é benéfica para ambos desde o momento do parto (Dias, 2022).

O aleitamento materno dá condições para que o bebê cresça e se desenvolva adequadamente até o sexto mês, sendo uma fonte importante de proteínas nos dois primeiros anos de vida, não é diluído, não se contamina e está sempre pronto e fresco para ingestão. O leite materno traz todos os nutrientes em quantidade e qualidade que a criança necessita, desenvolvendo inúmeras vantagens imunológicas, psicológicas, afetivas e emocionais (Barbosa, 2020).

Em busca de aumentar essa porcentagem, o enfermeiro tem o importante papel de educar e viabilizar o acesso ao aleitamento materno para as futuras mães, já que na atenção básica constitui espaço privilegiado para incentivar o aleitamento materno (Dias *et al*, 2022).

Na atenção básica as lactantes devem ter acesso a orientações sobre os benefícios e o manejo do AM. Os profissionais de saúde devem possuir habilidades de aconselhamento para que suas orientações sejam efetivas e as gestantes e lactantes possam se sentir seguras para superar possíveis

dificuldades que surjam no processo da amamentação (Dias *et al.*, 2022, p. 03).

Sabe-se ainda que o enfermeiro tem a capacidade de inserir as gestantes em grupos de apoio, oficinas e palestras durante todo o pré-natal, os quais promovem educação em saúde referente ao aleitamento materno e contribuem para a prática de amamentação eficaz (Zanlorenzi *et al.*, 2022).

Para que o enfermeiro obtenha sucesso em suas orientações, faz-se necessário um embasamento teórico/prático e cuidado de qualidade, isso adquire-se por meio de uma formação sólida, que correlaciona a teoria e a prática, porém, alguns estudos mostram que no Brasil, as experiências e ensinamentos ofertados durante a graduação não são suficientes para que o enfermeiro atue na atenção básica, sendo necessário ampliar seus conhecimentos com projetos de extensão e pesquisa, realização de cursos de especialização e ainda participação em disciplinas eletivas durante a trajetória acadêmica (Zanlorenzi *et al.*, 2022).

3 ANÁLISE

Uma das fragilidades observadas envolvem embasamento teórico/prático incipiente dos profissionais de enfermagem, cuidado limitado voltado ao aleitamento materno e à desorganização do serviço e do processo de trabalho. Como potencialidade, identificou-se a educação em saúde desenvolvida pelo enfermeiro durante o pré-natal e o pós-parto.

O conhecimento das mães está centrado nos benefícios para a saúde e o desenvolvimento da criança por outro lado, as mães têm dificuldades para praticarem o aleitamento materno exclusivo devido alterações mamárias e relataram o desmame precoce em função da baixa produção de leite e dificuldade da pega pelo bebê, desta forma iniciam a introdução das mamadeiras.

Com base na análise descritiva, evidenciou-se que os artigos que propuseram esse resumo, apresentam considerações acerca das dificuldades por primíparas e orientações dadas pelo enfermeiro sobre aleitamento materno exclusivo.

Visto ser uma prática prioritária de vida, o processo de amamentação exclusiva não é realizado conforme o indicado, devido a diversos fatores que interferem na prática da amamentação. Por vezes isso ocorre devido uma história pregressa de amamentação mal sucedida, falta de incentivo familiar, uma gravidez indesejada e até mesmo a falta de informação para que a amamentação se torne mais fácil, menos dolorosa e mais prazerosa para o binômio mãe-bebê.

CONCLUSÃO

A análise das produções científicas possibilitou destacar a importância do aleitamento materno exclusivo por, pelo menos, até seis meses, e o papel fundamental desempenhado pelos enfermeiros nesse processo de incentivo e orientação. A amamentação, embora seja um ato natural, pode ser desafiadora para as mães, exigindo um entendimento abrangente sobre o ato. Nesse contexto, a atuação contínua e o apoio prestado pelos enfermeiros se revelam cruciais, pois eles

estão em contato próximo com as puérperas e neonatos desde o período pré-natal até as consultas de puerpério e puericultura.

A enfermagem desempenha um papel central no acompanhamento e na resolução de dúvidas relacionadas ao período de amamentação, uma vez que esse processo envolve complexidades sociais, biológicas, psicológicas e culturais que podem dificultar sua prática. Portanto, a abordagem do enfermeiro deve ser integradora, em colaboração com a equipe multidisciplinar, garantindo um acompanhamento completo e efetivo.

O enfermeiro não apenas auxilia no manejo da amamentação, mas também transmite confiança e segurança à mãe, contribuindo para o sucesso da amamentação e, conseqüentemente, para uma melhor saúde tanto da mãe quanto do bebê. É essencial que a equipe de saúde trabalhe em conjunto para promover e apoiar a amamentação, reconhecendo-a como um pilar fundamental na promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento saudável da criança.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, R.C.; TREVISAN, J.A. A Importância do Enfermeiro no Incentivo ao Aleitamento Materno: uma revisão de literatura. **Faculdades Promove de Brasília**. 2020. Disponível em: <http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/7a26bb461b3bd3d6a6b088d6bf87a476.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- BARBOSA, D.F.R.; REIS, R.P. O enfermeiro no incentivo ao aleitamento materno. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, vol. 6, nº 1, setembro 2020. Disponível em <<https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/download/432/192>>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Guia alimentar: amamentação exclusiva até os seis meses de vida protege e prepara o organismo do bebê. **Ministério da Saúde – GOV**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/guia-alimentar-amamentacao-exclusiva-ate-os-seis-meses-de-vida-protege-e-prepara-o-organismo-do-bebe>>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- DIAS, E.G.; SENA, P.F.R.; SAMPAIO, S.R.; BARDAQUIM, V.A.; CAMPOSS, L.M.; ARAÚJO, R.A. Estratégias de promoção do aleitamento materno e fatores associados ao desmame precoce. **Biblioteca Virtual em Saúde**. 7(1): 1-21, Jan-Jun, 2022. Disponível em <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1380531>>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- FONSECA, M.A.F.; ANTUNES, V.P. A atuação do enfermeiro na orientação de primíparas sobre o aleitamento materno exclusivo. **Revista Nursing**, vol. 25, nº. 290, 2022. Disponível em: <<https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2602>>. Acesso em: 04 jun. 2023.



22 de novembro de 2023.

ISBN: 2177-1103.

ZANLORENZI, G.B.; WALL, M.L.; ALDRIGHI, J.D.; BENEDET, D.C.F.; SKUPIEN, S.V.; SOUZA, S.R.R.K. Fragilidades e potencialidades do cuidado de enfermagem em aleitamento materno na atenção primária: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem UFSM**, vol. 12, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/68253>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

A PERCEPÇÃO DA MULHER ACERCA DA VIOLÊNCIA SOFRIDA PELO PARCEIRO: UM ESTUDO DE REVISÃO

Luana da Cruz Carvalho¹
Raielli Taina Manhabosco²
Gabriele Schek³

INTRODUÇÃO

A violência é definida como o uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte ou dano psíquicos, podendo ser através de coação ou privação de liberdade (OMS, 2022). As situações de violência perpassam diferentes grupos sociais, todavia, observa-se um aumento nas situações de violência contra as mulheres. Estima-se que ao longo da vida, uma em cada três mulheres são submetidas a violência física e sexual (OMS, 2002). Segundo dados disponibilizados pelo Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação, do Estado do Rio Grande do Sul, até junho de 2023 já são 8.876 notificações de violência contra a mulher no estado, sendo 1.480 violência sexual. No ano de 2022 foram 26.382 notificações, destas, 19.664 foram sofridas por pessoas do sexo feminino. Os tipos de violência que mais foram sofridas, neste último ano, são físicas (6.532), sexual (3.208), moral (2.620), além destes, contém 300 suicídios e 6.112 lesões autoprovocadas (Rio Grande So Sul, 2023).

Grande parte das mulheres vítimas de violência são acompanhadas de sentimento de culpa, medo e vergonha. Nesta perspectiva, as vítimas necessitam encontrar na rede de atenção à saúde um ponto de acolhimento, com profissionais capacitados para atendê-las pautando-se na ética, no respeito e no atendimento humanizado (Brasil, 2012; Lima, 2014). Diante do exposto, este estudo tem como objetivo identificar, com base na literatura, a percepção da mulher acerca da violência infringida pelo parceiro.

1 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que buscou identificar na literatura a percepção da mulher acerca da violência sofrida pelo parceiro. Para alcançar o objetivo proposto este estudo foi conduzido a partir das seguintes etapas: 1) formulação da questão norteadora; 2) busca na literatura dos estudos referentes ao tema proposto; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos selecionados; 5) discussão e interpretação dos resultados; e 6) síntese do conhecimento. A busca dos artigos foi realizada nos meses de março a agosto de 2023 nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific

¹ Acadêmica de Enfermagem. Fundação Educacional Machado de Assis. E-mail: carvalholuana727@gmail.com

² Acadêmica de Enfermagem. Fundação Educacional Machado de Assis. E-mail: raimanhabosco3@gmail.com

³ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Fundação Educacional Machado de Assis. E-mail: gabriele@fema.com.br

Eletronic Library Online (SciELO), utilizando-se das seguintes palavras chaves segundo a classificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Mulher; Violência; Saúde. Os critérios de inclusão adotados foram: textos completos e acessíveis nas bases de dados descritas referentes à temática, textos de produção nacional e por fim, textos publicados nos últimos seis anos. Ao final da leitura, sete artigos foram elegíveis procedendo-se assim a análise temática. Os resultados estão apresentados em duas categorias intituladas: **“Ele não era assim:” a violência velada no ambiente familiar; “Isso vai passar”: as tentativas de controlar atos violentos do parceiro; “Eu me sinto mal”: os sentimentos vivenciados por mulheres vítimas de violência infringida pelo parceiro; [grifo nosso].**

2 RESULTADOS

“Ele não era assim:” a violência velada no ambiente familiar

Estudo realizado com 40 mulheres cadastradas em duas unidades básicas de saúde na cidade Manaus apontou que, 87% foram vítimas de violência psicológica e 85% delas sofreu violência moral (Silva *et al.*, 2023). Estas duas modalidades de violência são, muitas vezes, difíceis de serem percebidas pelas vítimas, xingamentos e humilhações passam a ser consideradas como algo natural nos relacionamentos, tonando parte do cotidiano familiar.

Estudo realizado com mulheres mexicanas identificou a presença traições e humilhações vivenciadas por mulher. Homens que passam a exigir mudanças de comportamento por parte de suas parceiras, além da saída de mercado de trabalho para cumprir com o papel esperado de uma esposa (Coronado; 2019).

Outro aspecto importante é abordando no estudo de Gomes et al (2022) são as mudanças, muitas vezes sutis de comportamento percebidas pelas mulheres com relação ao parceiro. Para as mulheres entrevistadas neste estudo, o parceiro começa a instituir no ambiente familiar pequenas privações, como por exemplo, a proibição de falar com familiar. Tal ação passa a ser compreendida como demonstrações de ciúmes e que fazem parte de todo o relacionamento.

Nesta perspectiva, Hirt *et al.*, (2017) destaca que no contexto rural, atos de violência são frequentemente despercebidos pelas mulheres, tendo em vista a representação social da família, ou seja, o poder e a autoridade do homem como provedor e chefe da casa, colocando a mulher em um papel de subordinação, obediência e serviço. Estudo que objetivou analisar o discurso de mulheres e homens em processo criminal sobre a vivência de violência conjugal, corrobora com a ideia da mulher como um ser subordinado ao homem, que tem por obrigação realizar as tarefas domésticas e que o seu descumprimento, pode ser um gatilho para a agressões nas formas psicológica, moral, patrimonial, sexual e física (Sousa *et al.*, 2018).

O estudo supracitado ainda coloca em evidencia que, o pedido de socorro para as situações de violência contra a mulher se apresenta apenas quando a violência infringida na vítima é a física. Outras formas de violência parecem ser suportadas com mais frequência no ambiente familiar (Sousa *et al.*, 2018).

“Isso vai passar”: as tentativas de controlar atos violentos do parceiro

Um dos artigos analisados descreve as como muitas mulheres, mesmo sendo vítimas de violência tentaram de muitas formas fazer com que os atos violentos produzidos pelo parceiro cessassem. Mesmo diante de ameaças, agressões verbais

e físicas e na tentativa de não abdicar de um casamento, muitas mulheres acabavam assumindo todas as responsabilidades relativas ao lar e também ao sustento da família, na tentativa de que pudera haver mudanças no comportamento agressivo do parceiro (Gomes *et al.*, 2022). O mesmo estudo ainda destaca que, por alguns períodos, o comportamento agressivo do parceiro poderia cessar, todavia, a relação conjugal sem violência era incapaz de se fortalecer.

Gomes *et al.* (2022) ainda discute são frequentes os pedidos de desculpa e promessas de mudanças, todavia, incapazes de se concretizar. Este resultado corrobora com a publicação de Coronado (2019) o qual aponta que mulheres vítimas de violência infringida pelo parceiro tendem a mostra-se esperançosas com relação as mudanças de comportamento.

“Eu me sinto mal”: os sentimentos vivenciados por mulheres vítimas de violência infringida pelo parceiro

Estudo realizado com mulheres vítimas de violência sexual aponta que os sentimentos mais frequentes frente a essas situações é o medo, vergonha, tristeza e constrangimento, além de explicitarem o dano à autoimagem e psicológico (Santiago; Gomes; Nery, 2018). O sentimento de medo está frequentemente associado a denúncia e uma possível retaliação por parte do parceiro, uma vez que, muitos já possuem passagem pela polícia. A vergonha e o constrangimento estão relacionados ao julgamento social frequentemente presente na vida de mulheres vítimas de violência (Esperandio *et al.*, 2020).

Outro aspecto a ser discutido, faz referência ao sentimento de solidão vivenciados pelas mulheres em situação de violência. Muitas não encontram um espaço de acolhimento dos serviços de saúde para poderem revelar a violência sofrida (Esperandio *et al.*, 2020).

CONCLUSÃO

Atualmente os casos notificados de violência contra a mulher vem em grande crescente, especialmente casos do tipo conjugal, ou seja, aqueles que são acometidos por companheiros. Alguns tipos não são identificados ou são consideradas situações de normalidade pela vítima, como o caso das violências psicológicas, patrimoniais e morais, sendo assim muitas vezes estas não são notificadas. Contudo, um dos maiores números de notificações feitas são devido a violência física, pois nesta, as vítimas normalmente procuram atendimentos assistenciais, assim sendo notificadas.

Observa-se que grande maioria dos agressores, quando crianças vivenciaram situações de violência em suas casas, sendo replicada em sua fase adulta. Porém, muitas mulheres acreditam que o agressor não repetirá o ato, acreditam que foi uma situação passageira que não voltará a acontecer. Devido a isto, consentem em não buscar atendimento e nem realizar ocorrências na delegacia.

As vivências rotineiras de violências acarretam prejudicialmente na saúde da vítima, tanto de forma física, mas principalmente psicológica, pois muitas acabam desenvolvendo ideações suicidas, depressão, ansiedade, pânico e medo de se relacionar com outras pessoas. Sendo assim, grande maioria necessita de acompanhamento tanto médico, quanto de enfermagem e psicológico para o resto de suas vidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento à Demanda Espontânea**: queixas mais comuns na Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica nº 28, volume III. Departamento de Atenção Básica - Brasília - DF: Ministério da Saúde, p. 237-244, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Violência Intrafamiliar: Orientações para a prática em serviços. **Cadernos de Atenção Básica nº 8**. Departamento de Atenção Básica - Brasília - DF: Ministério da Saúde, p. 47-62, 2002.

CORONADO, Ligia Noemi Kumul. La violencia del amor romântico em la narrativa de dos mujeres mexicanas. **Psicologia & Sociedad**, v. 31, 2019.

ESPERANDIO, Evelin Gomes; MOURA, Anna Tereza Miranda Soares de; FAVORETO, Cesar Augusto Orazem. Violência íntima: experiências de mulheres na Atenção Primária à Saúde no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Interface**, v. 24, 2020.

GOMES, Nadirlene Pereira; et al. Permanência de Mulheres em Relacionamentos Violentos: desvelando o cotidiano conjugal. **Cogitare Enfermagem**, v. 27, 2022.

HIRT, Maiara Carmosina; et al. Representações Sociais da Violência contra Mulheres Rurais para um Grupo de Idosas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, 2017.

LIMA, Francisca. Violência Contra a Mulher: uma análise sobre a perspectiva dos profissionais da secretaria da mulher, cidadania e direitos humanos do município de Pacatuba. **Faculdade Cearense (FaC)** - Fortaleza - CE, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Portal BI Saúde. **Gestão Municipal. 2023**. Disponível em: <<http://bipublico.saude.rs.gov.br/index.htm>>.

SANTIAGO, Roberta Fortes; GOMES, Stephany Vieira; NERY, Inez Sampaio. Sentimentos e Estratégias de Enfrentamento em Mulheres Vítimas de Violência Sexual. **Revista Interdisciplinar**, v.11, nº 3, 2018.

SILVA, Dayane Elcyfrania Souza da; et al. Violência Doméstica contra a Mulher: relato de mulheres atendidas na atenção básica nas zonas leste e centro-sul na cidade de Manaus. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, 2023.

SOUSA, Anderson Reis de; et al. Violência Conjugal: discursos de mulheres e homens envolvidos em processo criminal. **Esc. Anna Nery**, v. 22, 2018.

b

World Health Organization (WHO). **World Report on Violence and Health**. Geneva: WHO; 2022.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Gustavo Follmann¹
July de Oliveira Venites²
Gabriele Schek³

INTRODUÇÃO

Diferentes modelos de assistência marcam a trajetória da saúde mental no Brasil. As mudanças nas concepções epistemológica e simbólica da loucura e do adoecimento mental no país influenciaram a conformação de várias práticas e formas organizativas de cuidado. Ademais, os contextos sociopolítico e econômico, bem como a forma de organização do sistema de saúde, contribuíram para a transformação das instituições e das abordagens no âmbito da saúde mental (Sampaio; Junior, 2021). Com relação a assistência ofertada aos pacientes com transtornos mentais, os serviços de Atenção Básica constituem-se um plano privilegiado para o cuidado das necessidades destes pacientes. O enfermeiro, como atuante direto neste serviço, deve estar preparado para prestar uma assistência de qualidade ao paciente e seus familiares, a fim de contribuir para uma assistência convergente com as necessidades de saúde da população (Nunes *et al.*, 2020). Diante destas considerações, este estudo tem como objetivo identificar os desafios e as potencialidades na atuação da enfermagem na Saúde Mental no contexto da Atenção Básica.

1 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que buscou sintetizar artigos científicas que discutem os desafios e as potencialidades na atuação da enfermagem na Saúde Mental no contexto da Atenção Básica. Para alcançar o objetivo proposto este estudo foi conduzido a partir das seguintes etapas: 1) formulação da questão norteadora; 2) busca na literatura dos estudos referentes ao tema proposto; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos selecionados; 5) discussão e interpretação dos resultados; e 6) síntese do conhecimento. A busca dos artigos foi realizada nos meses de julho e agosto de 2023 na base de dados eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando-se das seguintes palavras chaves: Enfermagem; Saúde Mental; Atenção Básica. Os critérios de inclusão adotados foram: textos completos e acessíveis na referida base de dados, textos de produção nacional com vistas a aproximar a discussão ao contexto brasileiro e por fim, textos publicados nos últimos 10 anos. Após a realização da estratégia de busca, procedeu-se a leitura dos títulos e resumos, aplicando os critérios de seleção supracitados acima. Em seguida procedeu-se a análise temática do material que consiste em descobrir os núcleos de sentido que

¹ Acadêmico do 10º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado do Assis. Santa Rosa, RS, Brasil.

² Acadêmica do 10º semestre do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado do Assis. Santa Rosa, RS, Brasil: E-mail.

³ Docente do Curso de Bacharelado das Faculdades Integradas Machado do Assis. Santa Rosa, RS, Brasil.

compõem uma comunicação cuja presença significa alguma coisa para o objeto estudado (Minayo, 2008).

2 RESULTADOS

A seguir estão descritas as duas categorias que, em seu conjunto, expressam os desafios e potencialidades na atuação da enfermagem em saúde mental no contexto da Atenção Básica.

2.1 DESAFIOS NA ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA

A atuação da Enfermagem na saúde mental no contexto dos serviços de atenção básica impõem uma série de desafios cotidianos. Estes podem estar relacionados ao processo de formação do enfermeiro nos cursos de graduação. Pesquisa que objetivou analisar as limitações, estratégias, importância e entraves na condução do ensino de saúde mental na graduação em Enfermagem para a atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde identificou a inexistência de propostas de ensino de saúde mental com ênfase na APS e a falta de receptividade dos profissionais de saúde no campo onde os estágios curriculares são realizados. Além disso, o estudo aponta a dificuldades relacionadas a estrutura dos serviços de atenção básica associado a ausência de práticas profissionais que abordem a saúde mental da comunidade nestes espaços (Nóbrega *et al.*, 2020).

Outro grande desafio encontrado na literatura científica é a desmedicalização. Estudo realizado com 6 enfermeiros destaca que o cuidado em saúde mental realizado por estes profissionais possui limitação constatada através de ações reducionistas, a exemplo da medicamentação do sujeito, onde há renovação de receitas sem critérios, e de encaminhamentos errôneos para a rede de atenção psicossocial. Com isso, a resolubilidade nos casos de saúde mental está restrita a ações que envolvem o uso de medicamentos, visando tratar os sintomas (Campos *et al.*, 2018).

A falta de capacitação de enfermeiros e demais profissionais de saúde também foi encontrado na literatura como um desafio cotidiano. Estudo desenvolvido com enfermeiros, médicos e psicólogos que atuam em uma Unidade de Estratégia de Saúde da Família destaca a necessidade de investir na qualificação dos profissionais que atuam na APS visto a complexidade que a terapêutica aplicada aos transtornos mentais. Ressalta-se que, na percepção dos profissionais, apesar de o município oferecer treinamentos e capacitações na área, estes são insuficientes (Cardoso *et al.*; 2022).

2.2 POTENCIALIDADES NA ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA

A autonomia do enfermeiro no contexto dos serviços de Atenção Básica é descrito na literatura como sendo um aspecto favorável para atenção à saúde mental da população. O enfermeiro atua de forma independente, dentro de suas competências profissionais específicas. Outro ponto importante é a existência de

protocolos que reforçam as competências éticas e legais no exercício da enfermagem, tornando as ações mais resolutivas, inclusive na saúde mental (Pereira *et al.*; 2018).

Na saúde mental, as residências e programas de integração entre ensino e pesquisa assim como os processos formativos de trabalhadores é um potencializa o compartilhamento de experiências e ações que podem fortalecer a saúde mental no contexto da atenção básica. Tais práticas contribuem para que documentos e estratégias fundamentadas na promoção da saúde e nos direitos humanos da população sejam mobilizadas (Soalheiro *et al.*, 2023).

Outra potencialidade da atuação da enfermagem na saúde mental no contexto da atenção básica refere-se ao compartilhamento de saberes entre os profissionais da rede que culmina na construção coletiva dos projetos terapêuticos capaz de sugerir aspectos além dos cuidados com os sinais e os sintomas, mas incluindo também os aspectos da vida e do sofrimento apresentados no caso clínico mediante vivências pessoais e da própria existência humana, na tentativa de ampliação do projeto terapêutico dos usuários (Jorge *et al.*, 2013).

Para Fornereto *et al.*; (2023) há um consenso entre os profissionais de que o trabalho colaborativo qualifica as intervenções em Saúde Mental. As reuniões em equipe, a discussão de casos e o matriciamento compõem algumas das estratégias utilizadas pelos profissionais para a efetividade das ações em saúde mental.

CONCLUSÃO

Em seu conjunto, as publicações selecionadas retratam as principais potencialidades e os principais desafios dos enfermeiros no contexto da atenção básica. Dentre as potencialidades, destacam-se a autonomia da enfermagem no campo da saúde mental e o compartilhamento dos saberes dentro das equipes multidisciplinares.

Com relação ao desafios, os artigos destacam a falta de formação da enfermagem para atuar no campo da saúde mental desde a graduação até a falta de capacitações para aqueles que á estão no mercado de trabalho. A desmedicalização também é um constante desafio, ou seja, a presença de práticas profissionais voltadas somente ao ato de medicalizar os indivíduos, deixando outras ações terapêuticas distantes e inacessíveis para boa parte da população.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, D.B.; BEZERRA, I.C.; JORGE, M.S.B. Tecnologias do Cuidado em Saúde Mental: práticas e processos da Atenção Primária. **Rev. Bras. Enferm.** v,71 (suppl 5), 2018.

CARDOSO, L.C.B et al. Assistência em Saúde Mental na Atenção Primária: perspectiva dos profissionais da Estratégia Saúde da Família. **Rev. Bras. Enferm.** v.75 (Supl. 3), 2022.

FORNERETO, A.P.; SOUSA, D.F.; MARTINI, L.C. Educação Permanente em Saúde como Estratégia para Trabalho Colaborativo na Rede de Atenção Psicossocial. **Interface**, n. 27, 2023.

JORGE, M.S.B.; SOUSA, F.S.P.; FRANCO, T.B. Apoio matricial: dispositivo para resolução de casos clínicos de saúde mental na Atenção Primária à Saúde. **Rev. Bras. Enferm**, v. 66, n. 5, 2013.

MINAYO, M C S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde / Maria Cecília de Souza Minayo. - São Paulo: Hucitec, 2008.

NÓBREGA, M.P.S.S et al. Ensino de enfermagem em saúde mental no brasil: perspectivas para a atenção primária à saúde. **Texto Contexto - Enferm**. v.29, 2020.

NUNES, V.V. et.al. Saúde mental na atenção básica: atuação do enfermeiro na rede de atenção psicossocial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/B5x8LfgYRgB993K7ZDgJd9R/?lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2021.

PEREIRA, J.G.; OLIVEIRA, M.A.C. Autonomia da enfermeira na Atenção Primária: das práticas colaborativas à prática avançada. **Acta Paul Enferm**, v. 31, n. 6, 2018.

SAMPAIO, M.L. JUNIOR, J.P.B. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/9ZyYcsQnkDzhZdTdHRtQttP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 out. 2021.

SOALHEIRO, N et al. Ensino e pesquisa em saúde mental na atenção básica: Portfólio de Práticas Inspiradoras em Atenção Psicossocial. **Trab. Educ. Saúde**, v. 21, 2023.

DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Franciele Rozental Juraswski¹
Gabriele Schek²

INTRODUÇÃO

Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) é “qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico ou qualquer outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção”. Pode ser praticada, segundo o organismo, por qualquer pessoa, independentemente da relação com a vítima, e em qualquer cenário, incluindo a casa e o trabalho.

Os profissionais de saúde tem um importante com combate a violência sexual, suas práticas devem ser pautadas no ECA e nos documentos oficiais que fornecem subsídios ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, como por exemplo, o Caderno da Atenção Básica, “Violência intrafamiliar: orientações para a prática em um serviço”. Dentre as ações esperadas pelos profissionais de saúde estão uma avaliação detalhada dos aspectos físicos e psicológicos da criança ou adolescente, além da coleta de informações junto aos familiares e responsáveis, identificando a coerência entre as explicações fornecidas e o estado clínico da vítima (Schek, 2016). Com base no exposto, o objetivo deste estudo é identificar, com base na literatura, os desafios no enfrentamento da violência sexual em crianças e adolescentes.

1 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura que buscou identificar os desafios no enfrentamento da violência sexual em crianças e adolescentes. Para alcançar o objetivo proposto este estudo foi conduzido a partir das seguintes etapas: 1) formulação da questão norteadora; 2) busca na literatura dos estudos referentes ao tema proposto; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos selecionados; 5) discussão e interpretação dos resultados; e 6) síntese do conhecimento. A busca dos artigos foi realizada nos meses de julho e agosto de 2022 nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando-se das seguintes palavras chaves segundo a classificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Violência doméstica; Criança; Adolescente; Enfermagem; Prática profissional.

Os critérios de inclusão adotados foram: textos completos e acessíveis nas bases de dados descritas referentes a temática, textos de produção nacional e internacional e por fim, textos publicados nos últimos 12 anos. Ao final da leitura, 7 artigos foram elegíveis, sendo estes lidos na íntegra. Em seguida procedeu-se a análise temática do material

¹ Enfermeira graduada pela Faculdades Integradas Machado de Assis. R.franci@hotmail.com

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis. gabriele@fema.com.br

2 RESULTADOS

Quadro 1- Categorias de conteúdo retiradas dos estudos analisados.

Categorias	Significado	Artigos
Notificação e rotinas na assistência à criança/adolescente vítima de violência sexual	A literatura descreve as dificuldades relacionadas as rotinas assistenciais no atendimento às vítimas e a não notificação dos casos	Schek et al.; 2017 Schek et al.; 2018 Silva et al.; 2020
Despreparo profissional e falta de informação para a atuação frente as situações de violência sexual contra crianças e adolescentes	A literatura descreve para o sentimento de despreparo por parte dos profissionais de enfermagem na assistência às vítimas de violência sexual	Lessa; Mayor, 2019 Lustosa et al.; 2014 Melo et al.; 2017
Sentimentos despertados pelos profissionais com relação a violência sexual contra crianças e adolescentes.	A literatura descreve os sentimentos despertados pelas situações de violência sexual e suas influencias no agir dos enfermeiros	Schek et al.; 2018 Woski; Rocha 2010

2.1 NOTIFICAÇÃO E AS ROTINAS NA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA/ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Acerca dos desafios enfrentados no atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, a notificação é uma questão que necessita ser discutida. Pesquisa realizada com 15 profissionais de saúde destacou as dificuldades relacionadas aos registros oficiais que envolvem as situações de violência contra crianças e adolescentes, ou seja, mesmo diante de casos suspeitos e/ou confirmados, muitos profissionais optam por não formalizarem a situação por meio da notificação (Schek *et al.*, 2018).

Estudo de revisão publicado por Silva *et al.*, (2020) evidenciou algumas barreiras encontradas por profissionais de saúde na notificação das situações de violência, dentre elas barreiras burocráticas por falhas nos sistemas utilizados para a notificação. Ademais, o estudo destaca o medo por parte dos profissionais em formalizar a notificação, visto o histórico agressivo os familiares das vítimas.

Com relação as rotinas, o estudo de Schek *et al.*, (2018) destacou que algumas rotinas adotadas frente ao atendimento das situações de violência, independentemente de sua modalidade, limita-se apenas aos cuidados com os aspectos físicos, ou seja, o tratamento das lesões, a aferição dos sinais vitais e a administração de medicação, reduzindo a problemática a tais aspectos. Para Silva *et al.*, (2020) a inexistência de protocolos assistências corrobora com práticas assistências embasadas unicamente na percepção dos profissionais acerca do problema.

Ainda na perspectiva da ausência de rotinas institucionais para o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, o estudo de Schek *et al.*, (2017) destaca que, em muitos serviços, tais rotinas são colocadas com o objetivo de suprir com as demandas locais. Tais práticas assistenciais muitas vezes não convergem com as necessidades de saúde de crianças e adolescentes vitimadas.

2.2 DESPREPARO PROFISSIONAL PARA A ATUAÇÃO FRENTE AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Um dos grandes desafios evidenciados pela literatura no enfrentamento as situações de violência sexual refere-se a falta de preparo dos profissionais tanto da área da saúde como da educação (Melo *et al.*, 2017; Lessa; Mayor, 2019).

Estudo realizado com estudantes de licenciatura e profissionais da educação identificou o sentimento de despreparo destas categorias profissionais para lidar, acolher e tomadas as medidas necessárias frente a violência sexual na infância e adolescentes que possam chegar aos ambiente escolar (Lessa; Mayor, 2019).

Para alguns autores, as escolas tem um papel de grande importância sobre essa temática abordada, onde pode ser usado como uma estratégia para o enfrentamento da violência sexual, pois a escola tem o papel de ensinar, trazendo conhecimento de diversas formas e maneiras, além do conhecimento intelectual, e o seu papel também ensinar questões como afeto, valores e cultura de uma sociedade. As temáticas frequentemente abordadas nas escolas, são elaboradas através de atividades que falam sobre cuidados com o corpo, sexualidade, infecções sexualmente transmissíveis (Santos *et al.*, 2018).

Neste contexto Lessa e Mayor (2019) destacam a falta de espaço para a incorporação de informações relativas a violência sexual na formação de futuros educadores, mesmo a escola sendo um importante espaço para as práticas de promoção e prevenção acerca da temática.

Já na perspectiva dos profissionais de saúde, Lustosa *et al.*, (2014), destacam em seu estudo de revisão que os profissionais de saúde precisam estar preparados para investigar as situações, com ferramentas adequadas para a resolução dos problemas que envolvem a violência sexual em crianças. O mesmo estudo ainda cita que os enfermeiros, por exemplo, desconhecem as características da violência sexual e, que durante o atendimentos às vítimas não aplicam um método específico como por exemplo, o processo de enfermagem.

2.3 SENTIMENTOS DESPERTADOS PELOS PROFISSIONAIS COM RELAÇÃO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Estudo realizado com 11 profissionais da equipe de enfermagem de uma unidade de emergência hospitalar demonstrou sentimentos de pena, dor e sofrimento, muitas vezes incontroláveis. O desejo de justiça pelo crime cometido faz com que muitos profissionais passem a desejar que os abusadores sofram. Diante de tais sofrimentos, a equipe se revolta, não consegue entender e passa a sofrer (Woski; Rocha, 2010).

Estudo realizado por Schek *et al.*, (2018) corrobora com o estudo supracitado. Além dos sentimentos dor e pena destacam-se os sentimentos de impotência dos

profissionais, associados principalmente pela dificuldade que apresentam em perceber resultados positivos em suas próprias intervenções junto a vítimas e famílias. Diante disso, muitos profissionais acabam sentindo-se desestimulados em relação ao próprio trabalho.

CONCLUSÃO

Em seu conjunto, as 7 publicações retratam os desafios no enfrentamento da violência sexual em crianças e adolescentes dentre eles, destacam-se as dificuldades relacionadas as rotinas assistenciais no atendimento às vítimas e a não notificação dos casos, o despreparo por parte dos profissionais de enfermagem na assistência às vítimas de violência sexual e os sentimentos despertados pelas situações de violência sexual e suas influencias no agir dos enfermeiros.

Por fim, é importante destacar que as situações de violência contra crianças e a adolescentes são capazes de despertar sentimentos como indignação e revolta os quais podem dificultar o atendimento as vítimas. A partir destas considerações, este estudo visa fortalecer o conhecimento já produzido a respeito da temática e contribuindo para o processo de educação continuada, visto que permite aos leitores adquirirem e atualizarem seus conhecimentos, contribuindo para uma discussão mais abrangente da temática.

REFERÊNCIAS

LESSA, C. B, MAYER, A. S. A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, Campos dos Goytacazes, RJ, v 9, n. 25, p. 61-77, 2019.

LUSTOSA, A. P, PEREIRA, A.S, MOREIRA, D. P, SILVA, A. P.S, MARQUES, L. A, VIEIRA, L. J. E. S. Abuso sexual contra criança: evidência para o cuidado de enfermagem. **Cadernos ESP**, Ceará, CE, v 8, n. 2, p. 50-63, 2014.

MELO, R. A, SOUZA, L.S, BEZERRA, C.S. Cuidados de enfermagem à criança e adolescente em violência doméstica na visão de graduandos de enfermagem. **RAV Enfermagem**. Bogotá, Colômbia, v 35, n.3, p. 293-302, 2017.

SCHEK, G, SILVA, M. R, LACHARITE, C, BUENO, M. E. N. Os profissionais e a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: entre os preceitos legais e conceptuais. **R Esc Enfermagem USP**. São Paulo, SP, v 50, n. 5, p. 780-785, 2016.

SCHEK, G, SILVA, M. R, LACHARITE, C, CEZAR-VAZ, M.R, BUENO, M. E. N, VENTURA, J. Praticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **R Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, SC, v 27, n.1, 2018.

SCHEK, G, SILVA, M. R.S, LACHARITE, C, BUENO, M.E.N. **Organização das Práticas Profissionais Gente Violência Integra Familiar Contra Criança e Adolescentes no Contexto Institucional**. São Paulo, SP, v 25 p 2889, 2017.



22 de novembro de 2023.

ISBN: 2177-1103.

SANTOS, W.R.C, SANTOS R. A, NEVES, J. A.V, OLIVEIRA, M.V. O papel da Escola para o enfrentamento da violência sexual contra criança nos discursos de professores do Ensino Fundamental em Augusto Corrêa – PA. **Arquivo Brasileiro de Educação**. Belo Horizonte, MG, v 6, n.14, p. 114-154, 2018.

WOISKI, R. O. S, ROCHA, D. L. B. Cuidado de enfermagem à criança vitima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar. **R Enfermagem**, v 14, n. 1, p 143-50, 2010.

MORTALIDADE POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Denian Fabrício Reichert¹
Elisa Adam Puhl²
Gabriele Schek³

INTRODUÇÃO

Doenças cardiovasculares são a principal causa de morte no mundo, sendo caracterizadas por alteração da função de transporte de oxigênio e nutrientes para as células. Estas doenças fazem parte das doenças crônicas não transmissíveis e as mais incidentes incluem doença arterial coronariana, insuficiência cardíaca, infarto agudo do miocárdio, doenças hipertensivas (Paula, 2019). Para Murakami e Santos (2017), o Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) é causado por oclusão total ou parcial de uma artéria coronária, posterior à trombose, embolia ou vasoespasmos de placa aterosclerótica, evoluindo para isquemia severa do tecido muscular cardíaco. Manifesta-se por sintomas de dor torácica prolongada que não cessa com medicamentos, suor intenso, falta de ar, náuseas e vômitos.

Conforme Land, Siqueira e Siqueira-Filho (2017) diversos são os fatores de risco para IAM. Pode-se citar os fatores de risco modificáveis, como por exemplo, sedentarismo, maus hábitos alimentares, tabagismo, alcoolismo. Já os fatores não modificáveis incluem idade, sexo e história familiar de doença do sistema circulatório. O aumento da expectativa de vida fez com que doenças cardiovasculares aumentem exponencialmente, causando impacto socioeconômico, pois, além de possuírem alta taxa de mortalidade e custos elevados de tratamento hospitalar, deixam milhares de indivíduos incapacitados ao trabalho.

Nesta perspectiva, há necessidade de compreender o perfil epidemiológico da população com ênfase as doenças cardiovasculares. Para Barata (2013) a epidemiologia e as políticas públicas devem se inter-relacionar uma vez que, para formular políticas públicas, por meio de programas e protocolos, implementá-las e posteriormente validá-las é necessário reconhecer o perfil epidemiológico populacional.

É neste contexto que o enfermeiro possui um importante papel, visto que, conforme Carvalho, Pareja e Maia (2013), este profissional tem suas práticas voltadas ao manejo do IAM determinando o sucesso do tratamento por meio do planejamento da assistência que se baseia em protocolos institucionais. Ademais, este manejo interfere diretamente nas taxas de morbimortalidade da região e do país.

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo analisar a mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio no estado do Rio Grande do Sul e corroborar com o conhecimento da incidência deste agravo para que, a partir disso, possam ser

¹ Acadêmico(a) do Curso de Enfermagem – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. denianreichert@gmail.com

² Acadêmico(a) do Curso de Enfermagem – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. elisa99puhl@gmail.com

³ Pós-Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria. Orientador(a). Prof.^(a) do Curso de Enfermagem das Faculdades Integradas Machado de Assis. gabriele@fema.com.br

desenvolvidas políticas públicas que considerem as especificidades de sua ocorrência.

1 METODOLOGIA

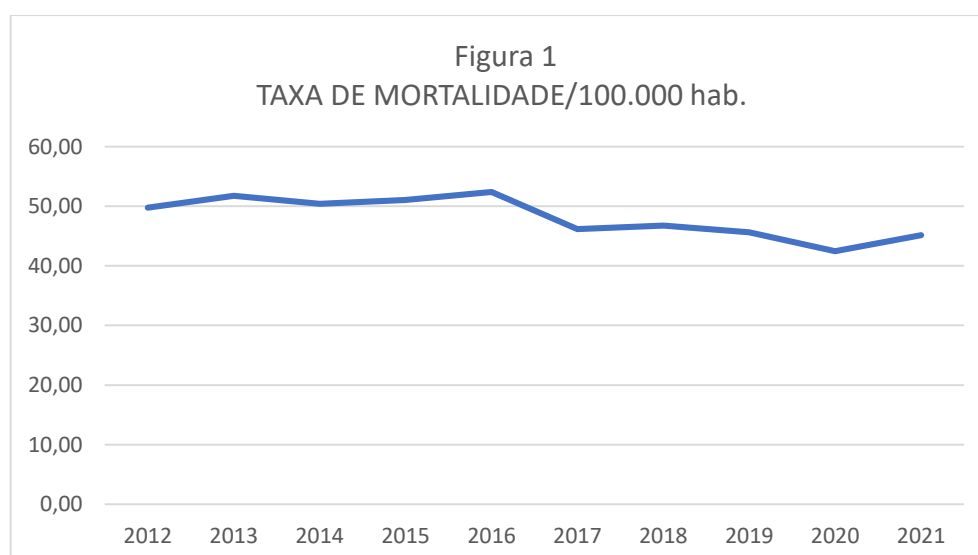
Trata-se de um estudo analítico e descrito com dados obtidos através do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponíveis por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), sobre a mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio no estado do Rio Grande do Sul. Para as informações demográficas do estado, também foram utilizados dados disponíveis no DATASUS.

Os dados referem-se a pessoas a pessoas residentes no Rio Grande do Sul cuja causa de óbito foi Infarto Agudo do Miocárdio entre os anos de 2012 e 2021. Para tanto, foram selecionados os óbitos que tiveram como causa o código I21-Infarto agudo do Miocárdio, da Classificação Internacional de Doenças (CID 10). Em seguida, foram analisadas as variáveis sexo, idade e escolaridade dessa população.

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Entre os anos de 2012 e 2021, foram registrados 54.170 óbitos por infarto agudo do miocárdio em pessoas residentes no estado do Rio Grande do Sul, considerando-se todas as faixas etárias. A evolução das taxas de mortalidade por 100 mil habitantes conforme os anos do período estudado pode ser conferida na figura 1.

Figura 1. Evolução das taxas de mortalidade por 100 mil habitantes, entre 2012 e 2021 no RS.



A taxa de mortalidade teve seu menor valor em 2020, com 42,47 óbitos/100.000 habitantes e seu maior valor em 2016, com 52,40 óbitos a cada 100.000 habitantes. Em estudo semelhante, realizado na região Nordeste do Brasil, constatou-se que, no

mesmo período, as taxas de mortalidade no estado da Bahia foram de 30,26 no ano de 2016 e 36,11 em 2020. Ainda, no mesmo estudo, é possível observar que, no estado do Rio Grande do Norte a taxa de mortalidade foi de 54,37 em 2016 e de 53,56 em 2020 (Barros *et al.*, 2023). Desse modo, os dados permitem avaliar que o estado do Rio Grande do Sul apresentou maiores taxas de mortalidade por IAM do que a Bahia nestes anos, porém, menor do que as taxas do Rio Grande do Norte.

No Brasil, a taxa de mortalidade por IAM em 2019 foi de 48,78/100 mil habitantes e, em 2020 foi de 17,95/100 mil habitantes, o que evidencia uma brusca queda em relação a esses dois anos (Cintra *et al.*, 2021). Nesse contexto, o estado do Rio Grande do Sul teve uma taxa de mortalidade menor do que a nacional em 2019 (45,63/100 mil hab.), porém, em 2020, o estado não apresentou a mesma queda que o restante do país, mantendo uma taxa de 42,47/100 mil habitantes.

Os índices de óbito por IAM no Rio Grande do Sul variam significativamente de acordo com o sexo e a idade do indivíduo. A taxa de mortalidade tende a aumentar conforme a idade da pessoa e, além disso, o gênero masculino apresentou maiores taxas relacionadas a esse agravo. A tabela 1 traz as taxas de mortalidade entre os anos de 2012 e 2021, agrupadas por sexo e faixa etária.

Tabela 1. Taxas de mortalidade entre os anos de 2012 e 2021, agrupadas por sexo e faixa etária no RS.

Tabela 1. TAXA DE MORTALIDADE/100.000 hab. POR IDADE E SEXO									
ANO	SEX O	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais
2012	Masc	0,22	0,90	5,76	28,04	89,69	199,22	407,92	754,34
	Fem	0,23	0,23	1,70	10,63	31,19	85,34	234,88	599,78
2013	Masc	0,67	1,36	5,29	28,29	89,60	202,39	404,80	829,78
	Fem	0,00	0,23	1,80	11,51	36,83	88,25	243,38	647,98
2014	Masc	1,12	1,59	6,30	29,88	86,95	198,07	362,67	760,69
	Fem	0,00	0,46	2,01	13,03	32,36	86,85	231,16	582,29
2015	Masc	0,23	0,91	5,98	27,69	89,81	197,83	374,38	764,52
	Fem	0,23	0,23	3,39	12,47	31,88	86,70	205,43	561,22
2016	Masc	0,46	1,83	6,86	26,64	85,10	194,14	382,10	721,91
	Fem	0,24	0,35	2,78	12,38	33,88	79,05	226,00	566,55
2017	Masc	0,47	1,37	6,93	23,32	73,42	172,82	314,22	622,62
	Fem	0,00	0,35	3,34	10,70	33,22	77,90	169,30	457,94
2018	Masc	0,48	1,49	5,49	25,99	72,26	167,30	347,60	597,74
	Fem	0,25	0,00	2,18	9,77	24,12	66,41	164,20	477,88
2019	Masc	0,25	1,03	5,83	20,07	69,03	165,60	306,08	566,59
	Fem	0,00	0,12	2,19	8,68	25,77	73,49	162,10	432,56
2020	Masc	0,00	0,92	4,54	19,59	59,42	143,09	257,88	610,49
	Fem	0,00	0,59	1,84	9,63	21,28	55,64	143,49	428,44
2021	Masc	0,00	0,92	4,90	16,78	66,98	151,83	269,70	560,76
	Fem	0,28	0,71	1,97	8,24	23,99	67,49	160,56	407,39

Estudo realizado por Ferreira *et al.*, (2020) que buscou avaliar a mortalidade por IAM em todo o Brasil, aponta que as taxas são superiores no sexo masculino, contudo, estão em queda conforme o passar dos anos. Essas informações são semelhantes com a presente pesquisa, visto que se evidenciou que homens

apresentam maior taxa de mortalidade por IAM no Rio Grande do Sul, mas esta encontra-se em queda durante o período analisado.

O número absoluto de óbitos de acordo com a escolaridade é outro dado disponibilizado pelo Sistema de Informações em Mortalidade. Quando analisado a média de mortes por IAM em relação ao tempo de escolaridade do paciente observa-se uma média de 1324 óbitos em pacientes com 4 a 7 anos de tempo de estudo, seguido pela população com 1 a 3 anos de estudo, com média de 1309 óbitos por ano. A tabela 2 traz os óbitos de 2012 a 2021 por anos de estudo.

Tabela 2 - óbitos de 2012 a 2021 por anos de estudo.

Tabela 2. Óbitos por anos de estudo no Rio Grande do Sul							
Ano do Óbito	Nenhuma	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 anos e mais	Ignorado	Total
2012	458	1.467	1.235	568	178	1.451	5.357
2013	491	1.625	1.357	576	176	1.551	5.776
2014	492	1.450	1.301	668	202	1.532	5.645
2015	489	1.414	1.346	725	245	1.522	5.741
2016	468	1.475	1.461	756	233	1.521	5.914
2017	425	1.204	1.292	757	224	1.323	5.225
2018	405	1.141	1.445	790	228	1.285	5.294
2019	416	1.128	1.408	818	196	1.225	5.191
2020	392	1.021	1.225	742	222	1.249	4.851
2021	376	1.090	1.297	759	232	1.422	5.176

Estudo que buscou avaliar o impacto do nível educacional na mortalidade por todas as causas após infarto agudo do miocárdio, a taxa de mortalidade foi maior entre os grupos populacionais com menor escolaridade, em comparação ao grupo com mais de 10 anos de estudo. Nesse contexto, ter menos do que 3 anos de estudo foi relacionado à mortalidade por todas as causas, juntamente com fatores de risco como idade e tabagismo (Barreto *et al.*, 2021).

Conforme aponta Lopes-Júnior (2020) as políticas públicas ordenam as práticas assistências visando atender as necessidades de saúde da população. Isso impacta social, ambiental e economicamente, pois o processo saúde doença perpassa pelo perfil do território em questão. De acordo com Carvalho, Pareja e Maia (2013), doenças cardiovasculares são as principais causas de mortalidade e sua redução depende tanto da implementação de políticas de prevenção, quanto do diagnóstico precoce e tratamento adequado, bem como notificação dos casos para promover

reconhecimento do perfil epidemiológico. Programas de promoção a saúde e prevenção de agravos são elementos das políticas públicas, estas são elaboradas e constantemente reavaliadas com base nos boletins epidemiológicos. Desta forma ressalta-se a importância da análise das taxas de incidência, prevalência e mortalidade das doenças, para que se possa desenvolver estratégias de redução da problemática e melhora na qualidade de vida da população (Lopes-Junior, 2020).

CONCLUSÃO

O estudo da mortalidade por infarto agudo do miocárdio no Rio grande do Sul evidenciou que a menor incidência do período foi no ano de 2020 enquanto que a maior foi em 2016, sem que haja uma tendência muito importante de mudança entre esses anos. Além disso, foi possível constatar que pessoas do sexo masculino, com mais de 80 anos de idade constituem o grupo com maior taxa de mortalidade, quando esta é analisada considerando-se sexo e faixa etária.

Contudo, o estudo também possui limitações, visto que não foi possível calcular as taxas de mortalidade dos grupos populacionais separados por anos de estudo. Isso se deve ao fato de que o quantitativo populacional referente à escolaridade é classificado de forma diferente daquele em que são apresentados os números totais de morte por infarto de acordo com a escolaridade. Desse modo, somente foi possível trazer o quantitativo total de mortes por infarto por anos de estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. A.; SANTOS, D.B.; MORAES, W.; JUNIOR, L.G. Infarto Agudo do Miocárdio: A importância do profissional de enfermagem em um sistema de triagem estruturado. **Revista Saúde em Foco**. v. 1, n. 9, 2017. Disponível em:

<https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/074_infartoagudodomiocardio.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

BARATA, R.B. Epidemiologia e políticas públicas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v. 16, n. 1, 2013; Disponível em:

<<https://www.scielo.br/rbepid/a/9d7GdBCcQQCYHYQx58nQhFP/#>>. Acesso em: 25 out. 2023.

BARRETO, J.; SILVA, J. C. Q.; SPOSITO, A. C.; CARVALHO, L. S. O Impacto da Educação na Mortalidade por Todas as Causas após Infarto do Miocárdio com Supradesnívelamento do Segmento ST (IAMCSST): Resultados do Brasília Heart Study. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. v. 117, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abc/a/zyfSdf5dHRLrVnZWmRwPF3g/#>>. Acesso em: 26 out. 2023.

BARROS, L. F. et. al. Tendência temporal da mortalidade por infarto no nordeste do Brasil. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**. v. 27, n. 9, 2023. Disponível em: <<https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/10587/5135>>. Acesso em: 26 out. 2023.

CARVALHO, D. C.; PAREJA, D. C. T.; MAIA, L. F. S.; A Importância das Intervenções de Enfermagem ao Paciente com Infarto Agudo do Miocárdio. São Paulo: **Revista Recien**. v. 8, n. 3, 2013. Disponível em <<https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/51/53>>. Acesso em: 25 out. 2023.

CINTRA, I. F. et. al. Infarto Agudo do Miocárdio no Brasil e Regiões: impacto da pandemia da covid-19 na taxa de mortalidade e hospitalizações. **Diálogo e Ciência**. v. 1, n. 42, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifc.edu.br/index.php/dialogoseciencia/article/view/7/9>>. Acesso em: 26 out. 2023.

FERREIRA, L. C. M.; NOGUEIRA, M. C.; CARVALHO, M. S.; TEIXEIRA, M. T. B. Mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio no Brasil de 1996 a 2016: 21 Anos de Contrastes nas Regiões Brasileiras. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. v. 115, n. 5, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abc/a/NDqZmKFPN798DtVbVw3HXVR/?lang=pt#>>. Acesso em: 26 out. 2023.

LOPES-JÚNIOR, L.C. Políticas, epidemiologia e práxis no Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**. V. 11, n. 36, 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n11/e00295120/pt/>>. Acesso em: 25 out. 2023.

MURAKAMI, B. M.; SANTOS, E. R. **Enfermagem em Terapia Intensiva**. 2. ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2017.

SIQUEIRA, A. S. E.; SIQUEIRA-FILHO, A.G.; LAND, M.G.P. Análise do Impacto Econômico das Doenças Cardiovasculares nos Últimos Cinco Anos no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. v. 109, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abc/a/TjBMVD83F7NMGNCJsP9kXKD/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 out. 2023.

UMA ANÁLISE NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD) SOBRE O USO MEDICAMENTOSO NA POPULAÇÃO IDOSA (2003 - 2020)

Eduarda Elis Stein¹
Leticia Theis Golfetto²
Cleiton Edmundo Baumgratz³

INTRODUÇÃO

A automedicação pode ser especialmente perigosa para pessoas idosas, podendo causar reações adversas e má compreensão das dosagens. De acordo com Secoli, *et al.* (2019), a prática da automedicação é impulsionada pelo compartilhamento informal de medicamentos entre conhecidos, pela utilização de remédios remanescentes de prescrições passadas, pela reutilização de receitas antigas, pelo prolongamento não supervisionado de tratamentos e pela compra de produtos sem orientação médica adequada. O declínio cognitivo em idosos, a necessidade de maior atenção, problemas de visão, dificuldades para manusear embalagens de remédios e desafios relacionados à memória e à organização dos horários de administração também podem complicar a utilização correta dos medicamentos (Guttier *et al.*, 2023).

A prática da automedicação é induzida por diversos motivos, podendo ser baseada em indicações de terceiros ou até mesmo por prescrições médicas antigas. Quando o paciente apresenta dores, ele busca uma solução rápida, sendo a automedicação a solução para resolver o problema (Fernandes, Cembranelli, 2015). Perante a isso, o papel do enfermeiro na unidade básica torna-se primordial, pois ele identifica se o tratamento é válido, se a prescrição está correta e principalmente a vulnerabilidade do paciente, observando se há condições para realizá-lo.

Secoli *et al.* (2019) afirma que “tendo em vista que nenhum medicamento é 100% eficaz e totalmente seguro, a automedicação pode ser considerada uma prática potencialmente nociva à saúde é um problema associado aos medicamentos, sobretudo nos idosos”. Nesse contexto, este estudo é uma revisão bibliográfica narrativa baseada em materiais publicados nos últimos 17 anos. Ele destaca os perigos da automedicação entre os idosos, enfatizando suas ramificações na saúde do indivíduo e sublinhando o papel crucial da enfermagem na garantia da qualidade de vida e eficácia do tratamento.

1 METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou a abordagem qualitativa do tipo documental, buscando investigar como as pesquisas acadêmicas da pós-graduação estão

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem- 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. eduardaeliseduardaelisstein@hotmail.com.

² Leticia Theis Golfetto- 2º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Leticiagolfetto4@gmail.com.

³ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências (PPGEduC) da Universidade de Brasília (UnB). Professor do Curso de Enfermagem nas Faculdades Integradas Machado de Assis. cleitonbiobaumgratz@gmail.com.

investigando a temática do uso medicamentoso na população idosa. Quanto à importância dos documentos em uma pesquisa qualitativa, esses constituem-se como uma fonte poderosa de onde é possível retirar evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador (Lüdke; André, 2013).

Para esta pesquisa de revisão bibliográfica, investigamos pesquisas acadêmicas brasileiras (teses e dissertações) disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informações em Ciências e Tecnologia (IBICT), observando nos títulos e/ou palavras chaves os descritores: “medicamentos”, “medicação” e “idosos” no período entre 2003 a 2020.

Desta maneira, inicialmente, retiramos dados gerais como o título das pesquisas analisadas. Após, os dados foram organizados em um quadro síntese apresentando informações como autor, ano de publicação e título do trabalho que auxiliaram na discussão da pesquisa. A partir destes trabalhos, com o intuito de aperfeiçoar a discussão deste trabalho, elaboramos categorias emergentes com o tema da abordagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Após 1940, houve uma propagação em larga escala de novos medicamentos, oferecendo à população a esperança de tratamento para doenças que antes eram fatalmente incuráveis, especialmente no contexto das doenças infecciosas. (MELO, *et al.*, 2006). Sendo assim, a expectativa de vida das pessoas em geral aumentou, principalmente dos idosos, devido aos avanços tecnológicos, saneamento básico, a atenção primária e aos medicamentos (Nobrega, Karnikowiski, 2007).

Com o envelhecimento, aumenta a probabilidade de desenvolver doenças cardiovasculares, câncer, problemas respiratórios e condições metabólicas como diabetes, colesterol alto e osteoporose. Além disso, há uma maior incidência de deficiências sensoriais, demência e problemas nas articulações como a artrose. Essas condições de saúde mais prevalentes tornam os idosos mais suscetíveis à polifarmácia, o que, por sua vez, os expõe a um maior risco de reações adversas a medicamentos e a prescrições inapropriadas de medicamentos (Vera, 2017).

No Brasil, os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada em 2019, com base em informações autorreferidas, indicaram que aproximadamente 23,9% da população tinha hipertensão, e 7,7% eram portadores de diabetes em todo o país (PNS – Pesquisa Nacional de Saúde, 2019).

A falta de informações relativas ao medicamento é um dos principais fatores responsáveis pelo uso de medicamentos em desacordo com a prescrição médica, o que pode trazer consequências negativas para a saúde. Os indivíduos idosos são acometidos por maior número de doenças, que leva a uma maior utilização de medicamentos (Pinto, 2015). Neste contexto, na próxima seção desenvolveu-se os resultados acerca da temática.

3 ANÁLISE

Após a realização da coleta e organização dos resultados, identificamos: Hipertensão, 7 dissertações e 1 tese; Diabetes, 6 dissertações e 1 tese; Hipertensão e Diabetes, 6 dissertações e 1 tese; Polifarmácia, 3 dissertações; Outros, 14

dissertações e 3 teses, que abordam outras áreas como Câncer, HIV, Acidente Vascular Cerebral, entre outros. O quadro 1 auxilia para visualização categórica dos resultados obtidos.

QUADRO 1 - RESULTADOS ENCONTRADOS A PARTIR DE ANÁLISE NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD)

DOENÇA	DISSERTAÇÃO	TESE
Hipertensão	7	1
Diabetes	6	1
Hipertensão e Diabetes	1	1
Polifarmácia	3	-
Outros	14	3

Fonte: Autores (2023).

Assim, foi possível visualizar a predominância de dissertações acerca da hipertensão, totalizando 7 dissertações e 1 tese. Tal resultado pode ser evidenciado quando consideramos a hipertensão como uma doença característica de todo território brasileiro. Isso pode ser justificado pelo fato de que grande parte dos pacientes que sofrem de hipertensão está acima do peso, estudos realizados em diferentes grupos populacionais demonstram que o excesso de peso e a obesidade podem ser responsáveis por aproximadamente 20% a 30% dos casos de pressão arterial elevada (Longo *et al.*, 2011).

Já no contexto das diabetes, muito característica na população brasileira em geral, principalmente em idosos, foi possível verificar 6 dissertações e 1 tese. O fato se deve principalmente a hábitos de vida pouco saudáveis, como falta de exercícios físicos e alimentação moderada, além de fatores econômicos, culturais e sociais como o envelhecimento da população e urbanização (Nunes *et al.*, 2023).

Na categoria “Polifarmácia” foi possível visualizar 3 dissertações acerca do assunto. Tal resultado pode ser justificado com o argumento de que as condições de saúde crônicas e múltiplas são comuns entre os idosos, levando a um aumento significativo no uso de múltiplos medicamentos nesse grupo etário, fenômeno conhecido como polifarmácia (Mascarelo *et al.*, 2021).

A análise detalhada dessas dissertações e teses evidencia a séria situação de saúde enfrentada pela população brasileira, ressaltando a preocupante prevalência de condições como hipertensão, diabetes e polifarmácia. A predominância desses temas nas pesquisas não revela apenas a amplitude desses problemas, mas também sublinha a necessidade urgente de instruções específicas e políticas de saúde direcionadas. Além disso, a complexidade da polifarmácia entre os idosos destaca a importância vital da gestão de cuidados a essas condições crônicas. O conhecimento adquirido por meio dessas pesquisas deve servir como base para orientar ações futuras, aprimorar a qualidade de vida e promover saúde.

CONCLUSÃO

Através dessa pesquisa foi possível visualizar que o cenário complexo das condições de saúde na população idosa, particularmente em relação a doenças crônicas como hipertensão e diabetes, tem levado a uma crescente dependência de medicações. Embora esses medicamentos sejam essenciais para a melhor qualidade de vida da população idosa, o fenômeno da polifarmácia, o uso simultâneo de múltiplos medicamentos, tornou-se uma preocupação significativa.

Por meio de estudos avançados, os acadêmicos em pós-graduação (nível mestrado e doutorado) podem examinar não apenas as preocupações relacionadas às doenças crônicas mais comuns, mas também investigar outras condições de saúde mental, como depressão e ansiedade, que têm um impacto significativo na qualidade de vida dos idosos. A falta de envolvimento em atividades diárias e a ausência de espaços que incentivam a prática de exercícios físicos podem aumentar o aparecimento de sintomas depressivos em idosos, sendo a solidão, a dependência e a falta de interação social alguns fatores que podem contribuir para novos casos de depressão nessa população (Oliveira *et al.*, 2022).

REFERÊNCIAS

BUOZI, I. C. et al. Riscos da automedicação em idosos. **Brazilian journal of Development**, 05 Jun 2023. Disponível em:
<<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/60477/43713>>.
Acesso em: 28 out 2023.

FERNANDES, W. S.; CEMBRANELLI, J. C. Automedicação e uso irracional de medicamentos: o papel do farmacêutico no combate a essas práticas. **Revista Univap**, v. 21, n.37, pág.5-12, 2015.

GUTTIER, M. C. et al. Dificuldades no uso de medicamentos por idosos acompanhados em uma coorte do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 10 Março 2023. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/fsM3pN6YmXXWLXhgM5MBZMh/?lang=pt>>.
Acesso em: 28 out 2023.

KARNIKOWSKI, M. G. D. O.; NÓBREGA, D. T. A terapia medicamentosa no idoso: cuidados na medicação. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2007. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/csc/a/cYRhV9MgB6KrVxZqxbbMbjb/#>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

LONGO, A. T.; MARTELLI ; ZIMMERMANN,. Hipertensão arterial sistêmica: aspectos clínicos e análise farmacológica no tratamento dos pacientes de um setor de psicogeriatría do Instituto Bairral de Psiquiatria, no município de Itapira, SP. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 2012. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbegg/a/hGNLkDcVRvH79GbTr3S8WWv/?lang=pt>>. Acesso em: 31 out. 2023.

MASCARELO, et al. Prevalência e fatores associados à polifarmácia excessiva em pessoas idosas institucionalizadas do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbagg/a/b4XgNDNj6w5w4HQwftCGGxt/?lang=pt>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MELO, O. D.; RIBEIRO, ; STORPIRTIS,. A importância e a história dos estudos de utilização de medicamentos. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, 2007.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcf/a/T3jr3yhGrLNV8W5jWYk5G7w/#>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

NUNES, et al. Avaliação do programa comportamental em diabetes mellitus tipo 2: ensaio clínico randomizado. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2023. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/qSHtDpxYfqB6fgFsfjcFpVQ/?lang=pt>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

OLIVEIRA, V. D. et al. Sintomas depressivos em idosos da atenção básica à saúde de um município do noroeste paranaense – estudo transversal. **Cadernos Saúde Coletiva**, 2022. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/4jSmFsjpDPHLzhPbT8thkMn/?lang=pt>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

OLIVEIRA, S. B. V. D. et al. Perfil de medicamentos utilizados por automedicação por idosos atendidos em centro de referência. **Eistein (São Paulo)**, 16 Abril 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/eins/a/LJfXBxtzy8tFpK4LG4RLbwG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 out. 2023.

PAINEL de Indicadores de Saúde – Pesquisa Nacional de Saúde. **Fiocruz – Pesquisa Nacional de Saúde**, 2019. Disponível em:

<<https://www.pns.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SECOLI, S. R. et al. Tendência da prática de automedicação entre idosos brasileiros entre 2006 e 2010: Estudo SABE. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 04 Fev 2019. Disponível em:

<<https://www.scielosp.org/article/rbepid/2018.v21suppl2/e180007/>>. Acesso em: 28 out. 2023.